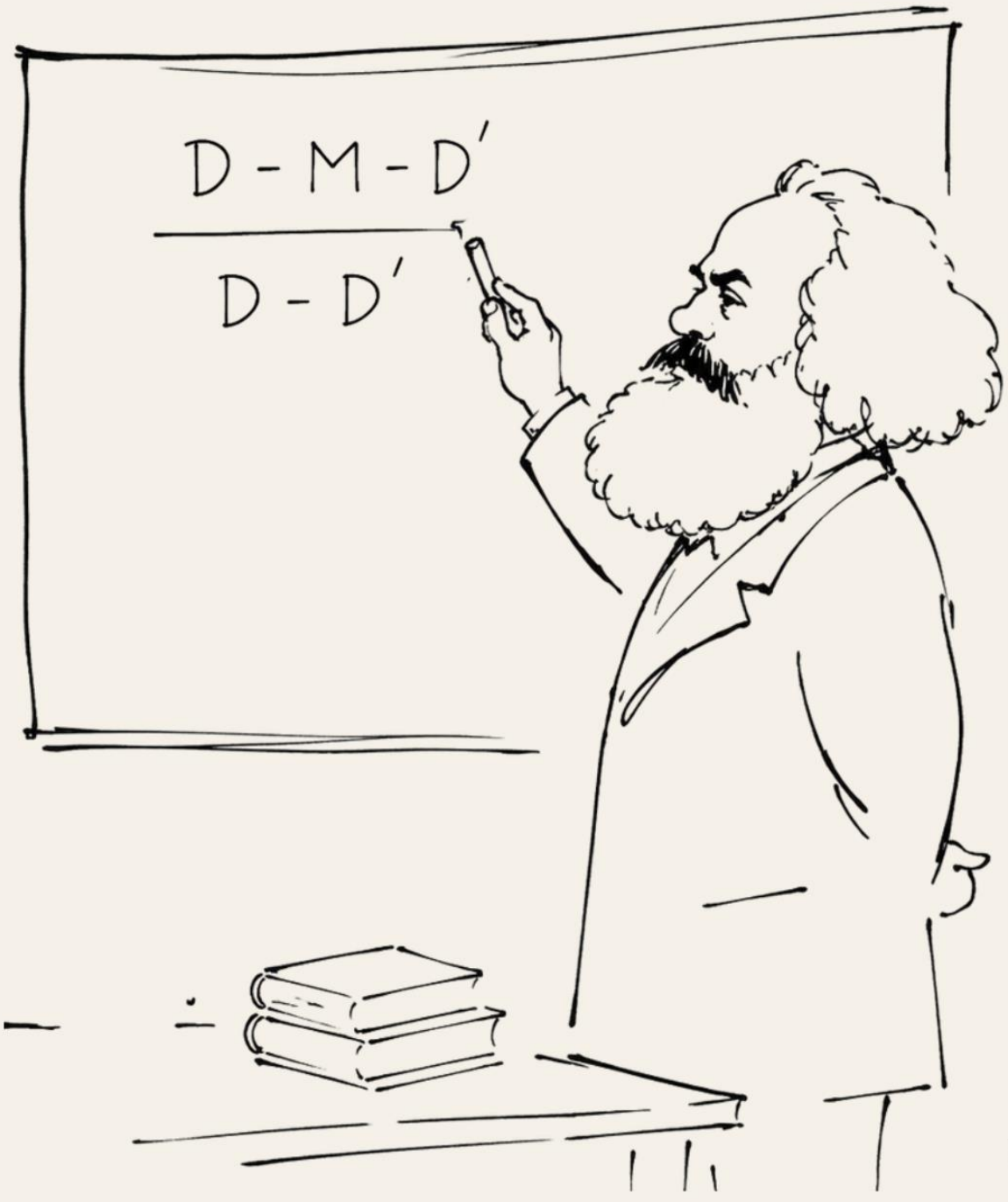
agb
SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê

Geografia e Marxismo

Boletim Paulista de Geografia



Vol. 116
Novembro - 2026

BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA

nº 116 – Ano 2026

Dossiê Geografia e Marxismo

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local São Paulo

ISSN: 0006-6079 - e-ISSN: 2447-0945

Editores responsáveis

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Pareceristas *Ad Hoc* BPG nº 116

Abimael Carvalho da Rocha; Ana Carolina dos Santos Marques; Ana Carolina Gonçalves Leite; Ana Sylvia Maris Ribeiro; André Oliveira; Ângela Massumi Katuta; Anita Loureiro de Oliveira; Ariel Machado Godinho; Átila Lima; Caio Zarino Jorge Alves; Camila Salles de Faria; Camilla Milene Sales Reis; Cássio Arruda Boechat; Cecilia Cruz Vecina; Celio Horta; Cezar Freitas Barros; Cláudio Smalley; Dante Chiavareto Pezzin; Diego Correa Maia; Elisa Favaro Verdi; Emerson Marques de Santana; Emerson Ribeiro; Fábio Teixeira Pitta; Felipe de Oliveira Bonchristiani; Felipe Nunes Coelho Magalhães; Fernando Mendonça Heck; Fernando Molnar Castro; Flávia Elaine da Silva Martins; Flávio Augusto Sousa Santos; Francesco Biagi; Frederico Rodrigues Bonifácio; Gabriel Alves Ferreira da Silva; Gabriel Souza Alves; Gabriella Biaggi; Giuseppe Forioni Bragaia; Guilherme Chalo; Guilherme D'Alessandro Gonçalves Maglione; Guilherme dos Santos Claudino; Gustavo Prieto; Hiago Trindade; Igor Santos Valvassori; Jaqueline dos Santos Ferreira; João Carlos Borghi N. Bruder; Jose Gilberto de Souza; José Raimundo Sousa Ribeiro Junior; Kauã Wioppiold; Lara Barros Pereira; Larissa Alves de Lira; Laura dos Santos Rougemont; Léa Francesconi; Lindberg Nascimento Junior; Lorena Izá Pereira; Luccas Couto; Luciano Duarte; Marco Antonio Mitidiero Junior; Marcos Couto; Maria Clara Salim Cerqueira; Maria Rosineide Pereira; Mariane de Oliveira Biteti; Marlon Altavini de Abreu; Marta Inez Medeiros Marques; Mikael Rodrigues de Araujo; Paula Junqueira da Silva Rezende; Paulo Roberto Teixeira de Godoy; Paulo Zangalli Junior; Pedro Henrique de Mendonça Resende; Rachel Pacheco Vasconcellos; Rafael Faleiros de Padua; Raimundo Jucier Sousa De Assis; Renato de Sousa Ribeiro; Rodrigo Almeida; Rodrigo Cabral Dias; Rodrigo Coutinho Andrade; Sandra de Castro de Azevedo; Sérgio Manuel Merêncio Martins; Sócrates Menezes; Astrogildo Luiz de França Filho; Rogata Soares Del Gaudio; Thauany Freire; Thiago Canettieri; Thiago Macedo Alves de Brito; Victor Iamonti; Wilma Guedes de Lucena; Wylamys Bernardo Santos de Lima; Zeno Crocetti.

FICHA CATALOGRÁFICA

Boletim Paulista de Geografia, n.1, São Paulo, 1949 – v. ils. Histórico

1949: n. 1 - impressa	1958: n. 30 – impressa	1982: n. 59 – impressa	2011: n. 91 – impressa
1949: n. 2 - impressa	1959: n. 31 – impressa	1984: n. 60 – impressa	2012: n. 92 - online
1949: n. 3 - impressa	1959: n. 32 - impressa	1984: n. 61 – impressa	2013: n. 93 - online
1950: n. 4 - impressa	1959: n. 33 - impressa	1985: n. 62 - impressa	2016: n. 94 - online
1950: n. 5 - impressa	1960: n. 34 - impressa	1986: n. 63 - impressa	2016: n. 95 - online
1950: n. 6 - impressa	1960: n. 35 - impressa	1986: n. 64 - impressa	2017: n. 96 - online
1950: n. 7 - impressa	1960: n. 36 - impressa	1987: n. 65 - impressa	2017: n. 97 - online
1951: n. 8 - impressa	1961: n. 37 - impressa	1988: n. 66 - impressa	2018: n. 98 - online
1951: n. 9 - impressa	1961: n. 38 - impressa	1989: n. 67 - impressa	2018: n. 99 - online
1951: n. 10 - impressa	1961: n. 39 - impressa	1989: n. 68 - impressa	2018: n. 100 - online
1952: n. 11 – impressa	1964: n. 40 - impressa	1992: n. 69 - impressa	2019: n. 101 – online
1952: n. 12 - impressa	1964: n. 41 – impressa	1992: n. 70 - impressa	2019: n. 102 - online
1953: n. 13 - impressa	1965: n. 42 - impressa	1993: n. 71 – impressa	2020: n. 103 - online
1953: n. 14 - impressa	1966: n. 43 - impressa	1994: n. 72 - impressa	2020: n. 104 - online
1953: n. 15 - impressa	1967: n. 44 - impressa	1994: n. 73 - impressa	2021: n. 105 - online
1954: n. 16 - impressa	1968: n. 45 - impressa	1996: n. 74 - impressa	2021: n. 106 - online
1954: n. 17 - impressa	1971: n. 46 - impressa	1998: n. 75 - impressa	2022: n. 107 - online
1954: n. 18 - impressa	1972: n. 47 - impressa	1999: n. 76 - impressa	2022: n. 108 - online
1955: n. 19 - impressa	1973: n. 48 - impressa	2001: n. 77 - impressa	2023: n. 109 - online
1955: n. 20 - impressa	1974: n. 49 - impressa	2001: n. 78 - impressa	2023: n. 110 - online
1955: n. 21 - impressa	1976: n. 50 - impressa	2003: n. 79 - impressa	2024: n. 111 - online
1956: n. 22 - impressa	1976: n. 51 - impressa	2003: n. 80 - impressa	2024: n. 112 - online
1956: n. 23 - impressa	1976: n. 52 - impressa	2005: n. 81 - impressa	2025: n. 113 - online
1956: n. 24 - impressa	1977: n. 53 - impressa	2005: n. 82 - impressa	2025: n. 114 - online
1957: n. 25 - impressa	1977: n. 54 - impressa	2005: n. 83 - impressa	2026: n. 115 - online
1957: n. 26 – impressa	1978: n. 55 - impressa	2006: n. 84 - impressa	2026: n. 116 - online
1957: n. 27 – impressa	1979: n. 56 – impressa	2006: n. 85 - impressa	
1958: n. 28 – impressa	1980: n. 57 – impressa	2007: n. 86 – impressa	
1958: n. 29 – impressa	1981: n. 58 – impressa	2007: n. 87 – impressa	
		2008: n. 88 – impressa	
		2009: n. 88, v.2 - Impressa	
		2010: n. 89 – impressa	
		2010: n. 90 – impressa	

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local São Paulo
Diretoria Executiva Local - Gestão 2026-2028

DIRETORIA

Carlos Toledo, Professor do Departamento de Geografia (USP).

Camilla Reis, Mestranda em Geografia Humana (USP).

COLETIVO DE SECRETARIA

Cezar Freitas Barros, Doutor em Geografia Humana (USP) e professor da Rede Municipal de São Paulo.

Victor Zuliani Iamonti, Pós-doutorando em Geografia (UNESP).

Geovanna Ribeiro, Graduanda em Geografia (USP).

Renato Ribeiro, Doutorando em Geografia Humana (USP) e professor da Rede Municipal de São Paulo.

COLETIVO DE TESOURARIA

Thiago Prata, Graduando em Geografia (USP).

Maria Fernanda da Silva, Graduanda em Geografia (USP).

COLETIVO DE PUBLICAÇÕES

Thell Rodrigues, Doutorando em Geografia Humana (USP) e professor da Etec CEPAM.

Igor Carlos Feitosa Alencar, Doutorando em Geografia Humana (USP).

COLETIVO DE BIBLIOTECA E INTERCÂMBIO

Astryd Carrilho, Graduanda em Geografia (USP).

Lucas Mota, Graduando em Geografia (USP).

COLETIVO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Karen Rezende, Graduanda em Geografia (USP).

Mateus Narciso, Graduando em Geografia (USP).

SUMÁRIO

Editorial **9 - 11**

Thell Rodrigues e Igor Alencar

Entrevistas

Entrevista com a Prof.ª Ana Fani Alessandri Carlos **12 - 44**

Thell Rodrigues, Gabriel Souza Alves e Karen Yasmin Rezende Santos

Entrevista com a Prof.ª Arlete Moysés Rodrigues **45 - 59**

Igor Alencar e Renato de Sousa Ribeiro

Entrevista com o Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto **60 - 91**

Igor Alencar e Thell Rodrigues

Ensaios

Lefebvre, homem de periferia, esclarece Tempo de Equívocos **92 - 101**

Amelia Luisa Damiani e Odette Carvalho de Lima Seabra

Traduzir Lefebvre **102 - 115**

Sérgio Martins

Geografias no Espaço-Tempo: ou das Tragédias Anunciadas para um Negócio Garantido **116 - 125**

Manoel Fernandes de Sousa Neto

Tradução

Geografia, Marx e o Conceito de Natureza **126 - 154**

Neil Smith e Phil O'Keefe.
Tradução de José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Artigos

Geografia escolar crítica marxista: antigos desafios em novos contextos de imposições curriculares **155 - 191**

Ângela Massumi Katuta

Materialismo Histórico-Dialético: materialidade natural, objetividade ativa e forma social **192 - 223**

Marta Inez Medeiros Marques

Trabalho de campo, migrações e marxismo: reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia **224 - 259**

Carlos de Almeida Toledo, Heinz Dieter Heidemann, Camilla Milene Sales Reis e Vinicius Teotonio Lucena

Pressupostos marxistas, salvo engano, da teoria do território **260 - 296**

Gustavo Francisco Teixeira Prieto

The production of space, the urban and the crisis of capital: (re)reading Lefebvre's theory of crisis **297 - 317**

Thiago Canettieri

Comunidades tradicionais na sociedade produtora de mercadorias: apontamentos a partir dos territórios e patrimônios nacionais **318 - 343**

Maria Clara Salim Cerqueira

Formação social, dialética socioespacial e questão moral na Geografia Crítica de Milton Santos **344 - 370**

Marcos Aurélio da Silva

Por uma concepção classista de território: ontogênese, poder e crítica na Geografia **371 - 401**

José Gilberto de Souza

Acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia **402 - 429**

Marcos Antônio Campos Couto

A reestruturação do Estado Capitalista: fundamentos teórico-metodológicos, trajetória histórica e desafios contemporâneos **430 - 471**

Flávio Lima

A pedagogia histórico-crítica como possibilidade de superação do ensino de Geografia na perspectiva neoliberal **472 - 498**

Cláudia Lúcia da Costa e Douglas Gonsalves Fávero

Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea **499 - 527**

Anselmo Alfredo

Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira **528 - 552**

Ariel Machado Godinho

Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético **553 - 581**

Sócrates Oliveira Menezes

Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel **582 - 611**

João Carlos Borghi N. Bruder

Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço **612 - 634**

Leonardo Peçanha de Souza Santos

O potencial do materialismo dialético para a pesquisa em Geografia **635 - 662**

Gabriel Souza Alves

A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado **663 - 695**

André Anuatti Reis

O cinema entre a Geografia e a Estética da Fome: tradutibilidade e internacionalismo na obra de Josué de Castro **696 - 723**

Renata Rogowski Pozzo

Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro **724 - 761**

Andre Luis Amorim de Oliveira

Resenha

Resenha: Adorno - Introdução à Dialética **762 - 770**

Evandro Arruda de Martini

Editorial: Geografia e Marxismo

Muitos acharão audaciosos nossos objetivos.
Nós também achamos
e apenas a nossa crença na colaboração dos agebeanos nos fez persistir.

Myrna T. Rego Viana no Editorial do BPG Número 51 de 1976.

A iniciativa de propor uma reunião de textos sobre Geografia e Marxismo depara-se, inicialmente, com duas complexidades: a geografia e o marxismo. Quaisquer que sejam as concepções que carregam, ao que parece, o século XXI teria anunciado a superfluidade de ambos. No caso do marxismo, é compreensível que aqueles que administram a barbárie do capitalismo prefiram dá-lo por superado. No que tange à Geografia, interessa fazer desaparecer justamente aquela parcela de sua produção que se coloca em perspectiva antagônica ao capital e procura compreender criticamente as relações sociais que o sustentam.

É por essa Geografia, marxista e comprometida com a superação do capitalismo, que propusemos este dossiê.

A aproximação entre geografia e marxismo tem uma história. Na geografia brasileira, particularmente a partir dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, o movimento de renovação crítica encontrou no pensamento marxista o seu principal fundamento teórico e político. Naquele contexto, a assim chamada Geografia Crítica e o marxismo pareciam ser quase indissociáveis. Em consequência, a incorporação da crítica ao capitalismo transformou, além dos referenciais teóricos da disciplina, as práticas, as formas de organização e os horizontes políticos na e a partir da geografia. A própria AGB e o BPG foram profundamente atravessados por esse processo.

Entretanto, essa aproximação não permaneceu incólume. A partir dos anos 1990, parte significativa dos heróis da renovação crítica e seus epígonos passaram a percorrer caminhos que, em diferentes medidas, se distanciaram do marxismo. Uma parcela se aproximou progressivamente do pragmatismo e do utilitarismo do planejamento territorial, subordinando o conhecimento geográfico às demandas da tecnocracia. Outra encontrou no pensamento pós-moderno os caminhos para abandonar as categorias do marxismo, frequentemente em nome da recusa às totalizações, às determinações estruturais e à própria possibilidade de compreender a sociedade como uma totalidade concreta e contraditória. Esse cenário soma-se ao avanço do produtivismo acadêmico, que impõe à pesquisa uma temporalidade cada vez mais acelerada e irrefletida. O tempo necessário à investigação, à leitura, à elaboração conceitual e ao

amadurecimento teórico tende a ser tratado como supérfluo. Não é ao acaso, portanto, que a geografia marxista encontra dificuldades.

Em suma, parece-nos que o marxismo é cada vez mais alvo, não apenas daqueles que sempre o combateram, mas também de parte dos herdeiros da própria Geografia Crítica. O problema maior é que o atual contexto histórico por trás do esvaziamento marxista da "geografia" é também momento do aprofundamento da crise do capital, que promove o asselvajamento da concorrência, do patriarcado, das violências raciais e de gênero, bem como da destruição da natureza. Diante desses processos, as categorias marxistas evidentemente não explicam tudo, mas, sem elas, não é possível explicar nada. Ou seja, quanto mais atacado, mais urgente e necessário se torna o marxismo para a geografia.

É nesse contexto que propomos o dossiê. Estamos orgulhosos de reunir, nesta coletânea, contribuições de diferentes gerações, desde pessoas que estão iniciando suas trajetórias na geografia até nomes já consagrados na geografia marxista. Conseguimos, ainda, contemplar diferentes abordagens do marxismo no pensamento geográfico.

Por fim, cabe ressaltar que este dossiê foi pensado e proposto em assembleia da AGB-SP, após a leitura de uma entrevista do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na qual ele fazia um balanço da relação entre a geografia e o marxismo. Quando propusemos o dossiê, a ideia era entrevistá-lo para realizar um novo balanço, passados vinte e cinco anos. Embora tenha aceitado o convite, o tempo foi implacável e não foi possível realizar a entrevista. Assim, este dossiê deixa de ser apenas inspirado em suas reflexões para se tornar também uma homenagem póstuma a quem nunca abandonou a radicalidade do marxismo. Dedicamos, portanto, esta edição do Boletim Paulista de Geografia ao prof. Ari, em reconhecimento a tudo o que fez para assegurar a presença e a continuidade do marxismo na geografia, especialmente no interior da própria AGB. Este dossiê representa a afirmação de que a sua luta não foi em vão e de que seu legado seguirá vivo.

Thell Rodrigues e Igor Alencar

São Paulo, 15 de novembro de 2026

Quais foram os erros e os acertos daquele movimento?

Do ponto de vista histórico, é preciso dizer que na raiz desse movimento havia duas perspectivas que eu penso fundamentais. A primeira diz respeito a um processo de política interna da entidade AGB, no sentido da sua efetiva democratização, já que a sociedade brasileira vivia o processo de redemocratização, com o início da própria abertura política. Ao mesmo tempo, do ponto de vista teórico e metodológico, houve a abertura da perspectiva das pesquisas na Geografia sob a ótica marxista.

Assim, esses foram os dois pontos principais. Se foram acertos ou erros, isso depende da contribuição que o conjunto dos que participaram desse processo deixaram. Minha avaliação inicial é de que não se trata de acerto ou erro. A perspectiva marxista na Geografia brasileira é uma realidade, tornou-se uma realidade a partir desse processo, e vem se tornando uma realidade: hoje ela é uma corrente de pensamento que produz conhecimento na Geografia, e conhecimento de qualidade e padrão internacional.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira em entrevista ao Boletim Paulista de Geografia (2008, p. 08).

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Entrevista com a Prof.ª Ana Fani Alessandri Carlos

Thell Victor de Andrade Rodrigues

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, SP, Brasil.
thellrodrigues@usp.br

Gabriel Souza Alves

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, SP, Brasil.
gabrielsouzaalves@usp.br

Karen Yasmin Rezende Santos

Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
karenrezende@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Entrevista com a Profª. Ana Fani Alessandri Carlos

Resumo

Entrevista com a professora Ana Fani Alessandri Carlos, realizada em 19 de novembro de 2025, para o dossiê Geografia e Marxismo, do Boletim Paulista de Geografia (n. 116). A conversa aborda sua trajetória acadêmica, a influência do marxismo na geografia brasileira e suas contribuições para a compreensão da produção social do espaço, da cidade e das relações sociais sob o capitalismo.

Palavras-chave: Marxismo; Geografia crítica; produção do espaço.

Interview with Professor Ana Fani Alessandri Carlos

Abstract

Interview with Professor Ana Fani Alessandri Carlos, conducted on November 19, 2025, for the Geography and Marxism dossier of the Boletim Paulista de Geografia (no. 116). The conversation explores her academic trajectory, the influence of Marxism on Brazilian geography, and her contributions to understanding the social production of space, the city, and social relations under capitalism.

Keywords: Marxism; Critical Geography; Production of Space.

BLOCO 1 — Trajetória pessoal e o Colégio de Aplicação

[Thell Rodrigues] Professora, antes de começar, queria agradecer por você estar aqui. Para nós é impossível pensar a renovação da geografia no Brasil sem reconhecer o quanto o seu trabalho foi importante e continua sendo extremamente fundamental. A sua produção abriu caminhos, formou muita gente, levantou perguntas importantes e segue ajudando a pensar a geografia de um jeito vivo, conectado com a realidade e com a necessidade de transformar o mundo. É por isso que fizemos este convite para uma entrevista específica para o Dossiê de Geografia e Marxismo, para contar um pouco da sua história e das suas concepções sobre a geografia, pois quando pensamos a história do marxismo na geografia brasileira, vimos como isso se confundia com a sua própria trajetória.

A nossa conversa foi pensada em dois caminhos: um mais biográfico, para entender a sua inserção nos processos que transformaram e ainda transformam a geografia; e outro mais teórico, para compreender melhor a sua obra, especialmente nas relações que ela estabelece com o marxismo, que é o foco do dossiê em que publicamos esta entrevista. Então, para começar, eu gostaria que você contasse um pouco da sua trajetória, desde o Colégio de Aplicação, onde já havia leituras de Marx, passando pela graduação, pelo mestrado e pelo doutorado na USP, correlacionando essa trajetória com o marxismo e com o aparecimento da geografia.

[Ana Fani]: Essa pergunta é sobre uma vida inteira. É complicado sintetizar. Mas posso fazer da seguinte forma: ao longo da minha trajetória, dois momentos foram importantes: o Colégio de Aplicação da USP e o curso do Martins.

Vou começar pelo Colégio de Aplicação. Estudei num colégio de freiras no início da minha formação, depois fui para um colégio público, o Macedo Soares, na Barra Funda, porque sou da Barra Funda. Um grupo de amigas e eu resolvemos sair de lá e ir para a Aplicação, que era um colégio novo, um colégio de desafios. Prestei um concurso (porque a entrada era por concurso, por exame) e a primeira coisa que aconteceu nesse exame foi que eu tive que analisar uma música do Chico Buarque. Ora, já era uma novidade incrível, porque eu vinha de uma educação completamente formal. De repente, você vai fazer um exame e aparece uma música do Chico Buarque, que era "Roda Viva", do final dos anos 60, para você analisar. Ali já se desponta o que ia ser o Colégio de Aplicação, uma ruptura em relação a tudo que vinha antes.

O colégio também invertia a relação entre professor e aluno, que a gente sempre teve. No meu colégio anterior, o professor falava, você escutava e ia embora. E eu odiava a geografia, porque a minha professora obrigava a gente a decorar nome de rio, de capital. Tenho um trauma tão

grande disso que, até hoje, confundo as capitais do Nordeste. É uma vergonha, mas confundo. Os afluentes do Rio Amazonas, nem pensar. Enfim, você tem traumas na vida e a geografia para mim foi um trauma no começo.

Quando fui para o Colégio de Aplicação, vi um outro mundo. O aluno não estava mais numa cadeira ouvindo, pois era chamado o tempo todo a interagir com o professor. E tem um detalhe que ninguém acredita, mas vou insistir: sou extremamente tímida. Começar a falar na sala de aula, para mim, era uma coisa muito difícil. Chorei seis meses para aprender a falar em público. Minha mãe dizia que ia me tirar da escola, e eu respondia: "Não, mãe, pelo amor de Deus, eu vou superar." Mas eu estava com amigas. E a gente que veio juntas do Macedo Soares, conseguimos superar juntas esse momento.

Formamos um grupo muito forte na Aplicação. Na realidade, havia também um problema de classe. Nós éramos filhas de trabalhadores, e o Colégio de Aplicação tinha filhos de intelectuais e de grandes empresários. Foi o primeiro choque de classe social. A gente não fazia parte daquele grupo. Não havia um confronto aberto, mas havia algo meio invisível: "Vocês não fazem parte do nosso grupo. Vocês são filhos de trabalhadores." Meu pai era trabalhador mesmo, da Barra Funda. Então, o primeiro choque foi esse de falar publicamente. Esse ato de falar publicamente veio associado à classe social, em que a gente se sentiu fora do lugar. Mas com o tempo, os professores, que eram simplesmente fabulosos, colocavam todo mundo na mesma vibe, e a gente conseguiu tocar o Colégio Aplicação de uma maneira absolutamente fabulosa. Aquilo revolucionou minha cabeça, meu jeito de pensar, meu jeito de ser estudante.

Tinha também um lado muito interessante: tínhamos uma professora de teatro. A gente começou a fazer teatro, e era muito legal. Nunca tinha ido a um teatro antes na minha vida, a primeira vez foi como estudante do Aplicação.

Uma vez a gente leu um livro de teatro, “O Púcaro Búlgaro”, do autor Campos de Carvalho, e a gente ficou fascinado com esse livro, até que decidimos transformá-lo numa peça. Nós escrevemos uma peça de teatro em cima do livro “O Púcaro Búlgaro”, todos estudantes.

Era uma época em que a gente não só ia assistir peças, mas entrava em contato com atores. Lembro do Stênio Garcia. A gente ia lá, conversava com os atores. Enquanto o pessoal ia para a balada, a gente ia para o teatro, debatia com os atores. Não tive uma adolescência normal, de festas e bailes. Era um debate muito intelectualizado por conta do Aplicação e do mergulho no teatro.

Então escrevemos uma peça a partir de “O Púcaro Búlgaro”. Para montar a peça, tínhamos dois problemas: precisávamos de um diretor e dos direitos autorais. Duas ou três meninas do grupo foram ao Rio de Janeiro conversar com Campos de Carvalho, e ele nos cedeu os direitos.

Resolvido isso, ficava o diretor. Imaginem: nosso diretor foi simplesmente o Antônio Fagundes. Nós tínhamos 15, 16 anos, o Fagundes começando a carreira e aceitando esses trabalhos malucos. Todo sábado a gente passava o dia no salão de festas de uma amiga para montar a peça. Era uma festa. O colégio também resolveu fazer uma peça em paralelo, e chegamos a estreia-la num teatro da Lapa.

O Colégio de Aplicação me ensinou uma nova relação com o conhecimento, uma nova relação na sala de aula com o professor, um novo jeito de estudar e abrir para o mundo que não só aquele da escola. Mas, a partir da escola, pois sempre a partir da escola, porque você não faz nada sozinho, é sempre a partir da sua formação na escola que você consegue... E, no Colégio de Aplicação, que conheci o professor Paulo Pedro Perides, que foi professor também do Departamento de Geografia. Com ele, entendi que a geografia não era nada daquilo que eu achava. A gente lia vários autores, como Octávio Ianni, Bresser-Pereira, Josué de Castro. O colégio abria para o mundo. Eu descobri um outro mundo. Era outro mundo. Radicalmente um outro mundo. Uma nova forma de pensar esse novo mundo que a gente não tinha ideia em um colégio mais ou menos formal. O Colégio de Aplicação foi isso!

Também aprendi a trabalhar em grupo e descobri que o processo de conhecimento não se realiza de forma individual. O processo de conhecimento é um processo coletivo, de grupo. O grupo te estimula, te faz perguntas difíceis e você tem que se virar para responder, estimulado pelos professores. O professor de literatura abriu para nós a literatura, o professor de português nos abriu para o debate sobre a literatura. A gente começou a se aprofundar em leituras de romances mais potentes. No colégio anterior, eu já tinha o hábito da leitura, havia uma biblioteca simpática e a gente retirava livros. Mas no Aplicação, a gente não só lia os livros: debatia os livros. E aquilo colocava a literatura num outro plano, o plano do debate, de entender o sentido daquilo que se está lendo, de localizar num processo de conhecimento muito mais amplo, sempre num plano coletivo. O colégio de Aplicação foi absolutamente fabuloso.

[Thell Rodrigues - BPG]: E isso durante a ditadura também, não é?

[Ana Fani]: Sim. Nós estudávamos na fase mais pesada da ditadura. Em 68, por exemplo, a gente estudava e na porta da escola tinha três ou dois militares com metralhadora, como se nós, estudantes, fôssemos perigosos. Tinha censura na porta. Mas quando a porta se fechava, o Colégio de Aplicação era o exercício da liberdade. A Ditadura foi, como toda ditadura, predatória, de coações inúmeras. Mas era um momento dialético: você fechava a porta e tinha o exercício da liberdade; para lá da porta, a ditadura agia e os militares estavam ali na porta como ameaça. A gente entrava na Aplicação, via a ameaça lá fora, mas não ligava para ela porque depois de fechar a porta era tudo tão maravilhoso.

Claro que tinha uma bandeira brasileira na nossa sala de aula. E aquela bandeira era signo da repressão. E vou confessar: até hoje a bandeira brasileira me produz sentimentos contraditórios. Ela estava lá, ela foi imposta. No colégio anterior, havia uma formação de amor à pátria; a ditadura colocava na direção de que esse amor estava em crise, porque amar a pátria significava estar associado a uma ditadura ou aceitá-la. No Colégio de Aplicação, o sentimento de crítica à ditadura militar se acendeu, porque os professores eram fabulosos e a gente debatia lá dentro aquilo que existia lá fora.

É claro que, quando entrei na universidade nos anos 70, a vida em São Paulo era culturalmente muito rica. Você tinha debates nos teatros, você sentava na mesma mesa com presidentes da Folha de São Paulo ou do Estadão. Era uma noite viva de muita cultura e de muito debate cultural, apesar da ditadura militar. Quando o Lefebvre fala dos resíduos, eu vivi os resíduos. É claro que quando entrei na universidade (com tantos professores afastados, tanta gente que desaparecia, tantas mortes), aquilo pesava bastante. No colégio de Aplicação, isso chegava de forma um pouco mais suave; não estivemos na Batalha da Maria Antônia[1] porque não tínhamos idade para isso, mas as informações todas chegavam, e era a nossa idade, um jeito diferente de perceber as coisas.

O Colégio de Aplicação abriu para tudo, e os professores foram fantásticos. Depois, fui encontrar o professor Paulo Pedro Perides dando aula no Departamento de Geografia. Foi exclusivamente por causa dele que fui fazer geografia. Fiquei fascinada com a Geografia! E também fiquei fascinada com literatura. Mas gosto mais de geografia, embora goste de literatura. Pensei: vou fazer as duas coisas. Como eu sou geminiana, é muito difícil decidir entre duas coisas. A solução foi fazer um curso de literatura no Circolo Italiano e outro na Aliança Francesa, conseguindo assim fazer a literatura e me dedicar profundamente à geografia.

Essa relação com a literatura acabou permeando meu trabalho na geografia. Trabalho muito com literatura, já escrevi e desenvolvi um projeto no CNPq sobre o tema, porque a literatura fala de um jeito diferente aquilo que um texto científico tornaria mais duro. Além disso, a literatura, do meu ponto de vista, fala sobre o futuro — essa é a diferença entre um texto de literatura e um texto científico, se é que eu posso falar desse jeito. Ela te abre para o futuro. A literatura contempla o futuro. Embora, do ponto de vista do marxismo, todo o processo de conhecimento contenha uma utopia, acho que na literatura isso fica mais evidente, ou, pelo manos naquele momento para mim ficava mais evidente, porque ela é *poiética*. Quer dizer, o jeito como ela te mobiliza e chama para a sensibilidade, apela para a criatividade que é inata no

[1] A batalha da Maria Antônia foi um confronto entre estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) e da Universidade Presbiteriana Mackenzie ocorrido em 2 de outubro de 1968.

ser humano, e que a ditadura militar, os regimes totalitários e o próprio sistema capitalista acabam te impedindo de pensar *poiéticamente*, de pensar, que o ser humano não é apenas um trabalhador, ele é um ser *poiético*, ele tem com o mundo uma relação criativa. E todo o processo de alienação surge, do meu ponto de vista, exatamente quando essa possibilidade de criação é cortada, quando o ser humano é impedido de ser criativo pelo próprio processo de reprodução capitalista, que requer solapar o sentido de criatividade que contempla a vida humana. Então, essa minha relação com a literatura e a geografia vem dessa possibilidade, você entra no livro.

Lembro de uma tarde, ainda no Colégio de Aplicação, lendo um livro do Ivan Illich que se passava num período muito frio. Estava tão envolvida com o livro que minha mãe entrou no quarto e perguntou se eu não ia sair. Eu respondi: "Não, está muito frio lá fora." Ela ficou surpresa: "Como assim, está muito frio?" Era verão. Esse momento da minha adolescência foi quando percebi o papel da leitura em toda a sua plenitude, quando me perdi até sobre a temperatura que estava fazendo lá fora, sobre o que estava por trás.

BLOCO 2 — Da graduação em Geografia ao curso do Martins

[Gabriel Alves - BPG] Fani, você comenta desse vislumbre que a literatura (e pelo que vejo também o teatro, a arte no sentido mais amplo) te instiga e te coloca em contato com um futuro mais aberto. Porém, na entrevista com o Scarim[2], você menciona que ao ingressar no curso de geografia, já se aproximando do momento em que vai encontrar o grupo do Martins, como esse processo entra em choque com novas diferenças de classe, não só as do colégio, mas as da universidade?

[Thell Rodrigues - BPG] E com o rigor que é exigido, o rigor da ciência, dos trabalhos, que também trava um pouco.

[Ana Fani]: Então, sobre aquele período do Colégio de Aplicação, que foi um dos mais importantes da minha vida, aconteceu isso e eu decidi que iria fazer geografia. A minha vontade de fazer geografia era tão grande que quando prestei vestibular, nas oito opções disponíveis, cravei uma única — geografia! Só geografia.

[Thell Rodrigues - BPG]: Ou é geografia, ou não faço mais nada.

[Ana Fani]: Exatamente! Primeira e única opção.

[2] SCARIM, Paulo Cesar. Coetâneos da Crítica: uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Acesso em: 01 set. 2026.

O período do vestibular foi horrível, acho que foi o pior período da minha vida. A gente resolveu fazer o Equipe, que na época era o grande cursinho. Mas qual era a diferença do Colégio de Aplicação? A possibilidade de um pensamento crítico. Quando fomos para o Equipe, não nos demos bem porque era preparação para vestibular, e a gente não queria aquilo. Então saímos do Equipe e resolvemos criar o nosso próprio grupo de estudos, nós quatro ou cinco, e estudamos sozinhas. Fomos e entramos todas as cinco.

[Gabriel Alves - BPG]: Você e as suas amigas? Você pode citá-las?

[Ana Fani]: Claro. A Tânia Bondezan, que hoje é atriz; a Luciane Levy, que hoje mora nos Estados Unidos e com quem mantenho contato; a Silmara Poli, que fez Sociologia; a Amélia Luísa Damiani; e eu. As cinco. Três entramos na Geografia, a Lu entrou na Psicologia e a Silmara na Sociologia. E a gente mantém essa amizade até hoje.

Quando entrei na Geografia, gente, odiei aquilo. Comparado com o Colégio de Aplicação, não estava gostando. Odiei porque eu sou muito mercurial, não tem meios termos comigo. O primeiro impacto com a Geografia não foi muito legal. A começar com a aula de abertura que foi ótima e foi feita pelo professor José Pereira de Queiroz Neto, que eu sempre amei. A aula foi maravilhosa. Mas aí uma aluna olhou para ele (ele era alto, bonitão) e perguntou: "Professor, o senhor já pensou em fumar cachimbo?". Achei tão ridículo. Pensei: esse ambiente não é meu. Esses alunos bobos, não quero esse papo. Sempre fui profundamente radical, eu queria alguma coisa nova.

Às vezes, as primeiras disciplinas da Geografia são muito difíceis, muito duras e não abrem muita margem. Claro, eu entrei em um momento em que a geografia, não posso dizer que era completamente tradicional, porque o Departamento de Geografia sempre teve uma amplitude maior. Então, enquanto tinha a quantitativa de um lado e a Geografia tradicional e positivista do outro, no departamento se pensava numa Geografia ativa, crítica, que entrava pelo viés da Geografia ativa. Muitos professores da área humana muito envolvidos com essa perspectiva, que não abordava Marx diretamente, mas trazia o pensamento dele nessa construção de uma nova Geografia Ativa. Então a Geografia positivista, que tinha, claro, no Departamento, outras visões, colocava um confronto entre pensar uma Geografia de conteúdo social e uma Geografia positivista que trabalhava com fenômenos, com modelos, com conceitos muito estruturados e fechados.

A geografia no começo não me fascinava. Eu pensava que eu ia morrer de paixão assim que eu pisasse na geografia. Mas aí fui fazer um curso de Geologia com o professor Sérgio Stanislau do Amaral, que é um grande nome da Geologia brasileira, e me apaixonei por ele. O professor Sérgio era absolutamente fabuloso. Uma pessoa gentil, extremamente delicada, que fascinava.

Ele falava de um jeito que nos fascinava, nos dava uma atenção fabulosa e ele foi nos cativando e explicando para a gente a geologia. E tudo o que eu aprendi na geologia era novo. Saí da Geologia geral, fui para a Petrologia, fui para outras disciplinas. O professor Sérgio percebeu que eu e a Tânia estávamos entusiasmadas e nos convidou para passar fins de semana na fazenda da família em Mumbuca, e essa fazendo tinha um quadro da Tarsila do Amaral, pois o Sérgio Estanislau do Amaral é da família dela.

Era um ambiente muito gostoso, tinham outros amigos e alunos do professor Sérgio. Era um dos ambientes mais aconchegantes que encontrei na minha vida. Na hora do jantar, todos os alunos, banhados e arrumados, e de repente chegava a família toda em pijama. Uma coisa de uma intimidade fabulosa. À noite, fazíamos serenata na janela do quarto dele. Durante o dia, o Sérgio, que gostava de estilingue, colocava um grande toldo no chão com lâmpadas e a gente brincava, quebrando as lâmpadas. Era lúdico, maravilhoso. Ficamos com o Sérgio praticamente o primeiro ano inteiro da faculdade. Aí a Geografia começou a ficar interessante para a gente.

O professor Moacyr Marques também foi marcante, os professores percebem quando tem um grupo que é interessado. Ele percebeu que a gente estava interessada no que estava falando e disse: "Estou montando um grupo para discutir teoria e método, vamos ler um texto sobre teoria do conhecimento. Se vocês quiserem participar..." E a gente, jovenzinhas, quisemos participar. Passamos o primeiro ano junto com o Sérgio ao lado, e com o Moacyr discutindo esse livro fora das aulas. Ao longo de toda a minha vida, mantive conversas com o Moacyr, ele sempre me indicou autores, foi sempre uma pessoa marcante na minha formação e, depois de professora, sempre mantive conversas, ele sempre me indicava leituras e autores, sempre foi bastante interessante.

Quando fui efetivamente para a geografia, fui com paixão. Os textos da época eram em francês, então a gente falava francês. Eu, a Tânia e a Amélia estudávamos na Aliança Francesa juntas, então traduzíamos os textos para quem não sabia, embora muita gente soubesse, porque a geografia é francesa, a USP foi fundada pela missão francesa. Os professores liam os franceses, recebíamos franceses aqui. Eu conheci o Monbeig. Tinha muito seminário, as aulas tinham quatro horas de duração. O que eu acho importante no Departamento de Geografia é que as aulas têm quatro horas de duração, não dá para você construir uma reflexão no tempo rápido de uma ou duas horas. Nessas horas, na primeira parte, uma aula expositiva; na segunda, discussão de texto. Um problema que eu vejo hoje é que os alunos não entendem, eles vão para a escola sem ler e aí esse trabalho não se realiza. Isso funcionava porque a gente lia os textos e chegava na sala de aula para debater ferozmente, como fazíamos no Aplicação. Os professores estimulavam, havia muito debate, principalmente na área de geografia humana, as salas de aula eram muito agitadas. Tinham brigas, inclusive.

Lembro de uma vez, na aula de geografia industrial do [Waldir] Mantovani, um grupo apresentou um trabalho e eu era do noturno no diurno era a Léa Goldenstein. Olhei e disse: "Vocês não apresentaram um trabalho sobre Organização do Espaço Brasileiro, apresentaram um trabalho sobre localização industrial." Deu uma grande confusão, porque parte dos alunos achou que eu queria contrapô-los pessoalmente. Sabe aquela coisa de achar que a crítica acadêmica não existe, o que existe é crítica pessoal ! A ponto de no intervalo, como eu e Amélia somos parecidas, um dos caras que apresentou o seminário me confundiu com a Amélia, pegou o braço dela e torceu, dizendo: "Você prejudicou a nossa nota." E ela respondeu: "Não fui eu, foi a Fani!"

Isso, infelizmente, só piorou com o tempo. No Aplicação, aprendi que todo o movimento do processo do pensamento se realiza como movimento da crítica ao conhecimento, e só essa Lembro-me de quando comentei num seminário sobre localização industrial, alertando que a apresentação não abordava a Organização do Espaço Brasileiro. Isso gerou um mal-entendido imenso: os alunos tomaram o questionamento acadêmico como uma afronta pessoal. A confusão foi tamanha que, no intervalo, um integrante do grupo confundiu a Amélia comigo — por sermos parecidas — e chegou a segurar o braço dela com força, reclamando que havíamos prejudicado a nota deles, ao passo que ela precisou esclarecer: "Não fui eu, foi a Fani!".

Com o passar dos anos, essa resistência ao debate só se agravou. No Colégio de Aplicação, aprendi que a evolução do pensamento decorre do exercício constante da crítica sobre o saber acumulado, pois somente através dela se constrói uma reflexão capaz de apreender verdadeiramente um problema. Hoje, contudo, esse entendimento escasseia. Qualquer divergência é interpretada no plano pessoal. Certa vez, após uma discussão acalorada num conselho departamental, fui presentear o colega envolvido com um livro no dia seguinte; ele se mostrou perplexo, pois supunha que o debate intelectual nos transformasse automaticamente em inimigos.

Atualmente, até no meio universitário, a crítica — enquanto dinâmica própria do pensamento — é reduzida a um desentendimento incontornável que coloca os interlocutores em atitude de confronto. Há uma rejeição velada da crítica como fundamentação filosófica. Como bem assinala Marilena Chauí, a atividade de pensar exige radicalidade e crítica. Essa dinâmica impulsiona o conhecimento em geral, para além da tradição marxista: o motor do conhecimento é a crítica.

Ninguém concebe uma formulação teórica a partir do nada; toda teoria se ergue sobre o saber previamente elaborado. Sendo o conhecimento um processo cumulativo, o exame crítico

torna-se indispensável, pois é pelo diálogo rigoroso com outros autores que articulamos novas reflexões.

Você não entra numa sala e diz "hoje vou criar uma teoria". Toda teoria é criada em cima do que já foi criado. Todo conhecimento é um processo cumulativo. E é porque é cumulativo que a crítica se faz absolutamente fundamental, porque eu construo dialogando com o autor. Vocês que fazem teses constroem o raciocínio de vocês dialogando com autores, não vem do nada. Ao longo de toda a minha vida, tive problemas com a crítica. Porque como chorei seis meses para aprender a falar, agora falo demais. Levanto a mão, faço perguntas.

Falando do professor José Pereira de Queiroz Neto: como já tinha estudado muito geologia, fui para o curso de pedologia e amei. Era amiga da namorada do Queiroz, que era colega de faculdade, então frequentava a casa dela e tinha contato com ele, com o pessoal da Geografia Física e com professores do exterior, principalmente da França, que vinham ao departamento. Ter estado ao lado do Queiroz foi muito importante para a minha formação. E aí eu cheguei para o Queiroz e disse: "Você me aceita como aluna de iniciação científica?" Ele disse que não. Como não? Eu sou boa aluna." Foi tudo que consegui falar. Ele respondeu: "Você é boa aluna. Mas quem vem da Aplicação tem que fazer geografia humana, porque vocês estão formadas para isso. Vá para a geografia humana." Saí odiando o Queiroz, indignada, porque eu frequentava a geologia, então eu sabia muita coisa de geografia física. Mas acho que ele tinha razão.

O curso do Queiroz sobre recursos naturais, que era uma das últimas disciplinas do curso e foi uma das disciplinas mais importantes do nosso currículo. Porque ele trazia os temas para o debate e a sala se matava de tanto discutir. Todo mundo ia preparado para o debate. O Queiroz, com aqueles quase "dois metros de altura¨ tinha uma postura muito estimulante. Foi uma disciplina da maior importância. Chegava à aula com vários orientandos, que ajudavam a construir o debate coletivamente.Era um momento de fechamento do curso, pois a gente não tinha TGI (Trabalho de Graduação Individual), então era aquele espaço de síntese e debate.

Mas tarde - já professora- nos debates realizados nas plenárias sobre mudanças no currículo, sempre colocávamos em tela a importância dessa disciplina para a formação do geógrafo do modo em que tínhamos aprendido com o professor Queiroz. O curso do Nelson de la Corte também era precioso. Ele dava uma aula sobre os Estados Unidos, mas a metodologia por trás era o que impressionava. A gente ficava com o braço duro de tanto anotar, porque ele falava sem parar e de forma belíssima, quase como se escreve e a gente queria registrar tudo.

Também tinha a aula de um professor que a gente quase não assistia às aulas, um assinava para o outro. Na condição de professora eu não deveria falar isso, mas eu também fui estudante, a

minha vida também foi essa. O professor, quando ele respeita o aluno, ele também respeita o professor. É o mínimo de respeito, né?

Tinha também, e isso era interessante, com a professora Maria Cecília França, uma disciplina que era só pesquisa, acho que se chamava "Iniciação à Pesquisa". E o que acontecia: como havia muitos alunos e muitos professores com grupos de trabalho, acabei ficando com ela. A Maria Cecília França tinha uma tradição francesa, era maravilhosa; ela estudava religião e propôs: "Vamos estudar Bom Jesus de Pirapora." Foi fantástico. Ela nos ensinou como se faz um projeto de pesquisa, como se faz trabalho de campo e como se analisa o material. Ficamos quase um ano estudando Pirapora do Bom Jesus. Indo para lá, indo na festa, fazendo pesquisa. Foi fascinante!

O que acontecia era que nós tínhamos sempre um grupo de trabalho que se reunia fora da aula. Uma das meninas do grupo era casada e tinha casa própria, então toda tarde a gente se reunia lá para estudar. Era um privilégio, claro, porque a pobreza naquele momento era um pouco diferente, você conseguia estudar sem precisar trabalhar o tempo todo. A gente chegava à sala de aula sempre muito motivada e falava muito, eram momentos de muito debate. Aquela primeira impressão ruim do início do curso foi se transformando numa coisa maravilhosa.

Quando terminei a graduação, pensei: "Que droga esse espaço! Ouvi falar quatro anos em espaço e acho que não sei o que é o espaço." Fui chorar na sala do professor Petrone e disse: "Professor Petrone, eu passei quatro anos aqui e ainda não entendi direito o que é o espaço." Ele respondeu: "Fique tranquila. Na pós-graduação, com outras leituras, você vai conseguir entender." Havia uma insatisfação ao terminar o curso, e essa insatisfação foi compartilhada com a Sandra Lencioni.

Fizemos o curso de recursos naturais juntas, saímos com os mesmos problemas, a gente falou “Bom, a gente não sabe nada”. E então nós duas sentamos e falamos: vamos ler todos os livros indicados no curso como clássicos da geografia, que a gente não leu. Pegamos livros da biblioteca e lemos Brunhes, Sorre, La Blache, Ratzel, Cholley dentre outros. Lemos tudo, eu e a Sandra juntas, debatemos, e a partir daí a gente começou a se sentir efetivamente formadas em Geografia. Porque você não pode achar que só dentro do curso você vai se formar. O curso te forma uma parte e te indica outras, mas milagre ele não faz, se você não se ajuda. Esse jeito de lermos tudo e trabalharmos juntas aprofundou nossa formação.

Em 1974, ao fim do curso, nós entramos na pós-graduação juntas. E estávamos preocupadas com o método. O raio do método que era o problema... A gente precisava entender o que era esse método e eu, particularmente, tentava entender o que é esse “espaço”. Nas disciplinas da pós-graduação, havia o curso do Martins sobre o campo. E esse é um dos grandes aspectos

positivos de estar no lugar certo. E aqui é preciso dizer: estar na FFLCH faz toda a diferença. Fazer geografia na FFLCH é outro mundo em relação a fazer na Geociências, porque a FFLCH é o lugar do conhecimento das humanidades, do conhecimento sobre o homem, sobre a civilização, sobre a condição humana. Havia um trâmite na FFLCH que permite que a sua formação seja a mais profunda possível, porque uma disciplina não nega a outra, todas elas se articulam de modo a que você compreenda.

Um detalhe importante da minha formação que esqueci de mencionar: fiz um estágio na Economia com o Mercadante, onde havia uma pessoa fundamental, chamado Luís Augusto Ablas. O Ablas era o economista que não parecia economista; enquanto os outros eram todos da escola econométrica, ele tinha uma outra postura. Porque eu também estudei na economia e na pós-graduação eu também voltei para fazer uma disciplina lá. E o Juarez, que trabalhava com o Ablas, chegou para mim e para a Tânia e alou: "O Ablas chegou agora da França, andou estudando geografia e acha que o geógrafo serve para alguma coisa. Eu não entendo. Mas ele quis contratar e vocês estão aqui" E foi assim que entramos lá. Tinha também o Cássio Rolim, muito estimulante. O Ablas e o Cássio nos adotaram, fizeram perguntas, - tanto é que o Ablas foi fazer doutorado em Geografia - e conversaram com a gente sobre o papel da geografia. O estágio na economia foi para aprender coisas, de debater com um economista. Diga-se de passagem, meu marido é economista, eu conheci ele lá. Ele fazia pós-graduação em economia urbana e tinha ligação com o Ablas.

Na Economia, diferente da Geografia, os alunos de pós-graduação tinham uma biblioteca e uma bibliotecária só para eles, com dinheiro do BID. Como eu namorava um deles, entrava e pegava livros, como aluna de graduação e esse foi um momento interessante de entender economia para o que viria depois.

Em 1975, resolvi fazer o curso do Martins. Falei “bom, não estou interessada em Geografia Agrária”. Um parênteses: eu fiz Geografia Agrária com a Palheta e eu me lembro que um dia eu estava no campo e eu fui aplicar o questionário. Eu tive tanta dificuldade com aquele questionário que eu falei “olha, eu não entendo muito bem do campo, meu negócio é a cidade”. Nasci e cresci na Barra Funda, vivi lá até os 21 anos. As minhas questões se referiam à metrópole, minha vivência não era no campo, era na cidade. As indagações sobre a cidade eram muito vivas na minha cabeça. A gente sempre tem deficiências, a minha naquele momento, era não saber muito sobre o campo. E eu queria trabalhar e fazer um projeto na minha pós-graduação sobre a cidade.

Então, na maior maluquice do mundo, resolvi estudar o espaço. Parece arrogância, mas era pura ignorância, minha dissertação de mestrado chama-se “Reflexões sobre o Espaço Geográfico”.

BLOCO 3 — O debate sobre o espaço e as categorias de análise

[Thell Rodrigues - BPG]: Só um parêntese sobre essa passagem da graduação para o mestrado. Fiquei curioso com algo que aparece na introdução da sua dissertação: esse interesse em discutir o espaço. A sensação que a gente tem é que não se debatia tanto o espaço nos anos 60 e 70, mas pelo seu relato vejo o contrário: essas discussões apareciam, pelo menos na geografia da USP. Como que aparecem essas categorias ali na graduação? O texto do Milton Santos, por exemplo, parece que não estava em debate nos anos 70, mas no relato da sua dissertação vi o quanto essa questão era urgente. E também como apareciam ali a discussão do território e outras categorias que ganharam mais força em diante.

[Ana Fani]: Exato. Na graduação, as categorias eram trazidas pela geografia francesa. A geografia francesa trabalhava com população, categoria de análise importante, e com organização do espaço, outra categoria importante. Lembra a história que contei do Mantovani? Havia um debate sobre "organização" era o *aménagement du territoire* em francês. Traduzíamos por "organização do espaço". Significava dizer que na geografia da USP, naquele momento, já havia um movimento que caminhava do espaço como localização das atividades para o espaço organizado pelo homem.

Eram importantes, nesse momento, os livros de Pierre George. O Pierre George tinha um livro chamado Geografia e Sociologia que começava a tirar a geografia da simples distribuição de atividades e pessoas no território, para pensar que existe uma organização, que essa organização é social, e que isso faz toda a diferença. Para esses autores, Brunhes, Sorre, Lablache, Cholley, Pierre George, Guglielmo, Lacoste: a geografia é uma geografia humana, não uma geografia física. A natureza apareceria como um substrato a partir do qual se constrói um mundo social, não era muito claro, mas era isso que acontecia.

Havia um debate para entender esse homem. Dollfus, na época, escreveu um texto sobre o espaço, o que é o espaço. Pierre George também trabalhou com esse debate. Então o espaço começava a aparecer como categoria de análise potente, mas ainda não havia e, acho que hoje inclusive, não sei se nos cursos existe um debate tão central sobre a produção do espaço. O território, do meu ponto de vista, carrega uma forte noção política, vinda de Ratzel que discutíamos, aparecia o tempo todo junto com a noção de planejamento e do *aménagement du territoire*. Debatia-se naquele momento o planejamento desse espaço, como essa organização era atravessada pelo debate sobre planejamento. Isso aparecia, por exemplo, nos cursos de regionalização. Como já citei, no curso do Nelson de la Corte, o que a gente amava não era a geografia dos Estados Unidos, era como ele lidava, o método que ele utilizava para construir a tal da geografia americana. A gente não estava muito interessado na América. A minha geração,

que viveu a ditadura militar, tinha um certo preconceito contra os Estados Unidos, algo que foi um pouco natural ao longo da nossa história de formação.

Tinha a história da população e do território que atravessava o espaço, mas nada muito claro na nossa cabeça. Era muito frágil o debate sobre esse espaço. De qualquer forma, o debate sobre a categoria de localização era absolutamente central naquele momento e continua sendo até hoje. Outro debate interessante era sobre a paisagem e sobre o famoso debate sobre gênero de vida. Esse debate, do meu ponto de vista, é superado na obra do Sorre: quando ele começa a focar o processo de trabalho, superando todo o debate sobre o gênero de vida. É uma leitura minha.

Eu e a Sandra saímos juntas preocupadas com a tal da geografia. A preocupação dela era mais difusa, a minha era mais obsessiva. É uma obsessão que não passou. Eu passei a minha vida discutindo o espaço. Quando fomos para a pós-graduação, em 1976, no primeiro ano começamos a ler toda aquela obra dos chamados geógrafos franceses, lemos tudo. E aí comecei a construir um projeto. Naquele momento você não entrava com projeto de pesquisa pronto, ele se construía lá. Minha orientadora era alguém que não tinha nada de marxista, era o negativo do marxismo, alguém que fazia uma geografia conservadora, mas de incrível qualidade, sobre o urbano, sobre São Paulo. Uma geografia do Monbeig, porque ele superava aquela geografia estruturalista, no sentido em que a análise que ele fazia, as grandes monografias, contemplavam já o espaço e a organização do espaço. O Monbeig vem com uma produção acadêmica fabulosa. A presença do Monbeig na geografia da USP é importante. E a minha orientadora, a professora Nice Lecocq Müller, era orientanda do Monbeig. Como fui parar nas mãos da Nice Lecocq Müller? É coisa do destino. Eu me inscrevi na pós-graduação e a única pessoa que tinha vaga era a Wanda Navarro que era uma pessoa super interessante.

E aí outro parênteses, porque a memória não é linear. Eu fiz dois estágios durante a graduação. Um deles, na Secretaria da Educação, com a Rosa Ester Rossini, que foi uma pessoa importante na nossa formação, porque ela nos instigou demais a refletir. Ela nos chamou, eu e Amélia, com a Tânia, boas alunas, para participar da elaboração de um Atlas. Imaginem: participei de um atlas ainda na graduação. Vocês estão descobrindo que eu comecei na Geografia Física, passei pela cartografia... Tenho uma formação bem ampla. Fomos fazer mapas. E nesse momento, a Rosa Ester disse assim: “Ah, nós precisamos de uma consultoria, alguém para debater o espaço com a gente”. Porque aquele era um momento da Geografia Quantitativa, no Rio de Janeiro, Rio Claro e no IBGE. A USP passou ao largo, fez uma crítica à Geografia Quantitativa. E nesse trabalho, a Rosa Ester convidou a Nice Lecocq Müller, especialista em geografia urbana, para ser consultora. A gente fazia os mapas e depois sentava para discutir a geografia. Tínhamos aulas de geografia com a Nice Lecocq Müller e com a Rosa Ester. Aquele estágio foi onde encontramos a possibilidade de reunião e de discutir a geografia. Então a Nice já me conhecia.



No dia em que eu subo a rampa - essas rampas são famosas e fazem parte da nossa vida - para fazer meu exame para a pós-graduação, eu ia fazer minha entrevista com a professora Wanda e encontrei a Nice Lecocq Müller. Ela era aposentada, mas cruzou comigo e perguntou o que eu estava fazendo ali. Expliquei que queria trabalhar com Urbana, mas estava indo para a Wanda, que trabalhava com o agrário, porque ela tinha vaga e eu queria começar a pós-graduação de qualquer jeito. No que entrei na sala, a Wanda saiu para tomar um café, voltou e disse: "Encontrei a Nice Lecocq Müller no café, e ela disse para aceitar você que ela vai te orientar". Foi o destino. Uma pessoa que estava no grupo dos grandes conservadores da faculdade me orientando, o que mostra que ela tinha uma cabeça ótima, né?

Entrei com a Nice Lecocq Müller e ela não orientava só a mim, pasmem, ela orientava o Flávio Villaça. Enquanto eu fazia o mestrado, o Flávio fazia o doutorado com a mesma orientadora. A gente se encontrava o tempo todo, debatia muito, ele queria saber da geografia, fazia milhões de perguntas.

Mas a Nice estava aposentada e não frequentava o departamento com regularidade, era um pouco diferente, não tinha muito colóquio. E eu estava estudando com a Sandra. E aí: vou fazer o curso do Martins, vou ter que entender Agrária só porque quero entender como ele trabalha. Aí de novo o destino: chego lá, me sento e Martins perguntou por que as pessoas estavam lá. E eu timidamente, como geógrafa, sabem como é, respondi que estava interessada no debate sobre método, porque meu trabalho vai ser sobre o urbano.

No final, depois que todos falaram, ele disse: "Quero dizer a vocês que não vai ser um curso sobre sociologia do mundo rural. Este ano minha proposta é ler Marx. Os que estiverem interessados na leitura do Marx sintam-se bem recebidos aqui." Não tinha o que dizer: era Marx. E completou: "Esse curso não vai acabar este ano, porque vamos ler o Marx. Este semestre vamos ler o livro 1 d'O Capital." Lemos o Capital duas vezes com o Martins. Na primeira vez, lemos numa edição de três volumes publicado pela editora Fondo de Cultura Económica. Lemos o volume 1 no primeiro ano, o 2 e o 3 nos seguintes. Eu e a Sandra já estávamos lendo todos os clássicos da geografia. Agora, começávamos a ler Marx.

O que o Marx nos apresenta? O primeiro capítulo da obra é a mercadoria. Para destrinchar o que é a mercadoria, ele vai discutir o que é produção. A categoria de produção é absolutamente central na obra do Marx porque é dela que ele vai desdobrar a categoria de reprodução, ligada ao próprio desenvolvimento do capitalismo como modo de produção.

O que acontece para nós da geografia? Para mim e para a Sandra, a noção de produção mudou tudo o que a gente estava estudando em relação aos clássicos. Há um movimento de passagem,

por exemplo, da ideia de geografia da população para a ideia de sociedade. Marx nos ajudou a questionar a Geografia da População.

Quando a gente pensa em população, a primeira coisa que vem a cabeça é que ela é um número, uma massa. Segundo, divide-se em gêneros. Depois, constrói-se uma pirâmide de idades. E daí vai se desdobrando, a quantidade, os modelos, onde tem mais gente, onde tem menos. Mas nós estamos em um plano fenomênico já com um princípio de análise. Que é analisar uma pirâmide de idade, analisar um mapa representando a distribuição da população. Quer dizer, que já tecemos uma princípio de análise fugindo a mera superficialidade. A geografia da população traz desdobramentos de conteúdo. Mas, qual era o debate? Esse conteúdo era insuficiente. Por quê? Porque a gente quer explicar o mundo que a gente vive. Mais do que tudo, queremos explicar o Brasil a partir do modo de pensar São Paulo.

Então pensávamos: a análise da população é insuficiente. Por exemplo: o que explica dizer que São Paulo tem 20 milhões de habitantes. Há um processo de acumulação que surge com a agricultura do café, lugar de concentração do capital, gerando, em termos grosseiros, a possibilidade de São Paulo ser o lugar da indústria a partir dessa acumulação. Você tem o dinheiro acumulado do café, um porto de exportação e importação, uma população de migrantes que fornece mão de obra qualificada. Você tem toda uma realidade que é muito mais complexa - e que eu estou tentando simplificar de forma grosseira - supera a compreensão de concentração de habitantes. Ou ainda a constatação de que São Paulo é uma metrópole pois o tecido urbano se desdobra por vários quilômetros.É preciso ir além destas constatações, que todavia, não são desprezíveis.

[Thell Rodrigues]: E que não exclui a noção de localização, mas não a coloca como finalidade.

[Ana Fani]: Então, e que é importante porque, quando eu falo de porto, eu estou falando de localização. Quando estou falando de concentração de capital em São Paulo, que é o centro de uma região produtora de café, a população não é mais população. Há um movimento de passagem do conceito de população para o conceito de sociedade. Escrevi isso, inclusive, num texto publicado na Terra Livre, da AGB.

A geografia também estudou a natureza. E aí construo uma teoria que só eu trabalho e que ninguém nunca tentou enfrentar, nem para dizer que é bobagem. Essa teoria diz o seguinte: o processo de produção se refere ao fato de que o homem se relaciona com a natureza através dos instrumentos de trabalho, através do seu conhecimento e das suas técnicas, transformando a natureza em mundo social. Portanto, o ato de produção do espaço é um ato de produção da vida. O processo de produção do espaço é um processo imanente à produção da vida. Quando

você trabalha com a ideia de que o espaço é produzido, o que é a cidade? Para o Mumford, por exemplo, no livro A Cidade na História, diz que as duas grandes obras da humanidade são a cidade e a linguagem. Você descobre com os historiadores que a cidade é uma obra civilizatória. A cidade é essa criação da história, que se constitui a partir da natureza, uma natureza como condição de produção da cidade. Aqui teriamos uma triade da contradição dialética entre o homem e a natureza. A natureza transformada em um mundo social. Mesmo na agricultura, o que você faz é transformar a natureza em um mundo agrícola. A relação com a natureza no campo é um pouco diferente da relação com a natureza na cidade. Mas, nessa minha teoria, a cidade é eminentemente produto do trabalho.

Costumo mostrar para os meus alunos painéis fabulosos de transformação da cidade, desde a cidade mais próxima da natureza até a cidade que no último painel vira só circulação, o espaço abstrato, ou seja, o processo de transformação do espaço. E eu pergunto para os alunos: "Vocês estão vendo essa árvore circunscrita por essas pedrinhas? Isso é trabalho." A cidade é uma obra social que não nega a natureza, mas se cria a partir dela e com ela. Tudo na cidade é produto do trabalho. A cidade é produto do trabalho.

Nesse sentido, quando trabalhamos com a ideia de que as pessoas não moram onde querem, mas sim numa relação entre renda e preço do metro quadrado da terra, estamos dizendo que esse preço tem como fundamento, porque preço é uma forma, um processo de produção de trabalho social. O que significa dizer que não existe renda da terra urbana.

Aí chego ao problema com a geografia: os marxistas trabalham com renda da terra urbana. Se a cidade é produto do movimento de um processo de produção do mundo social a partir da relação de trabalho com a natureza, a cidade é outra coisa, diferente do campo. A teoria de Marx de renda da terra funciona para a terra, porque no agrário a terra é o pressuposto da produção. O próprio Marx, num dos capítulos sobre a renda, acho que é o capítulo 42, ele sinaliza na direção de que quando o arrendatário constrói na terra, fazendo qualquer melhoria na terra, quando ele for alugar de novo, ele vai alugar mais caro. Mas ele não entra no debate sobre o que vem a ser aquilo que aumenta a renda do dono da terra. Esse debate, eu estou fazendo.

Por que um lugar é mais caro que outro? Porque ele tem mais trabalho acumulado. O que entendemos por infraestrutura senão trabalho? Quando você pega um bairro de São Paulo mais caro que outro, ele tem água, luz, esgoto, fibra óptica, escola, hospital, toda a infraestrutura para uma vida. Compare o Alto de Pinheiros com um bairro da Zona Leste: na periferia de São Paulo se vive 23 anos a menos do que no Alto de Pinheiros. O preço do metro quadrado na periferia é muito menor porque não tem o trabalho acumulado esta desigualmente distribuido na cidade.

É claro que existe o espaço de monopólio, cujo preço está acima do valor por conta das representações e valores associados a um bairro. Hoje em dia o verde virou uma mercadoria importante no momento em que se destrói a natureza, não sei se vocês estão vendo que estão destruindo a lapa, estar próximo de área verde é importante nesse movimento do preço do metro quadrado. Mas a substância do preço é o valor.

Mesmo meus orientandos falam em renda da terra e processo de valorização e aceitam a ideia de renda da terra urbana, e eu aceito, não posso impor, eu ensino. O que me impressiona é que ninguém resolveu dizer que isso é bobagem e entrar nesse debate. Por que ninguém entrou? Seria tão desimportante? Acho que não, porque essa seria a grande contribuição da geografia para pensar o mundo moderno e enfrentar o debate com arquitetos e economistas que falam em renda da terra com a maior tranquilidade, negando o próprio Marx.

BLOCO 4 — Da dissertação de mestrado ao doutorado: espaço, reprodução e Lefebvre

[Thell Rodrigues - BPG]: Aproveitando o gancho do tema da renda da terra, que a gente também pensou em abordar, mas você já adiantou, gostaria de explorar a passagem entre o mestrado e o doutorado. No mestrado, você fala em "espaço geográfico"; no doutorado, você abandona a adjetivação "geográfico". Há também uma abordagem teórica no mestrado muito centrada no livro 1 do Capital e na Ideologia Alemã, me corrija se estiver errado. E na tese há uma profundidade teórica maior, com a noção de produção muito vinculada à ideia de reprodução e reprodução da relação social, não apenas a reprodução do Capital, mas da prática social. Aí começa a aparecer a amarra entre o início do livro 1 do Capital e a fórmula trinitária do livro 3.

Vejo também um movimento muito original que vocês fizeram no grupo do Martins: pegar o legado da geografia ativa, amarrá-lo ao marxismo, mas não ao marxismo dogmático que entrou com força na geografia nos anos 70, articulando com a herança do Lefebvre, com a noção de reprodução da vida privada e do cotidiano. É uma abordagem muito original, hoje consolidada na geografia. Mas eu fico imaginando o que foi aquilo nos anos 70 e 80. Inclusive, a Sandra Lencioni já comentou que vocês tinham debates com o Tonico [Antônio Carlos Robert Moraes] e o Wanderley Messias da Costa. Se você puder contar como foi essa inserção marxista e lefebvriana nos departamentos, nos congressos, porque apesar de hoje estar consolidado, imagino que houve resistência.

[Ana Fani]: É muito complexa a sua pergunta. Vamos ver se lembro de tudo e você vai perguntando.

Para antecipar: toda a construção da minha dissertação de mestrado e do meu doutorado se faz a partir da obra de Marx, dialogando com suas ideias e debruçando-me sobre seu método. Só fui conhecer o Lefebvre depois de terminar o doutorado, foi um conhecimento atrasado, para mim.

Quando começamos a ler o Capital, não era só o volume 1. Quando terminei o mestrado, já tinha lido todo o Capital. Mas eu tinha que dar conta do espaço. O que é o espaço? Porque eu comecei a ler Marx mas o problema do espaço estava na minha cabeça. Passei alguns anos chegando de manhã e saindo de noite da biblioteca das Ciências Sociais, que era muito mais acolhedora do que a biblioteca da geografia. Tinha uma bibliotecária, cujo nome esqueci, que era uma doçura e me ajudava a achar os livros.

No método dialético, o ponto de partida nunca é muito claro, você vai investigando aqui e ali, abre uma porta de entrada para a investigação tendo como categoria central a produção do espaço. Fui na biblioteca procurar esse elo. Cheguei a ler o Einstein e outros filósofos, inclusive, tentando entender o que é o espaço. Foram dois anos de leitura sobre o espaço enquanto começava a ler Marx. E fui encontrar no Marx as perguntas que não achei no Einstein e nos outros autores. A ideia de refletir com ele o movimento do processo de produção na sociedade deixava muito a pensar.

Eu e a Sandra escrevemos o primeiro texto sobre espaço-mercadoria no Borrador, publicado pela AGB São Paulo. Nossa história se associa muito à AGB. O Tonico e o Wanderley também escreveram sobre espaço-mercadoria. E o Armando Corrêa da Silva era um grande animador desse debate marxista no departamento. Quem estava no debate? Tonico, Wanderley, eu e a Sandra porque os quatro entramos no departamento juntos. Eu e o Tonico no primeiro concurso, depois a Sandra, depois o Wanderley. E os quatro começaram a trabalhar sobre isso.

Os dois, Tonico e Wanderley, escreveram um livro e eu e a Sandra escrevemos alguns textos sobre o caminho dessa construção teórica. O Armando era orientador dos dois. Havia uma certa rivalidade entre a gente, mas um dia alguém propôs: "Vamos estudar os quatro juntos." A Sandra comprou um caderno, sempre organizada, e os quatro se reuniram na nossa sala, porque eu e a Sandra dividíamos uma sala, e discutíamos o que estavamos pensando e fazendo. O Armando era um baita incentivador. Éramos todos mestrandos, jovenzinhos, querendo construir uma teoria. Claro que o Engels, numa idade próxima à nossa tinha escrito aquele fabuloso livro sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Mas o problema era construir a geografia. E nesse movimento, o Armando chamava reuniões na AGB e a gente falava em público, trabalhávamos muito com a AGB. Eu até fiz parte da diretoria da AGB, fiquei muito tempo na sessão de intercâmbio. A Sandra foi secretária da AGB durante anos. Era lá que o debate corria mais aberto.

Outra questão que nos colocávamos era o debate sobre o conceito de formação econômica e social. Na época, o Francisco de Oliveira, no Elegia para uma re(li)gião, escreveu sobre a existência de uma formação econômica e social nordestina; o Milton Santos defendia uma formação econômica e social brasileira. E a gente questionava: será que existiria, mesmo, uma formação brasileira e nordestina?.

E aí nós duas escrevemos um texto entendendo que, como categoria central do materialismo dialético, a formação econômica e social dizia respeito ao modo de produção. Ela qualificava o modo de produção. Inclusive, permitia pensar no que poderia se desdobrar, como o debate sobre a desigualdade. O Lênin escreve sobre o desenvolvimento desigual. Para entender o desenvolvimento desigual, a categoria de formação econômica e social tinha que ser do modo de produção capitalista.

[Gabriel Alves - BPG]: Esse é o texto do Trotsky, se não me engano.

[Karen Rezende - BPG]: É do Trotsky, e o Lênin também desenvolve.

[Ana Fani]: Publicamos na AGB, no Borrador. Acho que os dois textos estão no Borrador. E uma vez encontrei o Milton Santos no corredor, com quem eu brigava bastante, e era maravilhoso debater com ele, e ele disse: "Fani, estou discutindo o texto seu e da Sandra junto com o meu, com os alunos da pós-graduação." Porque ele pensava de um jeito e a gente pensava de outro.

Bem, continuando sobre os quatro trabalhando juntos: chega um dia o Armando e diz: "Está na hora de a gente trazer o debate da dialética para a geografia. Vamos fazer um seminário chamado 'Geografia e Dialética'." Acho que foi em 84. E fizemos. No Rio de Janeiro. E o Wanderlei completou: "No Rio de Janeiro, porque lá é muito bonito, a gente vai viajar." Mas como eramos paulistas, nós marcamos o seminário para o fim de semana - sexta, sábado e domingo. Fomos pro rio com o espírito do paulista e sequer chegamos próximos ao mar. Fomos só para trabalhar!!!. Eu me lembro de chegar nesse seminário com um calor. E a gente foi lá, debatemos, mostrou o debate que fazíamos sobre geografia e dialética. Infelizmente não conseguimos publicar os resultados, eu tenho ainda o meu texto. Seria muito importante ter como registro esse debate. Estava todo o pessoal do Rio de Janeiro: Ruy Moreira, Carlos Walter Porto-Gonçalves, que eram pessoas extremamente importantes. Você tinha no Rio de Janeiro esses dois, e em São Paulo o Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Eram um tripé importante da renovação da geografia. A gente convivia com o Ariovaldo, um grande inspirador. E o Ruy e o Carlos Walter eram um pouco mais velhos, a gente os lia e debatia com eles.

Na sequência, fomos convidados, eu não sei quem foram os loucos que convidaram o Tonico, eu, a Sandra e o Armando, para uma mesa da AGB na PUC do Rio de Janeiro. essa proeza foi

imortalizada numa foto. Essa fotografia é famosíssima, temos uma fotografia juntos. A gente teve que encarar, na primeira fileira, Pedro Pinchas Geiger, Fany Davidovich, outros professores. A gente olhava para eles: "Quem somos nós para falar para esses caras?" A mesma coisa aconteceu pouco tempo depois num congresso da AGB em São Paulo, num prédio da Poli tive que apresentar minha reflexão cara a cara com o Milton Santos, na primeira fileira. "Meu Deus, que coisa maluca". Tem esses lances que dão uma adrenalina, como você vai apresentar alguma coisa na frente do Milton Santos? Enfim, éramos jovens, falamos, falamos, falamos e foi a nossa primeira grande apresentação.

Naquela época, a gente não tinha a pressão da competição produtivista. A minha geração pôde estudar antes de participar de um evento, para não falar obviedades. O que para quem está começando parece teoria pura, no plano do pensamento pode parecer óbvio. Quando a gente começou a falar, já tinha pensado, estudado, lido, arrancado os cabelos. Tem esse movimento todo, que foi muito importante. Eu e a Sandra seguimos, e eu debatia muito com o Wanderley, a gente se encontrava todos os dias na minha sala para conversar. Eu era muito próxima dele e, claro, da Sandra. Porque é sempre a Sandra, a gente construiu a nossa trajetória na geografia juntas.

Eu particularmente trazia a obsessão de compreender o que era "o espaço geográfico".O que tem me acompanhado ao da minha trajetória, porque quando o conceito de espaço produzido ganha centralidade na compreensão do mundo, o caminho deve ser reconstruído a partir dessa tese, Foi nesse processo que eu construí uma teoria sobre o espaço. Comecei a perceber que não se trata de um espaço da geografia: é um conceito que ganha centralidade na compreensão do mundo, liberando o espaço de ser de uma disciplina para ser a possibilidade de articulação do conhecimento. Quando você fala em produção do espaço, você chama atenção para o fato de que essa categoria de análise não é de uma disciplina, ela pertence a totalidade social que orienta o movimento do ato que compreende.

E aqui quero fazer um parêntese importante: tudo isso que estou falando para vocês é uma produção da geografia uspiana. Todo esse debate é uspiano. Comecei a falar em produção do espaço a partir do diálogo com Marx. Minha dissertação de mestrado é a primeira a realizar esse debate de construção em 1978. Vocês devem conhecer o artigo do Armando Corrêa da Silva sobre esse período, está no BPG ele fala sobre esse periodo aqui na USP e sobre nossas conquistas. A produção do espaço era o caminho a ser seguido, era a categoria central de análise que estávamos trabalhando. Desde os anos 80, estou falando em produção do espaço. E por um problema de formação, só conheci o Lefebvre no final dos anos 80. Meu mestrado e o meu doutorado foram antes. Minha dissertação de mestrado foi defendida em 1978, momento em que o Lefebvre estava escrevendo *La production de l'espace* na França. É concomitante esse momento.

Portanto, nós estávamos falando em produção do espaço nesse mesmo período. E na minha tese de doutorado avanço nesse debate: na dissertação de mestrado está posta a descoberta de que o ato que produz o espaço é o ato que produz a vida, há, portanto, uma imanência entre produção do espaço e produção da vida. Na tese de doutorado desenvolvo um conceito: o espaço é condição, meio e produto da reprodução social. A produção do espaço é condição e produto da reprodução social do mundo. Há um avanço: como ele é condição, como é meio, como é produto desse processo de reprodução.

Acontece que, para o resto do Brasil, e aí está o problema, que reside no processo de colonização foi produzir o auto-colonizado brasileiro, as pessoas leem autores estrangeiros e conseguem descrever os suspiros do Harvey, mas não leem a produção brasileira. Há poucos anos, num evento na PUC do Rio, um colega português em sua apresentação afirmou que "Lefebvre trouxe para a geografia a produção do espaço." Aí um professor brasileiro, sentado lá, concordou: "É verdade, o Lefebvre trouxe para a geografia a produção do espaço." Levantei e falei: "Vocês não leem a produção uspiana, porque estamos falamos em produção do espaço desde os anos 80. No caso da minha tese, desde 1978". Portanto, quem trouxe para a geografia o conceito de produção do espaço foi a geografia uspiana. E o Brasil não sabe disso, porque nunca leu, mas sabem o que se publica no exterior.

Esse é um parênteses que eu acho importante fazer porque mais do que um colega meu abrir a boca em congressos para dizer que o Lefebvre trouxe para a geografia o conceito de produção do espaço, o que não é verdade, existe toda uma produção. Sandra e eu escrevemos em 1982 não só sobre a produção do espaço, mas sobre o fato de que, sob o capitalismo, essa produção do espaço se transforma em mercadoria. Está publicado e, como a gente só cita o que está publicado, portanto, pelo menos desde 1982, estamos falando sobre isso.

O Tonico fez uma crítica ao nosso texto, dizendo que estávamos muito apoiadas no livro 1 do Capital. Pode ser, acho que a gente estava muito influenciadas pelos debates que a gente fazia sobre o livro 1. Mas depois que a gente leu o Capital, lemos um livro ainda mais importante: os *Grundrisse*. A gente gosta mais dos *Grundrisse*. É um livro fabuloso. Lembro que no curso do Martins fiz um trabalho sobre a noção de reprodução nos *Grundrisse*. Nunca publiquei, o texto está lá, pequeno, mas mostra como aparece nos *Grundrisse* a noção de reprodução.

No departamento, aconteceu o seguinte: éramos taxados de não fazer geografia. Diziam que a gente fazia sociologia. Diziam que éramos orientandos do Martins, o que é correto, porque nos formamos com o Martins, com o estímulo dele, com as análises que ele fazia dos livros, fazendo seminários.

Como eram as aulas do Martins? Eu faço isso na minha pós-graduação e os alunos gostam. No primeiro dia de aula, ele dividia as leituras de um livro inteiro em um semestre e era uma leitura grande. Dividia a sala em grupos, cada grupo escolhia qual seminário queria apresentar, e a aula era dada por esse grupo, que coordenava os debates. O Martins só assistia e, no final, fazia aquele fechamento glorioso, estimulante, aquela síntese. Então o curso do Martins era uma agitação. Ficamos todos muito amigos, saíamos do curso e íamos almoçar no Clube dos Professores continuando o debate.

O seminário do Martins, sem medo de exagerar, mobilizou a minha vida por 18 anos. Entrei no primeiro ano e saí no décimo oitavo. Ao longo desses 18 anos teve gente que entrou e saiu. Em 1992, o Martins chegou para a gente e falou: "Olha, nós já lemos O Capital duas vezes. Já lemos os Grundrisse. Lemos as Teorias da Mais-Valia. Menos os escritos históricos porque precisaríamos de um historiador para destrinchá-los. Mas lemos também a Miséria da Filosofia, enfim. Está na hora de ler um autor que prolongou o pensamento de Marx para o século XX. Essa pessoa chama-se Henri Lefebvre." Eu nunca tinha ouvido falar do Henri Lefebvre. As pessoas dizem que eu copiei o Lefebvre, na construção de minha teoria sobre a produção do espaço, mas eu só conheci o Lefebvre em 1992, por pura ignorância. Na minha trajetória, nunca havia cruzado com uma indicação desse autor, até aquele momento.

Com o Martins, do Lefebvre, lemos os escritos filosóficos, lemos a Sociologia de Marx, obras sobre Lenin, Lukács, Hegel, Marx e Nietzsche. Mas faltavam os textos sobre a cidade e o urbano, faltava ler sobre o cotidiano. E aí, nesse momento em que faltava ler o cotidiano, acabou o grupo. Martins disse: "Cheguei à conclusão de que preciso me dedicar à graduação. Vocês estão aqui comigo há 18 anos, já estão mais do que formados. O papel da universidade pública é formar os estudantes, então agora eu vou trabalhar na formação deles". O que era, na verdade, realmente muito correto.

Então a gente veio para a geografia: Sandra, eu, Amélia, Odette, Margarida, Aparecida e Tereza, embora algumas não tivessem continuado. A única que ficou os 18 anos fui eu. E viemos carentes de trazer o debate sobre a cidade, o urbano e o cotidiano para o laboratório de Geografia Urbana. O que fizemos? Amélia, Odette e eu demos um curso de pós-graduação sobre cotidiano, sobre a obra do Lefebvre. As três davam a aula, tinha uma carga bastante grande. E comecei a dar disciplinas na graduação sobre a obra do Lefebvre.

A esse respeito: uma vez o Martins escreveu ao Lefebvre perguntando sobre a obra. O Lefebvre respondeu a carta dizendo: "Meu trabalho é simples. Existem algumas questões que persigo em toda a minha obra, é disso que se trata." Lendo os livros sobre a cidade e o urbano, comecei a perceber que há conceitos e ideias que ele repete ao longo dos livros, mas não repete do mesmo jeito: repete superando, ampliando a ideia. Fiz uma análise desses momentos e na pós-

graduação eu trabalho com essa leitura: vamos ver o que ele escreveu aqui sobre esse tema, e o que ele escreveu ali sobre o mesmo tema. O meu curso é exatamente esse movimento da obra do Lefebvre. E nos colóquios a gente lê sempre o Lefebvre e um pouco do Marx, não dá pra encarar a obra inteira do Marx nos colóquios de pós-graduação porque é extenso.

Gosto especialmente do livro 2 do Capital, porque acho que ele ajuda a pensar os processos de acumulação como processos produtores do espaço. Quando todo mundo diz que Marx não trabalhou com espaço, eu digo: sim, trabalhou. No livro 2 do Capital há um debate sobre espaço que é exatamente o movimento que uso na minha tese de doutorado para discutir sobre Cotia.

[Thell Rodrigues - BPG]: E aí você pega o conceito de reprodução antes mesmo da aproximação com o Lefebvre, muito a partir do livro 2.

[Ana Fani]: Exato. Meu conhecimento se constrói em debate com a obra de Marx, primeiramente. Comecei a trabalhar com o Lefebvre nos anos 90, mas sempre com Marx como fundamento, porque para entender o Lefebvre, é preciso entender Marx. O Lefebvre supera Marx, mas "superar" no materialismo dialético significa elevar e levar adiante, não destruir. Meu ponto de partida sempre foi Marx, e depois o Lefebvre.

A construção sobre a produção do espaço é puramente um debate que faço com Marx. Porque nos Grundrisse você encontra o movimento que vai da noção de produção à noção de reprodução. A noção de produção para mim é muito importante porque ela tem dois sentidos: um sentido estrito, que é produzir mercadorias; e outro sentido mais amplo, que envolve a criação do própio homem, que vem acompanhada pela criação do conhecimento, e da civilização. Essa noção de produção é absolutamente central na obra de Marx para construirmos uma compreensão sobre o mundo que vivemos. O capitalismo domina processos de produção, mas quando Marx fala de processo de produção, ele não domina só o plano econômico da produção da mais-valia, ele domina a reprodução ampliada, que se dá na reprodução das relações sociais, na reprodução do conhecimento. Esse movimento da produção, que inclui o sentido estrito e o sentido amplo e se desdobra num processo de reprodução, é o que o Lefebvre vai ampliar para a noção de reprodução das relações sociais de produção. Traz consigo a necessidade de entender que o capital é uma relação social , não estritamente econômica.

A obra *La Survie du Capitalisme* é fundamental para entender esse movimento. O que está posto ali é, implicitamente, um debate com Rosa Luxemburgo sobre a acumulação. A acumulação do capital se realiza no ciclo do capital, mas o Lefebvre vai dizer: olha, uma das categorias do materialismo que é quantidade e qualidade. Ele diz que existe um movimento do

capitalismo que é quantitativo, ele cresceu, inundou o mundo de mercadorias. E há um lado qualitativo: ele mudou a vida, mudou o sentido de homem. Quando você lê o Capital, percebe que Marx define ali o nascimento de um novo homem no capitalismo. Eu também escrevi sobre isso, mas fica tudo guardado.

Quando o Marx está falando em reprodução, ele está dizendo que há um movimento. Que é o movimento do mundo de mercadorias. Que não é só o mundo do ciclo d'O Capital se reproduzindo, mas é o mundo da mercadoria como uma constituição reprodutora. Mas ele ainda não tinha todas as condições da história para descobrir que estavam sendo produzidas outras coisas capazes de permitir que o processo de acumulação acontecesse. Quando o Lefebvre constrói o movimento das reprodução das relações sociais de produção, na minha análise, ele está trazendo a noção de produção com esses níveis para um nível maior.

Então ele vai dizer o seguinte: para o capitalismo se reproduzir, não basta só a reprodução do ciclo do capital, porque esse ciclo provoca a tendência de queda da taxa de lucro, que é uma contradição no desenvolvimento do próprio capitalismo. Então, em determinado momento da história, essa tendência da queda da taxa de lucro entra em crise e o capitalismo tem que procurar novas áreas para se reproduzir. O Lefebvre vai dizer: onde o capital se reproduz na modernidade? Através da cidade, do cotidiano e da produção do espaço. Sendo que a produção do espaço é, segundo minha interpretação, o terceiro termo dessa relação. Estou escrevendo sobre isso agora, para entender a cidade e o urbano, estou construindo uma tríade como atualização da obra de Lefebvre para a compreensão do século XXI: onde o primeiro termo é o cotidiano, o segundo o urbano e a produção do espaço terceiro elemento da tríade tendo a produção do espaço como o terceiro elemento, aquele que supera realizando os outros dois termos. Portanto, a acumulação não está mais no ciclo. Daí o debate não feito com a Rosa Luxemburgo onde o processo de acumulação é econômico dentro do ciclo. Na realidade, o capital não é economia. Marx define o capital como uma relação social. A obra de Marx não é de economia: é economia, é política, trabalha com o conhecimento de forma geral.

Voltando à geografia: quando Marx entra na história da disciplina, nos anos 70, há um questionamento sobre a geografia, que seria que ela não teria uma teoria capaz de explicar o mundo, ficava muito no plano da paisagem, no plano fenomenológico. Era preciso fazer da geografia uma ciência capaz de compreender a realidade que se vive. Qual foi o "instrumento" capaz de mobilizar a geografia para solucionar uma crise de uma disciplina que não explicava o mundo? Nós carregamos até hoje esse estigma de uma ciência que ficou na fase da descrição e que é desimportante no mundo moderno. Até hoje existe esse preconceito com a geografia de achar que a gente ainda está nos anos 50, descrevendo. O que acontece é que a geografia que surge nesse momento, surge via materialismo histórico, não o dialético, trabalhando menos com as contradições, mas produzindo uma teoria potente sobre a realidade.

Nos anos 80, começa-se a pensar os movimentos sociais. É importante a obra da Arlete Moysés Rodrigues sobre esse tema. E existe também um problema de pensar o homem apenas como trabalhador. Há uma redução. Enquanto também surge uma forte geografia econômica presa ao economicismo, em que o homem é um fator econômico. Era preciso dar um passo adiante e mostrar que o homem não é só um trabalhador, mas sim um ser por inteiro. Entra um pouco de ontologia nisso em pensar um homem como um ser criativo, *poiético*. O pessoal diz assim: "Fani agora entrou na ontologia", mas é preciso pensar o ser humano como um ser criativo! Isso está em Marx, aparece também no Lefebvre, não tem porque não pensar nessa direção. Aqui o conceito de *poiético* é importante nesse sentido, porque ele não é só um trabalhador. Porque através do seu trabalho ele pode ser outra coisa, ele se transforma num homem de desejos, não só de necessidades. Ele cria um mundo à sua semelhança. O debate sobre alienação se atualiza pelo debate da cidade: a cidade produzida como exterioridade é o modo como a alienação se atualiza no mundo moderno.

Então o marxismo entrou na geografia com uma geografia econômica forte, com uma geografia sobre movimentos sociais, com um debate com o positivismo, mas ela parou. O Aziz Ab'Sáber, uma vez, numa conferência, disse: "A geografia descobriu o espaço-mercadoria", e eu completo: "e perdeu, porque hoje se discute turismo sem chegar perto da produção de espaço como mercadoria." O turismo atualiza hoje a produção de espaço como mercadoria. Então esse é o movimento da geografia.

Como acontece nos congressos? Com o maior preconceito. A geografia crítica brasileira hoje é residual. Ela foi muito forte e viva nos anos 70, mas nos anos 80 há um declínio. Ela acaba ficando como o negativo da geografia oficial e hegemônica no Brasil, que hoje é cada vez mais cultural e cada vez menos voltada para o debate sobre a raiz e os fundamentos da desigualdade. É um momento em que a desigualdade espacial como categoria fundamental é ignorada, em que o debate sobre a produção do espaço é relativizado. Então é uma geografia que perdeu força e potência na compreensão da realidade brasileira. Então você tem hoje uma geografia muito subdividida em campos, tem a geografia de tudo. Uma das últimas é a geografia do afeto, que se articula uma política pública. O que é bastante questionável. Você perde a dimensão da realidade como totalidade social. Com a geografia esfacelada como está, estamos perdendo a totalidade social explicativa da realidade brasileira.

BLOCO 5 — Balanço do marxismo na geografia no século XXI

[Thell Rodrigues - BPG]: Uma questão sobre isso. Na entrevista para o Scarim, por volta de 2000, quando ele te pede para reconstituir a geografia crítica, você diz: "Não está em crise, mas há um momento crítico." Depois, num texto para uma revista de Barcelona de 2008 ou 2009, você já fala em crise da geografia e crise da geografia

marxista. Em 2018, na introdução do dossiê dos 40 anos da geografia crítica, você fala em um momento de refluxo no qual o debate teórico e o marxismo aparecem envolvidos em "nuvens de preconceito", expressão que você usa. Como você faz esse balanço agora, no século XXI? Como está o marxismo nas publicações, nas disciplinas, no departamento, na AGB, nas instituições de Estado? Como você vê essa articulação entre geografia e marxismo hoje?

[Ana Fani]: Para entender esse movimento, há um pressuposto: o modo como a investigação está acontecendo no Brasil. Eu escrevi um manifesto contra o produtivismo, sozinha, que eu mesma assino. O modo como se investiga no Brasil, principalmente na pós-graduação está atravessado pela utilidade. A utilidade como conceito mesmo. Você escreve para alguma coisa. Dois problemas: um do pensamento mais conservador, outro do pensamento de esquerda.

O que acontece no pensamento positivista da geografia? Se o dinheiro da pós-graduação vem da CAPES, é porque as universidades resolveram abdicar da pós-graduação, entregando-a nas mãos da CAPES, uma instituição exterior à universidade. Essa instituição passou a dizer para a universidade como ela deve investigar. Então os programas de pós-graduação e a investigação brasileira entraram na lógica de: quanto mais produzo, quanto mais publico, quanto mais apresento trabalhos em congressos, mais currículo tenho, portanto, sou melhor. O que percebemos nos congressos e nas reuniões pelo Brasil inteiro é a falta de debate: as pessoas vão lá para apresentar trabalhos e ir embora.

Lembro de um congresso, acho que o EGAL, em 2008, em que estávamos numa mesa com Rogério Haesbaert, eu e Dirce Suertegaray. O auditório era um mar de gente. Quando terminamos de falar e ia começar o debate, o mediador teve que parar e ficamos esperamos mais de cinco minutos a sala esvaziar, porque ninguém estava interessado no debate. Esse exemplo é sintomático de como o debate no Brasil não está acontecendo. E não raro você está numa mesa e alguém diz: "Professor, preciso apresentar logo porque estou numa outra mesa." Vai lá para colocar no Lattes, não para aprender, não para debater. O debate virou competição.

Qual a conclusão? A geografia vai perdendo sua potência na medida em que abdica de habitar o tempo lento da investigação, da pesquisa e do pensamento para produzir rapidamente.

No campo da esquerda está acontecendo algo com quase o mesmo conteúdo. Nós vivemos uma realidade profundamente desigual, a barbárie das condições de vida da sociedade brasileira. No século XXI ainda falar em fome mostra o grau da nossa civilização, da nossa sociedade. Estamos vivendo problemas emergenciais. Diante dessa urgência, somos convocados a agir. Surge então o debate de que os marxistas só pensam, não agem. Argumento recorrente em autores importantes, como Nancy Fraser, como Soja. Portanto, é preciso

abandonar o marxismo porque precisamos agir. Fala-se muito em justiça espacial, principalmente na América Latina. Diante dessa crise, temos que decidir.

O problema é: quando você decide, você só pode projetar e transformar se antes você construir um forte conhecimento sobre aquilo que produz a barbárie. A emergência criou um pragmatismo: é aqui e agora. E aí fica "Esses teóricos falando de Marx e Lefebvre não estão com nada, porque eles estão teorizando, não estão mudando o mundo, os que estão mudando o mundo estão fazendo política pública". Mas ao fazer política pública, vivemos o presente, e a tragédia que estamos vivendo é a perda do futuro. Do meu ponto de vista, essa é a maior tragédia brasileira: caídos no pragmatismo, precisamos agir aqui e agora, estamos perdendo o futuro.

Exemplo: o Lefebvre construiu um conceito de direito à cidade. Se mergulharmos na obra do Lefebvre, porque você não pode ler um pedaço do livro e achar e entendeu ele, se você pegar o modo com que ele constrói o conceito de direito à cidade, para ele o direito à cidade é utopia. O que acontece nas leituras lefebvrianas? "Vamos pegar o direito à cidade para transformar em política pública." O pessoal da arquitetura faz isso. Pega o conceito, transforma numa bandeira de luta e vai lutar pelo direito à cidade. Ao fazer isso, cai nas mãos do Estado. Ao invés da investigação caminhar na direção da destruição do Estado, caminha para o seu fortalecimento. Portanto, enquanto ciência, acaba agindo como fator reprodutor do capital. É isso que está acontecendo na geografia e não só nela, como trabalho com o urbano vejo isso em outros lugares. Então você tem nos congressos essas duas coisas.

E tem também o culturalismo, a narrativa identitária. A narrativa identitária é o esfacelamento da totalidade social. Está produzindo um não-conhecimento, isso radicalmente, falando do ponto de vista marxista, é a destruição da potência de qualquer produção de conhecimento que tenha como compromisso mudar o mundo. Uma coisa é plantar uma iniciativa pontual achando que ali se resolve o problema. Outra coisa é mudar o mundo. Vai mudar o mundo agora? Óbvio que não. Mas é preciso projetar e caminhar na direção de uma outra sociedade. É preciso projetar um projeto que mude o mundo, é o caminho, não a finalidade. O fim, em Marx, é importante: é a utopia realizada, o fim da alienação.

BLOCO 6 — Perspectivas futuras: a metageografia

[Karen Rezende - BPG]: Professora, num texto recente de 2023, você apresenta horizontes para uma geografia crítica radical. Reúne várias coisas que citou aqui, principalmente a produção em Marx e no Lefebvre, e coloca a sua formulação do espaço como condição, meio e produto. Uma coisa muito importante que você coloca como horizonte metodológico é a metageografia como uma crítica à própria geografia. A

impressão que temos é que essa aposta aponta para um futuro de uma geografia crítica e, sobretudo, uma necessidade de repensar as categorias de análise a partir do materialismo dialético como forma de superação. Como você enxerga esse movimento? O que significa a metageografia nessa perspectiva de futuro?

[Ana Fani]: A palavra "meta" quer dizer superação. Porque quando falamos de Geografia Crítica e Radical, tanto crítica, quanto radical, são movimentos da própria filosofia. É uma questão de método. Então a ideia da metageografia vem do fato de que você está falando sobre a própria disciplina, por isso inventei esse termo.

O que penso como metageografia é a produção de uma geografia como um conhecimento potente do mundo que dê centralidade ao conceito de produção social do espaço. Esse é o ponto central. Isso vem acompanhado de uma estratégia: o questionamento de uma ciência que fica no plano da superficialidade, sem a realização de um conhecimento calcado numa teoria com mobilização de categorias de análise, como produção e reprodução, para além daquelas que são típicas da geografia, como o território. Na realidade, na geografia se fala muito pouco de espaço, só falam de território. Do meu ponto de vista, o conceito de espaço produzido é muito mais amplo do que a categoria de território, com a sua forte tradição política associada ao Estado. O espaço é uma categoria mais ampla, mais potente, que tem um domínio da totalidade que, do meu ponto de vista, o território não teria.

A metageografia necessariamente tem que ser crítica no sentido de ir à raiz daquilo que entendemos como desigualdade. Hoje em dia todo mundo fala em desigualdade, mas é desigualdade e ninguém trabalha com seus fundamentos. Se essa desigualdade não preciso desvendar seus fundamentos. Do mesmo modo, é preciso desvendar o que é o projeto da sustentabilidade. O que é sustentabilidade? Ela está associada a uma estrutura, a inteligibilidade sistêmica onde tudo se resolve por dentro dele. Portanto, a sustentabilidade hoje é acreditar na missão civilizatória do capital: vamos arrumar as coisas para ficarem melhor, mas dentro e fortalecendo uma estrutura capitalista.

O que coloco como metageografia é fazer uma crítica aos fundamentos da desigualdade, projetando um outro futuro que não seja nem capitalista, nem que se resolva por dentro do Estado. A ideia de "comum" é muito complicada. Não se trata de projetar o comum, mas de projetar uma outra sociedade como totalidade social em movimento, que projeta um futuro onde a não-alienação esteja posta como projeto orientando o futuro. E para isso é necessário compreender quais são as situações que produzem essa alienação.

E existem muitos marxismos. Enquanto não entendermos essa sociedade como um todo desigual e contraditória, não podemos projetar o futuro. E o que está acontecendo é o

esfacelamento das possibilidades da investigação científica. Nesse sentido, aponto o pensamento crítico como residual. E, do meu ponto de vista, a geografia está em crise, porque o modo de se investigar agora está nas mãos das instituições de fomento à pesquisa.

Assisti uma reunião de pós-graduação no nosso anfiteatro que foi chocante: os estudantes queriam saber como conseguir bolsa. Claro, estamos vivendo uma precariedade. Mas transformar uma reunião de pós-graduação em um simples "como monto meu pedido de bolsas" não dá. Chamar o coordenador da CAPES não para discutir qual é a política para a geografia, mas para discutir como montar relatório para ganhar nota, não dá.

A geografia está quase no fundo do poço: trabalhando com narrativas identitárias, com fragmentos do mundo, sem entender o Brasil e, portanto, sem projeto de mudança. Estamos presos nesses focos de análise. É preciso discutir o que nós queremos da geografia, esse é um debate importante. Qual é a nossa responsabilidade social enquanto geógrafos?

ENCERRAMENTO

[Gabriel Alves - BPG]: Professora, obrigado pelo tempo. É sempre uma honra poder te ouvir. A gente tem outros relatos e muito material, tanto o que você produz quanto a respeito de você. Mas justamente por estarmos vivendo essa crise da geografia e essa crise da investigação, a urgência acaba gritando mais alto. E acho que não se trata de culpabilizar os alunos que estão tendo que se colocar nessa situação. Mas a necessidade de nos reunirmos para refletir e debater é o que move tudo isso. Esse momento aqui é um incentivo para a gente continuar. Muito obrigado por se dispor.

[Ana Fani]: Gostei muito das leituras que fizeram sobre os meus trabalhos. Vocês podiam escrever sobre isso, foi uma análise muito séria. Queria que fosse publicado junto. E já que falaram que têm espaço para notas, vou pegar meu texto e dar para vocês publicarem, como testemunho de uma época, não vou reformular nada.

[Thell Rodrigues]: Então, professora, a primeira coisa é agradecer em nome da AGB São Paulo, do BPG. Um comentário: concordo muito que a geografia marxista está em crise, e está em crise num momento muito crítico.

[Ana Fani]: Mas ainda existe.

[Thell Rodrigues]: Mas ainda existe.

[Ana Fani]: E é forte. O fato de estar em crise não quer dizer que não existe. Ela existe e está aí berrando.

[Thell Rodrigues]: Exatamente. O nosso dossiê é uma tentativa de retomar isso, de disputar os espaços dentro da geografia, em termos de construção, de retomar uma radicalidade teórica na geografia. E a gente fez questão de fazer essa conversa com você não só para amarrar essa parte biográfica e teórica, mas para que isso inspire outras pessoas na geografia. Não só o que você fez, mas o que ainda faz pela geografia, é o que nos motiva, motiva muito as nossas construções teóricas e de pesquisa.

[Ana Fani]: Eu reclamei, com o Igor, porque não pude fazer antes, acho que tem que escrever. Não tem que ter só este dossiê. A AGB tem que ser a ponta de lança desse debate, ela sempre esteve à frente dos debates sobre a geografia brasileira, porque ela não está presa a nenhuma instituição de fomento. Enquanto não estiver presa, a AGB é o lugar desse debate. Sempre achei.

[Thell Rodrigues]: A AGB também está em disputa, existem várias correntes teóricas dentro dela. Mas o nosso posicionamento aqui em São Paulo, agora, é esse: construir uma geografia muito inspirada pela tradição marxista, pelas discussões do Labur, e disputar a AGB também.

[Ana Fani]: Tem que disputar mesmo. O BPG é uma publicação muito importante. Trabalhei no setor de intercâmbio por muitos anos, na época dos papéis. Ter uma publicação em São Paulo, da AGB, é importante. Vamos abrir espaço para essa geografia. Porque a outra todo mundo conhece. Essa, existe um preconceito, ninguém quer ouvir, porque a teoria demora muito tempo para fazer. E eu preciso publicar 20 artigos por ano. Tem gente que publica 20, 30, 50 em 2 ou 3 anos.

O programa de pós-graduação da USP é o único em que o orientador não publica com o orientando. Nos outros programas do Brasil, você olha o currículo de alguém pedindo bolsa de produtividade e tem um monte de publicações, nenhuma sozinho. Uma pessoa faz pesquisa e não consegue publicar sozinha? Isso é um sintoma grave da crise da geografia. Não conseguem mais pensar sozinhos. Ou pior, não quero crer, usam isso para aumentar a publicação. Usar o orientando para fazer o próprio currículo é um problema ético. O Brasil está vivendo um problema de ética e o projeto marxista contempla uma ética que precisa ser levada em conta. E essa prática tem que acabar na geografia.

Como citar esta entrevista:

RODRIGUES, Thell; ALVES, Gabriel Souza; SANTOS, Karen Yasmin Rezende. Entrevista com Ana Fani Alessandri Carlos**. Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 116, p. 12-44, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/kpgj7q30

Sobre a entrevistada: Ana Fani é professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP), onde também atua como Professora Titular Sênior do Departamento de Geografia e docente da Pós-Graduação em Geografia Humana. Graduada, mestre, doutora e livre-docente pela USP, realizou pós-doutorado na Universidade de Paris VII e atuou como professora convidada em diversas instituições da América Latina e Europa. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (nível 1A). Fundadora da revista GEOUSP: Espaço e Tempo, coordena o Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP) e o Grupo de Teoria Urbana Crítica do IEA-USP, além de liderar convênios internacionais de pesquisa. Autora e organizadora de obras de referência na Geografia Humana — como Espaço-tempo na metrópole (Menção Honrosa no Prêmio Jabuti) e A cidade —, foi agraciada com o Prêmio Internacional de Geocrítica (Universidade de Barcelona) e o Prêmio Manuel Correia de Andrade (ANPEGE). Suas pesquisas fundamentam uma teoria crítica sobre a produção social do espaço urbano, articulando segregação socioespacial, direito à cidade e a tríade urgência-direito-utopia.

Sobre os entrevistadores

Thell Rodrigues: Doutorando e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professor no Centro Paula Souza e Coordenador da Base Nacional Comum Curricular da Etec Cepam. Integra a diretoria da AGB Seção Local São Paulo (gestão 2026-2028) como Coordenador de Publicações, sendo Editor-Geral do Boletim Paulista de Geografia (Qualis A1). Atualmente é Representante Discente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) Gestão 2026 e 2027. As pesquisas concentram-se em Geografia Econômica, Geografia Regional e Geografia Histórica, com destaque para a exploração mineral em Minas Gerais, analisada a partir de um enfoque crítico na modernização e na crise da reprodução social capitalista.

Gabriel Souza Alves: Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Geografia Humana pela USP. Atualmente realiza seu período sanduíche na Innsbruck Universität (UIBK), participando do Arbeitsgruppe Glokale Entwicklung und Nachhaltigkeitsforschung (AGEF) e do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical).

Karen Yasmin Rezende Santos: Graduanda em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisadora em nível de Iniciação Científica, na área de Geografia Urbana, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Integra a atual diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local São Paulo, como parte do coletivo de divulgação. Faz parte do grupo de pesquisa Limiares (Limites da Acumulação e Reprodução do Espaço), vinculado ao Laboratório de Geografia Urbana (Labur).

Editoração:
Thell Rodrigues
Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Entrevista com a Prof.ª Arlete Moysés Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
igor.carlos@usp.br

Renato de Sousa Ribeiro

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
renato.ribeiro@usp.br
igor.carlos@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Entrevista com a Prof.ª Arlete Moysés Rodrigues

Resumo

Entrevista com a professora Arlete Moysés Rodrigues, realizada em 17 de março de 2026, para o dossiê Geografia e Marxismo, do Boletim Paulista de Geografia (n. 116). A conversa aborda sua trajetória intelectual e política, a relação entre marxismo e geografia e suas pesquisas sobre a questão urbana, a moradia, a renda da terra e a autoconstrução. Também discute a atuação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a luta pela reforma urbana e a importância da geografia como instrumento de compreensão e transformação social.

Palavras-chave: Entrevista; Arlete Moyses Rodrigues; Geografia; Marxismo; BPG.

Interview with Professor Arlete Moyses Rodrigues

Abstract

Interview with Professor Arlete Moysés Rodrigues, conducted on March 17, 2026, for the Geography and Marxism dossier of the Boletim Paulista de Geografia (no. 116). The conversation explores her intellectual and political trajectory, the relationship between Marxism and geography, and her research on urban issues, housing, land rent, and self-construction. It also discusses the role of the Brazilian Association of Geographers (AGB), the struggle for urban reform, and the importance of geography as a tool for understanding and transforming society.

Keywords: Interview; Arlete Moyses Rodrigues; Geography; Marxism; BPG.

Nota dos entrevistadores

No processo de transcrição desta entrevista, procuramos conciliar a fluidez da leitura com o respeito pelas marcas da oralidade. Para tal, utilizamos parênteses para sinalizar hesitações, comentários laterais ou interrupções da própria entrevistada, e reticências para pausas no discurso.

Além disso, recorremos a colchetes sempre que sentimos a necessidade de inserir complementos textuais externos. Por fim, as notas de rodapé foram reservadas exclusivamente para a contextualização de informações históricas, institucionais ou bibliográficas estritamente necessárias à compreensão do relato.

Por fim, a transcrição foi enviada à entrevistada, que realizou a leitura, fez pequenos ajustes pontuais e aprovou a versão final.

1. [Renato Ribeiro] Para começar gostaríamos que você contasse um pouco da sua trajetória intelectual e profissional, (assim como) foi o seu caminho para ingressar na universidade, e estando nela como foi a construção dessa trajetória intelectual. No entanto, a gente também gostaria que você narrasse essa trajetória abordando essa articulação entre o marxismo, a geografia e os próprios objetos de pesquisa que você entrelaçou ao longo do seu percurso. Como que se deu esse movimento?

[Arlete Moysés] Eu não fui uma estudante tipo comum, eu não fiz o que na minha época seria o ginásio e o colégio, eu terminei o que seria o curso primário. Eu sei que mudou tudo, mas eu estou dando como era na minha época. E a partir dos 12 anos, eu fui trabalhar em áreas de tecelagem. [Eu] era espuladeira[1], atividade auxiliar na área de indústria têxtil. O bairro onde eu morava, a Mooca, era um bairro bastante industrial e ligado à indústria têxtil. E a minha trajetória dentro da academia, ela começa assim de um desejo enorme de entender o mundo, de estudar, mas está ligada as minhas origens.

Eu retomo os estudos quando aos 18 anos trabalhando na empresa Remington Rand do Brasil como datilógrafa, e todos os meus colegas receberam aumento e eu, por não ter estudo, não recebi. Ingresso na época num cursinho. Curso de Madureza Santa Inês para estudar para os exames de Madureza que eram realizados nos diferentes colégios estaduais. Era artigo 99 para prestar exames[2]. Não é como é hoje que as pessoas cursam [EJA]... Eu não cursei nada! Eu ia no cursinho e prestei os exames de ginásio e de colégio. Então veja, minha trajetória não é uma trajetória reta. Ela vai indo por diferentes caminhos, sempre com a ideia de que eu queria entender o mundo.

Tinha uma questão que me incomodava e que isso já está em alguns lugares, que era o seguinte: o quê que acontecia com o fato da gente pagar aluguel no bairro da Mooca. Ah, nós éramos em seis irmãs, sete, comigo. E eu vi alguns amigos comprando casa, mas longe. Daí você começa a se intrigar com uma questão da vida: o que significava os meus amigos irem morar longe, mas comprar casa própria e a gente estar num bairro sem condições de sair do aluguel?

[1] A espuladeira era a operária responsável por manusear a máquina que enrolava os fios nas espulas (bobinas) para abastecer as lançadeiras dos teares.

[2] O Exame de Madureza foi o precursor do atual sistema de ensino supletivo no Brasil, instituído oficialmente pela Reforma Capanema na década de 1940 e amplamente utilizado nos anos 1950 e 1960. Ele permitia que jovens e adultos que não haviam frequentado a escola regular na idade certa obtivessem os diplomas equivalentes ao curso Ginasial ou Colegial diretamente por meio de rigorosas provas oficiais. Os candidatos estudavam de forma autodidata ou em cursos preparatórios e, ao serem aprovados nas avaliações escritas e orais aplicadas pelo Estado, garantiam a certificação legal necessária tanto para o mercado de trabalho quanto para o ingresso no ensino superior. Ao se referir ao artigo 99, a entrevistada utiliza da terminologia popular usada na época para expressar quem realizava o Exame Madureza. Em termos atuais equivale aproximadamente ao dizer "fazer o supletivo" ou "fazer o ENCCEJA" (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos).

Veja, isso permeava as minhas preocupações e permeava a ideia de que eu queria estudar. Eu queria entender o mundo. Então eu faço o curso Madureza. Terminados esses cursos – ginásio e colégio – eu vou dar aula no curso Madureza, que era o curso de Madureza de Santa Inês. Eu fiz o ginásio, colégio e eu prestei o vestibular, mas eu não entro na USP. Porque eu não tinha uma base teórica e prática de inglês ou francês, exigido no vestibular da USP. Eu entro na PUC[3] que não tinha essa exigência no vestibular.

E eu entro na PUC no final de 1966. Ou seja, eu curso 1967 e 1968 na PUC, e, por um acaso e por uma possibilidade, a USP abre a possibilidade de transferência a partir de exames escritos e orais. Enfim, me transfiro junto com sete colegas para a USP, uma universidade pública. Eu gosto muito de citar a Rosa Ester Rossini que dava aula na PUC – e que mostra que tem uma possibilidade de transferência. Então, nós vamos em oito, prestamos o exame e vamos para a USP.

Aí tem que entrelaçar – e eu não posso deixar de entrelaçar – com a AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiro]. Ainda na PUC, em 1968, nós ouvíamos falar da AGB – a PUC não tinha AGB – na época a AGB tinha organização estadual e/ou regional. Assim tinha uma possibilidade de você ouvir uma forma de articulação, uma forma de conhecimento político que não estava apenas na sala de aula. Não era um conhecimento só teórico, era um conhecimento teórico e era uma luta política.

Então veja, esse período 1967-1968, ele está entrelaçado com a minha passagem para a USP e dentro dessa passagem para a USP, encontrar a AGB que tinha a sua sede dentro do Departamento de Geografia[4]. Mas era um momento de grande movimentação e formação dos estudantes universitários nas lutas contra a ditadura.

Eu estou fazendo essa relação porque ela explica uma trajetória: eu tenho uma trajetória que é a prática-política; eu tenho uma trajetória que a preocupação com desvendar a realidade; que tem como base a preocupação com estar numa universidade pública, portanto, diferente daquilo que eu tinha vivido, já que eu não tinha feito o curso normal implica num desvendar do mundo. Então, veja, nesse sentido essa trajetória, ela permite uma forma de enxergar o mundo.

[3] A entrevistada refere-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. No processo de transcrição, optamos por manter a expressão PUC, conforme a sua menção ao longo da entrevista.

[4] No período relatado pela entrevistada travava-se ainda do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (IGEOG-USP), criado em 1963 com foco na pesquisa e no planejamento. Em agosto de 1986, em decorrência de uma reestruturação administrativa da universidade, o IGEOG foi formalmente extinto e incorporado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), que centralizou o acervo técnico, os laboratórios e as linhas de pesquisa da instituição. O mesmo local, conhecido por "Vão da Geografia-História", também abriga a sede da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) fundada em 1934, bem como da Seção Local São Paulo.

A geografia era extremamente positivista, não havia um outro percurso dentro da geografia a não ser o positivismo. Ora, o positivismo não dava conta de responder as perguntas que eram levantadas, que a gente tinha perspectiva de começar a entender: o que significava nós estávamos vivendo uma ditadura militar? O que significava os estudantes serem a ponta de lança de um projeto político? O que significava entender como é que eu morava de aluguel e os meus amigos estavam mudando para áreas periféricas para morar em casa própria?

Então há todo um entrelaçamento de questões que não é uma coisa reta, ela tem idas e vindas, têm perspectivas que estão dentro dessa linha de análise que é a tentativa de entender, afinal, que mundo a gente vivia?...

O que significava a mudança? Então veja, e quando eu estou falando em 1968 – mas eu vivi os chamados "50 anos em 5" do JK. Eu nasci em 1943. Isso significava entender que tinha uma dinâmica industrial no bairro onde eu morava, que era a Mooca. Isso significava entender uma mudança e uma – hoje a gente usaria esse termo – importância do operariado, sendo originária da fábrica e as minhas irmãs tendo permanecido na fábrica, havia todo um conhecimento sobre a luta política realizada na fábrica. Sobre as greves, sobre as formas como elas se organizavam e com um detalhe: a indústria têxtil tem a predominância das mulheres e as mulheres eram as lideranças deste processo que se organizava dentro das fábricas.

Então veja, para a gente entender a trajetória não basta dizer "olha, eu entrei aqui", "eu fiz isso, eu fiz aquilo". É importante entender como é que era a situação econômica, social e política. Eu falo de um período, mas eu volto para falar do período da industrialização do JK, que é um período em que não é apenas Brasília, é um período onde a indústria, principalmente a indústria têxtil, de consumo, ela se fortalece. E essa é uma perspectiva que está junto.

Então, como é que se entrelaçam essas coisas? É um momento político de uma ditadura – e aí eu volto a falar em [1968] – é o momento político de tentar entender o que é ditadura? É um momento político de me sentir como universitária lidando dentro dessa luta política com os meus colegas e tentando entender o que era uma geografia positivista e qual outro método poderíamos apreender.

Como entender a realidade, se parecia que a geografia falava de tudo? Há uma diferença entre o tudo e o todo. Nesse sentido era o tudo, qualquer trabalho de geografia começava com a localização, a área, a distinção dessa área, o que que ela continha, era uma descrição... Era tudo! Tudo podia ser contido, mas não era o todo, porque não mostrava essa totalidade da qual a gente vai tentar entender a partir do marxismo. Então, o tudo era geografia positivista. O todo era a possibilidade de entender as contradições e os conflitos.

A gente estava num processo, no final da década de 1960, de uma transformação dentro da própria universidade. Para entender a totalidade, os parâmetros que nós tínhamos não bastava. Então nós vamos buscar (é um grupo grande aqui) que vai buscar compreender e avançar nesse conhecimento. A gente não tinha a disposição nenhuma obra marxista. A gente pegava emprestado - lia O Capital emprestado, a Silvana Pintaudi tinha um tio que tinha uma biblioteca enorme e a gente pegava emprestado os livros.

Mas nós não podíamos falar do Marx nas nossas pesquisas. Então a gente usava o Álvaro Vieira Pinto, a "Ciência e Existência"[5]. Mas o Álvaro Vieira Pinto, também um marxista, nos dava alguns elementos para pensar.

Veja, com isso eu estou falando numa trajetória para entender que o marxismo não cai na nossa cabeça. Nós estamos atrás de buscar entender a realidade; uma realidade complexa, uma realidade onde os militares queriam intervir e transformar em Estudos Sociais, a geografia a história. E aí tem a AGB. A luta política que está no campo da AGB. E tem a luta por tentar entender, o que significa o acordo MEC-USAID[6] que estava sendo imposto para nós enquanto estudantes e o que significava gente avançar e tentar entender as contradições e os conflitos.

Diante disso, acho que tem uma questão que é minha e que eu retorno para dizer o seguinte: Eu queria muito entender o significado da moradia. E para entender isso eu tive uma sorte na vida. Por que sorte? porque quando terminei a graduação, fui bater (eu e uma outra colega) na Secretaria de Bem-estar Social de São Paulo. Fomos lá e "– olha, nós somos recém-formadas e nós trabalhamos até de graça, mas nós queremos trabalhar com favela".

E havia uma possibilidade da gente selecionar, vejam, selecionar terrenos para a remoção de favelas. Isso significava nós passarmos a entender uma outra dimensão. Ninguém de nós era favelado. Eu morava na periferia, mas era uma periferia pobre, mas não era favela. Isso implica na gente descobrir, deslanchar um outro conhecimento. O conhecimento da moradia na sua completude: que era aluguel, a casa própria e a favela.

Por isso que eu digo foi uma sorte. A gente ficou lá (eu fiquei vários anos nessa Secretaria de Bem-estar Social) e é quando eu começo a tentar entender melhor, já numa perspectiva de análise do materialismo histórico e dialético, a existência das favelas. E aí eu vou para o meu

[5] PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

[6] Os Acordos MEC-USAID foram convênios firmados na década de 1960 entre o Ministério da Educação brasileiro e a agência norte-americana USAID sob o regime militar. O objetivo era reformar o ensino no país, introduzindo um modelo tecnicista focado no mercado de trabalho e reduzindo disciplinas humanísticas. A medida gerou forte oposição de estudantes e intelectuais, que criticavam a perda da soberania nacional e a privatização do ensino superior. Suas diretrizes moldaram a estrutura educacional brasileira por décadas.

mestrado. E que aconteceu uma coisa muito interessante. Eu não estava pensando só na favela, eu estava pensando na classe trabalhadora: como é que eu vou analisar classe trabalhadora migrante? Havia a ideia de que a favela era produto da migração rural e urbana; de que a favela era uma adaptação no urbano do migrante rural. Isto me levou a tentar dizer: será que é verdade? Ponto de interrogação!

Ao mesmo tempo havia duas colegas que se inscreveram no mestrado (é a Mirna Terezinha Rego Viana e a Regina Bega dos Santos), e quando nós chegamos para a Léa Goldenstein, que foi a orientadora do mestrado, ela falou: "vocês querem ver a mesma coisa. Uma quer ver Osasco, o que que acontece com a classe trabalhadora. Outra quer ver São Miguel [Paulista], que é um bairro operário, que que acontece com a classe trabalhadora e a outra quer ver a favela, quê que acontece com a migração e a vida na favela". Então é outra sorte de ter como colegas da pesquisa a Mirna e a Regina.

E nós três vamos fazer a pesquisa nas favelas. Pesquisei seis favelas em São Paulo. Pesquisamos em Osasco e pesquisamos em São Miguel Paulista para entender não a favela, [mas] para entender a situação da classe trabalhadora migrante. Essa é uma questão que perpassar a nossa preocupação, porque não é a favela em si; não é São Miguel em si; não é Osasco; mas é a classe trabalhadora. Ou seja, a perspectiva é do marxismo. De entender o trabalho. Tratava-se e ainda se trata de entender as relações de trabalho e o que ele propiciava, ou seja, se atendia o que estava colocado na Consolidação das Leis do Trabalho. Desse modo não analisávamos as relações de trabalho em si, mas procurávamos compreender quais as relações de trabalho e se o salário propiciava viver adequadamente. Então esta é uma dimensão de entender o significado da favela, que parte da complexidade de tentar entender a realidade e porque existem as favelas, as periferias e como se vive nelas.

E ao mesmo tempo eu estou terminando o mestrado e pensando já no doutorado. Nós vivíamos o final da década de 1980, que é um momento ímpar na política brasileira. É o momento da Constituição de 1988. Por que é ímpar? Porque todos os grupos sociais estão interessados em tornar uma constituição que dê parâmetros para luta mais geral, para conquista de questões. E por que que é interessante? É que a década de 1980, ela é ao mesmo tempo o avanço do neoliberalismo.

A nossa Constituição vai contra a corrente e eu vou ligar isso com a AGB. É um momento em que as proposições para haver debate no Congresso Constituinte são propostas políticas advindas da população. Então, tem a proposta da educação de qualidade, a proposta para a questão agrária e eu estou na proposta para a questão urbana – em que nós vamos estabelecer os parâmetros para pensar a questão urbana e promover coletas de assinaturas para a proposta. A AGB foi uma promotora de coletar assinaturas para que a gente entregasse essas assinaturas

no Congresso Constituinte e que deu origem aos artigos 182 e 183 que trata da função social da propriedade urbana.

E isto foi uma relação entre a minha pesquisa teórica, vamos dizer assim, e o meu movimento político. Então, é o momento em que nós estamos juntos. Eu estou na periferia coletando assinaturas; estou na AGB coletando assinaturas e estou pesquisando o que significa a ocupação de terra, porque da favela eu já tinha estudado. Mas a década de 1970 - 1980 marca uma outra forma de transgressão da propriedade privada que é a ocupação organizada por terra. Então vou estudar as ocupações coletivas de terras. Estou ao mesmo tempo sendo uma militante que está coletando assinaturas para que a gente pudesse entregar no Congresso Constituinte. Veja a diferença: é "Congresso Constituinte!", não é como se fala "Assembleia Nacional Constituinte". Era um congresso e foi eleito como congresso.

Não é uma linha reta, é uma trajetória que permite ver a totalidade. Nada é separado! Eu estou fazendo meu doutorado, estou coletando assinatura para a Constituição, que vai aparecer depois como função social da propriedade etc., que já continha no nosso documento: ele era um conteúdo de pensar o coletivo. Não se tratava de revolução, mas tinha uma transformação no sentido da terra urbana ter uma função social.

Então o percurso aí novamente se junta. Então em 1988, a gente tem a AGB, ela tem um protagonismo, como se diz hoje, na coleta de assinatura de várias questões, mas eu estou na questão urbana.

Ao mesmo tempo em que eu concluo – estou concluindo meu doutorado – é eleita para a cidade de São Paulo a primeira mulher prefeita, a Luiza Erundina. E aí novamente no meu caminho vai se cruzar numa outra perspectiva: eu peço licença da universidade onde eu estava, na Unicamp, para poder entrar também como parte do *staff* que está na prefeitura de São Paulo com a Luiza Erundina. E eu fico por dois ou três anos, depois eu volto para Universidade.

E nesse sentido, veja, o meu objeto de pesquisa, a minha vinculação política, a minha perspectiva de pesquisa marxista, elas fazem parte de um processo que não se separa: ele vem de pensar eu como operária; eu tentando entender a moradia da minha família; eu entrando depois num escritório de contabilidade e aprendendo algumas questões; eu tentando estudar e desvendar o mundo. Nada está separado! Nada está separado, inclusive, do processo pela qual nós passávamos que era: de um lado perspectiva política de alteração – a perspectiva de melhoria das condições do trabalho e do trabalhador...

Então, eu faço essa trajetória... (é complicado, não sei como é que vocês vão traduzir isso), mas eu faço essa trajetória mostrando que nada aconteceu por acaso e que ela faz parte de um processo econômico, social e político e da produção do espaço.

2. [Igor Alencar] Perfeito Arlete. Então, o segundo momento é mais voltado para um debate teórico que você já adiantou algumas coisas, porque como você mesma disse, está entrelaçado. Mas nós separamos duas perguntas, a primeira seria: no momento da finalização da sua tese na USP, uma parte expressiva das pessoas que viriam a contribuir com a geografia crítica, especialmente no campo da Urbana, frequentavam o grupo do professor José de Souza Martins, você teve algum contato com esse grupo?

[Arlete Moysés] Não, não, nenhum. Veja, eu acho que é importante: eu não estudava o teórico, eu estudava a classe trabalhadora no chão da fábrica, e depois o chão da favela, e depois o chão da ocupação. A minha trajetória não foi a partir da premissa intelectual, ela foi a partir do conhecimento no chão. Nunca participei dos debates do José de Souza Martins, eu lia os autores etc., mas não tinha nada a ver. Mesmo porque eu dava aula na Unicamp, eu entrei na Unicamp em 1972. Este grupo se forma nesse período. Então, eu morava em São Paulo, mas eu dava aula na Unicamp. Então a minha trajetória não é a partir do [Henri] Lefebvre, é e a partir de Marx.

Acho que isto é importante frisar, porque este grupo que participava das aulas do Martins, ele é lefebvriano por excelência. Eu não sou lefebvriana. Eu sou marxista... ou pelo menos eu tento ser marxista, né? É claro que eu reconheço toda a importância desses autores. Eu não estou minimizando nem um pouco, mas eu estou dizendo que a minha trajetória, ela é do chão da fábrica, do chão da favela, do chão da ocupação e não do chão teórico. O teórico entra para explicar a realidade vivida e não como uma premissa na minha formação. Dá para entender a diferença, né?

E é por isso que a AGB tem uma importância fundamental. Porque eu costumo dizer que a AGB era o grande ensinamento político para unir a teoria e a prática. Porque muitas vezes na academia, nós estamos pautados por entender a teoria, então a gente fica: "cita autor, cita autor, cita autor...". Eu tenho uma outra trajetória, eu cito a realidade e depois eu procuro ver quem é que trata dessa dimensão.

3. [Renato Ribeiro] Na sua tese de doutorado, você mobiliza conceitos caros ao debate marxista, como a renda da terra, valor de uso e valor de troca. Mas algo que parece distinguir seu trabalho daqueles que vem do grupo do José de Souza Martins é o debate sobre a questão da moradia a partir da sua própria trajetória de vida, como você pontua. Além desses conceitos, de renda da terra, valor de uso e valor de troca na questão da moradia, uma questão que me chama muita atenção nos seus trabalhos é o debate sobre a construção e a autoconstrução. Eu gostaria que você falasse um pouco, articulando esses três conceitos que vem ali do marxismo "mais duro" por dizer assim, com essa questão do que é chamado de moradia, casa autoconstruída e da construção da moradia.

[Arlete Moysés] Ao longo do tempo, eu fui burilando, me aprofundando nessa questão da renda da terra. Eu sei que vocês estão pegando na minha tese, mas eu vou falar um pouco. A questão é que eu fui aprofundando e desvendando uma questão que é a moradia é uma mercadoria do modo de produção capitalista. Sendo uma mercadoria do modo de produção capitalista (isso já está lá nas minhas premissas)... havia na época – em que eu estou estudando a moradia; que eu estou estudando a ocupação de terra; que eu estou estudando a favela – havia dimensão de que isto não era um estudo ligado ao marxismo na medida em que não era revolucionário. Ele era um estudo considerado conservador porque se pretendia obter (e aí entra o valor de uso e o valor de troca, já falo, né?)... porque se pretendia obter uma propriedade. E eu dizia brincando e continuo dizendo: propriedade da casa própria é um bem pessoal, não é propriedade dos meios de produção.

Então havia um equívoco, né? que a meu ver hoje está mais claro para mim, de que pensar e analisar a questão da moradia, era uma questão de não ser teoricamente correto porque eu estava analisando a busca por melhores condições de vida. E eu dizia: "não, eu estou analisando a terra como mercadoria". E, veja, há uma diferença que é importante pontuar, que é a terra urbana diferente da rural, e eu analiso a terra urbana. A terra rural é meio de produção, a terra urbana é suporte de atividades.

Marx não desenvolve isso, nem o Kautsky, que tratam da renda da terra rural. A renda fundiária urbana vai ser desenvolvido depois. Mas tem uma renda. O que é a renda? A renda vem da propriedade. É a propriedade da terra que define a renda. Ela é, portanto, ela tem uma renda básica a partir da propriedade. E ela só vai entrar no comércio da compra e venda, que é – eu vou falar bem simples, não vou falar as categorias analíticas para não complicar... Então, nesse caso a renda da terra advém da propriedade, a chamada renda absoluta da terra é aquela do menor preço que você obtém. E aí você tem a renda diferencial, que depende da produção da cidade, aí nós estamos falando da produção da cidade, e tem a renda de monopólio que significa

o monopólio exclusivo por uma determinada qualidade da localização, do tipo de terra, enfim. Você tem, por exemplo, se está localizado numa cidade praieira, o fato dessa localização estar na beira-mar, você tem um monopólio: o monopólio de olhar para o mar. É uma coisa nesse sentido.

Então, veja, isto é, da mercadoria da terra e da moradia. Mas ela é uma necessidade, sendo uma necessidade ela precisa ser atendida. Por quê? Aí entra a questão da gente analisar o Estado Capitalista. O Estado Capitalista tem que dar condições de obter essa moradia, está certo? Ele não dá, mas estou falando "tem que". Mas ao mesmo tempo ela vai se transformar, pela luta política, num direito. Então, a moradia é um direito que tem que ser acessível a todos. Ela é uma necessidade que precisa ser atendida para muitos, mas ela é uma mercadoria.

E a partir daí eu volto para as minhas origens para analisar como é que a questão do acesso está relacionada com o salário. Desde a década de [19]30 quando é criado o salário mínimo, é colocado que o salário mínimo deve garantir habitação, alimentação etc. Mas eu tenho que analisar que a moradia tem uma especificidade: ela é diferente da alimentação que é consumida; ela é diferente do transporte que você paga ida e vinda naquele determinado momento; é diferente da saúde que você pode usar o setor público ou você pode pagar por ele; é diferente da educação que você pode usar o setor público ou pode pagar por ele. A renda da terra explicita uma diferença para a moradia das outras necessidades que estão colocadas no salário mínimo.

Então o que eu faço é assim: é como eu vou analisar essa questão da renda da terra, como é que eu vou analisar essa questão da mercadoria? Ora, toda mercadoria tem o valor de uso e o valor de troca, é inerente a mercadoria. Se há o predomínio do valor de troca é uma questão, se ela tem o predomínio de valor de uso é outra questão. E aí é que eu entro com a questão de, quando eu analiso a moradia eu estou pensando na moradia como o valor de uso. A produção da moradia tem o predomínio do valor de troca, mas a cada um de nós que compra uma moradia ela tem o predomínio do valor de uso.

Bom, aí eu volto para sua questão. Essas questões todas elas estão embricadas com a ideia de que a autoconstrução, na ideia de Francisco de Oliveira que é a sumidade e um intelectual maravilhoso. Ele vai dizer que a autoconstrução é uma forma de diminuir ou de facilitar a exploração da força de trabalho, porque o trabalhador constrói a sua casa a partir do seu próprio esforço. Eu concordo parcialmente com o Chico de Oliveira – quem sou eu para discordar, mas eu discordo por outro lado. Porque quando a casa fica pronta ela entra no mercado, ela tem valor de troca também. Ela também tem nela a renda da terra. Então, veja, a autoconstrução é uma forma da classe trabalhadora resolver o problema de uma necessidade e de um direito. Quando isto está pronto, este material entra no mercado e não importa se ele foi por empreiteira ou se ele foi por autoconstrução, ele entra como a mercadoria casa. E, portanto,

ele pode se apropriar também do seu sobre-trabalho. Essa é minha diferença com o Chico de Oliveira. Para o Chico de Oliveira, ele não se apropria e para mim eu acho que se apropria dentro dessa mesma lógica.

Então veja, eu acho que ao longo de tentar entender essa questão, ela ultrapassa uma ideia de que a classe trabalhadora só faria a revolução se ela fosse operária. Na década de [19]60, [19]70 entra em questão as lutas pelos bens de consumo, dentre as outras quais a moradia. Enquanto havia todo um debate de que isso não era revolucionário, eu me propus a continuar a entender e achar "bom, a luta sindical também pode não ser revolucionária porque ela pode significar apenas um aumento de salário e uma melhoria". Mas aí eu me proponho a tentar analisar isso no urbano, vejam, com um olhar diferente – não estou falando que é melhor ou pior – do pessoal que está atrelado a tentar entender o Lefebvre pelas aulas do Martins, tem muita gente diferente, né? Mas assim, a minha perspectiva é outra: a minha perspectiva é tentar entender o Estado Capitalista, sem o qual eu não entendo moradia, sem o qual eu não entendo a renda terra. Ela vai um pouco por aí. Renato, eu não sei se eu consegui explicitar.

---

4. [Igor Alencar] Para finalizar e pensar uma questão em torno da AGB, uma pergunta meio dupla. Eu voltei em um texto seu, que é da sua conferência de abertura do CBG de Goiânia em 2004 e você afirma o seguinte "compreender a importância da Geografia no Século XXI implica também no desafio da ação política se quisermos transformar o espaço. Desafio que não implica, apenas, em conhecer o espaço, mas fazer dele o nosso meio de luta". A partir disso, qual balanço você faz de, passado duas décadas dessa fala, quais as perspectivas de futuro, em torno dessa relação da geografia com o marxismo, da AGB para além da própria AGB, você teve uma atuação muito forte no Conselho de Cidades, por exemplo, você foi representante da AGB no Conselho de Cidades. Então, qual balanço que você faz?

[Arlete Moysés]: Eu continuo achando, Igor, que a geografia é extremamente importante para a luta política e é uma luta política que se dá no espaço. Eu vejo cada vez mais outros setores colocando assim: "ah, essa é uma luta pelo espaço". E é uma luta pelo espaço! E é uma luta que se dá no espaço e pelo espaço! E, veja, eu acho que a importância da geografia é de uma complexidade que infelizmente nós geógrafos não damos conta de perceber qual é a dinâmica de cada um aspecto dessa luta. Ela é uma luta política! Ela é uma luta que aparece como consumo. Ela é uma luta que aparece com produção. Mas se a gente pensar, ela é uma luta que tem como base o espaço e é o espaço produzido. Claro, hoje em dia tem muita gente que fala território. Não importa se usa espaço, território, paisagem, lugar... O que importa é que nós,

enquanto categoria de análise, nós analisamos essa produção que se dá num determinado lugar, num determinado espaço, num determinado território. Enquanto algumas categorias analisam como produzir, nós analisamos como foi produzido.

Agora eu acho, em termos de perspectiva, e continuo achando que a AGB é o grande centro de luta. É o grande centro de organização que infelizmente está fragilizado. Porque está fragilizado são questões econômicas, sociais, políticas. É parte do neoliberalismo que fragilizou todas as formas de organização e vai centrar muito mais no indivíduo. Então, você está pensando, vou dar um exemplo bobo: "Ah, estou pensando na ANPEGE". Tá! A ANPEGE é a pós-graduação. A AGB é tudo. A AGB é o ensino, é a pesquisa, é a participação política. Não estou minimizando, mas ao mesmo tempo eu estou dizendo dessa interrelação.

E acho que por que a geografia é ao mesmo tempo minimizada? É uma questão que de vez em quando bate na minha cabeça, ela é minimizada porque a importância dela é tão grande que é preciso destruí-la. E que nós geógrafos não damos conta dessa importância que ela tem e ficamos dando murro em ponta de faca.

Que é uma questão assim, a geografia é tão importante que é preciso diminuí-la. Infelizmente nós aceitamos essa diminuição. Nós vamos para grupos e o arquiteto fala mais, o engenheiro fala mais e a gente se fecha. Então, eu acho o seguinte: eu acho que o neoliberalismo nos destrói por dentro quando ele... veja, para mim, é o capitalismo neoliberal, eu faço questão de falar não é neoliberalismo, é o capitalismo neoliberal que cria formas de embate e de desprezo pelas categorias analíticas que nós temos.

Foi bom você lembrar essa fala. Eu nem lembrava do que eu tinha dito. Quer dizer que eu continuo ainda com a mesma ideia de que nós temos que fazer da nossa forma de luta de entender o nosso papel, a nossa função e a nossa tarefa enquanto geógrafos.

Como citar esta entrevista:

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa; RIBEIRO, Renato de Sousa. Entrevista com Arlete Moysés Rodrigues. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 45-59, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/akkj5065

Sobre a entrevistada: Arlete é Graduada e Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1981) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1988). Livre Docente em Geografia pela UNICAMP (1997). Atualmente é professor colaborar ms4- inativo - Universidade Estadual de Campinas - IFCH - Mestrado e Doutorado em Sociologia e IG- Mestrado e Doutorado em Geografia. Professor visitante na UFPB- Pós Graduação em Geografia de 2018 a 2010. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e em Sociologia Urbana atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, espaço urbano, estatuto da cidade, habitação, ambiente, problemática ambiental urbana, movimentos populares, políticas públicas urbanas. De 1988 a 1990 foi Presidente da AGB-Associação dos Geógrafos Brasileiros. Representou a AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana de 1989 a 2010. Foi conselheira do Conselho das Cidades de 2006 a 2010 no segmento entidades acadêmicas, cientificas e profissionais. Projeto de pesquisa em andamento no CNPq. A Reforma Fundiária de 2017- a propriedade fundiária como elemento de desigualdade socioespacial. Tem livros e vários artigos publicados em livros e revistas científicas. Coordena Projeto de Pesquisa sobre a Problemática Urbana e Ambiental -registrado no CNPq. O blog http://www.arletemoysesrodrigues.blogspot.com.br/ contem vários artigos e livros para consulta.

Sobre os entrevistadores:

Igor Carlos Feitosa Alencar: Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-FFLCH-USP), com estágio de pesquisa realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Mestre em Geografia (PPGG-UFPB), Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (CEAD-UFPI) e Licenciado em Geografia (URCA). Pesquisa os temas de Geografia Histórica do Território e Geografia Histórica Urbana, integrando o Grupo de Estudos do Capital (GECA-USP), o Laboratório de Geografia Política (GEOPO-USP) e o Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB). Atua no Coletivo de Editores do Boletim Paulista de Geografia (BPG) desde 2024 integrando a Diretoria Executiva Local da AGB São Paulo (2026-2028)

Renato de Sousa Ribeiro: Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço, reprodução social, cotidiano, metrópole e população negra. Realizou pesquisa ao nível de mestrado no PPGH-USP, sob orientação da Prof. Dr Glória da Anunciação Alves, onde investiga a reprodução social da população negra residente no bairro do Morro Doce, extremo noroeste da capital paulistana. É professor de Geografia na Secretaria Municipal de Educação (SME-SP). Participou de projetos de extensão universitária, como a Semana de Geografia, que aborda temas de Geografia e educação e universidade pública e escola pública.

Editoração:
Igor Carlos Feitosa Alencar
Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Entrevista com o Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Igor Carlos Feitosa Alencar

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
igor.carlos@usp.br

Thell Victor de Andrade Rodrigues

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, SP, Brasil.
thellrodrigues@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Entrevista com o Prof. Manoel Fernandes de Sousa Neto

Resumo

Entrevista com o professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, realizada em 2 de outubro de 2026, para o dossiê Geografia e Marxismo, do Boletim Paulista de Geografia (n. 116). A conversa aborda sua trajetória intelectual e política, a formação marxista no campo da geografia e as relações entre produção do conhecimento, movimentos sociais e luta política.

Palavras-chave: Entrevista; Manoel Fernandes de Sousa Neto; Geografia; Marxismo; BPG.

Interview with Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto

Abstract

Interview with Professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, conducted on October 2, 2026, for the Geography and Marxism dossier of the Boletim Paulista de Geografia (no. 116). The conversation explores his intellectual and political trajectory, the development of Marxist thought in geography, and the relationships between knowledge production, social movements, and political struggle.

Keywords: Interview; Manoel Fernandes de Sousa Neto; Geography; Marxism; BPG.

Nota dos entrevistadores

No processo de transcrição desta entrevista, procuramos conciliar a fluidez da leitura com o respeito pelas marcas da oralidade. Para tal, utilizamos parênteses para sinalizar hesitações, comentários laterais ou interrupções do próprio entrevistado, e reticências para pausas no discurso.

Além disso, recorremos a colchetes sempre que sentimos a necessidade de inserir complementos textuais externos. Por sua vez, as notas de rodapé foram reservadas exclusivamente para a contextualização de informações históricas, institucionais ou bibliográficas estritamente necessárias à compreensão do relato.

Por fim, a transcrição foi enviada ao entrevistado, que realizou a leitura, fez pequenos ajustes pontuais e aprovou a versão final.

1. [Thell Rodrigues]: A primeira pergunta que a gente queria colocar, essa de apresentação, é pedir para você apresentar sua trajetória intelectual e profissional. Como que você narraria essa sua trajetória, destacando principalmente a geografia, o marxismo e seus processos de pesquisa, os objetos de pesquisa. Enfim, como é que foi esse percurso?

[Manoel Fernandes]: Então, muito boa tarde também a vocês, como você mesmo disse, Thell, nessa tarde chuvosa de São Paulo. Então queria agradecer ao Thell Rodrigues e ao Igor Feitosa pelo convite. Também agradecer pelo fato de estarem fazendo um dossiê sobre geografia e marxismo, que considero super importante que vocês o tenham feito. Penso que é preciso fazer uma espécie de balanço do que acontece no campo, ainda mais quando o próximo evento da AGB [Associação dos Geógrafos Brasileiros] será exatamente para, digamos, comemorar uma efeméride da geografia crítica no Brasil, que são os 50 anos após 1978 em Fortaleza.

E aí eu queria começar a minha resposta exatamente por isso. Eu fiz o meu curso de graduação na Universidade Federal do Ceará entre 1988, portanto, quando nós completávamos cerca de 10 anos do que aconteceu ali, naquela cidade e naquela universidade. E concluí o meu curso de graduação em 1992-1993, porque a gente participou de uma greve, e essa greve acabou por adiar o término do bacharelado. O que nos deixa muito felizes também, porque foi uma greve de três meses, uma greve longa e uma greve muito importante para a universidade, naquele momento que era o momento que a gente cruzava a implementação das políticas neoliberais, e que passaram a ser, digamos assim, fortemente implementadas no Brasil, com a eleição do Collor, em 1989. Tanto é que nós tivemos um reitor que não foi o mais votado pela comunidade, e ele foi o que assumiu. Ele era, na realidade, o terceiro. Houve dois golpes, e esses golpes aconteceram tanto por dentro do Conselho Universitário, quanto no âmbito do MEC [Ministério da Educação]. Então, ele foi o terceiro para a comunidade, o primeiro no colégio eleitoral, e aí ele foi o indicado pelo Collor. Porque o recado, à época, era exatamente esse, se você conseguir dar um golpe dentro do Conselho Universitário, nós vamos indicar você como o primeiro, porque a consulta não vale nada, o que vale, de fato, é o que o Conselho definir". E aí também teve uma série de greves relacionadas à intervenção.

Bom, então, onde é que eu me situo? Eu não aprendi boa parte da literatura marxista por dentro da geografia. Já em 1988, boa parte dos meus professores, com exceção apenas para aqueles que eram mais vinculados à área de geografia agrária, e aqui eu cito professores muito importantes da minha formação, que foi o professor José Levi Sampaio, que ainda hoje é vinculado ao MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra], ainda hoje é vinculado à CPT [Comissão Pastoral da Terra], bem como o professor Amaro Alencar, de quem eu, inclusive, fui monitor por um tempo, e havia, evidentemente, alguns professores na casa que,

embora se dissessem participantes da AGB, de perspectiva um pouco mais crítica, já há muito tinham abandonado a perspectiva marxiana. Embora dialogassem com os colegas lefebvrianos da USP, tivessem, inclusive, com eles cursado mestrado e até doutorado, ou tivessem por eles sido orientados. Não vou necessariamente falar de nomes, mas alguns desses meus professores e professoras, muitas e muitos do quais depois se tornariam colegas, já mesmo em 1988 e no começo dos anos [19]90, haviam abandonado a leitura do marxismo, ainda que não tivessem declarado isso de todas as formas.

Então, onde foi que eu fui ler Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Gramsci...? foi no movimento estudantil. E no movimento estudantil, eu participei de praticamente tudo. Eu fui primeiro do Centro Acadêmico Amélia Alba, que era uma professora de geomorfologia que morreu num acidente aéreo, por isso o centro acadêmico a homenageava. Depois eu fui, junto com nomes importantes da geografia brasileira, como o professor Charlles da França Antunes, a gente reconstruiu a Executiva Nacional de Estudantes em Belém do Pará, um evento que aconteceu em janeiro de 1990, e nos tornamos membros dessa coordenação. Eu, ele e o professor Belarmino Mariano éramos os coordenadores gerais. Eram três coordenadores, na época nós não chamávamos de CONEEG [Confederação Nacional das Entidades de Estudantes de Geografia], chamávamos de Executiva Nacional de Estudantes - ENEG. E dessa ENEG participaram nomes muito importantes na geografia do Brasil que depois se tornaram professores. Como é o caso do professor Paulo Cesar Scarim, ele estava nessa diretoria; o professor Belarmino Mariano, que dá aula na Universidade Estadual da Paraíba; o professor Charlles da França, que eu já citei e hoje é docente titular da UERJ-FFP São Gonçalo. E essa gestão durou cerca de dois anos. Depois disso, eu entrei na diretoria da UNE [União Nacional dos Estudantes] também. Fui parte da diretoria da UNE entre os anos de [19]91 e [19]92. Então, praticamente toda a minha graduação, foi dividida entre a sala de aula e a atividade no movimento estudantil. E toda essa atividade, ela foi mediada, ela foi lastreada por leituras marxistas que não eram necessariamente leituras feitas na geografia. Então, boa parte do debate que eu fazia na sala de aula estava de alguma forma vinculada à discussão que eu fazia no movimento estudantil.

Para além do movimento estudantil, eu fiz parte de uma organização que nasceu como CGB, Coletivo Gregório Bezerra. Era uma homenagem a um grande revolucionário pernambucano, que na realidade tinha uma formação de caráter stalinista. Inclusive, havia dois personagens que participavam dessa organização, mas não se declaravam como participantes dela. Era o professor Douglas Santos e o professor Ruy Moreira. Essa organização, inclusive, chegou a lançar um candidato à presidência da República, que não foi registrado, no final das contas. E esse partido racha na eleição de 1989, porque nós não esperávamos que o Lula fosse para o segundo turno, e ele foi – o nome provável era o [Leonel] Brizola. E no meio dessa discussão, um grupo do partido passou a defender o voto nulo, e um outro grupo passou a defender que

nós votássemos no Lula. Eu, isso me caracteriza muito bem, eu defendia o voto nulo, porque naquele momento eu já entendia que havia uma aliança orgânica do PT com o Capital (não sei se vocês lembram, mas aquele período histórico foi o período em que o PT começou a expulsar quase todas as correntes trotskistas). Então, veja, eu era de um partido que tinha, uma raiz stalinista, mas era alguém que dialogava muito com o trotskismo. Eu era alguém que, de certa forma, defendia o voto nulo, mas quando houve o racha do partido, eu fiquei com aqueles que apoiaram o voto no Lula. Formei comitê, fiz parte da campanha. Então, esse é o conjunto das minhas contradições. Por que naquele momento eu achava que era importante ter um voto crítico no Lula? Porque ainda que eu achasse que havia uma aliança orgânica com o Capital, era importante naquele momento ter uma atividade que fosse de massa e não apenas uma atividade que fosse de vanguarda.

Acho que isso me define um pouco no sentido de que eu nunca pensei, academicamente, algo que me distanciasse da política. Por isso é que ao longo de todo esse tempo também, eu nunca deixei de fazer parte do sindicato. Eu nunca fiz política parlamentar. Mas eu sempre estive fazendo política a partir ou dessa atividade do movimento estudantil ou depois da atividade do movimento sindical. Tanto é que quando eu me torno professor universitário em 1993, a primeira coisa que eu faço é me filiar ao ANDES, Sindicato Nacional [dos Docentes das Instituições de Ensino Superior], na Universidade Federal da Paraíba. Eu assinei o contrato num dia e no dia seguinte eu me filiei ao sindicato. E participei ativamente do sindicato durante muito tempo, sempre como base. A única vez que eu participei como alguém que tivesse ficado como direção foi aqui na Universidade de São Paulo, na ADUSP [Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo]. E ainda assim de maneira muito... como posso dizer, num cargo sem expressão. Mas sempre fazendo parte também da diretoria ampliada da ADUSP, da DIRAMP. Fiz parte da DIRAMP durante muitos anos. Era uma diretoria ampliada que reúne não só aqueles que eram/são da diretoria, mas também de um círculo maior de colegas que participavam/participam das atividades e do debate mais amplo.

Mas voltando, então, a minha formação no marxismo se deu muito mais no movimento estudantil do que por dentro do curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Isso se deu porque muitos colegas, hoje colegas, na época professores, de certa forma já tinham abandonado o marxismo e de alguma maneira já tinham começado também a abandonar a Geografia Crítica. Então, embora a gente possa situar que há uma crise da Geografia Crítica após os anos 2000, essa crítica já se instala em fins dos anos [19]80, princípios dos anos 1990. Na época não havia curso de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal do Ceará. Praticamente só havia curso de pós-graduação em alguns estados brasileiros. No Nordeste você só tinha em dois lugares, na Universidade Federal de Pernambuco, que é um dos programas mais antigos, e você tinha um programa na Universidade Federal de Sergipe que no fundo estava ligado ao programa aqui de São Paulo, da UNESP de Rio Claro. E com uma vertente

muito voltada para uma perspectiva, entre aspas, teorética. Então, naquele momento, quando eu terminei o curso de graduação, em 1992, ainda fazendo o curso de bacharelado, escrevendo a monografia, eu vim tentar o mestrado aqui com o professor Antônio Carlos Robert Moraes. E a vinda para cá para tentar com o professor Antônio Carlos Robert Moraes se deve ao fato de que o professor Antônio Carlos Robert Moraes foi militante do PCB [Partido Comunista Brasileiro]. Portanto, a minha trajetória, de alguma maneira, ainda que eu não soubesse, isso eu vim saber depois que me tornei orientando dele, se cruza um pouco com a trajetória dele. O professor Antônio Carlos Robert Moraes tinha sido militante do PCB, foi receber o Prestes, quando o Prestes volta do exílio. [Luis Carlos] Prestes, na realidade, depois rompe com o PCB e se funda um grupo em torno do Prestes, que é o Prestismo. É do Prestismo, um novo racha, que se funda o Coletivo Gregório Bezerra, que eu falei no começo, e é do coletivo Gregório Bezerra que saiu o Partido da Libertação Proletária. Eu saio do PLP em 1991, e depois disso nunca mais eu voltei ao PLP e a nenhuma outra organização. O PLP deixou de existir. Um setor acabou, na realidade, indo para uma organização internacional na qual estava a Convergência Socialista, que depois se conforma com o PSTU [Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado]. Então, o setor chegou a ir para o PSTU, um setor expressivo do PLP. Esse setor, na realidade, tinha um vínculo com as teses da LIT, que era a Liga Internacional dos Trabalhadores, que era muito forte na América Latina, nomeadamente na Argentina. Mas eu acabei, digamos, não fazendo mais parte de maneira orgânica de nenhum partido.

Essa é, um pouco, a reflexão que eu queria fazer, mas queria dizer assim. A maior parte das pessoas que eu conheço que tiveram literatura no campo do marxismo, na geografia, ou elas estavam em lugares onde essa leitura ainda era feita... Então, por exemplo, se eu pegar aqui o caso do professor Charlles da França, ainda tinha um grupo do Ruy Moreira, que na UFF estudava Marx. Aqui em São Paulo você tinha um grupo que estava reunido em torno do professor José de Souza Martins, que estudava mais amiúde a obra do [Henri] Lefebvre, um grupo que estudou de maneira sistemática por oito anos e era formado por professoras como Odete Seabra, Amélia Damiani e Ana Fani. Você tinha ainda um núcleo muito importante, que se formou com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o docente que mais orientou doutorandos na geografia brasileira e logo formou dezenas de colegas espalhados pelo Brasil inteiro. Então, você tinha aí uma formação marxista, mas também tinha outros grupos que também estudavam marxismo. Ou na PUC de São Paulo, com o Douglas [Santos], também você tinha um núcleo. Você tinha um outro núcleo, com o professor Armen Mamigonian. E há dois nomes um pouco esquecidos, mas que são importantes, dois nomes de mulheres. No Rio Grande do Norte, uma pessoa que mereceria muito nossa atenção para esse dossiê, que é a professora Lenyra Rique da Silva. Ela foi professora no Rio Grande do Norte, depois foi professora na Universidade Federal de Santa Catarina, e a professora Alexandrina Luz, que é mais conhecida – ela também foi muito importante, porque ela era o contraponto a uma

perspectiva mais neopositivista da geografia teorética, lá em Sergipe. Tirando esses núcleos e alguns setores mais dispersos no Brasil de professores, mas não necessariamente de pessoas mais engajadas com o discurso marxista, você vai encontrar pouca gente.

Por exemplo, as instituições até tinham um pouco essa caracterização. Se você pegar a UFRJ, ela estava muito mais próxima da geografia quantitativa, do IBGE, do Estado, do que, por exemplo, o núcleo que foi para a UFF. Mas esse núcleo que foi para a UFF era um núcleo que tinha saído, na verdade, da PUC do Rio de Janeiro. O Ruy [Moreira] foi da PUC do Rio de Janeiro, o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, que depois vai abandonar o marxismo em torno do debate, que tem muito mais a ver com o discurso pós-colonial. O marxismo para ele vai virar um discurso entre outros. Mas esse núcleo todo estava dentro da PUC. Esse núcleo migra depois para a Universidade Federal Fluminense. Isso tem a ver até com processos institucionais da Universidade no Brasil, porque até o princípio dos anos [19]80, você não tinha concurso para as universidades federais. Eles eram professores que entravam numa condição precarizada, não sei se era exatamente como convidados, mas eram meio que temporários, e depois eles lutam, brigam, para que haja concurso e eles possam entrar. E boa parte disso, é claro, é herança da ditadura.

Agora, contraditoriamente, quando é que a geografia crítica foi mais forte? Ela foi mais forte no momento de crise do capital, em que se lutava contra a ditadura, se lutava contra os anos de chumbo. E aí eu vou dizer algo que eu falei esses dias, no evento em que participei em Portugal[1], é que no caso da Geografia brasileira, diferentemente de outras disciplinas, como as Ciências Sociais, como a História, mas nomeadamente com relação às Ciências Sociais e às Ciências Políticas, no caso da Geografia, boa parte dos nossos colegas, dos nossos intelectuais marxistas, que continuaram trabalhando na perspectiva marxista, eles vieram dos movimentos sociais, com algumas exceções. Então, o Ruy [Moreira] participou da luta política sindical; o Douglas Santos participou do movimento estudantil, naqueles anos, aqui na Universidade de São Paulo; o Horieste Gomes chegou a ser preso, nome importante que eu esqueci, de Goiás. O Horieste também é outro grande nome que tem que ser lembrado, não pode ser de forma nenhuma esquecido.

Então você tem uma coisa que é, boa parte dos colegas que depois se tornaram professores na geografia estavam vinculados ou ao movimento camponês, ou ao movimento operário, ou de alguma forma até mesmo aos movimentos sociais no interior da igreja, ou ao movimento estudantil. Então, esse caldo fez com que nós lêssemos o marxismo numa perspectiva que não era necessariamente a da academia, não era necessariamente a da disciplina Geografia. Então, fazer essas distinções também para compreender como foi se conformando esse marxismo no

[1] Trata-se do "Terceiro Encontro Internacional: O Espaço como Negação do Tempo na Crise do Capital", realizado entre os dias 28 e 30 de setembro de 2026, na Universidade Aberta, em Lisboa.

campo da geografia tem um caráter muito importante. Por que eu faço essa avaliação? Eu faço essa avaliação porque, no meu entendimento, nos outros campos disciplinares, como não havia essa tradição de vínculo com os movimentos sociais, com os movimentos da cidade e do campo, o descolamento foi mais fácil de ser feito, porque como era só uma leitura teórica, não tinha envolvimento político efetivo, se descolar foi muito mais tranquilo, muito mais simples. Inclusive, esses setores passaram a administrar parte da crise do Estado, parte da crise do próprio Capital. No nosso caso, na geografia, não. Nós continuamos, de alguma forma, vinculados e balizados por esses movimentos sociais. Então, mesmo alguns colegas que se dizem marxistas, que são próximos do MST, embora para mim já não sejam lá muito marxistas porque deixaram de acreditar em revolução, de alguma maneira continuam cobrados por setores do MST, que também deixaram de ser marxistas, mas são/estão cobrados por esses setores. E, ao mesmo tempo, os movimentos sociais urbanos, quer dizer, essa marca tem um caráter muito importante para a geografia. Então, eu diria que essa porosidade, esse vínculo, isso lastreia a nossa produção intelectual. É, por isso, talvez que a geografia do Brasil, eu não vou chamar de geografia brasileira, porque escolas nacionais, para mim, e essa é uma avaliação política, são um problema, porque, no fundo, nós dialogamos com geógrafos do mundo inteiro, mas também com intelectuais de outras áreas. Então, eu sou contra tanto pensar uma nacionalidade disciplinar, quanto pensar uma nacionalidade no sentido restrito das fronteiras nacionais, dos limites de um país, então, eu diria que há um núcleo muito vinculado ao que é essa nossa condição de periferia, aonde as lutas são muito importantes e é necessário continuar realizando.

Mas, assim, eu não me tornei geógrafo marxista por dentro da geografia. Eu me tornei um geógrafo marxista porque a geografia me possibilitou dialogar com outros campos do conhecimento aonde o Marx era importante, e também por dentro da luta. E eu diria para você que eu tenho muito mais... a palavra crença não é a melhor, mas credibilidade, diria, dessa permanência no campo do marxismo se deve muito mais a estar ainda próximo dos movimentos sociais do que necessariamente em ter me tornado professor da Universidade de São Paulo, ou ser professor universitário há quase 33 anos, pois quando cheguei a USP já havia sido professor na UFPB e na UFC. Então, assim, posso dizer que tem uma coisa que me encanta muito em mim mesmo, desculpe aí a falta de modéstia, não ter me tornado, digamos assim, "um geógrafo colonizado no sentido de que, por ter chegado à Universidade como docente, por ter chegado à USP, ou coisa que o valha, não esqueci minha condição periférica". Em que sentido "geógrafo colonizado"? Naquele sentido de que, às vezes, há um descolamento, algumas pessoas chegam a determinados lugares e começam a já não se ver mais. Então, assim, não há geografia marxista sem AGB no país, não existe uma AGB sem movimento social, percebe? Todas as vezes que AGB se distancia das lutas sociais das e dos trabalhadores, ela se torna outra coisa qualquer que não é essa nossa outra grande escola em movimento que é a AGB. Mas, assim, não estou falando só da geografia colonizada" no sentido mesmo de uma até negação do lugar crítico que deveria ser a Universidade, não. Estou falando do colonizado

naquele sentido de institucionalidade, certo? Alguns colegas se tornam professores universitários, ou pesquisadores, de repente ganham um certo renome internacional, entram em determinados projetos de pesquisa, passam a administrar agências de fomento e aícomeçam a fazer parte de uma espécie de nobiliarquia acadêmica e passam a negar completamente as origens intelectuais que nós tivemos, que são muito mais origens intelectuais orgânicas do que origens intelectuais nobilíssimas da academia. Então, para terminar, o que me formou no marxismo? Não foi a geografia. Embora, evidentemente, na geografia eu tenha encontrado uma possibilidade para pensar numa perspectiva marxista. E, por fim, na USP, encontrei um ambiente muito propício para aprender com pares que considero ímpares por terem matrizes marxistas diversas e inclusive por não terem abandonado a perspectiva teórica do marxismo e continuarem engajados com movimentos sociais no campo e na cidade.

---

2. [Igor Alencar]: A gente acompanha pela sua produção que você sempre trabalhou com dois temas em paralelo, uma questão de geografia histórica e também uma história da geografia. E revisitando a sua obra, a gente vê que há um esforço de reorganizar essas duas perspectivas, sintetizando numa formulação que você intitula como uma "história da geografia na geografia histórica do capitalismo". E aí o que nos interessa te perguntar é que, além de ser um bom trocadilho, essa formulação parece apontar para uma mudança importante no próprio modo de pensar a história da geografia. Então, como se deu esse movimento na sua trajetória da geografia histórica em sentido mais amplo para uma ideia de uma geografia histórica do capitalismo? E o que essa perspectiva permite compreender da história da geografia que não aparece nas narrativas já consolidadas sobre a própria história da geografia?

[Manoel Fernandes]: Agradeço a pergunta, ela possibilita refletir sobre aquilo que eu acho que talvez seja um pouco da contribuição que eu dei no campo. A minha monitoria, na graduação, foi em história da geografia. Na realidade, não era história da geografia, era chamada de introdução à geografia. Por que isso? Porque os currículos, ainda até o final dos anos [19]80... só para vocês terem uma ideia, no meu primeiro semestre na Universidade Federal do Ceará, as disciplinas que eu fiz foram Biologia Geral, Matemática, que era uma espécie de Cálculo, Geologia Geral e Química Geral. Esse é um curso de Geografia? Mas foi o meu primeiro semestre, esse era o currículo da Universidade Federal do Ceará! Tanto é que só nos formamos três, no ano em que eu me formei, só se formaram três pessoas. Na minha turma, só eu. Por quê? Porque era obrigatório fazer essas disciplinas, e quem não passava nelas, por exemplo, quem não passava em Geologia Geral, que é necessário, evidentemente, não faria Geomorfologia; quem não passava em Química, daí a dois semestres, não faria Pedologia,

porque era obrigatório ter Química para fazer Pedologia; o único da minha turma que passou com média em Química Geral, que foi com a média mais baixa, foi a minha média mais baixa em toda a universidade, média 7, fui eu. Os outros todos foram para a segunda época e não passaram. Então, eu fui o único a entrar em 1988, que terminou o curso no tempo regular, em quatro anos. Os outros todos só terminaram um semestre depois. Eu concluí com dois colegas, uma que hoje é professora no Acre, professora Maria de Jesus [Morais], e um outro colega que hoje é padre jesuíta, Marcos Augusto Brito Mendes, que é um amigo também muito querido, que também foi, inclusive, da Executiva Nacional nos anos 1990.

Então, veja bem, os anos [19]80 são aqueles em que está havendo um grande debate em torno da mudança curricular, para que nós abandonemos uma tradição muito empiricista na geografia e, de fato, comecemos a ter um debate de natureza mais teórica. Tanto é que se cria na USP uma disciplina chamada História do Pensamento Geográfico. E só nos anos [19]80 é que, na verdade, nas outras universidades, você vai também criar, não mais introdução à geografia, por exemplo, quando eu fui dar aula na Paraíba, ainda era introdução à geografia. Depois, não, depois você cria disciplinas voltadas para uma História do Pensamento Geográfico. Bom, ao discutir uma História do Pensamento Geográfico, qual é o problema? Por que é que nós não discutimos uma História da Geografia, mas uma História do Pensamento Geográfico? Porque discutir uma História do Pensamento Geográfico permitiria que o pensamento geográfico fizesse uma coisa alargada do ponto de vista temporal. Eu podia discutir o pensamento geográfico dos gregos, dos malês, dos árabes, de diversas nacionalidades árabes. Ou seja, eu podia discutir o pensamento geográfico numa linha do tempo longa em outras sociedades que não a sociedade capitalista. Sociedades que não eram sociedades que estavam subsumidas à sociabilidade do valor, da forma mercadoria. Então, primeiro, essa extensão era de natureza temporal.

Uma segunda coisa, essa História do Pensamento Geográfico, que era problemática (na época era um avanço, mas era um problema), qual era? Era o fato de você ter uma condição sociológica: cada sociedade podia ter essa história do pensamento geográfico. Então existe uma história das formas, dos modos de pensar o espaço dos Yanomamis, dos Kariri-canindé...Você pode fazer esse movimento que tinha um viés muito mais sociológico, antropológico, do que necessariamente historiográfico. Embora você pudesse fazer uma história do pensamento geográfico de todas essas sociedades em diversos momentos históricos. Essa é a segunda coisa.

Terceiro problema da História do Pensamento Geográfico. É que era, na realidade, uma História das Ideias. Eu poderia fazer todo o curso só discutindo a partir de uma perspectiva sofisticadamente epistêmica, dentro de uma lógica internalista da ciência...então, eu vou estudar a História das Ideias.

Quarto problema: era uma História de natureza muito institucionalizada. Tão institucionalizada que ela permitia, por exemplo, enfeixar essa História em Geografia Alemã, a Geografia Francesa. Ou seja, você nacionalizava o Pensamento Geográfico. Parece que até isso nem tinha objeto de circulação, não transitava – parece que os anarquistas não haviam conversado com geógrafos que necessariamente nem eram alemães, ainda eram prussianos e depois se tornaram alemães. Quer dizer, você tinha uma circulação desse pensamento geográfico que era mais ampla. Mais tempos depois, estudando um pouco de História da Ciência e de Sociologia do Conhecimento, eu me dei conta de uma outra coisa. Que o fato de nós, no Brasil, trabalharmos com História do Pensamento Geográfico tinha a ver com o fato de que, de alguma maneira, para cabermos nessa história, que podia ser contada também a partir do Brasil, nós tínhamos que dizer que havia um berço e uma data acompanhada de uma espécie de certidão nascimento e, que era a década de [19]30 no Brasil. A partir de onde eu poderia, talvez, contar uma história da Geografia. Mas antes tinha uma história do pensamento que eu podia contar. Então era como se eu tivesse uma espécie de licença para contar a história anterior ao nascimento da criança Geografia Institucional nos anos [19]30 no Brasil.

E, evidentemente, eu cheguei a isso lendo historiadores da Ciência, nomeadamente mexicanos, [Juan] José Saldaña e Antonio Lafuente, que fundaram uma revista chamada Quipu [*Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología*], muito importante, para falar que, antes dessa Ciência que se tornou a Ciência Mundo, havia outras formas de fazer Ciência pelo mundo. E, portanto, eu comecei a pensar bom, então eu posso considerar o que se fez no século XIX no Brasil como ciência? Se eu posso considerar o que se fez no final do século XVIII no Brasil como ciência? ou eu só posso considerar o que é feito como ciência depois que os franceses chegaram à USP, chegaram na época à Universidade do Distrito Federal, que é hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro?". E aí, eu passei a pensar assim, bom, é importante a gente acabar com aquilo que, exatamente esses dois autores mexicanos, nomeadamente António Lafuente, chamam de uma *interdição historiográfica*. Então, é como se nós não pudéssemos contar a história da geografia no Brasil, na Colômbia, no México, na Austrália, antes dos colonizadores acadêmicos chegarem, antes da missão francesa se instalar. Então, nós só poderíamos falar de uma história do pensamento, aonde caberia tudo, percebe? Nessas, eu diria, linhagens aí que eu falei para vocês, de uma história das ideias, de uma história na periferia também, de uma história que na realidade albergasse uma longa temporalidade histórica e que albergasse também diversas outras sociedades. Isso porque eu estava falando sobre uma história das ideias. Então, era uma história das ideias, cabia tudo.

A mudança de chave se dá quando eu digo, não, não se trata mais de fazer uma história do pensamento geográfico, se trata de fazer uma história da geografia". Aí entra a segunda questão. Quando eu penso em história da geografia, eu não estou pensando em uma história da geografia que separe as ideias das práticas sociais. Então, a grosso modo (eu nunca formulei isso

por escrito), há uma condição prática entre aquilo que é esse ser social e a sua condição de existência, do ponto de vista dessa condição disciplinar com a qual se trabalha. Depois, essa condição disciplinar está vinculada ao surgimento de uma sociabilidade, que é a sociabilidade do Capital. Ela não está vinculada a outra.

Então, quando é que a geografia se institui do ponto de vista dessa condição de ciência a serviço do Capital? Quando o capitalismo se constitui como um sistema. Não necessariamente só com a sua universalização plena, mas no próprio processo de constituição do Capital, a geografia como disciplina também vai se constituindo. Mas, mais do que isso, a geografia como disciplina, que se constitui por dentro da lógica de constituição do Capital, ela própria é fundamental à constituição do próprio capitalismo, no seu processo de universalização. Por quê? Porque ela foi uma espécie de ciência de base para que você constituísse grandes inventários minerais, grandes inventários faunísticos, grandes inventários botânicos, grandes inventários dos repositórios, do ponto de vista de uma cartografia que localizava tudo isso, das gentes todas, dos saberes. A geografia teve um papel, digamos assim, de dar lastro ao processo de expropriação posterior.

Então, a geografia foi uma das disciplinas científicas que foi se constituindo com a própria razia do Capital, com o processo de exploração, com o processo de genocídio, com o processo de violência. A geografia, de certa forma, vai se constituindo como ciência, como um saber de ação, um saber que, na realidade, conforma conhecimento e prática, no próprio processo de acumulação primitiva do Capital. Há uma geografia da acumulação originária na Europa e no resto do mundo. E a gente abriu mão de discutir que geografia da acumulação originária é essa.

Por isso que não é mais uma história do pensamento geográfico, é uma história da geografia. E não se trata, portanto, mais de uma história das ideias, mas uma história dessa relação entre essa condição de existência que leva efetivamente a processos que são processos materiais, que se desdobram também como ideologia, se desdobram também como forma de vir a conhecer. Então, significava quebrar esse reino encantado da bela geografia que, de alguma forma, ainda hoje vem de manuais de viagem, de lugares lindos, maravilhosos. É uma geografia que dizia, olha, ou a gente realiza um processo de transformação dessa sociedade do capital e se apropria de uma geografia que possa ser outra...” ou pensar a geografia a partir dessa perspectiva exige, portanto, a outra formulação que, digamos assim, tira a geografia da sua condição de disciplina do Olimpo, torna plebeia essa deusa. E torna uma plebeia que reconhece o seu lugar de luta.

Portanto, voltando, que foi a primeira pergunta, está muito mais próximo de uma geografia crítica pensar a história da geografia, não a história do pensamento geográfico, e pensar uma história da geografia como parte do próprio processo de constituição da sociedade capitalista. Então, tem também um recorte historiográfico. Eu não estou falando do século XV, eu não estou falando do século XII. Eu estou falando talvez aí a partir do XVI... do longo século XVI.

Eu estou falando de como a geografia foi fundamental ao capitalismo. Foi e continua a ser do ponto de vista de todas essas formas de fazer e de produzir o/no espaço, como de todas as formas também de reproduzir do ponto de vista do pensamento, que esse espaço era e como ele era efetivamente pensado.

Então, o que eu propus na minha tese livre docência, de que é impossível contar uma história da geografia fora da geografia histórica do capitalismo, é que, de alguma forma, o meu mestre, grande orientador, uma pessoa fantástica do ponto de vista intelectual, uma biblioteca viva, como era o professor Antônio Carlos Robert Moraes, ele, de alguma forma, fez um movimento que foi de tratar da geografia separando as duas dimensões. Por isso que ele, de certa maneira, escreve de um lado sobre ideologias geográficas e do outro escreve sobre uma geografia histórica do capitalismo. Eu disse, não, o Tonico fez um movimento muito interessante. Eu quero juntar essas duas coisas. Eu quero entender que há, na realidade, um permanente processo de realização dessas ideologias geográficas, só que elas não são dissociadas dessa perspectiva da geografia histórica do capitalismo". Então, como se eu tivesse percebido uma divisão que não cabe, só que dando a ela um acento que talvez seja muito importante. Qual é o acento? É o de entender que nós estamos mergulhados numa crise, que é uma crise que é inerente ao Capital, é da sua própria natureza, e que agora, no tempo em que nós vivemos, ela se agudiza por ter um caráter estrutural e sistêmico. Então, há o que está pensando a história da geografia e não a história do pensamento geográfico, mas eu penso que fazer história da geografia é se comprometer com o presente, nesse sentido, quer dizer, nos comprometer com as coisas do presente.

É por isso que as orientações que, de alguma forma, eu tenho realizado nos últimos tempos, elas trabalham com a história da geografia para compreender, por exemplo, o processo de financeirização do clima. Claro, os geniais são os pesquisadores que fazem isso, como o Fernando Molnar, mas também outros trabalhos que têm, por exemplo, como é o trabalho do Igor mesmo, caminhado para fazer uma leitura de uma crítica à economia política da fome. Não é uma coisa situada num dado momento como crise da natureza ou, na realidade, como uma crise de apropriação da crise da natureza. Faz parte de uma crise do próprio Capital, que num dado momento, para resolver a crise, tem que resolver a crise como um processo de acumulação extraordinária. E toda acumulação extraordinária a gente sabe muito bem, representa também o processo de exclusão extraordinária.

Então, de alguma forma, a linha de elaboração tem a ver com aquilo que talvez esteja explicitado como um convite teórico num texto curto que eu escrevi (depois de ter passado a noite meio que em claro... eu já vinha com um texto na cabeça há um tempo... os textos primeiro nascem na cabeça e depois aqueles às vésperas das mesas redondas ou, sei lá, de ter que mandar o artigo final, ou coisa que o valha, que eles nascem). Mas é o Afinidades eletivas ou

uma história da geografia sem classe"[2], que é para dizer que a gente tem que se posicionar diante do mundo que a gente tem. E, por intermédio dessa história da geografia, dizer que mundo é esse.

Então foi nessa perspectiva que a tese livre docência caminhou. Ela é uma disciplina que eu ofereço aqui na Universidade de São Paulo, no curso de pós-graduação. Eu sempre me repito para dizer coisas que eu penso que são óbvias, porque a bibliografia praticamente é...todo mundo deve dizer assim poxa, o Manoel só leu Mike Davis dos Holocaustos Coloniais". Mas todo mundo cita o Mike Davis hoje, talvez porque ao se encontrar com o Mike Davis não tem outro jeito de entender alguns processos não sendo por aí. E aí a felicidade é um pouco essa de que não dá para abrir mão do Marx para entender a geografia do mundo. Nem entender uma história da geografia sem entender que ela é uma geografia que foi fundamental, que é fundamental e que continuará a ser fundamental à realização de uma sociedade da barbárie como a que a gente possui.

Então, contra uma geografia da barbárie é preciso que nós a contrapelo façamos uma história da geografia: não, olha, a geografia em determinado momento esteve a serviço dessa lógica". E eu digo isso porque hoje, por exemplo, há uma série de geógrafos e geógrafas que não tem nenhum problema em trabalhar, não tem nenhuma crise de consciência em trabalhar para as Big Techs; em trabalhar para o agronegócio; em trabalhar para o empresariamento da educação, todos os tipos que se possa imaginar, inclusive introduzindo ideologias estadunidenses que a gente já sabe que deram completamente erradas, que assinam as BNCC s [Base Nacional Comum Curricular] ou implementam as BNCC s. Continuam a haver, por exemplo, comprometimentos dessa geografia, digamos assim, com processos largos de destruição da natureza e dos povos, processos de expropriação territorial.

Então, de certa forma, quando você diz assim, vou fazer uma história da geografia, da geografia histórica do capitalismo", não é uma opção de natureza epistemológica em *stricto sensu*. Nem é uma opção meramente, digamos assim, de caráter tautológico. Então é como se a gente estivesse quase fazendo uma crítica à economia política dessa geografia, em que a gente está dizendo, olha, a geografia pode muito. O que ela tem feito, na realidade, é andar de mãos dadas com os interesses do capital. Essa geografia a gente não quer fazer, quer fazer uma outra". E isso exige um esforço teórico... de ir nos documentos, de evidentemente contrarrestar os dados. E até de ser, digamos assim, olhados com um certo olhar de esguelha por alguns colegas que não tem nenhum problema em trabalhar para as grandes corporações, sejam lá elas quais forem. Mas, como não é o meu caso, eu, inclusive, quando entrei para a geografia, meu pai queria que eu mudasse para a geologia (meu pai era engenheiro, ele achava que eu ia, digamos

[2] SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 25, n. 2, e-173953, maio/ago. 2021.

assim, viver uma vida de muita penúria com essa geografia). Como eu também não quero ser um cara rico, ter muito dinheiro, coisa que o valha... eu fico muito feliz com coisas mais prosaicas. E a minha grande fortuna são os meus amigos e amigas. Então por mim está de bom tamanho; eu não enriquei até hoje, e também não vou *enricar*. A USP não paga tão bem assim quanto alguns imaginam... não paga, digamos, evidentemente, mal se você comparar com a massa dos trabalhadores, evidentemente, é preciso diferenciar. Mas, assim, não tenho nenhuma pretensão de *enricar*. Então, não estou oferecendo ainda os meus préstimos nem as Big Techs, nem as grandes corporações, nem aos colegas que estão aí, eu diria, ajudando a expropriar os trabalhadores do campo e da cidade.

---

3. [Thell Rodrigues]: No nosso roteiro, a terceira pergunta é para articular a história da geografia junto com o marxismo na segunda metade do século XX, para mostrar que não é uma discussão só do plano teórico, porque você já tratou e se posicionou, mostrando que o que dá lastro para a geografia, essa geografia marxista em comparação aos outros campos, é essa relação com os movimentos sociais. Mas a geografia tem uma questão peculiar também, que foi o papel das entidades. Você já analisou uma que foi o papel da Executiva Nacional, que vai desembocar na CONEEG, mas na geografia também a gente teve a AGB e a ANPEGE nessa discussão do que foi o marxismo no século XX, ou ainda que seja uma expressão dessa crise. Aproveitando esse gancho da história da geografia na história da geografia histórica do capitalismo, o que foi essa história relação entre geografia e marxismo num plano institucional e num plano do que estava acontecendo no capitalismo? Para além da ditadura, que é a narrativa comum.

[Manoel Fernandes]: Vou falar de dois personagens que fizeram movimentos muito interessantes. Quase da mesma época, são dois livros, que é "O que é Geografia"[3] do Ruy [Moreira], que sai no começo dos anos [19]80, e Geografia: Pequena História Crítica"[4] do Antônio Carlos Robert Moraes. Só que há outros dois livros que, de certa forma, estão vinculados a esses. Um livro do Ruy também, que é "Para Desvendar Máscaras Sociais"[5], que, de alguma maneira, é uma extensão do O que é Geografia" (que tinha, na realidade, o formato, que era daquela coleção Primeiros Passos" da Brasiliense). E tem um outro livro que é assinado pelo professor Antônio Carlos Robert Moraes e pelo professor Wanderley Messias da Costa, mas que, na realidade, ele praticamente é todo autoralmente do professor Antônio Carlos

[3] MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
[4] MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.
[5] MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar máscaras sociais**. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 66-73.

Robert Moraes (e que deveria fazer parte de uma grande coleção. Aquele era só o primeiro livro de uma série, que é anunciado) que é "A Valorização do Espaço"[6]. De posse desses livros e dessa obra teórica, aqueles jovens que tinham entre vinte e poucos anos, não tinham completado seus trinta anos ainda, eles foram militantes que viajaram o Brasil inteiro de ônibus, aonde houvesse possibilidade de disputar, e às vezes eram aulas ou eram reuniões, algumas clandestinas, entendeu? Os estudantes reuniam esse pessoal entre o que foi o fim da ditadura... e havia uma militância geográfica de natureza teórica, e era esse grupo de estudantes que estava disputando a AGB.

Veja, aquela AGB de caráter francês, aquela AGB mais acadêmica, aquela AGB do prestígio da transmissão entre pares, ela foi sacudida pelos estudantes, se a gente pode falar de uma espécie de queda da bastilha teórica, queda da bastilha institucional, isso foi em Fortaleza. Não lembro agora exatamente se foi em julho, geralmente os eventos da AGB são em julho, mas nós temos o nosso 14 de julho também, do ponto de vista de uma perspectiva política.

Agora, no último encontro, esse que aconteceu em Portugal, em que eu estava, um filósofo apresentou uma coisa muito interessante sobre uma certa arquitetura vanguardista do leste europeu, nomeadamente dos arquitetos iugoslavos, uma coisa muito interessante. E eu fiz só uma pergunta para ele, quando é que a vanguarda se torna reacionária?" Então, alguns que fizeram parte do que foi [19]78, começaram a matar [19]78. Ou seja, alguns que eram, eu diria, próceres, que eram na realidade defensores, que eram lutadores de uma perspectiva marxista na geografia, depois de um tempo acomodados à institucionalidade, estudantes que se tornaram professores universitários, passados, portanto, a ocupar os lugares da nobiliarquia acadêmica, começaram a se distanciar do que era efetivamente essa perspectiva de viés mais marxista, até porque ela era, de certa maneira, desnecessária.

Segunda coisa, a AGB, durante um tempo, foi uma espécie de antessala para o ingresso nas universidades. A AGB era aquele lugar que era frequentado por muitos que depois se tornariam professores, como sendo essa antessala que permitiria, portanto, uma espécie de filtragem para os que poderiam entrar na universidade como professores. Ou seja, não era uma agência de emprego, mas durante muito tempo funcionou como uma coisa mais ou menos similar. Só que muitas vezes, na história da geografia, ninguém conta essa história. Essa história fica subsumida. Até um determinado momento em que a AGB, que era esse *lócus* que representava a única sociedade de geografia, de fato, com essa legitimidade em termos de comunidade, com a ampliação da pós-graduação, essa legitimidade, de certa forma, se fragmentou. A fundação e a criação da ANPEGE [Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia], na realidade, foi feita para falar de duas geografias: uma geografia do *Crème de la*

[6] MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

Crème, uma geografia da pós-graduação, uma geografia internacionalizada, uma geografia que discutia e pensava em outras línguas; e uma geografia que era aquela mais vinculada aos professores, da rede, que era mais vinculada, digamos assim, à vida comum, à... como eu diria... à massa em geral, a classe operária da geografia. E a ANPEGE, ela foi criada, de certa forma, na perspectiva exatamente de estabelecer essa diferenciação e mirar um pouco na pós-graduação, como forma de esvaziar a AGB em boa dose. Esvaziar não qualquer AGB, mas aquela AGB fundada em 1978.

Quer dizer, se a AGB tivesse permanecido como ela era até 1978, talvez a ANPEGE não tivesse aparecido. Talvez tivesse nascido dentro da AGB numa comissão de pós-graduação. Resumo da ópera: então, a ANPEGE, quando ela surge, ela surge para dizer a AGB não tem qualificação acadêmica, ela não é mais a antessala por onde nós passamos quando nos tornarmos professores universitários, nós já somos! Agora já somos até professores de pós-graduação em vários lugares do Brasil!", ou seja, nós já temos nossos baronatos, nossos títulos imperiais. Então a gente pode agora viver uma vida de pós-graduação vinculado a editais, a uma nova lógica de produção científica e tal, em que no fundo nós vamos agora pensar a partir dos editais, vamos pensar a partir do que esse universo propõe". Claro, sempre tem temas que são temas assim, de alguma forma podem estar vinculados a questões como as ODS [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável], né? Acredite nas ODS quem porventura quiser acreditar. Ou seja, dá para remendar o capital, dá para remendar a crise, vamos mitigar as coisas... Agora é obrigatório que nos processos de pós-graduação você fale nas ODS. Ou seja, se você não realizar a carreira da ODS, você não será convidado a entrar no prestigioso reino dos céus.

Bom, por que eu estou levantando isso? Porque a ANPEGE era esse lugar, que tinha essa característica. Portanto, era o lugar de uma nova elite intelectual da geografia, que olhava para a AGB como se ela tivesse se tornado uma dessas feiras quaisquer de domingo que se reúne em qualquer lugar do Brasil... e que reunia essa intelectualidade" (na cabeça deles, claro, bem *aspeadamente*), para eles essa intelectualidade" que no máximo tinha conseguido se tornar um professor da escola pública, que não tinha produção intelectual, eram só professores. Isso vem na esteira de uma série de questões, inclusive de uma ideologia que é como se, por acaso, a vida dos professores universitários não tivesse diretamente vinculada à vida de todo o processo de realização da geografia que se faz na escola e fora da escola. Tanto é que agora, provavelmente com a BNCC e o novo vetusto Ensino Médio, vários cursos superiores de geografia no Brasil vão começar a fechar, porque não vai ser mais necessário formar professoras e professores de geografia. Mas como não se veem como trabalhadores os colegas que são da universidade e boa parte daqueles que fundaram a ANPEGE, então, para eles não faz muita diferença. O problema é que, como são trabalhadores, pode ser que muitos postos de trabalho, com ataque às universidades públicas, com ataques às humanidades, deixem de existir.

E, para mim, há um ponto, eu diria, muito interessante nessa história, do que é a ANPEGE, porque, mais uma vez, antinomicamente, eu me tornei presidente da ANPEGE num dado momento, e que a ANPEGE se aproximou demais da AGB, porque a ideia é exatamente que nós víssemos a AGB como um coirmã, como uma instituição, como uma entidade de caráter fundamental, como aquela entidade mais antiga, aquela mais vinculada aos movimentos sociais dos trabalhadores, e aquela que, efetivamente, sempre teve um projeto político de sociedade no Brasil. Deixou de ter durante alguns momentos históricos, mas ela sempre teve um projeto. Sempre teve. Se você pegar, por exemplo, o primeiro plano de reforma agrária, a AGB está lá, discutindo. Se você pensa o que é o debate sobre profissionalização, está lá a AGB. Se você pensa, por exemplo, o debate sobre a questão ambiental no Brasil, a AGB está em diversos momentos, tem quadros intelectuais formados para isso, é uma entidade que formou para essa finalidade. A questão, por exemplo, da BNCC, das APCN s [Avaliação de Propostas de Cursos Novos] e tal, sempre teve, digamos assim, eu diria, a AGB sempre foi esse lugar que organiza a luta coletiva. Não só de geógrafos e geógrafas. Organiza a luta coletiva do que é importante para a sociedade brasileira. E não só para a sociedade brasileira, mas, evidentemente, tem um caráter mesmo antifascista, anti-academicista, no sentido de pensar a academia como esse lugar em que eu produzo belas ideias e elas não servem para nada". Quer dizer, elas quase sempre servem, servem para dominação e para justificar a expropriação dos outros.

Mas, a ANPEGE começou a se aproximar. A ANPEGE em 2015 não conseguiu formar chapa em Presidente Prudente; a ANPEGE de 2017, foi a que eu participei, só tinha uma chapa; a de 2019, aqui em São Paulo, só teve uma chapa. Aí, de repente, na de 2021, aparecem duas chapas. Patrocinadas por quem? Por quem foi patrocinada a segunda chapa? Por uma chapa que dizia, olha só a antinomia, dizia que a ANPEGE estava se tornando uma AGB. Que nós caminhávamos para transformar a ANPEGE na AGB. Ou seja, o que deveria ser lido como coisa boa era dito por esses colegas, por essas colegas, como algo terrível: A ANPEGE vai se *agbeizar*". Ó, que tragédia que seria para essa nova nobiliarquia acadêmica anti-marxista, agora completamente envolta, eu diria, em outras perspectivas mais lucrativas.

[Thell Rodrigues]: Mas mesmo a AGB tendo esse caráter de luta coletiva, você acha que ela foi afastando do marxismo?

[Manoel Fernandes]: Essa AGB teve um momento e isso precisa ser estudado, não foi estudado ainda como deveria. Em Cuiabá, em 1986, houve um momento de tensão. E a chapa que ganhou naquele momento era uma chapa que não queria [19]78. A presidência daquela AGB eleita, o grupo que estava ali à frente, boa parte deles de Fortaleza, na realidade era um pouco aquilo que aconteceu na França. Ou seja, depois da revolução, a realeza volta novamente ao poder. Só que numa outra toada, numa perspectiva um pouco mais, eu diria, de fazer esse movimento ainda, dizendo não, nós dialogamos com os movimentos sociais, do campo e da cidade, nós temos ainda..." Mas, no fundo, tentando, de certa forma, afastar a AGB das lutas

mais radicais. E isso foi feito. A AGB, foi sendo esvaziada dessa tessitura mais social de intervenção a partir de 1986. Por isso, também, que um setor que tinha abandonado em [19]78, começa a retornar em [19]92. Já sob essa gestão de dizer, a gente não pode mais fazer como era até [19]78, mas a gente vai recompor um pouco essa relação da AGB". E veja, quando é que nasce a ANPEGE? em [19]93! Então, há uma resposta de esvaziamento da AGB por dentro da AGB e há uma resposta de esvaziamento da AGB a partir da fundação da ANPEGE. O problema é que essa geografia que é feita no Brasil, ela tem muito envolvimento com as lutas dos movimentos sociais de esquerda, dos trabalhadores e das trabalhadoras. E isso vai contaminando também essas entidades. De repente, os escravizados estão na sala de jantar. E aí a nobiliarquia começa a se assustar um pouco (e eu acho isso uma coisa linda!). E vão perdendo um pouco também aquele *status* de, eu diria, os grandes do ponto de vista institucional.

Então, talvez, a história da geografia em termos institucionais com relação à AGB, à ANPEGE, ao movimento dos estudantes e das estudantes possa ser contada por outro viés como golpes que são dados por dentro pela nobiliarquia acadêmica geográfica brasileira e o 14 de julho que está sendo sempre a espreita de tomar a Bastilha, percebe? E por que isso? Porque há uma questão de natureza social. Hoje, talvez, menos. Mas os estudantes mais pobres da universidade pública no Brasil iam para dois cursos, História e Geografia. É a nossa origem social, coletiva, que cria esse 14 de julho à espreita, que cria essa possibilidade de tomar de assalto, de fazer a crítica, de dizer isso nós não aceitamos". Parece que está tudo bem, aí o movimento negro se organiza e diz pera aí, pera aí, esse negócio está errado, não vamos aceitar essa branquitude esclarecida que manda nesse negócio há não sei quanto tempo". E isso é genial na geografia. Então, tem um movimento que conforma a geografia, que tem a ver com a própria condição de classe das e dos estudantes da geografia. Evidentemente, algumas instituições tentaram elitizar. A UFC mesmo é um exemplo disso. A UFC, até hoje, e foi um dos motivos pelos quais eu saí da Universidade Federal do Ceará, não tem curso noturno. Nega a possibilidade dos trabalhadores acessarem a universidade à noite. Um curso que forma professores. Há outros casos, mas eu conheço bem a Universidade Federal do Ceará onde eu fui professor.

4. [Igor Alencar]: Dando sequência à quarta parte e trazendo para o século XXI, de certa maneira o que todas essas disputas em torno dessa relação de geografia e marxismo nas instituições e fora delas vem produzindo nessa virada de século. A gente observa uma proliferação de correntes pós-estruturalistas e decoloniais; no Brasil, dentro da geografia, há uma consolidação de uma corrente bastante forte ligada à obra do professor Milton Santos e seus desdobramentos. E que nesse processo, tanto a

geografia decolonial quanto a chamada geografia miltoniana são interpretadas de maneira diferente em relação ao marxismo. Para alguns, essas perspectivas mantêm e dão continuidade a uma relação da geografia com o marxismo, ainda que de outras formas. E para outros, elas representam justamente um afastamento ou uma ruptura dessa relação com o marxismo. E a gente queria saber como você interpreta essas transformações teóricas na geografia no século XXI e, nesse novo cenário, onde você entende qual o lugar de Marx e do marxismo na geografia que se produz atualmente.

[Manoel Fernandes]: A introdução do marxismo no Brasil, na geografia, deve muito ao professor Milton Santos. O livro Por uma Geografia Nova"[7] já no seu título anuncia uma guerra contra a *New Geography*. Então, ao invés de uma nova geografia, por uma geografia nova. Evidentemente essa perspectiva do Milton está muito vinculada a uma forte influência recebida pelo Milton de geógrafos franceses com os quais ele teve um contato muito próximo e foram fundamentais à sua formação que eram do Partido Comunista Francês. Pierre George foi do Partido Comunista Francês, Jean Tricart, salvo engano, foi do Partido Comunista Francês. Durante muito tempo um colega francês que dirigia o CAPES-COFECUB tinha vinculação com o Partido Comunista e com grupos de esquerda. Um colega que escreveu trabalhos sobre redes e sistemas. Eu vou lembrar o nome dele, mas tinha um papel muito importante[8]. Esses colegas, portanto, tiveram uma forte influência sobre o Milton.

O Milton volta em 1978 ao Brasil e acontece um fato. Um jovem e geógrafo marxista resenha o livro, faz uma resenha muito boa. Esse geógrafo chama Ruy Moreira. E o Milton faz então uma reunião aqui em São Paulo e reúne um grupo de jovens marxistas, na perspectiva de que ele, o Milton, seja a figura que vai dirigir... Só que como a gente brinca, eu aprendi isso com um amigo aqui da USP, o Rinaldo, nós temos 50 tons de Marx na geografia no Brasil. Você tem marxismo de todo jeito: você tem aqueles que são ligados ao grupo Exit!; os lukacsianos, aqueles que eram lukacsianos e agora estão mais próximos ao grupo de [István] Mészáros (embora venha de uma mesma tradição); você tem alguns que já pensam à la Althusser; você tem geógrafos que pensam muito mais a partir da obra do [Henri] Lefebvre (dentro de uma tradição lefebvriana você tem aqueles que derivaram muito mais para pensar a partir de figuras importantes como Guy Debord). Então assim, você tem aí uma gama de geografias... Você tem os geógrafos, que consideram os geógrafos mais stalinistas, como é o

[7] SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

[8] Faz-se aqui referência ao geógrafo francês Michel Rochefort que teve um papel de grande relevo na cooperação científica franco-brasileira. O CAPES-COFECUB (Comité Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil) é um programa interuniversitário internacional criado em 1978. Coordenado conjuntamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Brasil, e pelo COFECUB, em França, o programa promoveu a mobilidade de doutorandos, docentes e investigadores por meio do financiamento de projetos conjuntos de investigação entre universidades de ambos os países.

caso, por exemplo, do grupo de Santa Catarina, que era capitaneado pelo Armen Mamigonian, que acha que a China talvez seja o melhor exemplo que a gente tem de possibilidade para a humanidade; e você tem também geógrafos gramscianos; o professor Antônio Carlos Robert Moraes, por exemplo, foi muito tempo do PCB e era um geógrafo que bebia muito no Lênin para explicitar algumas de suas teorias. E tem geógrafos que são do campo da geografia agrária, que são luxemburguistas, que trabalhavam muito na perspectiva da Rosa Luxemburgo, era o caso do professor Ariovaldo Umbelino, que deu grandes contribuições. Então, assim, você tem aí colegas que trabalharam com geógrafos marxistas, como foi o caso do Massimo Quaini (quem aqui no departamento fez doutorado com ele a professora Valéria de Marco). Há pessoas inclusive que fazem um diálogo entre marxismo e anarquismo. Então, você tem aí uma quantidade de marxismos, como se diria, marxismos para todos os gostos. O que eu acho uma riqueza.

Mas, o que que acontece? Na sociedade que a gente vive hoje, de ponto de vista acadêmico, ser marxista não é lá algo muito interessante para essa nobiliarquia acadêmica que vive de editais e que, na realidade, vive promovendo negócios dentro e fora da academia. Marx ficou meio *demodê*. Primeiro porque ele é europeu. Depois porque, embora ele seja um homem do século XIX, portanto toda obra é datada, ele é lido, às vezes, em uma forma de ser um homem, como se ele fosse alguém que estivesse falando ontem, mas ele está no século XIX. Depois dizem que, talvez porque nunca leram o livro Marx nas margens"[9], Marx nunca falou de questões raciais, de questões de gênero. E depois não compreendem que, na realidade, o fundamental em Marx é o método e não necessariamente o que ele escreveu em um determinado momento completamente situado no seu tempo. Ele jamais poderia falar de determinadas operações financeiras que nós temos hoje sem ter vivido os tempos que nós vivemos hoje. Embora ele tivesse prenunciado bolhas, tivesse prenunciado o que é, na realidade, muitas vezes, processos de valorização que não têm, efetivamente, uma base real, mas ele não tinha a menor condição de antever o que é, na realidade, um processo de valorização que os administradores da tragédia fariam.

É um pouco nessa perspectiva que eu queria dizer que o Marx para a geografia tem um caráter fundamental, não só porque, no fundo, é importante para a geografia, mas porque ele é importante como um projeto de humanidade, para pensar a humanidade, e do ponto de vista da questão do método, não do ponto de vista daquilo que ele escreveu na época dele. Esse é o primeiro aspecto que eu queria levantar.

Agora, a segunda coisa para responder é por que Marx foi abandonado por muitos geógrafos e geógrafas do Brasil? Porque muitos não leram Marx. Eu vou lembrar de uma expressão do

[9] ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. Tradução de Allan M. Hillani. São Paulo: Boitempo, 2019.

professor Manuel Correia de Andrade que disse que o marxismo no Brasil, na geografia, foi muito mais *axilar* que real, porque colocava lá *O Capital* debaixo do braço, às vezes ele estava meio amarelado, como se houvesse sido lido, mas no fundo era só sudorese. Eu não falo daquela sudorese que você tem que suar para aprender, era só uma sudorese para dizer que você andava com o livro, porque ele representava a possibilidade de você entrar na Bastilha, de você dizer eu fui do 18 de Brumário", eu participei dessa luta política". É como se fosse um bom trabalho, um bando de cristãos novos que logo, logo, digamos assim, abandonaram essa fé em Marx. Então, a primeira coisa é essa. Foi muito fácil para eles abandonar o marxismo. Com esses não tem nem o que a gente conversar, porque eles nunca foram marxistas mesmo – a não ser para lucrarem com isso, de alguma forma; a não ser para se oportunizarem de algumas coisas num dado momento em que a geografia crítica estava na crista da onda. Mas logo que a geografia crítica passou a ser objeto de crítica, eles também disseram por que é que eu vou continuar defendendo uma coisa que eu não conheço? na qual nunca acreditei? E se é mais lucrativo, digamos assim, implementar as políticas do Banco Mundial? Então, vamos implementar as políticas do Banco Mundial!". Então, eu acho que é isso. Esses que criticam que Marx era moderno passaram a ser pós-modernos assim, rapidamente. Então, para os primeiros, eu não tenho muito o que falar.

Mas há aqueles que talvez sejam um pouco mais honestos. E que, tendo lido Marx, vou falar de uma figura honestíssima, que se chama Armando Corrêa da Silva. O Armando Corrêa da Silva foi secretário-geral do PCB de São Paulo. O Armando foi um marxista com a formação, inclusive, não somente sociológica, ele era sociólogo também, mas com uma formação filosófica difícil de encontrar no restante da comunidade, mesmo nos dias de hoje. Mas, o Armando Corrêa se tornou, no final da vida, um pós-moderno. Ele foi, talvez, o maior divulgador aqui do Éric Dardel, que trabalhava com perspectiva fenomenológica e formou muita gente numa perspectiva pós-moderna. Mas, veja, uma coisa é um Armando Corrêa da Silva que, num dado momento, diz olha o marxismo não dá conta de responder as questões que, para mim, são hoje fundamentais, do ponto de vista do tempo que a gente vive e eu estou indo para uma outra brincadeira. Não é mais Marx".

Outra figura também que dialogava com o marxismo, mas dialogava com a perspectiva do marxismo, que também, de certa forma, foi um pouco superada em função do debate sobre a maneira de pensar a natureza, foi o professor Carlos Walter Porto-Gonçalves. O Carlos Walter fez o doutorado dele com uma professora muito importante na geografia brasileira, mas com uma pessoa que sempre foi vinculada ao *mainstream* da geografia mundial. A professora Bertha Becker. Inclusive, na defesa de tese de um orientando meu, a primeira defesa de tese aqui, do Eduardo Karol, que é professor da UERJ (hoje já aposentado), ele defendia na tese, que a Bertha Becker tinha sido uma geógrafa do Estado. E era engraçado, porque na banca estava o Ruy [Moreira], e o Ruy tentou colocar panos quentes, não, talvez não seja bem assim,

e tal, essa coisa toda". E aí você sabe que eu, como orientador, fui o último a falar, e disse, "é Ruy, você talvez tenha razão. A Bertha Becker talvez não seja exatamente uma geógrafa do Estado, ela é uma geógrafa do Capital". Porque muitos projetos do Estado, que tiveram desdobramentos terríveis para muitas comunidades indígenas e demais, foram projetos implementados a partir, eu diria, de uma leitura do território brasileiro e da geopolítica do Brasil, feita pela Bertha Becker. Que, de certa maneira, tinha um diálogo muito próximo com os militares. E mais, com os militares que estiveram à frente da ditadura. Então, embora a Bertha na realidade tenha sido um quadro para o Estado brasileiro, ela foi pro Estado na perspectiva do Estado ter um viés desenvolvimentista.

Então, veja bem, Carlos Walter fez o doutorado na UFRJ, o Carlos Walter, de certa forma, que tinha certa formação marxista, tinha uma ligação muito grande com os movimentos indígenas, com o Chico Mendes, com os impactos na Amazônia (isso o Carlos Walter sempre teve esse envolvimento com os movimentos sociais e com indígenas, com quilombolas, ele sempre teve essa aproximação, essa leitura). É um intelectual de grande aguarda, mas num dado momento, o que acontece? Boa parte dos movimentos indígenas começam a reivindicar um pouco aquilo que está sendo reivindicado por movimentos sociais indígenas e outros movimentos sociais de América Latina, muitos na América do Sul, como os Aymara e outros tantos. A partir de intelectuais como Aníbal Quijano, que abriu aqui um evento latino-americano, que nós tivemos na USP um EGAL [Encontro de Geografias da América Latina e do Caribe], o EGAL de 2005, ele foi aberto pelo Aníbal Quijano. Depois desse EGAL de 2005, por exemplo, você teve uma série de outros intelectuais passados a ser lidos, inclusive pelo professor Antônio Carlos Robert Moraes, que sempre foi um crítico da decolonialidade, da pós-colonialidade, do Walter Mignolo. O Walter Mignolo chegou a ser convidado aqui por historiadores para dar um curso quando ele ainda morava na Argentina, ele ainda não estava nos Estados Unidos. Então a geografia começou a entrar um pouco nessa gira e tentar dar respostas para uma crise do capital a partir de uma perspectiva dessa condição que era pensar ou a partir da decolonialidade ou da pós-colonialidade.

Mas tem um outro setor que, na realidade, também já não era marxista desde a formação, mas que derivava para uma outra coisa que era pensar a partir dos indivíduos. E aí a partir, por exemplo, de [Gilles] Deleuze, de [Félix] Guattari, da Filosofia da Diferença, e um pouco lá no esteio de um debate pós-moderno também. Em um dado momento o marxismo era hegemônico, porque também vendia, essa é a contradição, também possibilitava que as pessoas circulassem, ingressassem na universidade como professores via AGB, então, tudo bem. Mas no momento em que isso deixou de ser importante, você começou a ter, evidentemente, novas epistemologias de fronteira que passaram a ter enorme relevância e não só na geografia. Isso é uma coisa que atingiu todas as áreas no campo das humanidades. Então, por exemplo, como é que você vai pensar na geografia cultural do Brasil sem pensar o que é o Pensamento de

Subalterno? O que são figuras como Stuart Hall, Edward Said ou Homi Bhabha. Quer dizer, você vai ter aí uma série de intelectuais que vão responder a determinadas questões de forma muito instigante, muito sedutora. E, por outro lado, então, você tinha, às vezes, o marxismo muito cerrado para pensar questões a partir de um viés mais stalinista, e, claro, isso tinha que ser combatido. Você tem o seguimento, por outro lado, de geografias humanísticas, culturais e tal, que, na verdade, tem como discussividade política a inclusão de todo mundo, porque aí você passa a ter epistemes feministas, epistemes negras... E, evidentemente, um setor do marxismo foi incapaz de responder a essas questões que são importantes, de trazê-las para o debate, de pensar essas questões. Como levantou certa feita até, por exemplo, o Renato [Ribeiro], que também é meu orientando, que diz, cara, a questão do debate sobre racismo não é uma questão meramente, eu diria, da luta política em si empírica. Ela tem um viés teórico, há uma teorização importante, inclusive no marxismo negro dos Estados Unidos, já nos anos [19]50, sobre coisas que eu já havia lido e tudo mais. E isso não está... Quer dizer, no Brasil nós não damos conta de fazer esse movimento". Então, também, eu acho que tem um movimento nosso de autocrítica, que a gente, como marxista, precisa fazer. Nós não demos conta de responder a algumas coisas.

No caso do Milton [Santos], o Milton, para mim, foi marxista até o livro Espaço e Método"[10]. E depois derivou para outras possibilidades de natureza teórica. Ainda hoje, há pessoas, colegas, que são gramscianos e que veem muito do Gramsci no Milton, veem muito do Marx no Milton. E ainda fazem uma análise que o Milton teria, portanto, um olhar marxiano. Mas, por exemplo, do ponto de vista mesmo de uma questão do léxico, o Milton trocou algumas coisas que eram no campo do marxismo com... Por exemplo, eu prefiro ainda hoje falar em capital orgânico a falar em densidade técnica; eu prefiro falar ainda em socialismo *versus* barbárie do que falar no período popular da história. Claro, o Milton tirava isso de alguns lugares que muitas vezes os outros não estavam lendo. Não dá para não ler o Milton, é fundamental entender o que ele está propondo. Mas, assim, dizer que o Milton é marxista nomeadamente a partir dos anos [19]90, é uma forçação. No meu entendimento, é uma forçação de barra. Você até pode encontrar o Marx lá, mas dizer que o Milton é marxista é demais.

Voltando ao Milton [Santos], voltando ao Marx, e voltando ao que você levantou, por que o professor Antônio Carlos Robert Moraes resolveu escrever Território em Milton"[11]? Para mostrar que você tem dezenas de concepções de território na obra do Milton, mas de onde é que parte a preocupação do professor Antônio Carlos Robert Moraes? Do fato de que o texto O retorno do território"[12] tinha passado a ser o mais citado do Milton porque a apropriação

[10] SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

[11] MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território na Geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

[12] SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, María Laura (org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.

que se fez dele foi uma apropriação pós-moderna. Tem uma complexidade nisso, que é importante entender. E aí eu queria dizer assim, a questão não se trata apenas dos autores ou de um determinado campo. Se trata das apropriações que nós somos capazes de fazer desse campo e desses autores. E a grande questão do Brasil é como é que o Milton está sendo apropriado.

Para mim, há uma preocupação muito grande porque o Milton tentou criar uma teoria, uma ontologia do espaço e muito baseado na filosofia da técnica. Isso tem uma grande importância. Mas qual é a questão? É que o Milton, que era um autor difícil de ler, porque você precisava ir atrás do rastro que ele tinha deixado na sua bibliografia, passou a ser largamente vulgarizado. Então, todo mundo que começou a falar em espaços luminosos, espaços opacos, verticalidades e horizontalidades, em tecnoesfera e psicoesfera", como se fosse a coisa mais fácil do mundo... Isso foi adaptado, por exemplo, às reformas escolares, ou contrarreformas escolares, que aconteceram nos currículos de São Paulo. Então, também tem uma coisa que é você pegar um autor complexo, e, de certa forma, vulgarizá-lo a tal ponto que a força daquilo que ele está tentando propor, do ponto de vista do método, se perde.

E, claro, o Milton vai transitando por uma perspectiva que, num dado momento, dialoga muito mais com uma perspectiva que eu diria fortemente sartreana. Portanto, está muito no campo de uma certa fenomenologia, de um certo existencialismo. Agora, não dá para dizer que, num dado momento da vida, ele também não bebeu, leu e entendeu, portanto, a partir da ótica dele, o marxismo. Inclusive, foi um grande leitor de Lefebvre, porque, se você pega o debate que ele vai fazer sobre estrutura, processo, função e forma, aquilo está em Lefebvre. Mas a pergunta talvez seja um pouco outra. Muita gente que leu Milton nunca leu Lefebvre. Ou, sei lá, leu alguma coisa do Lefebvre, mas não leu o Lefebvre com a mesma seriedade que o Milton leu o Lefebvre.

Eu fiz uma disciplina com o professor do Milton Santos, em 1992, na sala 1 (que hoje foi transformada naquela sala de computadores que hoje só tem uma porta do lado de cá, não tem mais porta do lado de lá). A biografia do Milton, sinceramente, não era da geografia. Olha que coisa interessante. O Milton deu a disciplina em 1992, pro mestrado e doutorado, para vinte pessoas. Quando o Milton chegava na sala, sempre vestido impecavelmente com um terno do melhor corte, as pessoas se levantavam. Eu nunca me levantei. Eu e talvez mais dois colegas. Mas tinha sempre esse reconhecimento ao grande mestre, e ele era um grande mestre, então, não se levantar, não significava que eu não o reconhecia como grande mestre (apenas significava que eu achava que aquilo era um pouco demasiado). Mas a bibliografia do Milton era uma bibliografia que tinha muito mais a ver com a economia, sociologia da técnica, história da técnica. Vou falar aqui de alguns títulos que eu conheci graças à disciplina com o Milton.

Então, Jacques Ellul, A Técnica e o Desafio do Século"[13], que é uma obra que eu recomendo a todo mundo que leia.; O Homem Tecnológico"[14], do Victor Ferkiss. Por exemplo, foi no Homem Tecnológico" que eu descobri uma coisa fantástica, que para mim é maravilhosa, do ponto de vista do marxismo: descobri que em Alexandria, Heron de Alexandria fez uma máquina no século II a.C., uma máquina que se chamava eolípila, que era uma máquina que transformava vapor em energia mecânica. E a pergunta é, por que é que não houve naquele momento a Revolução Industrial se a base técnica estava posta? Porque não é só a técnica que define esse processo de transformação... Benjamin Coriat, A Revolução dos Robôs"[15]; Ernest Mandel, que eu já tinha visto um pouco, mas O Capitalismo Tardio"[16] do Ernest Mandel; Daniel Bell A Sociedade Pós-Industrial"[17]. Então, o Milton está de certa forma, foi trazendo de outras áreas do conhecimento questões que são fundamentais para pensar a geografia. Isso o torna o intelectual de grande lastro que falou a partir da Geografia para todas as áreas do conhecimento.

E aí tem uma outra coisa que eu acho interessante. Para ser marxista, no meu entendimento, é preciso fazer como Marx: ler de tudo. Eu já tive algumas discussões que eu diria assim... "é engraçado, o pessoal mete a lenha no Foucault, mas não lê o Foucault!". O Antônio Carlos Robert Moraes, querido Tonico, ele me contou isso, ele disse, rapaz, eu para escrever sobre Foucault" (ele tem um texto sobre Foucault muito interessante, para fazer uma crítica àquela geografia que começava a trabalhar com Foucault). Ele disse assim, rapaz, eu tirei seis meses de licença só para ler Foucault. Eu queria entender qual era o debate". É isso que torna, por exemplo, ele um leitor de Foucault, que não é um foucaultiano axilar, ele nem foucaultiano era, mas ele foi ler! Então tem esse problema, eu acho que para fazer a crítica a um determinado autor, determinado campo, de certa maneira, a gente precisa... não pode dar de barato. Há coisas no Foucault, as aulas que ele deu, por exemplo, no Collège de France, são geniais. Há coisas lá que a partir de uma leitura crítica, você não precisa se tornar foucaultiano... quer dizer, esse cara foi capaz de olhar isso quando a gente não foi capaz de olhar?" Agora, claro, a perspectiva do Foucault não é, em termos de método, a perspectiva do Marx, de forma nenhuma. Então, muito depende também do modo como a gente se apropria e a gente se prepara para ir em debate com os outros. Eu gosto muito do texto do Robert Kurz, já usei na disciplina de graduação, que é aquele texto em que ele fala que, na realidade, cinza é a árvore da vida e verde é a árvore da teoria, contrarrestando o Goethe. Mas ali ele vai discutir com todo mundo, inclusive com o Foucault, que eu acabei de exemplificar aqui.

[13] ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

[14] FERKISS, Victor C. **O homem tecnológico: mito ou realidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1972.

[15] CORIAT, Benjamin. **A revolução dos robôs:** o impacto socioeconômico da automação. Tradução de Gilda de Castro Rodrigues. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

[16] MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

[17] BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social**. São Paulo: Cultrix, 1973.

E, por fim, agora a questão é outra. A questão é a seguinte: qual é o nosso projeto intelectual enquanto aqueles que atuam a partir de uma determinada perspectiva teórica? Que não é só uma perspectiva teórica, é uma perspectiva da luta política, já que a gente não separa uma coisa de outra. Então, eu diria o seguinte (para resolver, certo? Eu já falei demais sobre isso), a danação é que certas escolhas teóricas não são feitas necessariamente porque as pessoas aderiram à teoria. Certas escolhas teóricas são feitas, e é importante que se diga isso, porque, em um dado momento, certas teorias vendem melhor do que outras. Me possibilitam entrar em certos lugares, ganhar certos editais, continuar me reproduzindo como parte dessa nobiliarquia acadêmica de que eu falei antes. Então, é melhor eu abrir mão e ir na onda, ir na moda. Imagina, a ONU [Organização das Nações Unidas] não vai de forma nenhuma, os organismos multilaterais, propor que a gente trabalhe com a destruição da barbárie. Não vai ter isso com as ODS vamos acabar com o capitalismo". Percebe? Não vão fazer isso. A gente que anda aí querendo discutir questões relativas à crise climática como parte da crise do capital, aí eles olham assim meio de lado... aceita e tal", mas não muito felizes. Às vezes, inclusive, para justificar que olha, até esses barbudos, revolucionários e tal, nós aceitamos vez ou outra, nós damos aí 0,001 que é da FAPESP ou da CAPES, CNPq para eles...". Então, assim, a questão às vezes nem é teórica, faz parte dos negócios de ocasião. A teoria, às vezes, é só um negócio de ocasião.

5. [Thell Rodrigues]: Então, para fechar é mais uma discussão sobre o futuro. Porque a geografia e o marxismo ficaram bem marcados no final do século XX, mas agora a gente já tem um outro cenário, que é esse das mudanças das relações de trabalho, da financiarização, das transformações tecnológicas, e cada vez mais acentuados os conflitos sociais, ecológicos, enfim. Isso tudo coloca já a geografia precisa se posicionar, seja a geografia escolar, essa geografia acadêmica, mas também as institucionais, como a AGB, a ANPEGE, o movimento estudantil e centros acadêmicos. Então, pensando nesse cenário de crise do capitalismo e talvez de uma crise do que seria o marxismo dentro da geografia, que projeto que a gente tem que construir? Quais projetos a gente tem? Qual o papel do marxismo na geografia para construir uma crítica à economia política da geografia e pela geografia?

[Manoel Fernandes]: É uma questão que eu realmente não sei. Então, eu não tenho a menor ideia, mas eu vou pensar algumas coisas aqui. A primeira coisa que me vem à cabeça é que a geografia que nós fizemos até o dia de hoje está sob uma larga ameaça. E essa ameaça, ela é uma ameaça exatamente a todas essas outras formas que por dentro da academia propõe algo diferente daquilo que a academia se tornou: embora um lugar de pensamento público onde

cada vez mais se pensa a partir de interesses privados. Esses interesses privados são dirigidos pelos editais, pelos grupos de pesquisa, pelas redes ditas internacionais. Então, você tem uma condição que é cada vez menor para pensar criticamente a partir do lugar que nós estamos ou do nosso fazer cotidiano.

Então, eu vou usar uma expressão que lefebvrianos adoram, que é assim, o marxismo tem se tornado, e a tendência dele é se tornar ainda mais, residual na academia. Não somente na geografia, na academia como um todo vai se tornar cada vez mais residual. Isso tem contradições. Isso por um lado é bom, porque esse marxismo da academia em larga medida foi parte de uma moda, de um negócio de ocasião, eu já disse. Mas isso obriga a quem está na academia a não abrir mão de estar vinculado ao movimento geral dos trabalhadores, ao movimento geral dos expropriados. Então, isso nos obriga ao mesmo tempo estar na academia pensando por fora dela. Se para o Lênin a gente precisava ir até para as igrejas para poder na verdade ganhar a direção política... ir para os sindicatos pelegos para dirigir politicamente os sindicatos de maneira revolucionária? Vamos disputar a direção... Evidentemente a gente não pode abrir mão da universidade como esse espaço. Mas esse espaço cada vez mais vai ser um espaço digamos assim... isso me lembra o Agente 86 do Maxwell Smart, aquelas paredes que vão se fechando ou determinadas coisas do Batman... paredes vão se fechando, você cai no alçapão e daqui a pouco você está morrendo esmagado... é um pouco essa nossa condição. Mas a única forma de continuarmos a existir pensando a partir de uma perspectiva de método do Marx é nos comprometendo com a transformação radical do mundo. E aí essa é uma questão que é teórica e não penso a teoria como coisa pura. Penso sempre a teoria como parte da crítica à economia política.

Segunda coisa que eu acho que é importante dizer é o futuro que nos aguarda do ponto de vista do campo das ciências humanas, é um pouco aquela do Ciclope. Na mitologia o Ciclope vê o futuro, embora só tenha um olho... o único problema é que o único futuro que ele vê é o da sua própria morte. Há uma tentativa de acabar com a geografia, exatamente com essa geografia que não vai aderir ao mercado. Essa geografia que não pode ser transformada em mercadoria. Então, uma geografia que não pode ser embalada, eu diria, nesse papel de seda e dourado da mercadoria vai ter muita dificuldade de sobreviver. Tem sempre, digamos assim, dois ou três loucos por aí fazendo dossiês sobre marxismo e geografia... mas assim é uma coisa meio, eu diria, residual, em processo de extinção... Evidentemente aquela coisa de não abandonar a trincheira de forma nenhuma.

Tem uma certa elegância como aquela do Itamar Assumpção de que um homem com dor é muito mais elegante. Mas a tendência é haver uma pressão muito forte para que daquia pouco nem revistas, nem editais, nem fundações de amparo à pesquisa aceitem temas que não sejam temas que busquem mitigar ou colocar tapumes diante da crise do capital. Isso tem razões de ser. Primeiro porque a universidade se constituiu no Brasil e em alguns outros lugares do

mundo como lugar de pensamento público, mesmo para uma fração de classe, mesmo para formar setores da burocracia administradora do capital. Mas as universidades nos países de capitalismo periférico deixaram de ter essa importância porque você pode formar agora esses setores até fora. E cada vez mais em função da concentração de riqueza do ponto de vista da produção global do conhecimento com às Big Techs (com o que o professor Urbano Nojosa chama de *bibliocídio*. Você pode pegar obras raras, rasgar as obras e jogar tudo dentro das ditas inteligências artificiais e isso agora deixa de ser propriedade da humanidade e passa a ser propriedade de uma empresa do Elon Musk).

Então essa larga concentração ela também vai esvaziar com a lógica de aderirmos à plataformização no processo de formação. O que é a própria atividade intelectual, essa atividade intelectual que nós conhecemos ainda hoje ela também começou a se tornar cadavez mais residual após a pandemia. Eu cada vez mais leio a pandemia como um teste da crise do próprio capitalismo internacional para implementar certas coisas que sem um choque violento como o da pandemia não teria acontecido. Claro, pode ter sido algo entre aspas aparentemente natural, o que não foi porque no fundo faz parte da forma como se produz o que nós comemos, o que não necessariamente é alimento, faz parte desse mercado do qual já falava Mike Davis, mercado mundial de alimentos ao mesmo tempo mercado mundial da fome. Mas ao mesmo tempo também é a expressão mais acabada da barbárie, o modo como se utilizou a pandemia para matar milhões, mas por outro lado como se utilizou a pandemia para acelerar processos que tinham a ver com a quebra da cotidianeidade baseada na presença dos corpos, você produzir uma espécie de descorporificação social muito violenta. Se nós de alguma maneira já estávamos plugados a determinados equipamentos e já tínhamos abandonado parte dessa sociabilidade importante para a luta política, com a pandemia então processos de expropriação do trabalho foram mais violentos.

Então veja o que foram os processos de *uberização*, a *ifoodização*, bitecnologização da vida pós pandemia é um absurdo. Há eventos que denunciam isso, num só dia durante a pandemia uma conhecida Universidade Privada Paulista demitiu centenas de professores por e-mail. A gente fala dos mortos que comandam a vida dos vivos, havia vídeos de professores já mortos que continuavam dando aula mesmo depois de serem sepultados (não sei se enterrados ou cremados), mas eles continuavam dando aula. Hoje praticamente todo o trabalho na Universidade de São Paulo é realizado mediante ações a distância. Não há lugar em que nós não sejamos encontrados para poder preencher planilhas e cumprir prazos.

Então as tendências não são animadoras. É difícil dizer isso para dois rapazes tão jovens como vocês, ainda tão sonhadores e editores de uma revista de uma associação que está pensando em um dossiê sobre marxismo. Mas a tendência possível é primeiro você ter uma educação bancária, como diz a Carolina Catini, com um Itaú de vantagens... é de você, de certa forma, ter uma tutorização da profissão docente; uma destruição da escola pública; um

empresariamento da universidade... é um ambiente que não vai ser muito propício para o que a gente gosta de fazer. Então eu creio que a nossa saída talvez seja pensar que essa geografia que a gente faz, que não pode ser uma geografia de caráter meramente geográfico, ela tem de conversar com a história com a filosofia, com a economia, com as ciências humanas e com tudo mais, ela tem de se aliar ao movimento geral que os trabalhadores realizam na luta contra a barbárie.

Quer dizer que não é um problema da geografia, é um problema da humanidade. Agora, a ferramenta, ela pode ser muito importante para a gente pensar que mundo vai ser esse. E aí eu acho que teorizar nesse campo é muito importante. Então uma teoria do espaço ou da produção do espaço, da produção e da reprodução do espaço para a sociedade de hoje tem um caráter central. Não para nós geógrafos e geógrafas, não para a universidade, mas para a humanidade. E pensar isso a partir do Marx eu acho que é muito importante. E eu acho que é muito importante agora, para isso, eu volto ao começo da entrevista, é preciso que na realidade a gente plebeize a divina geografia, que a gente, na realidade, digamos assim, mostre que essa roupa higienizada da geografia limpinha saída da lavanderia tem muitas nódoas e manchas de sangue constituídas ao longo da história da humanidade.

Isso exige um tanto de coragem para a gente dizer: olha não foi bem assim... tinham uns mapas que eram feitos mesmo para pôr em campos de concentração as pessoas que estavam passando fome, para que com fome fossem sendo mobilizadas para outros lugares onde fossem expropriadas até a última gota de sangue".

É preciso um tanto de alegria e de paixão e um tanto de coragem também... parece que vocês têm, porque estão construindo esse dossiê!

Finalização. [Igor Alencar]: Só para finalizar e bastante satisfeito, gostaria de deixar registrado que a gente está fazendo essa entrevista no Laboratório de Geografia Política da USP, com o Manoel e sobre essa temática. O que torna esse momento também uma homenagem ao Tonico.

Como citar esta entrevista:

ALENCAR, Igor Carlos Feitosa; RODRIGUES, Thell Victor de Andrade. Entrevista com Manoel Fernandes de Sousa Neto. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 60-91, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/qefxgs14

Sobre o entrevistado: Manoel é professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, realizou graduação em Geografia (Licenciatura, 1992 e Bacharelado, 1993) na Universidade Federal do Ceará (UFC), período em que foi Presidente do Centro Acadêmico Amélia Alba (1988-89), Coordenador da Executiva Nacional de Estudantes de Geografia (1990-91), Diretor do DCE-UFC (1990-91) e Diretor da UNE (1991-92). Professor da Universidade Federal da Paraíba (1993-1998) e da Universidade Federal do Ceará (1998-2007), milita no movimento docente junto ao ANDES-SN desde 1993. Realizou PósDoc na Universidade do Porto em História da Cartografia e Cartografia Histórica em 2012-2013. Livre Docente pela USP em 2019, mesma instituição em que tornou-se Mestre (1997) e Doutor (2004) em Geografia Humana e ingressou como docente da àrea de Teoria e Método (2007). Presidiu a Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - ANPEGE (2018-2019). Em 2019, foi Professor Visitante da Université Cergy-Pontoise. Poeta-docente realiza pesquisas e orienta no campo da História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo, sendo Coordenador do GECA (Grupo de Estudos do Capital) na Universidade de São Paulo desde 2013 e integra a REDAP (Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública)

Sobre os entrevistadores:

Igor Carlos Feitosa Alencar: Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (PPGH-FFLCH-USP), com estágio de pesquisa realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa). Mestre em Geografia (PPGG-UFPB), Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (CEAD-UFPI) e Licenciado em Geografia (URCA). Pesquisa os temas de Geografia Histórica do Território e Geografia Histórica Urbana, integrando o Grupo de Estudos do Capital (GECA-USP), o Laboratório de Geografia Política (GEOPO-USP) e o Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB). Atua no Coletivo de Editores do Boletim Paulista de Geografia (BPG) desde 2024 integrando a Diretoria Executiva Local da AGB São Paulo (2026-2028)

Thell Rodrigues: Doutorando e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é professor no Centro Paula Souza e Coordenador da Base Nacional Comum Curricular da Etec Cepam. Integra a diretoria da AGB Seção Local São Paulo (gestão 2026-2028) como Coordenador de Publicações, sendo Editor-Geral do Boletim Paulista de Geografia (Qualis A1). Atualmente é Representante Discente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) Gestão 2026 e 2027. As pesquisas concentram-se em Geografia Econômica, Geografia Regional e Geografia Histórica, com destaque para a exploração mineral em Minas Gerais, analisada a partir de um enfoque crítico na modernização e na crise da reprodução social capitalista.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar
Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Lefebvre, homem de periferia, esclarece Tempo de Equívocos

Amelia Luisa Damiani

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
ameluisa@usp.br

Odette Carvalho de Lima Seabra

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
odette.lima.seabra@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.



Lefebvre, homem de periferia, esclarece Tempo de Equívocos

Resumo

Trata-se da resenha do livro-entrevista de Henri Lefebvre *Le temps des méprises*, traduzido Tempo de equívocos, por Pedro Denski e Sérgio Martins. Um registro crítico excepcional sobre o século XX, que certamente reverbera no século XXI.

Palavras-chave: Henri Lefebvre; Século XX; Alienação e mistificação; Movimento dialético do vivido e do concebido; Redefinição conceitual.

Lefebvre, a Man of the Periphery, Illuminates Time of Errors

Abstract

This is a review of *Le temps des méprises*, a Henri Lefebvre's book-length interview, translated into Portuguese as Tempo de equívocos by Pedro Denski and Sérgio Martins. It offers an exceptional critical account of the twentieth century, one that clearly resonates in the twenty-first century as well.

Keywords: Henri Lefebvre; Twentieth century; Alienation and mystification; Dialectical movement between the lived and the conceived; Conceptual redefinition.

Lefebvre, homme de la périphérie, éclaire Le Temps des méprises

Resumé

Il s'agit d'un compte rendu du livre-entretien de Henri Lefebvre, *Le Temps des méprises*, traduit en portugais sous le titre Tempo de equívocos, par Pedro Denski et Sérgio Martins. Cet ouvrage constitue un témoignage critique exceptionnel sur le XXe siècle, dont les résonances se font assurément sentir au XXIe siècle.

Mots clés: Henri Lefebvre; XX esiècle; Aliénation et mystification; Mouvement dialectique du vécu et du conçu; Redéfinition conceptuelle.

Lefebvre, homem de periferia, esclarece Tempo de Equívocos

Henri Lefebvre se definia como um homem de periferia. De tantas formas periférico, que somente esse modo de se apresentar já significa muito para todos nós. Este modo de se compreender envolve sua história de vida e, bem cedo, sua perspectiva filosófico-política. A periferia propõe a sombra, assombrando o centro, este, simultaneamente, como realidade e força de representações.

O século XX define-se pelo poder, pela centralidade das estratégias e pelo embotamento das possibilidades históricas. Para seu enfrentamento, o autor expõe a crítica ao estruturalismo e à fenomenologia desse século, como cisão entre o concebido e o vivido. Em seu lugar, a revivescência do conceito de alienação e sua trajetória na prática. Ele diz: "recuso a autossuficiência do conceito, mas não rejeito o conceito nem o concebido". Para ele, "perdemos o trajeto do conceito, sua trajetória na prática, no vivido." A alienação seria um revelador do vivido, "em sua obscuridade ... a do bloqueio das possibilidades, ... [d]os aspectos múltiplos de uma experiência: a dificuldade de realizar o possível." Elevada ao extremo, a alienação chega à mistificação: a inversão das relações sociais; a ilusão, internalizada como experiência verdadeira. O fundamento dessa apreensão crítica é a relação entre o concebido e o vivido. O contexto revela a contextura do que acontece no e como século XX, que privilegiou a escrita ao invés da fala, a desdisse; que autonomizou todas as conquistas do século: a ciência, a arte, a política, a economia; e fomos nos acantonando, enredados em torno de nós mesmos e separados, uns dos outros.

A cotidianidade e a produção do espaço, concepções às quais se dedicou, não podem ser deixadas de fora do pensamento, reduzidas ao cotidiano como trivialidade e ao espaço como inerte, neutro; nelas, inversamente, a busca do deciframento da recondução das relações sociais de produção, dialeticamente propondo novos conceitos, que alcançam as bases sociais da experiência vivida: a exploração, ao nível da vivência, apresenta-se como dominação e humilhação, tríade que aproxima as formas de consciência da instauração do cotidiano programado. A produção do espaço como valor de troca, mercantilizado, é o solo dessa cotidianidade, sujeitando e, ao mesmo tempo, propondo seu outro: o emprego do tempo, como uso insurgente, colidindo com o tempo enquanto forma de valor de uso, imerso na

cotidianidade das formas mercantis, sob o jugo do valor de troca, que chega à predominância das formas especulativas da economia.

Assim foi na obra de Lefebvre e, não poucas vezes, em parceria com Norbert Guterman, não somente em relação ao que escreveram e viveram juntos, mas também a distância dolorosamente vivida por ambos. Incluindo a dificuldade de Lefebvre de ser aceito nos EUA, para onde migrou Guterman. O distanciamento também explica o sentimento de ausência, que dialeticamente não se separa da presença. Presença e ausência são indissociáveis nesse universo de produção de separações.

Eis aqui a explosiva concepção de mistificação. Ela é atuante, muitas vezes nebulosa, escondida, até malquerida, rejeitada ao exame. Apenas compreendida no âmbito da concepção de alienação, como legado da dialética idealista e invertida pelo materialismo dialético, norteia a obra de Lefebvre. Necessária à compreensão crítica das contradições do mundo moderno, sendo ele, moderno, forjado a séculos.

O nazismo, constituído como poder institucionalizado, já no processo de formação, se definia como obstrução histórica e, ainda hoje, torna-se corrente vislumbrar sua sedução, mundo afora.

A ideia central para o autor é a da alienação, que ativa a mistificação, a explica; refletir sobre a consciência mistificada chega até a desconfiança do vivido.

No livro de Lefebvre *La somme et le reste*, livro que encantou René Lourau, por tratar-se de um expurgo aos idealismos, quaisquer que sejam, nele não há separação entre o saber e o viver, o conhecimento e a prática, nem entre o indivíduo e a sociedade. Daí falar de si mesmo despudoradamente: de sua infância, sua juventude, seus pais e suas diferenças, seus amores, tão centrais. Trata-se de um homem amoroso, deixado de lado, obstruído, agredido, incompreendido e todos os dissabores, enfrentados política e conceitualmente: assim, a centralidade da reprodução das relações sociais; do cotidiano e da cotidianidade; da produção do espaço; do Estado e das estratégicas; a totalidade da relação necessária entre pensar e viver, conhecimento e prática... A sua luta é a da insubmissão, pois nos escapa a realidade concreta e resta o mar profundo das representações.

Que vejam o que quiserem, avalia Lefebvre: autor subestimado que parece vaguear entre temáticas diferentes e, portanto, acessando mais ou menos, mais de um campo de conhecimento. Dentro do partido comunista, subvertendo seus ditames e, simultaneamente, não o deixando por 30 anos. Encontrou o sentido do stalinismo, a força da alienação política, antes de sua crise, e sua substância revivescida como império de institucionalizações, imperativo da era das estratégias.

A autogestão é o horizonte de sua conduta desde jovem. Dela jamais desistiu como saída da história e não como fim da história.

Tantos amores perdidos, amigos deixados no caminho, mal-entendidos sem fim. Um occitano na França, Occitânia da qual nunca desistiu. Entre os direitos, o direito às diferenças está presente em todos os confins do homem que ele foi.

Ao caminhar por este texto é possível perceber como Lefebvre valorizou os contextos de vida, de trabalho, do amor e, sobretudo, da política. Percurso iluminado pelo esforço dos intelectuais de cada época com os quais dividiu problemas, enigmas e pensamentos sobre as lutas do século XX. Um tempo inscrito na História por duas guerras mundiais e pelas lutas coloniais de libertação nacional. Século das revoluções camponesas, das migrações campo-cidade e da formação das grandes metrópoles mundiais; período no qual cresce a consciência de problemas novos com a mundialização das nações e dos povos, agora em escala planetária.

Aos 15 anos, Lefebvre descobrira Spinoza e já havia lido Nietzsche. O grupo de filósofos ao qual pertencia procurava um caminho e Lefebvre, interessando-se por filosofia, foi deixando a matemática.

O pensamento de Lefebvre será organizado, conduzido, fundado na contradição-conjunção, que consiste na categorização central da sua produção intelectual. Hegel e Marx estiveram presentes em todos os momentos dos seus trabalhos e estudos científicos, metodologicamente coerentes com o Materialismo Histórico e Dialético de Marx.

A esse propósito afirmou que as contradições mudam e que: "para encontrar o fio que me guia no labirinto e para determinar qual contradição emerge como essencial, não tenho outro meio senão escrever", assegurou.

As relações com as vanguardas dos anos vinte estimulam o grupo de filósofos a editar a *Revue Marxiste*; esta foi a terceira publicação do grupo.

O estilo de vida dos surrealistas era muito apreciado; Dada, Éluard que, através da poesia, metamorfoseavam a cotidianidade, viviam em estado de graça poética. Desde 1925, conforme Lefebvre, os surrealistas estavam atolados numa contradição entre a literatura e a escrita de um lado, e a vida como obra viva de outro, frente à vida como obra.

Tornavam-se literatos. Tristan Tzara não cansou de escrever sobre isso pois, polemicamente, mantinha a ideia de uma a-literatura.

A teoria marxista do deperecimento do Estado, rapidamente aniquilada por Stalin, motivou o engajamento dos filósofos e poetas surrealistas no movimento comunista.

Entre 1928 e 1936, o Partido não se limitou a seguir o aparelho político da União Soviética. Um punhado de militantes lançou as bases da organização comunista e plantou as raízes na população francesa. A cada onda de acontecimentos vinham as interrogações. Não se tratava de heresias a conspurcar a doutrina. Diz Lefebvre tratar-se de periferias, que não se referem apenas à distância de um centro. O espaço social não se define apenas por distâncias mensuráveis.

"Não me apresentaria como herege porque fui periférico em todos os domínios. Apenas os periféricos alcançam a consciência e o conhecimento dos centros. Sempre que retorno dos Pirineus recobro uma viva consciência de Paris, suas seduções e perigos. Constato a imensa separação entre o povo mergulhado na vida cotidiana e o elitismo intelectual, inclusive de esquerda. Gosto de dizer que sou occitano, ou seja, periférico e mundial. É nas periferias que nascem as heresias."

A sociedade urbana exibe centros e periferias por vezes escalonados, justificados a diferentes títulos e diferentes graus de integração-desintegração em relação ao centro. Na sua materialidade, expressam a utopia negativa do capital. Nesse sentido, as periferias, guardadas as particularidades locais, são heresias do capital. A sociedade moderna como um todo é construída sobre o desconhecimento do mecanismo da mais-valia e também daí a possibilidade para o fascismo impor representações invertidas, para que germinem no fluxo do cotidiano os

produtos dos pensamentos. Os homens desenvolvem, ao mesmo tempo que a produção e o comércio, os produtos dos seus pensamentos.

A militância partidária colocou certas indagações teóricas e práticas. A vida militante era assumida como um apoio, um arrimo, havia um chão sob nossos pés, escreveu Lefebvre.

A atividade militante, pouco depois da fundação do Partido Comunista, era uma atividade fraterna. Contudo, o movimento comunista acabou por abandonar seu terreno e instalou-se no de seus adversários, quando o Estado Stalinista se encarregou do crescimento econômico e se tornou modelo para outros Estados e partidos burgueses. Desaparece um modo de ser que comportava certa crítica e superação da política como tal. Esse modo de ser não se devotava à atividade política enquanto atividade especializada porque a política, com seus objetivos, fins e utopia, era seiva a alimentar o coração e as mentes. Na União Soviética, o marxismo transformava-se em crítica das ideologias e tinha difusão planetária, já nas primeiras décadas do século XX. Pois, sob os desígnios de Marx, os proletários de todo mundo deveriam se unir contra a exploração capitalista.

Quem considera o stalinismo um fato histórico que se distancia no tempo não entende nada do que se passa ao nosso redor com a consolidação do Estado e seus aparelhos.

Os clássicos da filosofia pensaram o espaço matemático, lógico, abstrato. Em Lefebvre, elucidar o espaço social como conceito, sem perder a conexão necessária com o tempo, exige retomada da filosofia num plano novo. Seria a metafilosofia. É preciso desmembrar, desconstruir a filosofia para dela extrair o que nos permitiria desvendar esse caminho.

Na aurora dos tempos modernos, ou seja, do capitalismo, do neocapitalismo, do imperialismo, das revoluções modernas e da mundialidade, diz Lefebvre que "a filosofia teria apresentado sua renúncia". Para abordar a realidade concreta, faz apropriação de determinados conceitos, o de alienação, espaço, diferença, Estado... para levá-los às últimas consequências.

O autor não busca uma ideia exitosa; "o que importa é conseguir oferecer a uma época seu equipamento analítico, o instrumental para sua própria elucidação."

A vida nos Pirineus até a juventude deixou um lastro que permitiu pensamentos muito profundos e até *sui generis*. Refere-se a uma cultura subterrânea, transmitida por

séculos, de riqueza prodigiosa. A cultura dos provérbios que precedeu a cotidianidade. Era cotidiana, mas desprovida de pobreza, da miséria da cotidianidade. A transmissão oral dos provérbios, das receitas, tanto as de cozinha quanto as eróticas, foi oprimida, esmagada pela cultura escrita, pelo oficial, pelo lógico e pela "logicização".

Assim, a linha do tempo pressuposta e descrita permite refletir sobre circunstâncias e eventos, e oferece a oportunidade para compartilhar experiências vividas.

Este texto é tão estimulante a ponto de ser impossível *dormir nas contradições, que pululam*. Dentre os acontecimentos, aqueles de 1968 aparecem em toda sua amplitude, como um momento de contestação mundial: "reconheciam as análises contestadoras do vivido, da sexualidade, da vida cotidiana, das condições concretas da sociedade existente." A mundialidade da contestação inclui a simultaneidade da divulgação dos escritos. A edição francesa de *L'irruption de Nanterre au sommet*, de Lefebvre (Édition Anthropos, Paris, 1968) foi traduzida no Brasil, na mesma data: *A irrupção – A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos*, incluindo debates e outros escritos autorais, além do referido livro de Lefebvre (Editora Documentos, São Paulo, 1968)

Somente Sérgio Martins e Pedro Denski, nossos amigos, têm o sentido exato da sua nomeação. Assim se explica a tradução tão primorosa que assinam, o prefácio de Sérgio, que atravessa a obra de Lefebvre e nela situa o livro *Tempo de Equívocos*, baseado numa extensa entrevista que acontece como totalidade da experiência do autor sobre o século XX, enquanto pensador e militante; e a intervenção final de Pedro, demonstrando a problematização do título do livro, para alcançar "a complexa dinâmica de expectativa, ilusão e revés", que ele contém. Inúmeras, extraordinárias notas não só informam a bibliografia, como não descuidam do contexto, da apreciação dos conteúdos em seus fundamentos.

Nossos amigos tradutores não se afastam sequer irrisoriamente deste homem, Henri Lefebvre, socialista, pensador, militante, um homem que só se apreende nesta delicada imersão nos contextos que o explicam, como foi se tornando e como sempre pode ser. O horizonte é o porvir, o futuro, a considerar grupos amplos como os jovens, as mulheres, os periféricos...; da revolução proletária o chamamento de mudar a vida.

O filósofo Henri Lefebvre nasceu nos Pirineus, Occitânia-França, em 1901 e viveu 90 anos. Um homem do Século XX.

Referências

LEFEBVRE, Henri. **Tempo de equívocos**. Tradução de Pedro Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2025. ISBN 978-65-5863-714-0.

Como citar este artigo:

DAMIANI, Amelia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Lefebvre, homem de periferia, esclarece Tempo de Equívocos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 116, p. 92-101, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/wb5wfn22

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 20 de setembro de 2026

Sobre as autoras:
Amélia Luisa Damiani possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1975), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1985), doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993), livre-docência em Geografia Urbana pela Universidade de São Paulo (2008), titular em Geografia (2010-2019), professora sênior: 2019-2023. Atualmente é professora doutora da Universidade de São Paulo, enquanto professora sênior. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cotidiano, urbano, urbanização crítica, produção do espaço e metrópole.

Odette Carvalho de Lima Seabra possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1970); especialização em Economia Regional e Urbana (1975) obtido na Faculdade de Economia e Administração, da Universidade de São Paulo; mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1979), e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1987) e Livre Docente (2003) na Universidade de São Paulo. Atualmente exerce função de Professor Associado no Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo; orienta dissertações de mestrado e teses de doutorado em duas linhas de pesquisa:" Urbanização e modo de vida" e, "Urbanização e a Economia Política do Espaço". É membro correspondente da associação" La Somme et le Reste", sediada em Paris. Coordenadora do Grupo de Estudos Geografia e Modernidade, que estuda a empresa de serviços públicos no Brasil: Brazilian Traction. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, centralidade, periferia, metrópole, espaço, modernidade.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Traduzir Lefebvre*

Sérgio Martins

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
sergiomartins@ufmg.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

* Texto apresentado em junho de 2026 por ocasião do lançamento do livro *Tempo de equívocos*, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço à professora Juliana Luquez pelo convite.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Traduzir Lefebvre

Resumo

O texto trata da tradução da obra de Henri Lefebvre. Tomando como ponto de partida sua própria recepção da obra lefebvriana, o autor aborda criticamente a apreensão fragmentária dessa obra em função de seu enquadramento na e pela divisão do trabalho intelectual. Nesse percurso, o texto destaca a importância do projeto (e processo) tradutório como modo de leitura, estudo, pesquisa e reescrita.

Palavras-chave: Henri Lefebvre; Tradução; Estudo e pesquisa; Reescrita.

Translating Lefebvre

Abstract

The article addresses the translation of Henri Lefebvre's work. Taking the author's own reception of Lefebvre's work as its starting point, it critically examines the fragmentary reception of this work as a function of its framing within and by the division of intellectual labor. In this process, the article highlights the importance of the translation project (and process) as a mode of reading, study, research, and rewriting.

Keywords: Henri Lefebvre; Translation; Study and research; Rewriting.

Traducir a Lefebvre

Resumen

El texto aborda la traducción de la obra de Henri Lefebvre. Tomando como punto de partida su propia recepción de la obra lefebvriana, el autor aborda críticamente la recepción fragmentaria de esta obra en función de su encuadramiento dentro de la división del trabajo intelectual y de las determinaciones que esta impone. En este recorrido, el texto destaca la importancia del proyecto (y proceso) traductor como modo de lectura, estudio, investigación y reescritura.

Palabras-clave: Henri Lefebvre; Traducción; Estudio e investigación; Reescritura.

Henri Lefebvre viveu praticamente todo o século passado e nos deixou uma obra monumental que compreendeu cerca de 70 livros, nos quais abordou uma diversidade de temas referentes à constituição e desenvolvimento do mundo moderno. A recepção de sua obra, porém, ocorreu de diferentes maneiras em diferentes momentos. Nosso trabalho de tradução é parte dessa história, e é precisamente sobre isso que gostaria de lhes falar.

De certo modo, começamos a enunciar tal projeto (e processo) nos prefácios e anexos aos três livros até agora por nós traduzidos. No primeiro parágrafo do prefácio a *Tempo de equívocos*, por exemplo, aludo às minhas primeiras incursões na obra de Marx, mediadas justamente pela leitura de Lefebvre. Naquele longínquo ano de 1990, li três de seus livros: *O marxismo*, *Problemas atuais do marxismo* e o próprio *Tempo de equívocos*. E, ainda nesse prefácio, assinalo que logo me dei conta de que estava diante de algo maior e melhor que um mero comentador da obra marxiana, ou, no limite, o contrário de um dogmático. Afinal, o próprio Lefebvre afirmava n'*O marxismo* que o leitor, a menos que pretendesse que outro mastigasse sua comida, deveria dirigir-se, de preferência e em primeiro lugar, aos textos do próprio Marx. Referindo-se exatamente a esse pequeno livro, Ludovico Silva (1978) qualificou-o como "não manualesco", por não oferecer receitas para ler Marx, ao mesmo tempo em que convidava a lê-lo em seu estilo vibrante e sob a clareza mediterrânica de sua prosa. Posso afirmar, portanto, que Lefebvre foi fundamental para a minha iniciação na arte da leitura, para a qual, como dizia Schopenhauer, é preciso ter clara a necessidade da arte da não leitura: "A condição para ler obras boas é não ler obras ruins, pois a vida é breve, e o tempo e as forças são limitados." ([1851] 2005, p. 102). Talvez pudesse compará-lo ao poeta que guiou Dante n'*A divina comédia*, mas tal analogia implicaria atribuir a Lefebvre um papel que ele nunca desempenhou, ou seja, o de guia ao reino dos mortos. Em sua trajetória intelectual, ele não apenas combateu o dogmatismo, essa "expressão de um pensamento vulgarizado e esquematizado, [que] suprime os problemas porque acredita que estão eternamente resolvidos" ([1958], 1977, p. 19), como convidava seus leitores a incursionar numa obra e num pensamento vivos, tornando necessário ir com Marx além

de Marx. Ou, como observo, Lefebvre opôs-se ao marxismo mumificado, que salmodiava verdades supostamente indiscutíveis como se fossem pensamentos, ao mesmo tempo em que se servia do léxico marxiano tanto para dissimular sua indigência teórica quanto para esmagar o pensamento crítico. Em contrapartida, Lefebvre buscou vivificar o pensamento de Marx restituindo-o em sua formação, seu movimento e desenvolvimento, seu alcance e limites, buscando, portanto, situar seu nascimento no seio da história, das lutas contra as cisões e os embotamentos do homem enquanto totalidade. A rigor, na trajetória lefebvriana a obra de Marx não é origem, tampouco limite, mas fonte. Trata-se, portanto, de um retorno a Marx, mas não ao marxismo como sistema filosófico acabado, pois isso apenas reiteraria a alienação filosófica que transforma as lutas reais em embates ideais, mais ocupada com os diferentes modos de interpretar o mundo que com as condições para transformá-lo. Tal retorno implica defrontar o acervo intelectual legado por Marx com as condições e situações contemporâneas, com os novos conjuntos de problemas, com as novas contradições que, desdobrando-se das anteriores, ratificam-nas, potencializam-nas e seguem movendo o mundo às nossas custas e às nossas costas, arrastando-nos em seu curso. O retorno a Marx está, portanto, indexado à tarefa de ir além de Marx sem abandoná-lo. Trata-se de atualizá-lo. Nas palavras do próprio Lefebvre, logo no início de *Tempo de equívocos*:

> um movimento contínuo atravessa o conjunto de minha obra; pretendi restituir a teoria de Marx em sua integralidade e amplitude. E, simultaneamente, buscar o *aggiornamento* do pensamento marxista num mundo que mudou muito em um século. O materialismo histórico e o materialismo dialético, tão potentes no plano teórico, não podem ser mantidos dogmaticamente. (Lefebvre, [1975] 2025, p. 36).

No Brasil, a recepção da parte da obra lefebvriana mais diretamente referida à de Marx insinuou-se bem antes de nosso trabalho, obviamente, por meio de outros estudiosos, pesquisadores, tradutores. Se tomarmos as traduções como um indício de tal recepção, basta lembrar que a primeira edição brasileira d'*O marxismo* é de 1955 (sete anos após a primeira edição francesa), e a de *Sociologia de Marx* é de 1968 (dois anos depois de sua publicação na França). É verdade que livros como *Lógica formal/lógica dialética* também foram traduzidos por aqui, mas se considerarmos a parte da obra lefebvriana mais detida na obra de Marx, e que permanece sem tradução – desde *Le*

matérialisme dialectique (de 1939), até *Une pensée devenue monde*. Faut-il abandonner Marx? (de 1980) -, veremos que tal recepção ficou, como disse, apenas esboçada. E não apenas a parte da obra referida a Marx e ao marxismo, como também aquelas referidas à vida cotidiana, ao espaço, à filosofia, à história... foram pouco traduzidas. Ou seja, o conjunto da obra foi e continua insuficientemente traduzido, e, portanto, pouco difundido no Brasil.

No entanto, se a recepção da obra marxiana por Lefebvre se deu de modo diferente e contrário ao da mutilação efetuada, por exemplo, pelos estruturalistas, a própria obra lefebvriana foi recepcionada de maneira compartimentada, segmentada. Ele próprio expressou seu desacordo quanto a isso:

> Dentre o que escrevi e publiquei, frequentemente ocorre – até meus amigos o fazem – que setores sejam tomados separadamente: o que concerne ao marxismo, o que pertence à vida cotidiana, o que trata do espaço, aí incluídos a arquitetura, o urbanismo etc. Não estou de acordo com essas fragmentações: um movimento contínuo atravessa o conjunto de minha obra. (Lefebvre, [1975] 2025, p. 36).

Em ampla medida, tal apreensão fragmentária decorre das tentativas de enquadramento das temáticas por ele abordadas nos limites da divisão do trabalho intelectual. Entre os geógrafos, assim como dentre os que se ocupam da urbanização moderna e contemporânea, por exemplo, Lefebvre não raro é conhecido sobretudo por meia dúzia de livros (como *O direito à cidade, A revolução urbana,* as coletâneas de textos intituladas *Espaço e política* e *Do rural ao urbano*, chegando a *A produção do espaço*) nos e pelos quais o autor tratou de temas reivindicados por especialistas para serem abordados segundo as determinações de suas respectivas especialidades. Mesmo entre estudiosos que incursionaram nessa obra para além desse conjunto de textos, frequentemente nos deparamos com tal recepção redutora.

Tomemos um exemplo: refletindo sobre o encasulamento do pensamento geográfico decorrente de sua acomodação ao papel de disciplina eminentemente descritiva da superfície terrestre (de acordo com as interações de processos e fenômenos não raro melhor analisados noutros campos disciplinares) e sobre a subordinação e obscurecimento da interpretação geográfica do mundo moderno, Edward Soja concluiu que “ser rotulado de geógrafo era uma maldição intelectual, uma associação aviltante

com uma disciplina acadêmica tão distanciada das grandes matrizes da teoria social e da filosofia modernas, que se afigurava fora do âmbito da importância crítica" ([1989] 1993, p. 28). Em linhas gerais, não há por que discordar de tal juízo. Porém, em sua tentativa de reafirmar o espaço na teoria social crítica, no âmbito da qual a própria geografia poderia sair de sua introversão, Soja não hesitou em considerar como geógrafos pós-modernos autores como Henri Lefebvre, Michel Foucault, dentre outros. Caberia indagar por que não o próprio Marx. Afinal, Lefebvre demonstrou, em *La pensée marxiste et la ville* (cuja tradução brasileira foi publicada sob o inusitado título *A cidade do capital*) - faltou mencionar este para que a meia dúzia de livros não fique reduzida a cinco -, que, se não o espaço, ao menos a cidade encontra-se longe de ser um mero "complicador desnecessário" na obra marxiana. Enfim, e para usar uma frase de Wright Mills apreciada por Soja, se "para o sapateiro o couro é tudo", os compromissos epistemológicos do geógrafo obrigaram-no a constranger todos os que encontrou em seu caminho a andarem no penoso passo permitido por seus calçados pós-modernos.

Obviamente, é preciso considerar inúmeras outras condições, limites e possibilidades que se impõem à prática da leitura tal como reivindicada por Nietzsche ao final do prólogo de seu *Genealogia da moral*: "faz-se preciso algo que precisamente em nossos dias está bem esquecido [...], para o qual é imprescindível ser quase uma vaca, e *não* um 'homem moderno': o *ruminar*..." ([1887] 2008, p. 15, ênfases do autor). De fato, é preciso reconhecer que numa época como a nossa falta tempo para pensar. "Com o enorme aceleramento da vida, o espírito e o olhar se acostumam a ver e julgar parcial ou erradamente, e cada qual semelha o viajante que conhece terras e povos pela janela do trem." ([1878] 2007, p. 175). O que dizer em tempos de internet, das chamadas redes sociais, de inteligência artificial e de tantas outras facilidades para a circulação de informações, mas que, não raro, embotam o pensamento?

Em *Escola de tradutores*, Paulo Rónai afirma ter encontrado uma das melhores definições de tradução "no prefácio da versão espanhola de *Ulysses*: 'Traduzir é a maneira mais atenta de ler.'." ([1952] 2012, p. 91). Com Pedro Denski, ex-orientando de graduação e pós-graduação, muito aprendi e continuo aprendendo que traduzir é

também um outro modo de estudar. Num breve ensaio, Giorgio Agamben efetuou uma distinção esclarecedora entre estudo, enquanto condição permanente, a ponto de se tornar um modo de vida, e pesquisa, que, ao menos na filosofia e nas chamadas ciências humanas, ocuparia uma posição subsidiária em relação àquele. Em suas palavras:

> pode-se definir o estudo como o ponto em que um desejo de conhecimento atinge sua máxima intensidade e se torna uma forma de vida: a vida do estudante – melhor, do estudioso. Por isso – ao contrário do que está implícito na terminologia acadêmica, na qual o estudante é um grau mais baixo em relação ao pesquisador – o estudo é um paradigma cognoscitivo hierarquicamente superior à pesquisa, no sentido que esta não pode atingir seu objetivo se não é animada por um desejo e, uma vez que o atinge, só pode conviver estudiosamente com este, transformar-se em estudo. (Agamben, 2017, ênfases do autor)

Foi precisamente nesse sentido que se orientaram as traduções publicadas pela Editora UFMG, embora a consciência disso só tenha aflorado, ao menos para mim, a partir da segunda edição da tradução de *Espace et politique*. Explico-me: em 1995, com Margarida Maria de Andrade, professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, traduzi *La révolution urbaine*. Em 1999 a Editora UFMG publicou nossa tradução. Alguns anos mais tarde, pela mesma editora, foi a vez da tradução de *Espace et politique*.

Marx dizia que só aprendemos uma outra língua quando esquecemos a língua materna e passamos a pensar naquela que buscamos aprender. No meu caso, tenho de admitir que Cervantes é quem estava certo: pensamos de acordo com a língua que mamamos no leite! Esse foi o primeiro objetivo dessas primeiras traduções: compreender mais e melhor Henri Lefebvre fazendo-o falar na variante atual e brasileira da língua portuguesa. Tratava-se, portanto, de fazer um estrangeiro falar de outro modo, noutra língua. Tecnicamente falando, trata-se da tradução interlingual, o que, neste caso, não apresentava grandes dificuldades: Lefebvre escreveu em língua francesa, cuja interlegibilidade com a portuguesa é bastante elevada. Não menos importante: como Lefebvre viveu por quase todo o século XX, não se tratava de traduzir textos vazados num francês como o de Rabelais, que coloca dificuldades para os próprios franceses contemporâneos. Como o Pedro nos lembra, Lefebvre escreveu manifestos, como *O direito à cidade* e *Manifesto diferencialista*; um romance de formação, *A soma e o resto*;

uma elegia, *Pirineus*; poemas, que introduziu entre os capítulos de *A soma e o resto;* diálogos, como o que termina *Introdução à modernidade*. Fugas, como *Hegel, Marx, Nietzsche*; trípticos: *Introdução à modernidade (Prelúdios) – Metafilosofia (Prolegômenos) – O fim da história (Epilegômenos)*. Em suma, Lefebvre escreveu! Não se trata, portanto, de efetuar traduções intersemióticas, de verter, em texto, uma pintura, um filme, uma dança... E escreveu em prosa. Não é difícil imaginar as dificuldades caso Lefebvre tivesse escrito, como Apollinaire, em caligramas. As condições são, portanto, favoráveis à transcriação, à reescrita de seus textos na língua de chegada.

Reescrever? Sim, pois o texto vertido é também do tradutor. "O sujeito da tradução opera o trabalho do traduzir que gera um texto seu. Mas esse trabalho se faz a partir da leitura de um texto que não é seu, leitura que é uma expedição às profundezas do texto alheio para roubar-lhe a centelha viva do fogo sagrado: a significância." (Laranjeira, 1993, p. 124). Ou, nas palavras de Paulo Bezerra:

> o processo tradutório é um processo criador e, por consequência, a tradução também é criação, pois nela interagem duas instâncias criadoras – o autor do original e seu tradutor. Este parte de uma criação já concluída e a transforma [...] em uma obra segunda mas de valor equivalente, cuja realização exigiu um grau de criatividade diferente daquele empregado pela primeira instância criadora, mas, por certo, não inferior como criatividade. Porque o tradutor sempre é levado a escarafunchar os desvãos de sua língua, sua riqueza vocabular, seu manancial de ditos e provérbios, suas formas de linguagem gestual, enfim, seus múltiplos recursos semânticos e morfossintáticos na tentativa de resolver problemas similares que o original lhe impõe. Ele sabe que trabalha com uma obra acabada, que precisa dar nova vida a essa obra, precisa realizar uma operação de Caronte, [...] mas de tal forma que as personagens do barco-texto não percam a memória e a obra atravesse a contento o seu Estige, chegando viva à outra margem: à língua e à cultura de chegada, do tradutor. Para construir essa travessia, o tradutor tem de passar por um processo criador semelhante ao vivido pelo autor do original, guardadas, é claro, as devidas diferenças e especificidades. (2012, p. 47)

Consideradas nessa perspectiva, nossas duas primeiras traduções – *A revolução urbana*, de 1999, e *Espaço e política*, de 2008 – começaram a nos parecer mais ou menos como a definição dada por Cervantes, no segundo livro de Dom Quixote, a certas traduções: "é como olhar as tapeçarias flamengas pelo avesso, que por mais que se vejam as figuras, são cheias de fios que as obscurecem e não se vêem com a lisura e lustre da face." ([1615] 2007, p. 736). Na nota à segunda edição de *Espaço e política*, refiro-me a um verdadeiro rasgo nessa tapeçaria:

> Vários meses haviam se passado desde a publicação da primeira tradução de *Espaço e política*, quando, no curso de uma aula, resolvi dela citar aos alunos uma passagem, mais precisamente um parágrafo da Introdução. Estupefato, constatei que entendê-lo, desentranhando-lhe o sentido e o significado, nem o próprio Lefebvre conseguiria, caso ressuscitasse somente para isso. Uma linha inteira encontrava-se ausente do parágrafo, tornando-o incompreensível. Impunha-se (mais) uma revisão à tradução. A explicação, porém, desse mau sucesso jamais por nós foi alcançada. Seguros – eu e Margarida – de que nossas infindas leituras e releituras do texto original, cotejando-o com aquele por nós vertido, mantiveram-nos distantes da incúria, o desacerto tampouco nos parecera atribuível ao diligente trabalho dos revisores da Editora UFMG. Como não havia por que arguir nem concluir, apaziguava meu espírito creditando o infortúnio a algo de demoníaco que habita os computadores, quando Pedro Denski – que a nós se juntou nesta segunda edição – lembrou do propósito original do projeto de tradução da obra lefebvriana. De fato, em vez de nos entregarmos a essa arte e exercício com o ascetismo de monges copistas, há muito que, a exemplo do mestre Alcofribas Nasier – o anagramático autor-personagem de *Gargântua e Pantagruel* (tão caro a Lefebvre a ponto de os clérigos de seu tempo acusarem-no de herético por seu revisionismo rabelaisiano) –, muito nos temos regalado com o mundo que a exploração dessa obra nos abrira e, mediante a tradução, a se abrir prossegue, na medida em que nele nos embrenhamos. Alcofribas, como nos fez saber por seu próprio relato, percorrera a bocarra de Pantagruel a se espantar e se maravilhar com o mundo até então ignoto que nela encontrara. No decorrer dessa fantástica morada e jornada, dera refeição ao seu corpo e à sua alma escolhendo o que comer e beber dentre aquilo que à pantagruélica boca chegava. Mais de seis meses depois, ao dela sair e participar ao intrigado gigante o destino pouco asséptico que dera aos restolhos do governo de suas tripas nesse interlúdio, é por ele interpelado: 'De onde vens Alcofribas?'. Ao que responde o solicitado: 'De vossa garganta, senhor.'. 'E há quanto tempo estavas lá? disse ele. – Há mais de seis meses. E do que vivias? O que bebias? – Do mesmo que vós, senhor, e dos pedaços menores que passavam por vossa garganta eu escolhia alguns. – Eu sei, disse ele, mas onde cagavas? – Em vossa garganta senhor. – Ah, ah! és bem divertido, disse ele'."[*] (Martins, 2016, p. 17-18).

Algo, portanto, não cheirava bem, o que nos serviu de alerta para a existência de incorreções tradutórias ao longo do livro. Felizmente, não foram tantas como temíamos. Mesmo assim, além de prover o desditoso parágrafo da linha da qual fora amputado, eu e Margarida, e a partir de então já com o Pedro, acabamos por levar a cabo uma nova e completa tradução do livro. Mais importante, porém, do que a correção de erros foi a clareza quanto ao projeto de tradução, dos estudos e pesquisas de que ele é condição e resultado. É o que o Pedro explica nas notas que abrem a segunda e a terceira edições de *A revolução urbana*. Na segunda edição, ocupamo-nos de revisar a primeira. Assim,

[*] O leitor atento verificará que o trecho após "nesse interlúdio" não consta no original.

> Reparamos imprecisões, suprimimos galicismos, polimos o estilo; acrescentamos notas de tradução e desenvolvemos algumas das já existentes. Em outras palavras: substituímos, eliminamos ou aprimoramos elementos que prejudicavam o uso do instrumento que nos foi legado por Lefebvre; uma vez que a performance ótima de alguns elementos depende de instrução suplementar, procuramos provê-la ao leitor. (Denski, 2019, p. 8).

É, contudo, na nota à terceira edição que nosso projeto de estudos, e da pesquisa por ele requerida, é melhor explicado:

> A partir da publicação da segunda edição da tradução de *Espace et politique*, traçamos como meta apresentar ao leitor também materiais complementares: em Espaço e política foram publicadas, em tradução inédita, as intervenções de Lefebvre no Universitas Project, seminário mencionado em um dos capítulos do livro. Nosso projeto de tradução das obras de Lefebvre envolve, há vinte anos, a leitura do conjunto de sua produção (livros, ensaios, entrevistas), bem como a pesquisa de suas fontes e de seus comentadores. Frequentemente nos deparamos com textos de Lefebvre inéditos em língua portuguesa e de difícil acesso. Quando percebemos neles vínculos com as obras que pretendemos traduzir, avaliamos a sua publicação como anexos delas. (Denski, 2025, p. 7).

Se considerarmos, então, a publicação de livros como *Éléments de rythmanalyse*, em 1992, logo após o falecimento de Lefebvre, o "manuscrito encontrado em Saragoça" por Lukasz Stanek em 2014, bem como o mencionado anexo à segunda edição de *Espaço e política* e o publicado agora em *Tempo de equívocos* (a transcrição e tradução de entrevista radiofônica concedida por Lefebvre no mesmo ano da publicação do livro), veremos que Lefebvre legou-nos extensa obra da qual ainda são feitas descobertas passados quase quarenta anos de sua morte.

Para terminar, retomo o início desta exposição. Afirmei que, para mim, Lefebvre foi importante, num primeiro momento, pelo convite a incursionar num marxismo vivo, distinto da fossilização difundida e defendida pelos dogmáticos. O mesmo vale para a tradução. Traduzir não consiste simplesmente em transportar algo de uma margem a outra, no caso, o conteúdo de um livro de uma língua a outra. Essa acepção, presente na metáfora do tradutor como um barqueiro, é, como já observado, redutora. "Caronte também é um barqueiro. Mas ele faz atravessar os mortos." (Meschonnic, [1999] 2010, p. XXV).

Ao final do prefácio de *Tempo de equívocos*, afirmo que o livro é um convite a incursionar na obra de Lefebvre e buscar desenvolvê-la tendo em vista as questões que se

colocam para nós, no tempo e lugar em que vivemos. Aceitar esse convite implica recusar uma recepção escolástica de sua obra, pois, como dizia Nietzsche, "Não se deve freqüentar igrejas, quando se deseja respirar *ar puro*". ([1886] 2005, p. 35). A obra lefebvriana merece ser lida, estudada e traduzida em virtude de sua contemporaneidade, e não para oferecer algo inerte e assim fortalecer velhos ou novos dogmatismos, pois a elaboração conceitual que importa é a que permite e exige escrutinar os embates em torno da abertura e efetivação dos possíveis constitutivos do real.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estudantes**. Trad. Vinícius N. Honesko. 2017. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/567718-estudantes-por-giorgio-agamben

BEZERRA, Paulo. A tradução como criação. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 76, p. 47-56, 2012.

DENSKI, Pedro Henrique. "Nota à segunda edição". In: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2ª ed. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

DENSKI, Pedro Henrique. "Nota à terceira edição". In: LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3ª ed. rev. e ampl. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2025.

LARANJEIRA, Mario. **Poética da tradução**: do sentido à significância. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Le matérialisme dialectique**. 5. éd. Paris, Presses Universitaires de France, [1939] 1962.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. 6 ed. Trad. J. Guinsburg. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [1948] 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Problemas actuais do marxismo**. Trad. Gilberto Viegas. Lisboa: Ulmeiro, [1958], 1977.

LEFEBVRE, Henri. **La somme et le reste**. 4e éd. Paris: Economica, [1958] 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Introduction a la modernité**. Préludes. Paris: Éditions de Minuit, 1962.

LEFEBVRE, Henri. **Pyrénées**. Lausanne: Éditions Rencontre, 1965.

LEFEBVRE, Henri. **Métaphilosophie**. Prolégomènes. Paris: Les Éditions de Minuit, 1965.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. 3e ed. Paris: Anthropos, [1967] 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La fin de l'Histoire**. Épilégomènes. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain**. Paris : Anthropos, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **Manifeste différencialiste**. Paris: Galimard, 1970.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3ª ed. rev. e ampl. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 2025.

LEFEBVRE, Henri. **La fin de l'histoire**. 2e éd. Paris: Anthropos, [1970] 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. O direito à cidade II. 2ª ed. rev. e ampl. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2016.

LEFEBVRE, Henri. **La pensée marxiste et la ville**. 3e éd. Paris: Casterman, [1972] 1978.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, [1974] 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Hegel - Marx - Nietzsche ou le royaume des ombres**. Paris: Casterman, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **Tempo de equívocos**. Trad. Pedro Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1975] 2025.

LEFEBVRE, Henri. **Une pensée devenue monde**. Faut-il abandonner Marx? Paris, Fayard, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Éléments de rythmanalyse**. Introduction à la connaissance des rythmes. Paris: Syllepse, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **Toward an architecture of enjoyment**. Trad. Robert Bononno. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2014.

MARTINS, Sérgio. "Nota à segunda edição". In: LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. O direito à cidade II. 2ª ed. rev. e ampl. Trad. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MESCHONNIC, Henri. **Poética do traduzir**. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Perspectiva, [1999] 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, [1878] 2007.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, [1886] 2005.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da moral**: uma polêmica. 11ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, [1887] 2008.

RABELAIS, François. **Gargântua e Pantagruel**. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, [1534-1564] 2003.

RÓNAI, Paulo. **Escola de tradutores**. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1952] 2012.

SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. **O engenhoso cavaleiro D. Quixote de La Mancha**. Trad. Sergio Molina. São Paulo: Ed. 34, [1615] 2007.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre o ofício do escritor**. Trad. Eduardo Brandão e Luiz Sérgio Repa. São Paulo: Martins Fontes, [1851] 2005.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. 3 ed. Caracas: Monte Ávila Editores, [1975] 1978.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1989] 1993.

Como citar este artigo:

MARTINS, Sérgio. Traduzir Lefebvre. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 116, p. 102-115, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/fa7zdb97

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 22 de setembro de 2026

Sobre o autor: Graduado (bacharel) em Geografia (1988), mestre em Geografia Humana (1993) e doutor em Geografia Humana (1999) pela Universidade de São Paulo. Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, no qual ingressou em 1996, e do Programa de Pós-graduação em Geografia da instituição desde 1999. Desenvolve e orienta pesquisas sobre as (im)possibilidades da urbanização brasileira, particularmente da metropolização

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Geografias no Espaço-Tempo: ou das Tragédias Anunciadas para um Negócio Garantido

Manoel Fernandes de Sousa Neto

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil
e-mail: manoelfernandes@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Geografias no Espaço-Tempo: ou das Tragédias Anunciadas para um Negócio Garantido

Resumo

O ensaio trata de analisar as mudanças teóricas ocorridas no campo do marxismo na geografia a partir da virada espacial no âmbito da crise estrutural do capitalismo. Realiza o movimento de por em destaque geógrafa e geógrafos ganhadores do prestigioso Prêmio Internacional Vautrin Lud, pelo inestimável alcance de suas teses sobre as mutações nos modos de compreender o nosso tempo
Palavras-chave: Geografia; Marxismo.

Geografías en el Espacio-Tiempo: o de las Tragedias Anunciadas hacia un Negocio Garantizado

Resumen

El presente ensayo analiza las transformaciones teóricas ocurridas en el campo de la geografía marxista a partir del giro espacial, en el marco de la crisis estructural del capitalismo. Asimismo, destaca la trayectoria de geógrafas y geógrafos galardonados con el prestigioso Premio Internacional de Geografía Vautrin Lud, debido al inestimable alcance de sus tesis sobre las mutaciones en los modos de comprender nuestro tiempo.
Palabras-clave: Geografía; Marxismo.

Geographies in Space-TimeAbstract: Or from Foretold Tragedies to a Guaranteed Business

Abstract

This essay examines the theoretical shifts within Marxist geography stemming from the spatial turn amid the structural crisis of capitalism. It highlights geographers—both women and men—who have been awarded the prestigious Vautrin Lud International Geography Prize for the invaluable reach of their theses concerning the transformations in how we comprehend our contemporary era.
Keywords: Geography; Marxism.

No primeiro dia de Setembro de 1992, na conferência de abertura do evento ***O Novo Mapa do Mundo***, Milton Santos proferiu uma conferência intitulada *Aceleração Contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo*, para tratar das grandes transformações que estávamos a vivenciar com o advento, em nossos dicionários, de uma palavra que passou a habitar o título de diversos artigos, livros e reflexões teóricas, tratava-se do vocábulo *globalização*.

Milton Santos, inseriu este texto fabuloso, Aceleração *Contemporânea: tempo-mundo, espaço-mundo*, em um livro intitulado ***Técnica, Espaço, Tempo***, que foi publicado originalmente pela Editora Hucitec em 1994. Um livro, a nosso ver, que prenunciava o que viria a ser a obra *A Natureza do Espaço*, lançado de maneira inaugural em 1996.

O geógrafo baiano, nascido em Brotas de Macaúbas que celebra seu centenário este ano, propôs que o processo de aceleração contemporânea fazia baralhar os signos com as coisas reais e que vivíamos então uma aceleração sem precedentes na história da humanidade, ao ponto de aquilo que era ainda construção aparecer, não raras vezes, como ruína.

1992, como sabemos, foi uma dessas datas que revelam, como já ensinara Alfredo Bosi, ser apenas a ponta de um iceberg, pois sintetizava não apenas cerca de quinhentos anos, meio milênio, daquilo que Fernand Braudel nomeou de o longo século XVI, do início pois da conformação de um *sistema-mundo*, com sua barbárie colonial de acumulação primitiva fora da Europa.

Por isso, Milton Santos, vai nos ensinar que a globalização era um fenômeno não muito recente, já que se o podia localizar muitos séculos atrás, mas o seu caráter ocorrido em fins do século XX, revelava o oposto daquilo que os ideólogos da globalização queriam celebrar. Os ideólogos da globalização vendiam a idéia de fim das fronteiras, dos territórios e dos Estados Nacionais; da conformação de um mundo homogêneo; de nascimento enfim de uma aldeia global. O geógrafo baiano vai propor uma outra leitura de globalização ao sinalizar que se tratava de uma *globalização fragmentária*, pois ela visava unificar mas não unir o mundo, na medida em que estabelecia um tempo hegemônico e perverso, razão pela qual proporá depois a necessidade de uma outra globalização, feita pelos que estão embaixo e sugerir o que denominou de um período popular da história.

A tese da *globalização fragmentária* foi fundamental para entendermos o sentido da globalização e expressa a estatura intelectual do geógrafo, que logrou receber o prêmio *Vautrin Lud, em 1994,* por assim ter lido o mundo à época e expressar uma concepção de espaço-tempo que não era em nenhuma hipótese a do fim dos territórios, muito menos da história.

O mesmo prêmio *Vautrin Lud*, seria dado em 1995, ao geógrafo David Harvey, que houvera escrito alguns anos antes um livro que teve enorme repercussão no âmbito das ciências humanas. Publicado inauguralmente pela *Editora Blackwell* em 1989 e no Brasil pela Editora Loyola em 1992, *o Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, trazia como tese central a ideia de que vivíamos uma ***compressão espaço-temporal***, que indicava a existência de um mesmo mundo em termos de suas dimensões físicas, mas outras experiências completamente distintas que transitavam de um período de acumulação fordista-keynesiana para uma lógica de acumulação flexível, uma nova perspectiva quanto à suposta transição da modernidade à pós-modernidade e, por suposto, mudanças radicais de concepção espaço-temporais expressas no âmbito das artes, por exemplo, com outras linguagens no campo da literatura, arquitetura, artes plásticas e cinema.

As transformações apontadas pelo livro que fez de David Harvey um intelectual marxista e geógrafo muito lido no Brasil e em outros países do mundo, foram aquelas que indicavam o advento do discurso pós-moderno, *pari passu*, a profundas metamorfoses relacionadas ao capitalismo em plena emergência de uma crise estrutural e sistêmica surgida por volta de fins dos anos 1960 e princípios dos anos 1970, com o fim daqueles que ficaram conhecidos como os trinta anos de ouro de crescimento continuo da acumulação de capitais e tendo como centro hegemônico da economia-mundo, os Estados Unidos.

David Harvey, lastreado na teoria da regulação, sugere que vivíamos o advento de um gerenciamento pós-fordista do trabalho, com o surgimento de experiências como a do Toyotismo, da Terceira Itália, do Vale do Silício. Vinculadas às mudanças radicais no mundo do trabalho, um desmonte do Estado do bem-estar social com a retirada de diversas conquistas

dos trabalhadores e o surgimento de políticas neoliberais levadas a cabo de modo exemplar pelos governos Ronald Reagan e Margaret Thatcher.

Não por mera coincidência, temos no mesmo ano de lançamento do livro de David Harvey em Cambridge, pela Blackwell, em 1989, a realização de um evento que ficou conhecido como ***Consenso de Washington***, onde se propugnava o Estado mínimo, o desmonte dos sindicatos, uma regulação social sustentada em princípios do mercado e baseada em privatizações, instituição de parâmetros de avaliação educacional como aqueles capitaneados pelo banco mundial e transferência de riqueza do Estado para grandes corporações.

A emergência da ideologia da globalização, do discurso *pós-moderno* e do advento de uma economia política neoliberal, coincidem também no âmbito do debate teórico no campo das ciências humanas com aquilo que ficou conhecido como *Spatial Turn* (**virada espacial**). Em obra que teve forte repercussão e foi largamente difundido como aquele que propunha uma nova centralidade conceitual na teoria social crítica, que seria a centralidade do espaço para pensar o mundo de fins do século XX, o livro de Edward Soja, **Geografia Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**, publicado no Brasil em 1993 pela Editora Zahar, foi originalmente publicado como *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory,* em 1989, haja lá coincidência ou não*,* pela Editora Verso, simultaneamente em Londres e Nova York.

O livro propõe já a partir de seu *pré-posfácio* uma retomada da entrevista de Michel Foucault à *Revista Hérodote*, para dizer que até então o espaço havia sido tratado como o morto, o fixo, o petrificado e a história como a riqueza, a fruição, o progresso, por isso, quem sabe, propõe que agora talvez devessem importar menos a sucessão temporal dos fenômenos, para ser mais relevante a simultaneidade dos processos em seu acontecer espacial.

Alguns, quiçá muitos, louvaram à Edward Soja e as suas geografias pós-modernas como aquelas que enfim poderiam salvar essa disciplina de continuar acorrentada à certas subalternizações historiográficas oitocentistas e enfim ter uma força explicativa muito maior, já que agora, diante dos nossos novos tempos, o espaço ganharia uma centralidade explicativa que não caberia mais à história continuar a ter.

Um dos elementos centrais do discurso pós-moderno, vocês bem sabem, é a crítica às *metanarrativas*, às *metateorias* e à qualquer perspectiva teleológica que vise estabelecer um projeto de humanidade como finalidade possível. Sobre isso aqui uma pequena pausa para lembrar o que fizera Marx no ***Ideologia Alemã***, ao subverter a noção de história em Hegel, propondo que deveríamos pensar a história além da Coruja de Minerva hegeliana, aquela que só levantava vôo ao cair da noite e, que, portanto, a história, como construção humana, deveria não apenas mirar o passado, mas constituir desde o presente o que deveríamos deixar melhorado às gerações futuras. A concepção está claramente expressa em texto de 1845, na décima primeira das *Teses Sobre Feuerbach*: "os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo."

Voltemos agora, então, a Edward Soja e suas geografias pós-modernas, para lembrar que ele inicia suas elocubrações sobre os ombros de Michel Foucault e sobre a perspectiva de trazer para o centro da teoria crítica de fins de século XX, a centralidade do espaço sobre o tempo, convocando a geografia a tratar das simultaneidades desse mundo que foi anunciado por Francis Fukuyama aquele que teria chegado ao fim da história.

A temática já foi tratada por nós em outro momento, em texto intitulado ***Teria a Geografia ajudado a sepultar a história no capitalismo tardio? Reflexões funerárias de pouca pompa e nenhuma circunstância sobre o fim do mundo***, em livro lançado pela Editora Consequência em 2023, *Marx, a Geografia e a Teoria Crítica*. Ali já situamos que:

> O funeral se anuncia como promessa. A barbárie como natural. O mundo como imutável. Diante da sensação de que nada mais há por fazer difunde-se a lógica da aceitação do mundo tal como está; busca-se produzir uma coletiva sensação de impotência que diz não haver salvação senão para alguns eleitos; propaga-se o individualismo, estimula-se o "salve-se quem puder" e a realidade é subsumida à esfera do fenomênico cada vez mais baralhada pelo reino das imagens. (Sousa Neto, 2023, p. 57)

É não sem razão que, por falar em *acontecimental*, tivemos na Geografia e como parte da sua adesão ao discurso pós-moderno, um forte ingresso da filosofia da diferença e em filósofos como Gilles Deleuze e Felix Guatarri, uma parte substantiva daquilo que ensejou leituras como aquela realizada por uma outra ganhadora do *Prêmio Vautrin Lud* do ano de 1998, no caso a geógrafa britânica Doreen Massey, que teve seu livro lançado no Brasil em 2008 pela Editora Bertrand, *Pelo Espaço: uma nova politica da espacialidade*, originalmente

publicado em inglês pela Editora SAGE, simultaneamente em Londres, California e Nova Deli em 2005, com o título ***For Space***.

A obra de Massey sugere uma outra e necessária imaginação geográfica e trata do espaço como se realizando a partir do encontro de trajetórias, na conformação daquilo que entende como geometrias de poder. As interações passam a conformar e explicar o espaço, não mais como um sentido de totalidade, mas a partir desses *encontros* se realizam essas políticas da espacialidade que estão plasmadas nos *eventos*.

A obra *Pelo Espaço*, compreende as diversas e possíveis espaço-temporalidades como esses momentos em que os encontros consubstanciam eventos e logo, não há mais uma teleologia, um projeto que envolva toda a humanidade e, a nosso ver, isso pressupõe políticas fragmentárias para um mundo que está às portas do abismo ou a um passo daquele momento de não retorno.

A crise do capital se expressa como uma aporia, um beco sem saída e que explica, sobremodo, o pessimismo e o sentimento de impotência em que estamos a ser mergulhados ou melhor, afogados pelas ideologias neoliberais e de mercado. A crise do capital, contraditoriamente, é uma expressão acabada do próprio sistema e não algo eventual, momentâneo ou localizado. A crise do capital lhe constitui como algo inerente a sua própria realização e por isso, o progresso otimista que fora a marca do século XX, agora se realiza no século XXI como aquele de fim do planeta e por consequência da espécie humana.

É não sem razão que temos repetidas vezes indicado que a *virada espacial* e a adesão hegemônica no âmbito da Geografia a teorias fragmentárias e ou meramente mitigatórias da crise do capital, representaram uma adesão não muito sofisticada ao *status quo* e logo a um projeto que não vai além da administração da crise estrutural e sistêmica do capitalismo.

O anúncio dessa tragédia aparece no cinema com obras como *I am, Daniel Black* que trata do desmonte do Estado do Bem-Estar Social na Inglaterra com toda a didática crueza ou do mais recente *Olhe Para Cima* sobre como as grandes corporações como as bigtechs definem a economia política do mundo e estão a buscar realizar aquilo que já

anunciara no século XIX, Cecil Rodhes quando disse que se pudesse anexaria como colônias todos os planetas.

O discurso do desenvolvimento sustentável diante da insustentabilidade do sistema capitalista é uma farsa, como é uma farsa a COP 30 que realizou-se em Belém e que teve como notícia de véspera a autorização do governo social-democrata brasileiro o anúncio da liberação para exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Acordos como os de exploração de terras raras, que vem herdados da memória de Brumadinho e Mariana, bem como a negociação espúria da criação de *datacenters* em um mundo de IAs que não são nem artificiais, nem inteligentes, repõe o cardápio de questões que temos que enfrentar, já que minerais baratos, águas abundantes e petróleo na floresta cultural amazônica estão em países de passado colonial como o Brasil.

A geografia crítica que no Brasil adquiriu imensa envergadura teórica de pensar, a partir de onde estamos, questões que dizem respeito ao mundo, precisa permanecer exercendo uma crítica imanente à lógica da mercadoria e continuar a denunciar o agronegócio grileiro e venenoso subsidiado pelos fundos públicos do Estado; a mineração destrutiva do ar, das águas, das terras que alimentam grandes corporações; a financeirização do clima própria do capitalismo fóssil; os genocídios em Gaza, mas também em diversos países de África; o trabalho análogo a escravidão em diferentes setores econômicos e lugares do mundo, inclusive em áreas com tecnologia de ponta, daquilo que passaram a chamar de capitalismo de plataforma como as atuais *Inteligências Artificiais, Uberizações e Ifoodizações*.

O avanço da extrema direita em todo mundo e, de modo especial, em América Latina, resulta em muitos casos de leituras teóricas que buscam denegar a necessidade de manter aquela *guerrilha epistemológica* de que somos, a um só tempo, herdeiros e construtores, como já lembraram intelectuais geógrafas e geógrafos vinculados à matrizes marxistas que vão de Luckacs a Mezaros, de Lefebvre aos Situacionistas, de Althusser a Lozurdo, de Gramsci a Marcelo Musto, de Robert Kurz aos muitos que fazem o *Exit*.

As nossas geografias do espaço-tempo não podem permitir que a tragédia anunciada seja um negócio garantido.

Referências

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Petropólis, Loyola, 1992.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 2008.

SANTOS, Milton. "**Aceleração Contemporânea**: Tempo-Mundo e Espaço-Mundo". In: SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo, Hucitec, 1994.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. "**Teria a Geografia ajudado a sepultar a história no capitalismo tardio? Reflexões funerárias de pouca pompa e nenhuma circunstância sobre o fim do mundo**. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; CARLOS, Ana Fani A.; DEL GAUDIO, Rogata Soares; SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Marx, a Geografia e a Teoria Crítica. Rio de Janeiro, Consequência, 2023. (pp.57-66)

Como citar este artigo:

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografias no Espaço-Tempo: ou das Tragédias Anunciadas para um Negócio Garantido. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 116-125, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/2jrpkh08

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 04 de novembro de 2026

Sobre o autor: Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, realizou graduação em Geografia (Licenciatura, 1992 e Bacharelado, 1993) na Universidade Federal do Ceará (UFC), período em que foi Presidente do Centro Acadêmico Amélia Alba (1988-89), Coordenador da Executiva Nacional de Estudantes de Geografia (1990-91), Diretor do DCE-UFC (1990-91) e Diretor da UNE (1991-92). Professor da Universidade Federal da Paraíba (1993-1998) e da Universidade Federal do Ceará (1998-2007), milita no movimento docente junto ao ANDES-SN desde 1993. Realizou PósDoc na Universidade do Porto em História da Cartografia e Cartografia Histórica em 2012-2013. Livre Docente pela USP em 2019, mesma instituição em que tornou-se Mestre (1997) e Doutor (2004) em Geografia Humana e ingressou como docente da àrea de Teoria e Método (2007). Presidiu a Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia - ANPEGE (2018-2019). Em 2019, foi Professor Visitante da Université Cergy-Pontoise. Poeta-docente realiza pesquisas e orienta no campo da História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo, sendo Coordenador do GECA (Grupo de Estudos do Capital) na Universidade de São Paulo desde 2013 e integra a REDAP (Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública)

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

TRADUÇÃO

Geografia, Marx e o Conceito de Natureza

Neil Smith
Phil O'Keefe

Tradutor: José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências de Codó (UFMA/CCCO)
Codó, Maranhão, Brasil.
jose.arnaldo@ufma.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

CC BY
Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Geografia, Marx e o Conceito de Natureza

Resumo

O presente artigo investiga criticamente o conceito de natureza nas ciências — com ênfase na Geografia — a partir do materialismo histórico, explicitando as limitações do positivismo e propondo a tese da produção da natureza e do espaço. As abordagens positivistas tratam natureza e sociedade como esferas separadas, gerando contradições e respostas insatisfatórias (banimento do humano; dualismo de duas naturezas; dissolução do humano no natural). Num primeiro momento objetiva reconstruir, a partir de Marx, a unidade histórica de natureza e história; em seguida, distinguir analiticamente "primeira" e "segunda" naturezas como diferença de grau, não de essência; finalmente, derivar implicações para a pesquisa sobre riscos naturais e para a teoria do espaço. O artigo é um ensaio teórico-crítico, com exame conceitual de Marx, Engels, Schmidt e determinados autores da Escola de Frankfurt. Alguns resultados podem ser apontados: (1) a relação sociedade-natureza realiza-se no e pelo trabalho; sob o capitalismo, a produção de natureza (e de espaço) é orientada pelo lucro; (2) vulnerabilidades a desastres decorrem de relações de classe e de acesso desigual à natureza produzida; (3) o "fetichismo do espaço" é criticado e substituído por uma abordagem relacional da produção espacial; (4) a unificação da ciência exige recuperar a dialética imanente à prática científica. A Geografia deve situar a pesquisa no problema inescapável da relação sociedade-natureza, superar fronteiras disciplinares arbitrárias e incorporar a dialética e a luta de classes como chaves explicativas centrais.

Palavras-chave: Geografia; Marx; Produção da natureza; Materialismo histórico; Produção do espaço.

Geography, Marx and the Concept of Nature

Abstract

This article critically investigates the concept of nature in the sciences— with emphasis on Geography— from the standpoint of historical materialism, exposing the limits of positivism and advancing the thesis of the production of nature and space. Positivist approaches treat nature and society as separate spheres, generating contradictions and unsatisfactory responses (banishing the human; a dualism of two natures; dissolving the human into the natural). First, the article aims to reconstruct, drawing on Marx, the historical unity of nature and history; second, to distinguish analytically "first" and "second" nature as a difference of degree rather than of essence; and, finally, to derive implications for natural-hazards research and for spatial theory. The article is a theoretical-critical essay, offering a conceptual examination of Marx, Engels, Schmidt, and selected authors of the Frankfurt School. The main findings are: (1) the society–nature relation is effected in and through labour; under capitalism, the production of nature (and of space) is profit-oriented; (2) disaster vulnerabilities follow from class relations and unequal access to produced nature; (3) "spatial fetishism" is criticized and replaced by a relational approach to the production of space; (4) unifying science requires retrieving the dialectic immanent to scientific practice. Geography should situate research within the inescapable problem of the society–nature relation, move beyond arbitrary disciplinary borders, and incorporate dialectics and class struggle as central explanatory principles.

Keywords: Geography; Marx; Production of nature; Historical materialism; Production of space.

Géographie, Marx et le concept de nature

Résumé

Cet article examine de manière critique le concept de nature dans les sciences — en particulier en géographie — à partir du matérialisme historique, en explicitant les limites du positivisme et en avançant la thèse de la production de la nature et de l'espace. Les approches positivistes traitent la nature et la société comme des sphères séparées, engendrant des contradictions et des réponses insatisfaisantes (bannissement de l'humain ; dualisme de deux natures ; dissolution de l'humain dans le naturel). Dans un premier temps, l'article vise à reconstruire, chez Marx, l'unité historique de la nature et de l'histoire ; ensuite, à distinguer analytiquement la « première » et la « seconde » nature comme une différence de degré plutôt que d'essence ; enfin, à tirer des implications pour la recherche sur les aléas naturels et pour la théorie de l'espace. Il s'agit d'un essai théorico-critique, proposant un examen conceptuel de Marx, Engels, Schmidt et de certains auteurs de l'École de Francfort. Les principaux résultats sont : (1) la relation société–nature se réalise dans et par le travail ; sous le capitalisme, la production de la nature (et de l'espace) est orientée par le profit ; (2) les vulnérabilités face aux catastrophes découlent des rapports de classe et d'un accès inégal à la nature produite ; (3) le « fétichisme spatial » est critiqué et remplacé par une approche relationnelle de la production de l'espace ; (4) l'unification de la science exige de retrouver la dialectique immanente à la pratique scientifique. La géographie devrait situer la recherche dans le problème inévitable de la relation société–nature, dépasser des frontières disciplinaires arbitraires et intégrer dialectique et lutte des classes comme principes explicatifs centraux.

Mots-clés : Géographie ; Marx ; production de la nature ; matérialisme historique ; production de l'espace.

Introdução[1]

Neil Smith[2] e Phil O'Keefe[3]

Embora "natureza" seja um dos conceitos mais comumente invocados nas ciências (naturais ou sociais), surpreendentemente, nos últimos anos, tem sido objeto de pouca discussão metodológica. Uma compreensão da natureza é fundamental para a maneira pela qual a ciência se enxerga e se conduz, mas o conceito é, geralmente, dado por pressuposto. Apesar do entusiasmo atual em escrever filosofias, sociologias e histórias introspectivas, a ciência deixou intocada a pedra da "natureza". A negligência não é muito difícil de explicar; é inteiramente consistente com a prática e a autoimagem contemporâneas da ciência. Embora não exclusiva, a tradição positivista domina a ciência ortodoxa, e o positivismo pressupõe (entre outras coisas) que a natureza existe em si e para si, externa à atividade humana. Assim, só podemos conhecer a natureza percebendo seus fatos e, por fim, descobrindo suas leis. A natureza é constituída como um repositório externo de fatos que vivem de acordo com leis naturais autônomas. Mistério existe na natureza somente na medida em que a ciência ainda não descobriu esses fatos e leis.

O CONCEITO DE NATUREZA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Com dificuldade, as ciências sociais têm adotado essa concepção bastante austera da natureza. Intimamente conectada à *natureza* humana, a natureza que os cientistas sociais estudam é muito mais difícil de ser encarada como externa. À medida que os cientistas sociais, em número cada vez maior, internalizam o paradigma positivista, eles expõem gradualmente, sob o exterior calmo do conceito, um núcleo turbulento; por trás de sua condição de pressuposto tácito, revelam uma concepção dual de natureza. Por um lado, a natureza é externa, realidade não-humana, pura e dada por Deus; por outro, a natureza é mais abstrata,

[1] O título "Introdução" foi acrescentado para adequação ao padrão editorial desta revista; o corpo do texto segue o original. [N.T.]

[2] Neil Robert Smith (1954–2012), geógrafo escocês radicado nos EUA. Referência da geografia crítica, desenvolveu as teses de produção da natureza e desenvolvimento desigual em obras como *Uneven Development* (1984). [N.T.]

[3] Phil O'Keefe (1948–2020), geógrafo britânico e professor emérito na Northumbria University, especialista em desenvolvimento. Pioneiro dos estudos de vulnerabilidade e dos "desastres não-naturais", coformulou, com Neil Smith, a tese da produção da natureza. [N.T.]

incorporando tanto as esferas humanas quanto as não-humanas da realidade. Na prática, essa concepção dual da natureza é contraditória no âmbito do positivismo. Ao mesmo tempo em que é estritamente não-humana, espera-se que a "natureza" seja simultaneamente humana e não-humana. Cientistas em atividade tendem a adotar um ou outro conceito de natureza, por vezes adotando ambos consecutivamente, mas raramente de modo simultâneo.

A contradição no âmbito da concepção positivista da natureza costuma ser tratada de três modos:

1) A ciência natural estuda a natureza, a ciência social não; esta estuda a sociedade, que nada tem a ver com a natureza. Falar de "natureza humana" ou da *natureza* de uma determinada sociedade é, portanto, apenas metáfora ou acidente linguístico, segundo essa interpretação. Mas isso é insatisfatório porque metáforas e "acidentes" linguísticos têm, historicamente, o hábito de referir-se a algo objetivamente real. Portanto, não é por acaso que falamos de "natureza humana" ou da "natureza das sociedades humanas"[4]. Tal uso da "natureza" não é trivial. A fisiologia humana não é tão "natural" quanto a fisiologia animal? E a psicologia humana e a fisiologia humana não estão profundamente entrelaçadas, fazendo da "natureza humana" um conceito genuíno, não acidental? A contradição na concepção positivista de natureza não pode ser ignorada por meio do banimento, em teoria, de um de seus polos, enquanto o outro permanece, na prática.

2) A segunda maneira de lidar com a contradição é a afirmação de que as ciências sociais, como as ciências naturais, estudam a natureza, mas que a natureza que estudam é diferente daquela estudada pelas ciências naturais. A "natureza" nas ciências naturais é tida como autônoma em relação à atividade humana, ao passo que, nas ciências sociais, é vista como socialmente criada. À medida que se reconhece a contradição no conceito de natureza, esta é uma solução difundida, mas se baseia em deslocar a contradição do próprio conceito para a natureza a que o conceito se refere; a natureza, como um conceito unificado, refere-se a uma realidade bifurcada. Assim, permanece uma contradição entre essa natureza efetiva, que

[4] Para um relato esquemático do modo como a "natureza" passou, historicamente, a ser aplicada ao âmbito social, veja a discussão de Louis Althusser (2007) sobre Montesquieu em *Política e História*. Paradoxalmente, o conceito de natureza está notavelmente ausente do restante da obra de Althusser.

incorpora a separação entre o humano e o não-humano, e o conceito "natureza", que se refere a essa oposição como uma unidade.

3) A terceira solução dissolve a natureza humana na natureza externa. De acordo com esta solução, o comportamento humano é regulado pelo mesmo conjunto de leis que o do mais elementar dos artrópodes. A diferença entre eles é apenas de escala e complexidade dentro de uma única natureza. O darwinismo social e grande parte do behaviorismo contemporâneo mantêm essa visão da natureza. Tal "solução" dissolve teoricamente a contradição na natureza, mas a deixa sem solução na prática. Na prática, as sociedades humanas provam-se capazes de se apropriar das "leis da natureza" para seus próprios propósitos, e esta apropriação, juntamente com seus propósitos, não é regida por "lei natural".

A Geografia tem sido particularmente resistente a conceitos simplistas e contraditórios da natureza. Principalmente preocupados com a relação entre humanidade e natureza (as relações "homem-natureza" ou "homem-ambiente", como costumavam ser chamadas), os geógrafos têm sido, geralmente, mais sensíveis à complexidade da natureza e menos propensos a vê-la em termos dualistas simples. Mas mesmo eles, nos últimos anos, sucumbiram, à medida que o positivismo os tentou com a promessa de relevância, de uma sofisticação aparente, e do consequente prestígio social. Houve exceções, é claro, entre as quais Glacken[5] se destaca. Seu *Traces on the Rhodian Shore* é uma notável história intelectual da ideia de natureza. Diferentemente de *The Idea of Nature*, de Collingwood[6] – anterior, mais conhecida, porém menos rica – o livro de Glacken jamais pretendeu incluir uma exposição programática da concepção contemporânea de natureza. Com efeito, Glacken terminou seu relato no século XVIII. Como Collingwood, contudo, mas em termos mais sofisticados, Glacken corretamente insistiu que uma compreensão adequada da natureza é impossível, a menos que esteja integrada a uma compreensão da história[7]. O crescimento e a transformação que a natureza experimenta, qualquer que seja a interpretação, só podem ser entendidos em

[5] Clarence James Glacken (1909-1989) foi um professor estadunidense de Geografia na Universidade da Califórnia, Berkeley. Autor de *Traces on the Rhodian Shore* (1967), clássico sobre a ideia de natureza [N.T.].

[6] Robin George Collingwood (1889-1943), filósofo e historiador britânico, autor de *The Idea of Nature* [N.T.].

[7] Ver Glacken (1967), Collingwood (1986) e Glacken (1956).

conjunto com uma compreensão do desenvolvimento histórico concreto e vice-versa. Isoladas uma da outra, natureza e história tornam-se ideias vazias.

Escrevendo explicitamente sobre a *ideia* de natureza, Glacken também se preocupou em relacionar a vigência histórica dessas ideias à relação material concreta das sociedades com a natureza. Ele observa que os gregos foram capazes, pela primeira vez na história, de conceber a natureza como modificada pela atividade humana, porque suas forças produtivas estavam suficientemente desenvolvidas para demonstrar o poder humano sobre a natureza[8]. Não obstante, a história intelectual era a principal preocupação de Glacken. Será nosso propósito aqui examinar, em parte, o que Glacken deixou de lado. Primeiramente, enfatizaremos não a ideia de natureza, mas a relação concreta dos seres humanos com a natureza. Pois é só isso que pode conferir à história de Glacken um fundamento material e histórico. Em segundo lugar, em contraposição a Glacken, vamos olhar (ainda que historicamente) para o período contemporâneo. Com razão, Glacken restringiu seu relato às sociedades anteriores ao século XVIII; o advento do capitalismo anunciou uma nova relação da sociedade humana com a natureza. Nas palavras do próprio Glacken[9]:

> Com o século XVIII, encerra-se, na civilização ocidental, uma época na história da relação do ser humano com a natureza. O que se segue é de ordem inteiramente diversa, influenciado pela teoria da evolução, pela especialização na produção do conhecimento e pela aceleração na transformação da natureza.

Como já se apontou em outros lugares, Marx também estava preocupado em ver a natureza em termos históricos[10]. Mais do que em qualquer outro período histórico, o capitalismo arranca a história da sua base na natureza, e vice-versa. Por isso, é de especial importância tornar explícita essa conexão[11]:

> Toda concepção histórica existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico... A produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterreno. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história.

[8] Glacken (1967, p. 117).
[9] Glacken (1967, p. 705).
[10] Smith (1979, pp. 356-383).
[11] Marx e Engels (2007, pp. 43-44).

Essa unidade (mas não identidade) entre natureza e história subjaz a toda a obra de Marx e, por essa razão apenas, já deveria interessar criticamente aos cientistas sociais. Mas, além disso, Marx oferece uma concepção de natureza alternativa, unificada e não contraditória. O conceito contraditório de natureza do positivismo foi desenvolvido (mais recentemente) a partir do materialismo filosófico dos séculos XVIII e início do século XIX, e a crítica de Marx a essa tradição permanece pertinente ao positivismo contemporâneo.

Glacken, sucumbindo a uma mitologia muito comum, descartou Marx como teleológico[12]. Collingwood, por sua vez, estava tão empenhado em rejeitar Marx logo na primeira página que teve de recorrer a uma interpretação mecanicista da famosa "coruja de Minerva" de Hegel[13]. Isso deveria servir como recomendação, não como desestímulo.

O CONCEITO DE NATUREZA NO MATERIALISMO HISTÓRICO

Marx não forneceu uma teoria sistemática da natureza, mas, em seu empreendimento científico – como em qualquer outro –, um conceito de natureza está implicado. Por meio de sua crítica à economia política clássica, sua principal preocupação foi delinear uma teoria da sociedade capitalista. Esta teoria é hoje geralmente denominada materialismo histórico e, como o próprio nome sugere, tenta uma explicação histórica do funcionamento do capitalismo, focalizando as estruturas sociais que a sociedade cria para sustentar sua existência material. É nesse contexto que Marx discute a natureza; porém, como explicação da "natureza" *per se* essas discussões permanecem fragmentárias e incompletas. Ao mesmo tempo, no entanto, uma compreensão de "natureza" é claramente central para o projeto de Marx, e um conceito está implicado em sua obra, ainda que nunca passe de implícito. Quando extraído, elaborado e desenvolvido, esse conceito revela uma base teórica perspicaz sobre a qual se pode construir teoria científica.

[12] Glacken (1967, pp. 550, 649).

[13] Alusão à máxima de Hegel (prefácio de *Princípios da Filosofia do Direito*): "a coruja de Minerva só levanta voo ao anoitecer". A imagem indica que a filosofia chega quando a realidade já se formou, para apreendê-la como totalidade, em seus elementos essenciais e universais [N.T.].

Natureza enquanto Unidade: Primeira e Segunda Natureza

Para Marx, a natureza separada da sociedade não tinha sentido; a natureza está sempre relacionada à atividade social. Ele quis dizer isso tanto material quanto idealmente; toda a Terra traz em sua face a marca da atividade humana. Escrevendo já na década de 1840, quando a África ainda era conhecida como o Continente Negro, Marx e Engels puderam concluir que uma "natureza que precede a história humana... é uma natureza que hoje em dia, salvo talvez em recentes formações de ilhas de corais australianas, não existe mais em lugar nenhum"[14]. Embora algo iconoclasta há 135 anos, essa ideia é hoje sabedoria geográfica ortodoxa. Historicamente e na prática, a relação com a natureza está no centro da atividade humana, uma vez que as pessoas dependem dela para a satisfação de necessidades fundamentais. Teoricamente, portanto, conceber a natureza como separada da sociedade é uma falsa abstração: "uma *outra* base para a vida, uma outra para a *ciência* é de antemão uma mentira"[15]. Em um sentido mais ideal, postular a natureza como externa à sociedade é absurdo, já que esse próprio ato de postulá-la implica uma consciência prévia de nossa *relação de conhecimento* com a natureza. Não podemos conhecer a natureza como externa; só podemos conhecê-la entrando em relação com ela. Essa suposição, embora de ordem mais ideal, não nos diz muito por si só, mas é inteiramente prática ao lembrar que a ciência não pode, de boa-fé, tratar a natureza como externa. No entanto, é exatamente isso que o positivismo tenta: ignora a inevitabilidade dessa relação com a natureza, assume a natureza como uma coisa-em-si externa e, ao proceder à coleta de conhecimento sobre essa natureza, se contradiz a cada passo.

Natureza e sociedade não são duas partes totalmente separadas da realidade, como no uso corrente muitas vezes se supõe que sejam. Ao contrário, há uma unidade da natureza, diferenciada em seu interior. Assim, Marx vê o capitalismo como operando de acordo com "leis naturais" e declara como "objetivo último" de *O capital* a tentativa de "expor a lei econômica do movimento da sociedade moderna". As leis de seu próprio funcionamento e desenvolvimento estão inseridas na estrutura da sociedade capitalista, e esta sociedade não

[14] Marx e Engels (2007, p. 32).
[15] Marx (2008, p. 112).

pode, por esforço puramente individual ou mesmo legislativo, remover "as fases naturais de seu desenvolvimento"[16]. "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado"[17].

As leis que regulam o desenvolvimento da "segunda natureza" em Marx não são do mesmo tipo das que o físico encontra na "primeira natureza". Não são leis invariantes e universais, porque as sociedades que descrevem estão em fluxo, em constante mudança e desenvolvimento. Segundo Thomas, "as análises de Marx não subordinam a sociedade a leis permanentes como as da física, porque a sociedade é vista por Marx como estando em transição, movendo-se em direção a um novo arranjo no qual as 'leis' da economia clássica *deixarão de se aplicar*"[18].

As "leis econômicas do movimento" que Marx buscava eram as leis (elas próprias historicamente mutáveis) responsáveis por essa transição social. É uma lei da sociedade capitalista, por exemplo, que, para sobreviver, os capitalistas individuais devem expandir-se e acumular quantidades cada vez maiores de capital. Mas, como efeito colateral dessa necessidade *individual* de expansão, o capitalismo *enquanto totalidade* produz as condições para seu próprio declínio e transformação em algo diferente. Com isso "Marx [...] não pensa provar [...] a sua necessidade histórica, antes muito pelo contrário. Quando provou pela história que, de facto, o fenómeno se produziu ou deve produzir-se, designa-o, ao mesmo tempo, como fenómeno que se cumpre segundo uma lei dialéctica determinada"[19]. Obviamente, a dialética de Marx constitui um modo de pensamento bastante diverso da lógica formal da ciência positivista, e é sintomático do estreitamento desta última que seus adeptos frequentemente nem sequer concebam lógicas diferentes. Lógica, para eles, é simplesmente lógica, assim como natureza é natureza; quando Marx discute leis naturais em conexão com a segunda natureza, a consciência positivista imagina que elas são *idênticas* às leis naturais relativas à primeira natureza (leis da física, por exemplo) e, portanto, imaginam Marx como um determinista de

[16] Marx (2010, p. 18).
[17] Marx (2007, p. 19).
[18] Thomas (1976, p. 20); Schmidt (1971, cap. 4).
[19] Engels (1974, p. 169).

um matiz ou de outro. No entanto, quando Marx discute a lei natural, não há qualquer implicação de inevitabilidade determinada, isso é muito mais uma projeção da consciência positivista. Ao chamar as leis sociais de naturais, Marx não alude à sociedade em si e para si, mas à relação interna entre a sociedade e as pessoas que vivem sob ela. Assim, Engels conclui que "as leis da economia em toda [...] produção não planificada ou articulada se contrapõem aos homens como leis objetivas sobre as quais não têm poder, portanto, na forma de leis da natureza"[20]. Longe de serem inevitáveis, essas leis são socialmente criadas e podem ser socialmente abolidas. Enquanto vigoram, as pessoas são constrangidas em suas ações sociais; eles podem abolir as leis responsáveis por esse constrangimento não por ação individual isolada, mas apenas por ação social deliberada e coletiva.

Dialética da Natureza?

A ideia de segunda natureza não é nova. Glacken remonta sua origem a Cícero, e ela reaparece, sob roupagem mais moderna, em Hegel. Para ambos, a ideia de uma segunda natureza estava ligada à de uma natureza projetada[21]. Coube a Marx separar o conceito dessa teleologia e, ao fazê-lo, "pôr a dialética de Hegel sobre os próprios pés". Mas essa compreensão dialética da segunda natureza, junto com a insistência de Marx numa concepção unificada de natureza, deixa de lado a questão, formulada primeiramente por Engels, sobre o papel da dialética na compreensão da primeira natureza. Engels colocou a questão da seguinte forma[22]:

> A ciência natural empírica acumulou uma massa tão enorme de material positivo para o conhecimento que a necessidade de classificá-lo, em cada campo de investigação, sistematicamente e segundo sua conexão interna, tornou-se absolutamente imperiosa.

Estabelecer essas "interconexões internas" exigia converter a lógica formal das ciências naturais em dialética. Foi isso que Engels fez ao tentar mostrar que a dialética seria inerente à natureza, propriedade de todas as relações materiais, e sua "dialética da natureza" tornou-se parte integrante da ideologia soviética sob Stalin. Em última análise, porém, Engels incorre no mesmo pecado metafísico que os cientistas cuja teoria busca infundir com a dialética. Ele trata

[20] Engels, citado em Schmidt (1971, p. 43).
[21] Glacken nunca discute a segunda natureza de Hegel; cf. Hegel (1952, p. 20).
[22] Engels (1972, p. 42).

a natureza como algo externo, que existe em si, completamente separada de sua apropriação humana. Se, na linguagem filosófica de Lukács, aceitarmos a dialética como relação entre Sujeito e Objeto, fica claro que, ao separar a natureza da sua apropriação humana, Engels tenta encontrar a dialética no próprio Objeto[23]. A chamada "dialética da natureza" não é inerente à natureza, mas, como veremos, está inscrita na relação humana com a natureza. A dialética, separada dos seres humanos, não tem sentido.

O Conceito de Natureza de Alfred Schmidt

A exposição de Alfred Schmidt[24] em *The Concept of Nature in Marx* é uma tentativa ambiciosa de tornar explícito, em Marx, um conceito que é apenas implícito. A obra é muitas vezes citada, mas não foi criticamente apreciada ou avaliada. Enfatizando a unidade da natureza e a unidade de natureza e história em Marx, Schmidt começa por distinguir a concepção marxiana de natureza daquela do materialismo filosófico contemporâneo. Ele então identifica as noções de primeira e segunda natureza em Marx, mas o distingue de Hegel, para quem a segunda natureza não é de modo algum semelhante à primeira. "Hegel descreveu a primeira natureza, um mundo de coisas exteriores ao homem, como um acontecer cego e sem conceitos. O mundo dos homens, tal como toma forma no Estado, no direito, na sociedade e na economia, é para ele 'segunda natureza', razão manifestada, Espírito objetivo"[25]. Para Marx, como vimos, a segunda natureza deve ser considerada à semelhança da primeira. Schmidt identifica duas dialéticas históricas em Marx: a "pré-burguesa" e a burguesa. No período histórico anterior "os homens são absolutamente idênticos à natureza", e o Objeto (natureza externa) domina o Sujeito (trabalho); os seres humanos integram a natureza externa e estão à sua mercê. Contudo, com o advento do período burguês, "os homens lograram dominar universalmente a natureza... [e] a natureza se congela em um em-si abstrato, externo aos homens"; o Sujeito agora domina o Objeto. Não há, portanto, em Schmidt *um* conceito de

[23] Lukács (2003).

[24] Alfred Schmidt (1931-2012), filósofo alemão da Escola de Frankfurt – tendo sido aluno de Adorno e Horkheimer. *O conceito de natureza em Marx* (1962) é, originalmente, sua tese de doutorado [N.T.].

[25] Schmidt (1971, p. 43).

natureza, mas dois: a natureza como externa à atividade humana e objeto dessa atividade (primeira natureza); e a natureza como "a totalidade de tudo o que existe" (que abrange primeira e segunda naturezas)[26]. Embora afirmadas como uma única realidade, na prática – ao longo do livro – Schmidt tende a tratá-las separadamente, o que lhe permite discutir, entre outras coisas, a necessidade histórica da "dominação da natureza pelo homem". Que isso reflita com precisão a concepção de natureza em Marx é duvidoso, mas fornece a Schmidt uma plataforma a partir da qual acusa Marx de ser utópico[27]. Com efeito, Marx não aceitava a eterna necessidade dessa "dominação da natureza" que Schmidt introduz.

A "dominação da natureza" tem sido um tema consistente entre os teóricos críticos da Escola de Frankfurt, entre os quais se inclui Schmidt[28]. No entanto, é uma noção vaga, para dizer o mínimo, e tende a promover a oposição binária e simplificadora entre sociedade e natureza ou, como no caso de Schmidt, entre "homem e natureza". Por trás da "dominação humana sobre a natureza" há um mecanismo concreto, que a Escola de Frankfurt em maior ou menor grau desacentua. Por mais paradoxal que pareça, esse mecanismo, na sociedade capitalista, é a exploração de uma classe por outra. William Leiss[29], discípulo de Herbert Marcuse da Escola de Frankfurt, aponta de modo sucinto esse mecanismo subjacente à expressão mistificadora "dominação da natureza"[30]:

> Se a ideia de *dominação* da natureza tem algum significado, é que por esse meio – isto é, através da posse de capacidades tecnológicas superiores – alguns homens tentam dominar e controlar outros homens. A noção de uma dominação comum da raça humana sobre a natureza externa é desprovida de sentido... "O homem", como tal, é uma abstração que... apenas esconde o fato de que, nas violentas lutas reais entre os *homens*, os instrumentos tecnológicos têm um papel a desempenhar.

Infelizmente, Leiss também é incapaz de usar essa percepção para produzir um conceito unificado, e não dualista, de natureza. Em lugar de "dominação da natureza", ele propõe "controle sobre a natureza" alegando, com alguma razão, que a expressão tem "conotações diferentes", mas acaba por instituir uma distinção ainda mais crua do que a de

[26] Schmidt (1971, pp. 27, 82).
[27] Schmidt (1971, cap. 4).
[28] Sobre a "dominação da natureza" na Escola de Frankfurt, ver Marcuse (1969), Horkheimer (2002) e Habermas (1970).
[29] William Leiss é um acadêmico estadunidense autor de *The Domination of Nature* (1972) [N.T.].
[30] Leiss (1974, pp. 122-123).

Schmidt entre "natureza interna" e "natureza externa". Embora fale na "interação sutil entre a natureza interna e a externa", trata-se de uma sutileza de palavras, não de prática; é uma sutileza imposta à separação pouco sutil entre interno e o externo[31].

Apesar de suas intenções, Schmidt não conseguiu evitar uma concepção dual da natureza. Ao longo do texto, ele abstrai o processo de trabalho do modo de produção histórico específico em que ocorre, preferindo falar do trabalho *per se*. O "processo-de-trabalho", para Schmidt, "não sofre nenhuma mudança [histórica] que divida radicalmente entre si as etapas de produção". Assim, propõe investigar a relação com a natureza mediada pelo processo de trabalho, sem antes caracterizar "as relações de produção nas quais esse processo tem lugar"[32]. Nessa medida, ele nega sua própria suposição de que a natureza não pode ser considerada separadamente da história. A natureza do processo de trabalho, que medeia a relação da história com a natureza, não é exceção. Como veremos, é precisamente a exploração da força de trabalho que, sob o capitalismo, articula a natureza como unidade, tanto prática quanto conceitualmente.

Não é difícil ler Marx (como Schmidt implicitamente o faz) como se também oferecesse uma concepção dual da natureza. Afinal, Marx nunca apresentou uma teoria sistemática da natureza, e muitas das referências e discussões que fornece são ambíguas nesse ponto. E, como descobriu Schmidt, é necessário complementar as afirmações de Marx sobre a natureza com uma compreensão geral mais ampla de seu projeto. Mas é precisamente aqui que Schmidt falha, – se peca, é por excesso de pedantismo. Ele entende os mínimos detalhes das palavras, frases e sentenças de Marx, mas tem dificuldade de enfocá-los como um todo. Do contrário, jamais teria substituído uma versão histórica do processo de trabalho, mesmo no contexto de sua busca por um conceito marxista de natureza. Uma leitura mais rigorosa e consistente de Marx nos permitirá compreender a natureza como unificada historicamente pelo processo de trabalho, pois "a indústria", segundo Marx "é a relação histórica da natureza com o homem"[33]. Mas, para isso, teremos de alterar nossa perspectiva. Será necessário não

[31] Leiss (1974, pp. 120, 198).
[32] Schmidt (1971, pp. 91, 93).
[33] Marx (2008, p. 112).

buscar um "conceito de natureza" *per se*, mas para uma compreensão da *relação* das sociedades humanas com a natureza.

Produção em Geral

Em sua introdução inicial e abstrata ao tema em *O capital*, Marx descreve a produção como um processo pelo qual a forma da natureza é alterada. O produtor "só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais". Por meio de "sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante, a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material"[34].

Na medida em que o trabalho produz mercadorias úteis que satisfazem as necessidades humanas, ele "é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana"[35]. Mas o trabalho opera mais do que uma simples mudança na forma da matéria; ele produz uma mudança simultânea no trabalhador, e é a partir dessa definição abstrata da relação com a natureza que se pode construir uma teoria marxista unificada da natureza.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza[36].

Como Adam Smith, mas ao contrário dos economistas neoclássicos contemporâneos para quem utilidade e valor são sinônimos, Marx distinguiu duas maneiras de considerar a mercadoria: como encarnação de atributos e qualidades úteis, que lhe conferem *valor de uso*; e

[34] Marx (2010, pp. 65, 93). Nesta edição de *O capital* [Smith se refere à edição da International Publishers, de 1967 – N.T.], "Natureza" às vezes aparece com inicial maiúscula em traduções, mas decidimos mantê-la em minúscula, já que no original alemão é sempre escrita com maiúscula apenas por se tratar de um substantivo, e por nenhuma outra razão aparente. Isso está de acordo com outras traduções.

[35] Marx (2010, p. 65).

[36] Marx (2010, p. 211).

como encarnação de uma certa quantidade de tempo de trabalho, que lhe confere *valor de troca*. Os valores de uso são o substrato material dos valores de troca e, na medida em que a natureza possa ser equiparada ao âmbito dos valores de uso, como afirma Schmidt, podemos concebê-la em termos semelhantes. A natureza torna-se, então, o material cuja forma é alterada pelo trabalho produtivo, convertendo-se também em suporte material do valor de troca; a madeira é transformada em uma mercadoria, a mesa. Presume-se que as coisas sejam produzidas porque são necessárias e, assim, a "relação com a natureza" configura-se como relação de valor-de-uso. O material natural é qualitativamente alterado ao ser incorporado à atividade produtiva humana, e a atividade humana, por sua vez, inscreve-se simultaneamente no material natural que lhe é exterior.

Como Marx se preocupava, inicialmente, em explicar o funcionamento interno da economia capitalista, tendia a abstrair da esfera dos valores de uso, concentrando-se nos valores de troca. Assim, sua noção de natureza não avançava explicitamente além dessa equação, algo abstrata, entre natureza e valor de uso. Dada essa formulação abstrata, entende-se como uma concepção dual de natureza pode ser atribuída a Marx, pois, como Schmidt, ele apenas afirma aqui a unidade da natureza, sem derivá-la praticamente, isto é, lógica e historicamente. Na realidade, Schmidt não vai além de Marx de forma substantiva; o que ele articulou é uma racionalização da concepção dual que ele projeta implicitamente em Marx. Contudo, tal concepção dual contradiz o projeto mais amplo de Marx.

Produção para troca

A maioria das sociedades contemporâneas produz bens para uma economia de troca e, dado esse arranjo, nossa compreensão da "relação com a natureza" pode ser refinada. Em suma, ela já não pode ser vista como uma relação puramente de valor de uso, pois, se as coisas são produzidas para troca, a necessidade direta deixa de ser o único determinante do que se produz. O valor de troca é o que busca o produtor imediato quando produz para troca. Esse valor de troca, em geral, aparece sob a forma material de dinheiro, que medeia a troca de mercadorias.

Com um sistema de troca, deixamos de ver uma relação homogênea com a natureza para ver a produção de uma segunda natureza a partir da primeira, bem como o desenvolvimento de um conjunto de instituições sociais encarregadas de realizar e regular esse intercâmbio. Embora a segunda natureza seja composta por (e faça circular) produtos oriundos da primeira, ela se relaciona com esta, em grande medida, apenas indiretamente, por mediação do processo de produção. Essa separação entre primeira e segunda naturezas é bem captada por Schmidt, porque seus mentores intelectuais (sobretudo Kant e Hegel) viveram e escreveram numa época em que as economias de troca pré-capitalista já se haviam desenvolvido plenamente e estavam dando origem ao capitalismo. Os dualismos não resolvidos no conceito de natureza de Schmidt – particularmente a oposição entre segunda e primeira natureza – representam, de modo mais fiel e prático, esse período histórico (o período de desenvolvimento das economias de troca) do que qualquer outro. Schmidt propôs-se a "determinar com maior precisão a posição de Marx entre Kant e Hegel", e foi exatamente isso que fez. Ele abstrai do modo de produção historicamente distinto que se desenvolveu desde Kant e Hegel, e que preocupa Marx. Ele tratou Marx como uma amálgama de Kant e Hegel, e não como um movimento para além deles[37].

Produção capitalista

Baseado na propriedade privada, o capitalismo difere de outras economias de troca no seguinte: produz, por um lado, uma classe que possui os meios de produção de toda a sociedade, ainda que não trabalhe e, do outro, uma classe que possui apenas a sua própria força de trabalho, que eles devem vender para sobreviver[38]. Comparado a seus predecessores, o modo capitalista de produção é inerentemente progressivo e revolucionário. À medida que se expandiu internacionalmente, o capitalismo varreu todos os demais modos de produção. Esses foram subordinados à força aos ditames do capitalismo, que, por haver alcançado um nível de produtividade superior ao de todos os modos de produção precedentes, dispunha dos meios

[37] Schmidt (1971, p. 12).
[38] Marx (2011, p. 828).

políticos e militares, além dos econômicos, para impor sua expansão. Daí o crescimento dos impérios coloniais entre as nações capitalistas mais avançadas da Europa e a competição feroz entre elas, que levou a guerras imperiais esporádicas.

Sob o capitalismo, a relação com a natureza é uma relação de valor de uso somente no sentido mais subordinado. Antes de tudo, é uma relação valor de troca. "Expansão", "crescimento", "progresso" e "desenvolvimento" referem-se primariamente à mudança econômica (a acumulação necessária de quantidades cada vez maiores de capital), da qual passam a depender todos os demais tipos de mudança. No plano cotidiano, essas transformações são particularmente visíveis nas esferas da reprodução e do consumo. Basta ver, por exemplo, o fluxo constante de nostalgias por uma arte e a cultura não-comercializadas, ou as queixas recorrentes, no período do Natal, sobre a comercialização da religião. Essa comercialização é, na realidade, uma *capitalização*, uma extensão da estrutura capitalista de mercadorias a domínios da vida e da experiência que antes eram "sagrados", isto é, haviam sobrevivido autonomamente no âmbito dos valores de uso. Agora, porém, arte, religião e cultura encontram-se em processo de mercantilização, tanto quanto o conhecimento científico já se encontra, e seu rótulo de valor de troca (o preço) passa a dominar seu valor de uso.

Mas não é apenas essa "segunda natureza" que passa a ser cada vez mais produzida como parte do modo capitalista de produção. A "primeira natureza" também é produzida. Com efeito, a "segunda natureza" deixa de ser produzida *a partir da* primeira natureza, é a primeira que passa a ser produzida *pela* segunda e dentro de seus limites. Quer se trate da laboriosa conversão do minério de ferro em aço e, por fim, em automóveis, quer da formatação profissional[39] do Parque Nacional de Yosemite, a natureza é produzida. Em sentido bem concreto, esse processo de produção transcende a distinção ideal entre primeira e segunda natureza. A forma de toda a natureza foi alterada pela atividade humana, e hoje essa produção não se realiza para a satisfação das necessidades em geral, mas para atender uma "necessidade" muito específica: o lucro.

[39] No original, *packaging*. Entendida aqui como a mercantilização ou o ato de formatar para consumo turístico (curadoria comercial, infraestrutura, marca). Traduziu-se por "formatação profissional" para manter o tom crítico de Smith e O'Keefe. [N.T.].

Há mais de quarenta anos, essa relação de valor de troca com a natureza foi intuitivamente reconhecida e, inadvertidamente, encapsulada pelo grande geógrafo imperial, Isaiah Bowman[40], que declarou que os seres humanos "não podem mover montanhas", isto é, não sem antes "lançar uma emissão de títulos"[41].

Dizer que a natureza é produzida não implica que cada átomo de uma árvore, montanha ou deserto seja criação humana, assim como não o é cada átomo do Empire State Building; a matéria não é criada nem destruída. Isso significa que a atividade humana é responsável, em maior ou menor grau, pela forma da matéria; o tamanho e o formato dos edifícios, o hibridismo ou a localização da árvore, a fisionomia da montanha, a extensão espacial do deserto. A diferença abstrata entre as "primeira" e "segunda" naturezas em Schmidt transforma-se numa diferença de grau, e a unidade da natureza realiza-se praticamente na produção. Por trás da vaga e mecânica "dominação da natureza" encontramos, na realidade, a *produção* da natureza.

Haverá quem veja esta teoria da natureza, centrada na natureza da produção, como uma violação grosseira da beleza, da sacralidade e do mistério inerentes à natureza. Para essas pessoas, o significado de natureza não é apenas sagrado; ele transcende tais considerações vulgares como a produção. No entanto, essas são as mesmas pessoas que dirigem seus trailers e motorhomes até Yellowstone para ver o Zé Colmeia, que usam de bom grado o salão de beleza em plena natureza selvagem de Yosemite, e que registram a natureza mais selvagem em filme para que eles possam *reproduzir* em sua sala de estar. Não menos do que a própria natureza, o significado cultural da natureza é socialmente produzido. Isso não diminui os insights genuínos que uma fenomenologia imaginativa (em oposição ao humanismo) pode oferecer; trata-se, antes, de compreender os limites e as possibilidades dessa forma de discurso[42]. O "reino da

[40] Isaiah Bowman (1878-1950) foi um geógrafo estadunidense e presidente da Universidade Johns Hopkins, de 1935 a 1948 [N.T.].

[41] Bowman (1934). No original, *floating a bond issue*. Trata-se de jargão financeiro: "lançar/emitir títulos", indicando que grandes obras "não movem montanhas" sem financiamento de mercado. O artigo original indica 1974 como ano da obra de Bowman; catálogos bibliográficos registram a edição da Charles Scribner's Sons em 1934, data adotada nesta tradução. [N.T.]

[42] Para uma avaliação da fenomenologia na geografia e da distinção entre humanismo e fenomenologia, ver Smith (1979).

liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade". O "reino genuíno da liberdade... só pode florescer tendo por base o reino da necessidade"[43].

IMPLICAÇÕES

Ciência

"Conhecemos uma única ciência", escreveram Marx e Engels, "a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente"[44]. Essa unidade da ciência não era, para Marx, um princípio abstrato, mas o produto final de um desenvolvimento social concreto: "Tanto a ciência natural subsumirá mais tarde precisamente a ciência do homem quanto a ciência do homem subsumirá sob si a ciência natural: será *uma* ciência"[45]. Ou, como Wilbur Zelinsky[46] explica um tanto inadvertidamente: "Eu acalento a maldosa suspeita que, quando nossa visão de ciência ascender a um nível mais elevado, descobriremos, para nossa surpresa, que as ciências naturais, precocemente adolescentes, terão de ser absorvidas por uma ciência maior, essencialmente social, da qual elas formam um subconjunto peculiar". Isto depois de descrever o marxismo como uma exuberante religião[47].

Com base nessa compreensão histórica da unificação da ciência, é possível recodificar a infeliz tentativa de Engels de injetar a dialética na natureza. A "ciência natural" contemporânea é um resquício histórico. Ela se originou nos séculos XVI e XVII da necessidade de apropriar a natureza através da indústria e reflete concretamente essa necessidade ao seguir postulando a natureza como inteiramente externa à atividade humana. Ao fazê-lo, a ciência pôde fornecer ao capitalismo a tecnologia pela qual a natureza poderia ser socializada. No exato momento em que a natureza estava sendo teorizada como externa,

[43] Marx (2008, pp. 1083-1084). Para uma versão mais elaborada desse argumento, ver Smith, "The Production of Nature", Johns Hopkins University, manuscrito mimeografado, s.d.

[44] Marx e Engels (2007, pp. 86-87).

[45] Marx (2008, p. 112).

[46] Wilbur Zelinsky (1921-2013) foi um geógrafo cultural estadunidense. [N.T.].

[47] Zelinsky (1975, pp. 125, 140). Cf. também Harvey (1980, p. 109): "as ciências naturais estão em um estágio pré-social".

entretanto, os últimos vestígios dessa externalidade estavam sendo praticamente destruídos; a natureza passava a ser cada vez mais produzida. A unidade da ciência, portanto, não requer nada tão simples quanto injetar a dialética na natureza. Essa dialética já existe na *relação* com a natureza exemplificada pela ciência natural. A questão não é injetar a dialética, mas recuperá-la.

Ao manter a natureza como externa à sociedade, o Objeto como totalmente fora do Sujeito, a ciência natural constitui-se como rigorosamente não-dialética. Torna-se deliberadamente cega ao outro lado de sua relação com a natureza. No entanto, ao sustentar essa externalidade, ela ao mesmo tempo se apropria da natureza, a interioriza, a fim de produzir conhecimento sobre ela. O próprio projeto é claramente contraditório; a natureza é pressuposta como externa, mas tornada interna. Essa e outras contradições decorrem do modo como os cientistas naturais se relacionam com a natureza, mas são ignoradas ou, antes, deslocadas e externalizadas. Entretanto, elas não permanecem externas por muito tempo; reaparecem de forma bastante tangível e tornam-se cada vez mais difíceis de conceber como externalidades: a produção de solos deficientes e a degradação geral de muitas terras agrícolas; a produção de paisagens culturalmente empobrecidas; a poluição e disponibilidade errática de recursos; a política da energia nuclear; revoluções científicas internas[48].

Burgess[49] observa, com propriedade, que "a teoria geográfica, no centro da qual deve estar um conceito de natureza, oscila entre uma generalidade que horrorizaria até um diplomata e um ecletismo que assustaria um cientólogo"[50]. O esboço precedente de uma teoria da natureza oferece um foco mais coerente para a pesquisa científica. Sugere duas coisas: primeiro, a relação das sociedades humanas e dos indivíduos com a natureza constitui o contexto inescapável – ou a problemática – da ciência; segundo, a unidade dessa relação é

[48] Sobre a degradação das paisagens culturais, ver Relph (1976). Quanto à reação da ciência à sua própria esterilidade ocasional, considere a recepção de Kuhn (1998). O fato de esse livro ter sido recebido de forma tão extasiada deveu-se à maneira relativamente sofisticada com que Kuhn explicou as revoluções científicas como produto de um processo dialético de desenvolvimento no interior da própria ciência. Mas ele o fez puramente como um exercício de história intelectual, sem ameaçar a prezada autonomia da ciência em relação a outras atividades humanas. Não impôs a realidade social externa às psiques transubstanciais dos cientistas em atividade, nem por um momento acalentou a perigosa ideia de que a dialética tivesse lugar na própria investigação das ciências naturais, e não apenas na sua história.

[49] Geógrafo britânico, referência em estudos críticos de habitação e urbanização. [N.T.].

[50] Burgess (1978, p. 4).

contrariada pela arbitrariedade das fronteiras disciplinares. A geografia não é exclusiva em sua preocupação de produzir uma "ciência da relação do homem com a natureza"; toda ciência se ocupa, em maior ou menor grau, dessa relação.

É possível ilustrar mais concretamente esse argumento recorrendo à pesquisa sobre perigos naturais. Em geral, esse campo exibe as três maneiras principais de lidar com a contradição na concepção positivista de natureza (como discutido anteriormente[51]). Assim, o paradigma das ciências físicas torna a natureza como totalmente separada da atividade humana, e é essa interpretação que domina os estudos de perigos naturais[52]. O evento perigoso (deslizamento, inundação, terremoto, etc.) é visto como resultado da operação natural e inevitável de processos físicos internos, do geológico ao climatológico. Essa interpretação aceita os perigos como naturais, significando que eles são "atos de Deus" – fora do alcance da influência social. Não surpreende, portanto, que a maior parte dos recursos públicos seja direcionada à busca de causas "naturais", em vez de ao exame da vulnerabilidade humana aos riscos; a suposição da autonomia da natureza fornece explicações plausíveis e despolitizadas para a distribuição dos efeitos do desastre na população. E essas explicações de "ato de Deus" são então usadas pelas companhias de seguros para evitar responsabilidade – um uso astuto de categorias científicas feudais pelo capital financeiro.

Uma segunda abordagem dos perigos naturais foi inaugurada por geógrafos, que igualmente afirmam a separação entre eventos naturais e sociais, mas a colocam sob um conceito guarda-chuva mais amplo de natureza; as ciências natural e social estudariam naturezas diferentes. Na melhor das hipóteses, essa interpretação entende a ocorrência de desastres como uma interface entre uma população vulnerável e um evento extremo. Esse dualismo não supera a distinção sujeito-objeto entre natureza e sociedade e, assim, reduz a investigação científica a examinar duas formas cujas *naturezas* essenciais são pressupostas. Mais frequentemente, a vulnerabilidade a desastres é analisada como se a natureza fosse neutra, de modo que o ambiente se torna perigoso *somente* quando "cruza com as pessoas"[53]. Mas, por

[51] As remissões internas à paginação do original foram substituídas por referências genéricas a passagens/temas do texto, a fim de adequá-las a esta edição. [N.T.]

[52] Para uma exposição dessa abordagem, ver Keller (1976).

[53] O trabalho paradigmático dessa abordagem é Burton, Kates e White (1978).

trás desta postulada neutralidade da natureza em relação à sociedade, há uma clara agenda tecnocrática que busca controlar os perigos "naturais" pela extensão da dominação humana sobre uma natureza supostamente externa.

A terceira abordagem dos perigos, que reflete o terceiro método para lidar com a contradição no conceito positivista de natureza, equivale à dissolução da natureza humana na natureza externa. De feição virtualmente malthusiana, essa abordagem observa que os pobres são os mais afetados na maioria dos desastres e atribui isso não apenas à escassez de recursos de que dispõem, mas sobretudo a uma tendência dos pobres a se reproduzirem rápido demais. Essa abordagem é um exemplo clássico de culpabilização da vítima, como deixam claro as recomendações de política que a acompanham. A lógica malthusiana conduz a uma política de triagem – a seleção "lógica" de quais vítimas devem receber assistência após o evento[54].

Na sociedade capitalista, é a produção material da natureza que unifica os domínios social e natural antes separados, mas o faz sem torná-los idênticos – sem dissolver um no outro. Isso oferece um arcabouço superior para analisar os desastres. Ele não enfatiza a natureza ou a sociedade como tal, mas, sobretudo, a relação *com* a natureza (primeira *e* segunda natureza); é essa relação que é responsável por moldar a natureza e a sociedade no processo de produção. Trata-se de uma relação social que, na sociedade capitalista, significa uma relação de classe. Assim, a vulnerabilidade a desastres é – como a abordagem malthusiana reconhece – uma relação de classe, mas as razões disso não residem nas incapacidades individuais da classe trabalhadora, camponeses ou qualquer outra coisa: "A *natureza* não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos"[55]. A divisão do trabalho, que adquire significado qualitativamente diferente com o advento da sociedade capitalista, produz acesso diferencial à

[54] Entre os adeptos dessa abordagem, ver Hardin (1968). Para uma crítica da doutrina malthusiana da população, ver Harvey (1974).

[55] Marx (2010, p. 199). Após o terremoto de 1976 na Cidade da Guatemala, ocorreu uma interessante ilustração da relação de classe com a natureza: os moradores deixaram de falar em terremoto e passaram a chamá-lo de "terremoto de classe". Ver também Susman, O'Keefe e Wisner (1983, pp. 263–283). No original, esse trabalho é citado como "Global Disasters: A Radical Approach" e indicado como "no prelo"; foi posteriormente publicado, em 1983, sob o título "Global Disasters: A Radical Interpretation". [N.T.].

natureza, e isso vale igualmente para os chamados desastres naturais. A exposição ao ambiente produzido sob o capitalismo é universal, mas as consequências dessa exposição estão longe de ser uniformes.

Espaço

Assim como os geógrafos não podem, seriamente, reivindicar "a relação com a natureza" como propriedade exclusivamente sua, também não podem reivindicar o espaço como seu domínio exclusivo; já que o espaço é produto de relações materiais concretas, toda ciência se ocupa dele. O geógrafo só pode reivindicar o espaço como seu ao abstraí-lo de seu contexto material e social, conferindo-lhe uma existência metafísica ou uma autonomia ontológica que ele não merece.

Nos últimos anos, marxistas têm criticado geógrafos por seu "fetichismo do espaço". Esse fetichismo faz com que as relações entre pessoas, grupos sociais ou classes apareçam como relações entre áreas ou lugares[56]. Até certo ponto, essa crítica é apropriada, mas a literatura marxista ainda não desenvolveu um arcabouço alternativo para discutir o espaço[57]. A teoria da natureza esboçada acima oferece pistas para compor essa compreensão alternativa do espaço.

Se o espaço é visto não como uma coisa fixa, mas como um aspecto das relações entre partes concretas da matéria (isto é, se o concebemos como relacional), a teoria da natureza encerra em si uma teoria integral do espaço. Já não precisamos vê-lo como um "universal abstrato", seja lá o que isto signifique, mas como algo historicamente alterado junto com a alteração humana da natureza. *A produção do espaço* – entendida como a alteração das relações espaciais provocada pela alteração simultânea da forma de partes concretas da matéria – é parte integrante da produção da natureza. Assim, no que diz respeito aos desastres "naturais", o padrão espacial da fome mudou fundamentalmente com a ascensão do capitalismo. Antes aleatória, a fome tornou-se sistêmica e sistematicamente distribuída no espaço, atingindo o mundo subdesenvolvido mais severamente. Sem declarar explicitamente a teoria, Marx sugere

[56] Anderson (1975).

[57] Em 1978, Edward Soja escreveu: "Assim, o que deveria ter constituído as amplas implicações da análise espacial marxista perdeu sua acuidade, desnecessariamente, através dos esforços bem intencionados mas míopes dos estudiosos radicais no sentido de evitar os supostos perigos do fetichismo espacial" (Soja, 1980, p. 208). Reimpresso em Soja (1993, p. 98).

noção semelhante de produção do espaço[58]: enquanto o capital, por um lado, tem de se empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, *i.e*., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; *i.e*., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro.

Uma teoria abstrata da produção do espaço seria tão limitada quanto uma teoria abstrata da natureza (como discutido anteriormente), e incorreria nas mesmas contradições filosóficas que, ao cabo, acabaram por afligir Schmidt. Como no caso da natureza, uma compreensão sofisticada de como o espaço é produzido depende de uma compreensão igualmente sofisticada do modo de produção capitalista. Espaço e lugar são produzidos como parte desse modo de produção[59]. Por isso, a compreensão do *desenvolvimento desigual* é central.

Considerações

O modo de produção capitalista pode continuar a produzir a natureza – e, como subproduto, o espaço – apenas enquanto puder continuar a produzir sua própria base "natural": de um lado, o Trabalho; de outro, o Capital. Para apreender cientificamente essa relação com a natureza, será necessário fazer como Marx: "por meio da crítica da [...] ciência, levar [...] a ciência ao ponto em que possa ser apresentada dialeticamente" [60]. Recuperando assim a dialética, a ciência também recuperará a política da luta de classes, que legitimamente permeia seu objeto, mas que, sob concepções burguesas ortodoxas de ciência, é ideologicamente deslocada.

[58] Marx (2011, p. 445). Ver também Harvey (2006, pp. 41-73).

[59] Henri Lefebvre foi pioneiro na tentativa de elaborar uma teoria da produção do espaço, mas deve ficar claro que sua teoria se apoia na negação da natureza e em sua substituição por "espaço", e não numa teoria da produção da natureza. Apesar de se concentrar na produção do espaço, Lefebvre termina com uma concepção dual semelhante à que encontramos em Schmidt; só que, no caso de Lefebvre, trata-se de uma concepção dual do espaço. Por um lado, o espaço é um reino primordial, como o tempo ou a matéria; por outro, é concreto e produzido. Lefebvre não consegue conciliar essa concepção dual porque introduz o espaço no âmbito da problemática da reprodução, e não da produção. A produção do espaço é subordinada à reprodução das relações sociais. Ver Lefebvre (1976) e Soja (1980).

[60] Carta de Marx a Engels, fevereiro de 1858, citada em Schmidt (1971, p. 52).

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Política e história**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDERSON, Jim. **The Political Economy of Urbanism**. London: Department of Planning, Architectural Association, 1975.

BOWMAN, Isaiah. **Geography in Relation to the Social Sciences**. New York: Charles Scribner's Sons, 1934.

BURGESS, Rod. The concept of nature in Geography and Marxism. **Antipode**, v. 10, n. 2, p. 1–11, 1978.

BURTON, Ian; KATES, Robert W.; WHITE, Gilbert F. **The Environment as Hazard**. New York: Oxford University Press, 1978.

COLLINGWOOD, R. G. **Ciência e filosofia**: a ideia de Natureza. Tradução de Frederico Montenegro. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**. Tradução de Isabel Hub Faria e Teresa Adão. Lisboa: Edições Afrodite, 1974.

ENGELS, Friedrich. **The Dialectics of Nature**. Moscow: Progress Publishers, 1972.

GLACKEN, Clarence J. Changing Ideas of the Habitable World. In: THOMAS, W. L. (ed.). **Man's Role in Changing the Face of the Earth**. Chicago: Chicago University Press, 1956.

GLACKEN, Clarence J. **Traces on the Rhodian Shore**. Berkeley: University of California Press, 1967.

HABERMAS, Jürgen. **Toward a Rational Society**. Boston: Beacon Press, 1970.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, v. 162, p. 1243–1248, 1968.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006. p. 41–73.

HARVEY, David. Population, Resources, and the Ideology of Science. **Economic Geography**, v. 50, p. 256–277, 1974.

HEGEL, G. W. F. **The Philosophy of Right**. London: Oxford University Press, 1952.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

KELLER, E. A. **Environmental Geology**. Columbus: Merrill, 1976.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **The Survival of Capitalism**. London: Alison and Busby, 1976.

LEISS, William. **The Domination of Nature**. Boston: Beacon Press, 1974.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Tradução de Giasone Rebuá. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857–1858. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, v. II. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, v. VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélio Schneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

SCHMIDT, Alfred. **The Concept of Nature in Marx**. Tradução de Ben Fowkes. London: New Left Books, 1971.

SMITH, Neil. Geography, Science and Post-Positivist Modes of Explanation: A Critical Review. **Progress in Human Geography**, v. 3, n. 3, p. 356–383, 1979.

SMITH, Neil. **The Production of Nature**. Johns Hopkins University, manuscrito mimeografado, [s.d.].

SOJA, Edward W. **The Socio-Spatial Dialectic**. Annals of the Association of American Geographers, v. 70, n. 2, p. 207–225, 1980.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUSMAN, Paul; O'KEEFE, Phil; WISNER, Ben. Global Disasters: A Radical Interpretation. In: HEWITT, Kenneth (ed.). **Interpretations of Calamity**: From the Viewpoint of Human Ecology. Boston: Allen & Unwin, 1983. p. 263–283.

THOMAS, Paul. **Marx and Science**. Political Studies, v. 24, p. 1–23, 1976.

ZELINSKY, Wilbur. **The Demigod's Dilemma**. Annals of the Association of American Geographers, v. 65, 1975.

Como citar este artigo:

SMITH, Neil; O'KEEFE, Phil. Geografia, Marx e o Conceito de Natureza. Tradução: José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 126-154, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/xyszdn84

Nota editorial:

A presente publicação consiste na tradução de obra de autores estrangeiros falecidos, cujos direitos autorais pertencem aos seus respectivos espólios. O *Boletim Paulista de Geografia (BPG)* informa que, no ato da submissão, o tradutor apresentou a devida autorização expressa concedida pelos detentores dos direitos. Nos termos da legislação brasileira (Lei nº 9.610/1998, art. 15), a regularidade jurídica das licenças, o cumprimento dos termos acordados com o espólio e a fidelidade da tradução constituem responsabilidade exclusiva do tradutor, eximindo o Conselho Editorial e o BPG de qualquer encargo ou responsabilidade legal e cível sobre a obtenção e a gestão desses direitos autorais.

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: professor de Geografia do Magistério Superior na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências de Codó (CCCO). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), atua em história do pensamento geográfico, geopolítica e geografia econômica.

Agradecimentos: O tradutor agradece ao professor Don Mitchell e a Paul O'Keefe, responsáveis, respectivamente, pelos espólios intelectuais de Neil Smith e Phil O'Keefe; a Andrew Kent, Managing Editor da Antipode; e a Sarah Ritchie e Stacey Selway, da Wiley Global Permissions, pelo apoio e pelas autorizações necessárias à publicação desta tradução.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Geografia escolar crítica marxista: antigos desafios em novos contextos de imposições curriculares

Ângela Massumi Katuta

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Matinhos, Paraná, Brasil.
angela.katuta@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Boletim Paulista de Geografia
AGB SÃO PAULO DESDE 1934
Dossiê Geografia e Marxismo

Geografia escolar crítica marxista: antigos desafios em novos contextos de imposições curriculares

Resumo

Tendo como referência a metodologia da investigação ação participativa, abordo as contribuições dos marxismos na geografia escolar tendo como recorte inicial o movimento genericamente denominado nos anos de 1980 como geografia crítica. Aponto os desdobramentos das reflexões e disputas tecidas neste campo entre aqueles que defendiam escolas voltadas à emancipação, autonomia e transformação social, indicando que os educadores e educadoras no movimento de interrogar a geografia da tradição, evidenciaram os desafios em termos didáticos e pedagógicos vinculados às práticas pedagógicas então efetivadas, construindo demandas por formações e processos educativos críticos, emancipatórios e voltados à autonomia, fundados em matrizes teórico metodológicas do campo crítico, em muitos casos marxista. Esse rico processo promotor de crises, reflexões, embates, debates, disputas, proposições curriculares e didático pedagógicas, foi terreno fértil para a compreensão do professor como intelectual orgânico da classe trabalhadora e dos oprimidos, reconhecendo desse modo a centralidade dos processos formativos (formação inicial e continuada) como direito legítimo e fundamental dos trabalhadores e trabalhadoras da área de educação. Em seguida, problematizo a intensificação das interdições e controles do trabalho docente no contexto neoliberal efetivados inicialmente pelos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em contraposição às propostas emergentes do campo crítico, em cuja centralidade estavam coletivos de professores que, em intensos processos de estudos, diálogos, pesquisas e debates propunham currículos desde as territorialidades das escolas e redes de ensino em que trabalhavam. Finalizo a reflexão evidenciando que os avanços possibilitados pela pedagogia histórico crítica, nas últimas 4 décadas, cujo fundamento é a matriz teórico metodológica marxista, têm muito a contribuir na retomada e/ou no fortalecimento do projeto político pedagógico da geografia escolar crítica na contemporaneidade.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Pedagogia Histórico Crítica; Prática docente.

Critical Marxist school geography: old challenges in new contexts of curricular impositions

Abstract

Using participatory action research methodology as a reference, I address the contributions of marxisms in school geography, initially focusing the movement generically called critical geography in the 1980s. I point out the developments of reflections and disputes within this field among those who defended schools aimed at emancipation, autonomy, and social transformation, indicating that educators, in the movement to interrogate the traditional geography, they highlighted the didactic and pedagogical challenges linked to the pedagogical practices carried out, building demands for critical, emancipatory, and focused on autonomy, based on theoretical and methodological frameworks from the critical field, in many cases Marxist. This rich process promoter of crises, reflections, clashes, debates, disputes, curricular and didactic-pedagogical proposals, was fertile ground for understanding the teacher as an organic intellectual of the working class and the oppressed, thus recognizing the centrality of formative processes (initial and continuing education) as a right of workers in the field of education. Next, I problematize, within the neoliberal context, the intensification of prohibitions and controls on teaching work initially implemented by the PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) and the BNCC (Base Nacional Comum Curricular), in contrast to the emerging proposals from the critical field, at whose centrality were collectives of teachers who, through intense processes of studies, dialogues and debates, proposed curricula from the territorialities of the schools and teaching networks in which they worked. I conclude this reflection showing that the advances made possible by pedagogia histórico crítica, whose foundation is the Marxist theoretical and methodological framework, have much to contribute to the resumption and/or strengthening of the political-pedagogical project of critical school geography.

Keywords: Geography teaching; Pedagogia Histórico Crítica; Teaching practice.

Introdução

"[...] para se libertar da dominação, os dominados necessitam dominar aquilo que os dominantes dominam."
Dermeval Saviani em *Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular*

O presente texto foi elaborado tendo como referência leituras, estudos, reflexões, participação e debates em diversos fóruns (encontros, congressos, coletivos de trabalho, grupos de estudos, assessorias, Articulação Paranaense por uma Educação do Campo e outros) e no contexto de minha atuação na formação inicial e continuada de professores de geografia (processos educativos, extensão e pesquisa), em especializações *lato sensu*, em orientações de pesquisas em nível de mestrado e doutorado de profissionais que atuam nos diferentes níveis da educação básica e ensino superior. Trata-se de uma sistematização de reflexões efetivadas na caminhada com vários coletivos que, desde os territórios em que habitam e atuam, ousam nos colocar problemáticas desafiadoras e as mais diversas e que, de modo relevante, contribuem com nossas agendas de pesquisa, atuação, formação continuada, reflexões e debates. Agradeço ao conjunto de sujeitos que com eles coabito, caminho e aprendo nessa grande maloca que é o planeta Terra. Muitas questões aqui presentes foram coletivamente pensadas, debatidas e problematizadas, sendo o presente texto, veículo de sistematização desses coletivos com os quais tenho convivido.

Inicialmente evidencio a relevância do movimento de renovação promovido pela geografia brasileira que abrigava diferentes perspectivas epistemológicas, mas que atuou no tecimento de críticas ao que foi denominado de "geografia tradicional". Tal movimento, diverso em sua constituição, mas utilizando predominantemente teorias marxistas, reverberou na geografia escolar brasileira sobretudo a partir dos anos 1980, colaborando no processo de reorganização e de ruptura teórico metodológica promovidas no interior dessa disciplina escolar, historicamente identificada pela descrição e memorização descontextualizada de informações e de dados acerca dos lugares, fortalecida em grande parte pelas políticas educacionais hegemônicas, sobretudo aquelas produzidas no contexto do regime militar (1964-1985) em diante.

O intuito foi registrar a relevância desse movimento no período pelos debates, críticas e estabelecimento de demandas do ponto de vista da reflexão/problematização em torno de um conjunto de questões, desde o método, a forma e o conteúdo escolar (mudam os sujeitos, mudam as escolas?, os papéis: da escola, da(o) professora(or), do ensino da geografia; seus objetivos pedagógicos; o uso das linguagens na geografia escolar – principalmente a cartográfica; questões relativas às metodologias de ensino, entre outros), que acabaram por reverberar nos debates em torno: da formação de professores, da produção curricular nos diferentes níveis de ensino, da produção de livros e outros materiais didáticos. Desse modo, evidencio a relevância desses movimentos, especificamente da geografia marxista na produção das profícuas experiências de geografias escolares produzidas no contexto do que foi denominado à época de crise da geografia.

Feito esse esboço, abordo na perspectiva do movimento que genericamente foi denominado de Geografia crítica, as disputas e interdições nos processos de tecimento e materialização de inúmeras propostas pedagógicas coletivamente elaboradas tendo como princípio a gestão democrática da escola[1], presentes na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/1996 e nos Planos Nacionais de educação (PNE, 2001/2010: Lei 10172/2001; 2014/2024: Lei 13005/2014), marcos legais conquistados pelas lutas sociais a partir dos anos de 1980.

Como afirma Arroyo (2013) o currículo constitui território em disputa cujos tensionamentos são promovidos por diferentes classes sociais e/ou grupos que possuem distintos projetos e visões: de país, de sociedade, de relações entre as Sociedades e os outros elementos da Natureza, de escola, entre outros. No contexto da renovação da geografia escolar capitaneada pelas críticas à geografia ensinada até meados de 1980 surgem distintas proposições nos diferentes níveis de ensino da educação básica desde o chão da escola (equipes pedagógicas, educadoras(res), pesquisadores das universidades, entre outros) eclipsadas e/ou obliteradas pelas imposições curriculares elaboradas em um contexto de fortalecimento da divisão intelectual do trabalho - professores universitários pensam e propõem propostas para os da

[1] Que pressupõe autonomia, participação e transparência, de acordo com vários autores, dentre eles Libâneo (2021).

educação básica implementarem, inicialmente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCns, 1997, 1998, 2000) com fundamentos ecléticos (Oliveira, 1999, p. 50) e, nos anos de 2017 e 2018 com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com foco no pensamento espacial, vinculado à Geografia Pragmática (Souza, 2022)[2].

Finalizo refletindo sobre as confluências necessárias entre as teorias críticas educacionais, dentre elas especificamente a pedagogia histórico crítica[3] e a geografia escolar crítica - ambas assentadas no materialismo histórico dialético que têm no método, referência chave na abordagem dos conteúdos em sala de aula e no tecimento da prática pedagógica docente, voltados à crítica da re-produção do espaço do, no e para o capital.

Importante destacar que a presente reflexão tem como objetivo trazer elementos para contribuir com o debate acerca dos rumos tomados pela geografia escolar e a necessária retomada das teorias marxistas para o fortalecimento e reinvenção de proposições educacionais que tenham como horizonte pedagógico a compreensão crítica da produção do espaço geográfico, fundada na construção da autonomia intelectual e na emancipação em uma sociedade desigual que, nas últimas 3 décadas, tem desvalorizado os processos de ensino e aprendizagem dos conteúdos e conceitos, fundamentais para a leitura crítica da realidade. Assim, o que apresento nessa sistematização são reflexões a serem e que já estão sendo problematizadas e aprofundadas em uma ampla agenda de pesquisa.

[2] Corrente ou escola de pensamento que se consolidou na Geografia por volta dos anos 1950, também conhecida como Geografia Teorético Quantitativa ou Nova Geografia. Em linhas gerais, defendia a utilização de métodos quantitativos na análise do espaço geográfico, sobretudo por meio de raciocínios e cálculos matemáticos e estatísticos a fim de assegurar a cientificidade baseada na neutralidade científica.

[3] Pedagogia tributária da concepção dialética: "[...] especificamente na versão do materialismo histórico, tendo fortes afinidades, no que se refere às suas bases psicológicas, com a psicologia histórico-cultural desenvolvida pela "Escola de Vigotski". A educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social onde professor e aluno se encontram igualmente inseridos, ocupando, porém, posições distintas, condição para que travem uma relação fecunda na compreensão e encaminhamento da solução dos problemas postos pela prática social, cabendo aos momentos intermediários do método identificar as questões suscitadas pela prática social (problematização), dispor os instrumentos teóricos e práticos para a sua compreensão e solução (instrumentação) e viabilizar sua incorporação como elementos integrantes da própria vida dos alunos (catarse)." Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/pedagogia-historico-critica. Acesso em: 10 dez. 2025.

A geografia escolar no centro do debate do movimento de renovação da Geografia marxista

As críticas do movimento de renovação da geografia à geografia escolar podem ser compreendidas no contexto do lento processo histórico e geográfico do seu tecimento como disciplina escolar. Criada na ausência de professores formados na área, como todos os outros componentes curriculares, a geografia escolar brasileira, como em outros países, é anterior aos primeiros cursos de formação de professores, fundados a partir de 1930. De acordo com Albuquerque (2014), em 1831, aparecem no país as primeiras cadeiras isoladas de geografia nos estados da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Voltadas para atender às exigências dos exames para ingresso no Ensino Superior, sobretudo nos cursos de direito e medicina (Vlach, 1988), a geografia, torna-se disciplina escolar em 1837 no Colégio Pedro II (Rocha, 1996). Em 1934 foi criado o curso de Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também abre o curso de geografia. Esse intervalo de aproximadamente um século entre o surgimento da geografia como conhecimento demandado em processos de seleção para o ensino superior, como disciplina escolar e como área de formação docente, deu origem a uma certa tradição pedagógica tecida nessa espaço-temporalidade e que, ao mesmo tempo, constituiu uma certa identidade do que historicamente se identifica como geografia escolar ainda nos dias atuais.

Neste sentido, Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) afirmam que lecionavam geografia egressos das mais diversas faculdades (advogados, engenheiros, médicos, entre outros), das escolas normais e seminaristas, cujas atuações aos poucos vão sendo substituídas por formados na área. De acordo com as autoras (2007, p. 45), as primeiras publicações destinadas a professores de geografia foram sistematizadas por não geógrafos e, fundadas no ideal científico do século XIX[4], estavam voltadas à "[...] enumeração de nomes de rios, serras,

[4] Esse ideal científico, constituído na perspectiva da razão moderna do século XIX tinha como princípio a formulação de leis universais para a explicação dos fenômenos da realidade. O substrato para a elaboração das mesmas eram as metodologias científicas produzidas pelas ciências naturais como a observação, a experimentação sistemática, a quantificação, entre outros. Não por acaso, todas as ciências procuravam tecer métodos de investigação visando atingir esse ideal de cientificidade.

montanhas, ilhas, cabos, capitais, cidades principais, totais demográficos de países, de cidades etc. A memória era a capacidade principal para o estudante sair-se bem nas provas." Essa tradição reprodutivista constituiu na geografia escolar uma abordagem de conteúdos voltada à descrição descontextualizada dos lugares, de cunho fortemente mnemônico que foi se formando e fortalecendo a partir de concepções e tradições historicamente constituídas, sobretudo nos países europeus. Aprender significava nessa tradição reproduzir *ipsis litteris* os conhecimentos comunicados pelo professor, que assentava suas práticas pedagógicas em conhecimentos determinados pelas primeiras escolas modernas de formação burguesa, muitos dos quais vinculados ao que os filhos dessa classe deveriam saber para fazer fortalecer e avançar as relações capitalistas de produção.

Esse fato, somado à forte presença de professores leigos atuando no componente curricular - evidência do histórico descaso do Estado Patrimonialista brasileiro com a Educação do povo e, especificamente com a formação docente que ficava a cargo das províncias[5] -, vai demandar por formação (inicial e continuada) e materiais didáticos com caráter fortemente prescritivos e tecnicistas[6]. Não devemos nos esquecer que as relações entre a sociedade brasileira e a educação sempre foram atravessadas por um capitalismo dependente, atrelado ao atendimento dos interesses do capital estrangeiro, inicialmente europeu e, posteriormente, das multinacionais estadunidenses[7], fortalecido no período da ditadura militar.

Traçado brevemente o contexto político de formação da tradição mnemônica e descritiva da geografia escolar no país é importante destacar, ao contrário do que defendem

[5] Divisão administrativa do período Imperial (1822-1889) traçadas tendo como referência as capitanias hereditárias. Eram governadas por um presidente com quase nenhuma autonomia, sendo nomeado pelo imperador. Elas foram a base que originaram os estados ou unidades da federação que tiveram maior autonomia com seus governantes sendo eleitos, de acordo com o modelo federativo.

[6] Produzido no contexto da pedagogia liberal, implementada no Brasil entre os anos 1960 e 1970 e fortalecido no período militar (1964-1985) e na contemporaneidade, o tecnicismo foi a concepção pedagógica cunhada para atender aos interesses e demandas do capital estrangeiro que, no contexto do capitalismo dependente, compreendeu e compreende a área educacional como estratégica na preparação de mão de obra subalternizada, o que demanda uma formação ideologizada, voltada para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

[7] Evidência material desse processo foram os acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação-Agência dos Estados Unidos para o desenvolvimento internacional) celebrados entre os anos de 1964 a 1976. "Nesse contexto, a "ajuda externa" para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas." Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid. Acesso em: 10 dez. 2025.

perspectivas etapistas, que ela ainda se faz presente em todos os níveis de ensino em maior ou menor grau. Embora em muitos lugares e instituições de ensino superior (IES) tenha sido fortemente questionada e tensionada, sobretudo a partir dos anos 1980, essa tradição nunca deixou de existir com menor ou maior força, produzindo currículos, avaliações e materiais didáticos que influenciaram e influenciam a geografia escolar e a prática docente em todos os níveis de ensino.

Com mais intensidade a partir dos anos 1980, com a democratização do país e a consequente emergência/fortalecimento de grupos e/ou movimentos sociais organizados, a geografia escolar passa por fortes debates e críticas desde as várias tradições de pensamento[8], dentre as quais podemos destacar a marxista e a fenomenológica que reverberaram em diferentes âmbitos, passando entre outros pela produção curricular, elaboração de materiais didáticos e pela formação docente (inicial e continuada). É importante destacar o relevante e central papel da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e seus filiados no tom do debate da geografia escolar no final dos anos 1980. A profa. da Universidade de São Paulo (USP), Núria Hanglei Cacete (2007, p. 9) fez importante registro publicado no Boletim Paulista de Geografia, intitulado Vinte anos do "Fala Professor": revisitando os Encontros Nacionais de Ensino de Geografia:

> Na 34ª Assembleia Ordinária da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, realizada durante o VI Encontro Nacional de Geógrafos em 1986, em Campo Grande/MS tornou deliberação a necessidade de promover reuniões nacionais intercaladas aos encontros bianuais tendo a situação do ensino de Geografia no país como temática central, cujo conhecimento mais aprofundado e o decorrente questionamento eram fundamentais.
>
> Não foi aleatória a escolha dessa temática. Estávamos vivendo um momento político importante de redemocratização da sociedade brasileira e o movimento de revisão do ensino de Geografia na escola básica fazia parte do chamado movimento de renovação curricular dos anos de 1980 que ocorreu, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país a partir das eleições de governos de oposição ao regime militar. A intenção prioritária era melhorar a qualidade do ensino oferecido na escola pública e reduzir as altas taxas de repetência e evasão escolar que penalizavam as crianças das camadas populares. O fim dos Estudos Sociais como "disciplina" nas 5ª e 6ª séries no Estado de São Paulo foi o estopim para a revisão do ensino de História e Geografia. Para isso, buscava-se estabelecer uma relação mais próxima entre o que vinha sendo discutido no âmbito das disciplinas acadêmicas e o ensino dessas disciplinas na escola básica. A

[8] Oliveira (1999, p. 47) afirma que a história do pensamento geográfico no final do século XX foi marcada "[...] pelo intenso debate entre o positivismo clássico, o empirismo lógico, o historicismo, a dialética e a fenomenologia. A influência marxista deixou marcas profundas neste debate. Ignorá-la é ignorar a história do século XX. Ou melhor, é instrumentalizar o Estado capitalista ideologicamente."

> Geografia, desde os anos de 1970, vivenciava um movimento de renovação de base epistemológica expressa pelo esgotamento de seus modelos explicativos. Assim era importante, também rever os pressupostos que norteavam o seu ensino na educação básica. (Grifo nosso).

Assim, em julho de 1987 é realizado o 1º Fala Professor (ENEGE – Encontro Nacional de Ensino de Geografia), na Universidade de Brasília, reunindo 2 mil inscritos. Nos Anais do evento, verifica-se que:

> O grande objetivo do Encontro foi debater e produzir as bases de uma Geografia que, dialeticamente, compreenda a interação do arranjo espacial com as relações sociais existentes em cada momento histórico; divulgar e definir uma estratégia capaz de transformar, sobretudo, o ensino de 1º e 2º graus.
>
> Estruturado em mesas redondas, painéis e grupos de trabalho que entre outros temas discutiu: "O lugar da teoria geográfica no ensino de 1º e 2º graus"; "A questão do método no ensino de Geografia de 1º e 2º graus"; "As bases filosóficas da Geografia"; "Os Estudos Sociais"; "Propostas de grades curriculares", expressando as preocupações presentes naquele momento com os fundamentos da Geografia e seu ensino. (Cacete, 2007, p. 10)

Importante destacar que entendo o 1º Fala Professor como expressão e materialização de um movimento que já estava ocorrendo nos fóruns da AGB, sobretudo no âmbito da geografia marxista, sendo dela expressão. Corroboram essa afirmativa obras elaboradas por autores e autoras vinculados ao materialismo histórico dialético, muitos dos quais sócios e membros das diretorias das seções locais e da Diretoria Executiva Nacional (DEN) da AGB: *O discurso do Avesso: para a crítica da geografia que se ensina* de Ruy Moreira (1987); *Para onde vai o Ensino de Geografia?* coletânea de textos organizada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1989); *A Geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino* de Márcia Spyer Resende (1989) e *Geografia e ensino: textos críticos,* coletânea organizada por José Willian Vesentini (1989). Entendo que essas obras, grosso modo, reúnem os debates e reflexões realizados por autores vinculados à geografia crítica marxista acerca da geografia escolar e que colaboraram em grande parte para os novos rumos tomados por ela em relação a um elemento fundamental: a questão do método para a compreensão da produção do espaço[9].

[9] Esse entendimento faz emergir diferentes classes sociais e sujeitos produtores do espaço, resultante dos tensionamentos inerentes ao modo capitalista de produção, cuja existência pressupõe a contradição fundante entre os donos dos meios de produção e os deles expropriados, colocando em xeque narrativas que apresentam apenas uma única versão dos fenômenos. A título de exemplo: a colonização para as tradições indígenas é entendida como invasão. Como diria Henri Lefebvre (1991) em seu livro *Lógica Formal e Lógica Dialética*: o fenômeno é o mesmo, mas jamais é o mesmo a depender dos lugares que os sujeitos ocupam nas relações sócio territoriais.

Oliveira (1999, p. 57) em texto no qual analisa as matrizes teóricas dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (PCN) afirma que, apesar desse documento tecer crítica ao "marxismo ortodoxo e militante" presente na geografia e no ensino, a maior parte dos autores elencados em sua bibliografia final era dessa corrente, o que demonstra, de acordo com o autor, profundas contradições de natureza ideológica no referido documento. Oliveira (1999) tece uma explicação provável para esse fato, evidenciando a relevância da geografia marxista nos novos rumos tomados por uma fração da geografia escolar:

> [...] Talvez isso tenha sido feito porque na realidade os autores [dos PCNs] tiveram que reconhecer que o que há de sério e consequente na geografia brasileira vem dessa corrente criticada [marxista], enquanto aquela corrente seguida pelos autores [fenomenologia] não tem produção acadêmica e científica capaz de dar sustentação à proposta. (Oliveira, 1999, p. 57)

Tendo em vista o exposto, pode-se afirmar que a geografia escolar ocupou relevante lugar no debate da geografia marxista que se propôs a produzir as bases teórico-metodológicas de uma ciência/disciplina que compreendesse a produção do espaço, enquanto expressão de múltiplas determinações das relações que as distintas sociedades estabeleceram/estabelecem com os outros elementos da natureza[10]. Para essa matriz de pensamento, as bases filosóficas e teórico metodológicas eram elementos centrais que garantiriam a produção de estratégias de transformação da geografia escolar no âmbito do que atualmente denominamos de educação básica. Isso porque auxiliam a interrogar conhecimentos e perspectivas universalizadas e ideologizadas, impostas por matrizes de pensamento elaboradas pelas classes sociais hegemônicas. Constitui exemplo didático o campo brasileiro, abordado pela tradição hegemônica na perspectiva circunscrita ao agronegócio. A perspectiva marxista amplia essa compreensão na medida em que vai olhar para as relações sociais de produção, elemento analítico chave, o que faz emergir outros sujeitos que produzem o espaço agrário brasileiro (indígenas, quilombolas, camponeses, militantes das lutas pelos territórios da reforma agrária – acampados e assentados, pescadores, ribeirinhos etc), eis a diferença analítica (epistêmica)

[10] Entendo que a mesma é expressão da consciência de classe dos intelectuais marxistas da geografia que, apesar de produzirem pesquisas a partir de suas temáticas específicas, também fortaleceram os movimentos de disputa das formas e conteúdos da geografia escolar porque se compreendiam, consciente ou inconscientemente como intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, sendo a forma escola elemento importante na construção da consciência de classe e na transformação social. Essa questão será desenvolvida em outra oportunidade em função dos limites de páginas da presente publicação, dado que exige minuciosa pesquisa biográfica e outras estratégias de levantamento de dados.

instalada por essa tradição de pensamento que avança na explicitação da totalidade dos sujeitos que produzem o espaço e, sobretudo, da problematização sobre o direito de vida digna nos lugares.

Em outras palavras, ao colocar a questão do método na centralidade da transformação do ensino de geografia, a geografia marxista ocupou-se com a abordagem dos conteúdos desde o materialismo histórico dialético, elemento fundamental mas não suficiente para essa tarefa. Assim, a transformação do conteúdo promovida pela utilização do materialismo histórico dialético, outrora visto pela tradição positivista como neutro, foi elemento de extrema relevância mas insuficiente na pauta da transformação da geografia escolar. Isso porque a formação omnilateral (formação integral do ser humano), papel também da escola nessa tradição de pensamento, pressupõe a união entre trabalho manual e intelectual, entre teoria e prática, entre conhecimentos gerais e específicos, sendo fundamental a instrumentalização didática docente para que as aprendizagens se realizem (Frigotto, 2012, p. 274-281). Contudo, essa produção, estava sendo tecida também no mesmo período. Dessa maneira, muitas práticas de ensino vinculadas ao que genericamente denominamos de pedagogia tradicional e tecnicista continuaram sendo reproduzidas, mesmo quando a abordagem dos conteúdos estava situada no campo do marxismo, evidenciando um hiato entre as práticas pedagógicas e as abordagens dos conteúdos.

Compreende-se neste contexto que a tarefa tomada para si pela geografia marxista na transformação da geografia escolar foi homérica e ainda está em curso. Iniciando pela transformação do conteúdo tendo como referência o método de análise da realidade, deveria também refletir em torno de proposições didático pedagógicas passíveis de serem efetivadas na perspectiva crítica, junto aos diferentes sujeitos da educação básica. Contudo, à época, um grande obstáculo epistemológico e didático pedagógico (teórico-prático) estava presente no final dos anos 1980: o tecnicismo (valorização de procedimentos, de metodologias de ensino descolados dos conteúdos e das condições materiais dos educandos) e o psicologismo (redução de princípios lógicos e filosóficos a processos psicológicos subjetivos – tendo como referência as obras piagetianas) que eram e são as concepções educacionais vigentes e hegemônicas, fortalecidas por sucessivos governos conservadores que assolaram o país, desde as suas origens,

sendo o período da ditadura militar exemplo didático desse processo. Com isso não estou querendo demonizar os estudos de Jean Piaget que abordam aspectos do desenvolvimento de crianças nascidas no contexto das sociedades ocidentais, especificamente na Europa. A intenção foi evidenciar o uso que governos conservadores fizeram de muitos autores e pesquisadores, cujos estudos, centrados na noção burguesa de indivíduo universal – descolado das determinações materiais de existência, auxiliavam/auxiliam a ocultar as particularidades e singularidades inerentes aos meios[11] em que os sujeitos da classe trabalhadora viviam e vivem.

Outro elemento que considero importante é que as obras da psicologia histórico cultural, da pedagogia russa (pedagogia do trabalho) e outras vinculadas à matriz marxista na área educacional chegam ao país somente no contexto do processo de redemocratização. Ainda assim, as primeiras obras de Vygotsky como Formação social da mente (1984) e Pensamento e linguagem (1987) que chegam ao Brasil são traduções de versões que circularam nos EUA, cujas influências soviéticas, concepções marxistas e revolucionárias foram retiradas/ocultadas. Soma-se a essa conjuntura, o fato de que a elaboração e divulgação da pedagogia histórico crítica por Demerval Saviani vai ocorrer somente na segunda metade da década de 1980. Os escritos de educadores progressistas, a exemplo de Paulo Freire também são divulgados mais intensamente nesse momento de redemocratização da sociedade brasileira. Assim, verifica-se um hiato entre abordagem marxista dos conteúdos da geografia escolar e as práticas pedagógicas vinculadas a essa matriz de pensamento. Um importante aporte feito nesse sentido, foi o livro de Márcia Spyer Rezende, intitulado Geografia do aluno trabalhador (1989) que indica que o ponto de partida do ensino e aprendizagem deve ser a espaço temporalidade dos educandos, ou seja, suas práticas sócio territoriais. A autora utiliza a metodologia autobiográfica em suas proposições que, estranhamente, foram pouco disseminadas, o que a meu ver merece investigação.

Apesar desses obstáculos políticos e epistemológicos, os segmentos progressistas da área educacional produziram proposições curriculares no pós ditadura, cujas experiências e

[11] Sobre o conceito de meio em Vigotski como aporte profícuo para a geografia escolar sugiro a leitura de capítulo de minha autoria: O conceito de meio no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento: aportes para a Geografia escolar. (Katuta, 2024). Disponível em: https://www.anpege.ggf.br/publicacao.php?id=18

exercício de tecimento da gestão democrática da educação – princípio presente na Constituição Federal de 1988 e na Lei de diretrizes da Educação Nacional de 1996, foram interditados pela imposição de um documento nacional denominado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados nos anos de 1997 e 1998 - Ensino Fundamental (Anos iniciais e Finais) e 2000 - Ensino Médio. As proposições dos segmentos progressistas pressupunham constantes ajustes baseados no estabelecimento e implementação de hipóteses de aprendizagens e avaliações, pois entendiam que os processos de ensino e aprendizagem se realizavam em um movimento de constante devir, dadas as especificidades ligadas às territorialidades das escolas e seus sujeitos.

Dentre as proposições curriculares produzidas coletivamente como exercício da gestão democrática da educação[12] podemos citar: a Proposta Pedagógica de geografia de base marxista da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP/SP, 1988); o Programa Escola Plural: direito a ter direitos da prefeitura municipal de Belo Horizonte (1988); o Currículo Básico do Paraná (1990), inspirado na pedagogia histórico crítica; o Projeto Raízes e Asas (1993/1998) do CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária) efetivado na gestão de Paulo Freire quando esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação em São Paulo; o Projeto Político-Pedagógico da Escola Cabana da prefeitura municipal de Belém/Pa na área de educação infantil (1997), dentre outras propostas curriculares fundadas nas teorias críticas, com destaque para a pedagogia histórico crítica e a paulofreiriana.

Os processos que vimos até o momento constituem expressão didática do que Arroyo (2013, p. 13) tem defendido: o currículo como um território em disputa. Nesse sentido afirma o autor:

> Na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da formação da escola. Por causa disso, é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado. Um indicador é a quantidade de diretrizes curriculares para a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, Ensino Médio, EJA [Educação de jovens e adultos], educação

[12] Ainda que muitas possam ser questionadas, as compreendo como iniciativas que buscavam fortalecer a gestão democrática da educação, preconizada nos instrumentos legais, resultantes das mobilizações populares.

> do campo, indígena, étnico-racial, formação de professores etc. (Arroyo, 2013, p. 13. Grifo da autora).

O autor evidencia a relevância do currículo na formação estruturante da escola. Não por acaso, muitas propostas curriculares do campo progressista foram e continuam sendo obliteradas, dado que compõem opções políticas e societárias que subsidiam práticas sociais – inclusive de formação continuada docente, para a materialização de escolas voltadas à transformação e emancipação sociais. Por isso, no item que segue, abordei brevemente as disputas curriculares presentes no cotidiano educacional do país nas últimas 3 décadas, evidenciando as contribuições da geografia marxista nesse processo.

O marxismo nas disputas curriculares da geografia que se ensina

No pós ditadura, tendo em vista as lutas e conquistas dos movimentos e grupos sociais organizados de educadores e educadoras do país, asseguradas na letra da lei pela Constituição Federal de 1988[13], pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96[14] e pelos sucessivos Planos Decenais de Educação[15], muitas redes de ensino (municipais, estaduais e federais) e escolas passam a se mobilizar em torno da construção da gestão democrática da escola que pressupunha, sobretudo, pensá-la desde a sua realidade no diálogo com as comunidades onde estavam territorializadas e seus projetos societários. Mobilizaram-se nesse sentido, grupos e movimentos sociais vinculados às pedagogias emancipatórias, sobretudo aquelas de base marxista, que atuaram no sentido de materializar escolas libertárias em contraposição à histórica tradição reprodutivista e tecnicista hegemonizadas no país.

Para tanto, pensar os objetivos da educação escolar, da atuação dos trabalhadores na educação, de cada componente curricular, enfim, pensar os espaços e tempos pedagógicos da

[13] Artigo 206.

[14] Artigo 3º; Artigo 14º; Artigo 206º.

[15] No período democrático pós ditadura militar, tivemos três Planos Nacionais de Educação, aprovados como Lei (PNE 2001/2010 – Lei 10172/2001; PNE 2014/2024 – Lei 13005/2014; PNE 2026/2036 – Lei 15388/2026). Importante destacar que tais Planos, absolutamente disputados, possuem grande relevância pois têm força de lei. O primeiro PNE (1962-1970), elaborado no contexto da ditadura militar, teve sua efetivação após a Constituição de 1988! Há também outro Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado por ocasião do II CONED (Congresso Nacional de Educação), em 9 de nov. de 1997, que antecipou o PNE 2001/2010, feito pelos movimentos e grupos sociais organizados. Recomendo a leitura desse documento, desconsiderado pelo PNE 2001/2010 que materializa as demandas da sociedade brasileira e que ainda é muito atual. Disponível em: https://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf

escola como um todo se colocou como prioridade nos movimentos de transformação da sociedade junto aos grupos progressistas que intensificaram as disputas educacionais e curriculares. A elaboração coletiva de currículos, de projetos político pedagógicos das escolas, sua implementação, avaliação e constantes aprimoramentos (ajustes) passou a ser prioridade de coletivos que defendiam a educação para a autonomia e emancipação em um país de amplas desigualdades sociais. Essas elaborações desde as bases couberam a dois grupos principais: aqueles vinculados à pedagogia histórico crítica e à pedagogia freireana, em consonância com o Artigo 14 da LDB 9394/96 que assegura:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996).

Elenquei no final do item anterior, um conjunto de documentos coletivamente elaborados entre os anos de 1988 a 1997 pelo conjunto de educadores e educadoras que atuavam nas escolas, nas secretarias estaduais e municipais de educação, bem como nas Universidades na condição de assessores/colaboradores, evidenciando movimentos de confluência entre professores dos diferentes níveis de ensino que, coletivamente, teceram documentos – predominantemente de base marxista, via de regra por meio de grupos de trabalho e estudos, indicando o estabelecimento de profícuos diálogos, proposições e colaborações que, não raro, resultaram em ricos processos formativos entre aqueles profissionais que atuavam na educação básica e nos cursos de formação de professores. Neste sentido, para Schane; Rosa e Filipak (2022, p. 234):

> A efetivação da gestão democrática não só possibilita a participação de todos na (re)construção de uma escola de melhor qualidade e com participação de todos, como também, segundo Ferreira (2011, p. 164), 'a autoformação de todos os envolvidos pela e para a 'leitura', a interpretação, o debate e os posicionamentos, que podem fornecer subsídios para novas políticas'.

Em outras palavras, a efetivação da democracia participativa pressupõe a gestão democrática da educação e das escolas, sem a qual, "novas" políticas serão sempre pensadas de forma hierarquizada, de cima para baixo, de fora para dentro e, no caso brasileiro, em uma

perspectiva do Estado Patrimonialista[16], ou seja, priorizando as demandas dos que detém bens ou os meios de produção em detrimento dos deles destituídos, processo esse muito frequente no país.

Neste sentido, tendo em vista as propostas elencadas no item anterior, elaboradas por coletivos de educadores progressistas/marxistas dos diferentes níveis de ensino e localidades, é possível afirmar que o país teceu e vivenciou, em aproximadamente uma década, algumas das experiências mais importantes na perspectiva da construção de uma tradição de gestão democrática da educação. Contudo, esse processo foi interditado, suprimido e obliterado pela imposição em âmbito nacional de políticas curriculares prescritivas, indicando didaticamente a relevância do currículo como eixo político estruturante da formação da escola e, por isso, o mais inovado, ressignificado, disputado, haja vista a quantidade de diretrizes curriculares produzidas desde a abertura política do país e a promulgação de dispositivos legais assentados na gestão democrática da educação (Arroyo, 2013).

Não se trata de afirmar que o país, depois da imposição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados em 1997, 1998 (Ensino Fundamental) e 2000 (Ensino Médio) e, com maior intensidade e controle a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2017 (Ensino Fundamental) e 2018 (Ensino Médio) tornou-se terra arrasada. As publicações, a constituição e continuidade de grupos de estudos, pesquisas e observatórios na perspectiva das pedagogias críticas, sobretudo as de base marxista como a PHC e o tecimento de currículos desde o chão da escola, em iniciativas predominantemente municipais, indicam resistências de educadores e educadoras que, apesar das interdições, seguem na luta pela gestão democrática da educação[17]. Além disso, há que ponderar o fato de que inexiste relação direta entre a produção e a materialização das propostas impostas: as resistências docentes têm nos mostrado sua relevante atuação na produção cotidiana de brechas e fraturas que interrogam e denunciam tais imposições

[16] De modo bastante simplório: forma de dominação política em que, por estarem diluídas as dimensões públicas e privadas, ocorre a gestão do público como se privado fosse, via de regra por aqueles que detêm o poder econômico (donos dos meios de produção) em detrimento dos destituídos dos meios de produção.

[17] Tema extremamente relevante que deve ser aprofundado em pesquisas posteriores.

Cabe registrar o caso emblemático do Currículo Básico para a escola pública do Estado do Paraná (1990), elaborado tendo como matriz teórico metodológica a Pedagogia Histórico Crítica (PHC). Editado em 1990, serviu como referência curricular por 18 anos, sendo substituído pelas Diretrizes Curriculares Estaduais (2008-2018) que, por sua vez, depois de uma década, foram substituídas pelo Referencial Curricular do Paraná (RCP, 2018) que deu lugar depois de 2 anos ao Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP, 2020). Cabe destacar que em 30 anos, o estado produziu 4 propostas, com espaçamentos anuais bastante irregulares (18 anos; uma década; dois anos) que, salvo melhor juízo, indicam pressão para alinhamento às imposições curriculares promovidas primeiramente pelos PCNs e mais recentemente pela BNCC. Alguns municípios seguem com suas propostas tendo como referência a PHC, dentre eles podemos citar no Paraná: Cambé, Cascavel e Foz do Iguaçu e no estado de São Paulo: Bauru[18].

Com base no exposto, podemos afirmar que as imposições curriculares constituem um quadro vivido cotidianamente pelos educadores e educadoras do país por quase 3 décadas[19], mais especificamente por 28 anos, coincidindo com a adoção das políticas neoliberais voltadas para a educação, com maior ou menor intensidade ao longo dos sucessivos governos. Tais políticas atuam em várias frentes:

[18] Vale citar o caso de Presidente Prudente/SP que elaborou coletivamente e aprovou em 7 de dezembro de 2020 (Conselho Municipal de Educação) um currículo que tinha como referência a PHC e que em 2021 foi interditado pela gestão municipal, que optou pelo Currículo Paulista alegando um conjunto de motivações, inclusive a gratuidade desse último. As justificativas, de acordo com fontes não divulgadas por uma mídia impressa, em grande parte questionáveis, foram: a defesa da gestão democrática da educação, a pluralidade de ideias, a presença de princípios e conceitos de esquerda que contrariam a BNCC, entre outros. Ver em: https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/municipio-decide-anular-curriculo-de-pedagogia-marxista-a-criancas/

[19] Marcadas pelas fases do capitalismo que demandaram por intensas e tensas reformas educacionais: Acumulação flexível (a partir dos anos 1970) pressupõe a flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo, sendo profundamente marcada pela precarização do trabalho ou refluxo dos direitos arduamente conquistados nas lutas sindicais. De acordo com Harvey (1993): "[...] A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego "estrutural" [...], rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...].". É nesse contexto que a pedagogia do aprender a aprender toma corpo e centralidade, inicialmente com os PCNs e, posteriormente com a BNCC. A fase mais recente do capitalismo: a acumulação por espoliação pressupõe a intensificação e centralização da riqueza e do poder nas mãos de poucos, desapropriação das entidades públicas e grupos comunais de seus recursos ou Terras – cercamento dos bens comuns por meio do uso de estratégias voltadas às privatizações, ao avanço dos negócios em terras tradicionalmente ocupadas. Para operar mais tranquilamente com esses ajustes do capital, nada mais oportuno que uma escola reprodutivista e tecnicista que doutrina estudantes para serem empresários de si mesmo em um mundo onde empregos formais e direitos trabalhistas têm sofrido severos refluxos.

- Utilização da educação como instrumento de ideologização e subalternização, dada a defesa da neutralidade dos conteúdos e dos processos educativos[20], e a secundarização dos primeiros a partir da valorização das competências e habilidades voltadas à formação de mão de obra subalternizada, tendo como valores a meritocracia e a eficiência voltadas para o mercado (a formatação do trabalhador e trabalhadora empresários de si mesmos cuja miséria, no ideário neoliberal, é justificada pela falta de esforço);
- Mercantilização e financeirização da educação: processos por meio dos quais a educação de direito passa a ser mercadoria ou ativo financeiro, portanto, sujeita à lógica empresarial do lucro. Na financeirização busca-se o lucro por meio da valorização de ações de grupos educacionais na bolsa de valores. Assim, a aprendizagem de conteúdos historicamente produzidos perde centralidade, ganhando foco: a mercantilização educacional que prioriza o lucro empresarial que se desdobra em parcerias público privadas, estratégias para abertura e atração de capital, ampliação do quantitativo de mercadorias e serviços educacionais a serem ofertados por empresas, entre outros.
- Controle dos processos educativos por meio da utilização de plataformas educacionais com planos de aula e aulas prontos para serem apenas aplicados, retirando dos educadores e educadoras a liberdade de cátedra, precarizando sobremaneira sua atuação. As avaliações em larga escala acabam por garantir fidelidade artificializada aos currículos impostos, bem como o controle do trabalho docente. Não raro, muitos educadores e educadoras que ousam planejar suas aulas e produzir seus próprios materiais, acabam sendo obrigados a assinar atas ou outros documentos em que se comprometem a reajustar suas condutas (Termo de ajuste de conduta).

[20] Cujos fundamentos estão no ideal científico do século XIX e nas pedagogias que fortalecem os grupos sociais hegemônicos.

Para que tais processos se efetivem faz-se necessária a adoção de um currículo único, elaborado a partir de referências que reivindicam a universalidade e neutralidade dos conhecimentos, próprios da razão burguesa moderna do século XIX (eurocentrada). Eis a relevância dos PCNs e da BNCC no contexto das políticas neoliberais que tiveram e ainda têm papel central na interdição de currículos coletivamente produzidos, sobretudo aqueles da tradição marxista. Importante destacar que é questionável em um país de dimensões continentais - com os seus diferentes biomas, com 295 línguas indígenas sendo faladas (IBGE, 2022), com os mais variados povos, comunidades tradicionais e camponeses presentes nas diversas regiões, que produziram no tenso e intenso diálogo entre Estado e movimentos sociais as diretrizes curriculares nacionais: da educação escolar indígena (14/09/1999); das escolas do campo (04/12/2001), das escolas quilombolas (05/06/2012)-, que sejam produzidos e impostos um único currículo para a geografia escolar, desde a perspectiva sudestina, historicamente privilegiada na produção de livros didáticos, currículos, materiais educacionais e serviços.

Nos últimos 30 anos, no contexto da produção curricular, inclusive da geografia escolar, portanto, no horizonte de contraposição aos currículos prescritos, tenho verificado a materialização da afirmação de Oliveira (1999) transcrita no item anterior: a falta de produção acadêmica e científica de outras correntes da geografia - expressão da ausência de compromisso com a educação pública brasileira - , que possam dar sustentação a propostas pedagógicas e que, não por acaso, os propositores dos currículos neoliberais acabam sendo quase que obrigados a referenciarem-se em autores vinculados à tradição marxista que, apesar de criticados, acabam sendo utilizados seja com o fim de sustentar suas propostas ou como estratégia de manipulação ideológica para aqueles que se deixam seduzir por apenas algumas referências ao longo do texto. Não por acaso, em ambos os currículos (PCN e BNCC), o ecletismo epistemológico que combina correntes marxistas, humanistas, fenomenológicas, pós modernistas, entre outras se faz presente em nome de uma equivocada igualdade.

Há muito se debate sobre o uso de autores da tradição crítica e até mesmo da PHC na BNCC, inclusive em propostas das unidades da federação e dos municípios em consonância com esse documento nacional. Trata-se de estratégia narrativa voltada a "[...] tentativa de

imposição de falso consenso, por meio da homogeneização de pluralidade de pontos de vista e posições teóricas e políticas, sabidamente em disputa." (Mortatti, 2015, p. 199). Não por acaso, o ecletismo epistemológico se faz presente em muitas partes das propostas curriculares (PCN e BNCC). Em ambas, menos nos PCN e mais intensamente na BNCC, verifica-se a ausência de conceitos amplamente disputados no debate curricular: políticas públicas, currículo, processo de ensino e aprendizagem, professor, objetivos e conteúdos de ensino, interdisciplinaridade, temas integradores, parte comum, parte diversificada, entre outros (Mortatti, 2015) que demandam a explicitação do posicionamento político pedagógico em torno de concepções imprescindíveis à materialização de qualquer currículo. Não por acaso, o ecletismo e o ocultamento são dois elementos utilizados para a tergiversação[21] que atravessa os documentos.

A compreensão das propostas curriculares pressupõe a leitura crítica do seu texto e também do contexto político educacional em que tais proposições são elaboradas. Muitos, ignorando o contexto político ideológico neoliberal no qual tais proposições foram elaboradas, desconsideram seu caráter hierarquizado, que pressupõe uma equivocada e lamentável divisão intelectual do trabalho: professores das universidades pensam o que os da educação básica vão executar, que acabam por interditar o direito de cátedra e a gestão democrática da educação, uma das principais conquistas da sociedade brasileira na história da educação, pela primeira vez presentes nos instrumentos legais e em muitas propostas curriculares elaboradas desde o campo marxista. No item que segue, reflito em torno da contribuição da pedagogia histórico crítica à geografia escolar crítica, cujas confluências podem vir a constituir e já tem constituído potentes e orgânicas práticas pedagógicas em sala de aula.

Pedagogia histórico crítica e Geografia escolar crítica: confluências necessárias

Em suas palestras e reflexões o prof. Ruy Moreira, desde os anos 1980, sempre nos alerta acerca da complexidade do trabalho em sala de aula na educação básica, pois envolve o

[21] Na política, trata-se de uma manobra cujo objetivo é, por meio da dissimulação e de discursos evasivos, evitar manifestar posicionamento, já tomado. Bastante utilizada no direito em depoimentos e declarações para confundir ou enganar por meio da alteração intencional dos fatos.

domínio crítico dos vários conteúdos da área, somado aos conhecimentos didático pedagógicos necessários para organizar o trabalho docente de acordo com os diferentes níveis de ensino, a fim de auxiliar na construção de uma compreensão crítica da produção dos arranjos espaciais. Trata-se de um orquestramento desafiador que demanda, em tese, o uso dos mesmos referenciais teórico metodológicos vinculados ao tratamento dos conteúdos e à organização metodológica da aula. Por isso, em minha tese de doutorado, defendo que parte significativa das questões ligadas ao ensino de geografia é de ordem teórico metodológica e, portanto, ontológica e epistêmica, tanto no que se refere à abordagem dos conteúdos, quanto aos encaminhamentos didático pedagógicos na organização do trabalho docente (Katuta, 2005).

Embora a tradição marxista na geografia muito tenha caminhado na produção acadêmico científica por meio das pesquisas acerca de inúmeros temas vinculados à produção do espaço, muitos deles sequer abordados nas produções didáticas[22], entendo que no tocante ao desenvolvimento das práticas pedagógicas existem inúmeros fatores limitadores e limitantes, elencados por Saviani (2011) que dificultam os avanços da PHC e descompassam a abordagem teórico metodológica dos conteúdos e os encaminhamentos metodológicos no processo de ensino e aprendizagem: a falta de um sistema nacional de educação[23]; a questão material da organização do sistema e das escolas[24]; a descontinuidade[25] e a qualidade questionável da

[22] Por serem mercadorias elaboradas por empresas que atuam na área educacional e portanto, pressupor um custo de produção, aumentado a cada modificação, em geral, tais materiais são refratários a transformações radicais que uma nova orientação metodológica pressupõe. Tenho denominado de força de atrito às transformações educacionais, pois as dificultam e, não raro, sabotam. Bem sabemos que historicamente empresas tem prioridade no diálogo com os governos nos diferentes níveis (federal, estadual, municipal) no tocante à produção de materiais didáticos e oferta de serviços educacionais a serem financiados com dinheiro do fundo público. No interior da AGB há muitas décadas vimos questionando tais processos, debatendo inclusive a necessidade de editais de financiamento de materiais didáticos públicos elaborados pelas universidades públicas que concentram a quase totalidade dos pesquisadores da geografia escolar no país.

[23] A falta de um sistema educacional denunciado por Demerval Saviani tem relação com a materialização de práticas pedagógicas precarizadas que dificultam testar hipóteses de trabalho na escola como um todo e estratégias de ensino que visem a melhoria da qualidade educacional, tais questões dependem de financiamentos constantes e robustos das atividades fim para universalizar o atendimento escolar, condição primeira para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Fiz aqui uma breve síntese das ideias do autor para que o leitor possa ter uma visão do conjunto de elementos, mas sugiro, dada a relevância do tema, a leitura na íntegra dos seus escritos.

[24] De acordo com Saviani, existe uma "[...] contradição representada por uma estrutura educacional organizada com base em determinados ingredientes teóricos, no qual nós, sem nos darmos conta dessa problemática, formulamos um outro tipo de teoria e pretendemos que essa outra teoria se possa viabilizar numa prática, numa estrutura organizacional da educação que está montada segundo uma perspectiva teórica diversa ou até mesmo oposta à perspectiva por nós formulada." (Saviani, 2011, p. 92)

[25] Essa questão tem relação com a descontinuidade das políticas educacionais que inviabilizam o trabalho educativo que "[...] tem que se desenvolver num tempo suficiente para que as habilidades, os conceitos que se pretende sejam assimilados pelos alunos, [para que] de fato, se convertam numa espécie de segunda natureza. Ora, isso exige tempo. A

formação docente feita pelas empresas educacionais, sobretudo daquelas que ofertam formação docente inicial à Distância (EaD). Somado a essas questões, temos também vinculado ao segundo item - organização do sistema e das escolas, as políticas educacionais curriculares das últimas 3 décadas que, a cada ano, utilizam os currículos impostos para controlar e precarizar o trabalho docente por meio de inúmeras estratégias, utilizando sobretudo as avaliações de larga escala aplicadas nacionalmente[26], muitas das quais recriadas pelas unidades da federação. Dessa maneira, não raro, até mesmo em função das metodologias e teorias educacionais adotadas pelas instâncias governamentais (metodologia ativa, construtivismo piagetiano, tecnicismo, entre outros) as abordagens críticas, sobretudo as de matriz marxista, foram e são obliteradas pela forma como as escolas estão organizadas e sobretudo por defenderem um projeto de sociedade outro, fundado na democracia participativa e no fortalecimento do Estado democrático de direito.

Apesar das dificuldades, entendo que do ponto de vista das pedagogias críticas, especificamente da pedagogia histórico crítica (marxista) há avanços no tocante às proposições didáticas para o trabalho em sala de aula. Um exemplo disso é a proposta elaborada por João Luiz Gasparin (2012) em sua obra: *Uma didática para a pedagogia histórico crítica*. Nela, tendo como referência os estudos da psicologia histórico cultural, os fundamentos filosóficos e epistemológicos da pedagogia histórico crítica delineados por Dermeval Saviani e o método da economia política de Karl Marx, o autor propõe uma proposta didática com fundamento teórico-metodológico no materialismo histórico dialético.

Tenho trabalhado com essa proposição do autor nos estágios supervisionados da licenciatura em geografia já há algum tempo, pois proponho e estabeleço diálogo com meus educandos sobre as necessárias confluências entre a geografia crítica e a pedagogia histórico crítica (PHC). Tais encontros podem auxiliar na apropriação de conteúdos pelos estudantes da educação básica de modo que possam compreender criticamente a produção do espaço em

continuidade é, pois, uma característica própria da educação. É por essa razão que os sistemas de ensino em geral tendem a fixar o tempo mínimo de duração da escolaridade primária em torno de quatro anos, dado que esse é o tempo necessário para que aquelas habilidades básicas se fixem." (Saviani, 2011, p. 107)

[26] Dentre eles: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e outros.

sua dimensão de totalidade, materializando em suas práticas sociais a leitura como leitura do mundo (Freire, 1989), sendo a escola também local de transformação social. Por isso, nas linhas que seguem apresento detalhadamente a proposição de Gasparin (2012).

A realização do planejamento do processo de ensino e aprendizagem pelos educadores e educadoras antecede o trabalho em sala de aula, pois precisam traçar os caminhos que serão percorridos a partir dos objetivos pedagógicos. O ato de planejar possibilita que tenham uma visão de totalidade e síntese do processo, portanto, de objetividade do que deve ser ensinado e aprendido. Assim, depois do planejamento coletivo ocorre a materialização do trabalho em sala de aula que, ao ser balizado pela didática proposta por Gasparin (2012), constitui potente proposição para o trabalho docente que não deve se descuidar da abordagem crítica dos conteúdos. Conteúdos e metodologia de ensino constituem um todo orgânico, resultante das mesmas matrizes teórico metodológicas.

O ponto de partida na proposição de Gasparin (2012) é a prática social dos educandos, na geografia podendo iniciar com os conhecimentos que os mesmos possuem (conceitos cotidianos ou espontâneos), podendo, a depender do tema ser em escala local ou em outras (regional, nacional, planetária). Nesse momento de mobilização para a construção do conhecimento escolar, os educadores e educadoras devem acionar sua capacidade investigativa a fim de verificar e levantar: o que o estudante sabe sobre o assunto?; em quais locais habitam e vivenciam o conteúdo a ser trabalhado?; como o mesmo está inserido em suas práticas sociais ou de pessoas que conhecem?; como essa questão reverbera no lugar onde vivem e mesmo nas preocupações cotidianas dos estudantes e suas comunidades?, entre outros. Nesse momento, os estudantes devem ser desafiados, mobilizados e sensibilizados a fim de verificarem "[...] alguma relação entre o conteúdo e a sua vida cotidiana, suas necessidades, problemas e interesses. Torna-se necessário criar um clima de predisposição favorável à aprendizagem." (Gasparin, 2012, p. 13).

De acordo com o mesmo autor, os educadores e educadoras devem inventariar[27] o que os estudantes já conhecem (conceitos cotidianos, espontâneos ou empíricos, senso comum

[27] Sugiro aqui consulta ao material elaborado por Caldart et al. (2016) intitulado *Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo* que pode ser adequado para escolas urbanas. Elaborar inventários da realidade

ou síncrese, nível de desenvolvimento atual), a fim de saber quais pré-ocupações estão em suas mentes e sentimentos isso porque Cortella apud Gasparin (2012, p. 14) defende que "[...] não há conhecimento que possa ser aprendido e recriado se não mexer, inicialmente nas preocupações que as pessoas detêm [...] pois, do contrário, só se conseguirá que decorem (constrangidos e sem interesse) os conhecimentos que deveriam ser apropriados (tornados próprios)." Assim, "[...] o primeiro olhar é sempre para a realidade." (Idem, Ibidem, p. 15), local onde são constituídas as práticas sócio territoriais dos grupos e/ou classes sociais em que se situam, expressão da vida material e particular dos escolares, no qual atuam com certa autonomia, resolvendo tarefas diárias. Chamo a atenção para o risco de cairmos nas armadilhas de um cotidiano despolitizado, por isso, o conteúdo escolar deve situar-se na totalidade contraditória, em um contexto histórico social amplo, abarcando a totalidade das relações entre as classes antagônicas (Gasparin, 2012).

Os conceitos cotidianos, saberes de senso comum, as síncreses constituem uma espécie de matéria prima elaborada empiricamente pelos estudantes para a construção dos conceitos científicos, objetivo final da aprendizagem escolar. Do ponto de vista da prática pedagógica é importante nessa fase da prática social inicial: anunciar os conteúdos que serão trabalhados; levantar o que os estudantes já sabem e o que gostariam de saber mais (vivência cotidiana dos conteúdos). Em síntese, nesse momento, é preciso anunciar os conteúdos que serão abordados e/ou estabelecer escuta atenta para saber os níveis de desenvolvimento dos educandos em relação ao conteúdo que será trabalhado. Estabelece-se assim, os conteúdos, o ponto de partida e o ponto de chegada aos novos conhecimentos.

Feito o levantamento da prática social inicial do conteúdo, na sequência, é importante problematizá-lo. "A problematização é um elemento-chave na transição entre a prática e a teoria, isto é, entre o fazer cotidiano e a cultura elaborada. É o momento em que se inicia o trabalho com o conteúdo sistematizado." (Gasparin, 2012, p. 33). Para tanto, deve-se criar necessidades para a busca do conhecimento, que podem ser por meio do estabelecimento

constituem instrumentos fundamentais na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e no planejamento. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/02/Inventario_da_Realidade_Guia_Metodologico_para_uso_escolas_do_campo_Jul16__1_.pdf

de situações-problema ou questões que devem ser solucionadas por meio de investigação voltada a estimular o uso do raciocínio. Tendo como ponto de partida a prática social que é "[...] posta em questão, analisada, interrogada, levando em consideração o conteúdo a ser trabalhado e as exigências sociais de aplicação desse conhecimento." (Gasparin, 2012, p. 34).

Saviani apud Gasparin (2012, p. 34) afirma que "[...] a Problematização deve 'detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar'." não apenas na escola mas na sociedade. É neste momento que se confronta a prática social com os conteúdos escolares, definindo-se as grandes questões sociais que podem ser resolvidas e encaminhadas por meio do trabalho com os educandos.

Nadezhda Konstantinovna Krupskaya (2017) defende que o trabalho escolar deve ser realizado com os conhecimentos socialmente relevantes, que são aqueles capazes de empoderar os trabalhadores, capacitando-os para a transformação da realidade. Verifica-se que nessa concepção da pedagogia socialista - ou do trabalho ou russa, e mesmo na PHC, os educadores e educadoras enquanto coletivos têm papel ativo e são insubstituíveis nesse processo. Devem "[...] ler as necessidades sociais e, de acordo com elas, selecionar os conhecimentos historicamente produzidos que mais adequadamente satisfaçam às exigências do grupo." (Gasparin, 2012, p. 37). Para a PHC os profissionais da educação são fundamentais em sala de aula pois são eles que definem a

> [...] forma teórica das necessidades sociais práticas dos grupos humanos. [...] Neste sentido, o eixo articulador do processo ensino-aprendizagem é 'a realidade social enquanto objeto a ser compreendido e explicado pelas diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista a sua transformação'. (Bezerra apud Gasparin, 2012, p. 38)

Importante destacar que a PHC entende que os educadores possuem papel central no processo de ensino e aprendizagem, não por acaso, defende a necessidade que os mesmos tenham sólida formação em universidades que realizam pesquisas e extensão e não em empresas educacionais que ofertam cursos à distância de qualidade questionável, cujos profissionais tornam-se presas fáceis das imposições curriculares e das políticas de precarização do trabalho docente.

Vemos que aqui já surge um obstáculo pedagógico, dada a imposição curricular seja da BNCC ou dos currículos das unidades da federação, elaborados tendo como referência o documento nacional. Exemplo didático da problemática apontada por Saviani (2011) relativa à organização do sistema de ensino e das escolas que, não raro, impedem avanços e construções voltados à melhoria da qualidade educacional em uma perspectiva emancipatória. Contudo, é importante ponderar: cabe ainda os docentes se subalternizarem a essas imposições que os têm adoecido? Na medida em que não dialogam com as práticas sócio territoriais dos escolares, portanto, negam a possibilidade de construção dos conhecimentos que se faz no processo de diálogo constante entre os conceitos cotidianos e os conceitos científicos, podemos questionar: a utilização dos currículos impostos, bem como dos produtos e serviços deles derivados, viabiliza que tipo de escola e relação professor-estudante? Não se trata de fortalecer o refluxo da geografia escolar para aquela criticada à época da ditadura (tecnicista), agora sob nova roupagem? Essa geografia embota a curiosidade e o interesse dos educandos?

Entendemos que as educadoras e educadores que se consideram intelectuais orgânicos da classe trabalhadora ou dos oprimidos têm estabelecido estratégias para lidar sabiamente com as imposições curriculares, como historicamente vieram fazendo muitos companheiros que resistiram a diferentes políticas na área educacional que interditaram os avanços ou auxiliaram no seu refluxo.

Assim, a problematização é iniciada "[...] pela discussão do marco teórico ou pelas grandes questões sociais que foram detectadas." (Gasparin, 2012, p. 39) Contudo, problematiza o autor, os programas e manuais didáticos utilizados pelo professor não devem ser descartados, pode-se a partir dos mesmos fazer o levantamento das grandes questões sociais, buscando verificar as implicações dos conteúdos impostos para a prática social. É o momento em que se pode questionar o conteúdo e especificar por que deve ser apropriado pelos escolares em suas múltiplas dimensões. Pode-se então a partir do conteúdo selecionado, levantar dimensões que orientem a análise e a apropriação do conteúdo (conceitual, científica, sócio territorial, histórico e geográfica, econômica, religiosa, política entre outras) passíveis de serem abordadas por meio de questões problematizadoras.

Esse momento é um desafio para educandos e, sobretudo para os educadores e educadoras:

> [Para os educandos] Trata-se de uma nova forma de considerar o conhecimento, tanto em suas finalidades sociais quanto na forma de comunicá-lo e reconstruí-lo. Para o professor implica uma nova maneira de estudar e preparar o que será trabalhado com os alunos: o conteúdo é submetido a dimensões e questionamentos que exigem do mestre uma reestruturação do conhecimento que já domina. (Gasparin, 2012, p. 46)

O conteúdo é entendido na perspectiva da PHC como uma construção social historicizada e geograficizada para responder às necessidades humanas. As perguntas elaboradas serão respondidas na fase da instrumentalização. A problematização apesar de ser e constituir o fio condutor de todo o processo de ensino e aprendizagem, é momento preparatório em que o educando, depois de ter sido desafiado, provocado, instigado e ter apresentado hipóteses de encaminhamento se compromete "[...] teórica e praticamente com a busca da solução para as questões levantadas. O conteúdo começa a ser seu. Já não é mais um conjunto de informações programáticas. A aprendizagem assume, gradativamente, um significado subjetivo e social para o sujeito aprendente." (Gasparin, 2012, p. 47)

A terceira fase é a da instrumentalização onde "Os sujeitos aprendentes e o objeto de sua aprendizagem são postos em recíproca relação através da mediação do professor. É sempre uma relação triádica, marcada pelas determinações sociais e individuais que caracterizam os alunos, o professor e o conteúdo." (Gasparin, 2012, p. 49). Contudo, apesar do processo de aprendizagem ser interpessoal, a

> [...] verdadeira aprendizagem é intrapessoal, pois depende da ação do sujeito sobre o objeto e deste sobre o sujeito [...] Segundo Vygotsky (1989, p. 74) 'os conceitos não espontâneos não são aprendidos mecanicamente, mas evoluem com a ajuda de uma vigorosa atividade mental por parte da própria criança'. [...] o conhecimento constrói-se através de aproximações sucessivas: a cada nova abordagem, são aprendidas novas dimensões do conteúdo. (Gasparin, 2012, p. 50)

É nessa fase em que se disponibiliza o conteúdo sistematizado - ferramenta cultural necessária às lutas sociais -, aos educandos para que o assimilem e recriem, incorporando-o. Ao fazê-lo acabam por transformá-lo em instrumento de construção pessoal e profissional, elaborando respostas aos problemas ou questões levantados. Neste contexto, o conteúdo não é trabalhado per si, de modo descontextualizado, sua apropriação visa equacionar, resolver ou responder, ainda que teoricamente, as questões sociais elaboradas/levantadas vivenciadas pelos

educandos. É nesse momento que ocorrerá o movimento dialético de ruptura e continuidade pelo confronto entre o conceito cotidiano e o científico, que é incorporado por meio da negação do primeiro, sem a destruição do conhecimento anterior, pois o conhecimento mais elaborado é sempre construído a partir do existente.

Trata-se de "[...] um dos pontos centrais do processo de instrução escolar. [...] Considerando que a Instrumentalização é a fase na qual os conceitos científicos se estruturam, é de vital importância conhecer o processo mental de construção desses conceitos." (Gasparin, 2012, p. 53-55) pois as ações didático pedagógicas dos estudantes, das educadoras e dos educadores devem estar baseadas nesse processo, porque se trata sobre como os conceitos científicos são formados. Neste sentido, sugiro o estudo da obra de Gasparin (2012) que, tendo como referência as obras de Vigotski *A construção do pensamento e da linguagem* e *Psicologia pedagógica* aborda de forma objetiva: "[...] a formação dos conceitos científicos na criança; as diferentes dimensões dos conceitos cotidianos e científicos; a imitação e suas consequências pedagógicas; a construção dos conceitos científicos e o sistema dos conceitos científicos." (Gasparin, 2012, p. 55), elementos fundamentais para a compreensão de como se formam os conceitos.

É nessa fase em que ocorre a aprendizagem (internalização) dos conhecimentos ou conceitos científicos, cabendo aos educadores e educadoras "[...] criar condições para a atividade de análise e das demais operações mentais do aluno, necessárias para a realização do processo de aprendizagem." (Gasparin, 2012, p. 103). Por sua vez, o educando, por sua ação e pela mediação do professor "[...] apropria-se e, efetivamente, constrói para si o conhecimento, estabelecendo uma série de microrrelações entre as diversas partes do conteúdo e de macrorrelações do conteúdo com o contexto social." (Gasparin, 2012, p. 103). O procedimento didático desse momento é a mediação triádica entre: educando, educador/educadora e conteúdo. Possui centralidade nesse processo os educadores que apresentam o objeto de estudo aos educandos, a partir dos recortes estabelecidos.

Gasparin (2012) divide a instrumentalização em distintos momentos, indicando atitudes e ações dos educadores e educadoras e de seus educandos com o objetivo de desenvolver a análise a partir da aprendizagem dos conteúdos:

- - Primeiro momento - antes da aula: educadores: planejamento e preparo da aula; educandos: postura mental favorável ao conteúdo a ser aprendido;
- - Segundo momento- durante a aula: educadores: manifestação do seu ponto de vista em relação ao conteúdo e sua abordagem gradativa; educandos: demonstração de interesse em aprender por meio da realização de várias ações (memorizar, compreender, aplicar, analisar, sintetizar, avaliar e outras)
- - Terceiro momento - após a aula: educadores: satisfação ou insatisfação com o trabalho realizado e realização de revisão do conteúdo abordado, análise crítica dos procedimentos didático pedagógicos utilizados. Se percebeu que os objetivos de aprendizagem não foram alcançados, deve elaborar novo plano de trabalho e retomar pontos visando atingi-los. Educandos: disposição em colocar em prática o conteúdo aprendido, interesse em saber mais sobre o assunto tratado, demonstração de satisfação ou aversão ao tema estudado, realização de tarefas sobre o conteúdo estudado, uso livre do conhecimento construído.

Não podemos nos esquecer que quem apresenta o objeto de estudo aos educandos é o professor, que medeia o processo de aprendizagem considerando a atividade dominante[28] dos escolares. Importante destacar que muitas redes de ensino ao exercerem extremo controle sobre a atividade docente, sobretudo no tocante à organização dos tempos e espaços das aulas, acabam por inviabilizar a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

A instrumentalização é uma fase provisória de incorporação dos conteúdos por meio da análise que avança em direção à catarse, onde a operação mental predominante é a síntese, por meio da qual o educando é

> [...] solicitado a mostrar o quanto se aproximou da solução dos problemas anteriormente levantados sobre o tema em questão. Esta é a fase em que o educando sistematiza e manifesta

[28] Atividade dominante ou atividade guia: conceito da psicologia histórico cultural elaborado por Vigotski que, considerando as condições materiais de vida das crianças de sua época, verificou que existem atividades que impulsionam mudanças psicológicas e de personalidade em fases específicas de seu desenvolvimento. Para este autor, trata-se do modo como a criança se conecta ao mundo em determinado espaço e tempo (meio) e que deve constituir-se em base para a aprendizagem que impulsiona o desenvolvimento. Para mais detalhes sugiro a leitura do livro: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico – do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016.

> que assimilou, isto é, que assemelhou a si mesmo os conteúdos e métodos de trabalho usados na fase anterior. (Gasparin, 2012, p. 123)

Para Saviani (*apud* Gasparin, 2012) é o ponto culminante do processo educativo onde se passa da síncrese à síntese que marca a mudança de visão da realidade pelo educando: de um entendimento da realidade compreendida como partes dispersas, constrói uma visão de totalidade integradora:

> [...] a mesma realidade passa a ser vista e compreendida em sua forma concreta, é entendida como fruto de plurideterminações: já não se apresenta como natural, mas histórica [...] Percebe, então, que não aprendeu apenas um conteúdo, mas algo que tem significado e utilidade para a sua vida, algo que lhe exige o compromisso de atuar na transformação social. O conteúdo tem agora para ele uma significação: constitui um novo instrumento de trabalho, de luta, de construção da realidade pessoal e social. (Gasparin, 2012, p. 126)

Na catarse é necessário que o estudante mostre que aprendeu, que conseguiu resolver questões elaboradas na fase da problematização, desenvolvidas na instrumentalização. Gasparin (2012) traduz essa fase em dois momentos: 1- elaboração teórica da nova síntese ou sistematização da conclusão a que o estudante chegou (comparação entre o que sabia no início do processo e os novos elementos adquiridos por meio do estudo e análise do conteúdo); 2- Expressão prática da nova síntese ou avaliação como expressão da prática que confirma a apropriação do conhecimento, constituindo um novo instrumento de compreensão da realidade e de transformação social.

A avaliação pode ser informal ou formal podendo ser realizada por meio de diversos instrumentos (formal: verificação oral, debates, seminários, resumos, elaboração de textos, redações, cartazes, maquetes, provas – dissertativas, objetivas, autoavaliação, entre outros; informal: o estudante escolhe o modo de expressão por meio do qual se sente mais seguro para manifestar seu nível de aprendizagem). Antes de realiza-la é importante elencar os critérios de avaliação que devem ser de conhecimento de todos os estudantes, podendo inclusive serem coletivamente discutidos e elaborados. Do ponto de vista da aprendizagem são critérios fundamentais: "[...] organização e clareza na apresentação dos resultados da aprendizagem, correção, articulação das partes, sequência lógica, rigor na argumentação, criatividade." (Gasparin, 2012, p. 132-133).

Independentemente do tipo de avaliação realizada ela deve permitir a reelaboração do que foi aprendido porque a "A avaliação é a manifestação de quanto o aluno se aproximou das

soluções, ainda que teóricas, dos problemas e das questões levantadas e estudadas." (Gasparin, 2012, p. 133). Podemos avaliar os conhecimentos aprendidos ou a nova síntese em duas perspectivas que se complementam: expressão mental (síntese a qual o estudante deve chegar ao término da atividade de estudo) e expressão prática (manifestação física da síntese mental por meio de produção de texto, elaboração de respostas a questões que avaliem o conteúdo estudado na problematização e instrumentalização).

Como coroamento da aprendizagem, o processo de ensino e aprendizagem retorna para a prática social final, onde se verifica nova proposta de ação elaborada a partir do conteúdo aprendido. "Essa fase representa a transposição do teórico para o prático dos objetivos da unidade de estudo, das dimensões do conteúdo e dos conceitos adquiridos." (Gasparin, 2012, p. 139). Nesse sentido, a compreensão teórica deve se traduzir em atos, "[...] uma vez que a prática transformadora é a melhor evidência da compreensão da teoria. [...] A realização dessa fase com os alunos em aula, envolve basicamente dois pontos: 1) nova atitude prática; e) proposta de ação." (Gasparin, 2012, p. 140-144).

O que se pretende é que o estudante assuma, ante a realidade, uma nova atitude prática, evidenciando seu propósito de ação e como pretende materializá-lo no seu dia a dia. "É a oportunidade de revelar sua nova visão ou a maneira de ser que assumirá, no cotidiano , em relação ao conteúdo aprendido. Em outras palavras, o aluno mostra as intenções e predisposições de pôr em prática o novo conhecimento." (Gasparin, 2012, p. 144), constituindo dessa forma a sua práxis social.

Em relação à proposta de ação, educadores e educandos podem elaborar um plano de ação individual ou em grupo de acordo com o conteúdo trabalhado

> [...] como compromisso social com a aprendizagem realizada. [...] Devem ser planejadas ações de curto e médio prazo. Ações cabíveis, exequíveis, pertinentes, não necessariamente grandes. [Sendo consequência lógica do conteúdo estudado.] O novo procedimento prático pode referir-se tanto a ações intelectuais quanto a trabalhos de ordem social ou atividades manuais, físicas. (Gasparin, 2012, p. 145. Grifo da autora).

Pode-se inclusive elaborar um quadro com as intenções em relação a nova atitude prática e propostas de ações. O autor alerta que

> [...] se o educando não for desafiado a pôr em prática, numa determinada direção política, os conhecimentos adquiridos ou construídos na escola, [se] todo o trabalho despendido para usar

> esse método de ensino-aprendizagem se assemelhar aos tradicionais, aos escolanovistas e tecnicistas: não irá além da sala de aula. (Gasparin, 2012, p. 142. Grifo da autora)

Assim, uma ação concreta a partir do momento em que o educando atingiu o nível do concreto pensado, "[...] é também um processo mental que possibilita análise e compreensão mais amplas e críticas da realidade, determinando uma nova maneira de pensar, de entender e julgar os fatos, as ideias. É uma nova ação mental." (Gasparin, 2012, p. 140). Essa nova ação mental politiza o cotidiano na medida em que o compreende em sua totalidade, em suas contradições inerentes à produção do espaço no contexto do capital, promovendo uma compreensão crítica dos arranjos espaciais, pressuposto para interferir em sua produção.

Entendo que o trabalho com a geografia escolar crítica demanda por processos didático-pedagógicos igualmente fundados no materialismo histórico dialético, é nesse sentido que a didática proposta por Gasparin (2012) pode auxiliar na construção de práticas pedagógicas que dialogam de modo orgânico com a teoria da práxis, fundada na união dialética entre teoria e prática. Confluir a geografia escolar crítica com a pedagogia histórico crítica auxilia que as educadoras e educadores tenham organicidade em seu trabalho de fortalecer as autonomias, as emancipações e transformações sociais.

À guisa de conclusão

Abordei o contexto histórico e geográfico no qual foi tecida a geografia escolar que, como em outros países, vai demandar por formação docente organizada no diálogo com concepções historicamente elaboradas do que se entendia no século XIX como geografia, juntamente com o conjunto de práticas pedagógicas de profissionais formados em outras áreas e que constituíram, a partir das suas aulas, uma certa identidade a essa disciplina escolar. Essa materialidade, juntamente com as políticas educacionais, historicamente foram voltadas à oferta da educação escolar pública precarizada para o povo brasileiro, formataram uma geografia escolar centrada na memorização descontextualizada de informações e que, ainda hoje, apesar das críticas e proposições, segue resistindo, sobretudo em função da precariedade da formação docente ofertada por empresas educacionais. Na época da ditadura, esse processo foi realizado com a abertura de cursos de formação docente de curta duração (licenciaturas

curtas) e, atualmente, com a ampliação, financiamento e fortalecimento das licenciaturas de empresas educacionais que ofertam cursos no formato de educação à distância (EaD). Assim, ainda temos muitos desafios antigos vinculados ao impedimento dos avanços da geografia escolar crítica que, nos últimos 30 anos, foram fortalecidos pelas políticas educacionais neoliberais.

Mostramos também que a geografia escolar brasileira ocupou nos anos 1970 em diante, o centro dos debates do movimento de renovação da geografia marxista que produziu inúmeras reflexões, pesquisas, eventos, grupos de trabalho, proposições em torno dela, muitos dos quais interditados pelas políticas neoliberais em vigor no país desde os anos 1990 e, sobretudo, pelas imposições curriculares (PCN e BNCC) que permitiram maior controle/precarização do trabalho docente. Somado a isso, apesar dos avanços importantes das investigações realizadas por pesquisadores marxistas, muitos dos quais militavam em defesa de uma geografia escolar crítica, a abordagem crítica dos conteúdos possibilitada pelas pesquisas fundadas no materialismo histórico dialético foi insuficiente pois não pautavam a constituição de práticas pedagógicas referenciadas nesse método, importante quando se trata dos processos de ensino e aprendizagem, pois como nos lembra Arroyo (2014), quando outros sujeitos, tidos como inexistentes, acessam a escola (a classe destituída dos meios de produção, os trabalhadores ou oprimidos) pedagogias outras são necessárias, para além daquelas gestadas no padrão de poder/saber.

Uma das pedagogias tecidas no mesmo período da emergência da geografia crítica foi a pedagogia histórico crítica, cujos desdobramentos, elaborados por pesquisadores das mais variadas áreas da educação, podem contribuir no fortalecimento e avanço de uma geografia escolar crítica marxista. Por isso, entendemos que seja importante a confluência entre a geografia escolar crítica e a pedagogia histórico crítica. Neste sentido, apresentei como possibilidade a proposição didática de Gasparin (2012), tecida a partir dos estudos da psicologia histórico cultural, dos fundamentos filosóficos e epistemológicos da pedagogia histórico crítica, elaborados por Demerval Saviani e, não menos importante, do materialismo histórico dialético. Dada as restrições vinculadas às normas editoriais da presente publicação, fica a promessa de, numa próxima reflexão, exemplificar como essa didática poderia ser utilizada no

trabalho com os conteúdos da geografia escolar. Para finalizar, é importante destacar que em tempos sombrios de fascistização da sociedade, entendo que a geografia escolar crítica marxista ainda tem muito a contribuir na compreensão da produção do espaço e sua apropriação pois, como diria Moreira (1987) é por meio de sua organização espacial que uma sociedade se organiza, por isso, o espaço é meio e instrumento de sua gestão. Há que entender tais processos para, a partir da luta pela reorganização das equações espaciais, ampliar os espaços de luta voltados ao fortalecimento e avanços dos espaços do bem viver, em um mundo, onde caibam muitos mundos, como defende e nos lembra o Movimento Zapatista de Libertação Nacional.

Referências

ALBUQUERQUE, M. A. M. de. Século de prática de ensino de geografia: permanências e mudanças. In: REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011. p. 13 - 30.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, Outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). ***Parâmetros Curriculares Nacionais*: introdução** aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). ***Parâmetros Curriculares Nacionais - terceiro e quarto ciclos***: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec). ***Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio***. Brasília, DF: MEC/Semtec, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). ***Base Nacional Comum Curricular*: educação é a base**. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

CACETE, N. H. Vinte anos do "Fala Professor": revisando os Encontros Nacionais de Ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, SÃO PAULO, n. 86, p. 7-21, 2007.

CALDART, R. S. A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: MUNARIN, A. et al (Orgs.). **Educação do campo:** reflexões e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2011. p. 145-187.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G. Educação Politécnica. In: CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 274-281.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico crítica**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

KATUTA, Â. M. **O estrangeiro no mundo da geografia**. 2004. 261p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

KATUTA, Â. M. O conceito de meio no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento: aportes para a Geografia escolar. In: OLIVEIRA, A. F. de et al. (Orgs.). **Geografias da esperança: Revisitar o Brasil, dialogar com o mundo**. Anapolis, GO : Editora UEG, 2024. p. 305-3025.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LEFEBVRE, H. ***Lógica Formal Lógica Dialética***. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIBÂNEO, J. C. de. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. São Paulo: Heccus, 2021. 304p.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso** (para a crítica da Geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MORTATTI, M. do R. L. Essa base Nacional Comum Curricular: mais uma tragédia brasileira? **Revista Brasileira de Alfabetização**, Vitória, ES, v. 1, n. 2, p. 191-205, jul./dez. 2015. Disponível em: https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/69/52. Acesso em: 01 dez. 2025.

OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia e ensino: Os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. In: Carlos, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs.). **Reformas no mundo da educação: Parâmetros Curriculares e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 43-67.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. Y.; CACETE, N. H. Para ensinar e aprender geografia. São Paulo: Cortez, 2007.

RESENDE, M. S. **A geografia do aluno trabalhador**. São Paulo: Loyola, 1989.

ROCHA, G. O. R. da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento-revista de educação** , *[S. l.]*, n. 4, 2016. DOI: 10.22409/mov.v0i4.296. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575. Acesso em: 10 dez. 2025.

SCHANE, R.; ROSA, S. R. B. de O.; FILIPAK, S. T. A Base Nacional Comum Curricular dialoga (ou não) com o princípio da gestão democrática do ensino? **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 27, n. 59, p. 219-240, jan./abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v27i59.1568. Acesso em: 10 dez. 2025.

SOUZA, J. G. O pensamento espacial e a geografia pragmática: réquiem para o passado. **Revista da Anpege**, s.l., v. 18, n. 69, p. 592-632, 2022. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/16336. Acesso em: 02 dez. 2025.

VESENTINI, José William (Org.). **Geografia e Ensino: textos críticos**. Campinas: Papirus, 1989.

VLACH, V. R. F. **A propósito do Ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

VYGOTSKY, L. S. ***A formação Social da mente*: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. ***Pensamento e Linguagem***. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

Como citar este artigo:

KATUTA, Ângela Massumi. Geografia escolar crítica marxista: antigos desafios em novos contextos de imposições curriculares. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 116, p. 155-191, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/sve8cw23

Recebido em 15 de dezembro de 2025

Aceito em 11 de março de 2026

Sobre a autora:

Educadora associada do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Paraná-Setor Litoral. Tem experiência e publicações na área de Educação (formação de professores), educação do campo, ensino de Geografia, cartografia para escolares, Educação Popular. Atua no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Defende um mundo onde caibam muitos mundos, o cuidado e a dignidade das vidas.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Materialismo Histórico-Dialético: materialidade natural, objetividade ativa e forma social

Marta Inez Medeiros Marques

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil
mimmar@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Boletim Paulista de Geografia
AGB SÃO PAULO DESDE 1934
Dossiê Geografia e Marxismo

Materialismo Histórico-Dialético: materialidade natural, objetividade ativa e forma social

Resumo

Este artigo tem por objetivo reunir argumentos que possam contribuir para o enfrentamento da polêmica sobre a pertinência ou não da análise da materialidade natural e da relação sociedade e natureza pelo materialismo histórico-dialético. Com base em extensa revisão bibliográfica de obras marxianas, bem como de debates correlatos que as antecederam e também as sucederam, busca-se abordar de forma introdutória algumas noções, por vezes mal compreendidas, que são centrais para esse método, tais como: ontologia materialista; objetividade ativa; abstração concreta; forma social; e processo de totalização. Por fim, espera-se terem sido evidenciadas a potência do materialismo histórico-dialético e a pertinência de seu emprego para a análise desses temas.

Palavras-chave: materialismo histórico-dialético; materialidade natural; objetividade ativa; forma social; totalidade.

Historical-Dialectical Materialism: natural materiality, active objectivity, and social form

Abstract

This article aims to gather arguments that can contribute to addressing the controversy surrounding the relevance of analyzing natural materiality and the relationship between society and nature through historical-dialectical materialism. Based on an extensive bibliographic review of Marx's works, as well as related debates that preceded and followed them, this article seeks to introduce some notions, sometimes misunderstood, that are central to this method, such as: materialist ontology; active objectivity; concrete abstraction; social form; and the process of totalization. Finally, it is expected that the power of historical-dialectical materialism and the relevance of its use in analyzing these subjects have been demonstrated.

Keywords: historical-dialectical materialism; natural materiality; active objectivity; social form; totality.

Materialismo histórico-dialéctico: materialidad natural, objetividad activa y forma social

Resumen

Este artículo busca recopilar argumentos que contribuyan a abordar la controversia en torno a la relevancia de analizar la materialidad natural y la relación entre sociedad y naturaleza a través del materialismo histórico-dialéctico. Basándose en una extensa revisión bibliográfica de la obra de Marx, así como de los debates relacionados que la precedieron y la siguieron, este artículo busca introducir algunas nociones, a veces malinterpretadas, centrales para este método, como la ontología materialista; la objetividad activa; la abstracción concreta; la forma social; y el proceso de totalización. Finalmente, se espera que se haya demostrado el poder del materialismo histórico-dialéctico y la idoneidad de su aplicación en el análisis de estos temas.

Palabras-clave: materialismo histórico-dialéctico; materialidad natural; objetividad activa; forma social; totalidad.

Introdução[1]

O materialismo histórico-dialético (MHD) possui uma vasta trajetória, tendo se desdobrado em uma diversidade de teorias. Apesar de sua denominação explicitar o seu caráter materialista, não há consenso sobre se e nem como a materialidade natural e a relação sociedade e natureza devem ser tratadas por ele. Com o objetivo de reunir argumentos que possam contribuir para o enfrentamento desta polêmica e baseando-se em extensa revisão bibliográfica, este artigo irá abordar de forma introdutória algumas noções, por vezes mal compreendidas, que são centrais para o MHD, tais como: ontologia materialista; objetividade ativa; abstração concreta; forma social e processo de totalização.

Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram uma abordagem materialista da história nos manuscritos críticos sobre "A Ideologia alemã" de 1845/1846. Neste período, a filosofia idealista de Hegel, apesar de seu grande prestígio, sofria fortes críticas e a luta de classes avançava com a organização do movimento operário em países da Europa como França, Alemanha e Inglaterra. Essa nova abordagem proposta por Marx e Engels se caracterizou por sua oposição à religião e à autoridade desta sobre as estruturas de poder, com sua consequente influência nos campos da filosofia, da ciência e da política.

O materialismo histórico de Marx e Engels reuniu elementos diversos, dentre os quais se destacam a incorporação crítica da dialética hegeliana, da economia política inglesa e do pensamento socialista francês. Além destes, ressalta-se a influência do pensamento não-determinista de filósofos que refletiram sobre a ontologia na perspectiva da materialidade e da imanência, tais como Epicuro e Spinoza. Outra influência a ser destacada vem da teoria da evolução das espécies de Darwin de 1859 e de sua contribuição para o conhecimento da história da natureza.

Apesar de a expressão materialismo histórico ter se popularizado, os proponentes desta abordagem não a empregaram, em lugar disso, Engels falou em concepção materialista da história. Neste artigo será usada a expressão materialismo histórico-dialético com o intuito de

[1] Este artigo se baseia em um trecho de minha tese de livre docência, defendida no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo em junho de 2025, intitulada: "Por uma geografia ecossocialista, escavando a história e preparando o terreno em tempos de crise ambiental e do capital".

realçar a distinção e a íntima relação entre as suas dimensões histórica e lógico dialética, bem como a maneira própria como elas são articulados nesta abordagem. Essa denominação parte de uma compreensão divergente daquela expressa por Althusser e outros (Badiou; Althusser, 1989), que distingue o materialismo histórico do materialismo dialético, sendo o primeiro compreendido como a ciência da história, cujo desenvolvimento se baseia no segundo, que corresponderia à filosofia marxista. Entende-se o MHD como uma filosofia da práxis, concebida com o objetivo de superar os limites da teoria, e como uma abordagem na qual a dimensão histórica é fundante e constitutiva da concepção dialética.[2]

O MHD surgiu como teoria revolucionária, com a afirmação da unidade entre teoria e prática, e assumiu uma influência direta em importantes embates políticos até os anos 1920, incluindo a revolução russa. Daí em diante, ao longo do século XX, grande parte da atividade de seus teóricos deslocou-se da Europa Central e Oriental para a Europa Ocidental e das sedes dos partidos políticos para as universidades. Ocorreu uma mudança progressiva de ênfase, da política para a filosofia, com o aprofundamento da reflexão sobre o próprio método e a sua genealogia.

Essa guinada resultou sobretudo da convergência de um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam: a ascensão do fascismo e repressão das lutas sociais; a segunda guerra mundial; a guerra fria e a contenção do alastramento da revolução socialista; bem como a stalinização e subordinação dos partidos comunistas ao marxismo-leninismo[3] e ao controle soviético. A mudança de foco entre aqueles que deram seguimento ao pensamento de Marx e Engels também foi favorecida pela publicação póstuma de alguns trabalhos destes autores, dentre os quais se destacam os que se encontram no quadro 1.[4]

[2] Essa compreensão é convergente com a posição adotada por autores como Ollman (1976), embora este último empregue o termo marxismo em lugar de materialismo histórico-dialético.

[3] O termo marxismo-leninismo foi popularizado por Josef Stálin e se refere à união das teorias de Karl Marx e Vladimir Lênin.

[4] O projeto Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), em andamento na atualidade, tem disponibilizado o acesso a outros manuscritos desses autores e assim possibilitado um mais amplo conhecimento do legado deixado por eles e o tratamento de novas problemáticas a partir dessa abordagem (htt,ps://marxforschung.de/mega%C2%B2/).

Quadro 01: Obras de Marx e Engels com publicação póstuma

Obra	Período de elaboração	Data de publicação
MARX, *Manuscritos econômico-filosóficos*	1844	1932*
MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*	1845-1846	1926
MARX, Introdução, *Grundrisse*	1857	1939*
ENGELS, *A dialética da natureza*	1883	1927 / 1935*

* Publicado pelo Instituto Marx-Engels-Lenin do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, Moscou.
Fonte: Cronologia Resumida de Marx e Engels, O capital (2017ª, p. 881-894). Org. pela autora.

Formou-se, assim, como produto de um conjunto de derrotas políticas, o que ficou conhecido como "marxismo ocidental" (Anderson, 1976), mas que poderia ser melhor definido como um "marxismo euro-ocidental". Nesse contexto, verificou-se uma hostilidade às ciências naturais como não se havia registrado até então na literatura marxista e uma certa rejeição à herança filosófica de Engels, que passou a ser identificada como de viés positivista.

Engels se dedicou de forma mais sistemática à reflexão sobre a relação entre o materialismo histórico-dialético e as ciências da natureza, conforme evidenciado em obras como "Anti-Dühring", de 1878, e "A dialética da natureza", de 1883. Mas, é importante reconhecer também em Marx um marcado interesse em acompanhar o avanço observado pelas ciências da natureza em seu tempo, conforme estudos recentes de seus manuscritos têm revelado.

Na segunda metade do século XX, Louis Althusser desponta como figura chave do "marxismo euro-ocidental", juntamente com Jean-Paul Sartre, reunindo-se a autores que os antecederam como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, György Lukács, Herbert Marcuse, Ernst Bloch e outros. Althusser desenvolveu uma análise sistemática sobre os aparelhos ideológicos de Estado e criticou o reducionismo econômico dominante em muitos autores marxistas, bem como os limites do existencialismo humanista, por não considerarem devidamente a importância das múltiplas estruturas (econômica, política e cultural) na determinação dos processos históricos. Embora tenha criticado o dogmatismo e renovado o pensamento marxista ao buscar construir uma compreensão dialética mais ampla da história, a sua obra ficou conhecida por seu caráter estruturalista.

Contemporaneamente ao trabalho de Althusser e também com o intuito de superar o marxismo-leninismo e o fechamento do materialismo histórico-dialético, é proposta uma "nova leitura de Marx" (NLM) na Alemanha, a partir da teoria crítica da Escola de Frankfurt e de uma reconstrução da crítica de Marx à economia política baseada numa teoria das formas sociais. Enquanto a abordagem tradicional do valor-trabalho tende a estabelecer uma relação direta entre horas de trabalho e valor, a NLM destaca que o valor não decorre da quantidade de tempo de trabalho investido na produção por cada trabalhador individual, mas, sim, da quantidade de tempo médio socialmente necessário para a sua produção. E ressalta que é por meio da troca que o trabalho individual privado é socialmente validado e assume a forma social do valor. "O valor se relaciona ao trabalho social abstrato e não ao seu dispêndio concreto, privado e individual" (Bonefeld, 2010; Kicillof e Starosta, 2007: 262 apud Pitts, 2019, p. 64; tradução nossa).

> As abordagens da forma-valor à teoria marxiana do valor têm suas raízes nas obras econômicas maduras de Marx, mas diferem em aspectos importantes das abordagens ortodoxas e tradicionalistas de sua produção, corrigindo a ênfase desproporcional colocada nas propriedades produtoras de valor do trabalho em favor de uma perspectiva que coloca em primeiro plano o processo abstrato de *validação social* que torna o trabalho produtivo de valor e, por sua vez, as relações sociais antagônicas concretas que o sustentam. A Nova Leitura de Marx concentra-se principalmente no primeiro, enquanto o marxismo aberto concentra-se principalmente no segundo (Pitts, 2019, p. 64; grifos do autor; tradução nossa).

O "marxismo aberto" (MA) e a "nova crítica do valor" (NCV) são abordagens próximas à NLM, que se consolidam a partir dos anos 1980. Elas também se apoiam na compreensão do valor e do trabalho abstrato como formas sociais e rejeitam o que denominam de marxismo tradicional. O legado de Evgeni Pachukanis, Rosa de Luxemburgo, Isaak Rubin, Karl Korsh e outros constitui referência importante para essas três correntes. São autores representativos da NLM, NCV e MA, respectivamente: Hans-Georg Backhaus, Helmut Reichelt, Michael Heinrich e Riccardo Bellofiore; Robert Kurz, Moishe Postone e Roswitha Scholz;[5] Werner Bonefeld, John Holloway e Johannes Agnoli.

Apesar da afinidade entre NLM e a NCV, uma vez que ambas se apoiam na crítica do valor como uma forma abstrata de dominação, elas diferem em vários aspectos. A NLM

[5] Esta última propõe uma teoria do valor-dissociação a partir da incorporação da análise do moderno patriarcado produtor de mercadorias à teoria crítica.

teve origem principalmente no meio acadêmico e busca realizar uma reconstrução rigorosa dos textos de Marx, enquanto a NCV emergiu de um meio não acadêmico. Além disso, a NCV, diferentemente da NLM, dá centralidade à análise da crise contemporânea do capital e a define como uma crise estrutural gerada por uma contradição imanente desta forma social, que resulta no avanço da tecnologia e da automação e na consequente expulsão do trabalho humano da produção.

Assim, mesmo em face de suas inúmeras polêmicas internas e do enfraquecimento de seu engajamento direto com a luta política, observado ao longo do tempo, pode-se dizer que o pensamento crítico desenvolvido a partir da teoria da prática marxiana superou o âmbito da filosofia e "se fez mundo". Ele alcançou a África, a Ásia e a América Latina, debruçou-se sobre diferentes problemáticas e renovou-se a partir de importantes contribuições como as de Frantz Fanon e José Carlos Mariátegui, dentre outros. Hoje o MHD tem sido mobilizado, entre outros objetivos, para fundamentar o desenvolvimento de uma teoria crítica sobre as crises ambiental e do capital, em suas mútuas determinações.

A seguir, visando uma apresentação introdutória de aspectos centrais do MHD que evidenciam a sua potência para abordar a materialidade natural e fundamentar uma crítica à relação entre sociedade e natureza sob o capitalismo, serão relacionados elementos da genealogia do MHD, bem como reflexões sobre algumas de suas noções centrais, conforme os seguintes itens: Ontologia materialista e causalidade imanente; Objetividade ativa, lógica dialética e unidade sociedade e natureza; O capital como forma social, o processo de subsunção e o pensamento concreto; e Lógica formal e lógica concreta: Estado, território, reprodução social e processo de totalização.

Ontologia materialista e causalidade imanente

A concepção materialista tem raízes na filosofia grega, destacando-se o pensamento de Epicuro, e ganha expressão com o renascimento cultural europeu e o desenvolvimento da ciência moderna a partir do século XVI. O avanço das ciências da natureza, verificado sob o iluminismo, na busca por apreender os princípios e leis dos fenômenos físicos, químicos e

biológicos, contribuiu para a elaboração de um materialismo mecanicista e determinista, de forte inspiração newtoniana.

O materialismo proposto por Marx e Engels diverge da perspectiva mecanicista determinista e sua visão de natureza como uma ordem fixa. Eles adotaram uma concepção materialista fundamentada numa perspectiva evolucionária, que reconhece a historicidade dos processos naturais e sociais. Mais do que isso, eles se basearam numa apropriação crítica da dialética hegeliana e das noções de contradição e movimento como constitutivas da realidade concreta. Também buscaram compreender a relação da sociedade com a natureza como parte constitutiva das formações sociais e econômicas que se sucederam na história.

Merece destaque o débito do MHD em relação a Epicuro, autor que também influenciou outras abordagens materialistas, como as desenvolvidas por Bacon, Hobbes, Locke, Hume, La Mettrie, Diderot e Holbach (Foster, 2005, p. 15-16). O filósofo grego era visto por Hegel como o inventor da ciência natural empírica e a expressão de um pensamento iluminista na antiguidade. A tese de doutorado de Marx, defendida em 1841, analisa "A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro" e identifica neste último uma dialética da imanência.[6]

Epicuro (341-270 a.C.) rejeitou a redução de todas as explicações da natureza a causas finais ou divinas, como era comum na antiguidade. Adotou uma abordagem contemplativa e focou naquilo que apresentava existência material, buscando suas causas imanentes. Ele refletiu sobre o movimento dos átomos e concebeu o desvio aleatório ou declinação (*clinamen*) de alguns, de sua trajetória paralela inercial, como fato capaz de provocar o encontro com outros átomos, a progressiva agregação destes e a formação do mundo. Assim, pensou a origem do mundo livre de qualquer sentido ou finalidade, como resultado do acaso e da contingência, o que trouxe importantes repercussões para o debate sobre a moral e a política (Foster, 2005).

Para o filósofo grego, toda a existência material seria interdependente e se formaria a partir dos átomos. Ele concebe o princípio de conservação, que tem como base as seguintes proposições: "Nada é jamais criado a partir do nada" e "a natureza jamais reduz qualquer coisa

[6] Imanência é um conceito filosófico que designa o caráter daquilo que tem em si o próprio princípio e fim. É, portanto, antitético ao conceito de transcendência (caráter daquilo que tem uma causa que lhe é exterior e superior).

a nada" (Foster, 2005: 58). No primeiro capítulo de "O Capital", livro I, Marx recupera esse princípio quando analisa a produção de valores de uso, além de designar um papel central para a natureza na produção da riqueza material.

Os valores de uso casaco, linho etc., em suma, os corpos das mercadorias, são nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho. Subtraindo-se a soma total de todos os diferentes trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., o que resta é um substrato material que existe na natureza. Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. O trabalho é o pai da riqueza material, como diz William Petty, e a terra é a mãe (Marx, 2017ª, p. 120-121, grifo nosso).

Marx cita Lucrécio, discípulo de Epicuro (2017ª, p. 292, nota 27), novamente em referência ao princípio de conservação, quando reconhece o conteúdo natural do trabalho mobilizado no processo de produção: "'Criação de valor' é transformação de força de trabalho em trabalho. Por sua vez, a força de trabalho é, antes de mais nada, matéria natural transferida ao organismo humano."

Epicuro afirma o caráter mortal e transitório da natureza e de toda a existência. De outra parte, considera que a vida nasceu da terra**,** emergindo como resultado da organização da matéria, o que representa uma perspectiva evolucionária. Essa abordagem ganha força em Marx e Engels com a teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882), que se constitui como fundamento e chave para o entendimento da relação entre a concepção materialista da natureza e a concepção materialista da história, constitutivas da abordagem materialista marxiana (Foster, 2005, p. 63 e 316).

Lukács (2010), divergindo da compreensão de Stálin, defende que Marx criou uma nova forma tanto de cientificidade geral como de ontologia, na qual as categorias são formas de ser e determinações da existência.

> A determinação ontológica marxiana da história como característica fundamental de todo ser é uma teoria universal, válida tanto na sociedade como na natureza. Mas isso não significa, de modo nenhum, a visão amplamente difundida nas últimas décadas, especialmente entre os

> comunistas, de que a concepção total de Marx seja uma teoria filosófica abstratamente geral (em sentido antigo), cujos princípios gerais, válidos para todo o ser, agora também fossem "aplicados" à história e sociedade (no sentido mais estreito e burguês). Com essa "aplicação" surge pretensamente a teoria do "materialismo histórico". Assim, Stalin tomou posição em sua descrição desses complexos de problemas no conhecido IV capítulo da *História do partido*. Ele afirma: "O materialismo histórico é a *ampliação* dos princípios do materialismo dialético para a pesquisa da vida social, a *aplicação dos princípios do materialismo dialético* às manifestações de vida da sociedade, à pesquisa da sociedade, à pesquisa da história da sociedade" (Lukács, 2010, p. 330, grifos do autor).
>
> Quanto ao próprio Marx, até onde sei, ele não empregou a expressão "materialismo dialético"; naturalmente, fala com frequência em métodos dialéticos, e a expressão "materialismo histórico", que aparece com especial frequência em Engels, sempre se relaciona com a totalidade da teoria, e nunca significa uma "aplicação" específica ao "domínio" da história como esfera particular. Para Marx, que via na história o princípio universal de movimento de todo ser, a expressão "aplicação" já seria uma contradição com seus próprios princípios fundamentais. Portanto, quando fala de processo histórico, via de regra se refere a todo o processo irreversível do universo, do qual em determinadas circunstâncias (em última análise também casuais) se desenvolve o período histórico do ser humano, trabalho, sociedade etc. como nova maneira do ser (Lukács, 2010, p. 330-331).

Assim, pode se compreender que a esfera do ser social se constitui a partir do salto ontológico representado pelo trabalho e pela linguagem, que compõem a base a partir da qual se forma a sociabilidade, e está estruturalmente ligada às outras esferas de ser, orgânica e inorgânica.

Essa maneira de pensar a relação entre as diferentes esferas de ser evidencia a importância da "filosofia das relações internas" para a abordagem dialética elaborada por Marx, conforme ressaltado por Ollman (2003). Essa filosofia remonta ao filósofo grego Parmênides, passando por Epicuro e Aristóteles, assumindo proeminência no período moderno a partir do trabalho de Spinoza.

> As influências filosóficas imediatas de Marx a esse respeito foram Leibniz, Spinoza e, particularmente, Hegel. O que todos tinham em comum é a crença de que as relações que se unem para compor o todo se expressam no que são consideradas como suas partes. Cada parte é vista como incorporando no que é todas as suas relações com outras partes, incluindo tudo o que vem a ser o todo. Certamente, cada um desses pensadores tinha uma visão distinta do que são as partes. Para Leibniz, eram mônadas; para Spinoza, modos da natureza ou Deus; e para Hegel, ideias. Mas a forma lógica em que eles construíram a relação entre as partes e o todo era a mesma (Ollman, 2003, p. 70, tradução nossa).

Em Marx, a relação entre o todo e as partes acima anunciada tem como pressuposto uma ontologia que compreende o que existe como historicamente constituído. Quando se procede a identificação das partes, efetua-se a distinção e delimitação de coisas (entidades ou fatores), mas, como elas não existem de maneira isolada, só podem ser compreendidas se for

considerado o conjunto de relações nas quais estão inseridas e que lhes são internamente constitutivas.

A filosofia das relações internas supõe determinações mútuas, o que conflita com a concepção de ação tornada dominante pela ciência moderna, que supõe que o sujeito ou agente não é afetado pelo processo que desencadeia e que o objeto (pessoas, coisas ou corpo do agente) recebe a ação e a ela se submete passivamente. Essa forma de representação permite visualizar ou imaginar ações e eventos sendo feitos e desfeitos, ou seja, como reversíveis, o que é uma abstração fundamental para a noção de previsão e controle de ações e eventos futuros, tão cara à ciência moderna (Pred e Pred, 1985, p. 466).

> Consequentemente, a interação complexa pela qual a causa é ela mesma moldada e tornada adequada à sua tarefa pelo efeito, agora funcionando por sua vez como causa, é facilmente perdida ou distorcida, mesmo quando – como no caso de Marx – causas e efeitos são vistos como relacionados internamente. Se Marx ainda usa a formulação "causa" e "efeito" (ou "condicionar", "determinar" e "produzir" no sentido de "causa"), isso geralmente é uma abreviação e uma primeira aproximação para trazer à tona para fins de exposição alguma característica especial em uma conclusão cujas conexões essenciais foram descobertas, estudando-as como pré-condições e resultados (Ollman, 2003, p. 121, tradução nossa).

É a partir dessa concepção de causalidade que se pode compreender o método regressivo-progressivo proposto por Marx. "A operação analítico-regressiva descobre os germes do devir e a progressiva-sintética reproduz o que se passou e apreende como se deu a gênese do presente e, desta forma, o explica" (Lefebvre, 1980, p. 101). Assim, são rastreadas as relações internas entre presente e passado, numa perspectiva genética, e delineado o que se esboça para o futuro enquanto tendência ou campo de possibilidades.

O modo como as coisas estão integradas torna-se atributo essencial do que elas são. Marx utiliza a filosofia das relações internas para fundamentar a sua ontologia materialista, decompondo o todo em unidades relacionais cuja interdependência estruturada se reflete nos significados de seus conceitos. O materialismo dialético como investigação corresponde à pesquisa dos múltiplos modos pelos quais as unidades estão internamente relacionadas e, como exposição, é o modo de expor essas relações (Ollman, 2003).

Objetividade ativa, lógica dialética e unidade sociedade e natureza

Para a abordagem materialista tradicional, de caráter empirista e mecanicista, a propriedade da objetividade está relacionada diretamente à matéria. Ela parte do pressuposto

de que a materialidade do mundo, ou a natureza, existe independentemente dos seres humanos e suas ações, restando tão somente contemplá-la para apreender a sua existência e o seu funcionamento. Diferentemente, o MHD reconhece o aspecto subjetivo e ativo da objetividade ao tratá-la como resultante da relação sujeito e objeto.

Para explicar o significado desse aspecto subjetivo, é preciso recuperar um pouco do debate filosófico que se desenrolou a partir de Immanuel Kant (1724-1804). Este pensador pôs em questão a capacidade humana de conhecer as coisas em si, fragilizando a abordagem realista, que havia dominado a filosofia até então. Para ele, a razão não poderia conhecer a realidade tal como esta é em si mesma, mas apenas a realidade fenomênica, ou seja, aquilo que se apresenta para a consciência a partir da estrutura *a priori* da razão. E essa última seria subjetiva, possuindo estruturas universais e necessárias, o que permitiria a elaboração de um conhecimento racional e verdadeiro.

> [Para Kant,] O objeto do conhecimento é aquele conteúdo empírico que recebeu as formas e as categorias do sujeito do conhecimento. A razão não está nas coisas, mas em nós. A razão é sempre razão subjetiva e não pode pretender conhecer a realidade tal como ela seria em si mesma, nem pode pretender que exista uma razão objetiva governando as próprias coisas (Chauí, 2008, p. 78).

Kant realizou uma "revolução copernicana às avessas" na filosofia do século XVIII ao pôr o sujeito no centro da teoria do conhecimento, transformando-a em metafísica. Ele priorizou o sujeito do conhecimento, enquanto tradições filosóficas realistas privilegiaram o objeto do conhecimento. A sua abordagem tem como critério de verdade a coerência interna ou lógica das ideias e o encadeamento destas em argumentos e raciocínios, caracterizando o que se pode denominar de idealismo subjetivo. A separação kantiana entre o que a razão é capaz de apreender e a realidade exterior, em si mesma, influenciou concepções que afirmam a separação entre o sujeito e o mundo, os seres humanos e a natureza.

No início do século XIX, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830) criticou o idealismo kantiano e afirmou a possibilidade de o conhecimento alcançar a lógica do mundo exterior uma vez que este possuía unidade com a subjetividade e não havia mundo independente do sujeito. Em Hegel, lógica e ontologia se encontram num idealismo objetivo, no qual o conceito está relacionado a uma filosofia do saber e apresenta um significado ontológico no sentido metafísico (Lefebvre, 1976, p.98-99). Para ele, a razão seria criadora de

realidade, isto é, o real seria obra da razão e esta seria histórica, tendo os seus conteúdos transformados por sua própria obra.

> A razão, diz Hegel, não é nem exclusivamente razão objetiva (a verdade está nos objetos) nem exclusivamente subjetiva (a verdade está no sujeito), mas ela é a unidade necessária do objetivo e do subjetivo. Ela é o conhecimento da harmonia entre as coisas e as ideias, entre o mundo exterior e a consciência, entre o objeto e o sujeito, entre a verdade objetiva e a verdade subjetiva (Chauí, 2008, p. 80).

Em "Ciência da lógica" (Hegel, 2010), a lógica se eleva de um universal meramente abstrato, um momento isolado e imperfeito do conceito, vazio de verdade, a um universal que contém as riquezas do particular e do singular, abarcando o desenvolvimento imanente do conceito e, ao mesmo tempo, a alma imanente do conteúdo. A lógica se torna dialética: com a primeira negação imediata, o universal tem em si a determinidade sobretudo como particularidade; como negação da negação, é determinidade absoluta, isto é, singularidade e concretude. O particular e o singular, como distintos do universal, coincidem, no entanto, com o universal e entre si.

Ele considera que a Ideia universal se efetiva como negação em coisas, determinadas e finitas, que não são autônomas, mas só são em sua relação com a unidade da Ideia. A Ideia se aliena na natureza e na história, para depois se reconhecer no saber e superar a alienação. É pela atividade espiritual, subjetiva, que se consuma a suprassunção da exterioridade e sua recondução à interioridade (França, 2010).

> Assim, o passar da Natureza ao Espírito não é um passar de um ao totalmente outro, mas um vir-a-si mesmo do Espírito, que não é uma passagem natural, mas uma passagem espiritual, porquanto é movimento do conceito que suprassume a finitude natural, num movimento que se caracteriza pela liberdade, que é a essência do Espírito, pois na negação da negação conserva-se afirmativamente em sua identidade para consigo mesmo. O Espírito, assim, só se refere a si mesmo, tem a si mesmo por objeto (França, 2010, p. 83).

A história e as ações humanas em geral são concebidas como momentos necessários da Ideia ou do Absoluto (o início e o fim de tudo), são a exteriorização e objetivação necessária do sujeito. O Absoluto se realiza por meio de movimento, vida, desenvolvimento e contradição. É por meio da lógica dialética que Hegel concebe a unidade entre o sujeito e o objeto, preservando a diferença essencial entre os dois.

A categoria trabalho aparece como figura de síntese entre sujeito e objeto. A história é constituída como autoprodução do que se desenvolve no decurso do tempo (a razão, o ser social do homem, o domínio prático da natureza, o Estado) e se define por um sentido.

> A concepção antropológico-política do "homem" [ser humano] segundo Hegel não parte do trabalho (cuja importância resulta da essência humana, mas não a determina) mas do Logos, onipresente, inerente a cada ação, a cada detalhe, como ao conjunto (totalidade) (Lefebvre, 1976, p. 149-150, tradução nossa).

Hegel considera a reforma protestante, o iluminismo e a revolução francesa como acontecimentos que moldaram a modernidade, todos eles impulsionados pelo avanço da "subjetividade" ou consciência individual. Ele se pergunta sobre o que é o seu tempo e elabora uma "ontologia do presente" da sociedade moderna, constituída segundo o direito e a moral, evidenciando o desenvolvimento da razão em direção à forma acabada do Estado; que, por sua vez, se apresenta como o fim da filosofia e da história, como a expressão da verdade. O Estado é a realização prática do conceito, "[n]ele, o *objeto* coincide consigo mesmo, com suas causas e razões, assim como com o *sujeito*" (Lefebvre, 1976, p. 99; grifos do autor).

A história da filosofia seria marcada pelo avanço da razão a partir de verdades parciais, alcançadas por meio das diferentes concepções, em direção a uma verdade superior totalizadora, capaz de englobar as demais e expressar o vir-a-si do Espírito. Hegel denomina de Espírito Absoluto a unidade necessária entre a razão objetiva e a razão subjetiva.

> Hegel deu à alienação uma visão metafísica. A ideia é alienada no mundo, na natureza em primeiro lugar. O tempo histórico é o da desalienação. Por que caminho? Pelo conhecimento. Primeiro, a filosofia e depois o Estado estão situados nas etapas essenciais (momentos) da desalienação. Assim, para Hegel não há alienação filosófica nem alienação política. Na base de sua teoria está a fetichização do conhecimento. Para ele, o conhecimento se identifica com o absoluto. Não é o conhecimento ou a presciência de um absoluto que teria características distintas do conhecimento. Não deixa fora dele, na experiência, nenhum resíduo. Sob a dupla denominação da Ideia e do Conceito, Hegel hipostasia (leva ao absoluto) o ato de conhecer; a filosofia o realiza, o Estado o encarna. Hegel, portanto, denunciou filosoficamente a alienação, mas não a alienação filosófica; mais, ele a sistematizou (Lefebvre, 1976, p. 187-188, tradução nossa).

Karl Marx (1818-1883) compreendeu a riqueza do pensamento dialético de Hegel, mas criticou a sua abordagem idealista, propondo a inversão da mesma para que se pudesse alcançar o seu cerne racional. "A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas

formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico" (Marx, 2017a, p. 91).

Marx acolhe da dialética idealista o desenvolvimento do aspecto ativo ou subjetivo da objetividade como resultante da relação sujeito e objeto, mas rejeita a sua suposição de que o objeto seja uma construção unilateral do sujeito. Ele critica a concepção hegeliana de objetividade por reconhecer apenas um nível da *práxis* social, o nível da atividade espiritual ou teórica, ignorando a atividade real e material na constituição recíproca entre sujeito e objeto.

A noção de objetividade do materialismo empirista, por sua vez, concebe o objeto em plena exterioridade, como portador de uma substância inerente que independe do tipo de relação com ele estabelecida pelo sujeito e que pode ser apreendida pela contemplação ou intuição. Ou seja, supõe o real como expressivo de um sentido espontâneo e anterior a toda atividade de comunicação e significação, o que constitui uma concepção metafísica objetivista.

> A crítica de Marx revela o principal defeito ou limitação dessa problematização da objetividade no discurso materialista-empirista. Este tenta fixá-la como um substrato metafísico, como uma coisa externa sempre já dada diante do sujeito, mas a especificidade da objetividade vai além do escopo desta tentativa teórica. Para problematizar adequadamente o que distingue a objetividade como tal, é necessário considerá-la "subjetivamente", ou seja, como um processo em curso, e como um processo que afeta essencial e igualmente tanto o objeto quanto o sujeito que nele aparecem; considerá-la "como uma atividade", como uma práxis que fundamenta toda relação cognitiva sujeito-objeto e que constitui, portanto, o sentido do real e a possibilidade de comunicar e significar (Echeverria, 2011, p. 23, tradução nossa).

O materialismo histórico-dialético representa uma mudança importante em relação a essas duas concepções de objetividade, a idealista e a empirista. Ele capta a objetividade a partir da relação estabelecida pelo sujeito (subjetiva e dialeticamente) com o objeto por meio de sua atividade prática, que é também atividade de comunicação e significação. A objetividade é concebida como processo fundante de toda relação entre sujeito e objeto, e, desta forma, de toda presença de sentido no real. A relação sujeito e objeto é identificada como um metabolismo material-prático em que o humano e o não-humano se constituem ao mesmo tempo (Echeverría, 2011).

Assim, a adoção do pressuposto do primado da objetividade pelo materialismo dialético não pode ser confundida com uma redução ao objetivismo. Ao reconhecer a prática ou atividade humana como um momento fundante da realidade e do processo de

conhecimento, busca-se captar a relação entre a dimensão ativa e subjetiva e o objeto, bem como a sua corporificação na realidade.

Essa concepção de objetividade é revolucionária. Ela permite apreender a historicidade do ser social em natureza, mas não somente. Ela contribui para a compreensão de que o trabalho e a linguagem surgem simultaneamente mobilizando a materialidade e engendrando relações sociais que resultam na produção de entes (humanos e não-humanos, materiais e imateriais), portadores de funções e sentidos próprios a cada sociedade em sua forma de ser. Produzem-se assim o próprio sentido de humano e não-humano, bem como a imagem de mundo em que estes habitam e se reproduzem.

Marx compreende o conceito como uma abstração concreta ou real, que se baseia em formas sociais que possuem existência mental, social e prática, superando a separação do sujeito e do objeto a partir de uma perspectiva materialista. Como esclarece Lefebvre, "o conceito, tem um modo de existência abstrato-concreto, mental-social, mas também prático e inseparável do mundo, da ação sobre a natureza e das relações inerentes" (Lefebvre, 1980, p. 122, tradução nossa).

> Como é que a realidade do conceito não é de ordem sensível nem de ordem puramente intelectual, embora o seu carácter abstrato seja óbvio? A grande descoberta do século XIX neste campo foi a existência social (e, portanto, prática) da abstração. A separação entre natureza e sociedade, entre animalidade e humanidade tem múltiplos aspectos que podem ser resumidos nisto: a abstração desempenha um papel imenso mental e socialmente. O mental e o social são construídos sobre a abstração e seu poder (cujo caráter aterrorizante aparece continuamente). O conceito parece uma lâmina. É usado para recortes. Ele se enfraquece, ele se aguça. Ele é habilmente manejado e desarticula seu objeto... (Lefebvre, 1976, p. 84, grifo nosso e tradução nossa).

> As abstrações concretas fazem parte da teoria; elas deslocam a noção fetichizada de realidade. Da mercadoria ao Estado, passando pela "sociedade civil", só a abstração concreta permite conceber a arquitetura de uma sociedade, mas só a prática social permite compreender a "realidade" porque ela a produz. O que implica a crítica radical do praticismo, do pragmatismo e, claro, do espírito "positivo" que se limita a constatar os fatos. O social definido por Marx emerge de todas essas confusões e se situa. Ele inclui as relações sociais e a dialética da reprodução ou da transformação destas. Somente uma teoria social orientada para a prática concebe em uma totalidade os elementos e momentos que qualquer outra atitude (filosófica ou científica) desarticula, separa, hierarquiza, favorecendo um deles: seja econômico ou político (Lefebvre, 1980, p. 126, tradução nossa).

Ao inverter a dialética de Hegel, Marx busca apreender e intervir no desenvolvimento imanente da objetividade por meio da prática e do conceito. A capacidade de criar os próprios instrumentos de trabalho, a eles atribuir sentido socialmente, e de assegurar a reprodução social

de diversas formas são aspectos da atividade humana reconhecidos pelo materialismo histórico-dialético como característicos de nossa especificidade genérica.

O MHD realiza uma reflexão sobre a essência e a aparência e transforma a especulação idealista do conceito absoluto na crítica da economia política. Por esse caminho, a essência do capital (sua relação contraditória com o trabalho) é revelada e a sua aparente autonomia é negada (Flickinger, 1986, p. 143-144). Para Marx, o ser e o pensar, embora relacionados, não são coincidentes: o ser é criado e está diante de nós, sendo a prática social o caminho por meio do qual o ser e o conhecer se reúnem e alcançam uma unidade. A *práxis*, ou o encontro entre prática e teoria, é tomada como base e propósito do conhecimento, além de critério de verdade.

> A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica* (Marx, 2011, p. 533).

Marx entende o ser humano como ser natural que se diferencia dos demais animais pelo desenvolvimento de sua capacidade teleológica, o que o habilita a produzir os seus meios de vida. Assim, o trabalho e o processo de produção constituem mediações centrais entre o ser humano e a natureza, por meio das quais se define o seu modo de vida e se redefine a unidade entre essas duas partes ao longo da história. Para Marx (2004a, p. 84):

> A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. [...] Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico,* tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo,* com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2004a, p. 84).

Essa diferenciação do ser humano em relação às outras formas de vida e à natureza em geral não representa para o MHD uma separação e deve ser compreendida de forma relacional. Pode-se dizer que essa abordagem considera a materialidade como substância una, sobre a qual recaem as determinações particulares, que representam uma forma de negação dialética desta unidade: determinação é negação.

O capital como forma social, o processo de subsunção e o pensamento concreto

Na Sexta "Tese sobre Feuerbach", Marx (2011a) afirma que a essência humana é o conjunto das relações sociais e não algo intrínseco ao indivíduo isolado. Em "A ideologia alemã", a historicidade do ser social é posta em foco a partir da análise do processo de produção da vida e de suas formas sociais ao longo do tempo. Na passagem que segue, Marx e Engels contrapõem a formas de produção anteriores, de caráter mais comunitário e de base local, a produção capitalista, caracterizada pelo desenvolvimento da divisão do trabalho, a coisificação das relações de propriedade e sua relação com o dinheiro.

> No primeiro [caso], os indivíduos têm de estar reunidos; no segundo, encontram-se como instrumentos de produção ao lado do instrumento de produção dado. Aqui aparece, portanto, a diferença entre os instrumentos de produção naturais e aqueles criados pela civilização. O campo (a água etc.) pode ser considerado como instrumento de produção natural. No primeiro caso, o dos instrumentos de produção naturais, os indivíduos são subsumidos à natureza; no segundo caso, são subsumidos a um produto do trabalho. Daí que, no primeiro caso, a propriedade (propriedade da terra) também aparece como dominação imediata e natural; no segundo caso, ela aparece como dominação do trabalho, especialmente do trabalho acumulado, do capital. O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por um laço qualquer, seja ele a família, a tribo, o próprio solo etc.; o segundo caso pressupõe que os indivíduos são independentes uns dos outros e se conservam unidos apenas por meio da troca. No primeiro caso, a troca é fundamentalmente entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho daqueles é trocado pelos produtos desta última; no segundo caso, é predominantemente uma troca dos homens entre si. No primeiro caso, é suficiente o entendimento médio dos homens, a atividade corporal e a espiritual ainda não estão de forma alguma separadas; no segundo caso, a divisão entre trabalho espiritual e corporal já tem de estar realizada na prática. No primeiro caso, a dominação dos proprietários sobre os não proprietários pode se basear em relações pessoais, numa forma de comunidade; no segundo caso, ela tem de ter assumido uma forma coisificada num terceiro elemento, o dinheiro. No primeiro caso, existe a pequena indústria, mas subsumida à utilização do instrumento de produção natural e, por isso, sem distribuição do trabalho entre diferentes indivíduos; no segundo caso, a indústria existe apenas na e por meio da divisão do trabalho (Marx; Engels, 2011, p. 51, grifos nossos).[7]

Essa passagem evidencia o quanto a generalização da troca e da mediação desta pelo dinheiro configuram uma forma social distinta, na qual a condição de indivíduo é conformada, bem como a sua subsunção ao capital, produto do trabalho, e não mais à "natureza". Para os

[7] O conceito filosófico-crítico de subsunção em Marx emerge a partir de uma negação do caráter ideal e subjetivo que apresenta no idealismo, no qual se refere a "uma relação e um processo de determinação lógica da forma por meio do qual elementos heterogêneos são integrados e unificados dentro de uma totalidade autossuficiente (paradigmaticamente o sujeito transcendental ou absoluto)" (Sicilia, 2016: 122). Em Marx, a abordagem materialista do processo de reprodução social explica a determinação social da forma a partir de um conjunto de relações e condições que a constituem como uma estrutura histórica em processo.

autores, a grande indústria universalizou a concorrência, "criou meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu a si o comércio, transformou todo capital em capital industrial e gerou, com isso, a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais" (Marx; Engels, 2011, p. 60). Esse processo estaria relacionado à superação da "naturalidade", à transformação das "relações naturais" em relações reificadas, em relações monetárias.

O capital como forma social tende para a totalização na medida em que se impõe como determinação, subsumindo outras formas e relações à sua própria lógica e logra repor as relações que a estruturam e nas quais se baseiam as suas condições de existência. Ao analisar a subsunção do trabalho ao capital, Marx (2004b) identificou os modos como as relações de produção capitalistas modificaram e atualizaram o processo de trabalho, adequando-o ao seu domínio. "O intercâmbio generalizado é possível porque o trabalho de um produtor de mercadorias é entendido pelo outro como equivalente ('entendido' quer dizer *imposto* pelo movimento de totalização das relações sociais executado pelas forças impessoais do mercado)" (Belluzzo, 2013, p. 46, grifo do autor).

O materialismo dialético concebe a totalidade em processo, simultaneamente constituída e em contínuo desenvolvimento contraditório, a partir da apreensão dos processos históricos que estão na origem das formas sociais e da apresentação de como estas se articulam numa configuração que se reproduz no tempo.

Marx reconhece a importância do pensamento dialético de Hegel, de sua noção de negatividade enquanto princípio motor e gerador da mudança, bem como de seu modo de exposição para apresentar o movimento do real. Assim como o autor da Fenomenologia do Espírito, Marx concebe a rede conceitual (categorial) do pensamento como meio de reconstrução da realidade e instrumento capaz de fundamentar o conhecimento.

Ele elabora um complexo encadeamento categorial para expressar o sentido geral definido pelo desenvolvimento dialético do capital. No entanto, para apreender a sua concepção materialista da história sem incorrer em distorções teleológicas é preciso compreender o modo como é utilizada a "lógica do conceito" elaborada por Hegel pelo modo de exposição do capital enquanto totalidade em movimento, desenvolvido por Marx. Ou seja,

é preciso compreender como ele estabeleceu os nexos entre as relações e processos constitutivos do capital em seus diferentes níveis de existência, ao mesmo tempo em que desvendou e desmistificou relações sociais reificadas, abrindo espaço para o seu projeto utópico de transformação social.

Marx pensa o conceito do capital como comportando internamente a sua diferenciação e o concebe como sujeito (ou objetividade ativa) e totalidade resultante de múltiplas determinações. Ele analisa os processos e relações sociais objetivas que o constituem por meio de conceitos universais e suas diferentes vias de particularização. A forma mercadoria, por exemplo, corresponde à forma universal do produto do trabalho. O valor é identificado como um universal que se oculta nas determinações singulares da mercadoria e que atua socialmente como referência comum em que se baseiam as relações de troca.

Ele destaca o duplo caráter da mercadoria, como coisa útil e coisa de valor, e seu papel central para a sociedade capitalista, na qual a riqueza aparece como uma "enorme coleção de mercadorias". A generalização das trocas que caracteriza a produção capitalista determina a emergência do valor como abstração real e âncora ou substância comum partilhada pelas mercadorias em geral.

Assim, chama a atenção para o caráter enganoso do valor, que aparece como uma propriedade inerente das mercadorias expressa pelo dinheiro quando, na verdade, resulta de uma forma de produção específica, baseada numa ampla divisão do trabalho, na qual cada trabalho privado, realizado independentemente um do outro, atua como elo do trabalho social total por meio das relações de troca. O fundamento da grandeza de valor de cada mercadoria, que corresponde à quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção, ou seja, a quantidade de trabalho abstrato, se esconde sob o movimento dos valores relativos das mercadorias.

> O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (Marx, 2017a, p. 147).

A teoria marxiana trabalha com diferentes níveis de abstração. Moseley (2016) destaca que a estrutura lógica desenvolvida por Marx em O Capital é influenciada pela lógica do conceito de Hegel e privilegia os momentos da universalidade e da particularidade. Segundo Moseley, a análise da produção de mais-valor e a determinação do mais-valor total correspondem ao nível de abstração do capital em geral (ou nível da universalidade),[8] enquanto a distribuição e a divisão do mais-valor em partes distintas (como lucro, juros e rendas) correspondem ao nível da concorrência (ou nível da particularidade). O capital de crédito e o capital por ações, por sua vez, estariam relacionados ao momento da singularidade e da concretude.

A compreensão dos conceitos enquanto formas de existência, que podem ser apreendidas a partir de diferentes perspectivas e níveis de abstração está relacionada com a concepção marxiana de pensamento concreto, tal como exposta na Introdução dos "Grundrisse" (2011b). Neste texto, é explicado o movimento que o pensamento deve realizar para apreender a realidade. Enquanto a economia política se contenta com uma primeira via, que parte de uma representação do todo caótica como a população e identifica conceitos abstratos e gerais, definidos pelas determinações mais simples, como ponto de chegada (tais como: divisão do trabalho, dinheiro, valor de troca etc.), Marx afirma a necessidade de uma segunda via, ou seja, a realização do percurso de volta para o todo, de modo a se alcançar o concreto pensado.

> O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (Marx, 2011b, p. 54-55).

[8] "Esta ligação entre a teoria da mais-valia de Marx e a lógica de Hegel é fortemente sugerida pelo fato de que Marx usou a *mesma palavra alemã* que Hegel para a sua categoria lógica – "*allgemein*". Esta evidente conexão entre a lógica de Marx e a lógica de Hegel tem sido obscurecida todos estes anos pelo fato de que essa mesma palavra alemã foi traduzida em *duas palavras inglesas diferentes*: "geral" em traduções de Marx, e "universal" em traduções de Hegel" (Mosely, 2016, p. 23).

O pensamento concreto, portanto, realiza a síntese de diversos processos e seus efeitos mútuos. Esta abordagem trabalha com uma concepção de causalidade dialética, diferente daquela que se consagrou a partir da mecânica clássica e do pensamento positivista, e busca apreender a direção geral do movimento da realidade, ou a tendência para onde ele aponta, em lugar da identificação de leis gerais imutáveis. O materialismo histórico-dialético é o método que busca abarcar o movimento de autoconstituição da realidade em suas múltiplas e mútuas determinações, apreendendo o significado assumido por categorias simples como a mercadoria, o trabalho e o dinheiro no interior de uma forma de sociedade. As formas concretas das relações não podem ser deduzidas das formas mais simples, pois essas categorias expressam formas de ser, determinações de existência, e com frequência possuem aspectos singulares, encontrados somente em uma sociedade determinada.

O capital é compreendido como valor que se valoriza a partir da relação de exploração estabelecida entre o capitalista e o trabalhador e da subsunção do trabalho às suas determinações de maneira a obter a extração de trabalho não-pago ou mais-valor. Este último, porém, aparece como produto do capital sob a forma de lucro, enquanto as relações sociais que estão em sua origem são ocultadas ou desconsideradas. O apagamento da gênese das formas sociais também ocorre em relação a outros momentos da produção capitalista, estabelecendo-se a reificação (ou ossificação) e autonomização das mesmas em relação aos agentes da produção. Torna-se, assim, de dificuldade crescente a identificação das conexões internas às novas configurações engendradas pelo processo real de produção, bem como o reconhecimento do seu caráter histórico.

> Em nosso exame das categorias mais simples do modo de produção capitalista, e mesmo da produção de mercadorias, ao investigarmos a mercadoria e o dinheiro, já destacamos o caráter mistificador que faz com que as relações sociais, às quais os elementos materiais da riqueza servem como portadores na produção, sejam transformadas em atributos dessas próprias coisas (mercadorias) e, ainda mais explicitamente, a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro). Todas as formas sociais, na medida em que conduzem à produção de mercadorias e à circulação de dinheiro, tomam parte nessa distorção. Mas no modo de produção capitalista e no caso do capital, que é sua categoria dominante, sua relação de produção determinante, esse mundo encantado e distorcido se desenvolve com força ainda maior (Marx, 2017b, p. 889).

> Em capital-lucro, ou, melhor ainda, capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário - essa trindade econômica que conecta os componentes do valor e da riqueza em geral com suas fontes –, está consumada a mistificação do modo de produção capitalista, a reificação das relações sociais, o amálgama imediato das relações materiais de produção com sua

> determinação histórico-social: o mundo encantado, distorcido e de ponta-cabeça, em que *monsieur* Le Capital e *madame* La Terre vagueiam suas fantasmagorias como caracteres sociais e, ao mesmo tempo, como meras coisas (Marx, 2017b, p. 892).

A crítica da economia política de Marx reconstroi uma totalidade concreta por meio de uma rede categorial interna organizada segundo um princípio de síntese: a valorização do valor. Nela, o capital é apresentado como um poder autônomo e totalitário, com tendência a um alcance oniabrangente, como se fosse algo metafísico, conforme nos alerta Flickinger (1986, p. 133). Porém, ao analisar a sua essência social oculta, a teoria marxiana revela que a autonomia do capital como princípio geral de síntese sob o qual toda a estrutura social se encontra subsumida é ilusória, reduz-se à "lógica do aparecer". É a identificação do "porão social", ou dos momentos sociais e humanos integrantes da "lógica do Ser do capital", que permite o desvendamento do valor como abstração baseada no trabalho abstrato e a fundamentação da crítica revolucionária e da filosofia emancipatória marxiana (Flickinger, 1986).

> Em outras palavras, ao invés de contentar-se com uma teoria explicativa da economia capitalista, Marx encontrava, de mãos dadas com ela, o enfoque de sua substância social-humana, reprimida pelas categorias de coisificação: falo da nova conotação da práxis humana, conotação muito mais ampla do que aquela dos que a compreendem enquanto simples negação direta do mecanismo produtivo do capital. Desde os *Manuscritos de Paris*, esta prática humana veio a tornar-se o conceito denominador das atividades multidimensionais do homem, incluindo tanto as forças materialmente produtivas do homem, quanto aquelas sociais e culturais. Assim, Marx não só refletia sobre a contraposição entre capital e trabalho, mas, antes de tudo, sobre a não-disponibilidade teórica das perspectivas que nascem da liberação dos espaços fechados da produção capitalista, tornando-se a questão da prática humana uma questão da revalorização produtiva de espaços ainda desconhecidos para as atividades do homem. O entendimento adequado da noção de prática, em Marx, tem de reconhecer o fato de ele não se ter proposto substituir um poder totalitário por outro tipo, nem ter perguntado por uma outra visão afirmativa quanto ao verdadeiro homem, mas por ter atentado à práxis enquanto característica perspectivesca do homem, excluindo com isso qualquer predeterminação limitadora do que este deveria ou não ser (Flickinger, 1986, p. 170, grifo do autor).

Assim, o processo de valorização do capital não deve ser compreendido como resultante de um "movimento lógico incessante de um 'outro abstrato, automovente' em relação ao qual o antagonismo de classes seria um efeito secundário" (Sicilia, 2016, p. 127, tradução nossa).

> O capital, como relação econômica mediadora tornada 'sujeito automático' do processo de reprodução social, não é simplesmente um processo de dominação abstrata (como diria Moishe

> Postone), mas também a forma mistificada por meio da qual o poder social da classe dominante é exercido e reproduzido (Sicilia, 2016, p. 124, tradução nossa).

Lógica formal e lógica concreta: Estado, território, reprodução social e processo de totalização

O capitalismo é uma formação socioeconômica marcada por profundas contradições e tensões internas, com grande instabilidade potencial, e tem se reproduzido com base em processos de mistificação e em decorrência de iniciativas continuadas de contenção social e gestão política, por meio da regulação estatal e da dominação de classe, dentre outras ações.

Ressaltam-se o Estado de Direito, bem como o Estado territorial-nacional e o sistema mundial de Estados, como formas sociais que desempenham papeis fundamentais para a efetivação das determinações do capital, respectivamente: no nível da universalidade, por meio da forma jurídica como abstração real e garantia da propriedade privada (Pachukanis, 2017); e no nível da particularidade, por meio da extensão mundial e territorialização dos imperativos capitalistas da competição (Wood, 2014).

Em face da crise do capital iniciada nos anos 1970, e considerando a capacidade de sobrevivência deste, demonstrada reiteradamente em situações de crise anteriores, Lefebvre propôs um conjunto de conceitos para captar aspectos novos relacionados ao processo de reprodução das relações sociais de produção, tais como: cotidiano, urbano, produção do espaço, dentre outros. Assim, ele desenvolveu uma sofisticada teoria para tratar da problemática da reprodução social, buscando superar os limites de abordagens estruturalistas e pós-estruturalistas, e considerando a complexificação da relação entre o Estado e a sociedade civil decorrente do avanço de direitos e políticas sociais nos países centrais do capitalismo.

Num período dominado pela abordagem estruturalista, Lefebvre (1973) atacou fortemente a perspectiva sistêmica. Ele reconheceu o papel central desempenhado pelo Estado na reprodução das relações sociais de produção, para além de sua atuação como legislador e organizador do sistema contratual e institucional, e de sua capacidade repressiva. "É no nível do Estado político que se situam os pensamentos estratégicos que utilizam, bem ou mal, consciente ou inconscientemente, as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que dispõem os atores" (Lefebvre, 1973, p. 110, tradução nossa).

O filósofo francês defende que o conjunto das relações sociais não se caracteriza pela ordem ou coesão e que não existe sistema total (metassistema), mas o esforço de sistematização e definição de uma lógica de organização interna. Para ele, o advento de um sistema só pode se dar ao final do processo porque é objeto de ações e o objetivo de estratégias desenvolvidas no nível do poder instituído, cujo representante máximo é o Estado. Ele ressalta os limites do emprego da noção de "relação de forças" para explicar a reprodução social, criticando abordagens como as de Michel Foucault na microfísica do poder e de Pierre Bourdieu na teoria da prática; e, é enfático ao dizer que essas abordagens não são suficientes para explicar a reprodução social por não ultrapassarem o nível da tática e apresenta elementos para o desenvolvimento de uma teoria das estratégias (Lefebvre, 1973).

Segundo Lefebvre (1973, p. 109-110), marxista não ortodoxo que afirma se basear no pensamento de Clausewitz sobre estratégia (embora também pareça estar muito próximo de Spinoza), ela pode ser entendida como o resultado do encadeamento de acasos e de "necessidades" particulares, do confronto entre forças diversas e desiguais, repartidas em campos opostos. Não se trata de uma ação premeditada e controlada pelos agentes em todos os seus desdobramentos, mesmo que a concepção da ação se eleve à articulação da prática e da teoria, ou seja, ao nível estratégico. Os objetivos, interesses, vontades, representações das diversas frações sociais empenhadas na luta e as concepções dos dirigentes, tudo isso desempenha o seu papel. Mas, a visão da unidade resultante dessas relações é inacessível enquanto tal a cada um dos participantes tomados separadamente. A estratégia global só se apresenta *a posteriori* como encadeamento dos riscos e das partidas perdidas ou ganhas, como sequência de acontecimentos, de vitórias e derrotas.[9]

O seu pensamento antissistêmico também o faz refletir sobre o conceito de totalidade e os inconvenientes a ele relacionados, como o risco de se incorrer numa perspectiva normativa ou meramente especulativa. Mas, Lefebvre (1961) defende que, sem ele, não há pensamento

[9] "Além da lógica abstrata e formal, que compreende a teoria do conceito, há as lógicas concretas: as estratégias. Nenhum discurso sem coerência; nenhuma ação sem coesão" (Lefebvre, 1976, p. 81, TN). "A estratégia, cume do saber, articulação da prática e da teoria não substitui a filosofia, não a suplanta, não a prolonga. É uma outra perspectiva, que implica por um lado a crítica radical do saber e, por outro, a crítica do Poder e, por último, e acima de tudo, o desnudamento das relações e dos conflitos" (Lefebvre, 1973, p. 111, TN).

teórico. Assim, propõe a substituição da categoria de totalidade pela noção de totalização, com o intuito de pôr em evidência o momento negativo, o processo do devir e a historicidade em simultaneidade ao momento de síntese.

> O desejo de totalidade continua a ser essencial, tanto na prática (reivindicação da totalidade e superação de cisões, divisões e dispersões) como teoricamente. Nenhuma ação e nenhum esforço de conhecimento sem esta opção inicial, a *vontade de totalidade*. Sem ele, aceitamos o "dado" empírico e fragmentado, o "real" cindido e dicotomizado; apoiamos a divisão social do trabalho; consagramos a fragmentação analítica de atividades, funções, atos e gestos; legalizamos e estabelecemos como verdades as "*tematizações*" e os pseudomundos aceitos, portanto, as separações (Lefebvre, 1961, p. 187, tradução nossa).

Quijano (2010) critica o que define como o paradigma da totalidade, ou seja, a suposição de que o todo e as partes correspondem a uma mesma lógica de existência, e a contribuição deste para a imposição da perspectiva eurocêntrica. Mas, num esforço visando superar equívocos frequentes observados na abordagem decolonial, que parece fazer eco a alguns argumentos de Lefebvre, em lugar de defender o primado do particular e da diferença, propõe uma concepção de totalidade que supõe a articulação de elementos historicamente heterogêneos.

> Uma totalidade histórico-social é um campo de relações sociais estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui (Quijano, 2010, p. 97).

Em desacordo com a abordagem pós-moderna e suas raízes pós-estruturalistas, que privilegia a análise do poder como fenômeno fluido e disperso, inserido nas microrrelações, o sociólogo peruano reconhece a realidade do poder em escala societal e o seu caráter estruturante. Assim, considera que a análise do regime de poder mundial capitalista, centrado no controle do trabalho, deve ser tratada como uma perspectiva privilegiada para compreender como o capital tem se imposto como sistema.

Em que pesem as diferenças, que não poderão ser analisadas aqui, essa posição de Quijano se aproxima do pensamento de Rosa Luxemburgo em "A acumulação de capital", quando a autora trata da relação contraditória do capital com formações sociais distintas, bem como de argumentos apresentados em muitos estudos sobre o campesinato no mundo, como no texto de Eric Wolf "Types of Latin American Peasantry". A teoria de Ariovaldo U. de

Oliveira sobre a reprodução de relações de produção não capitalistas sob o capitalismo no campo brasileiro se insere nesse debate.

Entende-se que, assim como pode-se observar uma autonomia relativa de povos e grupos sociais em seus modos de existir, ainda que subsumidos sob diversos aspectos ao movimento geral do capital, a subsunção da natureza por esta forma social também deve ser compreendida como contraditória e parcial. O capital corresponde a um modo profundamente contraditório de o ser humano existir em natureza; mobilizando-a cada vez mais amplamente para seus fins produtivos como se fosse possível submetê-la aos seus desígnios de forma absoluta, ao passo que esta possui agência própria, de modo que a sua dominação nunca se efetua por completo.

Lefebvre (1974) destaca a importância da terra/natureza na formação da riqueza e constituição do capital. As relações de propriedade e as rendas delas decorrentes são aspectos centrais que caracterizam a forma de apropriação e subordinação de porções da biosfera ao processo de acumulação de capital. A internalização da terra/natureza pelo capital como mercadoria tem contado com o apoio fundamental do sistema de Estados nacionais e territoriais para a sua realização, expressando-se de uma maneira própria no nível da particularidade.

Inspirando-se no filósofo francês, Coronil (2002) destaca a relevância do reconhecimento do papel da terra/território e da "divisão internacional da natureza" na formação e reprodução do capital em geral para uma abordagem não-eurocêntrica de seu desenvolvimento. A terra/território/natureza é internalizada por meio das relações de produção capitalistas e implicada no processo de criação do valor juntamente com o trabalho. Conforme destaca Marx (2017a, p. 121) quando analisa os nexos entre a matéria natural e o trabalho na composição da mercadoria: "[...] o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da riqueza material."

Lefebvre (1980, p. 137) destaca o sentido vivo e criativo do MHD, que teria refutado filosofias metafísicas da natureza e centrado a sua perspectiva na capacidade produtiva do ser humano, ou seja, no trabalho social, analisando criticamente os conflitos e as contradições que

marcam a relação entre sociedade e natureza sob o capitalismo e projetando a possibilidade de uma reconciliação entre ambas mediada pela técnica como uma conquista da sociedade futura (comunista).

No entanto, Smith (1988) critica com razão a prioridade dada pelo filósofo francês ao estudo da produção capitalista do espaço e o entendimento deste de que o avanço do capital implicaria a colonização e a destruição da natureza. Em lugar disso, o geógrafo escocês propõe o emprego da noção de produção da natureza para refletir de maneira mais ampla sobre o processo de transformação da natureza por meio do trabalho social e a intensificação desta sob o capitalismo.

Apesar de avançar em relação ao tratamento dado por Lefebvre à relação sociedade e natureza, Smith ainda pode ser criticado por privilegiar a análise de formas de subsunção da natureza ao capital, dedicando pouca atenção às contradições relacionadas à capacidade de agência da natureza, ou seja, ao movimento gerado por determinações próprias dos fenômenos naturais em sua interação com as determinações sociais. Essa limitação da abordagem de Smith pode ser superada a partir das contribuições de Foster (2022) e Saito (2021), que ressaltam a distinção entre o metabolismo universal da natureza e o metabolismo social, efetuada por Marx, e se referem a processos de coprodução entre humanidade e natureza.

> Vale a pena notar que os trabalhos de economia política clássica em geral, e a análise de Marx sobre a produção em particular, foram permeados com o tratamento de serviços ambientais, ou o que na teoria ecossocialista são conhecidos como aspectos ecorregulatórios, que suplantam o trabalho humano. Tal visão era inerente à concepção de Marx do "metabolismo universal da natureza" como garantidor do "metabolismo social" do trabalho e do processo de produção. Assim, encontramos inúmeras discussões em seu trabalho sobre o metabolismo do solo e de outros "processos físicos, químicos e fisiológicos" e "leis orgânicas" associadas à reprodução natural, operando em diferentes escalas de tempo da produção humana (Foster, 2022, tradução nossa).

Considerações finais

Assumindo uma postura próxima ao "marxismo aberto" e nos alinhando a Ernest Mandel, que defendia que o MHD deve ser compreendido como uma teoria em constante evolução, este artigo buscou elucidar o significado de alguns de seus fundamentos filosóficos, dedicando uma atenção especial para as noções de materialismo dialético, objetividade ativa, forma social, abstração concreta, essência e aparência, e totalidade concreta. Desta forma,

foram evidenciadas as relações mutuamente constitutivas entre natureza/humanidade/sociedade e indicada a importância estratégica da objetividade ativa como recurso teórico para a apreensão dialética da relação sujeito-objeto e, mais especificamente, para a compreensão de processos como a produção do espaço e a produção da natureza.

A abordagem desenvolvida por Marx a partir de uma dialética materialista se propõe a alcançar a objetividade do real por meio da relação entre teoria e prática. Para ele, os conceitos (ou categorias) correspondem a formas de ser, determinações da existência, que se põem numa realidade em movimento. Sua ontologia concebe o mundo como uma totalidade em processo, constituída por partes internamente relacionadas. Diferentemente da abordagem positivista sistêmica, que parte de unidades isoladas e busca reconstruir o todo a partir do estabelecimento de conexões externas entre elas, o pensamento dialético marxista busca apreender o todo em seu processo de constituição, identificando as partes e concebendo-as como constituídas por relações de dependência mútua, numa clara filiação à filosofia das relações internas.

Mas, é preciso lembrar, o todo não é sinônimo de tudo e costuma ser uma noção traiçoeira. Buscou-se explicitar a diferença entre a totalidade como noção que se aplica à lógica do aparecer e o processo de totalização, como relacionado à lógica do ser. Com isso, pretende-se contribuir para o reconhecimento da centralidade da forma-valor para a compreensão do capital como forma social que se generaliza, sem ignorar os seus momentos de particularidade e de singularidade como negação, entendendo a formação socioeconômica e territorial capitalista como realidade concreta em contínuo processo de totalização. Essa concepção de totalidade traz profundas consequências para a maneira como se compreende a unidade na diferença e abre novas possibilidades para a análise da relação entre o capital e o que se conhece como natureza, bem como para a análise do lugar da dominação abstrata e da estratégia política no movimento de reprodução crítica desta forma social.

Referências

BADIOU, A.; ALTHUSSER, L. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1989.

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 13 ed., São Paulo: Ática, 2008.

CORONIL, Fernando. **El Estado mágico***:* Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

ECHEVERRÍA, B. **El materialismo de Marx**: discurso crítico y revolución. México: Itaca, 2011.

FLICKINGER, H-G. **Marx e Hegel:** o porão de uma filosofia social. Porto Alegre: L&PM / CNPQ, 1986.

FRANÇA, L. M. de. Hegel, o movimento especulativo do espírito e a história. **Rev. Simbio-Logias**, v.3, n.5, p. 75-89, Dez de 2010.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: A Civilização Brasileira, 2005.

FOSTER, J. B. Nature as a Mode of Accumulation: Capitalism and the Financialization of the Earth. **Monthly Review**: an independent socialist magazine, v. 73, n. 10, Mar 01, 2022. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2022/03/01/nature-as-a-mode-of-accumulation-capitalism-and-the-financialization-of-the-earth/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LEFEBVRE, H**. Critique de la vie quotidienne II**: fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Paris: L' Arche Editeur à Paris, 1961.

LEFEBVRE, H**. La survie du capitalisme**: la re-production des rapports de production. Paris: Anthropos, 1973.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, H. **De l'État**, Tome II: de Hegel à Mao, par Staline. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976.

LEFEBVRE, H. **Une pensée devenue monde**... Faut-il abandonner Marx? Paris: Fayard, 1980.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARQUES, M. I. M. **Por uma geografia ecossocialista**, escavando a história e preparando o terreno em tempos de crise ambiental e do capital. 2025. 313 p. Tese (Livre-docência em Geografia Humana - Geografia Agrária II), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004a.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Centauro, 2004b.

MARX, K. Karl Marx, 1. Ad Feuerbach (1845). In: Marx e Engels, **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, K. **O Capital:** *crítica da economia política*, Livro I. 2 ed., São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital***: crítica da economia política*, Livro III. 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2017b.

MOSELEY, F. O Universal e os Particulares na Lógica de Hegel e em O Capital de Marx. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 07, nº. 01, p. 14-43, 2016.

OLLMAN, B. **Alienation**: Marx's conception of man in capitalist society. 2 ed. New York: Cambridge University Press, 1976.

OLLMAN, B. **Dance of the dialectic**: steps in Marx's method. Chicago: University of Illinois Press, 2003.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PITTS, F. H. Value Form Theory, Open Marxism & the New Reading of Marx. In: Dinerstein, A. C.; Vela, A. G.; González, E.; Holloway, J. (eds.), **Open Marxism IV: Against a Closing World**. London: Pluto Press, 2019. (pp. 63-75). https://www.plutobooks.com/9780745340258/open-marxism-4/. Acesso em: 20 set. 2025.

PRED, A.; PRED, R. The New Naturalism: A Critique of Order out of Chaos. **Environment and Planning D:** Society and Space, v. 3, p. 461-76, 1985.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: Sousa Santos, Boaventura de e Meneses, Maria Paula (orgs.), **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx:** capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

SICILIA, A. S. de. **The Problem of Subsumption in Kant, Hegel, and Marx**. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia), Kingston University. Londres, 2016.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Como citar este artigo:

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Materialismo histórico-dialético: materialidade natural, objetividade ativa e forma social. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 116, p. 192-223, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/h80t9j67

Recebido em 09 de dezembro de 2025

Aceito em 03 de maio de 2026

Sobre a autora: Geógrafa, mestre em Desenvolvimento Rural pela Université de Paris I – França (1992), mestre e doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) (1994 e 2000). Pós-doutora pela City University of New York (2007-2008). Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo: o campo e a cidade em movimento". Bolsista Produtividade PQ-C do CNPq.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Trabalho de Campo, Migrações e Marxismo: Reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia

Carlos de Almeida Toledo
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
catoledo@usp.br

Heinz Dieter Heidemann
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
heideman@usp.br

Camilla Milene Sales Reis
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
camillareis@usp.br

Vinicius Teotonio Lucena
Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
vini.lucena@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Trabalho de campo, migrações e marxismo: Reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia

Resumo

Este artigo apresenta a perspectiva pedagógica e teórica mobilizada na disciplina optativa Migrações e Trabalho, do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, desenvolvida em parceria com o Grupo de Trabalho de Campo da seção local São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em 2026. A disciplina propõe em seu programa dois trabalhos de campo, um na metrópole paulista e outro no sertão mineiro, e busca enfrentar duas questões centrais ao ensino de Geografia na graduação: os efeitos da precarização dos servidores do ensino superior público e a relação disso com a participação ativa dos estudantes em seu processo de formação; e a necessidade de uma reflexão crítica sobre os deslocamentos migratórios, mobilizando a perspectiva marxista da Mobilidade do Trabalho. Metodologicamente, o trabalho articula três eixos de revisão bibliográfica: o debate sobre a questão migratória, contemplando textos clássicos e as particularidades do processo de imposição do trabalho no Brasil; a discussão sobre a precarização da educação superior e seus efeitos sobre a Universidade de São Paulo; e a disputa em torno do trabalho de campo na Geografia, articulada ao relato da experiência da disciplina, organizado a partir de três momentos (pré-campo, campo e pós-campo). A partir dessa articulação entre revisão teórica e relato de experiência, o artigo discute os avanços e limites da proposta diante do contexto de precarização das universidades públicas e de retração das perspectivas teóricas críticas, refletindo sobre suas contribuições para a formação de pesquisadores na Geografia.
Palavras-chave: Trabalho de campo; Ensino de geografia, Migrações; Mobilidade do trabalho; Marxismo.

Fieldwork, Migrations, and Marxism: Theoretical-Methodological Reflections on Research Training in Undergraduate Geography Education

Abstract

This article presents the pedagogical and theoretical approach adopted in the elective course Migration and Labour, offered by the Geography program at the University of São Paulo and developed in partnership with the Fieldwork Working Group (GT) of the São Paulo local section of the Brazilian Association of Geographers (AGB) in 2026. The course syllabus includes two fieldwork activities, one in the São Paulo metropolis and the other in the 'sertão' of Minas Gerais, and seeks to address two issues central to undergraduate Geography education: the effects of the increasing precarization of public higher education staff and their relationship with students' active participation in their own educational process; and the need for critical reflection on migratory movements through the Marxist perspective of the Mobility of Labour. Methodologically, the article brings together three strands of literature review: the debate on the migration question, encompassing classical texts and the specificities of the process of imposing labour relations in Brazil; the discussion on the precarization of higher education and its effects on the University of São Paulo; and the debate over the role of fieldwork in Geography, connected to an account of the course experience structured around three stages (pre-fieldwork, fieldwork, and post-fieldwork). By bringing together theoretical review and an account of this experience, the article discusses the advances and limitations of the proposal in the context of the precarization of public universities and the declining influence of critical theoretical perspectives, reflecting on its contributions to the training of researchers in Geography
Keywords: Fieldwork; Geography education; Migrations; Labour Mobility; Marxism.

A formação do pesquisador na Geografia e o surgimento de uma proposta teórico-pedagógica para pensar as migrações

O presente trabalho busca discutir os fundamentos teórico-pedagógicos que norteiam a disciplina optativa Migrações e Trabalho, oferecida no curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) em articulação com o Grupo de Trabalho (GT) de Campo da seção São Paulo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP). O programa da disciplina para o ano de 2026 previu a realização de dois trabalhos de campo, um na metrópole paulista e outro no sertão mineiro.

A proposta desenvolvida a partir dessa experiência procura enfrentar duas questões que atravessam o processo de ensino e aprendizagem nas universidades públicas brasileiras, sobretudo no que diz respeito à formação de pesquisadores na Geografia.

A primeira diz respeito à desproporção numérica entre docentes e discentes no ensino superior e o caráter da participação dos estudantes no processo de formação. Nas últimas décadas, as universidades públicas brasileiras passaram por avanços que ampliaram o acesso de setores da população que historicamente estavam afastados desse âmbito (Costa e Silva, 2019). Para que essa conquista se tonifique mais, ainda é necessário disputar a ampliação das estruturas universitárias e do quadro docente. Essa luta não pode ser adiada, tendo em vista o seu papel em atenuar a sobrecarga do trabalho docente, fator que dificulta a construção de relações de ensino nas quais os estudantes possam assumir uma posição ativa em seu próprio processo de formação.

Em um contexto no qual predominam aulas com baixo engajamento, a pesquisa e a participação dos estudantes acabam encontrando dificuldades para se constituir como parte do cotidiano da graduação. No nosso entendimento, este problema se manifesta de forma mais latente na realização dos trabalhos de campo, nos quais alunos e professores partem de uma territorialidade concebida, pressuposto e resultado da formação acadêmica, na expectativa, não raramente frustrada, de assumir uma relação ativa com outras territorialidades.

A segunda questão se refere à necessidade de desenvolver uma reflexão crítica e radical sobre os processos migratórios e, consequentemente, sobre a subordinação do sujeito ao trabalho na sociedade capitalista. A questão migratória tem sido abordada por diferentes

perspectivas teóricas, muitas das quais tomam a mobilidade como um fenômeno natural, focando apenas dar atenção a sua distribuição espacial, suas causas imediatas ou sua gestão. A perspectiva da Mobilidade do Trabalho, de base marxista, permite problematizar essa abordagem ao considerar a produção histórica das condições que tornaram os sujeitos móveis como proprietários de mercadorias, em especial da mercadoria força de trabalho no interior da sociedade capitalista (Leite et al, 2017). Nesse sentido, a mobilidade não é tomada como uma característica natural dos indivíduos nem como um fenômeno que possa ser compreendido apenas a partir de decisões individuais ou de políticas de planejamento (Gaudemar, 1977). Ou seja, a mobilidade se qualifica historicamente como subordinação dos distintos corpos aos processos de valorização (Vainer, 1984).

Esse suporte teórico permite pensar a relação entre particularidade e totalidade a partir das diferentes formas que vão da coação direta ao disciplinamento para o trabalho nas territorialidades analisadas. No caso das migrações, essa abordagem possibilita investigar as condições históricas que produzem a mobilidade e as formas particulares pelas quais os sujeitos são inseridos nos processos de reprodução da sociedade capitalista, uma totalidade em processo de territorialização do capital, composta por territorialidades particulares com diferentes padrões de reprodução mediados por mercadorias e dinheiro.

É justamente aí que se reivindica o potencial teórico-pedagógico dessa disciplina no enfrentamento dessas duas questões que abalam o ensino superior contemporâneo e que até o momento se aparentam independentes. A bibliografia do curso de Migrações e Trabalho não consiste, nesse sentido, em pinçar os textos que subsidiam nosso argumento, mas busca oferecer as bases para refletir criticamente a própria formação do pesquisador como trabalhador da ciência e as mediações sociais da universidade pública, manifestas em suas orçamentos. À medida em que permite questionar as categorias por meio das quais as relações capitalistas são apreendidas e representadas, o curso propõe identificar a formação e produção dos sujeitos pesquisadores como parte constitutiva das relações capitalistas, embora estes sejam comumente entendidos como figuras autônomas, externas, à realidade investigada (Heidemann, 2010), autonomização dada sua remuneração pelos orçamentos da ciência.

Os trabalhos de campo são, assim, fundamentais para que o estudante contraponha as categorias mobilizadas previamente com as particularidades investigadas, refletindo sobre uma realidade que também incide sobre sua corporalidade, em um confronto contínuo que o permite reformular os termos da pesquisa. Escrevemos, portanto, em defesa de um ensino que estimule a construção de uma crítica radical da sociedade capitalista e das suas categorias fundamentais. Esta posição implica na construção de propostas de trabalho de campo que não se limitem ao levantamento de informações sobre os lugares visitados, mas que se constituam como momento de investigação. Esta, por sua vez, deve partir das territorialidades particulares e dos sujeitos que as produzem e reproduzem, permitindo que o confronto com suas determinações concretas também coloque em questão e reformule a elaboração teórica do pesquisador.

Essa proposta vem sendo construída e reformulada desde 2002, quando o professor Heinz Dieter Heidemann ministrava disciplinas que incluíam atividades de campo tanto na metrópole quanto no sertão mineiro, entre elas Trabalho de Campo I e Migrações e Trabalho. Esta última foi posteriormente retomada pelo professor Carlos de Almeida Toledo do Departamento de Geografia da USP. A retomada da disciplina ocorre em um contexto no qual algumas das questões que estiveram presentes em sua formulação inicial assumem novas dimensões. O aumento do número de estudantes por turma sem a reposição do quadro docente na mesma proporção e a perda de espaço de perspectivas teóricas críticas reformulam as condições de formação dos estudantes e as possibilidades de realização dos trabalhos de campo na graduação.

A articulação da disciplina com o GT de Trabalho de Campo da AGB-SP foi uma das estratégias encontradas para lidar com as frustrações que afetam a construção do trabalho de campo. O GT tem desenvolvido discussões sobre a realização dessa prática na Geografia e sobre as condições em que essas atividades são incorporadas ao processo de formação. A aproximação com a disciplina permitiu criar um espaço de diálogo e também um ambiente de intervenção concreto nas turmas de graduação. Partindo dessa parceria, buscamos discutir as metodologias empregadas nos trabalhos de campo e pensar formas de oferecer aos estudantes maior responsabilidade sobre as diferentes etapas da pesquisa.

Para dar conta dessa discussão, organizamos esse artigo em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discutiremos as condições de realização da pesquisa e do ensino de Geografia nas universidades públicas, sobretudo na USP. Posteriormente, também será abordado o potencial da perspectiva teórica mobilizada na disciplina para a formação crítica na interpretação da subordinação do sujeito ao capitalismo, o que inclui a própria condição de reprodução enquanto pesquisador. Na segunda, apresentaremos as estratégias adotadas na disciplina, organizando a análise em torno de três etapas, a saber: o pré-campo; o campo e o pós-campo. E, por fim, na conclusão refletiremos sobre os avanços e as limitações propiciados pela proposta teórico-pedagógica apresentada, tendo como referência a temática da migração e as discussões marxistas.

Pressupostos teórico-pedagógicos para a construção da proposta

As condições do ensino-aprendizagem nas universidades públicas e seus efeitos sobre o trabalho de campo

Desde o início do século XXI, o modelo de ensino superior brasileiro passou por transformações, dentre as quais é necessário demarcar uma grande conquista. As reformas implementadas nesse período ampliaram o acesso às universidades públicas, promovendo uma maior democratização do ensino superior público. Entre as principais mudanças, é de se destacar a implementação das políticas de cotas e de outras ações afirmativas, o aumento do investimento público em educação e a expansão do número de vagas nas instituições federais e estaduais (Costa e Silva, 2019). Tais transformações são experimentadas de forma bastante concreta na realidade das salas de aula do curso de Geografia da Universidade de São Paulo, cada vez mais diversas, com a presença de sujeitos historicamente marginalizados que encontraram nos recursos destinados à permanência estudantil a oportunidade de formação no ensino superior.

É necessário demarcar que essa conquista ainda se encontra em processo, sendo necessário ampliar a luta para reivindicar a manutenção dos direitos que já existem, a expansão das políticas afirmativas e dos auxílios que garantam a permanência dos estudantes. Ressalta-se

também a necessidade de expansão do quadro docente na mesma proporção em que ocorre a inclusão de novos estudantes, de forma a possibilitar aos profissionais condições de trabalho estáveis e aos estudantes uma formação crítica de qualidade.

A situação atual das universidades públicas é atravessada por desafios e ameaças à carreira docente, o que coloca em xeque a capacidade de formação crítica dos estudantes em diversas áreas, como a Geografia Humana, vinculada a uma formação crítica que não apresenta uma aplicabilidade considerada "eficaz" e "técnica" em setores altamente rentáveis. As estratégias por trás dessas ameaças são muito bem pontuadas por Costa e Silva (2019), professoras de universidades federais que realizam uma denúncia sobre o que denominam estabelecimento do "neoliberalismo acadêmico" no Brasil, um desdobramento, no ensino superior, das novas formas organizacionais desencadeadas por um capitalismo que responde a crises.[1]

As autoras, a partir das elaborações de David Harvey (2014), denunciam como o ensino público tem sido disputado por uma nova concepção de universidade que preza, entre outras características, por colocar o empreendedorismo como princípio a ser difundido e precarizar as relações de trabalho dos seus servidores. Promove-se, assim, o corte de custos desenfreados com a gestão de pessoal e a priorização dos investimentos em setores rentáveis. As autoras apontam para a expansão de uma fórmula de gestão neoliberal que inclui a "mudança nas regras da remuneração, o aumento de horas-aula semanais em função da avaliação, o aumento do número de alunos em relação aos docentes, com o objetivo de tornar as organizações universitárias mais eficientes" (Costa e Silva, 2019, p. 6).

Tais elementos estão presentes e se agravam cada vez mais na situação da carreira docente na Universidade de São Paulo, embora os próprios gestores da universidade reconheçam que a USP foi uma das instituições mais privilegiadas no repasse orçamentário. Agopyan e Toneto Júnior (2015), atores diretamente vinculados à gestão do orçamento da

[1]Camilla Costa e Sueli Silva, ambas pesquisadoras do campo da Administração, realizam um esforço de leitura de conjuntura, buscando analisar o novo modelo de educação superior à luz dos circuitos de reprodução do capital. Para isso, incorporam à análise uma noção de totalidade, considerando também a onda internacional de implementação de medidas neoliberais. Assim, as autoras analisam como as novas características da universidade pública, embora tenham avançado ao tornar o seu acesso mais acessível à população marginalizada, não decorreram apenas das lutas dos movimentos estudantis e sociais, mas também do alinhamento do governo brasileiro à agenda neoliberal (Costa e Silva, 2019).

Universidade de São Paulo nessa nova etapa[2], reconhecem que, enquanto várias universidades federais sofreram um desequilíbrio entre os repasses recebidos e a expansão das instituições de ensino, a USP manteve uma posição relativamente privilegiada[3]. Desde 1989, quando o repasse à universidade passou a corresponder a um percentual fixo da arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo, a USP foi uma das instituições de ensino superior que melhor conseguiu conciliar a assim chamada autonomia universitária à expansão da universidade e à manutenção da qualidade do ensino e da pesquisa, segundo os próprios autores.

No entanto, o quadro de funcionários públicos se manteve pressionado pelo produtivismo, pela redução do número de servidores, pelas ameaças à progressão na carreira e pelas demais tendências denunciadas por Costa e Silva (2019). Esse novo cenário, contudo, é celebrado pelos gestores da Universidade de São Paulo como uma conquista, tendo em vista sua defesa de uma "gestão bastante conservadora" cujo principal alvo é o corte de gastos com servidores. Nos termos dos próprios autores, a "elevação das despesas com pessoal" seria responsável pela quase totalidade do "desequilíbrio financeiro" da universidade (Agopyan e Toneto Júnior, 2015, p. 27). Esses gastos decorreriam do crescimento do número de servidores técnicos e docentes, mas, sobretudo, daquilo que denominam "política de acelerada valorização dos recursos humanos". É justamente nesse ponto que chama a atenção a maneira como os autores apresentam medidas como o Plano de Cargos e Salários dos servidores não docentes, a progressão na carreira docente, a política de ganhos reais de salários e o aumento dos benefícios diretos, como vale-alimentação e vale-refeição (p. 29). Aquilo que, sob o nosso ponto de vista, deveria ser encarado como manutenção das condições de vida dos servidores é apresentado pelos gestores como algo a ser evitado.

[2] Vahan Agopyan foi vice-reitor da Universidade de São Paulo entre 2014 e 2017 e reitor entre 2018 e 2022. Rudinei Toneto Júnior foi coordenador da Administração Geral da USP entre 2014 e 2016 e coordenador do Escritório de Desenvolvimento de Parcerias da USP entre 2018 e 2022. Assim, a exposição dos argumentos de ambos evidenciar uma coerência com os princípios políticos de gestão do orçamento público por pelo menos oito anos da universidade.

[3] Os autores apresentam como o Decreto 29.598 estabeleceu o repasse de um percentual fixo das receitas do ICMS de São Paulo para as universidades estaduais, concedendo-lhes maior autonomia financeira. A manutenção desse percentual permitiu uma concorrência menor pelos recursos repassados pelo Tesouro do Estado, visto que, anteriormente, os valores eram definidos anualmente por meio de disputas orçamentárias. Esse cenário possibilitou, entre 1995 e 2013, um crescimento real de 111% nos repasses do Tesouro para a Universidade de São Paulo, o que contribuiu para um maior equilíbrio financeiro entre o aumento das despesas decorrentes da expansão da universidade e suas receitas (Agopyan e Toneto Júnior,2015).

Diante disso, a estabilidade da carreira docente e a manutenção das condições de vida dos servidores deixam de ser tratadas como aspectos essenciais da universidade, enquanto os gestores provocaram medidas focadas no desempenho que se alinham exatamente à fórmula neoliberal denunciada por Costa e Silva (2019). Nas palavras dos próprios autores, "foram suspensas as contratações de novos servidores técnico-administrativos, concluiu-se a segunda etapa do processo de progressão na carreira, suspendendo-se a terceira etapa, e foi cancelada a distribuição de cargos docentes realizada em dezembro de 2013" (Agopyan e Junior, 2015, p. 30). Assim, aquilo que os gestores apresentam como necessidade de equilíbrio financeiro se realiza mirando a precarização das condições de trabalho e progressão de carreira dos servidores[4].

A partir da nossa experiência nas turmas de Geografia da USP, é possível afirmar que essas medidas contribuíram diretamente para a consolidação de uma dinâmica unilateral de ensino. Os professores passaram a enfrentar uma carga de trabalho maior, com mais aulas a preparar, avaliações a corrigir e discentes a orientar, além da pressão pelo produtivismo acadêmico. Paralelamente, a participação dos estudantes no processo de aprendizagem foi reduzida pelo tempo limitado de interação direta com o professor. Isso vem favorecendo um ensino predominantemente expositivo e pouco dialógico, que, em alguns casos, transforma o estudante em mero consumidor e reprodutor do discurso docente. Nesses casos, a tendência é que os alunos assumam um papel passivo, recebendo informações sem espaço para a formulação própria ou o aprofundamento crítico, enquanto a avaliação, marcada pela violência de seu caráter classificatório, apenas valida ou não esse processo de formação acrítica por meio da aprovação ou reprovação.

No caso da Geografia, notamos como essa característica afeta especialmente a realização dos trabalhos de campo, tradicionalmente associados a essa área do conhecimento. Historicamente, essa prática foi compreendida como uma oportunidade de articular a

[4] A intenção dos gestores é clara no que tange à priorização da "produtividade" (vulgo sobrecarga dos servidores docentes e técnico-administrativos), disfarçada como uma proposta de remuneração baseada em mérito, que Agopyan e Toneto Júnior (2015) apresentam como "valorização profissional" (p. 24). Assim, se destinariam os recursos salvos para áreas mais tecnológicas e valorizadas, que, aí sim, sob os princípios políticos destes, é o que garante a manutenção da educação de qualidade.

experiência empírica aos conceitos teóricos discutidos em sala de aula, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico (Kayser, 2017). Na situação atual, as atividades externas tornam-se onerosas, contribuindo para que o trabalho de campo assuma um caráter mecânico e reproduza abordagens que não exercitam a autonomia e a capacidade de reflexão crítica. Nessa dinâmica, atribui-se exclusivamente ao docente a responsabilidade de despertar o interesse pelo processo de ensino-aprendizagem, enquanto o estudante é frequentemente colocado na posição de carimbar, nos lugares visitados, conceitos previamente apresentados em sala de aula. Seu corpo e sua experiência são, assim, subordinados a uma concepção prévia da Geografia, em uma atividade na qual pouco se interroga, questiona ou reformula o conhecimento mobilizado.

Com as limitações orçamentárias para a realização dos trabalhos de campo, sua organização enfrenta barreiras logísticas que resultam em experiências cada vez mais curtas e superficiais. No desenvolvimento dos programas da disciplinas, têm sido obrigatório equilibrar, além da revisão bibliográfica, os custos e o tempo envolvidos nos deslocamentos, assim como na manutenção de grupos grandes, o que vem impossibilitando a realização de atividades mais complexas e a proposição de trajetos mais longos. Como consequência, a própria experiência de concepção, realização e reflexão crítica sobre o trabalho de campo tende a ser precarizada, comprometendo a qualidade da pesquisa e, por consequência, da formação do geógrafo.

Defendemos, no entanto, não ser possível abrir mão da prática de campo. Nessa atividade, além de entrar em contato com territorialidades distintas, torna-se possível refletir sobre as categorias que organizam a reprodução social, mas que se encontram naturalizadas. A prática envolve também interrogar a própria posição do pesquisador, aparentemente externo à realidade estudada, e reconhecer os limites da pesquisa e da universidade diante dos processos sociais investigados, sobretudo a partir do arsenal teórico do curso de Migrações e Trabalho.

Nesse curso, o confronto entre a situação do investigador e a do investigado assume uma importância particular. O trabalho de campo permite investigar as formas históricas de produção dos sujeitos para o trabalho e sua subordinação aos processos de acumulação do capital nas territorialidades estudadas (Vainer, 1984). Ao mesmo tempo, coloca em questão as

condições materiais da própria formação do pesquisador, cuja reprodução também depende do dinheiro e da mediação da mercadoria (Heidemann, 1998). Abre-se margem para refletir como o estudante que investiga as condições de mobilidade e subordinação de outros sujeitos não está, portanto, situado fora das relações sociais que procura compreender. Embora ocupe uma posição particular nesse processo, sua própria formação está submetida às determinações da sociedade capitalista.

Assim, julgamos que o potencial da proposta teórico-pedagógica desse curso também nos permite ir além da discussão das condições da universidade pública e da implementação do projeto neoliberal atribuído exclusivamente às políticas de governo. Sob essa perspectiva reside parcialmente o argumento de Costa e Silva (2019) para explicar a inserção das políticas neoliberais e de suas fórmulas de gestão, que precarizam a formação crítica[5]. Não se trata de desconsiderar as transformações promovidas por essas políticas, mas de avançar na compreensão das determinações que atravessam a própria atuação do Estado e as condições de reprodução da universidade pública.

As disputas por orçamento, as limitações à expansão das estruturas universitárias e a precarização das condições de ensino também não podem ser compreendidas reduzidas como resultado de escolhas políticas mal-intencionadas ou de uma gestão racional dos recursos, conforme afirmam os gestores, embora seja do nosso interesse escancarar a perversidade das estratégias adotadas por eles. É necessário questionar também a aparente autonomia do Estado, que financia as instituições de ensino e é frequentemente tomado como instância soberana à qual caberia assegurar as condições de reprodução da universidade pública.

Como aponta Kurz (1995), o Estado não constitui uma esfera independente das relações sociais capitalistas. Sua existência e suas possibilidades de atuação estão vinculadas às formas sociais que constituem a sociedade produtora de mercadorias. A reprodução da

[5]As autoras contribuem de maneira interessante para uma discussão ancorada na noção de totalidade, ou seja, sem reduzir o neoliberalismo a um discurso ou a relações de dominação objetivas e desarticuladas, trazendo para a análise a crise enfrentada pelo sistema capitalista. Partindo disso, elas se dedicam a denunciar como as agendas dos governos historicamente vinculados à esquerda não estiveram desvinculadas dessa agenda neoliberal. Embora concordemos com as contradições apontadas pelas autoras entre os avanços e os entraves enfrentados pelos governos progressistas nos últimos anos, nossa contribuição está em reforçar que não basta disputar o controle do Estado por meio do governo, tendo em vista os próprios limites dessa instituição. A subordinação dos governos de esquerda à agenda neoliberal seria, para nós, um exemplo claro desses limites.

máquina estatal depende das condições de reprodução dessa sociedade e permanece submetida às contradições da valorização do valor. Sua capacidade de intervir, distribuir recursos e sustentar políticas de expansão da educação encontra limites nas próprias determinações da sociedade capitalista. Essa compreensão permite deslocar a crítica da educação de uma explicação centrada exclusivamente na esfera política e na primazia da ação estatal. Assim, o trabalho de campo no curso de Migrações e Trabalho busca provocar o discente a articular a realidade empírica observada à sua própria determinação, à da universidade e à do Estado.

O trabalho de campo como procedimento de pesquisa e o problema da articulação entre empiria e totalidade nas migrações

A prática do trabalho de campo exige a reflexão sobre as distintas perspectivas teórico-pedagógicas que orientam as perguntas de pesquisa e definem como os dados empíricos obtidos nas fontes são articulados a uma explicação mais geral do objeto investigado.

O geógrafo Bernard Kayser (2017) aborda essa relação entre totalidade e particularidade por meio da articulação entre sistema e subsistemas, fundamentando o propósito especificamente geográfico do trabalho de campo na capacidade de realizar uma análise totalizante a partir de uma fração reduzida do espaço. Com isso, contrapõe-se à tradição das monografias que isolavam a observação empírica da paisagem, tratando uma região como um todo fechado em si mesmo. Sua proposta é que o geógrafo deve ir ao campo com uma hipótese de trabalho, o que pressupõe formação teórica, e que esta deve ser tensionada com os problemas e conflitos que estão no cerne do cotidiano das pessoas, articulando as informações obtidas com a interpretação mais geral da formação social de modo a dar sentido para a análise do subsistema local (Kayser, 2017).

A reivindicação do plano da totalidade, ou, ao menos, de uma perspectiva considerada holística, perpassa a história do pensamento geográfico. No entanto, embora reivindique uma perspectiva totalizante, Kayser não explicita qual é a totalidade em questão nem como ela se constitui e se manifesta nos fragmentos territoriais particulares. Essa lacuna é central para a discussão aqui proposta, uma vez que, na perspectiva endossada pela disciplina de Migrações e Trabalho, esses fragmentos são mediados pelo dinheiro e pela mercadoria e apreendidos em

campo como expressões da territorialização do capital e da forma como esta subordina os corpos dos trabalhadores.

Embora seja difícil esgotar essa discussão neste trabalho, recorremos às contribuições da Crítica do Valor-Dissociação (Kurz, 2005; Kurz, 2014; Scholz, 2009), que realiza uma leitura própria do marxismo. Interessa particularmente a elaboração de Scholz (2009) em *Forma Social e Totalidade Concreta* para pensar os limites de uma apreensão abstratamente dedutiva da sociedade capitalista. A totalidade não pode ser tomada como um conjunto de determinações gerais que se realizam de maneira equivalente em cada particularidade. Sua apreensão exige considerar o desenvolvimento histórico das relações sociais, suas dimensões culturais e as formas concretas pelas quais a sociedade se reproduz. Isso implica reconhecer que a particularidade não é idêntica à totalidade e tampouco pode ser reduzida a uma ilustração de suas determinações. A relação entre ambas precisa ser investigada em suas mediações, considerando como as determinações sociais mais gerais se realizam em condições históricas e territoriais específicas, mas também como o confronto com essas condições pode tensionar as formulações teóricas inicialmente mobilizadas. Mais adiante, demonstraremos como essa preocupação com a mediação entre particularidade e totalidade foi trabalhada nas atividades dos grupos da disciplina.

É tendo isso como pressuposto que o curso de Migrações e Trabalho é organizado para propor uma reflexão crítica sobre quais são as categorias fundamentais do capitalismo e porque estas nem sempre são evidentes nas relações imediatas. Atribui-se uma maior centralidade na imposição do trabalho e na formação do sujeito monetário que se reproduz a partir do dinheiro e da mercadoria e sua relação com os fenômenos migratórios particulares, sobretudo, através da problematização das produções científicas, culturais e institucionais que tomam a migração como objeto. Essa problematização aparece tanto na leitura crítica da bibliografia, como também nas atividades de campo, nos diálogos com pesquisadores da área e na aproximação com instituições que trabalham com migrantes.

Esse movimento busca apresentar o espectro de questões referentes à imposição do trabalho e a migração nas suas territorialidades particulares, propondo uma reflexão de

totalidade em processo, a territorialização do capital, que tematiza a migração como fenômeno socialmente constituído cujo conteúdo não é sempre o mesmo no tempo e no espaço.

Para tanto, o conteúdo se inicia com um texto de referência para essa abordagem, Kurz (2005), que historiciza a migração como processo moderno e nega a possibilidade de compreendê-la como constante antropológica, reivindicando a necessidade de articular a observação empírica do fenômeno à capacidade de teorizar sobre o movimento de totalidade do desenvolvimento do capitalismo a nível global.

Isto porque, com a modernização, a prática da migração desempenha um papel importante na transformação de territórios e populações inteiras, resultando na produção de sujeitos desenraizados e coercitivamente mobilizados para o trabalho em um contexto de expansão do capitalismo. A migração atual, por sua vez, possui um sentido distinto e não pode ser pensada apenas como resultado de processos de formação do capitalismo nos diversos contextos nacionais, e sim como reação à crise da revolução tecnológica e à supressão do trabalho produtivo no capitalismo, sobretudo, a partir da metade do século XX. Esse processo é interpretado como condição coercitiva que atua sobre o trabalhador e que provoca o aumento dos fluxos migratórios direcionados não mais às colônias, e sim às metrópoles (Kurz, 2005).

Com base nesta apresentação inicial da perspectiva teórica que historiciza a migração, a abordagem do curso passa a problematizar, com base na leitura da bibliografia obrigatória, como são realizadas as pesquisas sobre migrações, quais seus métodos e quais seus pressupostos implícitos. Um dos trabalhos discutidos com os alunos é o clássico do demógrafo Ernst Georg Ravenstein (1885). O autor tem os procedimentos metodológicos de seu estudo provocados ao pretender estipular leis da migração exclusivamente a partir dos dados quantitativos do censo demográfico do Reino Unido de 1881. Ravenstein, desse modo, acaba por naturalizar o migrante como sujeito econômico que compara vantagens e desvantagens entre os pontos do espaço e desloca-se para o ponto onde julga auferir maiores benefícios e menores custos, de modo que, no efeito composto, a mobilidade espacial atua como fator corretivo de desequilíbrios espaciais (como veremos adiante, perspectiva criticada por Vainer, 1984).

Este procedimento revela o limite da naturalização do trabalho como variável explicativa, o que faz Ravenstein tratar a "população excedente" como dado *a priori*, sem historicizar o processo de expropriação e imposição do trabalho que a produzem e, portanto, sem revelar o papel da violência na formação de uma reserva de acumulação primitiva que não pode ser explicada pelo livre jogo de mercado que Ravenstein pressupõe para a migração no geral. Ao excluir de partida a migração compulsória de suas leis, Ravenstein obscurece a tensão sujeito/objeto que permeia o deslocamento da força de trabalho sob o capital, conforme debatido por Gaudemar (1977).

Outro autor abordado criticamente é Max Sorre, geógrafo francês reconhecido, que apresenta uma proposta metodológica que normatiza como o fenômeno migratório deve ser abordado pela Geografia (Sorre, 1984). Para o autor, a migração deve ser pensada como expressão da mobilidade do ecúmeno, entendido como espaço terrestre habitado e humanizado cuja extensão é definida pela tensão entre o arraigamento ao solo e o deslocamento humano. A população é pensada sempre em relação ao seu complexo geográfico local, e este interpretado como fechado em si, de modo que a permanência é definida no equilíbrio em relação ao meio (como sinônimo de reprodução da população) e sua mobilidade definida na correção do desequilíbrio em relação a este mesmo meio (como sinônimo de crise de sua reprodução). Este esquema impede a Sorre de compreender como, na sociedade capitalista, a mobilidade dos sujeitos é imposta como condição da reprodução do capital (Gaudemar, 1977).

Assim, ao tratar do ecúmeno como totalidade que abstrai a mercadoria como relação material e necessária para explicar o mundo, Sorre (1984) naturaliza a tendência à mundialização como um germe inscrito no humano desde os tempos pré-históricos, sem tematizar o movimento moderno do dinheiro que unifica, de forma fetichista, as diversas possibilidades de relação ecológica em uma única totalidade contraditoriamente articulada.

Perpassa em ambos os autores, por diferentes caminhos, a caracterização da migração como mecanismo de regulação de desequilíbrios espaciais, como fenômeno físico de deslocamento de corpos sujeitos a forças de repulsão e atração, separada das determinações sociais e históricas que tornam a migração possível. Em Gaudemar (1977), essa ideia é criticada como axioma da economia política, que postula a liberdade dos indivíduos como princípio que

implica na sua mobilidade perfeita como trabalhadores, posto que estariam livres para vender sua força de trabalho quando e onde bem entenderem.

Com a crítica às perspectivas que naturalizam a migração, o programa do curso opera uma virada para tratar dos autores que bebem do marxismo no tratamento dos processos migratórios. Na crítica de Gaudemar (1977), a libertação para o trabalho é repensada como aspecto contraditório do funcionamento do modo de produção capitalista, de modo que o trabalhador tem de ser pensado como livre em um duplo sentido: para vender sua força de trabalho onde bem entender e, por outro lado, "liberto" em relação aos meios de produção e, portanto, obrigado a vender sua força de trabalho como única alternativa. Uma vez que essa mobilidade é produzida social e historicamente, o axioma da "liberdade do indivíduo", do sujeito inteiramente dono do seu destino, revela-se um postulado apologético que escamoteia as coerções que lhe são impostas pela procura de emprego e, consequentemente, tematiza a migração como exercício mais pleno da liberdade individual frente a condições tomadas como externas ao sujeito.

A questão é desdobrada em Vainer (1984), que observa como essa postura é reflexo de uma tradição de pesquisa sobre migrações que naturaliza a migração como uma categoria autônoma dotada de leis próprias e objetivas, tornando-se incapaz de reconhecer como a "questão migratória" é historicamente determinada, sendo produzida e conduzida por discursos e práticas políticas sobre o corpo do migrante que integram o processo de reprodução das relações de produção capitalistas.

O debate proposto pela disciplina busca explicitar, portanto, as consequências para a construção do conhecimento geográfico ao se tomar a migração como um dado empírico autônomo e regido por leis objetivas plenamente acessíveis ao observador, ao modo do positivismo.[6] Ao conduzir-se desta forma, o pesquisador valida cientificamente, de forma acrítica, as mesmas categorias de apreensão da realidade dos discursos que visam disciplinar e reproduzir a população como força de trabalho, ocultando as coerções que incidem sobre o corpo do migrante.

[6]Como já ironizava Marx "Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente" (MARX, 2017, p. 880).

Diante dessa contradição, a proposta teórico-pedagógica deste artigo parte do entendimento de que a formação crítica para a pesquisa em Geografia não se resume ao domínio de metodologias de coleta e tratamento de dados. A construção do conhecimento exige também a reflexão crítica sobre os pressupostos teóricos que orientam a investigação, permitindo aos discentes questionar categorias consagradas e desnaturalizar concepções que atravessam diferentes campos da Geografia, inclusive aqueles que não têm a migração como objeto específico.

Dada a passagem pela tradição clássica da produção científica sobre a migração e pela crítica marxista àquela, o curso dá entrada a textos que permitem refletir historicamente como a formação dessa totalidade mediada por mercadoria e dinheiro é contraditoriamente fragmentada em distintos contextos territoriais que revelam processos de formação da mobilidade do trabalho que não condizem com a fábula neoclássica sobre as migrações.

Em Alencastro (2000), a mobilidade do trabalho explicitamente forçada é tematizada a partir da escravidão no Atlântico Sul, pensado como território cujas duas margens se completavam em um único sistema de exploração colonial lusitana, mas cujo momento da reprodução da força de trabalho por meio da captura de escravizados na África encontrava-se apartado em relação ao momento da produção de gêneros tropicais na América rumo à Europa.

Com Francisco de Oliveira (1977), a discussão avança para compreender como a internalização da reprodução da força de trabalho no contexto pós-colonial esteve vinculada à formação de regiões fechadas, nas quais violência econômica e extraeconômica se encontravam fundidas. Nelas, o acesso do trabalhador à terra e a possibilidade de se apropriar de parte do preço de venda de seu produto não eliminavam a sujeição a relações de dominação, uma vez que parte desse valor era apropriado como tributo pelas personificações de uma violência ainda não autonomizada. A constituição dessas relações, nas quais a coerção se exercia diretamente por meio de figuras como o coronel, detentor de patente da Guarda Nacional, podia aparecer aos contemporâneos como ausência ou insuficiência do Estado, quando, na verdade, expressava uma forma particular de exercício desse poder. Essas relações precederam a formação de um mercado nacional de trabalhadores assalariados.

Com a modernização, as regiões são finalmente abertas, com o papel decisivo do planejamento estatal, de modo a gestar uma quantia massiva de migrantes nacionais rumo ao trabalho assalariado nas metrópoles industriais em formação, sobretudo São Paulo, como observa Singer (1975). Permanecem coexistindo de forma articulada, todavia, formas de imposição da mobilidade do trabalho que não se explicam como relação tipicamente assalariada, conforme análise de Martins (1986) acerca do migrante temporário que vive a duplicidade do trabalho assalariado da produção capitalista, no lugar de destino, e o trabalho familiar da produção camponesa, no lugar de origem.

Por fim, uma terceira etapa da discussão é aberta para debater as migrações contemporâneas a partir da perspectiva da crise do trabalho na sociedade capitalista. Para tanto, o curso coloca em debate o trabalho de Daniel Giavarotti (2016) que qualifica as mudanças no exercício da mobilidade do trabalho na periferia de São Paulo como superação negativa do trabalho assalariado. O autor parte da experiência dos migrantes de primeira geração, incorporados ao parque industrial paulistano como trabalhadores assalariados, cujos salários não cobriam os custos totais de reprodução da força de trabalho, recorrendo então à autoconstrução de moradias em lotes sem infraestrutura básica e à organização em associações de bairro. A pesquisa discute, então, as transformações implicadas na transição para a geração dos filhos de migrantes que não encontram as mesmas condições de inserção produtiva que seus pais em função da redução do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias com a modernização dos processos produtivos na esfera fabril.

Entretanto, esta população tornada prescindível para a valorização do capital encontra nos imóveis herdados da família novas estratégias de sobrevivência em resposta à escassez de trabalho formal através, principalmente, da verticalização dos lotes originais como forma de amortecer custos de reprodução e liberar poupanças para práticas como o microempreendedorismo, prestação de serviços, comércios locais ou atuação em ONGs. A crise das expectativas de ascensão via trabalho formal coloca a juventude periférica em uma luta constante entre o mercado informal e precarizado, iniciativas de assistência social e a atração do circuito da criminalidade e tráfico de drogas. O Estado, por sua vez, passa a atuar

predominantemente como gestor da população redundante para o capital por meio do encarceramento em massa e do controle policial ostensivo.

Por fim, cabe ressaltar a contribuição de Heidemann (2004, 1998). Uma vez apresentados os debates da Crítica do Valor-Dissociação, da Mobilidade do Trabalho e da crise estrutural do capitalismo, bem como suas implicações para a autonomia dos sujeitos e do Estado, os textos do autor permitem apontar criticamente duas tendências presentes no campo migratório.

A primeira diz respeito às práticas de pesquisa e às formas de mobilização política centradas na reivindicação de direitos para os imigrantes, tendo o Estado como agente mediador. Sem desconsiderar a relevância imediata dessas reivindicações, a crítica do autor recai sobre os limites de uma perspectiva que não questiona o caráter violento do mercado e a subordinação do próprio Estado às relações econômicas. A luta pela efetivação de direitos em condições dignas pode, assim, permanecer circunscrita à busca por uma forma menos violenta de inserção nas relações de trabalho, sem questionar os fundamentos sociais que tornam essa inserção coercitiva. A dissolução desses direitos não pode ser compreendida só como resultado de decisões políticas ou da intervenção estatal, pois também dizem respeito a uma consciência social que positiva e naturaliza a subordinação econômica do trabalho, restringindo a crítica à reivindicação de condições mais dignas para sua realização. Nesses termos, a vulnerabilização crescente dos imigrantes não pode ser atribuída exclusivamente a ascensão do neoliberalismo ou a atuação do Estado, uma vez que a própria mobilidade se constitui em um processo histórico violento (Heidemann, 2004).

Outro ponto de crítica levantado por Heidemann (1998) que nos interessa, refere-se à posição do pesquisador e à tendência de interpretar as categorias econômicas como dados naturais, colocando-se, ao mesmo tempo, como sujeito externo ao objeto investigado. A investigação exige questionar os próprios fundamentos que tornam a mobilidade uma necessidade social e condicionam as possibilidades de reprodução dos sujeitos. Para isso, o pesquisador precisa reconhecer que não é imparcial nem está situado fora do objeto que procura compreender, pois também participa das relações sociais que constituem a sociedade moderna. Tanto o cotidiano dos migrantes quanto a produção científica são atravessados pela

razão econômica, o que ajuda a compreender por que a pesquisa pode reproduzir as mesmas categorias que organizam a realidade investigada, tomando como pressupostos naturais justamente as relações que deveria interrogar.

Proposta pedagógica da disciplina

A discussão bibliográfica e a preparação para os trabalhos de campo

Apesar de apresentar uma carga teórica bastante extensa, a disciplina adota uma metodologia pedagógica que tenta evitar somente aulas expositivas e conteudistas, incorporando dinâmicas de grupo, seminários, debates de textos e momentos voltados à preparação do trabalho de campo. Em geral, a primeira parte da aula é reservada à introdução da temática, seguida da organização dos estudantes em pequenos grupos de debate, de modo a priorizar um engajamento com os textos e reduzir o constrangimento que pode ocorrer em discussões coletivas com turmas grandes.

Na segunda parte da aula, realiza-se uma plenária para a socialização dos principais pontos trazidos pelos grupos. A partir dessas discussões, o professor propõe novas provocações e contribui com seu próprio fichamento e experiência de leitura. Esse momento também concentra, quando necessário, um teor mais expositivo, dependendo do nível de envolvimento e participação dos estudantes e da exigência de exposição mais detalhada dos fundamentos teóricos. Ainda nessa etapa, há espaço para articular o conteúdo teórico ao trabalho de campo, já programado, sugerindo possíveis temas e perspectivas que podem ser explorados nessa atividade.

Em determinados momentos, a primeira parte das aulas passa a ser reconfigurada para favorecer uma melhor compreensão do trajeto que será realizado. Nessa etapa, podem ser convidados ex-alunos, monitores e pesquisadores que já possuem experiência com a atividade, acumulam materiais e fontes de pesquisa, e compartilham com os estudantes considerações, sugestões e informações sobre os locais a serem visitados em campo.

Já no início da disciplina, propomos que a maior parte das atividades seja organizada em grupos, tanto nas dinâmicas de aula, como já mencionado, quanto na formação dos grupos

de pesquisa que atuarão no trabalho de campo. Com isso em mente, os estudantes ganham tempo para se agrupar segundo afinidades, temas de interesse e perfis de engajamento, o que contribui para a construção de configurações mais estáveis e coerentes ao longo do trabalho de campo. Essa organização não segue critérios rígidos quanto ao número de integrantes, mas orientamos para evitar tanto os grupos excessivamente grandes, que tendem a reproduzir a passividade individual nas discussões coletivas e distribuição de funções, quanto os grupos muito pequenos, que podem restringir o compartilhamento de experiências, debates e diálogos.

Interessa chamar a atenção para um momento específico das aulas pré-campo, quando são apresentados os locais a serem visitados e as problemáticas que sustentam a tese geral que orienta a atividade. Tem centralidade nessa fase o estímulo para que os grupos formulem uma pergunta de pesquisa a ser analisada de forma autônoma durante o trabalho de campo. É importante que essas questões partam dos interesses dos próprios estudantes, mas que também debatam (e não apenas reafirmem) as provocações teóricas da disciplina e que se posicionem no interior da tese geral do campo.

Ao elegerem o tema de interesse e as perguntas que os subsidiam, há uma interação entre docente, monitores e discentes em sala de aula para orientá-los a refletir sobre métodos de pesquisa, identificar possíveis fontes e interlocutores, construir roteiros etc. Esse movimento começa nas aulas pré-campo e culmina na elaboração de um projeto de grupo, que contém um plano de atividades que é reelaborado e aprimorado à medida que a pesquisa avança e a realidade concreta do campo se impõe, demandando a reformulação dos termos das perguntas e das estratégias.

Abaixo na tabela 1 apresentamos exemplos de temas formulados no ano de 2025. São essas questões que devem ser exploradas nos momentos de autonomia previstos em partes do roteiro do trabalho de campo, nos quais não há uma estrutura rígida do que será desenvolvido (ver tabela 2).

Tabela 1: Grupos de pesquisa formados no trabalho de campo do ano de 2025.

Membros	Tema proposto	Membros	Tema proposto
5	Transição Rural-Urbana e Reconfiguração do Trabalho: Uma Análise da Modernização do Campo e a Ascensão do Assalariamento em Morro da Garça	6	Genealogia, riqueza da terra e relações de poder na questão migratória
6	O êxodo rural juvenil e a reconfiguração do campo em Garça – MG	7	Como a substituição do Cerrado por monocultura de eucalipto alterou o espaço, as relações de trabalho
7	A modernização da violência e a violência da modernização no Morro da Garça.	2	Mobilidade do Trabalho e Expropriação Espacial: um estudo sobre o cotidiano no Morro da Garça (MG)
6	Crise do trabalho e silvicultura no Morro da Garça	8	População idosa e migração de retorno
8	Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais	2	"O recado do sertanejo": do Sertanejo Raiz ao Agronejo no Morro da Garça

Fonte: arquivos da disciplina (2025). Organizado pelos autores.

Observando a tabela acima, é possível identificar que os temas de alguns grupos estabelecem relações explícitas com os fundamentos teóricos da mobilidade do trabalho discutidos na disciplina. Em outros casos, os títulos das pesquisas não tornam essa relação imediatamente evidente. Mais adiante, iremos explorar como os grupos intitulados *Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais* e *A modernização da violência e a violência da modernização no Morro da Garça* elaboraram e reformularam suas questões a partir da experiência em campo e da interlocução com a perspectiva da mobilidade do trabalho. A partir desses exemplos, buscamos demonstrar como objetos de pesquisa diversos também podem expressar-se articuladas com a proposta teórica da disciplina.

A metodologia que propomos também tem contribuído para estimular o desenvolvimento de habilidades de pesquisa que preparam os estudantes para projetos futuros, como monografias de Trabalho de Graduação Individual (TGI), projetos de mestrado, artigos acadêmicos, entre outras possibilidades. Assim, o trabalho de campo funciona não apenas como uma formalidade da disciplina, mas também como uma base de acúmulo de experiências, habilidades e materiais que podem dar origem a investigações de maior fôlego, conforme ocorrido em anos anteriores.

Outra questão que merece destaque, está na possibilidade de participação dos alunos na concepção e organização dos dois trabalhos de campo da disciplina. Desde 2026, essa construção passou a contar com a articulação do GT de Trabalho de Campo da seção local São Paulo da AGB, com reuniões semanais na sede da entidade. Os GTs da AGB constituem espaços de reflexão, construção de posicionamentos e intervenção na sociedade. Nesse caso, a aproximação com a disciplina permite unir o debate sobre a precarização do trabalho de campo nas universidades públicas à construção coletiva de alternativas para seu enfrentamento concreto. Os estudantes são convidados a participar dessa organização, contribuindo para a reformulação dos objetivos, procedimentos, roteiros e demandas práticas necessárias à realização dos campos, podendo ainda propor intervenções para os momentos das atividades que englobam a turma toda e não somente seus grupos de pesquisa.

Procedimentos adotados nas atividades de campo

Como mencionado anteriormente, a disciplina propõe dois trabalhos de campo, sendo um que abarca instituições na metrópole de São Paulo e outro, mais longo, centrado no sertão mineiro. Ambos os trabalhos de campo são voluntários e a construção deles pode variar de acordo com o que for estabelecido nas conversas do GT. No entanto, cabe mencionar que são sugeridos locais que compõem, há anos, as atividades de campo da disciplina Migrações e Trabalho.

O campo na metrópole, focado em entender as particularidades e o desenvolvimento histórico da mobilidade do trabalho em São Paulo, inclui em seu roteiro uma visita ao Arsenal da Esperança e ao Museu do Imigrante, instituições sediadas no bairro da Mooca. Essas construções abrigavam a antiga Hospedaria dos Imigrantes da cidade de São Paulo no século XX. O prédio mais próximo à antiga ferrovia, por onde chegavam os imigrantes, deu lugar ao Museu da Imigração cuja exposição vem se renovando ano após ano, permitindo reconhecer uma renovação das perspectivas do campo de estudos migratórios no acervo exposto. No restante do perímetro da instituição, as instalações seguem sendo usadas como refeitório e dormitório para acolher homens em situação de rua pelo Arsenal da Esperança desde 1996. Até os anos 1930 os usuários eram majoritariamente oriundos de outros países. Daí em diante o

perfil se alterou para migrantes internos, de origem rural que se dirigiam à capital paulista no processo de formação da mobilidade e da territorialidade do trabalho urbano assalariado. Atualmente, com a redução da migração interna, a gestão do Arsenal nos informou que a maioria dos acolhidos não são mais necessariamente enquadrados enquanto migrantes, mas sim dependentes químicos em situação de vulnerabilidade. Assim, o histórico da instituição tem potencial de explorar as transformações do processo de imposição do trabalho no Brasil e sua crise, que são abordadas pela disciplina (cf. Heidemann, 2004; Giavarotti, 2016).

Outro local visitado é a Missão Paz, localizada na Baixada do Glicério, no bairro da Liberdade. Inicialmente projetada pela Igreja Católica com o objetivo de abrigar a população italiana que chegava a São Paulo, a instituição, assim como o Arsenal da Esperança, acompanhou o desenvolvimento da metrópole paulistana, passando a acolher também migrantes internos. A partir da fundação da Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (Avim), em 1974, pelo padre scalabriniano Alberto Zambiazi, a Missão Paz passa a se especializar naquilo que justifica como sendo sua prioridade, o acolhimento de imigrantes internacionais que se encontram em situação de vulnerabilidade na capital, seja em decorrência da condição de refúgio ou por motivos que dificultam sua integração. Interessa destacar que tal transformação da instituição coincide com o crescimento dos fluxos de imigrantes vindos tanto da América Latina, de início destacadamente bolivianos, mas também venezuelanos, peruanos e colombianos, quanto, na sequência, de diferentes países do continente africano e, mais recentemente, do Haiti.

Esses aspectos permitiram, posteriormente, nos debates de sala de aula, aprofundar teoricamente as migrações e as particularidades históricas da formação do território do Estado nacional brasileiro. Em um primeiro momento, abordamos a necessidade de mobilizar a população tendo em vista o fim do tráfico de escravizados, seguida pela necessidade de adensamento populacional para a industrialização e a urbanização e, posteriormente, às suas necessidades de gestão de populações excedentes do ponto de vista do capital. Além disso, foi possível estabelecer importantes comparações entre as migrações internacionais, primeiramente de populações europeias e japonesas, e, atualmente, de países de origem colonial. Outro exercício importante é a comparação da maneira como as diferentes discussões

sobre a migração, assim como as diferentes práticas e narrativas, recaem de maneiras distintas em cada local visitado, abrindo margem para pensar as formas que as migrações assumem no interior de uma mesma metrópole.

Como o campo na metrópole tem um roteiro mais institucional, é na proposta de campo no sertão mineiro que a autonomia dos estudantes assume maior protagonismo e o processo de formação para pesquisa ganha contornos mais claros. Em função disso, o campo para o sertão mineiro está sujeito a ainda mais variações. Desde as primeiras excursões para o município de Morro da Garça (MG), organizados pelo professor Dieter Heidemann a partir de 2002, os campos assumiram diferentes formas, tanto em decorrência das mudanças no sertão mineiro quanto pela intervenção dos estudantes na proposta de atividade. As primeiras saídas foram organizadas com cerca de 50 alunos e tinham como tema principal a articulação entre geografia, sociedade e literatura, possibilitada pela obra de Guimarães Rosa (principalmente o romance Grande Sertão: Veredas, 2019; e o conto O Recado do Morro, 2007). Com o passar dos anos foi possível construir um acervo sobre o trajeto e o município, composto por novas referências para os grupos recentes. Nas últimas saídas para o campo, além da articulação com a literatura do sertão roseano, o trabalho de campo tem tido como um dos eixos centrais a subordinação do município e do estado de Minas Gerais à cadeia produtiva do ferro.

Verifica-se como a crise na cadeia produtiva do ferro impacta atividades diretamente associadas, como a silvicultura, e tem reconfigurado as condições e possibilidades de vida dos sujeitos no sertão sob o qual essa monocultura se espraia. Essas condições, entretanto, já vinham sendo alteradas anteriormente pela própria expansão desse circuito, com a substituição de roçados familiares e da pecuária extensiva pelas monoculturas de eucalipto e pelas carvoarias que abastecem de matéria-prima as siderúrgicas de Sete Lagoas (MG) (cf. Rodrigues, 2024; Leite, 2010). O déficit entre a população natural de Morro da Garça e a população efetivamente residente é sentido sobretudo pelos moradores mais antigos, que relatam a transformação do cotidiano que acompanha a territorialização do eucalipto, bem como as novas alternativas buscadas pelos sujeitos diante da crise.

Nesse cenário, o campo no Morro da Garça tem sido pensado a partir de um roteiro de campo semiestruturado que considera a relevância da cadeia produtiva do ferro para o estado, o que influencia na escolha dos locais prioritários de visitação. Por essa razão, no ano de 2025 (ver tabela 2) os alunos visitaram o acampamento Pátria Livre do Movimento Sem Terra (MST), impactado pelos rompimentos de barragem de rejeitos da extração do minério, que ocorreram no estado de Minas Gerais. No trajeto seguinte rumo ao Morro da Garça (e no município em si) os estudantes foram provocados a observar elementos associados a essa dinâmica mineral, como a presença de siderúrgicas e plantações de eucalipto.

Tabela 2: Roteiro de campo no ano de 2025

Dia	Manhã	Tarde	Noite
11/11 - Terça	-	-	Saída as 21 horas
12/11 - Quarta	Visita ao acampamento Pátria Livre (MST)	Ida para o município Morro da Garça	Momentos para atividades autônomas dos discentes
13/11 - Quinta	Campo em Curvelo e/ou conversa com o poder executivo local	Visita ao Museu Guimarães Rosa, em Cordisburgo	Roda de conversa + Preparação para subida ao morro
14/11 - Sexta	Subida ao Morro da Garça	Visita as às áreas de plantação de eucalipto e carvoarias	Atividades autônomas + Roda de conversa
15/11 - Sábado	Gruta do Maquiné	Atividades autônomas	Atividades autônomas + Roda de conversa
16/11 - Domingo	Retorno	-	-

Fonte: arquivos da disciplina (2025). Organizado pelos autores.

Embora o roteiro de campo contemple propostas de atividades conjuntas, sua organização permanece aberta às demandas das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes. Para isso, os grupos podem optar por substituir atividades coletivas, como a visita ao Museu ou à carvoaria, por atividades organizadas por eles próprios, de acordo com seus objetivos de investigação. Outras programações, por outro lado, são mais rígidas, como é o caso das rodas de conversa. Ao final da programação de cada dia, a turma se reúne com o professor e os monitores, a fim de discutir quais foram os avanços e desafios de cada grupo, compartilhar experiências, dicas e provocações de pesquisa, com incentivo do docente para que o diálogo não seja unilateral e envolva todos os membros do campo.

Procedimentos adotados no pós-campo

Os procedimentos adotados após o campo constituem o momento de sistematização final do esforço de pesquisa e reflexão teórica desenvolvido durante a disciplina. É ali que os grupos retomam as questões formuladas no pré-campo, sistematizam as fontes coletadas e procuram confrontá-las com as discussões teóricas realizadas ao longo da disciplina. Esta etapa representa, nesse sentido, um momento fundamental para a reformulação da questão inicial de pesquisa em confronto com a tese geral que orienta a disciplina.

Nas aulas posteriores ao campo, o foco é selecionar e organizar as fontes coletadas durante a atividade. Em diálogo com o professor e os monitores, os grupos discutem quais materiais podem ser incorporados ao relatório final. Do ponto de vista docente, a avaliação dos relatórios de campo permite a reflexão sobre a maneira que cada grupo se apropriou da metodologia proposta, como mobilizaram e articularam os momentos de autonomia com o desenvolvimento do tema investigado, de que maneira se sentiram à vontade para confrontar o referencial teórico apresentado na disciplina com as fontes de pesquisa obtidas em campo. É de nosso interesse enfatizar que esse momento de autorreflexão, para além da avaliação de cada grupo, permite repensar possíveis adaptações e alterações da própria proposta teórica-pedagógica para os anos seguintes. Esta última não configura, portanto, uma fórmula acabada, e sim uma construção permanente.

Ao nosso ver, a maneira como os grupos têm se apropriado e desenvolvido a discussão tem sido bastante positiva. Como maneira de exemplificar isso, gostaríamos de mencionar a trajetória até a sistematização final de dois grupos do ano de 2025 presentes na tabela 1: *Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais* e *A modernização da violência e a violência da modernização em Morro da Garça*.

A pesquisa do grupo denominado *Patrimônio cultural em Morro da Garça: festividades e manifestações culturais* tinha como proposta inicial investigar as festividades e manifestações culturais do município. Durante a preparação do pré-campo, ainda em sala de aula, o grupo formulou a hipótese de que essas práticas muito provavelmente haviam sofrido alterações com as mudanças nas relações produtivas do município, que passou a ter menor

participação da produção familiar agrícola e maior presença de atividades ligadas à silvicultura, às carvoarias e à formação de pastagens.[7]

A hipótese inicial desse grupo considerava que antigas práticas culturais, como a Folia de Reis, a Festa da Lavoura e o canto de trabalho conhecido como Guaianas, não eram constituídas de violência econômica por não serem produzidas enquanto mercadorias, tendo uma apropriação mais espontânea e acessível que acompanhava os diferentes momentos do cultivo. O grupo tinha como hipótese que essas práticas haviam sido transformadas com a introdução de novas relações de trabalho e a mecanização da produção que levaram a cultura a ser mercadoria de consumo e produzida por profissionais especializados.

As experiências do trabalho de campo, por meio das visitas aos espaços culturais, do contato com grupos locais e do levantamento de fontes, colocaram novas questões à interpretação inicialmente proposta. No pós-campo, as discussões nas plenárias com colegas, docentes e monitores contribuíram para aprofundar essa problematização e reformular a hipótese original. A investigação permitiu identificar que, de fato, houve uma mudança na maneira como as manifestações artísticas são consumidas e produzidas no município, tornando-se grandes espetáculos que movimentavam a economia da cidade. No entanto, os alunos reformularam a dedução prévia quando observaram que essas antigas manifestações culturais, embora fossem vinculadas às práticas cotidianas do trabalho na lavoura, carregavam contradições constitutivas das antigas relações de produção no campo, também violentas.

Mesmo quando não eram organizadas segundo a lógica de produção e consumo de mercadorias que caracteriza os atuais grandes eventos do município, essas manifestações preservavam marcas das relações de violência entre proprietários de terra e meeiros, atravessadas pela expropriação e pela subordinação do trabalho. Desse modo, a investigação passou a considerar que as transformações produtivas e a dissolução de determinadas formas de sociabilidade vinculadas à agricultura familiar não significaram o desaparecimento das relações de violência que historicamente estruturam o campo brasileiro. Essas relações, que as alunas articularam às formulação do texto do Francisco de Oliveira (1977), antes eram manifestas em

[7]À essa altura, os grupos já haviam revisado o material acumulado da disciplina e tinham uma noção breve das transformações que o sertão mineiro passou nas últimas décadas, acúmulo que contribui para a construção das questões de pesquisa e suas hipóteses.

vínculos pessoais e diretos entre proprietários e trabalhadores, mas agora assumiram novas mediações diante das transformações da organização produtiva e da modernização do município.

Assim, na sistematização final, as alunas puderam observar um padrão específico de subordinação ao processo de modernização no Morro da Garça, que inclui a sua articulação com as antigas formas de sociabilidade que imperavam no município. As antigas manifestações, não necessariamente idílicas como se esperava, também carregavam formas de violência e subordinação do corpo, mas em uma territorialidade em que ainda não se havia universalizado o dinheiro e a mercadoria como categorias de mediação social obrigatórias.

Outra trajetória que ajuda a ilustrar a experiência da proposta teórica-pedagógica é a do grupo denominado *A modernização da violência e a violência da modernização em Morro da Garça*. Os alunos colocaram como objetivo investigar se foi violenta a modernização implicada na territorialização do capital no município e, ao mesmo tempo, investigar se essa mesma modernização poderia estar articulada a um processo de juridificação das relações que altera o caráter e a legitimidade do uso da violência. Para tanto, o grupo procurou construir contatos com moradores antigos da cidade que atuavam como representantes do poder público local, como uma ex-vereadora da cidade e um ex-prefeito, este último o primeiro policial no Morro da Garça. Os interlocutores relataram um período no qual o município era uma "terra de matador", em que bandos criminosos resolviam diferenças e conflitos a mando de fazendeiros locais, cenário comum nos romances e contos de João Guimarães Rosa (2019).

Segundo os interlocutores de campo, a situação de violência passou a ser reconfigurada com a chegada do aparato policial, ação paralela à modernização do território nacional promovida pela Ditadura Militar. Conforme também foi sugerido pelas interlocuções do grupo anteriormente mencionado, essa situação é apontada como o marco que enseja uma nova dinâmica a partir da chegada dos projetos econômicos associados à monocultura do eucalipto para abastecimento das siderúrgicas.

Assim, reconhecendo como as limitações relacionadas ao tempo e a inexperiência com procedimentos de pesquisa de campo dificultam a reconstituição de uma territorialidade particular, o grupo interpretou que a violência policial na Ditadura Militar surge no Morro da

Garça como elemento necessário para compor um espaço considerado "seguro" para a mobilização do trabalho pelo capital investido nesses projetos. Em diálogo com Vainer (1984), o grupo notou como a territorialização do capital impulsionada pelo planejamento da Ditadura Militar cumpriu um papel único na redefinição da legitimidade da violência, relacionando a criação de um aparato policial que ocupa essa função à necessidade de impor a internalização da mobilidade do trabalho aos trabalhadores das novas cadeias produtivas que chegavam à região.

Estes dois exemplos foram selecionados pois ajudam a ilustrar como a crítica das formas de conhecimento que acessam a realidade das migrações, trabalhada em sala de aula, se vincula a uma concepção de trabalho de campo que estimula os discentes a refletirem sobre as possibilidades e limites das fontes que permitem construir um conhecimento sobre o objeto da pesquisa, sejam elas escritas ou orais. Igualmente, buscamos estimular a reflexão sobre as categorias econômicas que permitem reconhecer os nexos e contradições que dão um sentido a explicação da realidade, explorando a perspectiva da mobilidade e crise do trabalho como condição que perpassa os sujeitos, inclusive o pesquisador, articulando-os a uma totalidade em processo que transforma as condições de exercício dessa mobilidade, sem que disso tenham consciência.

É importante ressaltar, por fim, que a elaboração desses relatórios posteriormente ao campo permite que os resultados produzidos por uma turma não se encerrem no próprio período letivo. Ao serem incorporados ao acervo de trabalhos já produzidos sobre o sertão mineiro, esses materiais passam a compor um acúmulo que pode ser retomado pelas turmas seguintes da disciplina. Os trabalhos selecionados para discussão acima, assim como outros elaborados em 2025, já foram disponibilizados para os alunos que cursaram a disciplina em 2026.

Reflexões finais

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar o potencial teórico-pedagógico da nossa proposta para confrontar duas questões que perpassam o ensino superior.

Reconhecemos a necessidade da luta contínua no processo de ampliação das estruturas universitárias. Além de permitir a permanência de uma diversidade cada vez maior de estudantes, esta disputa deve incluir a ampliação do quadro docente e das condições de trabalho destes, sendo esse um aspecto necessário para garantir a qualidade do ensino e da formação crítica. Demonstramos como a estabilidade dos servidores e a ampliação das políticas de permanência têm sido interpretadas como gastos dispensáveis, questão que impõe a tarefa de ampliar a nossa luta nessa disputa pela concepção de universidade. Enquanto isso, nos esforçamos para pensar metodologias de ensino que sejam conscientes das mediações sociais que atravessam a universidade e a carreira em Geografia, buscando construir maneiras de dar aos alunos o acesso a condições mínimas para a sua formação enquanto sujeitos críticos. No entanto, defendemos também que essa luta deve ser consciente das suas limitações.

Compreendemos que não basta cobrar do Estado um novo modelo de educação, interpretando-o como um mero agente mediador, tendo em vista que tanto ele quanto a universidade se mediam pela mercadoria, pelo dinheiro e, portanto, constituem o processo de valorização do capital em crise. É preciso refletir criticamente sobre a condição de violência sob a qual essas estruturas foram criadas. Não podemos nos limitar a cobrar por condições mais dignas de existência em uma sociabilidade que se organiza a partir da subordinação do sujeito ao trabalho. Nesse sentido, buscamos enfatizar uma crítica já realizada por Gaudemar (1977) e também por Heidemann (1998) acerca das lutas que se limitam às reivindicações por melhores condições de educação, sem considerar que esta é também um dispositivo que atua para a mobilidade do trabalho.

Ambos os autores oferecem elementos para pensar como as ampliações de instituições de ensino ocorrem em paralelo com a constituição de uma população trabalhadora disponível para concorrer pelos postos de trabalho e, nesse sentido, constituem-se enquanto sujeitos mobilizados conforme as necessidades da acumulação. As instituições de educação, assim como a nossa proposta teórico-pedagógica, não se encontram, portanto, exteriores à relação capitalista, mas constituem uma de suas formas particulares de reprodução e por esse motivo dificilmente irão subsidiar uma emancipação dos sujeitos.

Essa crítica não significa desconsiderar o efeito do acesso à educação para o sujeito, tendo em vista que esta permite melhorar as condições de diferentes grupos sociais. Trata-se, contudo, de reconhecer que a melhoria dessas condições não elimina as relações sociais que determinam a própria existência da instituição escolar, mas pode constituir parte de seu funcionamento esperado (Gaudemar, 1977; Heidemann, 1998).

É a partir dessa compreensão que, na sala de aula, os pesquisadores precisam adquirir consciência de uma totalidade que também incide sobre a sua própria condição e, portanto, ponha em questão a concepção de que os sujeitos pesquisadores são alheios aos fenômenos em investigação. A articulação entre a crítica das condições do ensino e a crítica da sujeição ao trabalho é, assim, constitutiva da proposta pedagógica. O mesmo referencial teórico que permite questionar a autonomia aparente da universidade permite questionar a autonomia aparente dos fenômenos migratórios e dos sujeitos pesquisadores(Gaudemar, 1977; Heidemann, 2004). Em ambos os casos, trata-se de compreender as formas particulares a partir das relações sociais que as constituem historicamente. O trabalho de campo ganhou, nesse movimento, uma dimensão teórico-pedagógica específica, pois possibilita aos estudantes investigar como determinações gerais se realizam de maneira particular nos territórios e como as particularidades encontradas podem colocar em questão a própria formulação inicial da pesquisa.

Isso também define os limites da experiência apresentada. A estratégia pedagógica proposta não pretendeu resolver os problemas estruturais que atravessam a universidade pública e tampouco produzir, por meio de uma reorganização do ensino, uma superação da crise de valorização.

A superação das determinações que produzem a precarização da educação exige uma crítica que alcance as formas sociais que sustentam sua reprodução (Kurz, 2005) os quais podem ser esboçadas a partir do referencial teórico adotado, estando aí o limite da nossa contribuição. Para esse último objetivo, a crítica precisa alcançar a forma-mercadoria, o dinheiro, o trabalho abstrato e as relações sociais que encontram no Estado e na universidade formas particulares de existência. Do mesmo modo, a crítica das migrações precisa alcançar as

determinações que produzem a mobilidade do trabalho, sem reduzir os deslocamentos às suas manifestações imediatas.

Vale sintetizar, enfim, que este texto carrega tantas contradições quanto a sociedade que o produziu. Lutamos por melhores condições de educação e universidade, mesmo reconhecendo que nossas conquistas não alcançam a radicalidade necessária para suprimir completamente as formas de violência que o capital nos impõe.

Embora essa luta ainda componha o escopo das relações sociais que criticamos, não ignoramos tampouco deixamos de expor os limites da nossa própria atuação. Justamente por isso reivindicamos a radicalidade da crítica e fazemos da universidade – ela própria uma forma particular de existência das relações capitalistas – um lugar para projetá-la.

Referências

AGOPYAN, V; TONETO JUNIOR., R. O desequilíbrio financeiro da Universidade de São Paulo: origens e medidas de ajuste. Revista USP, 2015

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 44-76.

COSTA, C. F. da; SILVA, S. M. G. Novo neoliberalismo acadêmico e o ensino superior no Brasil. **REad. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), v. 25, n. 3, p. 6-35, 2019.

GAUDEMAR, J. P. de. **A mobilidade do trabalho e acumulação do capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

GIAVAROTTI, D. M. A persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera. **Revista Askesis**, v. 5, n. 1, p. 45-56, 2016. Disponível em https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/107.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014

HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: **MIGRAÇÕES: discriminações e alternativas.** São Paulo: Paulinas/SPM, 2004.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio. In: **MIGRANTES EM CONTEXTOS URBANOS: uma abordagem interdisciplinar.** Petrópolis: Vozes, 1998. p. 15-33.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, 2017, p. 93-104. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/issue/view/57.

KURZ, R. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Original em alemão: Die Unselbständigkeit des Staates und die Grenzen der Politik. Em: www.exit-online.org. Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", agosto de 1994, publicado na revista **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, maio de 1995. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kurz/1994/08/90.htm#topp

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações.** Porto Alegre, 2005. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 25-36.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor.** Lisboa, Editora Antígona, 2014.

LEITE, A. C. G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador "bóia-fria" em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26102010-145338/.

LEITE, A. C. G. et al. A mobilidade revisitada: capital, trabalho e subjetivação. **Geografares**, n. 24, p. 5–21, 15 dez.2017.

LEFEBVRE, H. **Posição: contra os tecnocratas.** São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MARTINS, J. S. O voo das andorinhas. In: MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986. p. 43-61.

MARX, Karl. O capital, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society**, v. 48, n. 2, p. 167-227, June 1885.

RODRIGUES, T. **Quadrilátero Ferrífero, a região catastrófica:** interpretações sobre a recorrência dos problemas com barragens entre os anos de 2014 e 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

ROSA, J. G. **O recado do morro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

_____. **Grande sertão: veredas – "O diabo na rua, no meio do redemoinho"**. 22a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHOLZ, R. Forma social e totalidade concreta – na urgência de um realismo dialético hoje [Gesellschaftliche Form und konkrete Totalität]. **Revista Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft**, Editora Horlemann, Alemanha, número 6, 2009. Tradução de Boaventura Antunes e Virgínia Saavedra. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm

SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, Paul Israel. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1975. p. 29-60. Publicado originalmente em 1973.

SORRE, M. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: SORRE, Maximilien. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984.

VAINER, C. B. Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória. **Cadernos PUR**, v. 1, n. 1, p. 6-43, 1984.

Como citar este artigo:

TOLEDO, Carlos de Almeida; HEIDEMANN, Heinz Dieter; REIS, Camilla Milene Sales; LUCENA, Vinicius Teotonio. Trabalho de Campo, Migrações e Marxismo: Reflexões teórico-pedagógicas sobre a formação para a pesquisa na graduação em Geografia. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo, v. 116, p. 224-259, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/zt2pkj11

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 05 de novembro de 2026

Sobre os autores: Dieter Heidemann e Carlos Toledo são professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, ambos responsáveis pela disciplina Migrações e Trabalho. Camilla Reis e Vinicius Lucena são alunos do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo e coordenadores do GT de Trabalho de Campo da Associação dos Geógrafos Brasileiro - Seção Local São Paulo.

Financiamento: Declaramos que o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil (Processo nº 2024/03922-0); e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil (Processo nº 88887.014984/2024-00).

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Pressupostos marxistas, salvo engano, da teoria do território

Gustavo Prieto

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
gustavo.prieto@unifesp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Boletim Paulista de Geografia
AGB SÃO PAULO DESDE 1934
Dossiê Geografia e Marxismo

Pressupostos marxistas, salvo engano, da teoria do território

Resumo

O objetivo deste artigo é destrinchar parte dos pressupostos da teoria do território, uma contribuição central da Geografia Agrária Crítica ao pensamento geográfico e ao marxismo, produzida na periferia do capitalismo e ancorada na práxis. As análises de Ariovaldo Umbelino de Oliveira são decisivas para o desenho desta teoria que tem como pedra-fundamental a compreensão de que o desenvolvimento do modo capitalista de produção é desigual, contraditório e combinado e em seu movimento de totalização, ao buscar homogeneizar sujeitos, lugares, regiões e relações, dialeticamente cria e recria formas sociais não-capitalistas e diferentes processos de territorialização e territórios. No Brasil, a grilagem de terras, a concentração fundiária e a permanência de estratégias de acumulação originária operam como motores centrais da produção do capital e das especificidades do capitalismo rentista. Diante disso, buscamos destrinchar a teoria do território por meio das contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira quanto: i) aos fundamentos desiguais e contraditórios do capitalismo a partir da leitura de Karl Marx e Rosa Luxemburgo; ii) a análise sobre a renda da terra, que qualifica as discussões acerca do rentismo e dos fundamentos da formação da propriedade privada da terra; iii) a reprodução do campesinato como classe social e os conflitos pelo território capitalista (e sua transformação) travados por camponeses, povos indígenas e comunidades quilombolas; e iv) a redefinição das noções de território, formação territorial e fronteira.

Palavras-chave: Geografia Agrária, marxismo, território, renda da terra, Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Marxist Presuppositions, Unless I'm Mistaken, of the Theory of Territory

Abstract

The aim of this article is to unpack key assumptions within the theory of territory—a central contribution of Critical Agrarian Geography to geographical thought and to Marxism, produced from the periphery of global capitalism and anchored in praxis. Ariovaldo Umbelino de Oliveira's analyses are decisive in shaping this theory, whose cornerstone lies in the understanding that the development of the capitalist mode of production is unequal, contradictory, and combined. In its movement toward totalization, as it seeks to homogenize subjects, places, regions, and social relations, capitalism dialectically creates and recreates non-capitalist social forms as well as differentiated processes of territorialization and distinct territories. In Brazil, land concentration, land grabbing, and the persistence of strategies of primitive accumulation operate as central engines of capital production and of the specificities of rentier capitalism. Against this backdrop, we seek to unravel the theory of territory through its contributions to: (i) the unequal and contradictory foundations of capitalism, drawing on the readings of Karl Marx and Rosa Luxemburg; (ii) the analysis of ground rent, which refines debates on rentism and on the historical foundations of private landownership; (iii) the reproduction of the peasantry as a social class and the conflicts over capitalist territory (and its transformation) waged by peasants, Indigenous peoples, and quilombola communities; and (iv) the redefinition of the notions of territory, territorial formation, and frontier.

Keywords: Agrarian Geography, Marxism, Territory, Land Rent, Ariovaldo Umbelino de Oliveira



Para Ariovaldo, com a saudade da crítica

Introdução

O objetivo deste artigo é destrinchar parte dos pressupostos da teoria do território, uma contribuição central da Geografia Agrária Crítica[1] (Marques, 2018) ao pensamento geográfico e à tradição marxista, forjada na periferia do capitalismo e ancorada na práxis[2]. A crítica construída por esta teoria apoia-se no enfrentamento de tensões metódicas, tais como: a reprodução das dicotomias da ciência moderna; a persistência, por vezes insidiosa, do empirismo lógico e do historicismo; o idealismo subjetivista que transforma a crítica em mera catalogação de contradições; as vertentes teleológicas do materialismo histórico que expurgam a luta de classes/povos/comunidades e a naturalização do modo capitalista de pensar e produzir. Em contraponto, a teoria do território propõe um caminho que articula ação e utopia e, como prática vivida, move-se dialeticamente entre a denúncia e o anúncio. Assim, toma a dialética como método que

> (...) mergulha na realidade da história, da prática, da vida, (...) da natureza. Qualquer contradição pensada ou tomada conscientemente exprime e reflete contradições reais. A consciência de uma contradição não lhe dá existência: agrava-a e encaminha-a simultaneamente para a solução. A contradição na consciência provém de tomada de consciência de uma contradição objetiva, anterior à consciência que dela tomamos (Oliveira, p. 38, 1989).

As análises de Ariovaldo Umbelino de Oliveira são decisivas para o desenho desta teoria, cuja pedra fundamental reside na compreensão de que o desenvolvimento do modo capitalista de produção é, simultaneamente, desigual, combinado e contraditório. Em seu movimento de totalização (ao buscar homogeneizar sujeitos, regiões, lugares e relações), o capitalismo produz e reproduz, como momento contraditório de sua própria reprodução,

[1] Este artigo não tem a pretensão de destrinchar a historiografia da Geografia Agrária brasileira, especialmente aquela produzida pela Universidade de São Paulo em sua perspectiva crítica (Bombardi, 2008), nem desvelar a fortuna crítica da obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira para a produção da Geografia (Verdi, 2016 e Marques, 2018) ou mesmo sintetizar as diferentes correntes de pensamento sobre a questão agrária na Geografia para situar a teoria do território (Oliveira, 2007; 2010). Aqui se realiza um exercício do método a partir das correlações entre uma certa herança do marxismo e a Geografia Agrária, com enfoque em algumas noções centrais da teoria do território.

[2] A práxis é compreendida na teoria do território como movimento que articula: i) a pesquisa participante como fundamento teórico-metódico que demanda posicionamento político e o compromisso social com as lutas e os processo de territorialização dos sujeitos sociais; ii) o trabalho de campo como exercício de vivência das contradições da realidade e que evidenciam as lutas por autonomia (e controle) e apropriação (e domínio) do espaço-tempo por classes, povos e comunidades e iii) os processos de mapeamento a partir da relação entre o mapa e o vivido, em que o mapa em si se torna processo, e a cartografia uma representação dos conflitos territoriais (Batista e Faria, 2024).

formas sociais não capitalistas e diferentes processos de territorialização e de construção de territórios.

Para Oliveira (1997, p. 20) "o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território". Espaços e tempos distintos são produtos da luta desigual no, do e pelo território. O território é um espaço metamorfoseado pela mediação do trabalho, portanto produção humana e construção social; é, por isso, também espaço de luta, de luta de classes ou de frações de classes. O território é, ainda, campo de disputa de povos e comunidades que expressam distintas constituições de mundos e formas societárias. Por todas as relações que envolve, inscreve-se em jogos do poder e da política, sendo o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico (Oliveira, 2001; 2004).

Nesse sentido, a teoria do território, situada metodicamente na dialética e um capítulo do materialismo histórico, toma a terra não como mera extensão física ou categoria normativa dos processos estatais, mas como espaço-tempo central dos conflitos que substanciam as dinâmicas de territorialização na sociedade capitalista. Tais dinâmicas são mediadas pelos conflitos inscritos na luta pela terra ora como fonte de vida, ora como objeto de negócio; "lugar para que se possa produzir" (Oliveira, 2020, p. 54) ou estratégia de apropriação global da renda da terra e da extração da mais-valia; como pertencimento, reciprocidade e apropriação comunitária ou como equivalente de mercadoria e renda capitalizada. Em outras palavras, os conflitos são pontos de partida e epicentro para a compreensão das contradições capitalistas, as dinâmicas das reivindicações dos sujeitos sociais e as diferenças radicais entre projetos de sociedade e visões de mundo.

Camponeses, quilombolas e indígenas, em suas diferenças, buscam edificar os "território[s] da liberdade e dos sonhos" (Oliveira, 1997, p. 21), nos interstícios do território capitalista. A lutas pelas frações do território são, para estes sujeitos sociais, a afirmação da existência que se realiza territorialmente, bem como a chave de resistência para a conquista da terra e do território e, simultaneamente, o chão para a produção de consciência e fonte de reprodução social.

Diante disso, buscamos destrinchar a teoria do território por meio das contribuições quanto: i) aos fundamentos desiguais e contraditórios do capitalismo a partir da leitura de Karl

Marx e Rosa Luxemburgo; ii) a análise sobre a renda da terra, que qualifica as discussões acerca do capitalismo rentista e os fundamentos da formação da propriedade privada da terra; iii) a reprodução do campesinato como classe social e as disputas pelo território capitalista (e sua transformação) travadas por camponeses, povos indígenas e comunidades quilombolas; e iv) a redefinição das noções de território, formação territorial e fronteira.

Desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do capitalismo

A teoria do território parte da premissa de que a lógica do desenvolvimento capitalista se assenta em um processo histórico estruturalmente desigual e contraditório. No caso brasileiro, essa lógica se expressa de forma particular na constituição de um capitalismo rentista, cuja base está na aliança de classe entre proprietários de terra e proprietários de capital (Martins, 1994; Oliveira, 2010; Prieto, 2020). Essa articulação – longe de representar um descompasso ou entrave ao avanço do capital – conforma o núcleo dinâmico de sua forma específica de reprodução: nela, a concentração fundiária, as disputas por fundos territoriais e a permanência de estratégias de acumulação originária operam como motores centrais da produção e das especificidades do capitalismo brasileiro.

A distinção entre o modelo clássico que separa proprietários de terra dos capitalistas urbano-industriais (atualmente também financeiros, financeiro-imobiliários e/ou fictícios) e a forma à brasileira de aliança terra-capital é fundamental para compreender as especificidades do capitalismo rentista no Brasil. Nesse contexto, a propriedade fundiária não deve ser vista como empecilho ou obstáculo à expansão das relações capitalistas de produção no campo — como critica Oliveira (2010) —, mas como uma contradição fundamental do modo capitalista de produção, expressa em suas formas de poder e controle da economia, da sociedade e da política. Essa diferenciação entre o modelo clássico e o brasileiro foi esmiuçada por Martins (1994, p. 79-80):

> O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, consequentemente, o sistema oligárquico nela apoiado. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo.

O fundamento da diversidade de vias de desenvolvimento capitalista (como o modelo clássico de cercamentos [*enclosures*] dos campos na Inglaterra, as divergências sobre a via russa, a via prussiana e as diversas formas da chamada via americana) encontra-se na particularidade histórica de cada conjunto de lugares da economia-mundo (Moraes, 2011; Prieto, 2016), refletindo na inserção desigual das regiões no modo de produção. As relações capitalistas de produção não emergiram simultaneamente em todas as partes do mundo, como já afirmava o próprio Marx em seus escritos a partir da segunda metade da década de 1860.

Diante disso, o caso da Inglaterra é tomado como referência de um modelo clássico, sendo a formação territorial inglesa (em seus movimentos mundiais e imperiais de colonização) o principal universo empírico que fundamenta a análise de Marx sobre os fundamentos do modo capitalista de produção nos assim chamados "capítulos históricos" d'*O Capital*. Publicado na Alemanha em 1867, o primeiro volume da obra se baseia, em grande medida, em dados sobre o desenvolvimento capitalista da Inglaterra sistematizados e analisados criticamente por Marx. Seu objetivo era dialogar com o leitor alemão e demonstrar como aquelas informações seriam fundamentais para compreender a realidade germânica, cuja formação territorial já se encontrava em processo de reprodução das relações capitalistas, articulando a produção de capital com a transformação das relações sociais. Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo alemão seguiria, fundamentalmente, os contornos da experiência inglesa. No entanto, essa assertiva não significava que todas as demais formações territoriais e territórios, sobretudo aqueles que ainda não haviam instaurado plenamente o modo especificamente capitalista de produção, estariam fadados a repetir a mesma trajetória histórica (Sayer e Corrigan, 1990; Shanin, 1990; Anderson, 2025).

Marx participou diretamente da primeira edição d'*O capital* em francês, contribuindo com traduções e realizando profundas modificações na sua reflexão sobre a acumulação originária do capital e a questão da multiplicidade de formas de desenvolvimento da sociedade (Anderson, 2015). Por exemplo, o prefácio se apresenta da seguinte forma na edição francófona publicada em 44 fascículos entre 1872 e 1875:

> Eu estudei nessa obra o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que o correspondem. A Inglaterra é o lugar clássico dessa produção. É por isso que eu atribuo a esse país os fatos e exemplos principais que servem de ilustração ao desenvolvimento das minhas

> teorias. Se o leitor alemão der de ombros para a situação dos trabalhadores ingleses, industriais e agrícolas, ou se iludir com a ideia otimista de que as coisas estão longe de estarem tão mal na Alemanha, eu serei obrigado a gritar: *De te fabula narratur*. Não se trata aqui do desenvolvimento mais ou menos completo dos antagonismos sociais que engendram as leis naturais da produção capitalista, mas dessas leis mesmas, das tendências que se manifestam e se realizam com uma necessidade férrea. O país mais industrialmente desenvolvido apenas demonstra àqueles que o seguem na escala industrial a imagem no seu próprio destino. (Marx, p. 50-51, [1872-1875] 2014)

Marx constatou que o proletariado inglês apresenta uma história e um território de origem: a formação da classe trabalhadora encontra seus fundamentos no campesinato, e a sua história de expropriação relaciona-se com as dinâmicas de transição do modo feudal de produção para o modo capitalista de produção e , consequentemente, com a produção de capital. Para Marx ([1867/1890] 1985a, p. 262):

> (...) o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação entre produtor e meio de produção, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.

No Livro III d'*O Capital*, o autor reafirmou que a fórmula trinitária do capitalismo, ou seja, as três grandes classes que formam o capitalismo (proprietários de meios de produção, proprietários de força de trabalho e proprietários de terra), se realizavam em processo de desenvolvimento desigual. O capital se conforma como uma totalidade contraditória, na qual a mais-valia é o motor da sociedade capitalista e a luta de classes o motor da história, que se concretiza no território capitalista. Todavia, apesar de sua tendência à realização plena, pois conforma um movimento homogeneizador, o capitalismo se efetiva dialeticamente, abrindo brechas para a reprodução de particularidades e simultaneidades nas formações territoriais por onde atravessa. Tendencialmente universal, o capitalismo produz contradições, cria e se realiza instituindo especificidades históricas e diferentes disputas nos processos de territorialização.

Marx explicou os fundamentos do capitalismo moderno a partir do conceito de acumulação originária do capital. De acordo com a exposição marxiana em *O capital*, a expropriação violenta dos camponeses pelos cercamentos, as táticas mundiais de grilagem de terras dos povos nativos, o tráfico de pessoas escravizadas e a pilhagem brutal das colônias

explicam a formação do capital, ou seja, medeiam múltiplas escalas de análise para a compreensão da totalidade. O entesouramento acumulado na Europa, especialmente na Inglaterra, via colonização das Américas e a escravização em África, está articulado à expropriação do campesinato inglês e nas ilhas britânicas, e à Revolução Industrial, não sendo possível entender esses processos de forma desarticulada ou meramente genética. Marx considera que os recursos diretamente apresados fora da Europa, por formas de pilhagem, grilagem, escravização e genocídio, refluíam à metrópole e, nesse processo, transformavam-se em capital, em fundamento do modo capitalista de produzir. Esse processo se realiza a ferro e fogo, instituindo a fórceps a produção de capital. Assim,

> [a] descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da produção capitalista (Marx, p. 285, [1867/1890] 1985a).

A barbárie foi a marca desse processo em escala mundial, de caráter permanente, e que acompanha a totalidade das relações sociais capitalistas. O desenvolvimento inglês figura exemplarmente essa interpretação. Para a formação do capitalismo na Inglaterra, em seus fundamentos, foi necessário um processo mundializado de dominação territorial e colonização regional da América, Ásia, África e Oceania, além de relações de dependência com países como Portugal, por exemplo, e as transformações de territórios vizinhos em áreas periferizadas para o desenvolvimento inglês, como a Escócia e a Irlanda.

Os fundamentos da violência e da utilização de "fatores extraeconômicos" demonstravam que o capital não se produz da mesma forma como se reproduz. No processo de produção do capital, as formas essencialmente brutais do processo são postas em marcha, e sua realização sobre relações sociais e de produção não-capitalistas é central (Luxemburgo, [1925] 2008). O Estado tem papel fulcral no arranjo desse processo de produção, o qual coaduna os marcos jurídicos de gênese da propriedade privada capitalista e de proteção jurídica, política e militar, à classe de grandes proprietários de terra como uma classe capitalista (Luxemburgo, [1913] 1985).

Todavia, o processo contraditório (portanto, heterogêneo) da generalização progressiva das relações de produção especificamente capitalistas evidencia que há um desenvolvimento desigual do capitalismo (Oliveira, 2010; Tavares dos Santos, 1981; Marques, 2016). A reprodução de relações não-capitalistas de produção, reproduzidas no modo capitalista de produção, pode ser analisada como a forma própria de se realizar a reprodução ampliada do capital, ou seja, a unidade dialética entre trabalho assalariado, expansão do latifúndio e territorialização do monopólio capitalista com relações de produção e territórios não-capitalistas: unidade camponesa, trabalho familiar camponês e resistências de modos comunitários de produção. Compreendemos, portanto, que as análises da Geografia Agrária Crítica são tributárias do pensamento tanto de Marx, quanto de Rosa Luxemburgo. E possibilitam uma reflexão sobre o desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do capitalismo, permitindo analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu caráter rentista (Prieto, 2016; Prieto, 2017).

A terra na sociedade brasileira é uma mercadoria especial, funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial (Oliveira, 1997; 2007). Ou seja, há no Brasil um monopólio sobre a propriedade privada da terra a partir, primordialmente, da grilagem – que se efetiva para além das fraudes, burlas e sobreposições jurídicas e administrativas, mas por redes de suborno e solidariedade (Motta, 2005) que conformam o roubo de terras e o sequestro da história da luta para se apossar e se manter nas frações territoriais, por meio do poder conferido por supostos títulos de propriedade e da venda destas terras griladas para realização contínua da produção de capital.

A violência, ou a barbárie moderna, nos termos de Luxemburgo ([1913] 1985), sobre os territórios dos povos indígenas, quilombolas e das diversas formas de comunidades tradicionais e de apropriação comunitária da terra e o território camponês (posseiros e pequenos proprietários) tem sido o motor desse processo.

O território capitalista no Brasil se fez "como produto da conquista e destruição dos territórios coletivos e livres dos povos indígenas" (Oliveira, 1997, p. 14). Esse processo de europeização do mundo (Novais, 1969) envolveu ocupação, exploração, povoamento e valorização de novas áreas, ou seja, a colonização realizada no Brasil promoveu a intervenção

direta dos empresários europeus no âmbito da produção. A condição da inserção da colônia no capitalismo foi então definida pelo escravizado como renda capitalizada e sob a monopolização da terra como alicerces da formação territorial. A terra, então, opera como equivalente de capital, não só devido à sua abundância, mas fundamentalmente porque sua disponibilidade para explorações lucrativas dependia dos complexos arranjos monetários para obter escravizados. Com o processo combinado de tomada das terras indígenas e escravidão ocorreu o desenvolvimento da produção capitalista no Brasil, sendo o roubo de terras a força motriz para a modernidade. Entretanto, deste território de opressão, "nascem, e se reproduzem as roças comunitárias e a produção coletiva do território liberto dos posseiros contra a sanha e a sina da expropriação e da proletarização" (Oliveira, 1997 p. 16), brotam as retomadas indígenas e as demandas por reconhecimento dos territórios quilombolas em contestação a concentração fundiária. Em linhas gerais, os latifundiários brasileiros não estão interessados na terra, mas sim na captura da renda da terra. A terra não é utilizada no Brasil pelos grandes proprietários de terra, não é de fato produtiva. O que está em jogo é o caráter especulativo na extração da renda da terra, que mobiliza parte central do corpus de noções da teoria do território.

Renda da terra, rentismo e capitalismo rentista à brasileira

A terra é um bem natural e não pressupõe trabalho na sua constituição, fundamento que a estabelece como equivalente de capital. Nomeia-se renda ao rendimento que deriva da mera propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo fato de ser proprietário. Em outras palavras, há uma modalidade de apropriação de riquezas realizada por proprietários de terra que produzem nela ou não, mas que recebem tributos sociais pelo domínio da propriedade da terra: a renda da terra.

Para Marx ([1867] 1985a; [1894] 1985c), a propriedade da terra por parte de alguns e, portanto, sua negação para outros constitui o fundamento do modo capitalista de produção. O capital não pode existir sem a propriedade da terra, pois esta representa um dos elementos fundamentais para sua produção (Prieto, 2017).

A renda da terra se expressa em três formas principais de captura. A primeira refere-se à terra como mercadoria, cuja posse, mesmo sem qualquer atividade produtiva, permite ao proprietário apropriar-se de uma fração da massa de mais-valor social, expressa no preço de venda. Por essa razão, sua origem está na circulação. No entanto, essa forma de renda é realizada apenas uma vez no momento da compra e venda. No capitalismo rentista à brasileira, predomina a retenção da propriedade fundiária, o que explica sua concentração. Nesse contexto, a terra se efetiva como reserva patrimonial e garantia financeira para acesso ao mercado de capitais, especialmente por meio de sua hipoteca.

A segunda forma manifesta-se na monopolização da terra, característica do latifúndio, que dá origem à chamada renda absoluta. A terceira baseia-se na diversidade natural dos solos, fundamento da renda diferencial. Ambas derivam da própria produção capitalista no campo. Assim, o capital gera uma forma específica de riqueza, o valor fundado no trabalho, mas também incorpora valores extraídos de agentes naturais (como terras férteis, quedas d'água e jazidas), que, embora não sejam produto do trabalho, tornam-se objetos de apropriação privada e adquirem valor de troca. Por entrarem nos cálculos de custo de produção, seu valor é explicado pela teoria da renda da terra.

A moderna renda da terra é uma criação específica do capital, a única criação que faz surgir um valor diferente de si mesmo, de sua própria produção. Para Oliveira (2007) o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria e recria dialeticamente as relações não-capitalistas de produção como o campesinato e o latifúndio. A propriedade privada da terra sob o capitalismo é compreendida como renda capitalizada.

Além disso, a aliança econômica entre latifundiários e proprietários de capital é um arranjo central para a manutenção social e política da acumulação do poder e da exploração do capital, visto que

> a cobrança da renda está articulada aos demais mecanismos de extração da mais-valia, mesmo porque o que está em jogo, em essência, é a perpetuação da ordem que assegura a alguns o privilégio de terem o trabalho humano, o único capaz de criar riqueza, a seu dispor. Sendo assim, não convém aos capitalistas questionarem o tributo renda da terra, porque caso o façam, estarão também questionando o direito da propriedade privada e isso poderia ser extensivo aos demais meios de produção. Ao privilégio que os proprietários fundiários têm de cobrar renda, respondem com o direito de extrair mais-valia, dividindo com os primeiros o saque praticado

> contra todos os trabalhadores que, ao fim, arcam com o ônus a propriedade privada dos meios de produção. É por essa razão que a aparente irracionalidade sobre o controle privado da terra segue incólume. (Paulino, p. 57, 2006).

A renda capitalista da terra é extraída quando o proprietário captura a mais-valia gerada pelos trabalhadores empregados na produção em suas terras, ou seja, "ela é a sobra acima do lucro (...) é uma fração da mais-valia" (Oliveira, 2007, p. 43). O aspecto central da renda da terra absoluta reside na garantia de uma renda excedente acima do lucro médio para todos os proprietários de terra, inclusive aqueles cujas terras apresentam as piores condições de fertilidade e localização (Oliveira, 2007). Essa renda excedente só se torna possível devido à monopolização da terra por uma fração da sociedade: a classe dos grandes proprietários fundiários.

A renda absoluta corresponde a um rendimento extra pago pelo conjunto da sociedade como forma de superar o obstáculo imposto pela existência da propriedade privada da terra, funcionando como um preço a ser pago pelo uso de um bem monopolizado. A necessidade constante de extração de lucro extraordinário fundamenta as relações de trabalho capitalistas no Brasil, assentadas na captura contínua da mais-valia e na entrega de parte dela aos proprietários de terra, em uma das formações territoriais com maior concentração fundiária do planeta. No processo de produção capitalista no campo, forma-se também a renda da terra diferencial, decorrente da maior produtividade em relação às piores terras. Assim, o pagamento da renda da terra aparece, sob a lógica do capital, como uma irracionalidade.

Contudo, a propriedade fundiária não é propriamente um entrave ao capital. Ela é uma expressão das contradições internas ao próprio modo capitalista de produção, que se realiza de maneira desigual e contraditória, reproduzindo-se a partir da convivência com relações não-capitalistas de produção. Segundo Oliveira (2007), com base em Marx, o preço mínimo das mercadorias agrícolas é definido pela produtividade das terras menos férteis; assim, quanto mais férteis e melhor localizadas forem as terras, maior será a renda da terra (renda diferencial I). Da mesma forma, quanto maiores forem os investimentos produtivos realizados para aumentar a produtividade da terra, maior será também a renda apropriada pelo proprietário (renda diferencial II).

Ademais, há possibilidade de extração da renda da terra de monopólio, presente em situações nas quais certas regiões detêm características singulares que permitem a produção de mercadorias específicas, não reproduzíveis em outros lugares. Em síntese, a renda absoluta da terra só existe porque o Estado — expressão concreta e contraditória da aliança terra-capital — assegura juridicamente o monopólio da propriedade privada da terra. Isso permite uma espécie de absolutização da propriedade fundiária e impõe à sociedade o pagamento da renda da terra além do lucro médio esperado pelo capitalista.

A teoria do território ressalta o caráter rentista da formação brasileira no processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: a concentração fundiária é o motor do capital e a grilagem o princípio para a formação do latifúndio e da classe dos grandes proprietários de terras. Para os autores que se inscrevem nesta teoria, os monopólios capitalistas se implantaram na circulação capitalista – e não apenas na produção -, realizando a subordinação da produção à circulação (Oliveira, 2004; Prieto, 2024). Ou seja, opera-se a sujeição da renda da terra ao capital sem necessariamente a dominação direta da terra (a territorialização do capital) pela burguesia urbano-industrial, pelo capital bancário ou por especuladores financeiros mundializados.

A monopolização do território se efetiva, especialmente em países de passado colonial, a partir da classe de grandes proprietários fundiários sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra e, simultaneamente, por um prisma de relações fundiárias mediadas pela posse e pelo direito costumeiro[3]. O processo de dissolução de relações comunitárias, comunais e coletivas para a onipresença da moderna propriedade privada capitalista é permeado por contradições, por dinâmicas desiguais e contraditórios que produzem diferentes movimentos de transição agrário-urbana para o desenvolvimento

[3] O direito costumeiro pode ser compreendido como um conjunto de normas, princípios e formas de regulação socioespaciais produzidas e reproduzidas historicamente nas práticas cotidianas dos camponeses, ancoradas na experiência do trabalho, da posse e do uso da terra. É um direito vivido, transmitido pela prática e pelo reconhecimento coletivo, que fundamenta relações sociais, define obrigações recíprocas e legitima formas de acesso e permanência no território sem depender da formalização jurídica estatal. Assim, quando os camponeses recorrem à Justiça para resguardar/salvaguardar seus direitos, deparam-se com o descompasso entre essas relações socialmente construídas e a lógica abstrata do direito positivo. Nesse processo, o direito costumeiro (relacional, situado e histórico) é progressivamente traduzido e, muitas vezes, substituído pelo contrato, pela lei e pelos dispositivos formais de propriedade, evidenciando os limites da justiça estatal em reconhecer formas não-capitalistas de regulação social e territorialização.

capitalista. E revela a permanência das classes de proprietários de terra no modo capitalista de produção e as constantes tentativas de sujeição da terra ao capital em uma plêiade de estratégias de legalização e legitimação da grilagem (Moreno, 2007; Torres, 2008; Feliciano, 2009; Malina, 2013; Prieto, 2016; Faria, 2016; Costa, 2017; Schwade, 2019) e de resistências camponesas, quilombolas e indígenas.

Campesinato, uma classe (anti-)capitalista

A luta do campesinato é um exemplo da resistência ao processo de proletarização e tensionamento ao rentismo à brasileira (Prieto, 2016). Para além dos decretos analíticos ou políticos do seu fim como classe social, os camponeses, para reproduzirem seu modo de vida e vida cotidiana, recorrem às atividades assalariadas ou se deslocam para terras livres ou presumivelmente livres para a reprodução de suas relações sociais de produção. A longa marcha do campesinato, a história de mobilidade e migração camponesa, tem um duplo caráter: além de permanecer no campo e lutar pelo acesso à terra, ou seja, para a entrada na terra expropriada/negada, o campesinato se reproduz e se expande, luta para permanecer no chão apossado (Oliveira, 2001; 2007).

Martins (1981) criticou a comparação da situação brasileira com a realidade da Rússia do final do século XIX, analisada por Lenin, pois

> Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lênin, um campesinato estamental, baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. (Martins, 1981, p.15-16).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira seguiu direção similar, ressaltando que um conjunto de intelectuais brasileiros (sobretudo José de Souza Martins, Margarida Moura, parte significativa dos seus orientandos e também Marcia Motta, Ligia Osório Silva e Emília Viotti da Costa) procuraram compreender a permanência, a resistência e a expansão do campesinato na agricultura no decorrer do desenvolvimento capitalista. Estabelecendo análises que buscam

uma compreensão aprofundada da criação e recriação das relações camponesas de produção, estes intelectuais basearam-se em reflexões de autores como Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Alexander Chayanov e Teodor Shanin. Para Oliveira (2007, p. 11), o desenvolvimento das relações capitalistas de produção se realiza a partir de

> (...) relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste (...). O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. Entendem [os] autores [da teoria do território] que esse processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento.

A barbárie capitalista substanciada nos conflitos no campo e no deslocamento da fronteira no Brasil demonstra a violência como conteúdo de legitimação política dos grandes proprietários de terra. O conflito é o motor do processo contraditório de expansão do capital, no qual, em inúmeros casos, o papel do Estado em associação às forças repressivas oficiais (e também paramilitares ou milicianas) conforma a brutalidade da formação territorial brasileira. Ademais, a violência é operada para além da força física e das políticas de morte, chacinas e genocídios imediatos, mas também pelo sistema de Justiça, por cartórios e pela opressão figurada nos títulos e supostos títulos de propriedade e na propaganda ideológica anti-indígenas, camponeses e quilombolas.

O movimento de expansão do capitalismo rentista reproduz-se a partir de mecanismos dialeticamente relacionados, qual seja: a necessidade de expansão sobre territórios não-capitalistas e a busca por mercados externos[4], tanto no movimento de expansão capitalista

[4] Rosa Luxemburg enfatizou que: "vemos (...) que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas. (...) Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia às formas de produção não-capitalistas" (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 250).

dos Estados nacionais quanto na expansão do comércio e das relações de troca no interior das unidades políticas nacionais (Luxemburgo, [1913] 1985; [1925] 2009). A compreensão aprofundada do rentismo é tarefa central para o entendimento da formação territorial capitalista brasileira e do desvendamento de seus conteúdos reproduzidos no século XXI. Afinal, o capitalismo produz conflitos e, por onde atravessa, gera resistências e escombros[5].

O capital se move para se reproduzir; no entanto, para que essa reprodução ocorra, é fundamental, tanto lógica quanto historicamente, que ele seja produzido (Oliveira, 1997; Martins, 1981). É dessa lógica contraditória que emergem, simultaneamente, os antagonismos que marcam a formação territorial brasileira: grileiros e posseiros, colonizadores e colonos, fazendeiros e quilombolas, indígenas e não-indígenas da sociedade nacional. Das lutas entre esses sujeitos derivam as múltiplas frações de classe e os diferentes territórios como expressões concretas das disputas materiais, simbólicas e de visões de mundo. Esses territórios são sínteses de múltiplas determinações: da luta de classes e das lutas dos povos, comunidades e sociedades diversas. Para compreender esse pressuposto, parte-se da constatação marxiana de que, no capitalismo, existem três classes sociais principais:

> Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. (...) O que constitui uma classe? E é claro que isso se depreende obviamente da resposta a esta outra questão: o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra se tornem os formadores das três classes sociais? À primeira vista, a identidade de rendimentos e as fontes de rendimento. São três grandes grupos sociais, cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda fundiária, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária. (Marx, [1894] 1985c, p. 317).

Ao analisar a fórmula trinitária, Marx ([1894] 1985c) afirmou que estamos diante de capital (lucro materializado em ganho empresarial mais juros), terra (renda fundiária) e trabalho (expresso na forma de salário) como um processo de produção social que compreende os "segredos da produção capitalista". Salário, lucro e renda da terra não são nesse sentido um

[5] Rosa Luxemburgo argumenta em *Escombros* que "enquanto houver propriedade privada capitalista, exploração, riqueza e pobreza, as guerras são inevitáveis e cada uma espalha à sua volta morte e pestilência, extermínio e miséria (...) O capitalismo moderno uiva sua satânica canção de triunfo: somente ele pôde em poucas décadas acumular riquezas brilhantes e obras de civilização fulgurante para, em poucos meses, com os meios mais refinados, transformá-las num campo de escombros" (LUXEMBURG, [1914] 2011, p. 1-2).

dado ou apenas diferentes expressões da forma-dinheiro, mas referem-se às condições de distribuição do produto do valor. Além disso, trabalho, capital e terra indicam as condições de distribuição dos meios de produção e são relações sociais.

Todavia, para uma compreensão mais aprofundada das classes sociais, entende-se que é, sobretudo, na dinâmica das lutas socioterritoriais que podemos localizar concretamente a posição dos grandes grupos na produção e a constituição de uma consciência social que os identifique como classe(s). O duplo caráter dos termos propostos por Marx — distribuição e produção do valor — constitui um aspecto importante para apreender a lógica de existência das classes sociais. Ainda assim, a análise de sua dinâmica exige o aprofundamento de outros aspectos no interior do materialismo histórico. Marques (2008), analisando a obra de E. P. Thompson, considerou que a situação de classe, as condições materiais, a vivência e as percepções desta situação são elementos fundamentais para compreender as lutas, seus conteúdos e a formação dos sujeitos. A classe não pode ser compreendida como uma categoria-analítica que se aplica apenas aos grupos sociais como decorrência direta de sua posição no interior das relações de produção.

Nos termos de Thompson (1987a, p. 9-10)

> Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma "estrutura" nem como uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja experiência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa a análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Para Thompson (1987a), a noção de classe é um processo ativo, um fazer-se [*making*] da ação humana e seus condicionantes, um processo de auto-fazer na experiência de identidade entre pertencentes do mesmo grupo e diferenças frente aos interesses e oposições de outros

segmentos sociais. Ele destacou o sentido da experiência produzida historicamente pela regularidade de resposta dos sujeitos sociais no decurso da luta. A classe porta uma consciência de si, produto da experiência, da identidade histórica e da luta. A divisão do trabalho e da sociedade em classes afirma sua existência (classe em si) e a consciência de classe (classe para si), seu posicionamento ideológico, produzindo diferentes territorializações a partir do auto-fazer das classes. Thompson (2012, p. 274) afirmou ainda que "a meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à 'classe', e muito pouca, ao contrário, à 'luta de classes'. (...) Uma classe não pode existir sem um tipo de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é 'algo' ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica".

As três grandes classes sociais enunciadas por Marx portam assim a unidade contraditória desses fundamentos que compõem uma classe social, tanto em seu posicionamento na produção e distribuição de valor (Marx, [1894] 1985c), quanto em sua existência, consciência de classe e luta de classes (Thompson, 1977; 1987a). A teoria do território, então, vai propor ao menos quatro grandes classes em luta: burguesia, proletariado, latifundiários e camponeses, destrinchando o fazer-se das classes dos proprietários de terra em processos em si e para si que os diferenciam nos processos e relações com a terra e o território.

Tal teoria compreende o campesinato como classe social que se recria no capitalismo, visto que o capital remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua produção e reprodução ampliada, ao mesmo tempo em que incorpora aquelas relações persistentes que não necessitam ser substituídas para o seu processo de reprodução.

O capital recria relações para a realização de seus processos de produção e/ou reprodução. Tais relações podem parecer as mesmas, mas são agora formas sociais prenhes de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento de sua reprodução ampliada (Luxemburgo, [1913] 1985). No processo de desenvolvimento das relações capitalistas, há a reprodução de relações especificamente capitalistas e há também a reprodução de relações camponesas de produção. Nos processos de territorialização, produzem frações do território em sua reprodução social como classe.

Almeida e Paulino (2010) analisaram, a partir da consciência de classe camponesa, a aparente ambiguidade desse sujeito social: ele é simultaneamente proprietário e trabalhador. Essa ambiguidade contraditória demonstra a luta dessa classe por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terras; contudo, revela também a luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos de seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última porta um germe real e concreto de lutas anticapitalistas, segundo Oliveira (2001, p. 189)

> (...) a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século [XIX] foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo, pois, desterrados, "sem terra", que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

Nesse sentido, a teoria do território compreende o campesinato como uma classe social de dentro do capitalismo e não como um estamento ou classe pré-capitalista (OLIVEIRA, 2004; 2007). Analisando o percurso histórico do campesinato na longa duração constata-se a violência como tônica no processo de luta e resistência dos camponeses na formação da propriedade privada da terra no Brasil. Assim como os processos articulados de expropriação fundiária e territorial, exploração do trabalho e resistência para a conquista da terra. Visto que os

> acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista (Oliveira, p. 17, 1997).

O campesinato luta no processo de constituição e reprodução de sua existência, buscando a conquista da terra de trabalho[6] ou o direito ao uso fundamentado no costume (Monteiro, 2022), nas relações familiares de parentesco e descendência (Wortmann, 1988) e na reciprocidade (Taussig, 1980). A classe produz a sua própria recriação, a memória coletiva, a

[6] Para Martins (1980, p. 60) "quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro".

centelha de transformação e de questionamento aos fundamentos do rentismo. E, neste processo, efetua o conflito pelas frações do território.

Território, formação territorial, fronteiras: expressões concretas das lutas

A noção de território nomeia a teoria do território. O território é a síntese contraditória da totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas e simbólicas). Pois,

> [o] processo de valorização é (...) compreendido como fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Isso significa que sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada (Oliveira, p. 74-75, 2010).

As relações sociais de valorização, produção e reprodução se concretizam a partir de processos e dinâmicas de desenvolvimento desigual e combinado. Assim, o território não é palco ou receptáculo da dinâmica que acontece na sociedade, ou seja, o território não é exterior (reflexo de processos sociais e naturais) ou lugar de acontecimento e localização da sociedade e da natureza (extensão e posicionamento de situações sociais). Não é, também, apenas o resultado da soma das ações humanas e dos processos naturais, tornando o território um fim, isto é a resultante de um processo.

O território é a construção concreta da luta de classes (e de povos e comunidades) travada pela sociedade no processo de produção de sua existência e consciência. O território constitui-se nas relações de poder, sendo uma condição do processo de humanização da humanidade e da reprodução social. Esse processo de reprodução produz territorializações que são conflitivas na medida em que a lógica de reprodução do capital necessita, submete e recria relações não-capitalistas de produção e que os sujeitos sociais constroem territórios no movimento de reprodução da vida. Assim, nos processos de territorialização, as lutas de classe/povos/comunidades no/pelo/a partir de frações do território são explicitadas em

dissensos e conflitos, inclusive os que envolvem os marcadores sociais da diferença (gênero[7], raça, etnia, sexualidade e territórios) que se acirram nos movimentos de produção e reprodução do capital.

Para Souza (2009), impõem-se na luta de classes a exigência de analisar o território como totalidade e buscar explicitar os processos determinantes nas relações sociais e como eles são capazes de gerar negações ou afirmações concretas ao fundamento (do poder) do capital.

A formação da grande propriedade privada da terra tem sido resultado do processo de luta entre latifundiários e grandes empresas, povos indígenas e camponeses sem terra (Fernandes, 2007), desencadeando conflitos permanentes que evidenciam as contradições da problemática fundiária brasileira, opondo frações do território capitalista e outras frações dos territórios em processo de territorialização. Marcos (2006) argumenta que se produzem no campo ao menos dois territórios que se estruturam com modelos sociais, econômicos, políticos e geográficos opostos, sendo um a fração do território capitalista, do latifúndio grilado e da produção para o mercado externo, e outro a fração do território camponês, da resistência, da pequena unidade de produção familiar e da produção de alimentos para o mercado interno.

Além disso, as lutas das comunidades quilombolas têm um fundamento histórico profundamente enraizado na busca por terra livre e por autonomia em meio a uma sociedade escravocrata. Os territórios quilombolas também conhecidos como terras de preto, mocambos ou comunidades de rebeldes africanos livres são frações do território ocupadas e disputadas por descendentes de pessoas escravizadas. Como herdeiras das lutas contra os fazendeiros rentistas e senhores de escravizados, essas comunidades demarcam especificidades étnico-raciais e comunitárias centrais à formação socioterritorial brasileira (Costa, 2017).

Da mesma forma, os povos indígenas protagonizam um movimento histórico de resistência diante do Estado e da sociedade capitalista. Esse processo envolve a apropriação

[7] As opressões de gênero, a divisão sexual do trabalho e a reprodução de hierarquias nas famílias do campo com o poder de decisão e direção das unidades produtivas, que envolvem terra e trabalho, por homens tem sido firmemente contestadas pelas lutas feministas camponesas. Invisibilidade, silenciamento e desrespeito tem sido também questionados em seus fundamentos das estruturas de reprodução de regimes de poder (ver Amaral, 2018). Além disso, as mulheres têm protagonizado, via agroecologia, a construção da soberania alimentar, da justiça social e ambiental contra as novas rodadas de colonialismo químico e molecular em contexto de mudanças climáticas e expansão da grilagem e do agronegócio (ver Bombardi, 2023).

ancestral das terras, a expropriação territorial pela via da propriedade privada capitalista — fundamento da constituição do território capitalista desde a invasão colonial —, as subsequentes dinâmicas de reterritorialização e mobilidade forçada, e, mais recentemente, os processos contemporâneos de retomada de terras. Nessa luta, buscam apropriar-se de parcelas dos territórios que lhes foram usurpados (Faria, 2016).

Esses sujeitos sociais, com seus modos de vida, temporalidades e espacialidades distintas, aparecem territorializados tanto nas brechas e interstícios da expansão do agronegócio (sob a lógica da "modernização" e da territorialização do agro) quanto na resistência territorial expressa por camponeses, quilombolas e indígenas. A consolidação do domínio latifundiário sobre terras públicas no Brasil ocorre, principalmente, por meio da violência — seja privada (com pistoleiros, jagunços e milícias), seja estatal (com o uso do aparato repressivo em favor do latifúndio) —, da institucionalização de políticas públicas que oferecem incentivos fiscais a grandes empreendimentos agrários, da atuação da bancada ruralista na produção de marcos legais que sustentam o rentismo fundiário, da mobilização ideológica em torno da "vocação agrícola" do país, e das tramas no interior do Poder Judiciário que reforçam a absolutização da propriedade privada.

O território é construído historicamente em um processo cumulativo (Moraes, 2011), sendo a cada momento o produto, o resultado e a possibilidade de concretização de múltiplas determinações, ou seja, é produzido continuamente em movimento conflitivo. É também um modo possível de análise da história – visto o imbricamento filosófico das categorias de espaço e tempo em sua construção, (Oliveira, 1996) -, isto é, da constituição de tensões, lutas, jogos e relações de poder no passado e no presente, já que o território é a expressão das relações sociais e espaço-temporais, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais e as relações entre eles.

Todo território (e suas expressões concretas em formações territoriais e frações do território) tem uma história e uma lógica que evidenciam, simultaneamente, sua construção e a estrutura atual decorrente de ações cumulativas que ocorreram no passado. Uma história não com um fim em si, pois não é no estudo das particularidades históricas e na busca de seu caráter único que se compreende essa relação. É, sobretudo, na investigação dos fundamentos dos

processos, reveladores de diversas determinações da formação dos mesmos, que vai se objetivar a análise histórica proposta pela teoria do território.

Para entender as relações entre território e história a luz do materialismo histórico, os autores da teoria do território buscam analisar o processo de formação territorial e as dinâmicas territoriais que possibilitaram tal formação a partir das articulações entre as determinações econômicas, as injunções políticas e os processos sociais, tal como fizeram, por exemplo, Oliveira e Faria (2009), Feliciano (2009), Malina (2013) e Prieto (2020).

Nesse sentido, entende-se formação territorial coetâneo às reflexões propostas por Moraes (2011a) e Oliveira (1997). Ao se analisar um objeto de cunho histórico retrospectivo - como a formação da propriedade privada da terra (associada à apropriação, o domínio capitalista da terra e a produção realizada sob égide da grilagem) -, buscam-se os fundamentos dos arranjos territoriais contemporâneos, em processos que se materializavam no passado em frações do território capitalista e de outros territórios que não necessariamente possuíam unidade e integração. Toma-se o território capitalista atual como resultado cuja lógica é atribuída *post festum*: produtos da relação indissociável entre espaço-tempo-sociedade.

O Brasil é exemplo para a perspectiva de que as dinâmicas territoriais que presidem sua formação e a compreensão dos arranjos sociais que produziram as relações entre sociedade/espaço necessitam ser profundamente destrinchadas. Segundo Moraes (2011a, p. 23-24), o Brasil é um país de dimensões continentais e que não tem seu território capitalista plenamente construído, sua área de soberania excede seu efetivo espaço econômico, o que faz com que "o país conheça até a atualidade dinâmicas de fronteiras de povoamento e situações de apropriação de meios naturais 'originais'". Compreende-se que a dinâmica territorial de expansão do capital necessita para a sua reprodução da constante utilização de situações de fronteira, o que repõe as estratégias de grilagem de terras (Schwade, 2019; Costa, 2017; Torres, 2018; Terence, 2022), o desmatamento, a devastação ambiental, a ruptura metabólica e a produção capitalista da natureza (Marques, 2022; Lima, 2024; Prieto, 2024) e a mundialização do capital (Oliveira, 2016; Goldfarb e Mitidiero Junior, 2025).

Parte-se então da constatação de que as sociedades latino-americanas ainda se encontram em estágio de fronteira (Martins, 2012; Oliveira, 1997; Paulino e Almeida, 2010).

A história do deslocamento da fronteira capitalista na América Latina tem revelado contraditoriamente a destruição de formas de sociabilidade e organizações territoriais, assim como tem evidenciado a resistência das populações presentes espaço-temporalmente da invasão da América à contemporaneidade. A fronteira, ao mesmo tempo em que revela a permanência de relações sociais que não se delineiam na forma plena do capitalismo, demonstra a barbárie inscrita nos processos de produção e reprodução ampliada do capital. Para Marques (2024, p. 25)

> [n]a fronteira ocorre a transformação da terra/natureza e do trabalho em mercadoria e a incorporação destes aos circuitos do capital produtivo, do capital comercial e do capital dinheiro, numa profunda transformação do metabolismo entre sociedade e natureza a partir dos fluxos e dinâmicas materiais do capital. Independentemente da maneira como ocorre a expansão do capital na fronteira, ela não se dá sobre "espaços vazios", como costuma afirmar o discurso oficial em apoio ao processo. Outra estratégia ideológica utilizada (...) é a apologia à disseminação de novas tecnologias, supostamente mais produtivas e até mesmo "sustentáveis", que representariam o progresso e a promessa de maiores rendimentos monetários.

Martins (2012, p. 139) argumentou que "a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira". O autor definiu a fronteira essencialmente como o lugar da alteridade, ou seja, da dimensão conflitiva que marca o encontro contraditório e da diversidade contraditória da situação de fronteira. A frente pioneira se define essencialmente pela presença do capital na produção de relações capitalistas, não ocorrendo o mesmo com a frente de expansão, que não se constitui pela precedência do que se define como relações especificamente capitalistas. As relações sociais e de produção na frente de expansão são predominantemente relações não-capitalistas de produção mediadoras da reprodução do capital. Para Martins (2012), a frente de expansão tornou-se no fundo o mundo residual da expansão capitalista, o que está além do território capitalista cujas terras podem ser apropriadas pelo capital.

Analisando as obras de Pierre Monbeig e Leo Waibel, Martins (2012) enfatizou que os dois geógrafos demonstraram situações específicas que explicitam que, nas frentes pioneiras analisadas, o capital se torna proprietário de terras, recriando no território mecanismos e estratégias de reprodução ampliada do capital. Essa expansão territorial traz para a fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital, tais como mercado de produtos e força de

trabalho, que regulam os mecanismos de contrato da sociedade moderna especificamente capitalista. O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação/produção do território. Outro aspecto fundamental é a alteração nas relações com a propriedade privada da terra na frente pioneira. A posse, as terras de uso comum e comunitário são substituídas pela lógica do mercado de terras fundamentalmente realizada por estratégias de grilagem de terra e pela imposição da regulamentação e imposição de titulação da terra por meio da regulamentação de direitos de propriedade. Nesse sentido, a terra passa de um bem natural que estava à disposição do trabalho do posseiro, como valor de uso, se tornando uma mercadoria vinculada às relações de troca e às dinâmicas financeirizadas das *commodities*. Os mecanismos de grilagem são elementos fulcrais para a consolidação do roubo de terras tornado direito de propriedade. Nesse sentido, produz-se o novo na situação de fronteira:

> A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (Martins, 2012, p. 135-136).

Martins (2012) argumentou que, na frente de expansão, as relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção propriamente capitalista, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra, não se realiza como empreendimento que expande relações especificamente capitalistas. Assim, a frente de expansão é expansão de relações mercantis, mas em uma concepção inversa à da expansão da produção capitalista "clássica". A reprodução de relações não-capitalistas de produção tem precedido o avanço da frente pioneira (das relações capitalistas de fronteira) propriamente dita, diante disso, a expansão capitalista da fronteira no Brasil não se caracteriza pela ação do empreendedor que expande a reprodução capitalista no território novo.

Os pioneiros buscam estender as relações mercantis além dos limites dos territórios propriamente incorporados na reprodução capitalista do capital (Martins, 2012). Há, porém, um limite além do qual não é possível extrair renda capitalista da terra, visto que os espaços sobre os quais se move a frente de expansão são marcados pela ausência da propriedade privada

moderna[8] constituídos, sobretudo, por direitos costumeiros de posse e domínio sem títulos de propriedade de camponeses, quilombolas e indígenas. A teoria da fronteira, para Martins (2012), é um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital e um momento da teoria do território.

Assim, no processo de expansão das fronteiras, o território como expressão concreta da luta de classes, povos e comunidades constitui e reconstitui as relações sociais anteriores. Isto é, no movimento de expansão territorial do capital são acirradas as contradições no desenvolvimento das relações capitalistas e entre as frações do território. Segundo Oliveira (1997, p. 157) "o processo que leva os grandes capitalistas a investirem na fronteira contém o seu contrário, a necessária abertura dessa fronteira aos camponeses e demais trabalhadores do campo".

Analisar, nesse sentido, a expansão territorial do capital deve ser associada às frentes de expansão da formação territorial como processo de construção da lógica de desenvolvimento contraditório do capitalismo em suas especificidades geográficas. A apropriação ilícita/ilegal/criminal da terra, aquela de trabalho ou sinônimo de vida, tradição ou ancestralidade, violentamente tomada das mãos de quem dela necessita para reproduzir suas relações sociais, comunitárias ou cosmopolíticas, cede lugar à terra de exploração, pondo em prática, a partir do pacto do Estado com as classes dominantes, o modelo de desenvolvimento do capital (Sousa Sobrinho, 2024) e a reprodução dos ilegalismos territoriais dos privilegiados.

Considerações finais

Nos países de formação colonial, as dinâmicas territoriais assumem papel central na compreensão da política, da sociedade e da economia (Moraes, 1994; 2011b; Oliveira, 1997; Prieto, 2016). A colonização constituiu, em si, um processo de relação entre sociedade e espaço, no qual a sociedade europeia, orientada por estratégias de produção capitalista, buscou regiões aptas à realização de sua expansão. A dominação das terras, a escravização africana e ameríndia

[8] De acordo com Martins (2012, p. 157) novos territórios são incorporados de modo capitalista "quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial a taxa média de lucro".

e a submissão das populações e territórios indígenas resultaram em uma colonização assentada na conquista territorial. Como afirma Marx ([1853] 1977, p. 98):

> A profunda hipocrisia e a barbárie inerente da civilização burguesa se apresenta diante de nós sem disfarces, assim que das grandes metrópoles, onde elas assumem formas respeitáveis, voltamos os olhos para as colônias, onde passeiam desnudas.

As determinações coloniais permaneceram vigentes mesmo após a nova ordem política instaurada com a emancipação, uma vez que esta se sustentou sobre o arcabouço herdado do período colonial.

A manutenção das estruturas herdadas da conquista territorial consolidou-se, sobretudo, pela preservação de vastos fundos territoriais que operam como instrumentos de coesão entre frações regionais das classes dominantes. O processo de legitimação da soberania sobre o território legal da ex-colônia funcionou como estratégia primordial para a formação nacional de um Estado capitalista em construção. O controle simultâneo da terra e do trabalho, bem como a possibilidade de expansão da economia nascente, garantiram a sacralização do princípio da integridade do território nacional. Isso se expressou na consagração da absolutização da propriedade privada como inviolável (Constituição Imperial de 1824) e na legalização da transferência de terras públicas para o domínio privado, especialmente a partir da Lei de Terras de 1850.

Neste artigo, buscamos compreender alguns aspectos centrais da teoria do território fundamentando-nos na premissa de que os processos de produção e reprodução de relações não-capitalistas de produção se desenvolvem, contraditoriamente, no interior do capitalismo pedra angular *ariovaldiana*. Tal perspectiva implica analisar a propriedade privada como uma relação social. Estudar a propriedade da terra sob essas premissas requer a desnaturalização dos processos de concentração e apropriação territorial, abrindo caminho para o debate da questão agrária, especialmente no que tange aos fundamentos marxistas do rentismo, as nuances da noção de território, a reprodução do campesinato como classe e as lutas por frações territoriais.

Essa abordagem se mostra fundamental diante do fato de que os mecanismos de sujeição da renda da terra, em países com passado colonial e predominância de processos de produção do capital, como o Brasil, conferem um caráter rentista ao capitalismo nacional. Isso recoloca no centro das contradições a forma de apropriação privada da terra. Em outras

palavras, a concentração fundiária no Brasil opera como um processo de concentração de riqueza — e, portanto, de capital (Oliveira, 2007) — e, simultaneamente, como um processo de concentração de poder — e, portanto, de política. Nesse contexto, desenvolve-se uma via específica de desenvolvimento capitalista, que denominamos rentismo à brasileira (Prieto, 2016).

O capitalismo encontra-se em constante desenvolvimento, pois essa é a sua forma específica de reprodução ampliada no tempo e no espaço. A tendência do capital é expandir-se progressivamente por todos os ramos e setores da produção: no campo e na cidade, na agricultura e na indústria, na renda e nas finanças (Martins, 1981; Goldfarb e Mitidiero Junior, 2025). Essa reprodução somente não se realiza quando encontra um obstáculo que impeça sua circulação e dominação plenas. A terra constitui esse obstáculo, transposto apenas mediante o pagamento, por parte do capitalista, ao proprietário fundiário. Trata-se, nos termos de Martins (1981), de uma espécie de licença para a exploração capitalista da terra. Ainda que não possua valor — pois é um bem natural, finito e que não resulta do trabalho humano, tampouco de trabalho apropriado pelo capital —, a terra é transformada em mercadoria. Dessa forma, passa a ser comprada, vendida, arrendada ou alugada. Duas conclusões são centrais para os autores da teoria do território: (i) terra não é capital e (ii) existe uma contraposição estrutural entre terra e capital. Esses fundamentos pressupõem que a terra opera como equivalente de capital.

A formação territorial brasileira resultou da maneira como o capital subordinou a terra à sua lógica de exploração econômica (Oliveira, 2010). Nesse processo, revela-se a funcionalidade da propriedade fundiária como instrumento singular e originário de valorização pela via rentista. Essa é uma das particularidades do Estado brasileiro em relação aos países centrais, manifestando-se na aliança entre terra e capital. De acordo com Paulino e Almeida (2010), essa aliança provocou o deslocamento da centralidade da produção para a propriedade fundiária como motor dinâmico da economia. Tal deslocamento reforça o caráter rentista do capitalismo brasileiro, no qual a renda extraordinária extraída da terra torna-se uma fonte privilegiada de lucros. Conforme argumentam Oliveira (2007) e Oliveira e Faria (2009), essa renda pode advir da venda da terra, uma vez que, no modo de produção capitalista, a terra assume a forma de mercadoria. Além disso, ela também provém das diversas formas de renda

fundiária capitalista associadas à terra destinada à agricultura ou à pecuária. Fica evidente, nesse contexto, que o lucro extraordinário decorre da exploração do trabalho daqueles que não detêm a terra e se intensifica com a superexploração do trabalho assalariado ou com o uso de formas análogas à escravidão (Oliveira e Faria, 2009).

Destaca-se ainda uma característica fulcral da concentração de riqueza: ela se intensifica quando o assim chamado proprietário de terra se apropria dela sem qualquer desembolso, por meio do processo de grilagem. O grileiro cerca a terra pública, comunal, comunitária, camponesa ou de preservação ambiental e passa a auferir renda fundiária a partir dela, podendo vendê-la, acessar incentivos fiscais e créditos, utilizá-la para arrendamentos, expropriar posseiros e indígenas, e ainda se valer da violência do Estado ou da violência privada de jagunços, pistoleiros e milícias rurais.

Analisando, então, a formação da propriedade privada no Brasil, constata-se um movimento estrutural de relações entre essa forma de propriedade e a grilagem de terras. O fundamento dessa formação é, precisamente, a grilagem (Faria, Oliveira e Paris, 2013; Prieto, 2020). O bloqueio à reforma agrária e à demarcação de terras e territórios indígenas e quilombolas, assim como a luta histórica das elites por sua inviabilização ou realização precária configuram uma estratégia de obstrução ao acesso à terra por parte dos camponeses, indígenas e quilombolas. Isso se explica pelo fato de que a terra, mesmo sem qualquer produção, benfeitoria ou trabalho humano concretizado, é capaz de gerar enriquecimento ao proprietário. Apropriada privadamente em vastas extensões, e convertida em equivalente de capital, a terra funciona como renda capitalizada e especulativa, drenando volumosa massa de mais-valia global extraída da sociedade, sobretudo dos trabalhadores. Dessa dinâmica resulta, no Brasil, uma classe de grandes proprietários fundiários rentistas que se reproduz cotidianamente como classe capitalista dirigente, em aliança — social, política e econômica — com a burguesia do capitalismo brasileiro. Trata-se de uma burguesia que nasce no seio do latifúndio e que, além de proprietária de capital, também detém a propriedade fundiária. Essa possibilidade foi historicamente aberta pelo Estado brasileiro, capitaneado pelas classes rentistas, que atualiza e moderniza os mecanismos de ampliação dos latifúndios e de impedimento à reforma agrária e as demarcações de territórios.

Para além do discurso da modernização do latifúndio, sustentado pela lógica do agronegócio — isto é, pela aliança entre os grandes proprietários fundiários e o capital financeiro global — o que está em jogo no Brasil é a extração da renda fundiária. Nesse contexto, a reatualização ideológica das teses da vocação agrícola do Estado nacional, da suposta necessidade de aproveitar as vantagens comparativas do país e da imagem do Brasil como celeiro do mundo, reproduz, no século XXI, uma combinação de neomalthusianismo e neoliberalismo funcional ao discurso econômico das classes rentistas, empenhadas em preservar o butim que sustenta sua reprodução cotidiana: a monstruosa concentração fundiária. Contudo, esse processo é tensionado pelas lutas camponesas, quilombolas e indígenas por frações do território. É no território que se realizam as utopias dos processos sociais (Mitidiero Júnior, 2008; Oliveira, 1989), que visam suplantar a totalização do capital, da imaginação política e do modo capitalista de pensar. A teoria do território é contribuição central para a análise crítica da reprodução contraditória, combinada e desigual do capitalismo e um momento fundamental do encontro entre Geografia e marxismo.

Referências

ANDERSON, Kevin. **Marx aux antipodes**: nations, ethnicité et sociétés non occidentales. Paris: Syllepse, 2015.

ANDERSON, Kevin. **The Late Marx's Revolutionary Roads**: Colonialism, Gender, and Indigenous Communism. Londres: Verso Books, 2025.

BATISTA, Sinthia; FARIA, Camila. Pesquisa Participante, direitos territoriais e mapeamentos coletivos. **Campo-Território**, v. 19, n. 53, p. 124-150, 2024.

AMARAL, Mayka. **Reforma agrária e reconhecimento:** o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu da região do Bico do Papagaio**.** 2018, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOMBARDI, Larissa. Contribuição à historiografia da geografia agrária na Universidade de São Paulo. **Agrária**, v. 8, p. 99-121, 2008.

BOMBARDI, Larissa. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. Editora Elefante, 2023.

COSTA, Sandra. **'Recantilados', entre o direito e o rentismo:** grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas. 2017, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

FARIA, Camila. **A luta Guarani pela terra na metrópole paulistana**: contradições entre a propriedade privada capitalista e a apropriação indígena. 2016, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FARIA, Camila; OLIVEIRA, Ariovaldo U.; PARIS, Teresa. Relatório técnico do trabalho de campo no Pontal do Paranapanema e São Félix do Xingu/PA. Registros públicos e recuperação de terras públicas. **Série Pensando o Direito**, n. 48, 2013, p. 14-43.

FELICIANO, Carlos. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**, v. 34, p. 77-94, 2007.

GOLDFARB, Yamila; MITIDIERO JUNIOR, M. **Agro, um bom negócio para o Brasil?** São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2025.

LIMA, Layanna. Território Akwẽ-Xerente: reorganização e resistência indígena no estado do Tocantins. In: MARQUES, Marta; ALVES, Vicente. (orgs.). **A fronteira do Matopiba**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024, p. 309-321.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. [1913]. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, Rosa. Escombros [1914]. In: LOUREIRO, Isabel (org). Rosa Luxemburgo: textos escolhidos – v. II. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 1-4.

LUXEMBURGO, Rosa. **Introduction à l'économie politique** – Œuvres complètes. Tome I. [1925] Marseille/Toulouse: Agone/Smolny, 2009.

MALINA, Lea. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro:** a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARCOS, Valéria de. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: SILVA, José B. *et al.* (orgs.). **Panorama da geografia brasileira I.** São Paulo: Annablume, 2006, p. 203-220

MARQUES, Marta I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **GEOUSP**, v. 22, n. 3, p. 504-514, 2018.

MARQUES, Marta I. M. Financiamento ambiental, mudanças climáticas e o agronegócio no Brasil. In: MIOLA, Iagê *et al*. (orgs.). **Finanças verdes no Brasil:** perspectivas multidisciplinares sobre o financiamento da transição Verde. São Paulo: Blucher, 2022, p. 143-170.

MARQUES, Marta I. M. Expansão do capital no campo brasileiro e a fronteira agrícola do Matopiba no contexto da mundialização financeirizada. In: MARQUES, Marta; ALVES, Vicente. (orgs.). **A**

fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024, p. 24-60.

MARTINS, José de S. **Expropriação e Violência** (A questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. [1867/1890; 1885; 1894]. Col. Os Economistas – São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tomos: I, II, III, IV e V.

MARX, Karl. **Le capital**. [1872-1875]. Paris: Flammarion, 2014. Livro I.

MARX, K. Les resultats eventuels de la domination britannique en Inde. [1853]. MARX, K.; ENGELS, M. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977, p. 92-99.

MITIDIERO JUNIOR, Marco. **A ação territorial de uma Igreja Radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral Da Terra no Estado da Paraíba. 2008, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MONTEIRO, Fernanda. **Nas fronteiras das minas com os gerais**: as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. São Paulo: Annablume, 2022.

MORAES, Antonio C. R. Dimensão territorial nas formações latino-americanas. **Revista do Departamento de Geografia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 7, p. 81-86, 1994.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011a.

MORAES, Antonio C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial no "longo" século XVI. São Paulo: Annablume, 2011b.

MORENO, Gislaine. **Terra e poder em Mato Grosso**. Política e mecanismos de burla (1892-1992). Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e Ensino de Geografia na Realidade Brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989, p. 135-144.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. 1997. 2v. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP, São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta I. M. (orgs.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/LABUR, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, quilombolas indígenas e grileiros em conflitos no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH-USP, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; FARIA, Camila S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: **Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevidéo: UdelaR, 2009, p. 01-15.

PAULINO, Eliane. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, v.9, n. 8, p. 52-73, 2006.

PAULINO Eliane; ALMEIDA, Rosimeire. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRIETO, Gustavo. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista**: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. 2v. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRIETO, Gustavo. Sob o império da grilagem: os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 8, p. 1-18, 2017.

PRIETO, Gustavo. Nacional por usurpação: a grilagem de terras como fundamento da formação territorial brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, p. 131-178.

PRIETO, Gustavo. Latifúndio, grilagem e questão agrária na urbanização brasileira. In: VOLOCHKO, Danilo; PRIZON, Leonardo (orgs.). Geografia urbana: a produção do urbano e a urgência da práxis transformadora. Curitiba: Appris, 2024, p. 83-102.

SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. El último Marx: continuidad, contradicción y aprendizage. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardio y la via rusa**: Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990, p. 101-122.

SCHWADE, Tiago. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas. 2019,** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SHANIN, Teodor. (org.) **El Marx tardio y la via rusa**: Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

SOUSA SOBRINHO, José. Os processos de tomadas das terras de uso comum no oeste da Bahia e de resistências dos camponeses geraizeiros. In: MARQUES, Marta; ALVES, Vicente. (orgs.). **A fronteira do Matopiba**: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos. São Paulo: FFLCH/USP, 2024, p. 322-339.

SOUZA, José Gilberto. Limites do território. **Agrária**, v. 10, p. 99-130, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 109-117, 1981.

TERENCE, Marcelo. **Do roubo à propriedade**: processos de apropriação capitalista de terras públicas na Amazônia. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: NEGRO, Antonio; SILVA, Sergio (orgs). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2012. p. 269-286.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operaria inglesa I:** a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Maurício. **A beiradeira e o grilador**: ocupação e conflito no oeste do Pará. 2008, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TORRES, Maurício. Grilagem para principiantes: guia de procedimentos básicos para o roubo de terras públicas. In: MARQUES, Marta I. M. *et al.* (orgs.). **Perspectivas de natureza**: geografia, formas de natureza e política. São Paulo: Annablume, 2018. p. 285-314.

VERDI, Elisa. **Produção geográfica e ruptura crítica**: a geografia uspiana entre 1964 e 1985. 2016, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Como citar este artigo:

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. Pressupostos marxistas, salvo engano, da teoria do território. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 260-296, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/9nkda062

Recebido em 09 de dezembro de 2025

Aceito em 20 de abril de 2026

Sobre o autor: Professor Adjunto do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo. Geógrafo pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutor pelo Danish Institute for International Studies (DIIS). Foi pesquisador visitante na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e *visiting scholar* na University of Minnesota (UMN).

Financiamento: O autor declara que o presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil, Processo nº 421458/2025-9, e da Urban Studies Foundation (USF), Award Number USF-INT-251001.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

The production of space, the urban and the crisis of capital: (re)reading Lefebvre's theory of crisis

Thiago Canettieri

Universidade Federal de Minas Gerais (*UFMG*)
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
thiago.canettieri@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

The production of space, the urban and the crisis of capital: (re)reading Lefebvre's theory of crisis

Abstract

This paper examines the concept of crisis in Henri Lefebvre's work, highlighting its significance in his urban theory. Drawing on Karl Marx's theory of the crisis of capital, the text highlights crisis as an ongoing and destructive process driven by capitalism's inherent contradictions. The article demonstrates how capital's crisis is linked to the production of space and how capitalist social structures perpetuate deepening Lefebvre's critique of traditional Marxism. By stressing the central role of crisis, the paper enhances understanding of Lefebvre's theory and his critique of traditional Marxism. It also highlights Lefebvre's contributions to analyzing the capitalist crisis.

Keywords: crisis, production of space, capitalism, marxism, labor, Henri Lefebvre

A produção do espaço, o urbano e a crise do capital: (re)lendo a teoria das crises de Lefebvre

Resumo

Este artigo examina o conceito de crise na obra de Henri Lefebvre, destacando sua importância em sua teoria urbana. Baseando-se na teoria da crise do capital de Karl Marx, o texto destaca a crise como um processo contínuo e destrutivo impulsionado pelas contradições inerentes ao capitalismo. O artigo demonstra como a crise do capital está ligada à produção do espaço e como as estruturas sociais capitalistas perpetuam o aprofundamento da crítica de Lefebvre ao marxismo tradicional. Ao enfatizar o papel central da crise, o artigo aprofunda a compreensão da teoria de Lefebvre e sua crítica ao marxismo tradicional. Ele também destaca as contribuições de Lefebvre para a análise da crise capitalista.

Keywords: Boletim Paulista de Geografia; scientific production; guidelines.

La producción del espacio, lo urbano y la crisis del capital: (re)leyendo la teoría de las crisis de Lefebvre

Resumen

Este artículo examina el concepto de crisis en la obra de Henri Lefebvre, destacando su importancia en su teoría urbana. Basándose en la teoría de la crisis del capital de Karl Marx, el texto destaca la crisis como un proceso continuo y destructivo impulsado por las contradicciones inherentes al capitalismo. El artículo demuestra cómo la crisis del capital está vinculada a la producción del espacio y cómo las estructuras sociales capitalistas perpetúan la profundización de la crítica de Lefebvre al marxismo tradicional. Al enfatizar el papel central de la crisis, el artículo profundiza la comprensión de la teoría de Lefebvre y su crítica al marxismo tradicional. También destaca las contribuciones de Lefebvre al análisis de la crisis capitalista.

Palabras-clave: crisis, producción del espacio, capitalismo, marxismo, trabajo, Henri Lefebvre

Introduction

"How had capitalism, which seemed mortally wounded, been able to survive?" Lefebvre (1976, p. 48) asks himself in *The Survival of Capitalism*. As the author himself will develop at various points in his work, this wound is not the result of anti-capitalist social struggles but one that is inscribed in the law of the contradictory development of capital itself. This intuition is essential to my approach here. Lefebvre thus recognizes that there is a crisis immanent to capital. However, even in crisis, capital survives.

In his work, Henri Lefebvre developed a radical critique of capital. His insights have had a significant impact, particularly in radical geography, as he was among the few scholars to emphasize the spatial aspects of the expanded reproduction of capital. Lefebvre, grounded in Marxian analysis, understood that capital's dynamics carry inherent contradictions. So, in order to comprehend Lefebvre's contribution, one must take into deep consideration Marx's theory: "Only a return to Marx can restore the acute and trenchant character of these blunted concepts." (Lefebvre, 2016, p. 34). As Lefebvre stresses, Marx has written a critique of political economy, that is, the subtitle of his book that is often forgotten.

Lefebvre remains essential to understanding capital, even today. His thought possesses a particular sense of critique that is important for contemporary times. This means that Lefebvre's theory remains helpful to today in helping us grasp our reality. My argument in this text is that Lefebvre's work is useful for understanding the capital crisis. At least in how I read Lefebvre's texts, the concept of crisis is presupposed, although not elaborated on or fully developed, except in a few texts, especially one chapter of Volume Three of De L'État (Lefebvre, 1978). In this paper, I aim to emphasize the importance of the notion of crisis in understanding Lefebvre's concept of the urban.

To demonstrate the pertinence of the crisis concept in Lefebvre's theory, I will ground my position in Robert Kurz's theory of capital's collapse. From my perspective, Kurz offered a particular reading of Marx that has some convergences with Lefebvre's notion of crisis. In this text, I will argue that Lefebvre's thought encompasses a theory of crisis, which is central to understanding his theory of the production of space and his other contributions. I

will do this by drawing some consequences from Lefebvre's formulations and interpreting them in the light of Kurz's unique reading of Karl Marx's work.

Accordingly, I argue that this notion of crisis diverges significantly from its hegemonic application within radical geography. Central to this distinction is the reading of Lefebvre as a critique of 'traditional Marxism'—a theoretical orientation, as defined by Postone (1993), that prioritizes a critique of exploitation and distribution from the standpoint of labor, and which has historically dominated geographical analysis. By moving beyond these paradigms, a critical engagement with Lefebvre's work offers a more robust framework for deciphering the specificities of contemporary capitalist crises.

Lefebvre's reading of crisis

A theory of crisis is not usually considered in Lefebvrians terms, although, as I will argue, it is central to his thinking. As will be discussed in this section, the concept of crisis appears at various times in Lefebvre's work — sometimes more elaborately and emphasized, and at other times just mentioned.

In a 1948 essay published in issue 17 of the journal *La Pensée*, Lefebvre (1948) emphasized the notion of crisis, which is already highlighted in the essay's title: "The Crisis of French Capitalism." The very first paragraph reads:

> "Dans le capitalisme (celui du xix° siècle), « la tendance continuelle des différentes sphères de la production à se mettre en équilibre n'est qu'une réaction contre la destruction continuelle de cet équilibre » (Capital, II, p. 257).. En d'autres termes, le capitalisme n'existe comme système économique et social que parce qu'il renferme une tendance interne à l'équilibre, une auto-régulation. Mais une tendance contradictoire, destructive de l'équilibre interne, agit également sans cesse pour briser le capitalisme et ses limites immanentes. Il est assez clair que dans le capitalisme déclinant, celui de la crise générale, particulièrement avancée en France, les tendances au déséquilibre et à la rupture des limites l'emportent sur les mécanismes régulateurs qui, autrefois, rétablissaient l'équilibre, en dehors de la conscience et de la volonté des capitalistes eux-mêmes (sans intervention de l'Etat, etc.)" (Lefebvre, 1948, p. 39).

Recognizing capital's contradictory tendency, Lefebvre presents a conception of capital's immanent limits. Following this conception, which, as will be seen, is rooted in Marx's theory, Lefebvre rejects the idea of a cyclical crisis. Therefore, for him, capital cannot be understood as a phoenix that is reborn from its own ashes. There is a critical tendency inherent

in the very functioning of capital, which, in its historical process, moves to place barriers and limits on the expanded reproduction of capital.

In this sense, Lefebvre's understanding of the idea of crisis is crucial, as it diverges from the recurring notion of a crisis caused by over-accumulation. In his words, the crisis does not present itself as a crisis of overproduction. “Au contraire, elle a le caractère durable et paradoxal d'une crise de sous-production” (Lefebvre, 1948, p. 40). What he perceives, and can distinguish very well, is the material form and value, something that was emphasized by Postone (1993) years later. There is talk of a crisis of over-accumulation, as noted by Harvey (1982), who focuses solely on material wealth. But Lefebvre, based on his reading, insists that this is “a crisis of underproduction”. Underproduction of what? Underproduction of value. The capitalist system may produce vast quantities of commodities, but because of its contradictory functioning, the valorization of value becomes increasingly anemic. A lot of commodities are produced, but less and less value - and this is what makes up the crisis of capital.

Lefebvre’s reading of the tendency toward disequilibrium in declining capitalism aligns with a logic of crisis of valorization rather than a mere crisis of realization. Lefebvre suggests a more fundamental rupture than the cyclical crisis dynamic. This shift concerns the underproduction of value as a structural limit of the capital-form itself. In Marxian terms, this points to the contradiction between the increasing development of productive forces and the diminishing basis of value: labor time.

However, the diagnosis of a crisis that has been developing within the historically determined forms of capital for a long time, with no chance of reconstituting the pattern of accumulation of the 19th century, left Lefebvre with an important question: how does capitalism survive?

In an important essay, The Survival of Capitalism, Henri Lefebvre (1976) argues that capitalism survives through the reproduction of social relations and the production of space. However, if capital can survive, Lefebvre (1976: 48) recognizes that it is “mortally wounded”. As I will discuss in the following sections, capital is mortally wounded because it becomes “de-

substantialized", that is, by its very movement, it gets rid of its substance, living labor, the only source capable of increasing value.

By assuming that capital is wounded to death, we can understand Lefebvre's (1976) answer to the question of capitalism's survival. Capitalism doesn't just survive in the limited space of "the hidden abode of production", as Marx (1992, p. 123) wrote. Indeed, the survival of capitalism was, in Marx's time, dependent on the exploitation of labor that occurred within the factory. However, the development of capital, which leads to the necessary expulsion of living labor from value-producing circuits, imposed a limitation on its own development. In this way, capital survives by reproducing social relations and producing space.

De-substantialized capital survives by imposing its social forms, even if they are decadent. This is the role of the reproduction of social relations. The dynamics of capital compel people to adhere to its forms. To survive, people must sell their labor power, even if this becomes an increasingly insolvent market. Those who can't sell their labor power must access alternative means of earning money, such as through credit. Capital is constantly restoring its social forms, even if it creates new contradictions and exacerbates old ones. Capital in its crisis also depends on the production of space. As well as pointing out, in *The Marxist thought and the city* (Lefebvre, 2016b), that the production of space involves a productive organization with a low organic composition of capital, Lefebvre (1973) sees the production of space as a moment to guarantee coherence to the whole, even if this whole is in crisis. I will elaborate on this further in a later section.

For now, it's important to recognize that capital's contradictory dynamics are prone to crisis. Lefebvre discovered that it is a secular crisis, not a cyclical movement of eternal return. Capital's historicity does not allow it to return to previous levels of productive organization or development of the productive forces, and as a result, the system of valorization of value is increasingly emptied of living labor. Capital, despite being wounded to death, continues to reproduce itself.

This dynamic produces what Lefebvre (1976, p. 97) called "an immense proletarianization separated from the working class". The condition of the proletariat is no longer, as in Marx's time, superimposed on the condition of the worker. On the contrary, as

he writes: “This vast proletarianization of the world contrasts with the working class bloc” (Lefebvre, 1976, p. 97). The phenomenon Lefebvre refers to does not concern the integration of the working class into the capitalist system, subject to exploitation. As he describes it, the proletarian condition is now that of those who “fail to link with the means of production” - in one expression, the working class without work.

That is why capital “must defend itself on a much broader, more diverse and more complex front [...]. This no longer coincides with the reproduction of the means of production, it takes place through everyday life, through leisure and culture, through schools and universities, through the extensions and proliferations of the city, that is, throughout the entire space” (Lefebvre, 1972, p. 68). So, to survive, capital doesn't just confine itself to the factory environment. This spatial expansion, therefore, is not merely a quantitative growth of the apparatus of production, but a qualitative response to the 'tendency toward disequilibrium' identified by Lefebvre decades earlier (1948). As the factory environment becomes increasingly de-substantiated—owing to the expulsion of living labor—capital must colonize the 'entire space' to compensate for the depletion of its internal source of valorization. In this sense, the colonization of everyday life, leisure, and the city (Lefebvre 1972) represents more than the reproduction of means of production; it signifies the pursuit of new frontiers for the extraction of rent and the management of a society where value can no longer be adequately produced through traditional industrial labor. The 'broad front' of defense that capital mounts is, in fact, an attempt to manage a permanent crisis of substance by subsuming the totality of social existence. Because of the immanent contradiction of capital itself, the factory environment has become de-substantiated from its foundation, living labor. Capital must now dominate all space and reach everyday life.

These considerations by Lefebvre are fundamental to understanding the transformations that capital underwent throughout the 20th century. As he writes in the third volume of Critique of Everyday Life, it is a question of understanding the discontinuities of the capitalist mode of production (Lefebvre, 2013). The consequences of this effect are essential for understanding capital transformations throughout the 20th century. Lefebvre was

attentive to the changes in social practice. In this book, Lefebvre is fully aware of the impending "total crisis":

> The reader will know that the total crisis, which is shaking the mode of production, set in at the beginning of the twentieth century with a silent catastrophe: the collapse of traditional reference points for - and by - thought; and a consequent collapse of values (Lefebvre, 2013, p. 765).

Since then, the reproduction of the capitalist mode of production has developed beyond industry. This crisis gives rise to new forms of social domination. This intuition allowed Henri Lefebvre to develop a much broader conception – and more adjusted to the developments of capitalism in the 20th century – of alienation: it is no longer restricted to the scope of production, the moment of work, the territory of the factory, but reaches the social practices of everyday reproduction. Everyday life itself is transformed into a terrain of domination under capitalism.

The idea of crisis appears in a more organized way in the chapter "De la théorie des crises à la théorie des catastrophes", in the fourth book of *De L'État* (Lefebvre, 1978). This is the place where Lefebvre gives most centrality to the idea of crisis in his work. He asks himself:

> Que veut dire ce mot: crise? Il désigne en principe un moment critique, une date séparant deux périodes, une coupure dans le temps. Que veut dire aujourd'hui: "la crise?" Crise de qui? de quoi? (Lefebvre, 1978, p. 2011)

In the following pages, Lefebvre dedicates himself to unraveling these questions. According to him, crisis results from the elements of social life that tend to disintegrate, producing disturbances. He emphasizes that the capitalist mode of production is necessarily critical, i.e., it is in crisis. However, "critical moments have ceased to stimulate invention". The crisis becomes a continuous experience, "se normalise, peu distinct de la non-crise", even though it is in crisis. It is, therefore, central to Lefebvre's thinking to take crisis as a category of analysis. Consequently, it implies thinking about his constellation of concepts gravitating around crisis.

Crisis of capital

Here I will connected Lefebvre's concept of crisis, outlined in the previous section with Robert Kurz work. Robert Kurz was one of the founders of a theoretical approach to

reinterpreting Marx's theory, which placed crisis as a fundamental category for understanding it. In one of his seminal texts, *The Crisis of Exchange Value*, Kurz (1986) discusses how the development of productive forces impacts the capacity to valorize value. As stated in Marx's work (1992), there are physical limits (the duration of working time and labor intensity) and social limits to the working day. The strategy of expanding surplus value through what Marx called absolute surplus value is limited. Thus, Kurz (1986) writes that "the valorization of value transforms itself from an absolute and extensive into a relative and intensive movement" through what Marx called relative surplus value. In this sense, the expansion of surplus value depends "on intensively and relatively increasing surplus labor, mediated through the development of the productive forces — that is, through the progressive scientification of the process of production".

Marx had already pointed out that the tendency to transform absolute surplus value into relative surplus value marked the true universalization of capital. In *Das Kapital*, Marx (1992) points out a series of examples of technological developments implemented in the production of goods that can be followed. The use of large machinery and the production of industrial complexes transformed the capitalist mode of production: "all the movements necessary for the processing of raw material without the help of man, but only his assistance". In this way, the human being becomes an appendage of the machine. It is the great mechanical monster that controls the process.

Kurz (1986) recognizes that since the 1970s, the scientific development employed in producing goods has substantially transformed the process of valorization. With the widespread adoption of automation, microelectronics and robotics, "The production of relative surplus value thus necessarily becomes the prime means of capitalist accumulation." This dynamic engenders three consequences: i. this process "brings about an escalation of the material output of products, which in turn forces an expansion of markets and an acceleration of accumulation; ii. with the increasing importance of relative surplus value in the valorization process, the individual product loses value; iii. finally, with the dispute between individual capitals, the means of surviving the competition is always to invest in relative surplus value from the development of productive forces and, in this way, "capital itself becomes the logical

and historical limit in the production of relative surplus value." The combination of these three consequences leads Kurz (1986) to perceive a tendency of capital to head towards its own collapse.

> As soon as capital can no longer increase the creation of value in absolute terms by extending the working day, but can only increase the relative size of its own share of the newly created value by means of the increase of productivity, there arises in the production of relative surplus value a countermovement, which must consume itself historically and work toward and bring about a standstill in the process of value creation. With the development of productivity, capital increases the extent of exploitation, but in doing so it undermines the foundation and the object of exploitation, the production of value as such. For the production of relative surplus value, inseparable as it is from the progressive fusion of modern science with the material process of production, includes the tendency toward the elimination of living, immediate, productive labor, as the only source of total social value creation. The same movement which increases capital's share of the new value decreases the absolute basis of value production by means of the elimination of direct living productive labor (Kurz, 1986, s.p.).

In truth, Marx (1973; 1992; 1993), at least since *Grundrisse*, already seems aware of this tendency and postulates the need to increase the organic composition of capital, which leads capital to spend less on living labor and invest more in constant capital. Thus, if investment in variable capital declines, capital appreciates less and less in proportion to its magnitude.

However, it must be recognized that there is no finished theory of crises in Marx. Kurz (1986; 1993; 2012) reconstructs and extracts a theory of the crisis or collapse of capital from the unfolding of his reading of Marx, which is quite coherent and has strong heuristic potential. But Kurz (2012) is aware that there are ambiguities in Marx. Lefebvre (1978) is also aware that Marx allows us to speak of cyclical crises, i.e., crises that have a "fonction purgative" (Lefebvre, 1978, p. 228) and that, through the destruction of stocks of goods, equipment and productive forces, reconstitute the conditions for their renewal. Recognizing this, Lefebvre (1978, p. 227) suggests thinking - based on Marx - of a theory of the "general crisis", which, according to him, "recouvrait une grande complexité de phénomènes irréductibles à l'économique, encore qu'ayant une base économique".

Kurz criticizes the concept of a crisis of overaccumulation, which, although the author acknowledges it is present in Marx's texts, is nothing more than a few "fragmentary argumentative threads" (Kurz, 2014, p. 230). This is a similar argument to the one I mentioned in the previous section, but on that occasion, it was put forward by Lefebvre. The idea of a

"crisis of overaccumulation" leads us to believe that there is "too much value" that has not been sufficiently realized in the form of money. As he explains,

> In this case, the crisis no longer refers to an internal limit of capital, but becomes a function of capital itself, insofar as it would carry out, through the devaluation of capital on all levels or in all states of aggregation (especially in the form of the devaluation of material capital and surplus monetary capital as well as collective layoffs), a compensation so that the congestion caused by overinvestment could gradually dissolve and the process of valorization could begin again (Kurz, 2014, p. 231).

Thus, it must be understood that the crisis is not a problem of a lack of "realization" of the surplus value actually produced, but of a lack of production of surplus value itself (Kurz, 2014, p. 239). Marx says that only human force, living labor, can produce surplus value, being vampirized by dead capital. It is precisely at this point that the most fundamental contradiction of capitalism emerges, namely, the opposition in negative integration (Kurz, 2012) between capital and labor. Capital only exists to the extent that it dominates labor. The unfolding of Marx's texts gains strength when he perceives, through the coercive law of capital, that the owners of the means of production tend to invest in constant capital to the detriment of variable capital, which would increase productivity. This, in his system, would lead to what Kurz (1991) calls a crisis of valorization, revealing the internal and absolute limit of capital, the tendency already inscribed by Marx (1993, p. 356):

> As accumulation progresses, the ratio between the constant and variable parts of capital changes: if it was originally 1:1, it now becomes 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1, etc., so that as capital grows, instead of 1/2 of its total value, only 1/3, 1/4, 1/5, 1/6, 1/8, etc. are progressively converted into labor power, while 2/3, 3/4, 4/5, 5/6, 7/8, etc. are converted into means of production. Since the demand for labor is not determined by the volume of total capital, but by its variable component, it progressively decreases with the growth of total capital, instead of, as we previously assumed, growing in the same proportion as it does. What is at issue here is that the expansion of the constant part of capital implies a relative dispensation of labor power which, long before it becomes an absolute dispensation, already operates as a fundamental limit to valorization.

Thus, the crisis must be understood as the loss of the substance of capital, that is, living labor. Capital, in its own dynamic of further accumulation, empties itself of its foundation. As Kurz explains, "the elimination on a massive scale of living productive labor as a source of the creation of value can no longer be recuperated by newly mass-produced cheap products, since this process of mass production is no longer mediated by a process of reintegrating a labor population that has been made superfluous elsewhere" (Kurz, 1986).

Technological innovations applied to the development of productive forces point to the further elimination of living labor. As Marx wrote: "Capital thus works towards its own dissolution" (Marx, 1973, p. 700).

Society of unemployment

The result of this, emphasized by Robert Kurz (2014), is the tendency of capital to produce mass unemployment in its own development. Therefore, what I have described here is not limited to an economic crisis - which can easily be falsified through financial flows of fictitious capital. It is a dissolution of historically determined social forms. Labor has historically constituted itself as a form of social mediation (Postone 1993), and this form has declined with the deepening of the crisis of capital. Kurz (2014) views this process in the same manner as Lefebvre (1948, 1978). As he rightly points out, the immanent crisis of capital produces

> les laissés pour compte et les marginaux, les chômeurs, les gens exclus du fonctionnement normal des centres et noyaux de l'activité productrice, les périphéries par conséquent, les chômeurs occasionnels se mêlent aux travailleurs congédiés, le chômage structurel au conjoncturel (Lefebvre, 1978, p. 226).

This description, given by Lefebvre, is of a structurally surplus population that no longer has the possibility of integration. Aaron Benanav (2010, p. 27-8) states, "Capital produces a relatively redundant population out of the mass of workers, which then tends to become a consolidated surplus population, absolutely redundant to the needs of production". I previously presented Lefebvre's idea of proletarianization as a multiplication of "workers without work", something quite similar to what Benanav (2010, p. 29) writes: "the proletariat is a working class in transition, a working class tending to become a class excluded from work". In this way, the crisis as it appears is not in the usual sense indicated, of economic content, but a secular crisis, a crisis in the reproduction of the capital-labor relationship. The expansion of this reproduction indicates that workers are becoming an externality of the process of material reproduction and that, therefore, their existence is no longer productive, but an existence marked by direct domination.

This shift signals a mutation in the form of social mediation. In the expansive phase of accumulation, capital's power is primarily exercised through what Marx (1992) described as the 'mute compulsion'—an economic power that coerces individuals into the labor market to ensure their reproduction within the commodity-form. However, as the crisis of valorization unfolds, this mediation through labor collapses. People are no longer dominated *as laborers* integrated into the value-circuit, but are subjected to the abstract logic of capital as an 'externality.' Consequently, domination ceases to be primarily mediated by the wage-form and instead assumes a more direct and violent, often extra-economic character, as capital in crisis must manage a population that remains tethered to the commodity-world despite being structurally excluded from the production of value.

The critical analysis of how capitalism manages to reproduce itself by valorizing and hiding its internal excess is only meaningful if it is accompanied by an interpretation that the "normal" functioning of capitalism itself produces a human surplus, the result of the relentless pursuit of endless profit. The spread of what Marx called the lumpenproletariat is precisely this absolute population surplus as a result of the logic of capital. As Henri Lefebvre (1978, p. 225) wrote: "Actuellement n'y a-t-il pas reconstitution de l'armée de réserve des travailleurs". It is no longer a question of a reserve army but of a surplus population (from the point of view of accumulation).

From crisis to catastrophe

The transition from a theory of crises to a theory of catastrophes in Lefebvre's thought reflects a shift from analyzing cyclical economic malfunctions to understanding a permanent 'critical state' of the social system. For Lefebvre, while traditional crises were moments of rupture that led to new equilibriums, the contemporary era is defined by an "espace de catastrophe" where the state of exception becomes the rule. He argues that this occurs because the global system has lost its traditional regulatory foundations, noting that "le monde actuel perd son ancienne base, mais il garde son fondement dans les sentiments de domination et le ressentiment" (Lefebvre, 1978, p. 216). This "ancienne base" can be understood as labor social mediation that become obsolete. In this context, the crisis is no

longer a temporary obstacle but a manifestation of a deeper dissolution of social forms. Lefebvre emphasizes that the state manages this catastrophe through a hierarchical morphology, asserting that “le pouvoir établi, lorsqu'il déclare la crise, il déclare la répression et virtuellement la guerre à ceux qui veulent considérer cette crise comme symptomale d'une dissolution plus vaste” (Lefebvre, 1978, p. 216). This results in a terminal logic where the state survives at the expense of social vitality, as exemplified by his stark observation: 'tout meurt, sauf l’État, qui tue tout' (Lefebvre, 1978, p. 217). Thus, the catastrophe is not merely an event, but the violent preservation of the capital-labor relationship through pure political and spatial domination.

Lefebvre (2024), in another book, *Everyday Life in the Modern World*, also observes how the transformations of capitalism have transformed the exercise of violence. The author identifies that, with the birth of capitalism, what he calls repressive societies were a condition for the development of society's class structure, with its various dispositives of persuasion and oppression. With the rearrangements of society, especially during the 20th century, what he calls super-repressive societies were identified, in which violent devices are integrally linked to everyday life. However, with the development of the crisis, Lefebvre (2024) arrives at the idea of a terrorist society, i.e., a society in which violence and terror become widespread on a global scale.

In any case, the process of crisis produces a “décomposition de la vie quotidienne et du pouvoir politique exercé jusque dans et sur le quotidien” (Lefebvre, 1978, p. 241-2). This idea, presented by Lefebvre, can be understood in relation to Kurz's notion of “catastrophic desocialization” (2014). The mechanism that amalgamated social practices through work leaves the scene, and this form of sociability becomes obsolete. Violence, whether produced by the state and its repressive apparatuses or produced diffusely and molecularly by disaffected individuals, becomes endemic. Moreover, it has become the very essence of social mediation.

This situation requires a readjustment. Lefebvre (1978) describes this transformation in terms of a shift from crisis theory toward catastrophe theory:

> La théorie classique des crises ne disparaît pas. Elle prend place dans celle des catastrophes. Elle permet de décrire et d’analyse les symptômes d’une éventualité, la catastrophe. Elle détermine

> les causes, et raisons, d'effets qui débordent ces causes et raisons: l'ébranlement des conditions de stabilité d'une morphologie, sa rupture (Lefebvre, 1978, p. 257).

Lefebvre sees a revolutionary possibility in the crisis. It is at this critical moment that things can change. This is a question that runs through his work, always emphasizing the possibility of transformation, sometimes more emphatically and convincingly than in this 1978 text. In this particular text, Lefebvre presents a more nuanced analysis, not positing revolution as a certainty, but rather as a possibility, alongside barbarism. Considering the state's role, he emphasizes the construction of militarized states and the explosion of violent practices rather than the coming revolution. In a word, catastrophe.

The production of space, the urban and the crisis of capital

So far, I have discussed how we can interpret the notion of crisis in Lefebvre's thinking. However, from now on, I also propose that the idea of crisis in Lefebvre's work is important for understanding his theory of the production of space and the urban. After all, it is in the city that the crisis presents itself most clearly. In this sense, it is worth remembering that both in The Urban Revolution and in his previous book, *The Right to the City*, Lefebvre (1968) talks about going through a "critical zone".

My interpretation of Lefebvre suggests that in order to understand this critical moment when talking about the transition from the industrial city to the urban, we need to emphasize the notion of crisis. Lefebvre's use of the critical zone should be read in conjunction with the concept of crisis.

The French philosopher understands the urban - as a noun - as a development of the contradictions of industrialism. The process of industrialization, as the contradictory development of capital, depended on agglomeration. It thus concentrates the elements necessary for the expanded reproduction of capital: people, activities, wealth, things, instruments of work, means of production (Lefebvre, 2003, p. 14). Thus, as an inducer of urbanization, but in a negative way - "L'industrialisation produit l'urbanisation d'abord négativement" (Lefebvre, 1968, p. 145) - industrialization reproduces capital itself. But it does so up to a certain point. From then on, society enters what Lefebvre calls the Critical Zone, a

moment when the contradictions of industrialization are exacerbated. From then on, “les conditions et les moyens de la société urbaine” arise (Lefebvre 1968, p. 145). It is in this critical zone, therefore, of crisis, that urban society insinuates itself as an emancipatory virtuality.

Here, we need to understand Lefebvre's whole meaning to the notion of the critical zone. It is a moment of collapse of the social forms proper to industrialization and, therefore, to capitalism. Lefebvre thus sees the overcoming of capital under the name of urban society. However, Lefebvre himself acknowledges that the contemporary world is characterized by the subordination of urban life to industrial growth. The collapse is prolonged without the decadent social forms coming to an end. This produces the catastrophes (Lefebvre, 1978) that the author mentions ten years after writing *The Right to the City*.

On the one hand, the promise of transformation emerges from the contradictions of industrialism. Conversely, the perpetuation of negative urbanization, subordinated to industry, reproduces the crisis on an ever-expanding scale.

Lefebvre (1991, p. 325) describes how space was "integrated into capitalism," producing "a forward leap of the forces of production," yet it has "occurred without breaking from the mode and relations of the capitalist production system." Capitalism, therefore, not only captures pre-existing space, but also produces a new space:

> through and by means of urbanization, under the pressure of the world market; and, in accordance with the law of the reproducible and the repetitive, by abolishing spatial and temporal differences, by destroying nature and nature’s time (Lefebvre, 1991, p. 326)

Lefebvre describes industrialization as the “dominant power,” which reproduces itself, albeit not without contradictions. These contradictions lead to the trend he describes as “implosion-explosion”, a process in which “urban concentration and the extension of the urban fabric” occur. Brenner and Schmid (2011; 2015) developed, based on this Lefebvrian ideia, the concept of planetary urbanization. According to them, urbanization must be understood as a two-sided process: on the one hand, a process of concentration, as the densification of cities and metropolitan areas, and on the other hand, the productive and logistical operationalization of the hinterland, rural and wilderness spaces.

It is interesting to note that the concept they present, operational landscapes, has highlighted the rule and domination of the industrialization process. With this, it is possible to

comprehend major socioeconomic, infrastructural and socio-metabolic industrial processes that are taking place all over the planet (Brenner and Schmid, 2015). However, as I have discussed elsewhere (Canettieri, 2024), the concept of operational landscapes is highly related to the development of the organic composition of capital. One must read the operationalization of landscapes as one of capital's necessities, which simultaneously deepens the very crisis it is trying to avoid.

Whether it's the operationalization of inland landscapes or the construction of metropolitan areas, what is at stake here is the production of the built environment in a capitalist manner. From this basis, we can understand the submission of urbanization to industrialism. As appears in several of his texts, Lefebvre was aware that construction, given its nature, has a low organic composition and employs a large number of people. It is a counteracting force to the tendency towards crisis, but is incapable of halting this process. Lefebvre (1972, p. 118) argues that the production of space has an essential function in capitalism: "the struggle against the downward trend of average profit". As Kipfer et al. (2008, p. 7) have discussed, this argument was central for Harvey (1978) to develop even further the analysis of the urban process under capitalism: "in the process of urbanization, a secondary circuit of real estate investment becomes increasingly important in advanced capitalism, producing the distinct patterns of spatial homogenization and differentiation so characteristic of postwar metropolitan areas".

However, Harvey understands the production of the built environment as a cyclical process of expansion and contraction deeply intertwined with capital's cycles of growth and crisis (Harvey 1978; 1982). As I have argued before, this perspective cannot be attributed to Lefebvre. Although Lefebvre recognizes the production of the built environment as a way to rationalize the irrationality of capital's contradiction, recognizing that, "Le capitalisme, sous direction étatique, a tenté de corriger l'erreur en investissant dans le secteur II (production pour la consommation et le marché intérieur)" (Lefebvre, 1978, p. 229), as I have discussed before, crisis for him should not be understood as a cycle. Unlike the cyclical crisis perspective, with Lefebvre we can extract a concept of crisis that deepens itself. According to him, there is no resolution to the contradiction of capital other than its ultimate end. However, the

development of capital's immanent contradiction continues its downward spiral. Consider the successive technological developments employed in the productive forces that operate in the construction industry. Even the built environment sector is subject to capital's law of raising its own productivity, increasing its organic composition, eliminating living labour, de-substantiating itself and, ultimately, deepening the crisis.

As is stressed by Lefebvre (1991, p. 31) during his book *The production of space*: "Every society - and hence every mode of production with its subvariants - produces a space, its own space". How can we grasp the space produced by the society of crisis?

Acknowledging his contribution in *De L'État* (Lefebvre, 1978), we could suggest that this is a space of catastrophe, revealing all the violent and critical dynamics of the production of space during a time of crisis. It is a question of recognizing that the modes of capitalist sociability that produce spatial practices have entered a state of disintegration. The perpetual movement of the worsening crisis does not automatically bring about the end of capital - on the contrary, it leads to the spread of barbarism, violence and precariousness (Kurz, 2012).

However, a crisis is also an opportunity for transformation. The formation of an urban society or the extension of the urban phenomenon, as described by Lefebvre (2013, p. 169), will depend on a "rupture in industry and finance (a crisis)". In this sense, the moment of crisis presents an opportunity for a radical transformation of the capitalist socialization, leading to the overcoming of its social forms.

Final Remarks

In this text, I demonstrate the relevance of reinterpreting Lefebvre's work in relation to the concept of crisis. In Henri Lefebvre's work, the idea of crisis is a central category that allows the philosopher to articulate different dimensions of his analysis, although Lefebvrean intellectuals still need to adequately emphasize this issue. As I have argued here, it is from the idea of crisis that the author paves the way for his reflection on the urban. In this way, I have argued throughout this text that it is not possible to understand the urban and the production of space without taking into account a consequent analysis of the notion of crisis.

For Lefebvre, it is essential to understand the immanent contradiction of capital, which, in its own movement, puts itself into crisis. This contradiction leads to the impossibility of valorization and accumulation, but capital doesn't destroy itself.

As Lefebvre himself (1978, p. 232) argues: "S'il convient toujours d'analyses la crise (de décrire les phénomènes, de rassembler les informations et données), il faut également considérer cette même crise comme analyseur du monde actual". Thus, the causes and effects of the crisis must be analysed, but the crisis must also be taken as a means of analysing contemporary reality. Adopting the crisis as a key to interpreting the world thus means understanding the collapse of everyday life in the modern world, which can be characterised by an immeasurable accumulation of catastrophes.

The urban, as understood by Lefebvre, emerges from the critical zone, a moment when the contradictions of the capitalist mode of production grow, worsen and take on new meanings. In this way, the author seeks to understand the meaning of the urban as a means of transforming capitalist sociability in crisis. The urban carries within itself new contradictions, added to the other unresolved contradictions.

Referências

Benanav, A. Misery and debt: on the logic and history of surplus populations and surplus capital. **Endnotes**, 2: 21-39, 2010.

Brenner, N.; Schmid, C. Planetary urbanization. In Gandy, M. (ed.) **Urban constellations**. Jovis, Berlin, 2011.

Brenner, N.; Schmid, C. Towards a new epistemology of the urban. **City,** 19(2-3), p.151–82, 2015.

Canettieri, T. The dark side of planetary urbanization: operational landscapes, crisis and the peripheral condition. **International Journal of Urban and Regional Research**, 48(5): 894-914, 2024.

Harvey, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, 2(1-3): 101-131, 1978.

Harvey, D. **Limits to capital**. London: Verso Books, 1982.

Kipfer, S.; Goonewardena, K.; Schmid, C.; Milgrom, R. On the production of Henri Lefebvre. In: Goonewardena, K.; Kipfer, S.; Milgrom, R.; Schmid, C. (Orgs.). **Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre**. New York/London: Routledge, 2008.

Kurz, R. The Crisis of Exchange value: Science as productive force, productive labor, and capitalist reproduction. **Mediations: Journal of Marxist Literary Group**, 27 (1-2), 1986.

Kurz, R. **Der Kollaps der Modernisierung: vom Zusammenbruch des Kasernensozialismus zur Krise der Weltökonomie**. Leipzig: Reclam, 1991.

Kurz, R. **Geld ohne Wert: Grundrisse zu einer Transformation der Kritik der politischen Ökonomie**. Leipzig: Horlemann Verlag, 2012.

Lefebvre, H. La crise du capitalism français: essai de définition du problème. **La Pensée**, 17: 39-50, 1948.

Lefebvre, H. **Le Droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

Lefebvre, H. **Espace et politique: le droit à la ville II**. Paris. Anthropos, 1972.

Lefebvre, H. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. New York: St. Martin's Press, 1976.

Lefebvre, H. **De L'Etat: les contradictions de l'État moderne, volume 4**. Paris: PUF, 1978.

Lefebvre, H. **Le retour de la dialectique: 12 mots-clefs pour le monde moderne**. Paris: Messidor, 1986.

Lefebvre, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

Lefebvre, H. **The urban revolution**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

Lefebvre, H. **Critique of everyday life**. London: Verso, 2013.

Lefebvre, H. **Metaphilosphy**. London: Verso, 2016.

Lefebvre, H. **Marxist thought and the city**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016b.

Lefebvre, H. **Everyday life in the modern world**. London: Routledge, 2024.

Marx, K. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy**. Harmondsworth: Penguin, 1973.

Marx, K. **The Capital: a critique of political economy, volume 1.** Harmondsworth: Penguin, 1992.

Marx, K. **The Capital: a critique of political economy, volume 3.** Harmondsworth: Penguin, 1993.

Marx, K. **The German Ideology**. Marx/Engels Internet Archive (marxists.org), 2000.

Postone, M. **Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Como citar este artigo:

CANETTIERI, Thiago. The production of space, the urban and the crisis of capital: (re)reading Lefebvre's theory of crisis. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 116, p. 297–317, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/g6erdj17

Recebido em 24 de outubro de 2025

Aceito em 18 de abril de 2026

Sobre o autor: Professor in the Department of Urbanism at the School of Architecture of the Federal University of Minas Gerais (UFMG). He performed a post-doctoral residency linked to the Graduate Program in Geography at UFMG (2019-2020), holds a PhD in Geography from UFMG (2019), a Master in Geography - Spatial Information Treatment from PUC-Minas (2014) and a Bachelor's degree in Geography from PUC-Minas (2012). He is regional coordinator of the RMBH nucleus of the Metropolis Observatory (INCT/CNPq), leader of the research group CRITICAR (crise, trabalho, capital e revolta), and researcher of the Cosmópolis group. He is affiliated to the Alameda Institute.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Comunidades tradicionais na sociedade produtora de mercadorias: apontamentos a partir dos territórios e patrimônios nacionais

Maria Clara Salim Cerqueira

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória, Espírito Santo, Brasil.
mclaracerqueira@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Comunidades tradicionais na sociedade produtora de mercadorias: apontamentos a partir dos territórios e patrimônios nacionais

Resumo

As nações, ou Estados-nações, são conformados por um território e detêm seu patrimônio nacional: materiais, imateriais, bens, práticas, etc. elencados como importantes e passíveis de proteção jurídico-política para assegurar a permanência de sua existência. A partir do diálogo entre a ciência geográfica, que tem o território como categoria central para compreender a espacialização das relações de poder, e a teoria marxiana sobre política e emancipação, trazemos neste estudo alguns apontamentos a partir do caso das comunidades tradicionais autodenominadas apanhadores de flores sempre-vivas e de seu reconhecimento como patrimônio enquanto horizonte de disputas e lutas políticas, caso este que foi objeto de pesquisa de pesquisa de doutorado que embasa as reflexões aqui apresentadas. Para tecer nossa elaboração, tomamos como pressupostos a contribuição de autores que se baseiam na obra marxiana para compreender a realidade, como a elaboração a respeito dos sujeitos de direito de Evgueni Pachukanis e a elaboração de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo, e a partir disso nos apropriamos dos escritos de Franz Fanon e nos debruçamos sobre as elaborações de Marx sobre emancipação em *Sobre a questão judaica*. Ao tratarmos a luta pelo território como horizonte das lutas das comunidades tradicionais no Brasil, consideramos a (con)formação das nações em territórios – unos e múltiplos em seu interior – para que a partir disso seja possível contribuir com a reflexão a respeito das possibilidades emancipatórias – ou não – geradas pelo processo de reconhecimento das comunidades tanto no âmbito jurídico-político quando em relação a sua própria identidade.

Palavras-chave: Apanhadores de flores sempre-vivas; Espetáculo; Estado-nação; Política.

Traditional communities in commodity-producing societies: observations based on national territories and heritage

Abstract

Nations, or nation-states, are formed by a territory and possess their national patrimony: material, immaterial, goods, practices, etc., listed as important and eligible for legal and political protection to ensure the permanence of their existence. Based on the dialogue between geographical science, which considers territory as a central category for understanding the spatialization of power relations, and Marxist theory on politics and emancipation, this study presents some observations based on the case of the traditional communities that call themselves gatherers of *sempre-viva* flowers and their recognition as patrimony within a horizon of political disputes and struggles. This case was the subject of doctoral research that underpins the reflections presented here. To develop our analysis, we take as our premises the contributions of authors who base their understanding of reality on Marxist work, such as Evgeny Pachukanis's elaboration on subjects of law and Guy Debord's work on the society of the spectacle. From this, we draw upon the writings of Franz Fanon and examine Marx's elaborations on emancipation in *On the Jewish Question*. When discussing the struggle for territory as a horizon for the struggles of traditional communities in Brazil, we consider the (con)formation of nations within territories – both unified and multiple within themselves – so that, based on this, it is possible to contribute to the reflection on the emancipatory possibilities – or lack thereof – generated by the process of recognizing communities, both in the legal-political sphere and in relation to their own identity.

Keywords: *Sempre-viva* flower gatherers; Spectacle; Nation-state; Politics.

Les communautés traditionnelles dans les sociétés productrices de matières premières : observations fondées sur les territoires nationaux et le patrimoine

Resumé

Les nations, ou États-nations, sont constituées d'un territoire et possèdent un patrimoine national : matériel et immatériel, biens, pratiques, etc., considérés comme importants et éligibles à une protection juridique et politique afin d'assurer leur pérennité. S'appuyant sur le dialogue entre la science géographique, qui considère le territoire comme une catégorie centrale pour comprendre la spatialisation des rapports de pouvoir, et la théorie marxiste de la politique et de l'émancipation, cette étude présente des observations fondées sur le cas des communautés traditionnelles se désignant comme la cueillette de *sempre-vivas* et sur la reconnaissance de leur patrimoine dans un contexte de conflits et de luttes politiques. Ce cas a fait l'objet d'une recherche doctorale qui sous-tend les réflexions présentées ici. Pour développer notre analyse, nous prenons pour point de départ les contributions d'auteurs qui fondent leur compréhension de la réalité sur l'œuvre marxiste, comme les travaux d'Evgueni Pachukanis sur les sujets de droit et ceux de Guy Debord sur la société du spectacle. À partir de là, nous nous appuyons sur les écrits de Franz Fanon et examinons les développements de Marx sur l'émancipation dans Zur Judenfrage (La Question Juive). Lorsqu'on aborde la lutte pour le territoire comme horizon des luttes des communautés traditionnelles au Brésil, on considère la (con)formation des nations au sein de territoires – à la fois unifiés et multiples en eux-mêmes – afin que, sur cette base, il soit possible de contribuer à la réflexion sur les possibilités d'émancipation – ou leur absence – engendrées par le processus de reconnaissance des communautés, tant dans la sphère juridico-politique que par rapport à leur propre identité.

Mots-clés: Cueilleurs de *sempre-vivas*; Spectacle; État-nation; Politique.

Introdução

Se é possível atestar que as comunidades tradicionais – muitas vezes objeto de estudo da geografia agrária – e o patrimônio – muitas vezes objeto de estudo da geografia cultural – têm algo em comum, isso seria confirmado pela relação de ambos com a cultura, a história e a tradição. Apontamos, em outra ocasião (Cerqueira, 2023), como a noção de cultura e de tradição são especificamente tratadas nos casos das culturas tradicionais e do patrimônio. Em relação a ambos, podemos entender que tanto o reconhecimento do patrimônio quanto o reconhecimento das comunidades tradicionais representam uma tentativa de conhecer e melhor desenhar a nossa história enquanto humanidade.

O patrimônio, através de suas políticas institucionais, precursoras na transformação da sociedade feudal em sociedade burguesa, carrega consigo o peso de representar justamente essa sociedade na qual e para a qual ele foi criado. Isso faz com que aquilo que é elegido como patrimônio por vezes não consiga conter em seus instrumentos algumas singularidades que, a depender da perspectiva adotada, também poderiam ser preservadas e conservadas: as comunidades tradicionais podem ser um desses casos, mas não o único. O surgimento de políticas de delimitação e reconhecimento do que passou a ser reconhecido como patrimônio imaterial aparecem como tentativas de amenizar a discrepância criada pela lógica do patrimônio dominado pela prática arquitetônica, ou do "espaço construído" *strito sensu*, na qual edificações e monumentos históricos são os principais objetos de proteção. Mas qual é o sentido do reconhecimento do patrimônio e o sentido do reconhecimento das comunidades tradicionais na elaboração da história da humanidade? Esses sentidos se relacionam de alguma maneira? Qual história é registrada, conhecida, prestigiada e contada a partir desses sentidos? Para responder a questões que relacionam povos tradicionais, cultura e tradição, acreditamos ser importante considerar a relação entre a ciência geográfica e o método marxiano, mesmo que os temas e os sentidos de comunidades e patrimônio não sejam usuais na perspectiva marxista na geografia.

Justificamos nossa análise baseados na concepção de que a ciência geográfica não deve ser definida a partir da atribuição de adjetivos "geográficos" ou "espaciais" àquilo que é objeto

de análise. Compreendendo que o objeto de estudo da geografia é – como o de todas as ciências – a realidade o que define a Geografia enquanto campo de investigação científico é sua leitura através de uma lente que enfatiza a dimensão espacial da realidade. Essa compreensão se ancora também no que denominamos aqui como "método marxiano", usualmente denominado como "materialismo histórico e dialético". Mesmo que na obra de Karl Marx não seja possível identificar longas elaborações voltadas especificamente para a questão do método, esta permeia de forma contínua toda sua obra – e faremos alguns apontamentos adiante a respeito do tema na obra do autor.

Nossa elaboração partirá do estudo de caso desenvolvido em outra ocasião (Cerqueira, 2023) acerca do caso dos apanhadores de flores sempre-vivas e de seu processo de reconhecimento como patrimônio. O tensionamento entre patrimônio cultural, patrimônio natural e patrimônio agrícola – chancela primeira de reconhecimento destas comunidades através da Organização das Nações Unidas pela Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) – pode ser observado na dimensão espacial que caracteriza os apanhadores de flores, de tal modo que transformações e permanências dos territórios, territorialidades e territorialização de suas comunidades foram desencadeadas histórica e geograficamente a partir dos conflitos observados no processo de reconhecimento institucional como patrimônio.

Nosso objetivo através deste estudo é defender que a análise de aspectos culturais através das lentes da elaboração e do método marxiano podem contribuir para a elaboração de uma ciência geográfica mais qualificada, que não restrinja o chamado "marxismo" ao reducionismo da esfera econômica da realidade, bem como também não deixe os estudos culturais restritos às análises do campo humanista, mais especificamente da fenomenologia. Ressaltamos que, com essa elaboração, nossa intenção não é desvalorizar os estudos que priorizam a análise econômica ou o campo do humanismo na ciência geográfica, mas ressaltar que uma análise rigorosa da realidade deve compreender a complexidade de diversos elementos que, juntos, conformam a totalidade do mundo. Totalidade esta que aqui abordamos como pressuposto de análise, sem a intenção, obviamente, de abarcá-la integralmente no curto espaço de um texto.

Consideramos também relevante apontar a questão de método da qual nos apropriamos a partir da principal publicação de Karl Marx, O Capital ([1867] 2017): a exposição é iniciada através do que o pensador considera o "núcleo" do modo de produção capitalista, que é a forma-mercadoria, em sua forma mais abstrata, e, ao longo da obra, os termos mais "concretos" em que essa abstração se materializa são, então, expostos. Esse modo de exposição difere do modo de investigação, como elabora Henri Lefebvre (1991) acerca da questão do método e da lógica da ciência. A análise da forma-mercadoria é central em nossa formulação e o faremos tomando como pressupostos as contribuição de Pachukanis ([1924] 2017), que associa a condição de "sujeito de direito" como o núcleo das relações sociais mediadas pela forma jurídico-política, e que é fundamental para a compreensão do reconhecimento das práticas tradicionais nas chancelas do patrimônio, e de Debord ([1967] 1997), que elabora sobre a condição de espetáculo da sociedade no atual estágio do capitalismo, o que é fundamental para destacar a centralidade da ideia de cultura na mediação das relações sociais pautada pela forma-mercadoria, como elabora Debord ([1967] 1997).

Explicitaremos, dessa forma, como o processo de reconhecimento das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas como patrimônio é fruto das lutas das comunidades tradicionais. Mas este processo se insere em um contexto mais amplo de relações sociais que são mediadas pela mesma forma identificada por Marx como "núcleo" base da sociedade capitalista, a forma-mercadoria. Esta é balizadora das relações jurídico-políticas que mediam a relação entre sociedade civil e Estado[1]. Ao se territorializar, o Estado conforma a chamada sociedade do espetáculo, organizada jurídico-politicamente em *territórios* e *nações*. Após traçarmos nosso caminho nesta breve exposição, iniciaremos com alguns apontamentos sobre o horizonte das disputas dos povos e comunidades tradicionais pela categoria de território. Em seguida, buscaremos elaborar como esta categoria está associada às relações políticas na conformação dos Estados-nação enquanto regente das reivindicações das comunidades. Concluímos com uma contribuição sobre as possibilidades de pensarmos, através de um

[1] Sobre o amplo debate sobre a contradição entre sociedade civil e Estado, cf. o primeiro capítulo a obra *O enigma do político* (Pogrebinschi, 2009, p. 35-112).

diálogo entre a obra marxiana e a ciência geográfica, os horizontes de emancipação das lutas sociais.

A luta pelo território como horizonte dos povos e comunidades tradicionais

A "luta pelo território" é provavelmente, no contexto atual, a ideia central mais acionada pelos povos e comunidades tradicionais no Brasil. A expressão é amplamente empregada no campo geográfico e das ciências sociais em geral, quando se trata da luta dessas comunidades. Existem inúmeras tentativas de diferenciar essa luta da denominada "luta pela terra", devido à particularidade apresentada pelas comunidades tradicionais de que esse território é fundamental para a manutenção de seus modos de vida, enquanto a "luta pela terra" seria uma reivindicação que visa apenas obter um "pedaço de chão" para produzir (Guedes, 2013). Quando pensamos na diferença entre essas lutas, refletimos sobre a distinção entre os tempos históricos que levaram a que cada um desses termos seja considerado central em reivindicações políticas. Nesse sentido, "[r]efletir sobre a história é, inseparavelmente, *refletir sobre o poder*" (Debord, [1967] 1997, p. 92).

No campo da Geografia, o território é um conceito prioritariamente utilizado quando diz respeito à luta das comunidades tradicionais ou a quaisquer conflitos no/do campo de modo geral. Nem sempre o território foi a categoria central nesse debate, como apresentado por Alexandrina Conceição (2021) em *Os usos e abusos da categoria território*. Não é coincidência que o conceito de território apareça até mesmo como um dos parâmetros definidores das comunidades tradicionais.

> As alterações dos paradigmas postos e impostos como necessários vêm se constituir na Pós-Modernidade como alicerce do neoliberalismo, o modelo de sociedade. Nesse bojo, é preciso lembrar que o conceito de cultura surge, para alguns, como camisa de força contra as determinações de luta de classe e o entendimento da crítica aos determinantes hegemônicos, em lugar de se discutir as determinações do movimento contraditório do real. Determinantes econômicos substituíram a leitura teórica das múltiplas determinações dialéticas. Dessa forma, a categoria da universalidade e da totalidade são reduzidas à com- preensão de um conceito aprisionado a particularidade (Conceição, 2021, p. 13).

É nesta chave de interpretação que a cultura aparece como uma camisa de força que permitiria uma compreensão que, supostamente, iria além da chamada luta de classes e do entendimento de que a partir deste o território emerge como categoria possível de disputa e

leitura da realidade. A partir das noções de identidade e pertencimento, no entanto, surge também a necessidade de reivindicar o exercício de poder de um determinado povo em uma determinada área – o que se assemelha, de alguma forma, à ideia de território nacional, mas que nesse contexto aparece como uma diversidade de territórios internos a uma nação.

A definição de território não é, portanto, consensual e existem inúmeros embates sobre o conceito. Sua utilização como reivindicação política também não é una. O território, em sua definição mais simples, é relacionado diretamente à política e às relações de poder, como Marcelo Lopes de Souza (2015) apresenta. Porém, uma preocupação apontada por Raffestin (1993) nos parece ainda pertinente: apenas o Estado pode delimitar as formas políticas compreendidas como fundamentais para compreender o território? O autor pontua que "[a] geografia política, no sentido estrito do termo, deveria levar em consideração as organizações que se desenvolvem num quadro espaço-temporal que contribuem para organizar ou... para desorganizar" (idem, p. 18). Dessa forma, o autor expande a concepção de território para além daquele território delimitado pelos Estado-nação.

No interior do território nacional brasileiro, as comunidades tradicionais vêm reivindicando seus territórios tradicionais. Os territórios tradicionais desorganizam, nesse sentido, o que foi organizado pelo território nacional: as comunidades tradicionais representam uma diferença naquele espaço que deveria ser uno. O território nacional teve o patrimônio cultural como seu aliado na construção dessa unidade, que, todavia, fez dos territórios tradicionais uma ameaça e um outro arranjo institucional, não necessariamente compatível com os interesses do território nacional. Vemos, assim, uma investida no sentido de englobar esses vários territórios na mesma ideia de nação: ao invés de apagar as particularidades que ameaçam a ideia de nação, todas as diversidades podem agora ser englobadas nesta mesma unidade, inclusive com a concessão do patrimônio cultural. O que ocorre não é um deslocamento no sentido de uma ampliação positiva da composição da nação, que agora acolheria mais grupos – no caso, as comunidades tradicionais – para se compor. Trata-se, na verdade, de uma ampliação negativa, nos termos de que o significado de nação tem sua potência positiva, como uma "comunidade imaginária" que busca homogeneizar sua

população[2] para construir unidade, enfraquecida ao permitir que aquilo que antes não era usualmente considerado enquanto algo que compunha a nação agora seja incorporado a ela. Território não é apenas o nacional, e a nação não é definida apenas pelo território, mas ambos se fortalecem entre si, possibilitando tanto uma eventual unidade quanto uma delimitação específica para o exercício de um determinado poder.

Vale destacar que desde a década de 1990, após a promulgação da Constituição de 1988, o chamado patrimônio imaterial – ou seja, as práticas, celebrações, modos de fazer, modos de expressão, etc. – passou a ser considerado parte da cultura nacional. Simultaneamente ocorreu, entretanto, o movimento de proteção da natureza no modelo estadunidense e que levou os apanhadores de flores sempre-vivas a serem expulsos de seus territórios (Monteiro, 2019; Cerqueira, 2023) A assunção político-jurídica do patrimônio imaterial, por sua vez, trouxe para o centro da discussão práticas, rituais e saberes que, ao compor representações de uma nação diversa, podem conter em si uma infinidade de existências diferentes. Os apanhadores de sempre-vivas passaram a ter suas práticas reconhecidas nesses termos apenas três décadas depois da institucionalização a partir do reconhecimento como patrimônio agrícola tradicional (FAO/ONU, 2018) e como patrimônio imaterial do estado de Minas Gerais (IEPHA, 2023).

Daniel Bensaïd (2017), por sua vez, aponta algumas questões registradas nos artigos de Marx na Gazeta Renana a respeito da lei sobre furto de madeira. Os então chamados direitos dos pobres foram analisados através do estudo da legislação que instituiu a penalidade para o roubo de madeira na Renânia, o que foi associado à propriedade privada. Através da questão da propriedade e do direito, as análises de Marx referentes à lei do furto de madeira podem ser relacionadas com o caso da luta das comunidades tradicionais no Brasil do século XXI: "Ainda que essas lutas sejam iniciadas com frequência em nome da defesa de 'usos de costumes', ou tradições, é importante lembrar da preocupação de Marx em seus artigos sobre o furto de madeira", qual seja: "[p]or trás da aparência consensual dos costumes, subside um antagonismo latente entre os direitos consuetudinários dos dominantes e dos dominados"

[2] Cf. segunda parte da obra *Por uma Geografia do Poder* (Raffestin, 1993), em especial o Capítulo I – Recenseamento e Poder (p. 67-96).

(Bensaïd, 2017, p. 63). A necessidade do direito enquanto forma de luta implica em uma necessidade da propriedade privada para a sobrevivência. Portanto, o conflito de interesses consolidado pela propriedade e pelo direito, torna impossível a resolução desse impasse, numa simples atividade política *positiva*.

Apesar do termo 'emancipação humana' não estar presente no léxico destas lutas populares, levamos em consideração que todas essas lutas teriam esta como o objetivo final. O que interessa a esses grupos de forma imediata é a possibilidade de continuar existindo e se possível, de forma autodeterminada, seja através do reconhecimento do Estado ou de qualquer outra forma possível. Ao negligenciar que a lógica do patrimônio está assentada na lógica da propriedade privada, o que pode acabar se realizando é a reafirmação da necessidade dessa mesma propriedade privada e de sua lógica de exclusão. *Mas quem ou o que determina as regras deste jogo?*

Através do debate sobre o furto de madeira, Marx aponta as contradições nas concepções de direito "dos possuidores e dos possuídos. Entre um e outro, quem decide é a força" (p. 48). De fato, essas concepções são distintas, mas isso não deve ser colocado como uma mera dominação de um grupo social sobre o outro. O caso é que os interesses particulares de uma determinada classe – a que detém a propriedade privada – são colocados como interesse universal da sociedade, e isso cria um empecilho ao direito dos pobres (ou dos destituídos de propriedade privada). É precisamente essa sociedade que nega a estes grupos uma determinada condição de existência, e impõe a necessidade dos direitos enquanto forma de existência.

Território, política e Estado: disputas da/na cultura nacional

Para nossa elaboração no presente texto é importante colocar em evidência a relação entre território, política e Estado, a fim de melhor compreender a luta pelo território das comunidades tradicionais. Esta luta não se restringe apenas à dimensão da particularidade de cada um desses territórios e a como ela se amalgama à política através do patrimônio. A historiadora francesa Anne-Marie Thièsse, ao tecer uma reflexão sobre a formação das nações e das identidades nacionais, indica como foram construídas em um momento histórico

específico, quando de uma transição social, assim como do próprio modo de produção capitalista. Ela aponta que

> [a]s referências identitárias dos indivíduos eram determinadas por seu estatuto social, sua religião, seu pertencimento a uma comunidade local mais ou menos restrita e rica em todos os tipos de particularismos. A formação das identidades nacionais foi uma mudança total desse sistema de referência (Thièsse, 2014, p. 33)

A nação surge para conferir legitimidade a uma organização social que não dependia mais de apenas um sujeito, o monarca, mas que, por sua natureza, podia se reproduzir para além do seu líder. Duas concepções antagônicas de nação são recorrentemente resgatadas para determinar a consolidação desse ideal: uma que nasce da Revolução Francesa e outra que surge do Romantismo, de origem alemão "A primeira seria racional, progressista e democrática; a segunda seria baseada na emoção e reacionária" (Thièsse, 2014, p. 34). A autora apresenta a falácia desta oposição, pois ambas as concepções tiveram seus papéis na formação das nações, cada uma a sua maneira. Não é possível afirmar que uma se sobressaiu em relação à outra. As chamadas "histórias nacionais" surgem, portanto, no século XIX, mais precisamente na Europa entre 1820 e 1830 (Thièsse, 2014). Embora sejam histórias, tais construções ideológicas nos levam a considerá-las quase como a-históricas – como se fossem estabelecidas desde "sempre". Elas são, na realidade, um tanto quanto novas se levarmos em consideração os milênios de história escrita que a humanidade acumula.

Dessa maneira, "a ideia de nação parece concordar com toda ideia de modernidade, porque esta afirma a existência de uma comunidade atemporal, cuja legitimidade permanece na preservação de uma herança arcaica" (Thièsse, 2014, p. 61). Para a construção da identidade nacional, são necessárias tanto a modernização quanto aquilo que a contrapõe, aquilo que justifica sua existência, as tradições. A nação é condensada e organizada pela estrutura do Estado, que possibilita um arranjo social em torno dessa unidade. Raffestin (1993, p. 23) aponta que "[t]rês sinais são mobilizados para caracterizar o Estado: a população, o território e a autoridade. Toda a geografia do Estado deriva dessa tríade". A população refere-se a um povo, um conjunto de pessoas que compartilham algo em comum – porém esse algo em comum nem sempre existiu previamente à nação. O território é a delimitação física onde se encontra essa população, que age de acordo com uma autoridade específica, às vezes eleita pelo próprio povo, às vezes imposta arbitrariamente. Ele não necessariamente existe previamente à nação enquanto

tal. Ao contrário do que pode parecer, a nação é construção política e só faz sentido enquanto uma organização social que se pauta em um aporte jurídico-político para funcionar: "[a] crença coletiva na nação supõe a ocultação de seu processo moderno de construção" (Thièsse, 2014, p. 61).

A concepção de patrimônio surgiu em meio à Revolução Francesa (Choay, 2006), tendo os ideais iluministas em sua composição. Importante pensar em como isso se relaciona com os termos que tem os mesmos radicais de patrimônio: pátria e patriarcado. O patrimônio foi uma das chaves utilizadas para a construção da ideia de nação de modo geral, além de ser possível apreender como cada nação constituiu seu "patrimônio" próprio, e como isso exerce um papel ideológico na relação social entre o "povo" e o "nacional". Este patrimônio dito coletivo funciona nos mesmos termos que o patrimônio individual: mesmo que seu dono não seja apenas uma pessoa, ele continua sendo propriedade. A despeito dos bens não terem um detentor privado, a nação é considerada sua proprietária, exigindo a necessidade de todo um aparato jurídico-político que possa administrar esses bens. Isso faz sentido quando pensamos no patrimônio material, que correspondem a construções, objetos, enfim, itens tangíveis ao tato e olhar. Já o patrimônio imaterial apresenta um problema diante dessa lógica, pois não pode ser administrado da mesma maneira que o "material". Seu estado de conservação depende da possibilidade de repetição de determinados rituais ou práticas, que demanda que as pessoas envolvidas tenham todas as condições para realizá-lo. E isso a despeito do fato de que o patrimônio imaterial é provavelmente mais facilmente reconhecido enquanto aquilo que une um grupo de pessoas, uma nação por exemplo, como vemos, por exemplo, nas celebrações de Folias de Reis que existem pelo Brasil. Mas o patrimônio imaterial foi instituído apenas mais recentemente, neste presente século, como o que busca o reconhecimento das práticas de comunidades tradicionais.

Em *Os Condenados da Terra,* Fanon ([1961] 2022) aponta para a urgência de uma construção da *cultura nacional* a fim de que seja possível vislumbrar um horizonte emancipatório para determinado povo. "Miséria do povo, opressão nacional e inibição da cultura são a mesma coisa. Após um século de dominação colonial, encontra-se uma cultura tensionada ao extremo, sedimentada, mineralizada." (Fanon, [1961] 2022, p. 239) A condição

de dominação de um povo sobre outro cria uma situação em que se tornam difíceis construções de alternativas à realidade de opressão que se coloca enquanto regra, como uma espécie universal objetivado. A luta pelo reconhecimento dos apanhadores de flores sempre-vivas pode ser vista como uma construção de alternativa a uma realidade em que eles são oprimidos pela sociedade em geral com legitimação do Estado, que deveria assegurá-los de seus direitos. "A negação cultural, o desprezo pelas manifestações nacionais motoras ou emocionais, o banimento de qualquer sorte de organização contribuem para gerar condutas agressivas no colonizado" (Fanon, [1961] 2022, p. 239). Dessa forma, Fanon elabora sobre a violência do colonizado em relação ao colonizador: uma resposta impositiva a uma imposição. A construção da cultura nacional pode possibilitar ainda, nesse sentido, a construção de uma identidade para esse povo. Identidade que não é o cerne nem o fim da reivindicação, porém um instrumento utilizado na construção de uma possível nova realidade sem dominação de um sobre o outro:

> A cultura nacional é a súmula de todas essas apreciações, a resultante das tensões internas e externas à sociedade global e às diferentes camadas dessa sociedade. Na situação colonial, a cultura, privada do duplo suporte da nação e do Estado, perece e agoniza. A condição da existência da cultura é, portanto, a libertação nacional, o renascimento do Estado (Fanon, [1961] 2022, p. 247).

Fanon equipara a consciência nacional a uma forma mais elaborada de cultura. Não se trata, para o autor, de simplesmente ignorar a reivindicação nacional, para alguns colocada, todavia, como uma fase já superada pela humanidade amplamente organizada em Estados-nação. Seria um erro "querer saltar a etapa nacional" (Fanon, [1961] 2022, p. 248), quase que como uma linha temporal a ser seguida. Dessa forma, Fanon, que é uma das maiores referências do pensamento pós-colonial, afirma que uma estrutura que nasceu com o colonialismo é necessária para que este possa ser superado. Essa estrutura deve existir da forma como foi imposta para então ser superada. Não é possível dizer que existe outro caminho óbvio para a construção de uma nova sociedade. A ideia etapista tampouco parece ser viável – e isso talvez possa ser atribuído à herança de uma leitura estruturalista.

Em *Pele Negra, Máscaras Brancas* ([1952] 2020), obra anterior àquela já mencionada, Fanon apresenta alguns elementos que permitem uma compreensão melhor dessas possíveis etapas: a população negra se identifica, a partir da sua diferença, com a

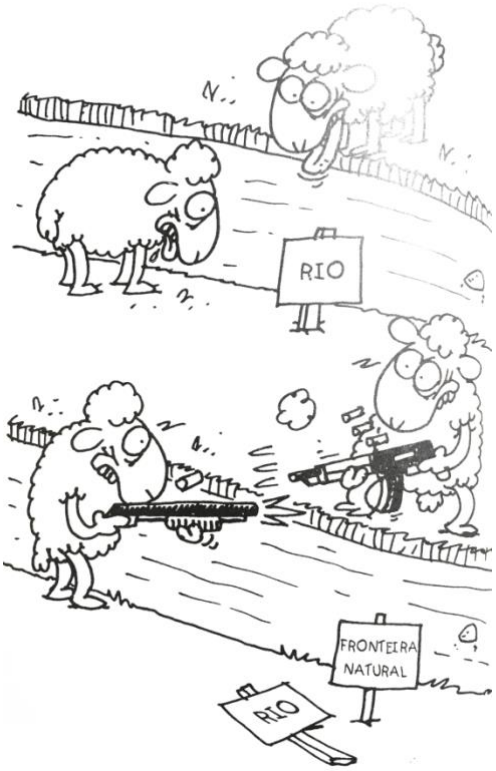
sociedade branca ocidental europeia, que a dominou por séculos. O autor discorre sobre a ambiguidade da negritude: "O negro quer ser branco. O branco se empenha em atingir uma condição humana" (Fanon, [1952] 2020, p. 23). A construção de uma identidade branca e de uma identidade negra se faz pela diferença, diferença construída sobre uma base desigual: a colonização promovida pelos povos europeus de territórios que posteriormente se tornaram nações.

A dominação de territórios estrangeiros gerou a possibilidade do nascimento das nações na Europa. É justamente essa base desigual que faz com que Fanon teça sua crítica a um universalismo abstrato que coloca o pensamento europeu como universal e a um pensamento que, em resposta a este, apresente uma defesa de um universal concreto, que possibilitaria a criação de uma identidade do povo que foi oprimido – ou seja, o chamado identitarismo, uma resposta dialética à identidade já tão bem instituída pela forma dominante dos brancos ocidentais. Em função dessa proposição, a ideia de que não seja possível "pular a etapa nacional" é uma leitura mais dialética do que etapista, no sentido de que apenas é possível criar possibilidades sobre aquilo que existe na realidade, e não apenas no mundo das ideias. Fanon questiona ainda, ao final de sua obra:

> Camaradas, será que não temos outra coisa a fazer que não criar uma terceira Europa? O Ocidente quis ser uma aventura do Espírito. Foi em nome do Espírito - do espírito europeu, entenda-se – que a Europa justificou seus crimes e legitimou a escravidão na qual mantinha quatro quintos da humanidade (Fanon, [1952] 2020, p. 325).

Esse Espírito Europeu parece ser uma referência à elaboração hegeliana sobre um idealismo que é objetivo, pautado no movimento do espírito ou da razão. Essa mesma razão e idealismo foram uma das bases ideológicas para a criação da ideia de nação. Mas esta não podia ser construída apenas sobre uma base jurídico-política para poder existir. Era necessário a delimitação de um território, que se coloca enquanto uma delimitação espacial dessas bases ideológicas que, tornadas identidade, colocam-se como universal. Podemos ver na **Error! Reference source not found.** 01 uma representação do quão 'naturais' são essas fronteiras territoriais e políticas.

Figura 01: Ilustração sobre o conceito de política em Marx: representação do território



Fonte: Bensaïd, 2013, p. 74. Autoria: Charb.

Com a consolidação da ideia de nação, tornam-se comuns também as reivindicações daqueles que são excluídos pela lógica do reconhecimento enquanto sujeito de direito que podem reivindicar seu direito ao território – como é o caso dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, em específico os apanhadores de flores sempre-vivas, nosso estudo de caso. De acordo com Wendy Brown (1995), as lutas e reivindicações pelos direitos são usualmente mobilizados por grupos específicos que têm uma identidade que une seus integrantes, como mulheres, pessoas de pele negra, dentre outros grupos, nos quais também incluímos as comunidades tradicionais. Segundo a autora, a identidade que permite que as pessoas se agrupem para reivindicar direitos é pautada habitualmente pelas feridas, prejuízos (*injury*, no original) que elas têm em comum. A partir da identificação desses prejuízos compartilhados, os grupos vislumbram a possibilidade de se associarem e então reivindicarem seus direitos enquanto grupos para que esses prejuízos não os afetem mais apenas pela sua existência – particularmente como mulheres, pessoas negras e comunidades tradicionais.

No Brasil, a legislação que rege o escopo das comunidades tradicionais é baseada na Convenção 169 da OIT (Brasil, 2004). Esta legislação tem como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e demais instrumentos internacionais que previnem a discriminação, surgidas no final da década de 1980 como uma tentativa de atualização do direito internacional perante diferentes reivindicações sociais. Até então podia ser observado que, em diversas partes do mundo, os povos e comunidades tradicionais não gozavam dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da sociedade – não podiam ser "sujeitos de direito". A OIT foi responsável pela promulgação do documento elaborado com colaboração de outros órgãos da ONU, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO-ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, afinal, quais possibilidades as comunidades tradicionais podem vislumbrar a partir da legislação promulgada?

Essa legislação é, de fato, uma forma de garantir o reconhecimento dessas comunidades pelo Estado em concordância com legislações aprovadas na escala mundial, sem que isso dependa, portanto, da vontade singular de quem ocupa os cargos do Poder Executivo. O que podemos verificar no contexto do governo brasileiro de Jair Bolsonaro (2019-2022), cujas atrocidades cometidas para com os povos e comunidades tradicionais foram frequentes, porém, é que esses direitos podem ser facilmente desrespeitados pelos governantes e são, na verdade, bastante frágeis.

Os povos tradicionais construíram sua luta institucional calcados fortemente no argumento da diferença identitária. É através desta noção que orbita a luta desses grupos. Brown (1995) apresenta argumentos sobre a política identitária em âmbito mundial que podem contribuir para compreender a luta dos povos e comunidades tradicionais, em especial dos apanhadores de flores sempre-vivas:

> Historicamente, os direitos surgiram na modernidade como veículo de emancipação da privação de direitos políticos ou da servidão institucionalizada, mas também como meio de privilegiar uma classe burguesa emergente dentro de um discurso de igualdade formal e de cidadania universal. Portanto, eles surgiram como meio de proteção contra o uso arbitrário

> e abuso de poder soberano e social, e como um modo de garantir e naturalizar os poderes sociais dominantes – classe, gênero, etc. (Brown, 1995, p. 99, tradução nossa)[3].

Os direitos sobre os quais se constroem as nações têm como base os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tríptico da Revolução Francesa de 1789. É necessário se atentar que caso a liberdade esteja ausente, os demais termos se tornam impossíveis. Se algumas pessoas e grupos são livres apenas no sentido de livres para vender sua força de trabalho, outros são livres para comprar ou não essa força de trabalho no mercado. Nesse contexto, o patrimônio aparece como uma das dimensões a serem reivindicadas enquanto direito, pois é identificada a necessidade do reconhecimento cultural de povos que foram anteriormente excluídos do reconhecimento enquanto sujeitos de direito. O patrimônio, enquanto parte da nação, organizada em uma estrutura jurídico-política não pode se desvencilhar dos seus fundamentos. Não é possível pensar em um patrimônio diferente deste que de fato existe e é reconhecido, por mais concessões que sejam feitas no caminho de abranger seu sentido em si.

> Se as reivindicações contemporâneas de direitos são empregadas para proteger identidades histórica e contextualmente contingentes, pode a relação do idioma universal dos direitos com a contingência das identidades protegidas ser tal que a primeira opera inadvertidamente para ressubordinar, renaturalizando aquilo que pretendia emancipar quando se articulava (Brown, 1995, p. 99, tradução nossa)?[4]

A proteção e reconhecimento de identidades diferentes daquela imposta enquanto universal, isto é, do homem branco europeu, que se considera como a expressão da universalidade dos direitos, esbarra no problema de que essa universalidade é exclusiva, na medida em que exclui aqueles que são diferentes. A inclusão dos diferentes, a dissolução da exclusão, não pode ser realizada nos mesmos termos em que ela foi construída. Ao dissertar sobre os escritos de Marx acerca dos furtos de madeira, Daniel Bensaïd aponta que surge uma nova forma de direito que se impõe ao mesmo tempo em que passam a ser delimitadas as fronteiras da propriedade privada e da nação: "o novo direito pretende abolir o direito

[3] No original: "Historically, rights emerged in modernity both as a vehicle of emancipation from political disenfranchisement or institutionalized servitude and as means of privileging an emerging bourgeois class within a discourse of formal egalitarianism and universal citizenship. Thus, they emerged both as a means of protection against arbitrary use and abuse by sovereign and social power and as a mode of securing and naturalizing dominant social powers – class, gender, and so forth" (Brown, 1995, p. 99).

[4] No original: "If contemporary rights claims are deployed to protect historically and contextually contingent identities, might the relationship of the universal idiom of rights to the contingency of the protected identities be such that the former operates madvertently to resubordinate by renaturalizing that which it was in- tended to emancipate by articulating" (Brown, 1995, p. 99)?

imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza" (Bensaïd, 2017, p. 21). Dessa forma, torna-se impossível permanecer existindo em seu território como antes, pois o mundo passa a ser regido por regras diferentes, que pressupõe o direito.

Brown (1995, p. 106, tradução nossa) afirma que Marx apresenta em suas elaborações *Sobre a questão judaica* a compreensão de que "a astúcia do poder peculiar ao constitucionalismo liberal centra-se na concessão de liberdade, igualdade e representação a sujeitos abstratos em vez de concretos"[5]. Essa concessão pode ser feita apenas a sujeitos abstratos, pois não é possível transformar os sujeitos concretos em sujeitos livres e iguais. É preciso que os sujeitos sejam considerados dessa forma para que a reprodução social mantenha-se e que cada um que tenha apenas a força de trabalho enquanto produto a ser vendido no mercado. Os judeus da Alemanha, que ainda não tinha seu Estado-nação formado de modo consolidado no século XIX, buscavam emancipação político e jurídicas pois não eram livres, nem iguais aos demais cidadãos. Contudo, fato é que ninguém mais o era completamente e que nenhum outro grupo se organizou dessa forma naquele momento.

> Os judeus que buscam a emancipação querem ser livres do judaísmo, livres para o judaísmo ou livres para serem judeus? O que significa recorrer ao Estado para tal emancipação? […] Como a natureza do estado político transforma a identidade social de uma pessoa quando ela se volta para o estado para a resolução política de sua subordinação, exclusão ou sofrimento (Brown, 1995, p. 101, tradução nossa)[6]?

Não é possível afirmar que os judeus fossem livres e emancipados anteriormente à formação do Estado alemão, pois não havia nada do que se emancipar naquele momento. A partir do momento em que passam a se formar os Estados-nação, com as bênçãos da Igreja Católica, um expressivo grupo que segue outra religião passa a ser subjugado ao grupo dominante. Assim, os sujeitos abstratos, judeus ou não, podem ser livres e iguais, formalmente no papel da lei, enquanto na realidade não o são:

> A substituição de sujeitos políticos abstratos por sujeitos reais não apenas anula o projeto de emancipação, mas também nos resubjuga precisamente ao emancipar substitutos para nós –

[5] No original: "the ruse of power peculiar to liberal constitutionalism centers upon granting freedom, equality, and representation to abstract rather than concrete subjects" (Brown, 1995, p. 106).

[6] No original: "Do Jews seeking emancipation want to be free from Judaism, free of Judaism, or free to be Jewish? What does it mean to turn to the state for such emancipation? […] How does the nature of the political state transform one's social identity when one turns to the state for political resolution of one's subordination, exclusion, or suffering" (Brown, 1995, p. 101)?

> ao emancipar nossos representantes abstratos no estado e nomear esse processo de 'liberdade' (Brown, 1995, p. 106, tradução nossa)[7].

A situação dos judeus se assemelha, em certos aspectos, àquela das comunidades tradicionais no século XX. A partir do momento em que recorrer ao Estado se torna uma necessidade – nesse contexto, já consolidado e supostamente democrático – para a emancipação política. Esta, prometida para sujeitos de direito abstratos, não efetiva uma emancipação social, realmente possível. As comunidades tradicionais devem "entrar no jogo" jurídico-politico que rege o Estado, algo que anteriormente não fazia sentido para tais grupos, apesar de individualmente a maioria de seus integrantes se considerar cidadão por ter direito a voto, por exemplo. O patrimônio cultural torna-se, assim, um artifício político-jurídico que pode ajudar as comunidades tradicionais a chegarem mais perto da condição efetiva de sujeitos de direito. Uma vez que a lógica do patrimônio é fundada a partir dos mesmos ideais do Estado, da nação, da história e do tempo da sociedade ocidental, não é possível, portanto, que o patrimônio se desvencilhe de seus próprios fundamentos. Recorrer a esse direito pode significar, entretanto, um aprofundamento da condição subjugada das comunidades: "[o]s direitos simbolizam a soberania fantasmagórica do indivíduo não emancipado na modernidade" (Brown, 1995, p. 110, tradução nossa)[8].

Em *Sobre a questão judaica* ([1843] 2010b), Marx observa que os judeus alemães almejam a emancipação cidadã política. Bruno Bauer, a quem Marx direciona sua crítica, afirmava que se ninguém estaria emancipado de fato na Alemanha, que ainda não tinha seu Estado-nação plenamente formado, não teria sentido a emancipação de um grupo específico sobre outros. A questão da religião coloca-se, assim, como central pois, é o antagonismo religioso que motiva as reivindicações dos judeus. Pode-se superar o antagonismo religioso apenas tornando-o impossível – o que só é possível superando a própria religião. Para Marx, "o Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem" (Marx, [1843] 2010b, p. 39), de tal forma que nesta sociedade não existe horizonte de liberdade sem ter que lidar com o Estado.

[7] No original: "The substitution of abstract political subjects for actual ones not only forfeits the project a:·emancipation but resubjugates us precisely by emancipating substitutes tor u s - b y emancipating our abstracted representatives in the state and namimg this process 'freedom'" (Brown, 1995, p. 106)

[8] No original: "Rights emblematize the ghostly sovereignty of the unemancipated individual m modernity" (Brown, 1995, p. 110).

A emancipação política é certamente um grande progresso, é a "forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até agora" (idem, p. 41). Ou seja, dentre as o que se apresenta como possibilidade neste mundo, nessa sociedade, o que entendemos como emancipação política é certamente o estágio mais avançado e próximo de uma liberdade e igualdade entre as pessoas. No entanto, esta liberdade e igualdade são bastante limitadas, neste sentido, pois não se aplicam a todas as pessoas. Nesta organização social específica, tais preceitos não podem se aplicar a todas as pessoas. É precisamente essa liberdade e igualdade limitadas que vemos no caso das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas, que, apesar da árdua luta por reconhecimento, permanecem em uma condição de aparente exclusão em relação ao restante da sociedade. A promessa de inclusão na sociedade, pelo artifício do reconhecimento cultural, do patrimônio, por qualquer articulação e instância políticas, permanece apenas isto: uma promessa que não pode ser cumprida a partir dos moldes dessa própria organização social.

A sociedade burguesa que se firmou com a Revolução Francesa estabeleceu a política como meio principal para organizar – como forma de dominar econômica e politicamente – as pessoas em sociedade, "[...] a vida política se declara como um simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa. É verdade que sua práxis revolucionária se encontra em constante contradição com sua teoria" (Marx, [1843] 2010b, p. 51). A política se apresenta como forma de organização de uma sociedade específica, que aparece como única forma possível de organização social.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, pessoa moral.

> Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "*forces propres*" [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força. (Marx, [1843] 2010b, p. 54)

Aparece aí a contradição entre os indivíduos e os cidadãos – cada um desses é uma das partes dos sujeitos de direito que compõem a sociedade. A partir desse conjunto de sujeitos de direito forma-se o Estado, que se ampara na democracia representativa burguesa para se

organizar e dar uma roupagem mais próxima à aparência de igualdade e liberdade, que tanto são prometidas a seus sujeitos. Robert Kurz (2020, p. 21) apresenta interessantes formulações sobre a "democracia de mercado que foi aclamada como a forma definitiva da sociedade humana". Para o autor, a democracia não pode ter suas contradições resolvidas em seus próprios termos – sendo necessário considerar que suas falhas são em si parte da mesma ideia de democracia. A democracia é a forma de organização do capitalismo na forma do Estado. Entretanto, "o tabu da crítica emancipatória, progressista, transcendente da democracia é idêntico ao tabu de pensar a história para além das categorias da modernidade produtora de mercadorias" (Kurz, 2020, p. 35). O autor discorre, então, sobre o fascismo ter sido gestado no seio da própria democracia. A democracia que conhecemos hoje pouco tem de humanidade em si. A separação do mundo entre nações não deixa de ser reflexo na territorialização do capital, afinal, dessa falta de humanidade. Nas cartas trocadas com Arnold Ruge sobre as elaborações presentes em *Sobre a questão judaica*, Marx afirma:

> O mundo filisteu é o mundo animal politizado e, se tivermos de reconhecer sua existência, não nos resta outra saída a não ser simplesmente dar razão ao *status quo*. Séculos de barbárie o geraram e lhe conferiram forma, e agora ele está aí diante de nós como um sistema coerente, cujo princípio é o mundo desumanizado (Marx, [1843] 2010b, p. 66).

A construção da nação, com seu território bem delimitados, é uma das bases para este sistema. Se a particularidade está na universalidade, ao mesmo tempo em que a universalidade constitui as particularidades, em uma relação de necessidade mútua, por que então existe uma insistência em colocar as particularidades como soluções para os problemas universais? Buscar uma resposta para um problema universal – a emancipação humana – em relações sociais particulares como as do capitalismo e do sujeito de direito correlato, é apenas uma tentativa de reconciliação com aquilo que nunca foi um reconhecimento pleno, mas que poderia ter sido. A tradição e a cultura representariam, nesse sentido, uma desradicalizada oposição à modernização, que se cojunga como uma base para a construção da própria nação. Isso faz com que as práticas denominadas tradicionais possam ser remetidas como se fossem uma solução para inúmeros problemas que a dominação implica para a sociedade moderna, quando na

realidade elas são parte de um mesmo fundamento comum do Estado, do sujeito de direito e da forma valor.

A nação e o território necessitam da construção da identidade "social" para se firmarem A construção de uma identidade pode ter diversas chaves, sendo o patrimônio uma delas como debatemos em outra ocasião (Cerqueira, 2023), em íntima relação com a cultura nacional. É oportuno mencionar, a propósito, alguns apontamentos de Walter Benjamin sobre a estetização da política na *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* ([1955] 1987). É evidente que o autor se refere à produção cultural que foi consagrada enquanto cultura pelo próprio patrimônio: a arte produzida na forma de teatro, artes plásticas, em especial a reprodução mecânica do cinema. Ao se referir à produção cultural nazista, Benjamin aponta que o esforço de estetizar a política – ao contrário do que alguns pensadores afirmam, não há uma dimensão estética na política em si, e nem o contrário pode ser afirmado – culmina na guerra, na possibilidade de naturalizar os horrores causados pela destruição. É possível fazer um paralelo desses horrores de guerra com os horrores causados pela própria ideia e materialidade da nação, colonização e território, pois para existirem foram necessárias guerras.

A estética, termo originado do grego *aisthesis* (percepção, *aisthetiké,* aquele que percebe), refere-se àquilo que afeta o humano e que por ele é afetado, apresentando-se enquanto uma dimensão usualmente associada à arte e à cultura. A utilização dessa dimensão não significa necessariamente a manipulação da produção cultural para determinados fins políticos. Pode ser uma mobilização de termos relacionados à identidade e que permitem a associação entre pares que se identificam enquanto iguais, enquanto nação. Se o que Marx ([1844] 2010a) afirma é verdade, que a política é o contrário de uma "essência humana" por se tratar da dominação de uns sobre outros, o mesmo é possível afirmar a respeito da nação e do território: ambos são o contrário da essência humana. Para a construção de uma humanidade que tenha isso enquanto pressuposto, é necessário pensar o que fazer com as categorias que fundam a organização social na qual nos encontramos.

Considerações finais

Ao se apoiarem nos aparatos jurídico-políticos do patrimônio, as comunidades tradicionais podem vislumbrar mais de perto a emancipação política. Esta poderia garantir uma existência permeada por menos conflitos diretos, como vimos no caso dos apanhadores de flores sempre-vivas: ao visarem o reconhecimento como patrimônio agrícola, podem vislumbrar uma condição mais próxima daquela prometida pela Constituição de 1988 em que todos os cidadãos brasileiros teriam os mesmos direitos. Não obstante, ao se orientarem nessa forma específica - a institucionalização estatal pressuposta pelo reconhecimento de direitos e elaboração do passado na sociedade ocidental -, tais comunidades correm também o risco de perderem a tradição pela qual prezam, tradição esta que difere da tradição conservadora da sociedade burguesa.

Nossa elaboração procurou, por um lado, elucidar como as possibilidades de reconhecimento de comunidades tradicionais visam, de alguma forma, um horizonte emancipatório frente à condição de opressão que esses grupos vivem historicamente. Por outro lado, é importante considerar que as respostas emancipatórias diante do aparato jurídico-político podem, no limite, apenas (re)por as mesmas formas que criaram essa condição de opressão vivida pelas comunidades tradicionais no interior dos Estado-nação.

Se, diante dessa situação, a possibilidade de emancipação não está no horizonte, como e onde buscá-la? Os instrumentos que temos para reelaborar nosso passado, que privilegiam aquilo que pode ser visto, tocado – o que Guy Debord denomina espetáculo – acabam por situar determinadas formas de existência, como as das comunidades tradicionais, em um patamar desfavorecido em face ao caso dos que se adequam, com menos conflitos, ao sistema produtor de mercadorias, em uma organização social dividida em nações e territórios, em concorrência, o que reforça a lógica de dominação entre as pessoas. O reino das mercadorias, reproduzido pela relação entre sujeitos de direito, reserva um local singular para grupos que não se adequam totalmente à sua lógica, como uma exceção que confirma a regra. Ao analisar o caso das comunidades tradicionais, dessa forma, este artigo analisou como a emancipação humana não pode ser vista apenas no horizonte imediato das lutas por direitos. O debate e embate político e científico sobre o(s) território(s), a partir de um diálogo com a obra marxiana

e a ciência geográfica, contribui, portanto, para melhor compreender essa realidade. Apenas ao tentar desenhar novos caminhos para a luta social, não limitada à relação estado-mercado, poderemos vislumbrar a emancipação social.

Referências

Benjamin, Walter. **Obras Escolhidas**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 3a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, v. I, [1955] 1987. 222-234 p.

Bensaïd, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e os direitos dos pobres. In: Marx, Karl **Os despossuídos:** debates sobre a lei referênte ao furto de madeira. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11-74.

Brasil. Decreto no 5.051 de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Presidência da Republica**, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 2020 jan. 2020.

Brown, Wendy. **States of injury:** power and freedom in late modernity. 1a. ed. Princeton: Princeton University Press, 1995.

Cerqueira, Maria Clara Salim. **Para uma crítica do patrimônio [manuscrito] :** apontamentos a partir das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas e do Centro Histórico de Diamantina/MG. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. Belo Horizonte/MG, 186p. 2023.

Choay, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3a. ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2006.

Conceição, Alexandrina Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, 17, n. 32, 2021. 7-21. Disponível em. Acesso em 20 jan.2022.

Debord, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, [1967] 1997.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. 1a. ed. São Paulo: Ubu Editora, [1952] 2020.

Fanon, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. 1a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1961] 2022.

FAO/ONU. Agricultura tradicional dos apanhadores de flores sempre-vivas pode ser o primeiro patrimônio agrícola mundial brasileiro. **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**, 21 jun. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1142103/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

Guedes, André Dumans. Lutas por terra e lutas por território nas Ciências Sociais brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: Acselrad, Henri **Cartografia social, terra e território**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

IEPHA. Governo de Minas registra o Sistema Agrícola de Apanhadores(as) de Sempre-Vivas como Patrimônio Imaterial do Estado. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**, 2023. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/784-governo-de-minas-registra-o-sistema-agricola-de-apanhadores-as-de-sempre-vivas-como-patrimonio-imaterial-do-estado>. Acesso em: 15 ago 2023.

Kurz, Robert. **A democracia devora seus filhos**. Tradução de Daniel Cunha. 1a. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

Lefebvre, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Marx, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, v. 1, [1843] 2010b.

Marx, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "o Rei da Prússia e a reforma social" de um prussiano**. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, [1844] 2010a.

Marx, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. 1a. ed. São Paulo: [s.n.], v. 1, [1867] 2017.

Monteiro, Fernanda Testa. **Nas fronteiras das Minas com o Gerais:** as terras de uso comum e o uso coletivo de terras. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019.

Pachukanis, Evguiéni. **Teoria geral do direito e marxismo**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, v. 1, [1924] 2017.

Pogrebinschi, Thamy. **O enigma do político:** Marx contra a política moderna. 1a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2009.

Raffestin, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1a. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Souza, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Thièsse, Anne-Marie. As identidades nacionais: um pardigma transnacional. In: Pereira, Doralice Barros; Del Gaudio, Rogata Soares (org.) **Geografias e ideologias:** submeter a qualificar. 1a. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 33-65.

Como citar este artigo:

CERQUEIRA, Maria Clara Salim. Comunidades tradicionais na sociedade produtora de mercadorias: apontamentos a partir dos territórios e patrimônios nacionais. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 318-343, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/47mwse15

Recebido em 06 de dezembro de 2025

Aceito em 26 de maio de 2026

Sobre a autora: Professora na Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU ES) no Ensino Médio e professora voluntária na área de Geografia Humana na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Arquiteta urbanista graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutora em Geografia pela UFMG.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

agb SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Formação social, dialética socioespacial e questão moral na Geografia Crítica de Milton Santos

Marcos Aurélio da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis, SC, Brasil.
m.aurelio.silva@ufsc.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Formação social, dialética socioespacial e questão moral na Geografia Crítica de Milton Santos

Resumo

A dialética espaço-tempo de Milton Santos é lida neste artigo como uma dimensão da epistemologia política hegelo-marxista cuja expressão prático-filosófica se apresenta na crítica política e moral do colonialismo, ela mesma a forma principal de manifestação da categoria de formação socioespacial recortada geograficamente nos Estados-nações. A noção de evolução histórica que assim emerge como projetualidade, tendo o espaço social em seu centro, não equivale a qualquer forma de teleologismo mecânico, mas a uma bem mediada relação entre a dimensão universal e a dimensão particular da história, e assim a um sentido mais profundo de finalismo, aberto à heterogênese dos fins, a dar lugar a uma concepção de Estado e de formação social (ou formação socioespacial) que avança em direção ao Estado ético de que falou Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Hegelo-marxismo, Milton Santos, ajuste espacial, teleologias, Estado ético.

Social formation, socio-spatial dialectic, and the moral question in Milton Santos's Critical Geography

Abstract

Milton Santos' space-time dialectic is read in this article as a dimension of Hegelian-Marxist political epistemology whose practical-philosophical expression is presented in the political and moral critique of colonialism, itself the main form of manifestation of the category of socio-spatial formation geographically delineated in nation-states. The notion of historical evolution that thus emerges as a projectual concept, with social space at its center, is not equivalent to any form of mechanical teleologism, but to a well-mediated relationship between the universal and particular dimensions of history, and thus to a deeper sense of finalism, open to the heterogenesis of ends, giving rise to a conception of the State and of social formation (or socio-spatial formation) that advances towards the ethical State of which Antonio Gramsci spoke.

Keywords: Hegelo-Marxism, Milton Santos, spatial adjustment, teleologies, ethical state.

Introdução

A questão central deste artigo está concentrada na apresentação das elaborações teóricas propostas nos anos 1970 por Milton Santos para a renovação crítica da Geografia, reconhecendo que o fundamento teórico desta elaboração é o hegelo-marxismo, manifesto, de um lado, nas leis de tendência esposadas por Marx em *O Capital* e, de outro, na centralidade assumida pela questão moral, núcleo da Filosofia Clássica alemã da qual Hegel, mais do que apenas o moderno teórico da dialética, é seu maior representante. O entrelaçamento destas duas influências, ganham um sentido de *práxis* na denúncia do colonialismo e da carga de desumanização que ele encerra, apresentando-se sob a forma de um ajuste espacial que encontra já os seus limites nos movimentos nacionais de contestação da dominação colonial. É o momento em que a categoria de formação social passa por reflexões mais aprofundadas no marxismo, sendo Milton Santos o vértice deste movimento intelectual, ao propor uma reflexão não apenas em termos de formação social, mas socioespacial, e no centro da qual está uma teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Uma vez apresentadas estas formulações, o artigo abre-se para discutir polemicamente com os argumentos que, a partir igualmente de uma posição de crítica social, rejeitaram a formulação do grande geógrafo baiano, acusando nele um encadeamento de problemas que vai do estruturalismo ao teleologismo. Explorando as carências filológicas desta crítica, o artigo procura contestar os motivos da rejeição do aporte hegelo-marxista miltoniano, concluindo que a crítica se põe a promover um deslocamento epistemológico que pretende ancorar a reflexão em Geografia posta ao lado do mundo do dissenso nas *structures of feeling* do pós-modernismo, sendo ela mesma refém da violenta compressão capitalista do tempo-espaço, e assim dos efeitos provocados pelos ajustes espaciais que envolvem a crise de longa duração do capitalismo. O principal deles o enfraquecimento da eticidade hegeliana (mas na mesma medida gramsciana) do Estado, caminho pelo qual começava a trilhar, mesmo se às vezes de maneira hesitante, a reflexão do último Milton Santos.

Hegelo-marxismo e dialética espaço-tempo

A categoria de formação econômico-social, que já nos anos de 1950 Cesari Luporini disse ser "essencial no marxismo", e isto partindo dos estudos que Lenin elaborou para refutar uma sociologia "no melhor dos casos" apenas descritiva (Luporini,1974 [1954], p. 299), conheceu na geografia brasileira uma grande inovação teórica. Foi Milton Santos, através de um artigo simultaneamente publicado no ano de 1977 na revista *Antipode*, no *Cahiers Internationaux de Sociologie* e no *Boletim Paulista de Geografia* (Santos, 1982 [1977]), bem como através do livro *Por uma Geografia Nova* (2008 [1978]), um dos seus principais artífices. No centro desta perspectiva, uma redefinição da categoria de espaço, lida não mais pelo ângulo de uma visão tridimensional, um "receptáculo", tão-somente "condição de possibilidade", que "termina por ser a base filosófica tanto para os possibilistas quanto para os deterministas" (Santos, 2008 [1978], pp.50-51). Tratava-se de pensar o espaço sem que se excluísse a dimensão "tempo", o "tempo das sociedades em movimento", muito diferente do tempo "*continuum*" de Newton, "um tempo tão absoluto quanto o espaço", afinal responsável "pelo dualismo história-geografia" (Santos, 2008 [1978], p. 51). Daí porque falar de "formações sócio-econômico-espaciais ou, para abreviar, formações sócio-espaciais", ou ainda "exclusivamente de formações sociais, pois estas não se realizam de maneira nenhuma fora do espaço" (Santos, 2008 [1978], p. 240).

Pressupondo a "noção de um espaço quadrimensional", a superação da dualidade história-geografia – as prisões do tempo e do espaço *continuum* e absoluto – conduz, portanto, a um "enfoque espaço-temporal" que se sustenta na "noção de espaço relativo" – ou, ainda da melhor, um "espaço relacional" (Santos, 1988, p. 26) –, vale dizer, o "espaço considerado como um sistema de relações ou um campo de forças", expressão das tensões da "acumulação desigual de tempos" que lhe caracteriza (Santos, 2008 [1978], pp. 252-256). A rigor, uma segunda natureza (*natura naturata*) que de maneira nenhuma pode ser lida como a banal negação de uma "natureza primeira" (*natura naturans*), supostamente imóvel, mas a partir de uma complexa "dialética do espaço", já que

> ... há sempre uma primeira natureza prestes a se transformar em segunda; uma depende da outra, porque a natureza segunda não se realiza sem a primeira e a natureza primeira é sempre

> incompleta e não se perfaz sem que a natureza segunda se realize. Este é o princípio da dialética do espaço (Santos, 2008 [1978], p. 214).

Posto o espaço como "segunda natureza", já um "campo de forças" a revelar as tensões da "acumulação desigual de tempos", compreende-se que, para esta "geografia crítica", emerge como um imperativo não mais "esconder o papel do Estado bem como das classes", a rigor uma forma de "justificativa da obra colonial" (Santos, 2008 [1978], pp. 21 e 31). E eis também de onde parte a definição e o recorte espacial da categoria de formação econômico-social, produto "do desenvolvimento desigual das forças produtivas" e da "transformação das relações de produção" a ser apreendida ao nível do Estado-Nação ou, ainda mais precisamente, através do "papel específico" que exerce a "acumulação histórica e do presente na formação das características individuais de cada país." (Santos, 2008 [1978], pp. 240-243). Formações sociais que assim devem ser estudadas a partir de "dois conjuntos de relações definidos por Lenin", mas não menos presentes no marxismo de Gramsci (1975, pp. 1584-1585): "as relações horizontais e as relações verticais", as primeiras nos dando "a estrutura interna da sociedade", as últimas nos mostrando "as relações de uma sociedade com as outras sociedades", motivo pelo qual "a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio, mas igualmente aos outros" (Santos, 2008 [1978], p. 245).

Uma ampla e articulada síntese destas formulações se encontra no capítulo introdutório de *Por uma geografia nova*, proposta como um programa de pesquisa:

> A noção de tempo social leva à noção de periodização da história e essa necessidade epistemológica provém do fato que a História é, a um só tempo, contínua e descontínua. A categoria modos de produção permite essa periodização. Ela é, todavia, insuficiente, porque dentro de um tempo existem tempos. O tempo do modo de produção é universal; daí impõe-se igualmente considerar o tempo do Estado-Nação, que permite analisar a articulação entre a divisão internacional do trabalho e a divisão interna do trabalho e assegura o estudo do jogo entre as forças internas e as forças externas de modelagem da sociedade e do espaço. A noção de tempo empírico é a única capaz de ser compatibilizada com a noção de um espaço objetivo. Ela deve permitir que se trabalhe, finalmente, em termos de sistemas espaço-temporais (Santos, 2008 [1978], p. 22).

Das questões acima sintetizadas, uma delas ainda não foi discutida nesta breve apresentação das formulações de Milton Santos, precisamente aquela que remete à *História* com inicial maiúscula, ou à filosofia hegeliana – ou hegelo-marxista – da história. Trata-se da categoria de *totalidade histórica*, "uma herança deixada a Marx por Hegel" que consagra a

determinação "do todo sobre as partes" (Lukács *apud* Santos, 2008 [1978], p. 184). A rigor, ela mesma entrelaçada à "noção de tempo, porque a realidade é um estado mas é também uma totalização em marcha", mas também à noção de estrutura, nomeadamente de "estruturas sociais" (Santos, 2008 [1978], p. 219). E eis como compreender as recorrentes referências de Milton Santos a expressões como "marcha da História", "evolução da história humana", "desenvolvimento histórico", "unidade da história" (Santos, 2008 [1978], pp. 31,127, 157, 246), e enfim à categoria de "devir" histórico, necessariamente associada ao "espaço real", "das sociedades em seu devir", argumento central na crítica da "geografia viúva do espaço", cuja base é "a história dos historiadores, a natureza 'natural' e a economia neoclássica", totas elas presas a uma ideia de espaço que não é outra coisa senão um espaço "estático ou simplesmente não existente", um espaço "ideológico" (Santos, 2008 [1978], p. 218).

Numa palavra, não estamos diante daquilo que "a ciência da natureza e da linguagem" define como "história da evolução", mas sim do que a dialética hegeliana chamou de "salto qualitativo", uma forma de evitar que se conceba o "desenvolvimento histórico" *apenas* como um "processo gradual de lentas transformações" (Bodei, 2012, p. 19), embora esse andamento "lento e silencioso" também possa se verificar (Burgio, 2002, p. 21). E eis como compreender a crítica da noção de "espaço como suporte biológico dos grupos humanos" que interessou a Paul Claval, e mesmo à velha "noção de ecúmeno", como também a crítica do "espaço social" associado "exclusivamente" ao "habitat dos homens", ou ainda à simples "soma dos espaços" de "cada sociedade particular" (Santos, 2008 [1978], pp. 208-210), todas incapazes de compreender o espaço como totalidade em movimento.

Hegelo-marxismo e ajuste espacial

Esta velha geografia é superada pela sucessão de três grandes períodos, "momentos marcantes na história da humanidade" que conduzem à "universalização da economia e do espaço" (Santos, 2008 [1978], pp. 207-208). São eles: i) *o fim do século XV*, marcado pelo "progresso da navegação, a implantação da segurança no mar e a instalação do comércio e da colonização da América recém-descoberta"; ii) *o fim do século XIX,* com a "formação dos grandes impérios", cuja expansão fora impulsionada por inovações como a "estrada de ferro,

o navio a vapor, o telégrafo sem fio, a revolução bancária", capazes de mudar "completamente a noção de distância" e "as escalas de tempo e espaço"; iii) *"a época atual marcada pela revolução científico-tecnológica*", um período em que, "melhor do que qualquer outro período histórico, podemos falar de espaço total", com o "capitalismo de organização" e as "firmas multinacionais", que já não podem ter limites espaciais para "o processo de acumulação do capital", e precisam "ir buscar, seja onde for, as condições para a obtenção de um lucro maior" (Santos, 2008 [1978], pp. 207-209). Uma lógica que se inicia no pós-II Guerra, mas se confirma nos anos setenta.

Cada um desses momentos, vale notar, acompanhado daquela dialética entre o internacional e o nacional que Antonio Gramsci, referindo-se a Lenin, disse ser característico do marxismo (Gramsci, 1975, p. 866). E eis como emerge a crítica ao esquecimento do papel do Estado e das classes por parte da "geografia oficial" da *fase dos impérios* (Santos, 2008 [1978], pp. 31 ss), ainda mais presente nas referências à *fase científico-tecnológica*, quando o "dado político se tornou extremamente relevante para as relações internacionais", e a "dialética do imperialismo", com "suas implicações geopolíticas", incide "sobre os movimentos nacionais" (Santos, 2008 [1978], p. 234).

A rigor, se se observa as conclusões das pesquisas mais atuais, estamos diante de um grande avanço em relação ao debate dos anos 70 em torno da categoria de formação econômica e social, já que a ideia da "unicidade do modo de produção capitalista" permanecia ali apenas como uma questão de "fundo" (Mazzone, 2006, p. 16). E eis como concluir que a ideia hegeliana da história universal, a rigor hegelo-marxista, esteja claramente assentada em Milton Santos quando aporta as suas contribuições para uma geografia marxista, consciente ele mesmo de que o modo de produção capitalista, enquanto "o único" modo de produção "em condições de estender-se a todos os países", é aquele capaz de "unificar *pela primeira vez* o gênero humano", de "instaurar uma 'história universal' *via* mercado mundial", mesmo se "através de contradições, contrastes, lágrimas e sangue"(Mazzone, 2006, p. 16). E precisamente aqui, isto é, através das contradições da universalização capitalista, é que se pode divisar uma inovação decisiva no entendimento da espacialidade inerente à categoria de formação social. Na fase científico-tecnológica, o universal "não atinge todos os atores", e isto porque "a utilização dos

meios, chamados universais, de comunicação", está em "relação direta" com o "poder que cabe a cada ator: estado, firmas, indivíduos" (Santos, 2008 [1978], p. 212). E eis porque a universalização não pode senão ser uma "universalização perversa", que sob o "rótulo da generalização", o que faz é "discriminar e aumentar, de um lado, a riqueza e o poder de alguns e, de outro, a pobreza e a fragilidade da imensa maioria", o que conduz à "perversão da ideia de totalidade (Santos, 2008 [1978], pp. 212-213).

Assim, embora sejam categorias "fundamentais do estudo do espaço", não basta pensar o todo (*totum*), a rigor sinônimo de *estrutura* social e assim assimilável ao *Ser* social, e nem mesmo a história (*processus*) de sua *formação* (Santos, 2008 [1978], p. 218). É preciso apreender a *existência* desta totalidade histórica (deste *Ser* histórico-social), que se expressa nas *"formas geográficas"* (os campos cultivados, as cidades) as quais são atribuídas uma *"função"* – forma e função que não são outra coisa senão "uma fração da sociedade" total (Santos, 2008 [1978], p. 218).

Ora, uma vez que nos deparamos, "dentro de cada espaço", com uma "distribuição irregular" de "instrumentos de trabalho, mas também a coabitação de modelos antigos e modernos", urge concluir que estes espaços (os lugares) "se diferenciam" *funcionalmente* pelo "grau de modernização dos recursos" e pela "forma com que se combinam", o que é um outro modo de dizer que, sendo esses recursos "precipuamente o capital representado pelos meios de trabalho e o próprio trabalho representado pelos homens", é a "composição social de cada lugar que se apresenta diferente" (Santos, 2008 [1978], p. 217). Não há dúvida, estamos inteiramente dentro da problemática discutida por Marx na seção III do livro 3 de *O Capital*, capítulos XIII, XIV e XV, voltados a discutir a *Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro*. O ponto central para a discussão espacial aqui tratada é claramente aquele desenvolvido no capítulo XIV, quando Marx se pergunta porque a queda da taxa de lucro "não é maior ou mais rápida" (Marx, 1983, p. 177). Sabemos a resposta do filósofo de Trier, encontrada nas "influências contrariantes em jogo", entre elas a "elevação do grau de exploração do trabalho", a "compressão do salário abaixo do seu valor", o "barateamento dos elementos do capital constante", a "superpopulação relativa", o "comércio exterior" e até o "aumento do capital por ações" (Marx, 1983, pp. 177 e ss.). É precisamente no interior destas tendências "contrariantes"

que encontramos o "bloco espaço-temporal", ou a "acumulação desigual de tempos" em torno da qual gira a geografia crítica de Milton Santos.

Pode-se compreender agora porque a discussão sobre a "prática inerte" de que falou Sartre, vale dizer, daquela "ação passiva que exerce a materialidade sobre os homens e sua história", citada por Milton Santos já no artigo de 1977, não se encerra sem antes remeter à teoria da mais-valia de Marx, chamando a atenção para o fato de que a inércia emerge precisamente do fato de que "o resultado da produção é, ao mesmo tempo, uma pré-condição da produção" (Santos 1982 [1977], pp. 18-19). Uma dimensão com clara expressão espacial, pois a "realidade espacial" está "permanentemente ocupada em se *reajustar*" diante das determinações da "realidade econômica e social", ao passo que "exerce sua influência sobre ela mesma", como que agindo reciprocamente a partir de suas heranças históricas (Santos, 1982 [1977], pp. 19 e 22). Este último, um raciocínio já presente em Engels, mais precisamente na carta que escreve a Starkenburg para relativizar as determinações do econômico, citada por Milton Santos para abrir discussão sobre as *rugosidades* (Santos, 2008 [1978], p. 171). E assim não é por acaso que, antes de ser encerrada, essa discussão exigisse do geógrafo brasileiro a redefinição do conceito sartriano de prático inerte, pois ao tratarmos do "espaço humano, a questão não é mais de prática inerte, mas de *inércia dinâmica*" (Santos, 1982 [1977], p. 19; Santos (Santos, 2008 [1978], p. 172).

É o quadro da crise do capitalismo aberta nos anos 60, descrita por autores como Ernest Mandel como aquela que impunha "dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma contínua alta da taxa de mais valia" (Mandel, 1990 [1976], p. 27). Mas é sua própria expansão internacional que lhe permite continuar se reproduzindo no interior da crise, mesmo se num quadro de crescente *radicalização política*, como o demonstra o movimento de descolonização, central no raciocínio de Milton Santos ao se referir aos "movimentos nacionais" decorrentes da "dialética do imperialismo" (Santos, 2008 [1978], p. 243). Aliás, aí está o motivo pelo qual o *problema* da categoria de formação econômica e social é referido como "o problema das transições e das crises", a rigor, o "problema maior do materialismo histórico e da prática política" (Santos, 1982 [1977], p. 13). E eis porque *formações históricas*, insistiu Cesare Luporini, buscando

afastar toda e qualquer leitura "estática", formações "caraterizadas por um processo de ascensão e por um processo de decomposição por obra das forças nelas mesmas desenvolvidas" (Luporini, 1974 [1954], p. 301).

Uma crítica da crítica à dialética socioespacial hegelo-marxista

Poucos anos após apresentar-se ao debate público, as formulações em torno desta *geografia crítica* conheceram uma forte contestação a partir mesmo da intelectualidade de esquerda. É verdade que esta contestação chegou a reconhecer que "a 'dialética sócio-espacial'" foi "inegavelmente um avanço", mas isto para em seguida acusá-la – ou à espaciologia a qual ela dá lugar – de "endossar o formalismo" e "até uma aceitação da divisão burguesa do trabalho acadêmico" (Souza, 1988, p. 37), problema a decorrer dos seus próprios fundamentos, a saber, o "marxismo" e "seu pai, o hegelianismo" (Souza, 1988, pp. 31 e 37). Mesmo se não se encontrava em Marx "*ipisis litteris*" a "fragmentação do ser" característica do mundo burguês, também o seu pensamento teria operado "com fragmentações", elas mesmas oriundas de "uma ideia de totalidade como a hegelo-marxista", uma "totalidade dialética *fechada* e parcial", tanto se "a determinação remeta à Ideia" ou "à economia" (Souza, 1988, pp. 30 e 34-35). Como resultado, o Marx maduro, o Marx de *O Capital*, ao lado de "momentos dialéticos geniais", estaria "impregnado" dos "vícios" de "analiticismo, naturalismo, cientificismo, objetivismo e teleologia", tudo isto resultando em "autores estruturalistas como Milton Santos" e no economicismo "'à la' marionete" (Souza, 1988, pp. 31-32).

Não se trata de uma contestação esquecida no tempo. Passados quase 30 anos, o autor destas críticas, já um autorizado geógrafo, continua a ter como pressuposto do que chama uma "macroteoria aberta" a superação do "eurocentrismo" (também associado ao "etnocentrismo"), do "teleologismo" – vale dizer, do "etapismo, evolucionismo, historicismo" – e do economicismo", mas também e não menos importante, do "Estado", lido *sic et simpliciter* como "estruturalmente heterônomo" (Souza, 2015, pp. 99 e 262).

E eis que se põe a incontornável questão: pode-se atribuir à dialética socioespacial hegelo-marxista, e em especial aquela formulada pelo geógrafo Milton Santos, estes problemas?

Ou, ao contrário, trata-se apenas de uma crítica que não consegue ultrapassar a superfície das coisas? Vejamos.

Um consciencialismo?

É mesmo correto afirmar que a dialética de Hegel parte simplesmente da Ideia? Noutros termos, que Hegel é um simples consciencialista, e assim simples expressão do formalismo burguês? Podemos encontrar a contestação desta leitura já em Gramsci, que no caderno 11 afirma ter sido o hegelianismo "o mais importante (relativamente) dos motivos ao filosofar" de Marx, "também e especialmente porque o hegelianismo tentou superar as condições do idealismo e do materialismo em uma nova síntese", fato filosófico que teve "uma importância excepcional", representando "um momento histórico-mundial da pesquisa filosófica" (Gramsci, 1975, p. 1437). Com efeito, já mais perto de nós, o filósofo Domenico Losurdo, tendo elegido como tema de seu doutorado a autorizada biografia de Karl Rosenkranz sobre Hegel, insistiu que o filósofo de Stuttgart aparece a seu biógrafo como um crítico da filosofia da "alma bela", do "culto romântico da interioridade e do sentimento", posição a partir da qual confere a toda uma geração – Marx e Engels entre eles – um forte sentido da mundaneidade e politicidade do homem." (Losurdo, 2014, p. 90).

E o que dizer da leitura que Milton Santos faz de Hegel? A discussão estabelecida no capítulo 11 de *Por uma Geografia Nova* com textos não só de Hegel, mas de autorizados estudiosos do filósofo de Sttutgart, como Sholomo Avineri, Auguste Cornu, Thomas Malcolm Knox, não deixa dúvida. Hegel não é incluído entre aqueles para quem a natureza – e o espaço – é produto de uma forma qualquer de "percepção", característica associada a Berkeley, a Bergson e ainda ao geógrafo Alfred Hettner. A rigor, para Milton Santos, é a noção mesmo de "Ideia" em Hegel que permite concluir ser um equívoco caracterizá-lo como um conciencialista, pois "falar de Ideia" para Hegel significaria "colocar em paralelo", de um lado, "uma série de pensamentos, organicamente conectados" e, de outro, "uma série de fenômenos naturais e de instituições humanas, que incluem uma série de pensamentos", sendo a "atualidade" a "síntese dos dois" (Knox *apud* Santos, 2008 [1978], p. 158).

Não há dúvida, estamos diante de uma avançada compreensão da filosofia de Hegel a qual nem mesmo os mais importantes filólogos do pensamento de Marx e Engels hoje em atividade põem em questão. Como o disse Roberto Fineschi, pesquisador da *Mega²*, é já "a crítica marxiana" a Hegel que "tem escasso fundamento", pois "Hegel expõe o modo como o pensamento se apropria do concreto na forma do pensamento em termos paradoxalmente símiles àqueles marxianos" (Fineschi,2024, p. 136), sendo a rigor Marx devedor integral da dialética de Hegel, embora o admita só em parte[1].

Um economicismo?

Não é menos frágil a acusação de *economicismo*, ou da economia como causa última, *à la marionete*, nas análises de Marx e do marxismo – e assim também na "espaciologia". Lenin já havia insistido que a "ossatura 'econômica'" desvendada na obra máxima de Marx era "o esqueleto do *Capital*", mas que "Marx não se contentou com este esqueleto", "ele não se limitou só à 'teoria econômica' no sentido habitual da palavra", mas "investigou sempre e por toda parte as superestruturas", "revestiu o esqueleto de carne e sangue" (Luporini, 1974 [1954], pp. 300-301). E eis como não surpreende ler em Milton Santos a associação entre Lenin e Labriola para se referir ao "equívoco dos que a consideram [a categoria de formação econômica e social] 'uma interpretação econômica da história', pois trata-se de 'uma interpretação histórica da economia'" (Labriola *apud* Santos, 2008 [1978], p. 245).

Ora, é precisamente neste ponto que a importância de Hegel é decisiva. É Gramsci quem mais uma vez nos explica. Na sua crítica à leitura positivista da noção de forças produtivas, o revolucionário italiano nos recorda que "Marx nunca propôs esta pesquisa em torno da 'causa última' da vida econômica", e, citando Benedetto Croce, insiste que a filosofia de Marx "não era assim barata. Não teria 'flertado' em vão com a dialética de Hegel, para depois sair atrás das 'causas últimas'", sendo que o "problema das causas últimas foi precisamente

[1] "Quando eu elaborava o primeiro volume de *O Capital*, epígonos aborrecidos, arrogantes e medíocres que agora pontificam na Alemanha culta, se permitiram tratar Hegel... como um 'cachorro morto'. Por isso, confessei-me abertamente discípulo daquele grande pensador... A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente". Marx, 1983, pp.20-21.

anulado pela dialética" (Gramsci, 1975, pp. 441 e 445). "Logicamente e também cronologicamente", sublinha Gramsci, o que se tem é: "estrutura social – superestrutura – estrutura material da superestrutura" (Gramsci, 1975, p. 434). Demais, é a própria noção de "matéria" no marxismo que "não deve ser entendida" como aquela das "ciências naturais", sendo antes "*relação humana*" – relação "socialmente e historicamente organizada para a produção" (Gramsci, 1975, p. 443).

Não deveríamos ver nisso as formulações de Milton Santos? Com efeito, após a exposição da sequência conceitual estrutura-processo-função-forma, o que se lê é: "Tudo, porém, tem início na realidade social", advertência feita não sem antes lembrar das determinações ideológicas "contida[s] no objeto, [que] é dada pelo funcional", pelo "simbólico" (Santos, 2008 [1978], pp. 94 e 218).

Naturalismo ou estruturalismo?

A discussão sobre o economicismo é também aquela que diz respeito à crítica do suposto *naturalismo* da dialética socioespacial. A rigor, uma faceta do estruturalismo e suas determinações fechadas, diria nosso crítico. Voltemos ao texto de Luporini que acima citamos.

Concentrando sua atenção na crítica do historicismo idealista, que lança ao marxismo a "acusação de naturalismo" por este se referir, como o fez Marx no prefácio à primeira edição de *O Capital*, ao "desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural", capaz de permitir o estudo "da lei natural do seu desenvolvimento", e assim da "lei econômica do movimento da sociedade moderna" (Marx, 1983, p. 13), o filósofo italiano insistiu que por lei da natureza (*Naturgesetz*) o marxismo entende "uma mais vasta e complexa problemática" (Luporini, 1974 [1954], pp. 301-302). E precisamente as "humanas formações econômico-sociais" são uma "demonstração" disto, nos permitindo ver o "caráter histórico e relativo destas leis", como já recordava a crítica de Marx à "ciência oficial da economia", inclinada a ler "a liberdade do comércio com a régua de uma *lei natural eterna*", para deste modo ignorar o "seu caráter histórico", a sua "relatividade", a rigor ligada a "uma fase histórica determinada do desenvolvimento econômico" (Luporini, 1974 [1954], p. 302).

Resta evidente que esta é uma compreensão que remete a noção de "natureza" – e de "leis da natureza" – àquela de "matéria" de que falou Gramsci, antepondo a ela as relações sociais. Mas do mesmo modo deve ser compreendida a materialidade espacial – as formas, suas funções – referida por Milton Santos, que em um artigo repleto de referências às transições socialistas no Terceiro Mundo, não esqueceu de assinalar, por conta da inércia dinâmica das formas, que sua "inevitabilidade" é apenas "aparente" (Santos, 1980, p. 45).

Objetivismo, cientificismo ou analiticismo?

A acusação de *objetivismo* (ou ainda cientificismo e analiticismo) não é senão uma outra forma de falar de naturalismo. A rigor, um juízo que deixa passar um importante sentido da discussão acerca da objetividade dos processos históricos no materialismo histórico. Cabe aqui dar a palavra a Gramsci. No materialismo histórico, "objetivo" significa "humanamente objetivo", o que remete a uma "luta pela objetividade", sendo esta luta "a mesma luta pela unificação do gênero humano" (Gramsci, 1975, pp. 1415-1416), formulação que claramente se distancia daquela visão do homem do "sensualismo do século XVIII", que depois foi "desenvolvido no positivismo do século XIX", com suas "premissas abstratas" do "homem em geral", o "homem da biologia" (Gramsci, 1975, p. 1268).

Com efeito, Luporini lembrou como já as referências de Engels às "inumeráveis forças que se cruzam" para dar lugar a "uma resultante, o acontecimento histórico", considerado ele mesmo "o produto de uma força que age como um todo, *de modo inconsciente e cego*", não devem ser lidas como se as "relações de produção" fossem a abstrata "*generalização* dos particulares atos humanos", sendo antes "o nexo real, a totalidade sempre historicamente determinada em que, e por meio da qual, aqueles atos se produzem" (Luporini, 1974 [1954], p. 303). Numa palavra, a "passagem da quantidade à qualidade", o que nada tem a ver, ressaltou o próprio Engels, com o concluir que as vontades individuais "devem ser igualadas a zero" (Luporini, 1974 [1954], p. 304), como frequentemente ocorre com o estruturalismo, preso a um "desenho filosófico que exclui, precisamente porque envolto na lógica oculta da estrutura, qualquer subjetividade consciente e agente" (Gatto, 2024, p. 113).

Certamente as influências de Hegel deram lugar a visões objetivistas. É o que nos recorda Domenico Losurdo citando Carl von Clausewitz, que sob a influência da filosofia clássica alemã escreveu o célebre ensaio *Da Guerra*, lendo os "mais diversos conflitos armados" como a "continuação da política com outros meios" (Losurdo, 2013, p. 57). Mas de modo algum este é o caso de Marx e Engels, cuja influência de Hegel, em quem aliás "o conflito social e de classe está bem presente", não os impediu de declarar "de modo explícito não querer se colocar acima da luta para observa-la à distância, mas estar ativamente empenhados em transformar o mundo em uma direção bem precisa" (Losurdo, 2013, pp. 56-57). E eis como ler as páginas finais de *Por uma Geografia Nova*, a insistirem, a partir de uma citação do geógrafo German Wettstein, que no período histórico atual restam ao geógrafo apenas duas alternativas: "justificar a ordem existente através do ocultamento das reais relações sociais no espaço ou analisar essas relações, as contradições que elas encobrem, e as possibilidades de *destruí-las* (Wettstein *apud* Santos, 2008 [1978], p. 262).[2]"

E assim é que chegamos ao problema da teleologia, a rigor o problema do devir histórico e mesmo da filosofia da história. São temas caros ao hegelo-marxismo, que a eles entrelaça duas questões centrais: o problema moral e a questão do Estado.

Teleologia, questão moral e o Estado

A conclusão de *Por uma Geografia Nova*, como que justificando os argumentos históricos levantados no desenrolar dos capítulos, deixa claro o objetivo do livro: não se trata apenas de "um problema de conhecimento", vale dizer, um problema puramente de epistemologia, mas também de "um problema moral" (Santos, 1978 [2008], p. 266). E eis porque o título desta conclusão é *"A geografia e o futuro do homem"*. Ora, estamos diante de questões recorrentes na obra de Milton Santos, a comparecerem sempre e em associação com o tema da filosofia da história – numa palavra, com as preocupações teleológicas.

Na obra *Metamorfoses do espaço habitado*, "de alguma forma" "uma continuação de *Por uma Geografia Nova*", somos mesmo confrontados com um apelo à "liberação" do

[2] Itálico por nós acrescentado.

"imperativo tecnológico" como forma de "colocar esses recursos a serviço da humanidade" (Santos, 1988, pp. 20-21). E para esta tarefa as "disciplinas do homem e da sociedade..., ainda insuficientemente avaliadas", já estão sendo chamadas, de modo a contribuir com "um novo valor" na "construção racional da história", a rigor "uma construção voluntária da história", exigindo delas um alargamento de "sua base filosófica de modo que as preocupações teleológicas não constituem obstáculo à transcrição fiel dos fenômenos" (Santos, 1988, p. 21). Trata-se, com efeito, de uma leitura que não rejeita a generalidade do desenvolvimento histórico, tendo apenas o cuidado de apreender junto a ele, e com fidelidade, as particularidades através das quais toma corpo este desenvolvimento. Em um artigo dos anos 90 uma mesma avaliação deste desenvolvimento é ainda mais clara, aparecendo nitidamente articulada à questão moral. É quando Milton Santos volta sua crítica contra o discurso da "competitividade", a tomar o lugar do discurso "que, no início do século, ocupava o Progresso e, no pós-guerra, o Desenvolvimento", quando "o debate era filosófico", vale dizer "teleológico", e a "noção de progresso... comportava também a ideia de progresso moral" (Santos, 1994, pp. 18-19).

Qual teleologia?

As passagens acima, com seus acentos no nexo entre o genérico e o particular no desenvolvimento histórico, já permitem oferecer uma resposta à crítica que julga ser a dialética socioespacial hegelo-marxista uma totalidade fechada e parcial. E eis o tema da teleologia que, pelo menos desde Kant (2004), é mais bem definido como o tema moral da filosofia da história. Ora, não há uma única e exclusiva concepção de teleologia ou filosofia da história.

É precisamente essa a advertência de Domenico Losurdo, insistindo que quando se fala de filosofia da história é preciso pelo menos pôr de um lado as filosofias da história liberais, como aquelas sustentadas por Tocqueville, Stuart Mill ou Arnold Toynbee, e, de outro, a filosofia da história que encontramos em Hegel e em Marx. Em Stuart Mill e em Tocqueville, a "preocupação com o futuro da civilização e do progresso da humanidade" os leva "a aceitar em termos líricos a guerra do ópio", ao passo que Toynbee associa o "cristão bíblico de raça e origem europeia que se estabelece além mar" como aquele que "cumpre a obra do Senhor",

tendo mesmo lhe autorizado que "destruísse" e "subjugasse" "os não europeus encontrados no caminho" (Losurdo, 2018, pp. 317-318). E aqui está o tema do *Manifest Destiny*, nos recorda Losurdo, a "consagra[r] [a]o povo americano, [a]os Estados Unidos", uma forma de "*exceptionalism"* que, atravessando "em profundidade a história americana", "não é outra coisa senão a retomada, em chave superficialmente laicizada, do tema do povo eleito" (Losurdo, 2018, p. 321).

Em Hegel e Marx o discurso é bem mais complexo[3]. No filósofo de Stuttgart, a referência à ideia de que no caminho do Espírito – o caminho da Razão na história da humanidade – "uma grande figura atropela mais de uma flor inocente", insiste Losurdo, não exclui que entre estas flores estejam também "interesses sagrados", os quais são apresentados no interior de "conflitos de interesses e de valores", e sem que se omita "os custos humanos e sociais do 'progresso'" – omissão que Hegel considera o produto de uma visão "afetada pela edificação e insipidez", diante de uma história marcada pela "dor", pela "seriedade do negativo" (Losurdo, 2018, pp. 310 e 318). Por sua vez, é n'*O Capital* de Marx que encontramos com "ainda mais força" uma tal "seriedade do negativo", obra que "pode ser lida como uma reflexão crítica sobre a filosofia da história burguesa e ocidental", com sua advertência de que "'o capital nasce gotejando sangue e lama, por todos os poros, da cabeça aos pés'" – como nos recordam "a transformação da África em uma 'reserva de caça para comerciantes de pele negra e, na América, o aniquilamento, a escravização e o sepultamento dos indígenas nas minas'" (Losurdo, 2018, p. 319). E, ainda uma vez, é precisamente Marx o autor a insistir que "os crimes horríveis de que se mancham os conquistadores lançam uma sombra sempre mais inquietante sobre o 'progresso'" (Losurdo, 2018, p. 319).

De outra parte, nos recorda o filósofo italiano, se a questão da "missão" civilizatória aparece em Marx, ela "não compete de modo exclusivo a um povo eleito ou a um grupo de povos eleitos, e nem mesmo, propriamente, a uma classe", já que também a burguesia participa desse processo através da "criação do mercado mundial, momento essencial da construção da história universal, que 'é um resultado'" (Losurdo, 2018, p. 321). Daí que, "assim como a

[3] A associação entre Hegel e Marx aqui não é gratuita. Já Lenin havia assinalado que as lições sobre a filosofia da história de Hegel continham "embriões do materialismo histórico". Ver Lenin, 2018, p. 317.

história universal, também a filosofia da história" deva "ser declinada no singular, no sentido de que o seu fim e o seu sujeito real é a humanidade", que "é chamada a 'cumprir o seu destino', utilizando como sujeitos inconscientes uma multiplicidade de sujeitos particulares" (Losurdo, 2018, p. 321-322). E eis também por que, em Marx, "o limite entre progresso e reação" seja "extremamente móvel", não podendo "ser definido de uma vez por todas" (Losurdo, 2018, p. 322).

E assim é que voltamos ao tema da questão moral. Na medida em que a filosofia da história de Marx "reflete sobre o processo que está às suas costas", ela não pode senão pressupor "uma ideia de 'história universal' e, portanto, a afirmação e a construção do gênero" humano, sendo este "o pressuposto também da moral, ao menos se por moral se entende um sistema de normas que se voltam e possam fazer apelo ao homem enquanto tal" (Losurdo, 2018, p. 321-322). Pressupostos estes que remetem ao período que "vai do iluminismo à filosofia clássica alemã", quando se "constrói a figura do homem enquanto tal, no plano moral e político, e esta figura se torna o sujeito da história universal e da filosofia da história" (Losurdo, 2018, p. 326).

Há, todavia, uma diferença crucial neste percurso do iluminismo à filosofia clássica alemã, e que não devemos deixar passar se quisermos extrair uma interpretação correta e politicamente útil. Em Kant, ainda um representante do iluminismo, estamos diante de uma "universalidade não madura, que não deu a si um conteúdo concreto", vale dizer, uma "universalidade parada no momento da negação", a mesma universalidade que produziu o terror na Revolução Francesa e a dissidência anabatista da Reforma, a rigor "uma universalidade abstrata", que por meio da "categoria de virtude ou honestidade moral não é capaz de subsumir nada" (Losurdo, 2018, p. 331-332 e 334). Em Hegel, ao contrário, é precisamente a "universalidade mais próxima" que se apresenta como a "moralidade", vale dizer, uma universalidade apenas colhida se se põe à luz de "uma razão dialética capaz de se medir com a história, consciente do fato de que, para ser autêntica, a universalidade deve saber subsumir o particular" (Losurdo, 2018, p. 331 e 338). Daí que, embora considere a tirania de Robespierre "necessária e justa" – porque "conserva o Estado, o todo em geral" –, para Hegel esta não pode confiar *tout court* na honestidade moral, devendo reconhecer que com a

"superação do Estado de exceção, a tirania torna-se supérflua", cedendo lugar "a senhoria da lei" (Losurdo, 2018, p. 337).

E assim é que se pode falar de "um Estado em comum, este indivíduo real" ao qual "não vale qualquer conceito de bom e mal, de vergonhoso e infame, de perfídia e de engano", este indivíduo que "está acima de tudo isto", porque "nele o mal está reconciliado consigo mesmo" (Losurdo, 2018, pp. 336-337). Um Estado concreto, para voltarmos à terminologia de Milton Santos (1994, p. 20), e por isso mesmo destituído de uma configuração infinita, devendo comportar "limitações" que incluem a "família" e a "sociedade civil", o "espírito absoluto" (a arte, a religião, a filosofia) e "sobretudo a história da relação entre os Estados" (Losurdo, 1987, pp. 117-118-119). Daí por que "um ponto firme para o desenvolvimento da humanidade", e por isso não implicando em qualquer "exaltação nacionalista" (Losurdo, 2014, p. 100).

Heterogênese dos fins, dialética socioespacial e o Estado ético

Em *Por uma Geografia Nova* é explícita a denúncia da carga de desumanidade presente no colonialismo que acompanhou a geografia moderna na virada do século XIX para o XX, uma ciência embalada por uma visão *necessitarista* da história, um mal chamado determinismo cuja base, pode-se dizer, era a teoria do *exceptionalism* dos povos eleitos (Santos, 2008 [1978], pp. 43-44). Entre os exemplos deste "determinismo" figuram os geógrafos norte-americanos Ellen Semple e Ellsworth Humtington, mas não menos criticados são os pares europeus, a exemplo de Mackinder, geógrafo "a serviço do imperialismo", e mesmo Vidal La Blache, que "às vezes deu a impressão de apreciar a obra colonizadora", apreciação por sua vez explícita em Demangeon, que fala da "África Negra" como "um campo maravilhoso" "à colonização europeia" (Santos, 2008 [1978], pp. 32-33). Não há dúvida, estamos diante de uma Geografia "aliada fiel do capitalismo, do imperialismo e do racismo" (Santos, 1978, p. 48), o mesmo imperialismo que, atravessado por uma plêiade de "movimentos nacionais", está sob forte contestação nos anos mesmo em que *Por uma Geografia Nova* vem à luz (Santos, 2008 [1978], p. 243).

E eis que cabe a pergunta: estas passagens de *Por uma Geografia Nova* nos fazem pensar em uma filosofia da história pertencente ao campo liberal-burguês, com sua pesada carga de desumanização, ou com o projeto da unificação do gênero humano hegeliano e marxista que a esta desumanização endereça pesadas críticas? A resposta, por demais evidente, torna patente que a crítica que fala de uma "totalidade fechada" não tem um terreno muito propício para seguir em frente. E se ainda assim o crítico da "totalidade fechada" não estiver satisfeito, poderíamos recordar as passagens que se referem ao "espaço total e o espaço local" como "aspectos de uma única e mesma realidade – a realidade total – à imagem do universal e do particular" (Santos, 2008 [1978], p. 208), uma formulação que não só está de acordo com a universalidade que sabe rejeitar fixar-se apenas no momento da negação, como indica que a teleologia de que fala Milton Santos, atenta ao problema da "heterogênese dos fins", concebe que os "fins últimos do processo histórico se revelam postos pela autonomia da razão" (Burgio, 2002, pp. 9-10). E eis como compreender a tese segundo a qual é precisamente o movimento dialético do espaço, a rigor um bloco espaço-temporal e "um campo de forças cuja aceleração é desigual", aquele que "suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura" (Santos, 2008 [1978], pp. 17 e 153)[4].

Com efeito, estamos diante de uma formulação que se propõe articular "filologia dos fatos particulares" e "filosofia como metodologia geral da história", segundo propôs Antonio Gramsci (Gramsci, 1975, pp. 1428-14-29). Ele mesmo um crítico do significado "equívoco e místico" que pode assumir a noção de teleologia enquanto "missão histórica", como ficou patente na rejeição do materialismo mecânico de Bukharin, muito preso ao empirismo. Mas não sem deixar aberta a possibilidade de que, uma vez consciente do "conceito kantiano de teleologia", dotado de "um mais profundo conceito de finalidade", de um finalismo não "extrínseco", aderente à "história ético-política", possa ele "ser sustentado e justificado pela filosofia da práxis" (Gramsci, 1975, pp. 445, 1211 e 1426)[5].

[4] Robert Moraes nos parece fazer uma interpretação equivocada destas passagens, fixando-se demasiadamente na associação das categorias "estrutura" e "história" e dando pouca atenção ao papel diferenciador, de heterogênese dos fins, que a categoria "espaço" cumpre no raciocínio de Milton Santos. Ver a respeito, Moraes, 2013, p. 34.

[5] É já Hegel quem se refere a Kant (e a Aristóteles) para falar de um "conceito de finalidade interna", mais elevado ("*più in alto*") "do que o conceito da teleologia moderna, que tem diante de si apenas a finalidade *finita*, a finalidade externa." Hegel, 2009, p. 193.

Voltemos à questão do Estado.

Já vimos que o Estado que encoraja Milton Santos na sua última fase não é o Estado abstrato, mas um *Estado concreto*, "reconciliado" com a nação. Um raciocínio de nítida vocação ético-política a tornar completamente sem sentido uma leitura como aquela feita por Rogério Haesbaert, segundo a qual estaríamos diante de uma abordagem que prioriza a "dimensão econômica" (Haesbaert, 2020, p. 59). Com efeito, a nação que participa do Estado ali referido é aquela do "espaço compartilhado no cotidiano" que "não exclui nenhum dos atores", a rigor o "*lugar*" do "acontecer homogêneo" ou "solidário", caracterizado pela "configuração territorial", mas também pela "norma, a organização, os regimes de regulação" (Santos, 1994, pp. 20-21), a "sede" da "resistência da sociedade civil" e por isso mesmo "espaço banal, isto é, o território de todos" (Santos, 2014 [1994], pp. 142-143). Uma formulação elaborada precisamente para confrontar o *Estado abstrato*, ele sim, uma vez assimilável ao "tempo despótico, instrumento de medida hegemônico que comanda o tempo dos outros" – as "temporalidades hierárquicas, conflitantes", tão-somente uma dimensão da "ação soberana do mercado", representada "pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional" (Santos, 1994, pp. 16 e 18-19).

Ação que de qualquer modo "passa" pelo "*território usado*", expressão de uma dialética entre os "objetos técnicos", "criados para facilitar" a "fluidez virtual", e a "fluidez real", que "vem das ações humanas", "cada vez mais ações informadas, normatizadas" (Santos, 2014 [1994], p. 138). Ações por enquanto situadas à escala do *lugar*, "não importa sua dimensão" – uma pequena região, uma grande megalópole –, "mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas" (Santos, 2014 [1994], p. 138). Numa palavra, a resistência da sociedade civil que pode se estender ao ponto de provocar uma democratização ou uma ampliação do Estado, um Estado ético, marcado pelo "equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil" (Gramsci, 1996, p. 456)[6].

Com a diferença de que agora estamos diante de uma devastação muito maior, produto de décadas da hegemonia neoliberal – quando "a Nova Ordem Mundial que se

[6] A relação entre as reflexões do último Milton Santos sobre o Estado e a noção de Estado ético de Gramsci está em Silva, 2025.

constrói é baseada numa competitividade sem limites morais" (Santos, 1994, p. 19) –, e a despeito do que às vezes parece ser uma certa hesitação em mencionar a "figura do Estado" (Moraes,2013, p. 114), esta não é uma dialética muito destoante da dialética que encontramos nos escritos dos anos 70 de Milton Santos.

Senão vejamos.

Em *Por uma Geografia Nova* a questão se refere à "presença do Estado" como "cada vez mais necessária" no "mundo subdesenvolvido", "devido ao agravamento crescente de contradições nas relações externas, ocasionada pela crise do sistema e nas relações internas, frequentemente também críticas, heranças das fases precedentes", um "fato bem claro em países como a Índia, o Brasil, o México, sem falar da Argentina, do Irã e da Turquia" (Santos, 2008 [1978], p. 225). Mas é uma realidade ainda mais decisiva nos países que buscavam uma transição socialista, como o Chile da Unidade Popular, ou "o caso de Angola, de Moçambique e da Etiópia", sem esquecer de Cuba, onde a direção das soluções não "pode ser encontrada localmente, mas no quadro da estrutura sócio-esconômica e política do Estado-Nação, isto é, da formação sócio-econômica integral" (Santos, 1980, pp. 42 e 46). Difícil falar de uma deriva nacionalista, e assim de um Estado abstrato. Em muitos casos estamos diante dos países não alinhados, articulados em torno daquele "internacionalismo novo" de que falava Enrico Berlinguer, envolvendo o "movimento comunista" e "os movimentos de libertação nacional" (Liguori, 2004, p. 30). Um período de tal modo marcado pela "força determinante que assume o movimento mundial para pôr fim à guerra de agressão conduzida pelos Estados Unidos" (Berlinguer, 2023, p. 216) que, mesmo se às vezes estamos diante de países com um fraco desenvolvimento da vida civil, torna-se legítimo falar de "uma dialética entre o macroespaço, o Estado e o microespaço", vale dizer, "as coletividades de menores dimensões (Santos, 2008 [1978], p. 232).

Numa palavra, seja nos anos 70, seja na última fase do grande geógrafo, não estamos diante de uma universalidade (ou uma totalidade) que, incapaz de articular o universal e o particular, se perde no "momento na negação". Uma dimensão por outro lado muito presente na "via autonomista" do crítico da dialética socioespacial hegelo-marxista, ele mesmo incapaz de apreender uma tal dialética, posto muito confiante de que "é a ação que supremamente

conta" (Souza, 2015, pp. 250 e 266). Daí não surpreender que a espacialidade das lutas *par excellence* seja aquela dos "nanoterritórios", definidos de modo elástico e até politicamente incoerente (dos jovens de uma tribo urbana aos *soviets*) (Souza, 2015, pp. 102-104 e 294-295). A rigor, uma formulação que, cedendo aos encantos da compressão do tempo-espaço da era pós-moderna, bem como da crise orgânica que lhe acompanha (Silva, 2024), apresenta-se completamente indiferente ao fato de que as lutas "pela autonomia local, pela organização vinculada com o lugar podem ser excelentes bases para a ação política, mas não podem suportar sozinhas a carga da mudança histórica radical" (Harvey, 2013, pp. 272-273).

Inerente ao Estado real, conciliação do todo com a parte, a dialética socioespacial hegelo-marxista participa, ao contrário, de uma contestação do capitalismo em cujo centro está uma visão do Estado tal como aquela teorizada por Hegel e assumida por Gramsci, um Estado ampliado, que "supera assim o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime partidos" (Gramsci, 1975, p. 56). Um Estado onde a sociedade civil não é "o lugar da simples indiferença" à moda de Hobbes, devendo ser pensada, com seus "partidos e associações", como a "trama 'privada' do Estado", e por isso mesmo capaz de "dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo", vale dizer, o governo "com consenso dos governados, mas consenso organizado, não genérico e vago", do modo "como se afirma no momento das eleições" (Frosini, 2017, p. 145; Gramsci, 1975, p. 56). Uma visão dialética e não maniqueísta do Estado, a rigor uma dialética socioespacial. O que significa dizer que os organismos da sociedade civil, como as corporações de Hegel – "essas organizações voluntárias, nas quais as pessoas se organizam na base de suas profissões, comércios, interesses" – são ao mesmo tempo "instancias que reconstituem a soberania e que a colocam em xeque" (Frosini, 2017, p. 146).

Uma leitura distante da visão teratológica da história política, e assim em condições de estender o seu alcance às antigas e novas lutas, a serem abrigadas no guarda-chuva de uma "teoria geral do conflito social", herdeira da hegeliana "teoria da luta por reconhecimento", e que assim põe a questão moral de uma maneira que nada tem a ver com o "humanismo edificante" da moral burguesa (Losurdo, 2013, pp. 87 e 103). A rigor, uma leitura ampla da muito mundana e terrena luta de classes, que por isto mesmo deve ser definida como "um *genus*" capaz de "subsumir sobre si *species* entre elas bastante diversas", expressões das diferentes

formas assumidas pela "acumulação desigual de tempos" sob a ordem capitalista: as lutas das nações oprimidas contra os países hegemônicos, dos operários contra a opressão de fábrica, dos afrodescendentes contra o racismo, pela emancipação das mulheres, pela proteção do meio-ambiente (Losurdo, 2013, p. 53). Uma totalidade, certamente, mas uma totalidade sem aquele "peso excessivo" que, preso ao momento da negação, termina por ignorar a "mediação" entre a "dimensão nacional e a esfera global" (Mustè, 2018, p. 8), nexo inerente à categoria de formação social e à dialética socioespacial que a constitui.

Referências

BERLINGUER, E. **La pace al primo posto**. Scritti e discorsi di politica Internazionale (1972-1984). A cura di Alex Höble. Donzelli Editore: Roma, 2023.

BODEI, R. Introduzione. In: **Vita di Hegel**. Rosenkraz, K. Trad. Remo Bodei. Bompiani: Milano, 2012.

BURGIO, A. **Gramsci storico**. Una lettura dei "Quaderni del Carcere". Laterza: Bari-Roma, 2002.

FINESCHI, R. **Marx e Hegel**. Fondamenti per una rilettura. La scuola di Pitagora: Napoli, 2024.

FROSINI, F. Espaço e poder à luz da teoria da hegemonia. In: **Gramsci**. Periferia e subalternidade. Del Roio, M. (org.). São Paulo: Edusp, 2017.

GATTO, M. La revoca della totalità. In: FINELLI, R. e GATTO, M. **Il dominio dell'esteriore**. Filosofia e critica della catastrofe. Engageante: Roma, 2024.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere.** Edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Einaudi: Torino, 1975.

GRAMSCI, A. **Lettere dal Carcere**. A cura di Antonio A. Santucci. Palermo: Sallerio, 1996.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24 ed. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopedia delle scienze filosofiche in compendio**. 2 ed. Trad. Benedetto Croce, Laterza: Roma, 2009.

KANT, I. **Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Ricardo R. Terra (org.); trad. Ricardo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LENIN, V. I. **Cadernos Filosóficos**. Trad. Paula Almeida. São Paulo: Boitempo, 2018.

LOSURDO, D. **La lotta di classe**. Una storia politica e filosofica. Laterza: Roma-Bari, 2013.

LOSURDO, D. **A hipocondria da antipolítica**. História e atualidade na análise de Hegel. Trad. Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LOSURDO, D. **La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel**. Guerini e Associati: Milano, 1987.

LOSURDO, D. Filosofia della storia *contra* morale? In: **Marx e il bilancio storico del novecento**. La Scuola di Pitagora: Napoli, 2018.

LIGUORI, G. **Berlinguer rivoluzionario**. Il pensiero politico di un comunista democratico. Carocci: Roma, 2014.

LUPORINI, C. Marxismo e sociologia: il concetto di formazione economico-sociale. In: **Dialettica e Materialismo**. Riuniti: Roma, 1974 [1954].

MANDEL, E. **A crise do capital**. Os fatos e sua interpretação marxista. Trad. Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990 [1976].

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Vol. III, livro I. Trad. Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAZZONE, A. Prefazione. In: **Tra Marx e Lenin**. La discussione sul concetto di formazione economico-sociale. Simoni, N. La Città del Sole: Napoli, 2006.

MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MUSTÈ, M. **Marxismo e filosofia della praxis**. Da Labriola a Gramsci. Viella: Roma, 2018.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982 [1977].

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2008 [1978].

SANTOS, M. A responsabilidade social dos geógrafos. In: **Território Livre**. Orgão de Divulgação e Debate da União Paulista de Estudantes de Geografia (UPEGE), nº 1, 1978.

SANTOS, M. Reformulando a sociedade e o espaço. In: **Geografia e sociedade**: os novos rumos do pensamento geográfico. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: **Fim de Século e globalização**. Santos, M., Souza, M. A. A. de, Scarlato, F. C. e Arroyo, M. (org.). São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014 [1994].

SILVA, M. A. da. Crise orgânica, pós-modernismo e a teoria espacial. In: **Filosofia da práxis e tradutibilidade**. O legado de Gramsci na América Latina. Rosálio, D. Fresu. G. e Aliaga, L. (orgs.). Marília-SP: Lutas Anticapital, 2024.

SILVA, M. A. da. Duas dimensões da categoria de espaço como instância. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**. Macapá (AP), 21-26 de set. 2025.

SOUZA, M. L. "Espaciologia": Uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). In: **Terra Livre**. São Paulo, nº 5, 1988, pp. 21-45.

SOUZA, M. L. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Como citar este artigo:

SILVA, Marcos Aurélio da. Formação social, dialética socioespacial e questão moral na Geografia Crítica de Milton Santos. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 344-370, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/cv251n84

Recebido em 03 de novembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), fez também estágio de pós-doutorado em Filosofia Política na Università Degli Studi di Urbino 'Carlo Bo' (Itália). Ensina e orienta pesquisas nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFSC. É colíder do Grupo de Estudos e Pesquisas Antonio Gramsci (CNPq/UFSC), membro da seção brasileira da International Gramsci Society/IGS-B, tendo participado do conselho nacional da entidade nas gestões 2019/21 e 2022/24. Integra também o Gruppo di Ricerca Interuniversitario Domenico Losurdo, com sede na Università degli Studi di Urbino 'Cralo Bo'. Seus interesses mais recentes de pesquisa estão concentrados na área da epistemologia política, com trabalhos voltados ao pensamento de Antonio Gramsci, Domenico Losurdo e Milton Santos, bem como, e a partir da mesma perspectiva epistemológica, em uma reflexão crítica acerca do pós-modernismo.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Por uma concepção classista de território: ontogênese, poder e crítica na Geografia

José Gilberto de Souza

Universidade Estadual Paulista - UNESP
Rio Claro, São Paulo, Brasil.
Jg.souza@unesp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Por uma concepção classista de território

Resumo

O artigo propõe uma reconstrução crítica do conceito de território a partir de uma perspectiva classista, fundamentada no materialismo histórico-dialético e na ontologia do ser social. Sustenta-se que a ampla difusão contemporânea do termo território na Geografia e nas políticas públicas ocorreu paralelamente ao seu esvaziamento teórico, especialmente pela dissociação entre território, trabalho, luta de classes e economia política. Por meio de uma análise epistemológica do pensamento geográfico, da Geografia Política clássica à Geografia crítica contemporânea, o texto examina o processo de emergência, apagamento e retomada do território como categoria central, evidenciando os limites do estatocentrismo, do institucionalismo, das abordagens relacional-simbólicas e do estrutural-funcionalismo. Argumenta-se que tais perspectivas, embora relevantes, tendem a dissolver o território em usos, redes, instituições ou representações, obscurecendo sua condição de forma histórica de apropriação do espaço mediada por relações de poder, portanto, sem desconsiderar outras mediações (raça e gênero, por exemplo), de classe. Como desdobramento, o artigo defende uma concepção ontogenética e classista de território, na qual o território é compreendido como produto contraditório da práxis social, fundada no trabalho como categoria ontológica primária, articulando Estado, trabalho, propriedade, coerção e consenso no interior da totalidade capitalista.

Palavras-chave: Território; Trabalho; Luta de classes; Ontogênese; Geografia crítica.

Toward a Class-Based Conception of Territory

Abstract

This article proposes a critical reconstruction of the concept of territory from a class-based perspective, grounded in historical-dialectical materialism and the ontology of social being. It argues that the widespread contemporary use of the term "territory" in geography and public policy has occurred in parallel with its theoretical emptying, particularly through the dissociation between territory, labour, class struggle, and political economy. Through an epistemological analysis of geographical thought, from classical political geography to contemporary critical geography, the text examines the emergence, erasure, and resurgence of territory as a central category, highlighting the limitations of statocentrism, institutionalism, relational-symbolic approaches, and structural-functionalism. It contends that such perspectives, although relevant, tend to dissolve territory into uses, networks, institutions, or representations, thereby obscuring its status as a historical form of space appropriation mediated by power relations, without disregarding other mediations (such as race and gender) inherent to class. As a corollary, the article defends an ontogenetic and class-based conception of territory, in which territory is understood as a contradictory product of social praxis, founded on labour as the primary ontological category, articulating state, labour, property, coercion, and consensus within the capitalist totality.

Keywords: Territory; Labour; Class struggle; Ontogenesis; Critical geography.

Pour une conception classiste du territoire

Résumé

Cet article propose une reconstruction critique du concept de territoire dans une perspective classiste, fondée sur le matérialisme historique et dialectique et sur l'ontologie de l'être social. Il soutient que l'usage contemporain généralisé du terme « territoire » en géographie et dans les politiques publiques s'est accompagné d'un vidage théorique, notamment en raison de la dissociation entre territoire, travail, lutte des classes et économie politique. À travers une analyse épistémologique de la pensée géographique, de la géographie politique classique à la géographie critique contemporaine, le texte examine le processus d'émergence, d'effacement et de résurgence du territoire en tant que catégorie centrale, en soulignant les limites de l'étatocentrisme, de l'institutionnalisme, des approches relationnelles-symboliques et du structural-fonctionnalisme. Il soutient que de telles perspectives, bien que pertinentes, tendent à dissoudre le territoire dans des usages, des réseaux, des institutions ou des représentations, occultant ainsi sa condition de forme historique d'appropriation de l'espace médiée par des rapports de pouvoir, sans pour autant négliger d'autres médiations (la race et le genre, par exemple) constitutives de la classe. En conséquence, l'article défend une conception ontogénétique et classiste du territoire, dans laquelle celui-ci est compris comme un produit contradictoire de la praxis sociale, fondée sur le travail comme catégorie ontologique primaire, articulant État, travail, propriété, coercition et consensus au sein de la totalité capitaliste.

Mots-clés: Territoire; Travail; Lutte des classes; Ontogenèse; Géographie critique.

Hacia una concepción clasista del territorio

Resumen

El artículo propone una reconstrucción crítica del concepto de territorio desde una perspectiva clasista, fundamentada en el materialismo histórico-dialéctico y en la ontología del ser social. Se sostiene que el uso contemporáneo generalizado del término «territorio» en la geografía y en las políticas públicas ha ocurrido paralelamente a su vaciamiento teórico, especialmente debido a la disociación entre territorio, trabajo, lucha de clases y economía política. A través de un análisis epistemológico del pensamiento geográfico, desde la geografía política clásica hasta la geografía crítica contemporánea, el texto examina el proceso de surgimiento, borramiento y resurgimiento del territorio como categoría central, destacando los límites del estadocentrismo, el institucionalismo, los enfoques relacionales-simbólicos y el estructural-funcionalismo. Se sostiene que tales perspectivas, aunque relevantes, tienden a disolver el territorio en usos, redes, instituciones o representaciones, ocultando su condición de forma histórica de apropiación del espacio mediada por relaciones de poder, sin desconsiderar otras mediaciones (raza y género, por ejemplo) constituyentes de la clase. Como resultado, el artículo defiende una concepción ontogenética y clasista del territorio, en la cual este se entiende como un producto contradictorio de la praxis social, fundada en el trabajo como categoría ontológica primaria, articulando Estado, trabajo, propiedad, coerción y consenso dentro de la totalidad capitalista.

Palabras-clave: Territorio; Trabajo; Lucha de clases; Ontogénesis; Geografía crítica.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira
(In memoriam)

Introdução

O território voltou a ocupar posição central no debate geográfico contemporâneo, embora permeado por usos e abusos e ausência de distinção categorial precisa (Conceição, 2021), sobretudo na relação dialética que se estabelece com o espaço, ou na perda de sua centralidade epistêmica e ontológica: as relações de poder (Raffestin, 1993; Souza, 2026). Significa dizer que tal retorno não se deu de forma homogênea nem conceitualmente estabilizada. Ao contrário, a multiplicação de abordagens, usos analíticos e aplicações normativas do termo produziu um campo marcado por ambiguidades teóricas, deslocamentos metodológicos e, em muitos casos, por um progressivo esvaziamento crítico da categoria. O território passou a ser mobilizado, com frequência, como sinônimo de espaço delimitado, unidade de gestão, base identitária ou suporte funcional de políticas públicas, perdendo densidade enquanto categoria explicativa e resultante das relações sociais historicamente constituídas.

Esse movimento não resulta apenas de disputas terminológicas internas à Ciência Geográfica. Ele expressa transformações mais amplas no interior do pensamento social e da própria Geografia, nas quais categorias importantes foram sendo progressivamente deslocadas de seus nexos ontológicos para assumirem funções descritivas, normativas ou instrumentais. No caso do território, tal deslocamento implicou, frequentemente, sua dissociação das relações de poder estruturadas pela luta de classes, da forma política do Estado e das determinações materiais do modo de produção capitalista (Raffestin, 1980).

A centralidade adquirida por abordagens relacionalistas, institucionalistas ou culturalistas contribuiu para esse processo. Ainda que tenham ampliado o campo empírico de investigação e incorporado novas dimensões analíticas, essas perspectivas tenderam a tratar o território como uma construção simbólica, uma rede de relações ou um arranjo institucional, obscurecendo suas determinações históricas mais profundas. Nesses termos, o território aparece menos como forma social produzida e mais como resultado contingente de interações, práticas discursivas ou dispositivos de governança (Governa, 2007; Dematteis, 1995).

A crítica aqui desenvolvida parte do pressuposto de que o território não pode ser adequadamente compreendido quando separado de sua gênese histórica e de suas mediações sociais fundamentais. Tal separação conduz a uma leitura abstrata da realidade, na qual o território é naturalizado ou funcionalizado, perdendo sua condição de expressão concreta das contradições sociais. Recuperar o território como categoria crítica exige, portanto, recolocá-lo no interior de uma análise que articule espaço, trabalho, poder e Estado, considerando o território como forma histórica de apropriação, controle e disputa do espaço socialmente produzido (Marx, 2013; Poulantzas, 1978), como resultado concreto da luta de classes (Oliveira, 2004).

Nessa perspectiva, a ontologia do ser social oferece um horizonte teórico fundamental ao compreender as categorias sociais como formas historicamente determinadas da prática humana. A ontologia permite superar tanto o empirismo descritivo quanto o abstracionismo formal. O território se coloca como mediação concreta da vida social, produzida no interior de relações contraditórias e desiguais (Lukács, 2012; Kosík, 1976). Contudo, para que essa mediação seja rigorosamente compreendida, é necessário explicitar seu fundamento ontológico: o trabalho como categoria fundante do ser social.

No interior da Geografia brasileira, diversos autores têm apontado os limites das leituras que dissociam o território de suas determinações estruturais. A crítica ao território entendido exclusivamente como recorte administrativo, como base de políticas públicas ou como repertório de identidades revela que tais abordagens tendem a neutralizar o conflito social e a obscurecer os mecanismos de dominação territorial. Nesses casos, o território aparece como espaço de consenso, ocultando os processos de expropriação, exploração e coerção que o constituem historicamente (Souza, 2009; Moraes, 2013). Essa leitura do território como dimensão de conflitualidade incorre em dois problemas significativos, o primeiro porque desconsidera que o conflito é a epiderme da luta de classes e, desta feita, o conflito pode ganhar resolução, mas não as contradições mais profundas de onde emergiu, porque o movimento histórico pode não produzir nova determinação como síntese (vis a vis o capitalismo verde). O segundo é que, ao esvanecer a contradição, o conflito normalmente opera mecanismos de representatividade política conduzindo à alienação territorial, sem mudança na base material que lentamente expropria. É imperativo explicar ainda que a base material não é simplesmente

"econômico", no sentido estrito de valor, mas forjada na dimensão metabólica que se realiza no mundo, considerando as teleologias primárias e secundárias determinantes desse processo (Lukács, 2012).

A crítica, portanto, a esse emaranhado conceitual exige recuperar uma distinção fundamental frequentemente negligenciada no debate geográfico contemporâneo: a diferença entre categorias e conceitos. As categorias expressam determinações universais da existência social e correspondem às formas pelas quais o ser social se objetiva no mundo. Os conceitos, por sua vez, constituem formulações historicamente produzidas para apreender tais determinações. Quando essa distinção se dissolve, os conceitos tendem a autonomizar-se e a operar como explicações em si mesmos, produzindo reificação teórica e obscurecendo as mediações concretas da realidade social. No caso do território, a perda dessa distinção contribuiu para que o termo fosse mobilizado como descrição empírica ou dispositivo normativo, dissociado de suas determinações estruturais. Recuperar o território como categoria analítica exige, portanto, recolocá-lo no interior da ontologia do ser social, compreendendo-o como forma histórica da práxis social e não como entidade espacial autônoma (Lukács, 2012; Cheptulin, 1982; Kosík, 1976, Souza, 2026).

A compreensão do território como forma derivada do ser social constitui um desdobramento teórico decisivo da ontologia lukácsiana e permite evitar dois erros simétricos que atravessam o debate geográfico contemporâneo. De um lado, recusa-se a naturalização do território, que o trataria como dado originário ou entidade espacial autônoma, independente das relações sociais que o produzem; de outro, rejeita-se sua dissolução em mero construto discursivo, desprovido de ancoragem material. Como forma derivada, o território não é fundamento, mas mediação histórica, sua expressão primeva é o sujeito social e suas práticas, uma vez que emerge de complexos sociais mais fundamentais, em última instância, do trabalho como categoria ontológica primária, dos quais depende ontologicamente, ainda que adquira autonomia relativa no interior da totalidade social (Souza, 2026; Lukács, 2012).

Importa também demarcar que a derivação não é lógica, para evitar o funcionalismo, que trabalharemos mais adiante, mas histórica, pois o território não se deduz do trabalho por encadeamento categorial, mas se produz concretamente no interior de relações sociais determinadas, por meio de processos de territorialização que pressupõem o espaço já

objetivado pela práxis. Isso implica em distinguir espaço e território: o primeiro como objetivação primeira do trabalho social, o segundo como forma derivada que se constitui a partir de relações de poder e apropriação. Essa distinção é essencial para uma análise ontogenética que remonte das formas territoriais às suas condições históricas de possibilidades (gênero e raça, sobretudo, porque a determinação de classe já está, de forma imediata, demarcada pelo trabalho) (Souza, 2026).

Reconhecer o território como forma derivada significa, portanto, compreendê-lo como mediação concreta da reprodução social, produzida no interior de relações contraditórias e atravessada por processos de dominação e resistência que se manifestam em múltiplas escalas, sem jamais perder de vista sua dependência ontológica em relação ao trabalho e às relações sociais que o constituem. É nesse sentido que Souza (2026) afirma que o território não explica a sociedade; é a sociedade, em sua historicidade concreta, que explica o território.

Esse logicismo neutralizador que temos observado na produção geográfica torna-se particularmente problemática em contextos marcados por profundas desigualdades socioespaciais, como é o caso brasileiro (Santos; Silveira, 2001). A formação territorial do Brasil foi atravessada por processos de concentração fundiária, violência estrutural e subordinação ao capitalismo dependente, o que confere ao território um papel central na reprodução das relações de classe. Ignorar essas determinações implica transformar o território em categoria vazia, incapaz de explicar as formas concretas de dominação e resistência que estruturam o espaço social (Dos Santos, 2011; Souza, 2021).

A emergência de territórios quilombolas, indígenas e camponeses evidencia, de modo exemplar, os limites das abordagens que tratam o território como simples espaço de gestão ou reconhecimento jurídico. Essas formas territoriais expressam não apenas identidades culturais, mas relações sociais específicas, historicamente constituídas em confronto com a expansão do capital e com o Estado. (Alves, Fischer e Tiriba, 2025). Compreendê-las exige uma abordagem que reconheça o território como mediação da luta de classes e como forma concreta de resistência à expropriação territorial, ou efetivamente como processo de destituição destas mesmas formas (Nascimento, 1985; Santos, A. B., 2015).

Diante desse quadro, o presente artigo propõe uma reconstrução teórica do conceito de território a partir de uma perspectiva classista e ontogenética, tendo o trabalho como

categoria ontológica central. O objetivo não é rejeitar sumariamente as contribuições recentes ao debate, mas explicitar seus limites e recolocar o território no interior de uma análise crítica da sociedade capitalista. Para tanto, o texto articula a leitura da tradição da Geografia Política, a crítica às inflexões contemporâneas do conceito e uma proposta metodológica baseada na ontogênese do território como forma social historicamente determinada. Ele constitui um complexo social derivado, produzido historicamente a partir das práticas socioespaciais que articulam trabalho, propriedade, poder político e formas institucionais de regulação da vida coletiva. A territorialização corresponde, assim, a um processo pelo qual relações sociais historicamente determinadas se objetivam espacialmente, produzindo formas concretas de apropriação, controle e disputa do espaço. O território aparece, portanto, como mediação ontogenética da reprodução social, isto é, como forma histórica através da qual o ser social organiza materialmente/espacialmente sua existência e suas relações de poder (Lukács, 2012; Poulantzas, 1978; Souza, 2009, 2026).

Defende-se, portanto, que apenas uma concepção classista de território é capaz de restituir à Geografia seu potencial crítico, permitindo compreender o território não como superfície neutra ou arranjo funcional, mas como expressão concreta das relações de poder, das contradições de classe e das disputas que estruturam a produção do espaço. É nesse horizonte que se inscreve a contribuição aqui apresentada ao debate geográfico contemporâneo.

1. O trabalho como fundamento ontológico do território

Antes de procedermos uma breve reconstrução genealógica do conceito de território na Geografia, é necessário explicitar o fundamento ontológico que orienta nossa análise. A ontologia do ser social desenvolvida por Lukács (2012) oferece a base teórica para compreender o território não como categoria autônoma ou entidade espacial dada, mas como forma histórica derivada da práxis social e, mais especificamente, do trabalho como categoria fundante.

Lukács é categórico ao afirmar que o trabalho é o complexo dinâmico-estruturante que instaura o ser social como esfera distinta do ser orgânico e inorgânico. O trabalho não é apenas uma atividade econômica entre outras, mas fundamentalmente trata-se da categoria ontológica primária a partir da qual se desenvolvem todas as demais objetivações: a linguagem, a ciência, a arte, o direito, o Estado, a ideologia. Como afirma o autor:

> Já que se trata do complexo concreto da sociabilidade enquanto forma de ser, pode ser legitimamente aflorada a questão de por que precisamente destacamos, nesse complexo, o trabalho e lhe subscrevemos um lugar de tal modo preferencial no processo e para o salto da gênese. A resposta é, ontologicamente considerada, mais simples do que parece à primeira vista: porque todas as outras categorias dessa forma de ser já são, em sua essência, de caráter puramente social; suas qualidades, seu modo de operatividade surgem apenas no ser social já constituído, o tipo de sua manifestação, por mais primitivo que possa ser, pressupõe o salto já consumado. Apenas o trabalho tem sua essência ontológica em um pronunciado caráter de transição: sua essência é uma inter-relação entre ser humano (sociedade) e natureza, e tanto a inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) quanto a orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no ser humano que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (Lukács, p. 9-10).

Essa posição teleológica, o momento em que a consciência deixa de ser epifenômeno biológico e se torna momento ativo da transformação da realidade, é o que funda o ser social. O trabalho é, portanto, a forma originária de toda práxis social.

Isso significa que não há categorias simples que possam ser tomadas como ponto de partida dedutivo, para os funcionalistas. Todo existente é parte de um complexo concreto, e as categorias são "formas moventes e movidas da própria matéria: 'formas do existir, determinações da existência'". O território, nessa perspectiva, não pode ser compreendido como categoria autônoma ou como ponto de partida, mas como mediação concreta de um complexo social mais amplo e cujo fundamento é o trabalho. Como adverte Souza (2009), o território nunca é a priori e sim, sempre a posteriori.

Lukács também distingue as teleologias primárias e as teleologias secundárias. As teleologias primárias são aquelas imanentes ao trabalho e à reprodução da vida social, e dizem respeito à produção das condições materiais de existência, na relação direta com a totalidade do todo (a natureza). No interior do capitalismo, tais finalidades são progressivamente subordinadas a teleologias secundárias, produzidas pelo Estado, pelo planejamento e pelas formas institucionais de regulação social, mas não são apenas estas, a ciência e a filosofia e outras manifestações do espírito, como citou Marx no Livro 1 (2013). O território, como forma social complexa, emerge precisamente nesse campo das mediações entre teleologias primárias e secundárias, isso deixa claro para nós porque não existe território material e imaterial, porque resulta de mediações teleológicas.

Disso decorre uma consequência fundamental para nossa análise: o território é objetivação do trabalho social em sua dimensão espacial. Ele não é apenas "apropriação do

espaço" ou "controle político", mas a materialização espacial das relações sociais de produção. O trabalho, ao transformar a natureza, produz não apenas objetos, mas formas espaciais que se tornam condições materiais de reprodução social. O território é, nesse sentido, trabalho objetivado em sua dimensão espacial, e isso não pode ser simplificado pela técnica.

Essa perspectiva permite superar tanto o empirismo descritivo quanto o abstracionismo formal. O território como mediação concreta da vida social, produzida no interior de relações contraditórias e desiguais. A ontogênese do território, o processo histórico pelo qual o espaço é apropriado, organizado e transformado, remete, portanto, à ontogênese do próprio ser social, fundada no trabalho.

2. A emergência do território na Geografia Política clássica: Ratzel e a ruptura epistemológica

A emergência do território como categoria analítica na Geografia está diretamente vinculada à constituição da Geografia Política no final do século XIX. Nesse momento, o território é apresentado como forma específica de organização do espaço associada à consolidação do Estado moderno e à expansão das relações capitalistas. A obra de Friedrich Ratzel ocupa lugar central nesse processo, ao formular uma interpretação do território como condição material e estratégica da existência estatal (Ratzel, 1897).

Em Ratzel, o território é concebido como base espacial do Estado, articulando população, recursos e poder político. Ainda que sua abordagem tenha sido posteriormente reduzida a leituras deterministas ou biologizantes, é fundamental reconhecer que o autor buscava compreender o Estado como forma histórica em expansão, inscrita em relações espaciais concretas. As chamadas "leis do crescimento espacial dos Estados" expressam essa tentativa de captar a dinâmica territorial como processo histórico, ainda que limitada por pressupostos naturalizantes próprios de seu contexto intelectual (Ratzel, 1896).

A noção de *Lebensraum* insere-se nesse esforço teórico, mas sua trajetória posterior revela um deslocamento significativo de sentido. Estudos contemporâneos demonstram que o conceito foi apropriado e ressignificado em contextos políticos e ideológicos distintos, especialmente no século XX, quando passou a ser associado a projetos imperialistas e racistas.

Tal apropriação obscureceu o caráter originalmente geopolítico e histórico da formulação ratzeliana, contribuindo para a sua estigmatização no interior da Geografia (Abrahamsson, 2013; Smith, W. D., 1980).

A circulação internacional das ideias de Ratzel, particularmente no mundo anglófono, também desempenhou papel relevante nesse processo de distorção conceitual. Traduções parciais, leituras seletivas e mediações intelectuais específicas contribuíram para a construção de uma imagem simplificada de sua obra, frequentemente dissociada de suas preocupações históricas e políticas mais amplas (Klinke, 2022). Esse movimento teve como efeito o afastamento progressivo da Geografia de uma reflexão sistemática sobre o Estado e o território como formas sociais historicamente determinadas.

Apesar desses limites, a Geografia Política clássica legou um elemento fundamental ao debate contemporâneo dada a compreensão de que o território não é suporte físico, mas condição material do exercício do poder. Essa intuição, ainda que formulada de modo incompleto, estabelece um ponto de partida indispensável para qualquer reflexão crítica sobre o território. O problema não reside, portanto, na centralidade conferida ao Estado, mas na ausência de uma teoria social capaz de explicar as determinações históricas dessa forma política (Avineri, 1972, Souza e Alves, 2020).

A importância da formulação ratzeliana reside precisamente nesse deslocamento analítico. Ao relacionar território, poder, sociedade e organização política, Ratzel introduz a intuição fundamental de que o poder não pode ser compreendido fora de sua materialização espacial. Ainda que sua interpretação permaneça limitada por pressupostos organicistas e por uma concepção estatocêntrica da territorialização, a contribuição ratzeliana reside em reconhecer que o território é condição material da realização histórica do Estado.

A leitura estatocêntrica do território, característica desse período, refletia tanto as condições históricas da formação dos Estados nacionais quanto os limites teóricos de uma Geografia ainda fortemente influenciada por matrizes positivistas. O Estado aparecia como sujeito histórico quase natural do território, enquanto as relações sociais internas, especialmente as de classe, permaneciam secundarizadas ou invisibilizadas. Essa lacuna teórica abriria caminho, posteriormente, para críticas que buscariam deslocar o território do Estado para outros registros analíticos, nem sempre com maior rigor explicativo.

É importante destacar que a crítica à Geografia Política clássica não implica sua rejeição integral. Ao contrário, reconhecer seus limites históricos permite recuperar aspectos de sua contribuição que foram abandonados de forma prematura. A associação entre território, poder e organização estatal constitui um legado que, reelaborado criticamente, pode contribuir para a reconstrução de uma concepção não naturalizada do território (Gottmann, 1973).

Nesse sentido, a genealogia do território na Geografia Política clássica revela uma tensão constitutiva: por um lado, a percepção do território como forma política concreta; por outro, a incapacidade de explicitar suas determinações sociais mais profundas, especialmente aquelas que remetem ao trabalho e à exploração, como fundamento ontológico. Essa tensão não foi resolvida no interior da tradição clássica, exatamente pelo espectro teórico que a dominou, mas continua a atravessar os debates contemporâneos, reaparecendo sob novas roupagens teóricas e metodológicas.

3. Do protagonismo ao apagamento do território: historicismo, método regional e reordenamento epistemológico da Geografia

O deslocamento do debate territorial da Geografia Política clássica para o interior da Geografia Humana francesa marcou uma inflexão decisiva na história do pensamento geográfico. Nesse movimento, o território deixou de ser pensado prioritariamente como forma política vinculada ao Estado para ser apreendido como expressão histórica dos modos de vida e das relações entre sociedade e meio. A obra de Paul Vidal de La Blache ocupa lugar central nessa transição, ao propor uma Geografia fundada na análise das particularidades regionais e na historicidade das formações espaciais (Vidal de La Blache, 1903).

No regionalismo vidaliano, o território não é tematizado de maneira explícita como categoria conceitual autônoma, mas aparece diluído na noção de região, entendida como síntese singular de condições naturais, práticas sociais e trajetórias históricas, passível de encontrar elementos homogêneos e hegemônicos que permite um recorte espacial (a região). Essa abordagem permitiu romper com o determinismo ambiental, fortemente atribuído a Ratzel, e introduzir uma leitura mais complexa, ou de possibilidades, da relação sociedade–natureza. Contudo, ao privilegiar a descrição das singularidades regionais, a análise (regional)

passou a enfatizar continuidades históricas e adaptações culturais, relegando a segundo plano os conflitos sociais e as relações de poder que estruturam a produção do espaço (Claval, 1974).

A noção de "gêneros de vida" constitui um dos principais operadores teóricos desse projeto. Ao enfatizar as práticas cotidianas e os modos de existência das populações, Vidal de la Blache buscava compreender o espaço como resultado de uma longa sedimentação histórica, mas que de certa forma também incorria na classificação dos sujeitos como gêneros (abstratos e generalizados). A produção didática brasileira esteve marcada por essa tradição epistemológica (O Cangaceiro, O Sertanejo, O Pantaneiro) (Souza, 2022; Souza e Juliasz, 2020). Ainda que essa perspectiva tenha ampliado a sensibilidade geográfica para a diversidade social e cultural, ela também contribuiu para uma leitura conciliatória do espaço, na qual as contradições sociais aparecem atenuadas ou subsumidas à ideia de equilíbrio regional (Vidal de la Blache, 1911).

A consolidação da escola francesa de Geografia reforçou esse movimento. A formação de um método regional rigoroso, apoiado na monografia e na descrição detalhada dos lugares, conferiu grande legitimidade científica à disciplina, mas ao custo de uma progressiva autonomização metodológica em relação às ciências sociais críticas. A região e, por extensão, o espaço e o território, passaram a ser tratados como totalidade empírica autoevidente (as leituras atuais de “território e identitarismo” caminham próximas desse modelo empirista), cuja inteligibilidade decorreria da observação minuciosa e da reconstrução histórica, mais do que da análise das estruturas sociais (Berdoulay, 1995).

Esse historicismo metodológico vidaliano teve consequências duradouras para o debate espacial. Ao privilegiar a singularidade e a continuidade histórica, a Geografia francesa contribuiu para uma concepção de espaço-regional fortemente enraizada no passado, frequentemente desvinculada das dinâmicas do capitalismo industrial e das transformações estruturais do Estado moderno. O território esvanece, e a região aparece, assim, como herança histórica e expressão cultural, mais do que como produto de relações sociais contraditórias (Conceição, 2014).

A autonomização metodológica da Geografia, nesse contexto, reforçou a separação entre análise espacial e teoria social. Ao afirmar a especificidade disciplinar da Geografia, o regionalismo francês acabou por restringir o diálogo com abordagens críticas que buscavam

compreender o espaço como dimensão constitutiva da reprodução social. Essa separação dificultou a incorporação de categorias como classe social, trabalho e exploração na análise espacial, contribuindo para a construção de uma região aparentemente despolitizado.

A análise espacial-territorial tornou-se progressivamente desvinculada das estruturas sociais que condicionam a produção do espaço, especialmente das relações de classe, da forma política do Estado e da dinâmica de acumulação do capital. Com isso, o método do espaço-regional afastou-se do campo da explicação crítica para o campo da descrição, abrindo caminho para sua posterior instrumentalização em políticas públicas e dispositivos institucionais de gestão e desenvolvimento regional (territorial?).

Não se trata, contudo, de negar a importância histórica dessa tradição. A valorização da historicidade, da diversidade regional e da dimensão cultural do espaço constitui uma contribuição inegável ao pensamento geográfico. O problema emerge quando essas dimensões passam a ser tratadas como explicações suficientes em si mesmas, obscurecendo as determinações estruturais que atravessam os territórios e condicionam suas formas de organização e transformação (Moraes, 2005).

A crítica contemporânea a essa tradição aponta justamente para seus limites explicativos diante das profundas transformações do capitalismo no século XX. A intensificação da urbanização, a mundialização da economia e a centralidade crescente do Estado na regulação territorial exigiram categorias analíticas capazes de apreender processos de dominação, expropriação e desigualdade socioespacial. O regionalismo historicista mostrou-se insuficiente para dar conta dessas dinâmicas.

A herança da Geografia Humana francesa revela uma ambiguidade fundamental. Por um lado, contribuiu para superar o naturalismo e enriquecer a compreensão histórica do espaço; por outro, consolidou uma leitura que tendeu a neutralizar o conflito social e a subestimar o papel das estruturas de poder.

4. O retorno do território e a crítica à Geografia Política monolítica: Claude Raffestin e a inflexão relacional

O retorno do território ao centro do debate geográfico, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, ocorreu em um contexto marcado pela crise do regionalismo clássico e pela necessidade de enfrentar novas formas de organização espacial associadas à mundialização do capital e à reestruturação do Estado. Diferentemente da Geografia Política clássica, esse retorno não se deu por meio de uma reafirmação do estatocentrismo, embora Lacoste (1978, 1989) tenha pautado questões centrais da expansão do colonialismo, o subdesenvolvimento e as lutas de libertação nacional, esse retorno é demarcado por uma inflexão teórica que buscou deslocar o território para o campo das relações, das mediações simbólicas e dos dispositivos de poder (Raffestin, 1980).

A proposta de Claude Raffestin ocupa lugar central nesse movimento. Ao definir o território como resultado da ação humana mediada por relações de poder, o autor rompe com leituras naturalizadas do espaço e enfatiza o caráter relacional da territorialização, e destitui a prerrogativa da análise espacial do poder sob a tutela do Estado (Fulino e Souza, 2021). O território passa a ser compreendido como produção social, construída por meio de práticas, informações, signos e sistemas de mediação. Essa formulação teve o mérito de recolocar o poder no centro da análise territorial, afastando-se de concepções meramente descritivas ou funcionalistas (Raffestin, 1980).

No entanto, a centralidade conferida à relação e à mediação simbólica introduz um deslocamento significativo no plano metodológico. Ao privilegiar a circulação de signos, códigos e informações, a análise territorial aproximou-se de matrizes semióticas e linguísticas, nas quais o poder aparece como efeito de redes relacionais mais do que como expressão de estruturas sociais historicamente determinadas. Esse deslocamento aproxima o debate territorial de uma leitura formal do poder, na qual as relações tendem a ser abstraídas de suas bases materiais (Greimas, 1966), e que dará sentido a perspectivas relativistas e subjetivistas, bem como ao conceito de multiterritorialidade, entre outros.

A incorporação de uma concepção relacional do poder permitiu ampliar o campo empírico da análise territorial, mas também produziu efeitos problemáticos. Ao dissociar o

poder das relações de classe e da forma política do Estado, o território passa a ser explicado predominantemente como arranjo relacional entre atores, sistemas técnicos e fluxos de informação. Nessa perspectiva, o conflito social tende a ser reinterpretado como assimetria relacional, e não como expressão de antagonismos estruturais (Poulantzas, 1978).

Essa inflexão teórica encontra ressonância em abordagens que enfatizam a multiterritorialidade, as redes e a fluidez das fronteiras territoriais. Ainda que tais contribuições tenham ampliado a compreensão da complexidade espacial contemporânea, elas frequentemente operam com uma noção de território descolada das determinações históricas do capitalismo. O território aparece, assim, como espaço de negociação, cooperação ou reconhecimento, obscurecendo os mecanismos de coerção, expropriação e dominação que o constituem (Haesbaert, 2004, 2010).

A crítica a esse deslocamento não implica negar a dimensão relacional do território, mas questionar sua absolutização, contraditoriamente pelo relativismo subjetivado. O poder não pode ser reduzido a uma propriedade difusa das relações, sob pena de perder sua ancoragem social concreta. Como indicam as leituras materialistas do Estado, o poder se organiza historicamente por meio de instituições, formas jurídicas e aparatos coercitivos que estruturam a apropriação do espaço e condicionam as possibilidades de ação dos sujeitos sociais (Mascaro, 2013), incluindo a dimensão de uma Estado ampliado, que se articula às dimensões da Sociedade civil e da Sociedade Política (Gramsci, 2002). A dissolução do território em redes relacionais o desvincula das formas históricas de reprodução do capital. A territorialização da propriedade, da circulação e da coerção estatal constituem condição material para a valorização do valor e para sua reprodução ampliada. Ignorar essas determinações implica transformar o território em categoria formal, incapaz de explicar os processos concretos de expropriação, dominação e resistência que estruturam o espaço social.

Nesse sentido, evidencia-se os limites da teoria raffestiniana ao dissolver o Estado como categoria analítica. Ao tratar o Estado como simples "ator" entre outros, a geografia do poder tende a neutralizar sua função como forma política da dominação de classe, comprometendo a capacidade explicativa do conceito de território. Essa dissolução teórica implica uma perda de densidade ontológica, na medida em que o território deixa de ser compreendido como mediação histórica da reprodução social (Souza, R. F., 2022).

A mesma crítica é aprofundada ao se analisar os efeitos dessa perspectiva sobre a Geografia Política. Ao deslocar o foco do Estado para redes e relações, corre-se o risco de reconstruir o território como categoria excessivamente flexível, adaptável a qualquer configuração empírica, mas incapaz de explicar as regularidades estruturais da dominação. O território passa a ser tudo e, ao mesmo tempo, nada em particular, perdendo sua capacidade de diferenciar formas históricas específicas de apropriação do espaço (Fulino e Souza, 2021).

Esse processo de esvaziamento conceitual se manifesta, também, na dificuldade de apreender a coerção territorial. A violência, a imposição jurídica e a força material tendem a ser secundarizadas em favor de uma leitura centrada na comunicação e na mediação simbólica, esvanecendo a própria violência simbólica do Estado. No entanto, como indicam as análises críticas do Estado e do direito, a territorialização capitalista se realiza por meio de dispositivos coercitivos que não podem ser explicados apenas pela lógica relacional, porque as mediações são profundamente desiguais (Poulantzas, 1978; Mascaro, 2013).

Dessa forma, a inflexão relacional, embora tenha representado um avanço em relação às leituras naturalizadas do território, introduziu novos limites teóricos. Ao afastar o território de suas determinações ontológicas, especialmente do trabalho como categoria fundante, essa abordagem contribuiu para uma leitura fragmentada da realidade social, na qual o poder aparece dissociado das relações de classe e da produção material da vida. Superar esses limites exige recolocar o território no interior de uma teoria social crítica, capaz de articular poder, Estado e relações de produção de maneira não abstrata.

5. Institucionalismo e formalismo territorial: Jean Gottmann e os limites da concepção jurídico-política do território

A partir da segunda metade do século XX, o debate territorial passou a incorporar, de modo crescente, leituras institucionalistas que buscavam compreender o território como categoria política fundamental sem recorrer, necessariamente, a uma teoria social crítica mais ampla. Nesse contexto, a obra de Jean Gottmann ocupa posição de destaque, ao propor uma interpretação do território como elemento central da organização política, articulando segurança, circulação e identidade. Diferentemente da Geografia Política clássica, Gottmann

buscou afastar-se de determinismos naturais, enfatizando o caráter construído e funcional do território (Gottmann, 1973).

Na formulação gottmanniana, o território é concebido como espaço organizado para assegurar estabilidade política e viabilizar fluxos econômicos e sociais. A oposição entre "abrigo" (*shelter*) e "circulação" (*circulation*) constitui o núcleo explicativo dessa abordagem, permitindo compreender o território como mediação entre forças de fixação e mobilidade. Essa leitura contribuiu para recolocar o território como categoria central da análise geográfica, especialmente no campo da Geografia Política, ao destacar sua dimensão estratégica e institucional (Gottmann, 1973).

No entanto, ao privilegiar funções e equilíbrios institucionais, essa abordagem tende a tratar o território como forma técnica de organização do espaço político. As relações sociais que atravessam o território aparecem mediadas por dispositivos institucionais e administrativos, enquanto os conflitos estruturais que o constituem são frequentemente reinterpretados como problemas de ajuste ou gestão. O território surge, assim, como instrumento de ordenamento, e não como expressão de antagonismos sociais (Gottmann, 2012).

Essa inflexão institucionalista contribuiu para a consolidação de leituras que compreendem o território como categoria relativamente autônoma, dotada de lógica própria. Ao enfatizar sua funcionalidade política, o território passa a ser analisado a partir de seus efeitos (estabilidade, integração, governabilidade) mais do que de suas causas sociais. Tal deslocamento favorece uma leitura formal do território, na qual a forma política se sobrepõe às relações de produção que lhe dão sustentação material e histórica (Mascaro, 2013).

A crítica a essa perspectiva aponta que o Estado, ao ser tratado como instância organizadora neutra do território, perde sua condição de forma política da dominação. O território institucional aparece como resultado de decisões técnicas ou pactos políticos, obscurecendo o fato de que tais decisões são atravessadas por relações desiguais de poder e interesses de classe. Nesse sentido, o institucionalismo territorial tende a naturalizar a forma estatal, apresentando-a como horizonte incontornável da organização espacial (Poulantzas, 1978).

O aprofundamento dessas leituras favoreceu, ainda, a incorporação de elementos psicossociais e simbólicos à análise territorial. Estudos posteriores enfatizaram o território como dispositivo de identificação e pertencimento, reforçando sua dimensão subjetiva. Embora tais contribuições tenham ampliado o espectro analítico, elas também reforçaram a dissociação entre território e estrutura social, deslocando o foco da coerção material para os mecanismos de adesão simbólica, fixando-se, muitas vezes, nos particularismos, os mesmos que inspiraram a análise regional. (Sack, 1986; Muscarà, 2005).

No interior desse movimento, o território passa a ser concebido como espaço de consenso, no qual a institucionalização e a normatização desempenham papel central. O conflito, quando reconhecido, aparece como disfunção ou ruptura momentânea da ordem territorial, e não como elemento constitutivo da produção do espaço, que representa uma pulsão da contradição. Essa leitura contribui para a neutralização do território enquanto categoria crítica, tornando-o compatível com projetos de planejamento e governança que prescindem de uma análise das contradições sociais, sobretudo a mais profunda: a propriedade privada. (Governa, 2007).

A difusão dessas concepções institucionalistas teve impacto significativo sobre políticas territoriais e discursos de desenvolvimento. O território foi progressivamente incorporado como base de programas de ordenamento, desenvolvimento local e coesão social, frequentemente desvinculados de uma reflexão crítica sobre as relações de classe e os processos de expropriação que os acompanham. Nesse contexto, o território aparece como recurso a ser mobilizado, e não como forma histórica de dominação e resistência (Dematteis, 1995).

É precisamente nesse ponto que se evidenciam os limites explicativos do institucionalismo territorial. Ao tratar o território como forma funcional e regulável, tais abordagens tendem a ocultar os mecanismos pelos quais o espaço é apropriado diferencialmente no capitalismo (Smith, 1988). A concentração fundiária, a segregação socioespacial e a violência territorial não podem ser explicadas apenas por falhas institucionais ou déficits de governança, mas exigem uma análise das estruturas sociais que produzem tais desigualdades (Souza, 2009).

Dessa forma, embora as leituras institucionalistas tenham contribuído para recolocar o território no centro da análise política, elas o fizeram ao custo de uma crescente abstração

social. Superar esses limites requer recolocar o território no interior de uma teoria social crítica, capaz de compreender o Estado e suas instituições como mediações históricas da dominação de classe.

6. Estrutural-funcionalismo e a diluição do território: o problema do "uso do território"

A incorporação do território ao léxico do desenvolvimento não representa apenas uma ampliação temática do debate geográfico, mas um deslocamento ontológico e metodológico de grande alcance. Ao ser mobilizado como base para políticas públicas, estratégias de governança e programas de desenvolvimento local, o território passa a ser investido de uma finalidade normativa que tende a ocultar suas determinações históricas. Nesse movimento, o território deixa de ser analisado como mediação da reprodução social para ser apresentado como horizonte de realização de objetivos previamente definidos (os usos). (Bagnasco, 1978).

Esse deslocamento pode ser compreendido à luz do problema das teleologias. No plano ontológico, a prática social é orientada por finalidades imanentes ao trabalho e à reprodução da vida social. Essas teleologias primárias dizem respeito à produção das condições materiais de existência e não se confundem com projetos normativos ou programáticos. No interior do capitalismo, tais finalidades são progressivamente subordinadas a teleologias secundárias, produzidas pelo Estado, pelo planejamento e pelas formas institucionais de regulação social (Lukács, 2012). O desenvolvimento territorial inscreve-se precisamente nesse campo das teleologias secundárias. Ao apresentar o território como meio privilegiado para a promoção do desenvolvimento, da coesão social ou da sustentabilidade, essas abordagens tendem a converter uma mediação histórica em finalidade em si mesma. O território passa a ser tratado como sujeito do desenvolvimento, obscurecendo o fato de que ele é produzido e transformado por relações sociais que escapam ao controle local e à vontade política dos "atores" territoriais (Dematteis, 1995).

A agenda da governança territorial reforça esse movimento ao deslocar o conflito social para o plano da gestão. A ênfase na cooperação, na articulação de "atores"(stakeholders)

e na construção de consensos contribui para a naturalização das desigualdades estruturais, apresentadas como desafios técnicos ou institucionais. Nessa perspectiva, o território aparece como espaço de convergência de interesses, e não como forma histórica atravessada por antagonismos (Governa, 2007).

No contexto latino-americano, essa captura teleológica do território revela limites ainda mais profundos. As economias dependentes operam sob restrições estruturais impostas pela inserção subordinada na economia mundial, o que condiciona radicalmente as possibilidades de desenvolvimento territorial (Santos e Silveira, 2001). A valorização do local e do regional não elimina essas determinações, mas frequentemente funciona como mecanismo de internalização das crises e de responsabilização dos territórios por problemas cuja origem é estrutural (Dos Santos, 2011; Dos Santos, 2004).

A crítica ontológica a essas abordagens evidencia que o território não pode ser convertido em finalidade normativa sem perda de densidade explicativa. Quando o território é tratado como objetivo último - seja do desenvolvimento, da governança ou da justiça social -, ocorre uma inversão teleológica que desloca a análise das relações sociais para os instrumentos e escalas de intervenção. O resultado é a fetichização do território, que passa a operar como categoria abstrata, dissociada das relações de classe que o produzem (Souza, 2009).

Essa inversão teleológica manifesta-se também na retórica da sustentabilidade e da inovação territorial. O território é apresentado como ativo econômico, passível de valorização por meio de estratégias locais, ao passo que os processos de expropriação, degradação ambiental e espoliação social são recodificados como externalidades ou falhas de governança. Essa operação discursiva contribui para legitimar práticas predatórias, especialmente em regiões periféricas inseridas de modo subordinado no mercado mundial (Pôssas, Souza, 2022).

Ao recolocar o problema das teleologias no centro da análise, torna-se possível compreender que o território não é meio nem fim em si mesmo, mas mediação histórica da reprodução social - mediação essa que se funda, em última instância, no trabalho como categoria ontológica primária. Superar a captura teleológica do território exige romper com leituras que o transformam em horizonte normativo e restituir-lhe sua condição de forma social produzida no interior de relações contraditórias.

7. Ontogênese do território e a crítica ontológica: o trabalho como fundamento

A ontogênese do território remete ao processo histórico pelo qual o espaço é apropriado, organizado e transformado como momento constitutivo da reprodução social. Diferentemente das abordagens que tratam o território como categoria empírica ou constructo normativo, a análise ontogenética busca apreendê-lo como forma social historicamente determinada, produzida pela articulação entre trabalho, relações de classe e forma política do Estado (Lukács, 2012; Kosík, 1976).

No capitalismo, essa produção territorial está indissociavelmente vinculada à separação entre produtores e meios de produção e à constituição da propriedade privada da terra. O território emerge, assim, como espaço de realização da acumulação, da extração de renda e da coerção social necessária à reprodução das relações de classe. Trata-se de um processo que não pode ser explicado apenas pela descrição de usos do espaço ou pela análise de arranjos institucionais, mas exige a incorporação das mediações fundamentais do modo de produção capitalista, mediações que remetem, em última instância, ao trabalho como categoria fundante (Marx, 2013; Marx e Engels, 2007).

É nesse ponto que se torna necessário enfrentar criticamente contribuições centrais do pensamento geográfico, em especial aquelas que, apesar de sua importância, apresentam limites ontológicos. A obra de Milton Santos constitui referência incontornável para a Geografia crítica brasileira, sobretudo ao recolocar o espaço no centro da análise social. No entanto, sua formulação de "território usado" apresenta ambivalências que precisam ser explicitadas. Ao articular território, técnica e ação, essa categoria oscila entre uma análise crítica da realidade e a proposição de um horizonte normativo de uso social do espaço (Santos, 1994; Santos, 1996).

Essa ambiguidade ontológica se manifesta na dificuldade de distinguir, de modo rigoroso, entre descrição da realidade territorial e processo de produção do espaço. O "território usado" tende a funcionar como síntese conciliadora, na qual diferentes formas de uso e apropriação aparecem justapostas, sem que as relações de coerção, exploração e dominação de classe sejam plenamente explicitadas. O conflito social, embora reconhecido, não ocupa posição estruturante no conceito, o que limita sua capacidade explicativa (Souza, 2009;

Moraes, 2013, Souza, 2026). Além disso, a centralidade conferida à técnica e aos fluxos informacionais contribui para deslocar a análise do território das relações de propriedade e do papel do Estado. A forma política aparece, em muitos momentos, como instância derivada ou secundária, o que dificulta a compreensão da coerção territorial e da violência estrutural inerentes à territorialização capitalista. Essa lacuna torna-se particularmente evidente quando se analisam processos de expropriação, concentração fundiária e repressão a espacialidades subalternizadas (Souza, 2021).

A ontogênese do território exige, portanto, uma abordagem que reinscreva o Estado como mediação central da produção espacial, mas sem perder de vista que o Estado, ele mesmo, é uma forma derivada do ser social, cujo fundamento último é o trabalho. O Estado não é simples gestor ou articulador de escalas, mas operador histórico da territorialização capitalista. É por meio dele que se organizam juridicamente a propriedade, a circulação e a coerção, e é também por meio dele que se realizam os processos de reescalonamento necessários à reprodução ampliada do capital (Poulantzas, 1978; Mascaro, 2013).

Nesse contexto, o problema do salto de escala assume centralidade teórica. O salto de escala não corresponde a uma escolha técnica ou metodológica, mas a uma operação histórica do capital, mediada pelo Estado. Trata-se do movimento pelo qual relações sociais localizadas são subsumidas a determinações mais amplas, reconfigurando territórios e impondo novas formas de controle espacial. Esse processo é constitutivo da acumulação capitalista e não pode ser compreendido a partir de leituras pluralistas ou multiescalares que neutralizam o conflito (Harvey, 2004). O salto de escala manifesta-se, por exemplo, na transformação de conflitos fundiários locais em questões nacionais ou globais, bem como na imposição de regimes jurídicos e econômicos que reordenam a apropriação do espaço e a constituição territorial em função de interesses externos às comunidades afetadas. Nessas situações, o território deixa de ser mediação da reprodução local para tornar-se espaço de valorização do capital em escalas ampliadas, frequentemente por meio de mecanismos coercitivos (Souza, 2021).

O salto de escala, nessa perspectiva, se revela em uma reconfiguração das determinações territoriais. Quando uma comunidade quilombola é inserida em um regime jurídico nacional de regularização fundiária, o que se altera não é apenas a "escala" de sua luta por reconhecimento territorial, mas os efeitos que os elementos normatizadores poduziram

sobre as formas de propriedade (da posse comunal ao título individual, ou inverso), as relações de produção (da produção para subsistência à inserção em mercados, ou inverso, na forma de resistência, as retomadas dos Guarani Kaiowa), as mediações jurídico-políticas (do direito consuetudinário ao direito estatal, ou inverso, na forma coletiva de produção do espaço) e os mecanismos de coerção e consentimento (da violência direta à administração burocrática da terra, ou inverso a negação da lógica individual de propriedade). A escala, portanto, se configura em uma mediação histórica produzida por relações de poder. Analisar o salto de escala exige identificar quais determinações territoriais se reconfiguram e como essa reconfiguração reproduz ou transforma a dependência (Souza, 2026).

Essa operação escalar evidencia a impossibilidade de coexistência/sobreposição de diferentes territórios em condições de equivalência. Espacialidades quilombolas, camponesas e indígenas são sistematicamente subordinadas à territorialização capitalista, sendo reconfiguradas ou destruídas por processos de reescalonamento que extrapolam o âmbito local, porque normalmente respondem por hierarquias escalares de poder. A análise ontogenética permite compreender essas dinâmicas como expressão da luta de classes, e não como simples conflitos de gestão ou reconhecimento, sobretudo quando o reconhecimento culturalista substitui a vida concreta e a materialidade das relações de trabalho. (Nascimento, 1985; Santos, A. B., 2015).

A racialização do trabalho e a divisão sexual do trabalho configuram mediações que materializam condições específicas e constitutivas da territorialização capitalista. No caso brasileiro, a expropriação territorial operou historicamente por critérios raciais: a Lei de Terras de 1850, ao instituir a propriedade privada como forma legal exclusiva de acesso à terra, excluiu indígenas e quilombolas, convertendo-os em "posseiros" e "invasores" em suas próprias terras. A territorialização quilombola, portanto, implica resistência cultural, mas é uma forma territorial específica que articula classe, raça e gênero, uma vez que se colocam em apropriação coletiva da terra, e que as condições concretas de sua forma de apropriação se manifesta pelas práticas socioespaciais das mulheres quilombolas que frequentemente sustentam a reprodução material e simbólica, que objetivamente resulta no constructo desses territórios. O que estamos assinalando é que a racialização e a divisão sexual do trabalho operam como determinações territoriais concretas (Souza, 2026).

Ao integrar o debate sobre teleologias, a crítica ontológica a categorias centrais da Geografia e a análise do salto de escala, a ontogênese do território reafirma-se como procedimento metodológico capaz de superar tanto o empirismo quanto o abstracionismo. O território emerge, assim, como forma histórica concreta, produzida por relações sociais contraditórias e atravessada por processos de dominação e resistência que se manifestam em múltiplas escalas. E essa forma histórica concreta tem no trabalho, enquanto atividade teleológica de transformação da natureza e produção de objetivações, seu fundamento ontológico último.

Considerações finais

A questão é que a centralidade contemporânea do território na Geografia não corresponde, necessariamente, a um aprofundamento crítico da categoria. Ao contrário, a difusão indiscriminada do conceito, associada a abordagens funcionalistas, normativas ou relacionalistas, tem contribuído para seu esvaziamento ontológico e metodológico. O território passou a ser mobilizado como instrumento de gestão, horizonte normativo ou categoria descritiva, frequentemente dissociado das relações sociais históricas que o produzem.

A reconstrução proposta parte do entendimento de que o território é uma forma social derivada, historicamente determinada e inseparável do trabalho, da luta de classes e da forma política do Estado. Essa perspectiva exige superar tanto as leituras naturalizadas quanto aquelas que, ao absolutizar a dimensão relacional ou institucional, dissolvem as mediações fundamentais da dominação territorial. A crítica à inflexão relacional, em especial à geografia do poder, evidenciou que a dissociação entre território, Estado e classe compromete a capacidade explicativa da categoria, transformando-a em conceito excessivamente flexível e analiticamente frágil (Raffestin, 1980; Souza, R.F. 2022).

A incorporação do debate sobre as teleologias revelou-se decisiva para compreender a funcionalização contemporânea do território. Ao ser convertido em finalidade normativa, seja no discurso do desenvolvimento, da governança ou da sustentabilidade, o território é fetichizado e deslocado de sua condição de mediação histórica da reprodução social. A distinção entre teleologias imanentes da prática social e teleologias secundárias produzidas pelo

Estado e pelo planejamento permitiu evidenciar como o território é capturado por projetos que naturalizam a ordem social existente (Lukács, 2012; Souza, 2009, 2026).

Nesse contexto, a crítica ontológica a categorias consagradas da Geografia mostrou-se necessária. A análise do "território usado" evidencia limites importantes ao operar como síntese ambígua entre descrição crítica e horizonte normativo. Ainda que a obra de Milton Santos represente contribuição fundamental à Geografia crítica, sua formulação apresenta dificuldades para apreender a coerção territorial, o papel estruturante do Estado e a centralidade das relações de classe na produção do espaço. Tornar explícitos esses limites não significa negar sua relevância, mas reafirmar a necessidade de rigor ontológico e metodológico na construção conceitual (Santos, 1994; Santos, 1996; Souza, 2021).

A incorporação do problema do salto de escala permite avançar na compreensão do território como mediação dinâmica da acumulação capitalista, quando destitui os sujeitos de alteridade e autonomia e consolida um outro constructo territorial, agora demarcado por novas relações de poder. O salto de escala normalmente identificado como mecanismos estruturantes de mercado e estrutura de circulação, supera a condição técnica da produção (denominação de origem, por exemplo), ou um artifício metodológico-estratégico de nichos comerciais, constitui-se operação histórica do capital, mediada pelo Estado, pela qual espacialidades são subordinadas a determinações mais amplas, e os territórios subsumidos. Essa operação é constitutiva da reprodução capitalista e fundamental para compreender processos contemporâneos de expropriação, reordenamento territorial e intensificação dos conflitos socioespaciais que se articulam as redes globais de extração do valor. (Poulantzas, 1978; Harvey, 2004).

A análise ontogenética do território manifesta a necessidade de criticar a coexistência e a sobreposição de territórios, como uma neutra ensambladura, uma vez que a dimensão territorial não se estabelece em condições de equivalência. Territórios quilombolas, camponeses e indígenas precisam ser analisados como formas sociais concretas produzidas em confronto com a territorialização capitalista e que podem ser/estar subsumidas. A análise desses territórios exige reconhecer a mediação concreta da luta de classes, evitando leituras pluralistas e identitaristas que neutralizam o conflito e obscurecem os mecanismos de dominação (Nascimento, 1985; Santos, A. B., 2015).

Significa dizer que uma concepção classista e ontogenética de território é capaz de restituir à Geografia seu potencial crítico. Trata-se de recolocar o território no centro da teoria social crítica, articulando espaço, trabalho, poder e história sem recorrer a abstrações vazias ou soluções conciliatórias. Trata-se de reflexões para além de uma ação descritiva e canônica das abordagens existentes, propondo um posicionamento e um horizonte metodológico críticos sobre as mesmas, bem como focar no necessário desvendamento das contradições que suportam os conflitos territoriais contemporâneos.

Ao reinscrever o território na ontologia do ser social, tendo o trabalho como categoria fundante, a Geografia pode avançar na compreensão das contradições que estruturam a produção do espaço no capitalismo, reafirmando seu compromisso com a análise crítica da realidade social. O território, nessa perspectiva, para além de um fundamento ontológico da existência humana, se apresenta como forma histórica derivada da práxis social, que emerge das mediações concretas através das quais o ser social organiza a produção, a apropriação, a resistência e o controle/dominação do espaço no interior de relações sociais contraditórias, não como recorte de área (como colagem do Estado-nação), instrumento de gestão ou categoria normativa. É nesse sentido que uma concepção classista do território permite restituir à Geografia seu potencial crítico, recolocando o território no interior da análise da reprodução social e das contradições do capitalismo contemporâneo.

Referências

ABRAHAMSSON, Christian. On the genealogy of Lebensraum. **Geographica Helvetica**, v. 68, p. 37–44, 2013.

ALVES, Ana Elizabeth Santos; FISCHER, Maria Clara Bueno; TIRIBA, Lia. Trabalho–educação, experiência e modo de vida: a materialidade histórica de territórios quilombolas. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 17, n. 3, p. 52–71, 2025. DOI: 10.9771/gmed.v17i3.70113.

AVINERI, Shlomo. **Hegel's theory of the modern state**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

BAGNASCO, Arnaldo. **Tre Italie**: la problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1978.

BERDOULAY, Vincent. **La formation de l'école française de géographie** (1870–1914). Paris: CTHS, 1995.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: quilombolas – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

CLAVAL, Paul. La géographie humaine française et la tradition historique. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 18, n. 43, p. 5–20, 1974.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Pensar o pensamento geográfico: reflexões por dentro dos clássicos. **Terra Livre**, v. 1, n. 40, p. 117–136, 2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Usos e abusos da categoria território. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 7–21, 2021. DOI: 10.5418/ra2021.v17i32.13582. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/13582. Acesso em: 20 set. 2026.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Progetto implicito**: il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: FrancoAngeli, 1995.

DOS SANTOS, Theotônio. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 30, p. 5–18, 2011.

DOS SANTOS, Theotonio. **Economía mundial e integración regional latinoamericana**. México, D.F.: Plaza y Janés, 2004.

FULINO, R.; SOUZA, J. G. A destruição teórica da geografia do estado no pensamento de Claude Raffestin. In: **Anais XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa - A Geografia que fala ao Brasil**, 2021, João Pessoa-PB. Campina Grande-PB: Realize/Anpege, 2021. v. 1. p. 1-12.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

GOVERNA, Francesca. **Territori e politiche**: governare lo sviluppo locale. Torino: UTET, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. A política e o Estado moderno. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3. 416 p.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1966.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, 2010. DOI: 10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531.

KLINKE, Ian. A theory for the "Anglo-Saxon mind": Ellen Churchill Semple's translations of Friedrich Ratzel. **Geographica Helvetica**, v. 77, p. 467–478, 2022.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACOSTE, Yves. Un géographe anticolonialiste, Jean Dresch. **Hérodote**, Paris, n. 11, p. 3-9, 3. trim. 1978.

LACOSTE, Yves. **Geografia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 288 p.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

MUSCARÀ, Luca. Territory as a psychosomatic device: Gottmann's kinetic political geography. **Geopolitics**, v. 10, n. 1, p. 26–49, 2005.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, Rio de Janeiro, n. 6–7, 1985.

OSÓRIO, Luiz Felipe. **Imperialismo, Estado e relações internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PÔSSAS, Isabela Braichi; SOUZA, José Gilberto de. Expressions of dependency: green crimes and the phantasmagoria of "development" in the extreme west of Bahia, Brazil. **Criminological Encounters**, v. 5, p. 149–164, 2022.

POULANTZAS, Nicos. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: PUF, 1978.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: LITEC, 1980.

RATZEL, Friedrich. Die Gesetze des räumlichen Wachstums der Staaten. **Petermanns Geographische Mitteilungen**, v. 42, p. 97–107, 1896.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. München: R. Oldenbourg, 1897.

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos (Nego Bispo). **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília: INCRA; Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SMITH, Woodruff D. Friedrich Ratzel and the origins of Lebensraum. **German Studies Review**, v. 3, n. 1, p. 51–68, 1980.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Tradução de Jorge Alexandre Barbosa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, José Gilberto de; ALVES, Willian Rosa. A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 923–961, 2020. DOI: 10.62516/terra_livre.2020.1641.

SOUZA, José Gilberto de. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária: o lucro extraordinário e suas determinações territoriais. In: MIZUSAKI, M. Y.; ROMA, C. M.; VIEIRA, A. B. (org.). **Questão agrária e práxis social no século XXI**. Curitiba: CRV, 2021. p. 149–164.

SOUZA, José Gilberto de. **Limites do território**. Agrária, São Paulo, n. 10–11, p. 99–130, 2009.

SOUZA, José Gilberto de. **Territory and Ontology**: Social being and the ontogenetic mediation of space. Marília: Lutas Anticapital, 2026. 148 p.

SOUZA, José Gilberto de. **A Geografia Escolar na ditadura militar**: a prestidigitação do trabalho. Marília: Lutas Anticapital, 2022. 117 p. ISBN 978-65-86620-86-3.

SOUZA, José Gilberto de; JULIASZ, Paula Cristiane Strina. **Geografia**: ensino e formação de professores. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020. 200 p. ISBN 978-65-86620-23-8.

SOUZA, Raquel Fulino de. **Por uma Geografia do poder de Claude Raffestin**: uma reconstrução ontognosiológica. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Tableau de la géographie de la France**. Paris: Hachette, 1903.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Les genres de vie dans la géographie humaine. **Annales de Géographie**, v. 20, n. 112, p. 289–304, 1911.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Des caractères distinctifs de la géographie. **Annales de Géographie**, v. 22, n. 124, p. 289–299, 1913.

Como citar este artigo:

SOUZA, José Gilberto de. Por uma concepção classista de território: ontogênese, poder e crítica na Geografia. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, v. 116, p. 371-401, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/e736rx56

Recebido em 11 de janeiro de 2026
Aceito em 19 de outubro de 2026

Sobre o autor: Professor Titular (Geografia Agrária), Coordenador da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (IGCE-Rio Claro) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (IPPRI-São Paulo) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Tocantins- UFT.

Financiamento e agradecimentos: O autor declara que o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo no 2024/20517-2

Editoração:
Igor Carlos Feitosa Alencar
Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia

Marcos Antônio Campos Couto

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ)
São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.
professormarcoscouto@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Boletim Paulista de Geografia
AGB SÃO PAULO DESDE 1934
Dossiê Geografia e Marxismo

A acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia

Resumo

A hegemonia das pedagogias das competências e do "aprender a aprender" nas políticas educacionais, para as quais os conteúdos do ensino são secundarizados, contamina as pesquisas sobre a Geografia que se ensina, que não têm se preocupado com o que é indispensável ensinar. O objetivo do artigo é debater os conteúdos centrais do ensino de Geografia na educação básica, aqueles que permitam entender a sociedade burguesa a partir da compreensão de seus arranjos espaciais. Para o materialismo histórico e dialético o objeto central de investigação é a gênese, o desenvolvimento, as condições de crise e de superação da sociedade burguesa. São as características estruturais da geografia do modo de produção capitalista mundializado e sua singularidade na formação social brasileira que determinam o que é necessário ensinar hoje. Que características são essas? Para responder, a metodologia pôs o foco nas características gerais e universais do modo de produção capitalista do espaço, tomando como referência os processos da chamada acumulação primitiva do capital de Marx, comentados por Massimo Quaini, David Harvey e Ruy Moreira. Derivados dos processos da acumulação primitiva do capital, os conteúdos do ensino de Geografia são: a transição das "sociedades naturais" à "sociedade histórica" e da ruralização das cidades da Antiguidade à urbanização do campo e da sociedade da Modernidade, a mundialização do capital e do espaço, o uso intensivo e diversificado da diversidade natural do planeta, a perturbação da troca orgânica entre homem e terra provocada pela revolução da indústria da cidade sobre o campo e os problemas ecológico-territoriais urbanos e rurais.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Pedagogia histórico-crítica; Acumulação primitiva do capital; conteúdos do ensino.

The primitive accumulation of capital and the central contents of Geography teaching

Abstract

The hegemony of competency-based pedagogies and "learning to learn" in educational policies, which relegate teaching content to a secondary position, contaminates research on the geography that is taught, which has not been concerned with what is essential to teach. The aim of this article is to discuss the core content of Geography teaching in basic education, specifically the elements that allow for an understanding of bourgeois society through an understanding of its spatial arrangements. For historical and dialectical materialism, the central object of investigation is the genesis, development, conditions of crisis, and overcoming of bourgeois society. It is the structural characteristics of the geography of the globalized capitalist mode of production and its uniqueness in the Brazilian social formation that determine what needs to be taught today. What are these characteristics? To answer this, the methodology focused on the general and universal characteristics of the capitalist mode of production of space, taking as a reference the processes of Marx's so-called primitive accumulation of capital, as discussed by Massimo Quaini, David Harvey, and Ruy Moreira. Derived from the processes of primitive capital accumulation, the contents of Geography education are: the transition from "natural societies" to "historical society" and from the ruralization of cities in Antiquity to the urbanization of the countryside and society in Modernity, the globalization of capital and space, the intensive and diversified use of the planet's natural diversity, the disruption of the organic exchange between man and land caused by the industrial revolution in the city over the countryside, and urban and rural ecological-territorial problems.

Keywords: Geography teaching; Historical-critical pedagogy; Primitive accumulation of capital; Teaching content.

Introdução

O objetivo do trabalho é debater os conteúdos centrais do ensino de Geografia na educação básica e, assim, atualizar a resposta à questão permanente da prática docente: o que é necessário ensinar hoje para que estudantes entendam e se posicionem na sociedade burguesa em que vivem, a partir da compreensão de seus arranjos espaciais?

A resposta à pergunta 'O que é necessário ensinar hoje...' está diretamente relacionada às características centrais e contemporâneas da geografia da sociedade burguesa mundializada. Que características são essas? Quais são os traços mais universais da geografia histórica do capitalismo - como diria David Harvey (2005) - ou do modo de produção capitalista? Como essas características universais se manifestam na formação social/espacial brasileira? E, ao contrário, como as singularidades da formação sócio-espacial brasileira exercem influência sobre a dinâmica global do imperialismo contemporâneo?

As respostas ao conjunto de perguntas aproximam da definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia, mas também das suas finalidades políticas - seus objetivos gerais - e da própria relação 'conteúdo e método'.

Para o materialismo histórico e dialético o objeto de investigação é a produção material dos indivíduos socialmente determinada na sociedade burguesa, em determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais (Marx, 2011). É este objeto que dá o sentido de totalidade da investigação, mas também do ensino. Contudo, sociedade burguesa e modo de produção capitalista não são a mesma coisa. A moderna sociedade burguesa é onde domina o modo de produção capitalista – cujas características serão apresentadas adiante - , mas em "convívio" com outros modos de produção hegemonizados. Ou seja, como enfatizou Rosa Luxemburgo (1985), a acumulação de capital pressupõe relações entre o capitalismo (o modo de produção capitalista) e modos de produção não capitalistas. Esta "combinação" de modos de produção sob domínio do modo de produção capitalista está na origem de outro conceito de totalidade: o de formação social, a forma histórica concreta em que a sociedade burguesa se realizada em cada parte do mundo ou em cada estado-nação.

Toda produção ou modo de produção é a transformação da natureza pelo processo do trabalho mediada por determinada forma de sociedade ou formação social. Esta forja suas

próprias relações jurídicas, ideológico-culturais, forma de governo etc., incluindo, na particularidade da sociedade burguesa, a criação da instituição escolar e da escolarização obrigatória.

Partindo destas categorias da totalidade entende-se que o objeto de investigação da Geografia é, por um lado, o modo capitalista de produção do espaço da sociedade burguesa enquanto totalidade sociedade-natureza, e, por outro, o estudo da formação espacial, expressão da singularidade geográfica da formação social de cada estado-nação[1]. Pelo primeiro aspecto do objeto toma-se como referência as características gerais e universais da geografia do modo de produção capitalista, já, pelo segundo, a forma singular de reprodução destas características gerais em cada formação social.

Neste trabalho o foco está nas características gerais e universais do modo de produção capitalista do espaço, tomando como referência os processos da chamada acumulação primitiva do capital (Marx, 2013), comentados por Massimo Quaini (1979), David Harvey (2005) e Ruy Moreira (2016).

Entende-se a acumulação primitiva como algo estrutural-estruturante da reprodução das relações sociais de produção do capitalismo (Harvey, 2005; Moreira, 2016), e não apenas como pertencente ao período de transição da sociedade feudal à sociedade burguesa na Europa ocidental. Ao substituir o termo acumulação primitiva ou original por acumulação via espoliação, e ao considerar que "no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital" (Harvey, 2005, p. 121)**,** constitui um processo em andamento, David Harvey - da mesma forma que Ruy Moreira (2016), atualizam as características dos processos da acumulação primitiva para a fase imperial do capitalismo nos séculos XX e XXI.

O texto parte da expropriação do homem em relação ao território, processo básico da constituição geográfica do capitalismo, exposta no *Grundrisse*, na seção [Formas que precederam a produção capitalista[2]] (Marx, 2011), e, sobretudo, no capítulo A assim chamada

1 Embora a formação social não se confunda, necessariamente, com o estado-nação.

2 Remetemos o leitor para o artigo de Couto (2023) no qual há uma exposição detalhada deste texto de Marx. Por isso, aqui, foi privilegiado o conteúdo do capítulo 24 d'O Capital.

acumulação primitiva d'O Capital (Marx, 2013). A transição das sociedades naturais à sociedade histórica e os processos da acumulação primitiva e da urbanização do campo da modernidade, conduzem, na segunda parte, às tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa a partir das análises de Quaini (1979), David Harvey (2005) e Ruy Moreira (2016). No final, estas tendências e características centrais desdobram-se em diretrizes para a organização curricular da Geografia nos diferentes níveis da educação básica.

A expropriação do homem em relação ao território

Das sociedades que precederam a produção capitalista, Marx (2011, p. 388-423) descreve no Grundrisse três formas de propriedade nas quais se configuram certas relações entre comportamento humano, terra e território: 1) A forma oriental, em que a terra (o campo) é a base da comunidade e não a cidade; 2) A forma antiga ou greco-romana que presume a cidade como sede das pessoas do campo ou do campo como território da cidade; e 3) A forma germânica que não se concentra na cidade, contudo esta existe como centro da vida rural, como domicílio dos rurais, desenvolvendo-se, então, como oposição campo-cidade. Para Marx (2011, p. 395), a comunidade germânica está a meio termo entre a ruralização das cidades da Antiguidade e a urbanização do campo da Modernidade.

Assim, de acordo com Marx (2011), nestas formas de propriedade, o "trabalhador se relaciona às condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade" (p. 388), estando em unidade natural com suas condições subjetivas. A finalidade da produção é a manutenção da comunidade e não a criação de valores para a troca. A propriedade e a apropriação da terra - pressuposto natural do trabalho - é mediada pela existência da comunidade.

O fim destas formas de propriedade implica na dissolução da relação terra-território como pertencentes ao trabalhador, da unidade do trabalho agrícola com o trabalho artesanal, e da propriedade dos instrumentos de trabalho artesanal doméstico e da manufatura. Divorciado das suas condições objetivas (território, matéria-prima, meios de subsistência, instrumentos de trabalho, dinheiro), ao trabalhador resta apenas a sua capacidade de trabalho como a sua única propriedade, que precisará trocá-la (valor de troca) para ter acesso aos meios de subsistência (valores de uso).

Essa dissolução significa a emergência da propriedade privada moderna do dinheiro, da terra, dos meios de produção e instrumentos de trabalho, das condições de subsistência, da riqueza na forma de capital e alheia ao trabalhador; mas também da objetivação universal do estranhamento humano, o estranhamento do trabalhador com o seu mundo, com a realidade por ele criada mas que não o pertence.

A acumulação primitiva descreve esta dissolução de formas precedentes de propriedade, a emergência da propriedade privada moderna e a constituição das relações sociais de produção da nova sociedade burguesa. Para que o capital disponha de todas as condições que permitam por o trabalhador livre ao seu serviço, é preciso que tenha havido a acumulação primitiva, segundo Marx, precedente à acumulação capitalista.

Marx (2013, p. 785), n'O Capital, faz a seguinte indagação:

> Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação "primitiva" ("previous accumulation", em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. (Marx, 2013, p. 785)

Embora a acumulação primitiva não seja uma acumulação capitalista propriamente dita – como será caracterizada adiante -, esta pressupõe aquela. O que Marx (2013) denomina como a Assim chamada acumulação primitiva, discordando desta interpretação, é que ela resultaria de uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, enquanto uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. A origem dos ricos e capitalistas estaria no esforço pessoal, supostamente acessível a todos que fossem esforçados, inteligentes e econômicos. Assim, afirma Marx (2013, p. 785), "os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele". E, na mesma página, conclui que "desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar".

Ao contrário, na história real, a origem da acumulação e, consequentemente, dos ricos e pobres, dos proprietários e privados de propriedade, dos burgueses e proletários, é a

"conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência" (Marx (2013, p. 786) - processos que configuram a acumulação primitiva.

Num primeiro momento, para que dinheiro e mercadoria sejam transformados em capital, é preciso:

> que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. (Marx, 2013, p. 786)

Ou seja, a transformação do produtor em livre proprietário somente de sua força de trabalho, porque "libertado" da propriedade das condições objetivas da realização do trabalho, é condição para o nascimento e reprodução da relação capitalista de produção. Aí, tanto a força de trabalho quanto as condições e meios de trabalho e de subsistência se transformam em mercadoria. Pressupondo a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho, se estabelece uma relação social capitalista de produção - entre proprietários e expropriados -, polarização do mercado em que estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista; que confronta os proprietários privados das terras, indústrias, atividades comerciais e os meios de produção com os completamente privados de propriedade e de meios de subsistência, restando-lhe apenas a sua força de trabalho para vender aos capitalistas.

Neste processo, registre-se, a terra e o território também se tornam mercadorias.

A acumulação primitiva é, portanto, o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, trabalhador e propriedade das condições de realização de seu trabalho, a dissolução da propriedade fundada no próprio trabalho; convertendo em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e produtores diretos em trabalhadores assalariados.

Na história da acumulação primitiva, servindo de alavanca à classe capitalista em formação, destacam-se conforme afirma Marx (2013, p. 787) "os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas

no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres", cuja base é a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural.

Ao longo do capítulo 24 d'O Capital, e tomando por base a Inglaterra, Marx descreve e analisa os processos da acumulação e a consequente origem das estruturas da nova sociedade burguesa.

A expropriação violenta do povo do campo de sua base fundiária

Os métodos privados e legalizados pelo parlamento na formação dos cercamentos (inclosures), dão origem à grande propriedade privada moderna, que conquista o campo para agricultura capitalista.

> O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idilícos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (Marx, 2013, p. 804)

Assim, incorpora a base fundiária ao capital e cria para a indústria urbana a oferta de proletariado "livre" como os pássaros.

A legislação sanguinária contra os expropriados

Como nem todos os expulsos podiam ser absorvidos pela manufatura nascente, muitos se converteram em esmoleiros, assaltantes, vagabundos, submetidos à legislação que lhes impunha açoites públicos, a metade da orelha cortada, marcação com ferro no peito, perda de filhos, etc; impõe-se ainda a disciplina que os transforma em trabalhadores assalariados, com leis para o rebaixamento dos salários, sórdida ação do soberano e do Estado, intensa exploração do trabalho para a acumulação do capital.

A gênese dos arrendatários capitalistas

A expropriação do povo do campo e a criação de grandes proprietários fundiários darão origem aos arrendatários capitalistas, servos e pequenos proprietários livres emancipados

em longo processo que dará lugar, segundo Marx (2013, p. 814), "ao arrendatário propriamente dito, que valoriza seu capital próprio por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao landlord, como renda da terra, uma parte do mais-produto, em dinheiro ou in natura". Com a revolução agrícola do final do século XV e durante o século XVI, com contratos de quase 100 anos e com aumento dos preços de cereal, lã, carne, sem a correspondente majoração da renda da terra, tornaram-se, já no final do século uma classe de arrendatários de capital, muito ricos.

O mercado interno do capital industrial como resultado da repercussão da revolução agrícola sobre a indústria

De acordo com Marx (2013, p. 818), a "expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno". Com o esvaziamento dos campos, os alimentos produzidos - com o aumento da produção pelas novas relações de propriedade, cooperação, concentração dos meios de produção e por melhores métodos de cultura – se transformaram em elemento material do capital variável; assim, o camponês despojado adquire o valor correspondente aos seus meios de subsistência do capitalista industrial através do salário. Da mesma forma, as matérias-primas agrícolas transformaram-se em capital constante:

> Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita. (Marx, 2013, p. 818)

Há a transição para a manufatura urbana e depois para a grande indústria, que fornece, propriamente, o fundamento da agricultura capitalista, que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

Gênese do capitalista industrial

Ao contrário do gradativo processo de formação do arrendatário capitalista, a gênese do capitalista industrial é proveniente de pequenos mestres corporativos, artesãos independentes e trabalhadores que, de acordo com Marx (2013, p. 820), "transformaram-se em pequenos capitalistas e, por meio da exploração paulatina do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, em capitalistas sans phrase [sem floreios]". Impulsionados pelo mercado mundial aberto pela descoberta e conquista colonial do final do século XV, se apoiaram no capital monetário (usurário e comercial) proveniente da Idade Média:

> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (Marx, 2013, p. 821)

Os momentos da acumulação primitiva repartidos, cronologicamente, entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, podem ser resumidos em 4 sistemas: Colonial, da Dívida Pública, Tributário e Protecionista; todos baseados na mais brutal violência através do poder do Estado - a violência concentrada e organizada da sociedade. De acordo com Marx (2013, p. 823), pelo sistema colonial, os "tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital". O sistema da dívida pública dota o dinheiro improdutivo (classe de rentistas, bancocracia) de força criadora e o transforma em capital, sem esforços e riscos da aplicação industrial e usurária. O sistema de dívidas do Estado deu origem ao sistema internacional de crédito que, por sua vez, foi complementado pelo sistema tributário como fonte de expropriação pela super tributação, instituindo o regime fiscal moderno, constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários.

> O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno. A patente desse invento foi ferozmente disputada pelos Estados europeus, que, a serviço dos extratores de mais-valor, perseguiram esse objetivo não só saqueando seu próprio povo, tanto direta, por meio de tarifas protecionistas, quanto indiretamente, por meio de prêmios de exportação etc., mas também extirpando violentamente toda a indústria dos países que lhes eram contíguos e deles dependiam, como ocorreu, por exemplo, com a manufatura irlandesa de lã por obra da Inglaterra. (Marx, 2013, p. 826)

O nascimento da grande indústria, a par e oriundo deste conjunto gigante de sistemas do processo da acumulação, é celebrado, na Inglaterra, pelo rapto de crianças e sua escravização para a transformação da empresa manufatureira em empresa fabril e o estabelecimento da verdadeira relação entre capital e força de trabalho. Por isso que Marx conclui afirmando que "o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés" (2013, p. 830).

A expropriação dos produtores diretos significa a destruição de modos de produção que precederam a produção capitalista; nos quais a finalidade do trabalho era a manutenção da comunidade e de seus indivíduos, e não a criação de valores para a troca. Embora superior ao mundo moderno, no qual "a produção aparece como finalidade do ser humano e a riqueza, como finalidade da produção" (Marx, 2011, p. 399), os modos de produção anteriores, que pressupõem o parcelamento do solo e dos meios de produção, também excluem a concentração dos meios de produção e a socialização do trabalho, isto é, a "cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais" (2013, p. 831). Esta socialização do processo do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas entram em contradição com a centralização dos capitais - em que cada capitalista mata muitos outros -, tornando-se incompatíveis com seu invólucro capitalista, no qual o entrave é arrebentado e soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, na qual, conclui Marx (2013, p. 832), os expropriadores deverão ser expropriados. Na acumulação primitiva do capital "tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do Povo" (2013, p. 833).

As tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa

Junto ao processo da acumulação como expropriação do homem em relação à natureza, Marx distingue e acompanha a história da progressiva ampliação do domínio tecnológico e produtivo sobre a natureza. Enquanto nas sociedades que precederam o capitalismo domina a relação com a natureza - pelo domínio da propriedade fundiária -, na sociedade capitalista prevalece o elemento histórico-social produzido através do domínio do

capital. Daí a ideia da transição das sociedades naturais à sociedade histórica, apresentada no Grundrisse (2011), como visto anteriormente.

N'O Capital, ao introduzir, na análise da mercadoria (valor de uso e valor de troca), o conceito de força produtiva do trabalho e da dialética entre forças produtivas e relações de produção, Marx inclui a ideia de que a capacidade produtiva do trabalho depende da destreza do operário, do nível de progresso da ciência, da organização social do processo de produção, do volume e eficácia dos meios de produção, mas também das condições naturais. Por condições naturais, afirma Quaini (1979), Marx inclui a tecnologia, o comportamento ativo da sociedade em relação à natureza; portanto, não apenas o clima e as condições meteorológicas, as condições naturais das minas, do solo, etc.

Na análise da produção da mais-valia, Marx considera que a terra é o original objeto geral do trabalho, objetos de trabalho e meios de subsistência já prontos ou já filtrados por trabalho anterior (matérias-primas). A relação sociedade-natureza, em geral, não ocorre de forma imediata como objeto-trabalho, mas apenas como mediação por meio de trabalho; o trabalhador não se apossa do objeto de trabalho, mas do meio de trabalho.

Ultrapassando o âmbito da acumulação primitiva, Quaini (1979) indica algumas tendências de arrumação das estruturas territoriais e da relação cidade-campo advindas do processo de acumulação de capital e consolidação da sociedade burguesa, bem como as suas implicações ecológico-territoriais.

A mundialização do capital pela conquista de toda a Terra como mercado mundial corresponde ao alargamento do espaço de circulação cada vez mais ampliado pela necessidade de mais trabalho objetivado da criação do mais-valor absoluto. A necessidade do capital da práxis de anulação do espaço por meio do tempo significa esta perspectiva de superação de todo obstáculo espacial à formação do mercado mundial, revolucionando os meios de transporte e de comunicação.

> É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca - de meios de comunicação e transporte - devém uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente - a anulação do espaço pelo tempo. (Marx, 2011, p. 432)

A tendência de criar o mercado mundial faz parte do próprio conceito do capital. Contudo, afirma o autor:

> A universalidade para o qual o capital tende irresistivelmente encontra barreiras em sua própria natureza, barreiras que, em um determinado nível de desenvolvimento, permitirão reconhecer o próprio capital como a maior barreira a essa tendência e, por isso, tenderão à sua superação por ele mesmo. (Marx, 2011, p. 334)

O uso intensivo e diversificado, pela exploração sistemática da diversidade natural do planeta, da multiplicidade de suas propriedades e matérias-primas e, consequentemente, com a criação de novos valores de uso, resulta do desenvolvimento das forças produtivas sob o impulso da produção do mais-valor relativo. Destinada a "baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo" (Marx, 2013, p. 445), o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria provoca grande impacto sobre a agricultura e a vida camponesa.

Esta industrialização da agricultura desvirtua o vínculo do intercâmbio orgânico sociedade-natureza do processo de trabalho:

> É na esfera da agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o “camponês”, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são niveladas às da cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consuma a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ele cria os pressupostos materiais de uma nova síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre a base de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo, engendradas de modo inteiramente natural-espontâneo, a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano. Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirológio dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais. A dispersão dos trabalhadores rurais por áreas cada vez maiores alquebra sua capacidade de resistência, tanto quanto a concentração em grandes centros industriais aumenta a dos trabalhadores urbanos. (Marx, 2013, p. 572-573)

É relevante reafirmar a concepção unitária de Geografia, derivada desta concepção de Marx da unidade das contradições da natureza-território (ênfase na Geografia física) com as contradições da sociedade-força de trabalho (ênfase na Geografia humana), na qual o território é força produtiva (recursos) e relações de produção (organização territorial), de tal forma, como afirma Quaini (1979), que o destino do operário industrial e urbano está vinculado com o destino do operário rural e da própria terra (natureza).

As tendências da acumulação via espoliação do imperialismo financeiro-rentista

David Harvey (2005) afirma a persistência das práticas predatórias da acumulação primitiva na dinâmica do capitalismo contemporâneo do novo imperialismo. Tais práticas estão vinculadas ao duplo aspecto da acumulação de capital, assinalado por Rosa Luxemburgo em seu livro A Acumulação do Capital (1985) publicado em 1913. Por um lado, a acumulação resulta das relações entre capitalistas e trabalhadores no processo econômico da produção da mais-valia nas fábricas, minas, fazenda, etc; por outro, nas relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas. Pelo primeiro, a propriedade é apropriação da propriedade alheia, tornando a igualdade da troca mercantil em exploração pelo regime de classe. Pelo segundo, se estabelece a força, a fraude, a opressão, a pilhagem pela política colonial, pelos empréstimos internacionais e pela guerra. Para Luxemburgo, o comércio forçado com as formações sociais ou territórios não capitalistas (ou seja, o imperialismo) é a solução para as crises de crescimento da produção capitalista provocada pelo subconsumo nas áreas centrais do sistema. Para Harvey, sob outro ponto de vista, a relação com os territórios não capitalistas permite que o capital lucre com força de trabalho, matérias-primas e terra baratos, em função da sobreacumulação (e não do subconsumo), excedentes de capital e de trabalho ociosos em busca de lugares lucrativos. De qualquer forma, em ambas as teses, o capitalismo precisa dispor de algo "fora de si" para responder às suas crises de reprodução. Isso é o que Harvey (2006) denomina de ajuste espacial, isto é, as soluções externas necessárias às contradições internas do processo de acumulação implicando na expansão geográfica e na dominação territorial na estabilização do capitalismo. Assim, Harvey (2005) busca entender a forma capitalista de imperialismo como a relação orgânica "entre reprodução expandida, de um lado, e os processos

muitas vezes violentos de espoliação, do outro" (p. 118), moldando a geografia histórica do capitalismo.

Contudo, de acordo com Harvey (2005), Hanna Arendt (1951) também considera que os processos da acumulação primitiva são contínuos na acumulação do capital por meio do imperialismo, e não apenas são os pressupostos prévios ou exteriores ao modo de produção capitalista, como sugeriu Marx. Acatando essa sugestão e para não denominar de "primitiva" algo que ainda está em andamento, assim, Harvey (2005) substitui o conceito de acumulação primitiva por acumulação via espoliação.

Harvey (2005) descreve processos da acumulação primitiva que, fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo, permanecem até os dias atuais: a expulsão de populações camponesas e a formação de grupos de trabalhadores rurais sem terra; a privatização e inserção na lógica capitalista da acumulação de recursos como a água, anteriormente partilhados; a supressão de formas alternativas de produção e consumo; a privatização de indústrias nacionalizadas; a substituição da agropecuária familiar pelo agronegócio; a escravidão, sobretudo no comércio sexual.

Desse modo, Harvey sugere uma reticência e um mecanismo aprimorado dos processos da acumulação primitiva indicados por Marx. Embora universal, a proletarização não resulta em uma homogeneização da classe trabalhadora - um proletariado homogêneo -, pois culturalmente envolve as crenças, estruturas de parentesco e familiares, religiões e formas de pensamento pré-capitalista. A novidade é que o crédito e o capital financeiro se tornaram agentes proeminentes dos processos violentos da acumulação, envolvendo a valorização fraudulenta de ações e o roubo ou desvio de fundos de pensão, o enriquecimento ilícito e imediato, etc., enfim, a predação generalizada, tornando a especulação financeira e rentista a vanguarda da acumulação; fundamentalmente responsáveis por mecanismos novos de espoliação: o patenteamento de produtos contra populações responsáveis pelo seu desenvolvimento (sementes, material genético, etc) combinado com a biopirataria em benefício das poucas grandes empresas farmacêuticas; destruição ampliada e modificação em todas as formas dos recursos ambientais (terra, ar, água) e a consequente degradação de diferentes habitats; a transformação da cultura em mercadoria (indústria musical); a

privatização de bens públicos (universidades, água, utilidades públicas de todo gênero); a imposição pelo poder do Estado de retrocessos na regulação de proteção ao trabalho, ao ambiente e aos direitos da população, ao direito a aposentadoria, ao bem-estar social e aos sistemas nacionais de saúde, contrariando a vontade popular.

Para Harvey (2005), a acumulação via espoliação, respondendo ao problema da sobreacumulação, pode liberar conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo e/ou provocar a desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Por e para isso, a privatização é o "braço armado" da acumulação via espoliação, cujo resultado é perda da habitação, mudança para periferias mais distantes, cidadãos sem teto, populações de baixa renda sem acesso à água recorrendo a fontes não adequadas e consequente epidemia de cólera, empobrecimento de grande massa da população, perda de terras e aumento de desempregados nas cidades hiperpopulosas, devastação da vida rural e grande migração de pessoas saindo do campo em direção às cidades.

Das regiões homogêneas e polarizadas ao arranjo espacial da sociedade em redes

Ruy Moreira (2016) afirma que é um equívoco conceitual confundir a acumulação primitiva com a transição do feudalismo para o capitalismo; erro identificado apenas com o fim da experiência e dos problemas de construção do socialismo e consequências da acumulação primitiva socialista da URSS. A superação deste equívoco e a reafirmação da atualidade do conceito de acumulação primitiva, exigem considerá-la como algo permanente da/na reprodução das relações de produção do capitalismo. Isto porque a acumulação do dinheiro nas mãos de poucos, em consequência da expropriação da terra e do território e da criação do mercado de terras, mão-de-obra e dinheiro, é condição estrutural da reprodução capitalista.

Segundo Moreira (2016), é preciso, por um lado, atualizar o conceito de acumulação primitiva e, por outro, vê-la nas suas diferentes formas históricas. Formulado no contexto do capitalismo concorrencial do século XIX, foi preciso atualizá-lo para o capitalismo monopolista, financeiro e mundializado, isto é, para o contexto do imperialismo dos séculos XX e XXI. De acordo com o autor, esta tarefa foi realizada no início do século XX por Rosa

Luxemburgo (através do conceito de reprodução), Rudolf Hilferding (pelo monopolismo bancário), mas também por Trotsky (pela combinação desigual) e por Lenin (pela formação social). O conceito de formação social, distinto do conceito de modo de produção, permitiu a Lenin compreender a forma nacional específica da acumulação primitiva na Rússia, evitando, por conseguinte, que se projete nas diferentes formações sociais do mundo a experiência inglesa da expropriação-proletarização generalizada dos camponeses.

Harvey (2005) atualiza o conceito de acumulação primitiva do novo imperialismo do final do século XX e início do século XXI, no qual o capital financeiro-especulativo e rentista torna-se a vanguarda da acumulação por espoliação e dos novos processos violentos da expropriação.

O contexto agora é o de mudança da reestruturação produtiva do fordismo para o toyotismo, do estado do bem-estar social para o neoliberalismo e dos discursos de totalidade das meta-narrativas para o clima cultural fragmentário da pós-modernidade. Novo período de mudanças globais, corresponde aos ordenamentos do espaço capitalista da terceira revolução industrial, cujas características também servem à definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia.

De acordo com Moreira (2016), a formação espacial da moderna sociedade burguesa se edifica segundo três períodos: o momento da acumulação primitiva como transição ao capitalismo concorrencial (do séc. XVI ao XIX), o período do desenvolvimento do capitalismo monopolista-financeiro avançado do imperialismo (do séc. XIX ao XX) e o momento do imperialismo por espoliação (do séc. XX ao XXI). No período histórico inicial do desenvolvimento do capitalismo, da subsunção formal, o desenho da espacialidade se realiza segundo a hegemonia da circulação sobre a produção. No capitalismo avançado, da subsunção real, o desenho do arranjo espacial se realiza pela hegemonia da produção sobre a circulação. E, no atual período do modo de produção capitalista planetarizado de acumulação financeiro-rentista, a retomada da hegemonia da circulação sobre a produção conduz a configuração geográfico-espacial da sociedade burguesa. É a época atual, de desterritorialização e dissolução do poder espacial da indústria, da polaridade do serviço e da finança rentista, da informação

como matéria-prima e da sociedade em rede, ou seja, no contexto dos grandes empórios urbanos de consumo de massa.

Moreira (2017) sintetiza a categoria-chave do arranjo espacial de cada um desses três períodos:

> A primeira é a época do espaço estruturado na centralidade da fábrica. É o período seletivo-redistributivo das plantas e animais que as grandes navegações intercambiam pelos continentes. Período do arranjo da sociedade em regiões homogêneas e relação internacional centralizada nas grandes praças de mercado da Europa, o grande espelho dos espaços coloniais arrumados em sua identidade e proveito. A segunda é a época da centralidade fabril mundial. Período da mobilidade técnica da ferrovia, depois rodovia e navegação aérea, no campo dos transportes, do telégrafo, depois telefonia, nas comunicações. E da hierarquia das regiões polarizadas centra nas redes de comando das cidades industriais. E a terceira é a época atual, de desterritorialização e dissolução do poder espacial da indústria, da polaridade do serviço e da finança rentista, da informação como matéria-prima e da sociedade em rede. Dos grandes empórios urbanos de consumo de massa. (Moreira, 2017, p. 39)

Regiões e redes estão presentes desde o primeiro momento, mas é uma determinada forma geográfica, que expressa a dinâmica fundamental do conteúdo daquele período histórico (de uma determinada produção), que estabelece a posição e a influência sobre as demais. As regionalizações não devem ser desconsideradas, apenas compreendidas sob o domínio da sociedade em rede.

Na transição do paradigma do espaço do taylorismo-fordista para o espaço toyotista, Moreira (2016) aprofunda a caracterização atual da formação espacial da sociedade burguesa. Da tecnologia com maquinismo de alta escala de concentração técnica, baseada na metalurgia, eletromecânica e petroquímica e na energia elétrica e do petróleo (civilização do aço, eletricidade e petróleo); passa-se para o período da biorrevolução, na qual a base técnica é a microeletrônica desdobrada na informática, na robótica e na biotecnologia da engenharia genética. A estrutura da bioindústria resulta em fusão da indústria, serviço e agricultura (complexo agro-industrial). Isto também significa a mudança da relação sociedade-natureza baseada, anteriormente, na apropriação da natureza inorgânica (minerais, água), para a percepção e transformação da natureza como algo vivo. Nova relação cidade-campo se estabelece, com a cidade urbanizando o campo pela industrialização do mundo rural e o campo ruralizando a cidade pelo consumo de biocombustíveis, alimentos processados ou semiprocessados da agroindústria.

A partir do computador como máquina flexível e autoprogramável, pela combinação hard/software-chip, a produção pode ser reorientada de acordo com a necessidade do mercado de consumo. Esta flexibilização da produção exige a flexibilização do trabalho, expressa pela regulação toyotista como polivalência pelo rodízio de atividades, com mecanismos de controle de qualidade (avaliação), mas também na transformação do sistema fixo de trabalho em sistemas de terceirização e subcontratação (precarização). Enquanto no período anterior a cidade assimilava o arranjo interno da fábrica (da produção), organizando a relação sociedade-espaço, esta, agora, é comandada pela esfera do consumo de massa (que comanda a produção) financiado pelo capital rentista, onde os serviços se agigantam e a vida urbana se torna o padrão do capitalismo do século XXI.

Os conteúdos centrais do ensino de Geografia

Essas tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa orientam a organização curricular da Geografia na educação básica. A partir delas, é possível propor diretrizes para a definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia e, desta forma, colaborar com a resposta da pergunta central deste texto: o que é necessário ensinar hoje para que estudantes entendam e se posicionem na sociedade burguesa em que vivem, a partir da compreensão de seus arranjos espaciais?

Até aqui, como já foi justificado, o foco foi nas características do arranjo espacial e das contradições ecológico-territoriais da sociedade capitalista. Contudo, para oferecer uma resposta para debate com docentes e pesquisadores, é necessário incluir a proposta de conteúdos centrais do ensino na definição mais ampla do que é o currículo. Ou seja, responder não apenas ao que é necessário ensinar e aprender, mas também por quê, a favor e contra quem e como ensinar. Para as proposições curriculares, esta articulação conteúdo-método-objetivos gerais do ensino cabe tanto para as tarefas da Geografia e do seu ensino, quanto para a função social da escola nas contradições da sociedade capitalista. Que função social cabe à Geografia e qual é o objetivo geral da Geografia na escola? Qual é a finalidade da escola no contexto das lutas de classes? Quais conteúdos e métodos são coerentes com tais objetivos? E como atingi-los no processo de ensino-aprendizagem?

Tais perguntas constituem o sentido de totalidade das específicas tarefas de docentes da Geografia, no contexto da relação entre a Geografia, a escola e a sociedade burguesa. Esta problematização do currículo, a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, vem sendo desenvolvida pela pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2005) e por autores da pesquisa em ensino de Geografia que trabalham nesta perspectiva (Bispo dos Santos e Campos Couto, 2024; Couto, 2023; Couto, 2023b).

Considerando o foco nos conteúdos do ensino, aqui não se trata da metodologia do ensino no sentido do "como ensinar". O que segue, então, são proposições para as finalidades gerais da escola e do ensino de Geografia, os conteúdos centrais do ensino e as categorias básicas da Geografia.

Como para Dermeval Saviani (2005), a seleção dos conteúdos escolares exige a identificação "das formas mais desenvolvidas do saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção, suas principais manifestações e tendências atuais de transformação" (Saviani, 2005, p. 9), buscamos contribuir para a identificação das formas mais desenvolvidas do saber geográfico sobre os atuais arranjos espaciais da sociedade burguesa. Para este autor (Saviani, 2005), o papel da escola é a socialização do conhecimento sistematizado e disponível, em suas expressões na filosofia, na ciência e na arte, visando tornar os estudantes contemporâneos do seu tempo, compreendendo a sua posição social, de gênero e étnico-racial no conjunto das relações de classe da sociedade capitalista.

Coerente com tal perspectiva, a finalidade geral da Geografia na escola é a de colaborar para que estudantes, a partir da sua condição, compreendam as determinações de classe-raça-gênero dos arranjos espaciais da sociedade burguesa e da formação espacial brasileira.

As características do arranjo espacial da sociedade capitalista, articulada à função social da escola e do ensino de Geografia, orientam a organização curricular da Geografia na educação básica. Observe nos quadros 1, 2 e 3 a proposta de objetivos e conteúdos essenciais do ensino fundamental e médio.

Quadro 01: Diretrizes para o currículo de Geografia do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Objetivos: **Colaborar para que estudantes:**	**Conteúdos centrais**
Façam descrições do mundo e demonstrem que diferentes sociedades (modos de produção) produzem distintas geografias, e conheçam a constituição geográfica do mundo moderno com foco nas escalas local, regional e nacional (do Brasil).	As características gerais dos arranjos espaciais considerando a dinâmica da natureza, o processo de formação espacial nos diferentes modos de produção (do passado e do presente) e o caráter de classe do modo de produção capitalista. A divisão territorial do trabalho e a estrutura espacial da sociedade de classes capitalista, baseada no antagonismo cidade-campo. O despovoamento do campo e a concentração urbana da humanidade: os problemas ecológicos-territoriais da cidade e do campo. As características singulares da formação e do arranjo espacial da sociedade brasileira de capitalismo dependente.

Fonte: o autor.

Quadro 02: Diretrizes para o currículo de Geografia do Ensino Fundamental Anos Finais

Objetivos: **Colaborar para que estudantes:**	**Conteúdos centrais**
Façam descrições do mundo para entender que os diferentes modos de produção produzem distintas geografias; conheçam a constituição geográfica do mundo moderno – e do Brasil – como resultado da expansão da cultura ocidental pelos continentes com impactos sobre as sociedades indígenas originárias; se apropriem do conhecimento da dinâmica ambiental do planeta e o processo consolidação do capitalismo em escala mundial.	As características gerais dos arranjos espaciais considerando a dinâmica da natureza, o processo de formação espacial nos diferentes modos de produção (do passado e do presente) e o caráter de classe do modo de produção capitalista. A divisão territorial do trabalho e a estrutura espacial da sociedade de classes capitalista, baseada no antagonismo cidade-campo. O despovoamento do campo e a concentração urbana da humanidade: os problemas ecológicos-territoriais da cidade e do campo. A formação do espaço mundial e a mundialização da sociedade burguesa, do domínio da natureza, das lutas de classes e das questões ambientais. As características singulares da formação e do arranjo espacial da sociedade brasileira de capitalismo dependente.

Fonte: o autor.

Quadro 03: Diretrizes para o currículo de Geografia do Ensino Médio

Objetivos: **Colaborar para que estudantes:**	**Conteúdos centrais**
Compreendam os arranjos espaciais das várias fases da sociedade burguesa planetarizada fabril, industrial, financeiro-rentista e urbana, e suas manifestações no Brasil.	Os arranjos espaciais da sociedade burguesa considerando a dinâmica da natureza, o processo de formação espacial e suas fases de organização em regiões homogêneas (1ª RI), polarizadas (2ª RI) e em rede (3ª RI) (Moreira, 2016). Os processos da acumulação primitiva presentes na geografia histórica do capitalismo e os mecanismos novos de acumulação por espoliação (Harvey, 2005). As contradições ecológico-territoriais. As características singulares da formação e do arranjo espacial da sociedade brasileira de capitalismo dependente.

Fonte: o autor.

Estes objetivos-conteúdos centrais dos níveis de ensino (fundamental 1 e 2, e ensino médio) devem ser desdobrados em cada série ou ano escolar, procedimento através do qual são recuperados e/ou mantidos os conteúdos clássicos da geografia humana, da geografia física, da cartografia, etc., mas orientados e reorganizados pela concepção política e teórico-metodológica aqui desenvolvida. Da mesma forma, neste desdobramento, também devem ser incorporados os traços centrais dos arranjos espaciais resultantes das atuais características do processo geral da acumulação financeiro-rentista do capital e suas singularidades na formação espacial brasileira.

Por fim, no processo de ensino-aprendizagem, os conteúdos do ensino e o ensino dos conteúdos se desenvolvem por intermédio do que se entende por Geografia e como ela movimenta suas categorias básicas de análise da realidade.

O que une os três geógrafos[3] aqui utilizados é o movimento da Geografia ao marxismo ou do marxismo à Geografia, cada qual com suas experiências políticas e profissionais e com tradições marxistas diversas. Por exemplo, apesar de utilizarem os conceitos de produção do espaço, território, paisagem, região, rede, lugar, etc, eles entendem a Geografia de forma diversa, o que significa, em termos de teoria e método, diferentes articulações destas categorias da Geografia.

Para Quaini (1979), a Geografia é uma ciência do território. Para ele, quando Marx trata da formação econômico-social, modo de produção ou de capital, se refere à sociedade e ao território. Para Harvey (2001):

> O conhecimento geográfico trata da descrição e análise da distribuição espacial das condições (criadas pelo homem ou existentes na natureza) que formam a base material para a reprodução da vida social... sob um determinado modo de produção. (Harvey, 2001, p. 162)

A partir do conceito de produção do espaço de Henri Lefebvre (2008), Harvey utiliza as noções de configuração espacial, dimensão espacial, estrutura espacial, relações espaciais, dinâmica espacial, ordenação espaço-temporal etc.

[3] Os três são contemporâneos. David Harvey, inglês, integrante da geografia radical dos EUA, nasceu em 1935. Ruy Moreira, brasileiro, nasceu em 1941 e se tornou marxista antes de entrar na universidade. E o italiano Massimo Quaini nasceu em 1941 e faleceu em 2017.

Para Moreira (2017), a Geografia é uma ciência das práticas e saberes espaciais, responsáveis pela construção geográfica das sociedades. Ciência da práxis, a práxis espacial e o espaço produzido incluem a objetividade do real concreto-vivido e a subjetividade do vivido como concreto-pensado, imanentes à troca metabólica entre a sociedade e a natureza no processo de trabalho, constituindo o fundamento ontológico do ser-no-mundo como ser-estar espacial do homem.

A finalidade da análise das práticas-saberes-arranjos espaciais, como afirma Moreira (1982, p. 2), é a "maior compreensão dos processos gerais das formações econômico-sociais contemporâneas", no âmbito da teoria do espaço enquanto teoria da transformação social. Por isso, e baseado em Milton Santos (2004, 2005), Moreira (1982) considera a formação e o arranjo espacial as verdadeiras sínteses da Geografia, na medida em que reproduzem a própria lógica do modo de produção a que pertencem, através de elementos do arranjo espacial (objetos espaciais) e da fusão do espaço com as relações que compõem a estrutura da formação econômico-social, como a fábrica (relação econômica), o tribunal (relação jurídico-política) e a Igreja (relação ideológica). Enquanto a formação-arranjo espacial é categoria da totalidade estrutural, a categoria do território (ou da territorialidade), enquanto um recorte de domínio do espaço, é mais própria da conjuntura. O espaço, reafirma o Moreira (2016, p. 219), é "a estrutura de conteúdo real, pois, que a sociedade necessita para materializar-se", enquanto o "território [é] seu viés conjuntural de ordenação". No entanto, a paisagem é a categoria das categorias espaço e território. Sem que isole o território na geografia política, o espaço na geografia humana e a paisagem na geografia física, Moreira (2016) propõe certo esquema de entendimento desta triangulação categorial: em um sentido, o arranjo da paisagem leva ao espaço, em outro, leva ao território.

Desta forma, a articulação entre categorias e conteúdos, métodos e objetivos gerais da Geografia na escola conduzem o desenvolvimento dos conteúdos do ensino de maneira a conformar nos alunos o raciocínio geográfico-escalar a cerca da sua realidade e do conjunto da formação espacial capitalista.

Conclusão

A expropriação é o processo básico da constituição geográfica do capitalismo. A dissolução da relação terra-território como pertencentes ao trabalhador significa a emergência da propriedade privada do dinheiro, da terra, dos meios de produção e instrumentos de trabalho, das condições de subsistência, mas também da objetivação universal do estranhamento, isto é, da alienação humana. A expropriação violenta do povo do campo de sua base fundiária, a legislação sanguinária contra os expropriados, a gênese dos arrendatários capitalistas, a criação do mercado interno do capital industrial como resultado da repercussão da revolução agrícola sobre a indústria e a gênese do capitalista industrial, constituem o seu processo e o seu produto.

Buscou-se demonstrar que eles foram e são responsáveis por tendências do arranjo espacial da sociedade burguesa, da acumulação via espoliação do imperialismo financeiro-rentista, e das regiões homogêneas, polarizadas e em redes do arranjo espacial da sociedade capitalista contemporânea.

Quanto aos conteúdos centrais, sem perder de vista as características contemporâneas, o foco na acumulação primitiva conduziu à gênese e à base da produção do espaço capitalista, cujos traços essenciais orientam a definição dos conteúdos centrais do ensino de Geografia. Estes conteúdos podem ser sintetizados como sendo: a transição das "sociedades naturais" à "sociedade histórica" e da ruralização das cidades da Antiguidade à urbanização do campo e da sociedade da Modernidade, a mundialização do capital e do espaço, o uso intensivo e diversificado da diversidade natural do planeta, a perturbação da troca orgânica entre homem e terra provocada pela revolução da indústria da cidade sobre o campo e os problemas ecológico-territoriais urbanos e rurais. Seu detalhamento permite delimitar objetivos e conteúdos essenciais por níveis de ensino e por séries.

Duas premissas de Marx devem balizar a finalidade política do trabalho docente: a unidade dos trabalhadores e a transformação do mundo, o que significa formar sujeitos revolucionários visando a superação da sociedade burguesa.

Referências

BISPO DOS SANTOS, Janeide; COUTO, Marcos Antônio Campos. As implicações das teorias pedagógicas no trabalho docente de Geografia e seus desdobramentos na prática pedagógica e na luta política. **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 1, n. 60, p. 81–120, 2024. DOI: 10.62516/terra_livre.2023.3213. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3213. Acesso em: 09/12/2025.

COUTO, Marcos Antônio Campos. O ensino de Geografia na perspectiva histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-29, 2023. DOI: 10.20396/rho.v23i00.8661936. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/866193. Acesso em: 09/12/2025.

COUTO, Marcos Antônio Campos. Princípios de organização curricular da Geografia no Ensino Fundamental 1. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v.19, n.2, p.285-298, 2023a. Disponível em: https://doi.org/10.12957/tamoios.2023.77653. Acesso em: 09/12/2025.

HARVEY, David. Geografia. In BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, Ed. [verbete].

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. ISBN 0-19-926431-7

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. ISBN 85-7419-496-4.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985; Os economistas.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. ISBN 978-85-7559-325-7.

MOREIRA, Ruy.. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In MOREIRA, R. (Org). **Geografia: teoria e crítica**. O saber posto em questão. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora; 2016. ISBN 978-85-69437-16-1.

MOREIRA, Ruy. UMA CIÊNCIA DAS PRÁTICAS E SABERES ESPACIAIS. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 13, n. 2, 2017. DOI: 10.12957/tamoios.2017.30458. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/30458. Acesso em: 09/12/2025.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova** - Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 6ª ed.. ISBN 85-314-0715-X.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao luga**r. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. ISBN 85-314-882-2.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados; 9ª ed., 2005. ISBN 85-85701-09-9.

Como citar este artigo:

COUTO, Marcos Antônio Campos. A acumulação primitiva do capital e os conteúdos centrais do ensino de Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 402–429, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/75532m67

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 20 de setembro de 2026

Sobre o autor: Graduação em Geografia (1988) e mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1994), doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (2005). Professor Titular aposentado do Departamento de Geografia da FFP-UERJ. Compõe o Colegiado do Programa de Pós Graduação em Geografia (Mestrado e Doutorado Acadêmico) da UERJ-FFP, dedicando-se a Linha de Pesquisa "Ensino de Geografia e Produção Social do Espaço". Diretor da AGB - seção Niterói (2023-2026) e membro da Comissão de Secretaria da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN-AGB), gestão 2024-2026. Estágio de Pós Doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, com o objetivo de desenvolver o ensino de Geografia na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A reestruturação do Estado Capitalista: fundamentos teórico-metodológicos, trajetória histórica e desafios contemporâneos

Flávio Lima

Universidade Estadual de Campinas *(Unicamp)*
Campinas, São Paulo, Brasil
limafr@unicamp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A reestruturação do Estado Capitalista: fundamentos teórico-metodológicos, trajetória histórica e desafios contemporâneos

Resumo

Se o Estado está sendo "enxugado", onde e como essa redução se manifesta? Este artigo parte dessa questão para analisar as formas contemporâneas de reestruturação do Estado capitalista e seus efeitos no território brasileiro. Em diálogo crítico com os discursos neoliberais que associam a redução do Estado à eficiência econômica e à liberdade de mercado, argumenta-se que a diminuição de determinadas funções e recursos públicos não significa o desaparecimento do Estado, mas a transformação de suas formas de atuação e a reorientação de suas funções. Para sustentar esse argumento, o artigo combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, esta última baseada na análise de marcos regulatórios e de indicadores orçamentários, articulando situações observadas nas diferentes esferas do Estado. Após a análise, argumenta-se que o chamado "enxugamento" corresponde menos à retração do Estado do que à sua reestruturação, marcada pela redução de sua atuação no atendimento de determinadas demandas sociais e pela ampliação de mecanismos voltados à reprodução do capital e à manutenção dos interesses das classes dominantes.

Palavras-chave: Estado; Capitalismo; Neoliberalismo; Território; Espaço-tempo.

**La reestructuración del Estado capitalista:
fundamentos teóricos-metodológicos, trayectoria histórica y desafíos contemporáneos**

Resumen

Si el Estado está siendo "reducido", ¿dónde y cómo se manifiesta esta reducción? Este artículo parte de esta pregunta para analizar las formas contemporáneas de reestructuración del Estado capitalista y sus efectos sobre el territorio brasileño. En diálogo crítico con los discursos neoliberales que asocian la reducción del Estado con la eficiencia económica y la libertad de mercado, se sostiene que la disminución de determinadas funciones y recursos públicos no significa la desaparición del Estado, sino la transformación de sus formas de actuación y la reorientación de sus funciones. Para sustentar este argumento, el artículo combina una revisión bibliográfica con una investigación documental, esta última basada en el análisis de marcos regulatorios e indicadores presupuestarios, articulando situaciones observadas en las diferentes esferas del Estado. A partir del análisis, se sostiene que el denominado "achicamiento" del Estado corresponde menos a su retracción que a su reestructuración, caracterizada por la reducción de su actuación frente a determinadas demandas sociales y por la ampliación de mecanismos orientados a la reproducción del capital y al mantenimiento de los intereses de las clases dominantes.

Palabras-clave: Estado; Capitalismo; Neoliberalismo; Territorio; Espacio-tiempo.

**The restructuring of the capitalist State:
theoretical and methodological foundations, historical trajectory, and contemporary challenges**

Abstract

If the State is being "downsized," where and how does this reduction take place? This paper addresses this question by examining contemporary forms of capitalist State restructuring and their effects on Brazilian territory. In critical dialogue with neoliberal discourses that associate a smaller State with economic efficiency and market freedom, we argue that the reduction of certain State functions and public resources does not entail the disappearance of the State, but rather a transformation in its forms of intervention and a reorientation of its functions. To support this argument, the paper draws on a literature review and documentary research based on the analysis of regulatory frameworks and budgetary indicators, bringing together processes observed across different spheres of the State. The analysis shows that so-called State "downsizing" corresponds less to a retreat of the State than to its restructuring, characterized by reduced State intervention in response to certain social demands and the expansion of mechanisms oriented toward the reproduction of capital and the preservation of the interests of the dominant classes.

Keywords: State; Capitalism; Neoliberalism; Territory; Space-time.

> *"O neoliberalismo não quer um Estado fraco.* [...] *quer um Estado forte, mas estritamente para garantir os interesses das grandes corporações".*
>
> Ricardo Antunes

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a problemática do Estado capitalista voltou a figurar no debate público e acadêmico. Analistas, jornalistas, políticos e cientistas recolocam o Estado no centro de suas análises, a partir de ênfases distintas: para uns, é o único agente capaz de enfrentar a precarização crescente do trabalho, o aumento do custo de vida, a vultosa concentração de rendas e a emergência climática; para outros, é a própria causa desses problemas.

A recolocação do Estado no centro do debate ocorre em um cenário de disputas em torno de seu papel e de sua atuação (García Linera, 2025). Este artigo parte da constatação de que, em meio a essas disputas, uma das concepções de Estado vem se sobressaindo às demais – e de que isso produz consequências socioespaciais mensuráveis. Busca-se examinar de que maneira essa concepção vem sendo incorporada às práticas estatais nas últimas décadas e como, apesar da alternância de governos de diferentes partidos políticos, tem conferido continuidade a um processo de reestruturação do Estado que se desenrola numa mesma direção, com implicações nas relações entre natureza e sociedade.

A visão que se sobressai é aquela em que ideólogos, formuladores e apologistas anti-Estado reiteram que ele se tornou grande, excessivo, ineficiente e debilitado em sua capacidade de gestão da crise estrutural em curso. Nessa concepção, o Estado aparece como entrave ao funcionamento adequado da sociedade e ao bem-estar coletivo. Seu enxugamento é apresentado como condição necessária para a ampliação da liberdade econômica dos indivíduos e das empresas – que ele supostamente vem limitando – e para a retomada da economia. A "alternativa" apresentada e colocada em prática é a condução pela via do mercado.

Essas formulações não se restringem ao plano abstrato. São reiteradas em discursos e convertidas em práticas por sujeitos e instituições que operam no interior do próprio Estado.

Sua materialização ocorre por diferentes vias e atravessa seus distintos poderes: alterações nos marcos regulatórios, restrições orçamentárias, privatizações, flexibilização de contratos etc., conduzidas nos âmbitos dos poderes Executivo e Legislativo, e chanceladas no âmbito do Judiciário, a partir de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que passaram a incorporar em suas decisões os princípios orientados pela racionalidade econômica da eficiência (Coutinho, 2018), contribuindo para redefinir as formas de atuação do Estado na mediação dos conflitos entre capital *e* trabalho.

Para apreender algumas das formas concretas assumidas por esse processo, são examinadas, a seguir, situações ocorridas no Centro-Sul do Brasil, selecionadas por sua capacidade de evidenciar diferentes mecanismos de reconfiguração da atuação estatal, pela ampla repercussão nacional e, principalmente, pela magnitude do contingente populacional afetado. As situações percorrem as três esferas da federação – União, estados e municípios – e abrangem alterações regulatórias, orçamentárias, patrimoniais e administrativas. Não constituem, portanto, uma amostra representativa do conjunto do país, mas são ilustrativas de uma dinâmica mais ampla, cujas manifestações podem ser observadas nas cinco regiões geográficas do território brasileiro.

No âmbito da União, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, congelou em termos reais as despesas primárias por vinte anos, vinculando seu crescimento à inflação do ano anterior (Brasil, 2016). A Lei Complementar nº 200, de 2023, "substituiu" o teto por uma regra que atrela a expansão do gasto à variação real da receita – limitada a 70% do crescimento real da receita primária, dentro de uma banda de 0,6% a 2,5% ao ano –, mantendo e aprimorando a lógica de ancoragem da austeridade fiscal inaugurada anteriormente (Brasil, 2023).

Tais alterações na forma de distribuição do orçamento público nacional incidiram de modo substantivo sobre uma população em crescimento: entre os censos de 2010 e 2022, o país passou de 190.755.799 para 203.080.756 habitantes, aumento de 6,5% (IBGE, 2023). Uma nota técnica do Ipea (2023, p. 10) estima que o piso federal *per capita* em saúde caiu, em termos reais, de R$ 615 em 2013 para R$ 573 em 2020, e que as perdas do SUS entre 2018 e 2020 somaram R$ 64,8 bilhões em termos nominais – isso mesmo se computados os créditos extraordinários da pandemia.

No âmbito estadual, o governo de São Paulo efetivou, em julho de 2024, a desestatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A oferta precificou a ação em R$ 67,00, cerca de 18% abaixo da cotação de R$ 82,15 registrada na B3 no dia da precificação; nos dias que se seguiram, o papel passou a ser negociado acima do preço da oferta, alcançando R$ 87,30. Com a mudança, o Estado arrecadou R$ 14,77 bilhões e reduziu sua participação de 50,3% para 18,3%. A Equatorial, empresa brasileira do setor elétrico e única proponente ao bloco de referência, adquiriu 15% por aproximadamente R$ 7 bilhões (UOL, 2024a, s./p.).

Mesmo desestatizada, a companhia manteve garantias governamentais sobre parte de seu endividamento junto ao Banco Mundial e ao BID. Ou seja: transferido o controle acionário ao mercado, o Estado permaneceu como avalista da dívida e como fiador último de uma operação cujos resultados passam a ser apropriados por investidores locais e internacionais. Socializaram-se os riscos; privatizaram-se os lucros.

No âmbito municipal, a gestão do sistema de proteção contra cheias de Porto Alegre ilustra outra face da mesma racionalidade orquestrada pelo livre mercado. O sistema, implantado a partir dos anos 1970 em resposta às cheias de décadas anteriores, foi dimensionado para conter até 6 metros de água. Em 3 de maio de 2024, com o rio Guaíba atingindo a marca de 4,5 metros – nível inferior ao da capacidade de projeto –, a água já inundava uma parte substantiva da capital gaúcha; o pico alcançou a máxima histórica, "atingindo 5,37 m[etros] na estação Cais Mauá C6" (ANA, 2025, p. 14). A magnitude da inundação expôs, contudo, problemas na manutenção do sistema, em um contexto de redução dos recursos destinados à prevenção e do quadro de trabalhadores do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), que foi reduzido de 2.049, em 2013, para 1.072, em 2024 – uma retração de 47,6% (UOL, 2024b, s./p.). As consequências alcançaram não apenas a capital, mas grande parte do território gaúcho: 478 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul foram afetados, "com quase 2 milhões e 400 mil pessoas impactadas" (ANA, 2025, p. 8). Em todo o estado, os impactos alcançaram infraestruturas essenciais: 577 escolas foram danificadas, enquanto mais de 250 trechos de estradas e 140 pontes foram comprometidos, dificultando a circulação nas áreas críticas (ANA, 2025, p. 8-9).

Todas essas ocorrências evidenciam um mesmo princípio em diferentes entes federativos: enxugar, privatizar e deslocar funções para a iniciativa privada, supostamente mais eficiente. Em conjunto, essas transformações evidenciam a austeridade não apenas como política conjuntural de determinados governos, mas como um projeto de classe (Mattei, 2023) que foi sendo estruturado ao longo de décadas a partir da camisa de força imposta pelo capitalismo neoliberal (Féliz & Lima, 2026 [no prelo]). Mais do que uma simples retração do Estado, esses processos expressam uma reestruturação de suas formas de atuação.

Há, no entanto, um aspecto comum que o discurso do enxugamento não explicita: em nenhuma dessas situações o Estado esteve fora de cena. Todas foram oportunidades de reorientar sua atuação: transferir fundos e gestão à iniciativa privada, avalizar e legitimar operações de empresas desestatizadas e, em períodos excepcionais, custear com repasses adicionais os danos de eventos que não decorrem apenas de dinâmicas meteorológicas decorrentes das mudanças climáticas (Mendonça, 2021a; 2021b), mas do uso do território como instrumento de acumulação de capital. O Estado permaneceu como acionista minoritário, como avalista e pagador de ações, como fiscal de metas, como garantidor de contratos de décadas etc., para a atuação dos capitais privados (Mazzucato, 2014). O que mudou não foi, portanto, o tamanho, mas a direção de seus fundos e a forma de sua atuação.

A literatura especializada acerca do tema tem demonstrado que, com o avanço dos preceitos do livre mercado desde as décadas finais do século XX e com maior incidência nas primeiras décadas do século XXI, as formas de manifestação do poder estatal têm sido redefinidas, deslocando funções historicamente associadas ao Estado e reorganizando suas modalidades de intervenção (Hibou, 1999; Jessop, 2002; Alami & Dixon, 2020; Pintos & Astelarra, 2023; García Linera, 2025; Hidalgo, 2026).

Nesse sentido, algumas tendências se expressam de maneira evidente: (a) a redução relativa da participação do gasto público direto em determinadas áreas sociais e produtivas (Pochmann, 2022; Lima, 2023); (b) a diminuição do contingente de trabalhadores vinculados ao setor público e o sucateamento de suas estruturas administrativas e dos contratos de trabalho (Mello *et al.*, 2023); e (c) a ampliação das privatizações (Castilho, 2022), das novas formas de valorização de ativos financeiros no setor público (Werner & Hirt, 2021), das concessões e das

parcerias público-privadas (Arrais, 2022a) e da subjugação do poder estatal à lógica das grandes corporações transnacionais (Lima, 2024).Os discursos que buscam legitimar e aprofundar essas mudanças não explicitam os interesses envolvidos. Seguindo as pistas de István Mészáros (2002 [1995]; 2021), eles operam como construção ideológica que obscurece o sentido e a intencionalidade das transformações estruturais em curso e desloca o debate para questões de eficiência administrativa, pautadas na racionalidade da eficácia econômica (Harvey, 2008 [2005]; 2018; Coutinho, 2019; 2022). Essa racionalidade opera também na dimensão subjetiva das relações de trabalho, mobilizando valores como "liberdade" e "autonomia" entre segmentos da classe trabalhadora e favorecendo a introjeção da responsabilidade individual e da desconfiança em relação às formas coletivas de organização (Lapa, 2024). É justamente esse movimento que oculta o caráter de classe das políticas adotadas: a tríade de austeridades – fiscal, monetária e das relações de trabalho – enfraquece a capacidade de reação da classe trabalhadora e silencia a dissidência (Mattei, 2023), abrindo espaço para a "livre" atuação do mercado - pautada, no entanto, na reestruturação da atuação do Estado.

O objetivo deste artigo é discutir em que medida estaríamos diante de um declínio do Estado ou, antes, de uma forma histórica renovada das relações de dominação que nele se condensam.

O argumento defendido aqui é que, longe de desaparecer ou diminuir, o Estado se reestrutura para desempenhar funções decisivas na reprodução ampliada do capitalismo contemporâneo, sob a hegemonia do capital financeiro. Mais precisamente: sua atuação vem sendo redirecionado para atender às exigências das frações burguesas e, na mesma medida, para se desobrigar das demandas sociais pelas quais esteve parcialmente responsável por muitas décadas. O que se apresenta como esvaziamento é, na essência, uma transferência de destino: os fundos públicos, os aparatos estatais, o território e a população passam a ser comodificados – quanto não transformados em dados – convertendo-se em objetos de valorização e fontes de retorno para as grandes corporações transnacionais.

A tese do enxugamento do Estado só pode ser verificada empiricamente se perguntarmos onde e de que maneira o Estado se materializa. O território se anuncia, assim, como espaço privilegiado para empiricizar e dar sustentação a essa análise. É nesse ponto que a

Geografia se faz decisiva. Mais do que uma ciência de síntese das relações entre sociedade e natureza, ela oferece um campo de análise no qual as formas de atuação do Estado podem ser apreendidas em sua dimensão espacial, a partir de diferentes ênfases e dimensões – processos físicos e atmosféricos, transformações ambientais, economia, política, relações internacionais, interesses empresariais, políticas públicas, conflitos territoriais e diferentes interpretações científicas – articuladas sob o manto conceitual consolidado ao longo de décadas. A Geografia oferece, nesse sentido, o terreno em que diferentes interpretações sobre o Estado podem ser confrontadas com o movimento do real. É no território que decisões orçamentárias, regulações, investimentos, políticas públicas e formas de apropriação patrimonial ganham materialidade e produzem efeitos espacialmente desiguais.

A análise situada do território do Estado na Geografia, contudo, não é nova. A Geografia moderna institucionalizou-se, em boa medida, como uma ciência voltada à produção de conhecimentos a cargo do Estado (Ratzel, 1897). Esse vínculo produziu desdobramentos importantes e, em diferentes contextos, também nocivos, na medida em que conhecimentos geográficos foram mobilizados como instrumentos de controle das populações, dos recursos e dos territórios – e das guerras. Mais do que um conhecimento aplicado às técnicas de poder do Estado, trata-se, agora, de reivindicar criticamente esse vínculo, fazendo do Estado não o ponto de vista da disciplina, mas um de seus principais objetos de investigação. Esse deslocamento implica, portanto, reposicionar a Geografia: de um conhecimento produzido para o Estado para uma perspectiva crítica sobre o Estado. O território constitui uma dimensão necessária para compreender como o Estado se reorganiza e como essa reorganização se realiza diferencialmente no espaço.

A geografia brasileira vem examinando essas transformações por distintas abordagens, embora nem sempre tome o Estado explicitamente como objeto central de investigação. Nas últimas décadas, parte importante dessas contribuições tem se concentrado em formas concretas de atuação estatal e em suas implicações no espaço, entre as quais se destacam as políticas ambientais e urbanas. Sistematizar e adensar essas contribuições críticas, ao mesmo tempo em que se explicita o debate em torno do Estado capitalista, constitui um dos propósitos deste artigo.

Essa perspectiva também permite deslocar o debate de uma oposição abstrata entre Estado "grande" e Estado "pequeno". Mais do que determinar se o Estado está ou não encolhendo, interessa observar quais funções são reduzidas, quais são ampliadas, quais são transferidas e quais novas formas de intervenção são produzidas. A questão central passa a ser a análise de suas formas concretas de atuação e das disputas que as atravessam. O que aparece como "enxugamento" em determinados indicadores pode coexistir com a ampliação de outras funções, com a transferência de responsabilidades, com novas formas de regulação ou com a criação de mecanismos de intervenção orientados à reprodução do capitalismo.

O esforço empreendido neste artigo se soma a um movimento crítico já consolidado na Geografia brasileira, construído a partir de distintas chaves analíticas e criticamente elaborado por autoras e autores como Antonio Carlos Robert Moraes, Milton Santos, Francisco Mendonça, Arlete Moysés Rodrigues, Tadeu Arrais, entre outras e outros. Ao fazê-lo, o artigo filia-se à tradição crítica marxista, buscando compreender as relações entre a forma estatal e o capitalismo em diferentes momentos históricos, definidos por padrões de acumulação (Oliveira, 2003[1972]), com especial atenção ao período contemporâneo.

Metodologicamente, o percurso combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, esta última baseada na análise de marcos regulatórios e de indicadores orçamentários, articulando situações observadas nas diferentes esferas da federação, tomadas como fios condutores para articular a elaboração teórica às formas concretas pelas quais o Estado, em reestruturação, se reorganiza, intervém e produz, no território, suas presenças e ausências.

Sua exposição está organizada em três movimentos. O primeiro reconstitui a gênese da forma estatal na formação socioespacial brasileira, mostrando que o colonialismo não é resíduo do passado, mas lógica continuamente requalificada. O segundo estabelece os fundamentos teórico-metodológicos que permitem ler o Estado simultaneamente como instrumento de classe, como forma que preserva a exploração e como condensação de forças sociais — três níveis que só se tornam concretos quando lidos no território. O terceiro examina os desafios contemporâneos, a partir das disputas orçamentárias, das formas complexas de

atuação estatal (concessões, parcerias público-privadas e desestatizações) e do nexo Estado–finanças.

Ao final, argumenta-se que, longe de desaparecer, o Estado é reestruturado para desempenhar funções decisivas na reprodução ampliada de capital. Demonstra-se, assim, que tais discursos tendem a operar mais como construção ideológica do que como descrição das transformações do capitalismo em curso, na medida em que ocultam os processos que reconfiguram a atuação estatal, modificando-o sem, no entanto, suprimi-lo.

Fundamentos teóricos-metodológicos para refletir o Estado capitalista

O Estado deve ser compreendido como uma forma histórica, cujas determinações variam conforme as dinâmicas da acumulação de capital (Jessop, 2002; García Linera, 2025). Desde sua gênese, essa forma articula processos internos de organização política com a projeção externa de poder, operando simultaneamente na constituição de ordens nacionais e na subordinação colonial de territórios, populações e recursos naturais (Quijano, 1970; Fontes, 2010; Oliveira, 2024). Nessa perspectiva, o Estado não constitui um campo autônomo, assim como tampouco o faz a elaboração teórica sobre ele: cada grande inflexão conceitual acerca da natureza do Estado responde às crises e transformações estruturais do capitalismo, desdobradas em processos revolucionários, guerras, golpes, rupturas e crises. A teorização do Estado se encontra, portanto, profundamente entrelaçada com os problemas políticos de cada época (García Linera, 2025).

Karl Marx, com a contribuição decisiva de Friedrich Engels (2016[1848]), analisou criticamente as construções teóricas clássicas sobre o Estado para, a partir delas e contra elas, estabelecer uma teoria que considerasse os impactos do modo de produção capitalista. O autor elabora sua crítica aos fundamentos contratualistas, liberais e hegelianos ao indicar que, grosso modo, essas formulações apreendem o Estado pela forma como ele se apresenta, e não pela função que exerce nas relações sociais de produção.

Teorizando no contexto de transição das sociedades de estamentos para a sociedade capitalista na Europa, Marx insere o Estado na dinâmica das contradições de classe. Esse

processo se articula à sua expansão para além da Europa, marcada por despossessões e pela violência do expansionismo imperial e colonial, que incidem sobre os territórios do Sul Global.

Essa crítica, que desvela o caráter situado do Estado, será posteriormente tensionada por leituras que evidenciam a centralidade do colonialismo, do imperialismo e da racialização na constituição do capitalismo global. Ao longo do século XX, autoras como Rosa Luxemburgo e autores como Rudolf Hilferding e Vladimir Ilitch Lenin sustentam que o Estado desempenha um papel ativo na expansão imperialista, enquanto a acumulação capitalista depende estruturalmente – e não apenas no contexto da assim chamada acumulação originária ou primitiva – da incorporação de territórios e povos. Antonio Gramsci (1981), por sua vez, mostra de que maneira essa dominação se estabiliza por meio da hegemonia, mobilizada pelas classes dominantes de maneira distinta no espaço e no tempo[1]. Tal relação, contudo, não se desdobra de maneira passiva: ela resulta de uma correlação de forças em permanente disputa, na qual a luta de classes também incide sobre as formas de atuação do Estado.

No pós-guerra, a questão do Estado retorna ao centro da teoria social ocidental, em um contexto marcado pela descolonização formal, pela consolidação de Estados nacionais na periferia e pela reconfiguração das hierarquias que estruturam a divisão internacional do trabalho (Borón, 2012; Chomsky & Polychroniou, 2021). Nesse cenário, o Estado, nas formações periféricas do Sul Global, emerge como instância atravessada por determinações externas e internas, operando simultaneamente como mediador da acumulação capitalista operada pelas burguesias nacionais e transnacionais e como gestor de profundas desigualdades herdadas da formação colonial.

Assim, ele deve ser compreendido como uma forma histórica que, ao mesmo tempo em que organiza a reprodução do capital, reconfigura as clivagens coloniais que estruturam o sistema mundial. No pós-guerra, o Estado assume papel central na regulação econômica e na mediação dos conflitos sociais, dando origem às experiências do chamado Estado de bem-estar

1 Cabe destacar que, embora esses autores compartilhem, no plano teórico, uma compreensão do imperialismo como dimensão constitutiva do capitalismo, suas formulações sobre as estratégias de superação do Estado foram distintas. Tais diferenças devem ser compreendidas à luz das particularidades históricas e dos contextos políticos e sociais em que cada qual se situava.

social[2], ancoradas nas premissas do keynesianismo. Com diferenças entre países ocidentais do Norte e do Sul Global, esse período foi marcado pela ampliação das funções estatais, pela institucionalização de políticas sociais e pela tentativa de estabilização do capitalismo por meio da intervenção estatal (Antunes *et al*., 2026).

Por outro lado, as transformações nas relações de produção a partir das décadas de 1960 e 1970, os movimentos sociais que contestaram seus resultados e as crises do período evidenciaram os limites desse modelo, abrindo caminho para a produção de novas formas de organização do Estado e da economia. Nesse contexto, emergiu um segundo movimento de elaboração da teoria marxista do Estado, diretamente vinculado à crise do modelo fordista e da forma estatal a ele associada. Esse movimento buscou compreender a ação estatal diante dessas transformações, articulando as contribuições marxianas com seus desdobramentos.

Entre os seus expoentes, destaca-se Louis Althusser (1985 [1970]), que enfatiza o papel do Estado na reprodução das relações de produção, destacando, para além da coerção exercida pelos aparelhos repressivos, a atuação dos aparelhos ideológicos do Estado na reprodução da ideologia dominante, bem como Nicos Poulantzas (1972), que o compreende como uma condensação material das relações de força entre as classes, evidenciando sua autonomia relativa e seu papel na organização da dominação no interior do capitalismo.

Em paralelo, desenvolve-se uma linhagem ancorada nas premissas marxianas que busca apreender a organização estatal a partir de sua inserção estrutural nas dinâmicas do capital. Nessa direção, destaca-se a contribuição de István Mészáros (2021) que, com base nos desdobramentos da leitura de György Lukács, propõe compreender o Estado como parte constitutiva da ordem sociometabólica do capital. Para isso, o autor sublinha a natureza e as "múltiplas determinações do Estado em geral em suas determinações de época" (Mészáros, 2021, p. 64). Em sua leitura, a problemática das formas de manifestação do Estado capitalista evidencia necessidades históricas qualitativamente novas, associadas ao seu "caráter epocalmente definido" (Mészáros, 2021, p. 66).

2 A denominação varia conforme as tradições nacionais: *Welfare State* (inglês), *État-providence* (francês), *Wohlfahrtsstaat* e *Sozialstaat* (alemão), *Estado de bienestar* (espanhol), *Stato sociale* (italiano) e *verzorgingsstaat* (holandês). Sobre essas diferentes denominações e suas particularidades históricas e conceituais, ver, entre outros, a contribuição de Ivanete Boschetti (2007) referenciada ao final.

Ao avaliar os desdobramentos da crise estrutural do capital a partir da década de 1970, Mészáros (2021) sustenta que ela expressa uma crise da política como um todo, isto é, de um modelo tradicional de tomada de decisão, o que implica a formulação de respostas historicamente situadas, em sintonia com as necessidades de cada período. Essa leitura, combinada à de David Harvey (2008[2005]; 2018) acerca das manifestações contraditórias de suas incidências em tempos recentes, mostra-se particularmente frutífera para compreender o Estado em contextos de reestruturação do capitalismo.

Essas formulações deram origem a um amplo conjunto de desdobramentos, associados, entre outros elementos, à estagflação e à emergência do capitalismo neoliberal. A partir das últimas décadas do século XX, consolida-se um novo movimento teórico e político que redefine a forma de interpretar e de organizar a relação entre Estado e capitalismo. Embora pautado por princípios já presentes no liberalismo clássico, como as consignas do livre mercado e a racionalidade da eficácia como elementos legitimadores, esse movimento assume novas feições ao articular a retração das políticas sociais à crescente mobilização dos fundos públicos ancorando a reprodução do capital (Oliveira, 1998; Coutinho, 2019).

Harvey (2008[2005]) concebe o neoliberalismo como um projeto de restauração do poder das classes dominantes, atuantes no território e para além dele, fortemente ancorado nas teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman, cujo escopo eleva a mercantilização das relações sociais à máxima potência, tomando os princípios da propriedade privada e da regulação pelo livre mercado como fundamentos da organização social. O resultado da implementação dessas estratégias, intensificadas como resposta às crises de acumulação, foi a reestruturação dos próprios mecanismos de criação e circulação de valor (Castree, 2006), que passaram a operar predominantemente por meio de práticas financeirizadas de produção de valor, subordinando a vida social a essa lógica.

Esse movimento se desdobra em uma reestruturação do aparato estatal, evidenciada no redesenho das relações de poder orquestradas pelos capitais, cuja incidência terminou deslocando funções que, ao longo do século XX, eram centrais aos Estados nacionais. Boa parte disso pode ser evidenciado com a busca por comprometer o orçamento com o pagamento de

juros ou amortização da dívida pública, o que foi garantido com a plena autonomia do Banco Central brasileiro conseguida em 2019.

Assim, no século XXI, surgem novas formas de articulação entre Estado e mercado, nas quais a atuação estatal passa a ser reestruturada nos marcos do neoliberalismo para assegurar as garantias dos capitais privados (Hidalgo, Santana & Alvarado, 2016; Hidalgo, 2026; Birch, 2015; Lima, 2024). Nessa configuração, o *modus operandi* estatal é profundamente alterado para atender, prioritariamente, às demandas das finanças globais. Tal reestruturação se evidencia na renovada articulação entre Estado e mercado, inscrita em um projeto mais amplo de restauração do poder das classes dominantes, orientado pelo paradigma do desenvolvimento como redução de risco [*development as de-risking*], formulado após a crise de 2007–2008 e intensificado durante e após a pandemia de COVID-19, em 2020.

Seus desdobramentos mais recentes têm sido explorados tanto por estudos voltados à história intelectual do neoliberalismo quanto por abordagens preocupadas com o "neoliberalismo realmente existente" (Brenner, Peck & Theodore, 2010). Nesse campo de investigação, consolida-se uma agenda de pesquisa voltada às novas formas de articulação entre Estado e Capital, com especial ênfase no nexo Estado-finanças. A partir dessa reestruturação, consolida-se uma agenda teórica centrada no nexo Estado–finanças, cujos principais eixos podem ser assim ordenados:

(i) as formas extrativistas impulsionadas pelo Estado e a produção da devastação socioambiental: autoras e autores como Arlete Moysés Rodrigues (2026), Francisco Mendonça (2021b) e Patrícia Pintos (2025) têm demonstrado como a intensificação das mudanças climáticas, associadas à atual forma de gestão das forças produtivas, recoloca o Estado como arena estratégica na regulação dos recursos e na definição de políticas de transição, evidenciando tensões territoriais e limites ecológicos nos marcos da acumulação ampliada de capital. Nessa mesma direção, as pesquisas de Campos (2020) e Traldi (2021) têm evidenciado o papel ativo do Estado nos seguintes processos: (a) na produção dos (des)limites territoriais, subordinada aos imperativos da acumulação capitalista neoliberal, expressos na exploração produtiva e irrestrita da natureza e na consequente reconfiguração territorial nos espaços interioranos e de fronteira do Brasil com os países limítrofes; e (b) na expansão da energia eólica

em diversas regiões geográficas, como no Nordeste brasileiro, especialmente em sua porção semiárida, processo frequentemente apresentado como uma alternativa à produção de energia "suja", mas que opera por meio de mecanismos de acumulação por despossessão e *green grabbing*, articulando a privatização de bens comuns à apropriação de terras.

(ii) as relações de poder que incidem sobre os sujeitos sociais e as formas desiguais de reprodução que delas decorrem têm conferido centralidade à compreensão do papel do Estado na reprodução das relações sociais e da família (Nowak, 2011), especialmente no que se refere às relações de gênero (Nogueira, 2011[2006]) e de raça-etnia, tema abordado nas pesquisas de Marcela Soares, Paula Lenguita, Tábata Berg, Patrícia Rocha Chaves, Sara Carpenter, Genevieve Ritchie e Shahrzad Mojab, bem como na gestão e coordenação de sujeitos historicamente marginalizados desde a colonização, cujas atividades, assalariadas ou não, são indispensáveis à reprodução do capital. Decorrem daí investigações sobre o papel do Estado na mobilização de dispositivos repressivos, como a criminalização de migrantes, o encarceramento em massa e a expansão dos aparatos de segurança, que operam como mecanismos de gestão das populações.

(iii) as mutações do papel do Estado na gestão dessas contradições, apoiadas na reconfiguração do poder estatal em direção a formas menos democráticas de governança (Arrais, 2022a, 2022b), voltadas à disciplina social e à garantia das condições de valorização, sobretudo financeira (Hidalgo, 2026).

Em todos esses eixos, o Estado aparece como instância política indispensável à reprodução do capitalismo, contribuindo para a estabilização de suas contradições e para a perpetuação das condições de acumulação ampliada de capital. Desse modo, evidencia-se que ele não está em retração, mas em processo de reestruturação: transforma suas formas de intervenção, reorganiza suas funções e redefine seus mecanismos de atuação para atender às exigências contemporâneas da acumulação.

A questão que se coloca, portanto, é como essas transformações se realizam concretamente e quais relações de força as orientam.

Na leitura clássica de Marx e Engels (2016 [1848]), o Estado capitalista opera como "instrumento direto da classe dominante". Essa interpretação, contudo, é insuficiente se

tomada de forma literal. Embora o Estado capitalista seja um Estado classista, ele não opera como simples instrumento das frações dominantes.

Nesse sentido, o Estado organiza condições favoráveis à reprodução dos interesses das classes dominantes, mas não o faz de maneira mecânica. Sua atuação é atravessada pelas necessidades de produzir consenso, administrar conflitos e responder às pressões das classes trabalhadoras. Os regimes políticos devem ser capazes de se manter, mesmo diante da alteração de suas formas e operação, de modo a assegurar a reprodução de mais-valia, lucros e rendas. O caráter e a modalidade do Estado podem se alterar, mas o denominador comum, que é assegurar a exploração da força de trabalho (Antunes, 1999), permanece.

As condições de mudança do Estado se evidenciam não apenas na substituição de uma forma de operação por outra – de um Estado democrático para um ditatorial de exceção, como no Brasil em 1964 (Oliveira, 2003a) –, mas também na transformação de seus próprios modos de operação, em função das "necessidades históricas qualitativamente novas" (Mészáros, 2021, p. 66), relacionadas ao estágio do capitalismo em que se insere.

Sua atuação se redefine historicamente, a partir dos contornos da luta de classes, sobretudo em contextos de crise, nos quais suas funções, formas e modos de operação são tensionados e alterados. É, portanto, a partir da relação entre permanências e transformações, e da correlação de forças estabelecida em cada momento histórico, que se torna possível compreender a reestruturação do estado capitalista.

A partir da dinâmica simultânea entre mudanças e permanências é possível compreender os termos da reestruturação do Estado capitalista. Trata-se, portanto, de formas historicamente específicas de controle político dos antagonismos de classe (Mészáros, 2021), nas quais o caráter e a modalidade da atuação do Estado se alteram, sem que desapareça sua função na reprodução das relações sociais capitalistas.

Tal movimento conduz a um terceiro nível de compreensão, que define o Estado como condensação de forças sociais, que se solidificam ao longo do tempo.

O Estado, portanto, não apenas executa interesses burgueses como se fossem previamente dados, mas os organiza, medeia e impõe como interesses dominantes, no interior de um campo de disputas entre frações de classe que disputam a predominância na condução

das relações sociais de produção em um dado espaço-tempo. A tomada de decisão das classes dominantes incide sobre as formas de operação do Estado, de modo a atender às necessidades históricas de reprodução do capital, necessidades que são produzidas por elas mesmas. Coloca-se, então, a questão: de que maneira a hegemonia das classes dominantes se articula e se mantém ao longo do tempo?

É aqui que a contribuição de Gramsci ganha centralidade: a hegemonia não resulta apenas da capacidade de impor interesses, mas da construção de consensos. Para se consolidar em cada quadrante histórico, a restauração requer transformações profundas, tanto na estrutura objetiva (instituições, políticas, marcos regulatórios), quanto na estrutura subjetiva (valores, percepções, ideias e práticas) da sociedade (Praun, 2023), para as quais o Estado desempenha papel central. Essa dinâmica se expressa concretamente na articulação entre consenso e coerção, tal como indicado por Gramsci (1981).

O resultado da implementação de tais estratégias, nas últimas décadas, adotadas inicialmente como resposta às crises de acumulação (Harvey, 2020), foi a rearticulação dos próprios mecanismos de criação e circulação de valor (Castree, 2006), que passaram a operar predominantemente de acordo com as práticas financeiras, subordinando a produção, as relações e a vida social a essa lógica. Isso se desdobrou em uma *reestruturação* do *papel do Estado.* Trata-se, portanto, de uma reestruturação estatal associada a um projeto político de restauração do poder das classes dominantes, colocado em prática pouco a pouco pela burguesia ou pelas classes capitalistas corporativas (Santos, 1997)[3]. Sua implementação se realiza de maneira desigual e contraditória no tempo e no espaço.

Essas formas de dominação, por meio de teses e argumentações ideológicas, são apresentadas como valores universais. Para que seus interesses sejam formalmente assegurados, o Estado mobiliza mecanismos de legitimação, buscando construir consenso em torno de projetos que frequentemente ocultam seus fundamentos de classe. Desse modo, a produção do consenso e o exercício da coerção se encontram intrinsecamente vinculados à própria estrutura

[3] É relevante precisar que Milton Santos (1997) descreve um deslocamento do *conteúdo do comando estatal*, e não o seu desaparecimento. Essa distinção é importante de ser demarcada, pois sua formulação tem sido, a nosso ver, frequentemente compreendida de maneira insuficiente, chegando a ser interpretada como uma defesa do fim do Estado, o que não parece se sustentar em seu texto seminal.

do Estado ampliado, articulando sociedade política e sociedade civil na construção e reprodução da hegemonia (Gramsci, 1981).

Quando o consenso não se realiza, recorre-se à coerção, por meio da mobilização dos aparatos repressivos, da intensificação da violência estatal e da reconfiguração dos marcos regulatórios. Em termos geográficos, isso se evidencia em duas direções simultâneas: para dentro do território, na gestão e no controle da população; e para fora, na projeção de poder que, quando levado ao seu limite, excede os marcos da diplomacia e se manifesta por meio de guerra (Borón, 2012). Trata-se de processos que não apagam a existência do Estado nacional, mas acentuam os fatores de hierarquização entre eles, ao mesmo tempo em que redesenham sua configuração (Chesnais, 1996).

Assim, articulando as contribuições da teoria do Estado na abordagem marxista, pode-se afirmar que a reestruturação não diz respeito apenas à substituição de uma forma de Estado por outra, mas à transformação de seu próprio modo de operação em resposta às "necessidades históricas qualitativamente novas" (Mészáros, 2021).

Em síntese, a reestruturação do Estado pode ser compreendida a partir de um movimento analítico em três dimensões dialeticamente articuladas, quais sejam: (a) inicialmente, como instrumento de classe; (b) em seguida, como forma que preserva a exploração da força de trabalho; e, por fim, (c) como condensação de forças sociais historicamente situada e em permanente reconfiguração. A partir dessa tríplice determinação, torna-se possível compreender as formas concretas assumidas pelo Estado em cada contexto espaço-temporal. Desse modo, passo, então, a ilustrar essa mudança mediante a análise do processo histórico, buscando apreender as especificidades espaço-temporais, em consonância com a proposta de Milton Santos (2004[1977]).

As manifestações concretas do Estado na formação socioespacial brasileira

A análise do Estado no Brasil evidencia que ele não se organiza de maneira homogênea (Santos, 2004[1977]), mas se estrutura historicamente em correspondência com distintos padrões de acumulação do capital (Oliveira, 2003b), nos quais diferentes frações da burguesia conduzem, com graus variados de eficácia, os mecanismos de sua reprodução (Moraes, 2011).

Nesse percurso, o Estado se manifesta, de maneiras diversas, como instrumento das classes dominantes, a partir da mediação necessária das contradições do capital e, progressivamente, enquanto condensação de relações de força – dimensões que assumem pesos distintos em cada momento.

Recorre-se, assim, ao recurso da periodização para expor as manifestações concretas do Estado na formação socioespacial brasileira. Esses períodos serão descritos a seguir, a fim de analisar o papel e o modo de funcionamento do Estado ao longo do tempo. A partir desse exercício analítico, será possível distinguir momentos históricos fundamentais, cada qual definido por uma forma de coesão particular entre a organização estatal, a estratégia de acumulação dominante e a maneira como as frações dominantes exercem seu poder.

Do ponto de vista de uma economia política geográfica, importa observar que essas transformações se materializam no território, por meio da criação das condições gerais de produção, da instauração de marcos regulatórios gerais, da organização das formas de produção, circulação e consumo das mercadorias, pessoas e dinheiros, todos, elementos condicionados pelo Estado capitalista. É nessa dimensão territorial que as diferentes formas de atuação do Estado podem ser empiricamente apreendidas.

O primeiro momento corresponde à ausência de um Estado propriamente constituído no território colonial, sendo a dinâmica de organização do espaço orquestrada pelo Estado imperial português. Nesse contexto, as formas de acumulação, pautadas nos preceitos do colonialismo, eram eminentemente metropolitanas, fundamentadas na violência, na expropriação territorial e na escravização, constituindo um padrão de dominação externo (Moraes, 2011). O que se observa, portanto, é uma forma embrionária de mediação estatal, na qual o território brasileiro operava como extensão funcional da acumulação de capital na porção europeia, sem a constituição de uma burguesia nacional plenamente autônoma.

O segundo momento se refere ao processo de formação de um Estado colonial em gestação, marcado por uma ruptura jurídico-formal com o domínio da metrópole, mas sem uma ruptura efetiva nas estruturas de dependência e dominação (Moraes, 2000). Uma das características que evidenciam a gênese do Estado-nação na sociedade brasileira consiste justamente na forma como essa dimensão coesiva e corretiva se articulou no período da

Independência (Novais, 2018[1970]). Nesse contexto, combinam-se a dependência externa e a apropriação interna, impulsionada pelas burguesias locais nascentes, que passam a operar diretamente os mecanismos de expropriação no interior do território (Moraes, 1994). Esse movimento se manifesta na consolidação do poder dos grandes proprietários rurais e na centralidade adquirida por estas oligarquias em meio ao impulsionamento da economia agrário-exportadora, especialmente no período do ciclo do açúcar e, posteriormente, no período do café (Oliveira, 1984[1977]).

A Lei de Terras, de 1850, ao instituir a compra como única forma de acesso à terra (Chaves, 2015), consolidou juridicamente a exclusão das populações já libertas e pobres, articulando propriedade fundiária e reprodução das desigualdades, ao mesmo tempo em que preservou e institucionalizou as hierarquias herdadas do período anterior (Fernandes, 1974). Desse modo, o Estado brasileiro estruturou os marcos regulatórios que tornaram a "abolição" compatível com a preservação das relações de dominação e dos interesses econômicos e políticos das classes proprietárias. Daí a ideia de que o abolicionismo institucional, nos moldes em que foi implementado no Brasil, não era incompatível com a permanência das formas de dominação baseadas na racialização (Lima, 2023).

Essa dinâmica evidencia que esse "reparo" institucional, para usar uma expressão de Ruth W. Gilmore (2025), não alterou a produção das desigualdades decorrentes dos períodos anteriores; ao contrário, formalizou-as e aprofundou-as, na medida em que, ao instituir e estender as relações de propriedade da terra, dificultou seu acesso pelos sujeitos libertos das relações de escravização. Essa mesma lógica se expressou no papel desempenhado pelo Direito Penal, "[...] a serviço e, mais tarde, em atuação coparticipativa com o Direito do Trabalho" (Coutinho, 2015, p. 26), que contribui para promover formas punitivas e excludentes, que permanecem, sob distintos moldes, até o presente.

É nesse processo histórico que se torna possível compreender a formação das condições sociais, econômicas e territoriais sobre as quais se estrutura posteriormente o Estado capitalista brasileiro**.** A análise do processo de colonização que deu surgimento à forma estatal na realidade brasileira é elementar para a compreensão da reestruturação do Estado no presente. Embora o colonialismo, o neoliberalismo e o Estado capitalista sejam, em geral, discutidos

separadamente pela teoria social crítica, este texto propõe articulá-las. Seu entendimento exige explicitar a íntima conexão entre processos que se desdobraram no espaço-tempo, a partir daquilo que Milton Santos nomeia como acumulação desigual dos tempos sedimentados no território.

Comecemos pelo colonialismo. Analisando a incidência do colonialismo em seu tempo, Karl Marx afirmou, em *Miséria da filosofia* (2017[1847], p. 108), que "sem a escravidão não haveria algodão, sem algodão não haveria indústria moderna", indicando que a escravização deve ser compreendida como categoria econômica central para o entendimento das formas de reprodução do capitalismo. A relação entre a acumulação colonial e o industrialismo europeu torna-se visível quando lembramos que o algodão plantado no atual estado do Maranhão era produzido pelo trabalho de escravizados e enviado para a Inglaterra, onde abastecia as indústrias têxteis em formação (Lima, 2023). O colonialismo nos países do Sul Global não foi, portanto, um desvio ou resíduo pré-moderno do capitalismo: foi condição estrutural dos processos de industrialização nos países do Norte Global, especialmente o inglês (Moraes, 2011).

Caio Prado Jr. (1993[1942]) evidencia que a colonização brasileira não se configurou meramente como um empreendimento civilizatório ou de povoamento, mas foi um projeto econômico voltado para fora. Como sugere Fernando Novais (2018[1979]), trata-se de um processo organizado para produzir e exportar riqueza dos territórios colonizados em benefício das metrópoles europeias. O Estado colonial foi o instrumento central desse projeto: cabia a ele regular o monopólio comercial, organizar o trabalho compulsório e reprimir qualquer resistência à ordem extrativista (Oliveira, 1984[1977]). Os efeitos de suas ações se prolongaram por séculos e permanecem visíveis no presente. Em março de 2025, a Assembleia Geral da ONU reconheceu o tráfico transatlântico de escravizados como "um dos crimes mais graves contra a humanidade" (BBC, 2025, s./p.). No Brasil, esse processo ganhou uma escala muito expressiva: enquanto cerca de 389 mil africanos foram desembarcados nos Estados Unidos, no Brasil esse número alcançou aproximadamente 4,9 milhões (BBC, 2025, s./p.).

Trata-se, portanto, de relações estruturantes de longa duração, que continuam a informar as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, produzindo efeitos nocivos para a

sociedade brasileira, onde as diversas formas de desigualdades revelam o impacto dessas práticas até o presente. O colonialismo pode ser compreendido como momento constitutivo dessas relações, cujas lógicas de expropriação, hierarquização e subordinação territorial (Quijano, 1970) são estruturadas e requalificadas no espaço-tempo, imiscuindo-se a outros processos.

O Estado capitalista foi fundamental na estruturação, legitimação e reprodução dessas relações, tanto no período colonial quanto em suas reconfigurações posteriores. Assim, as transformações recentes não rompem com a lógica colonial, mas a atualizam, deslocando e refinando seus mecanismos de exploração e subordinação. É nesse sentido que o ideário de sua redução e a valorização do livre mercado operam como forma ideológica que encobre a continuidade de relações historicamente desiguais, reforçando os fundamentos do que pode ser compreendido como capitalismo de matriz colonial (Oliveira, 1984[1977]).

O terceiro momento remete à emergência de um Estado capitalista nacional propriamente dito. Refere-se a um processo que se desenrola nos marcos da pós-independência brasileira e que, ainda que condicionado pela persistência da dependência estrutural, passa a orientar as ações estatais em favor dos interesses das oligarquias existentes e, principalmente, os da oligarquia urbana emergente. Esse movimento é atravessado por tensões entre as frações da classe dominante: de um lado, a defesa do impulso à industrialização; de outro, a defesa dos interesses expansionistas das oligarquias agrárias.

Trata-se de produzir, pela ação estatal, os requisitos sem os quais o capital não se reproduz: as infraestruturas em geral, das vias de circulação às redes de comunicação, os marcos regulatórios e as condições para a constituição de um mercado de trabalho e de crédito voltado à reprodução da força de trabalho (Oliveira, 1984 [1977]; Lima, 2023). Isto é, o objetivo era estabelecer "[...] as bases para uma estabilidade instável do sistema pautado num compromisso entre capital [*e*] trabalho" (Festi, 2020, p. 115). A institucionalização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943, bem como a criação de empresas estatais estratégicas dos setores industrial e extrativista, como a Petrobras, fundada em 1953, exemplificam esse movimento[4].

4 Para um aprofundamento nessa discussão, cabe recorrer, entre outros, às contribuições de Antônio Carlos Robert Moraes, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Milton Santos e Ricardo Antunes referenciadas ao final. Lidos em

Desde o prisma da crítica da economia política, importa sublinhar que essas condições gerais se materializam como território. Ao implantar infraestruturas, ordenar a propriedade da terra e articular atividades produtivas até então regionalizadas, o Estado produz uma espacialidade definida, de modo geograficamente desigual, integrando de forma funcional regiões supostamente modernas e atrasadas em uma mesma dinâmica de valorização. Nesse sentido, o Estado atua como agente central da configuração territorial e do uso do território, organizando as condições espaciais que tornam possível a acumulação (Santos, 1997).

Esse papel se torna mais sistemático a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas (1930-1945), quando o Estado indutor passa a atuar de maneira orgânica sobre as relações de produção, constituindo os requisitos e as premissas que dão suporte à reprodução capitalista. Em todo esse processo, preservou e reconfigurou, no espaço-tempo, as hierarquias herdadas do período colonial, de modo que a modernização não dissolve as desigualdades regionais e socioespaciais, mas as reorganiza em novas bases.

O quarto momento corresponde ao período inaugurado em 1964, marcado por profunda redefinição da atuação do Estado brasileiro. A instauração da ditadura empresarial-militar redefiniu o papel do Estado como instrumento direto de reorganização das condições de acumulação, promovendo simultaneamente repressão política e reestruturação econômica (Arrais, 2022b; Lima, 2023). Nesse período, o Estado operou como garantidor das condições de expansão do capital industrial e financeiro, combinando arrocho salarial, controle das organizações trabalhistas e incentivo à modernização produtiva, o que permitiu a intensificação da acumulação ao custo do aprofundamento das desigualdades sociais.

Na década de 1980, esse arranjo entrou em crise. Em função sobretudo da atuação dos movimentos sociais, abriu-se o período de redemocratização quando surgiram novos horizontes de transformação nas relações de produção. Esse momento expressa uma inflexão na forma de atuação estatal, que passa a operar mais claramente como mediador das contradições sociais, tensionado entre, de um lado, as demandas por ampliação de direitos e,

conjunto, esses autores permitem apreender como a estruturação das condições gerais de produção articula, num só movimento, capital *e* trabalho e [no] território. Nessa direção, um artigo recente de Sandra Lencioni (2021) sobre as condições gerais de produção também oferece uma chave analítica fértil. Uma tentativa de reunir esses referenciais foi ensaiada no primeiro capítulo de minha tese doutoral (Lima, 2023), que também pode ser consultada para uma visão panorâmica do tema.

de outro, os limites impostos pela crise estrutural do capital iniciada em 1973. No caso brasileiro, seus rebatimentos foram parcialmente mitigados pela própria ação estatal e pelo chamado "milagre econômico" ditatorial, mas se manifestaram de maneira mais aguda na década de 1980, quando a crise da dívida, resultado no cenário de hiperinflação e no esgotamento daquele padrão de acumulação colocaram em xeque as bases do regime.

A Constituição de 1988 materializa esse quinto movimento ao instituir um conjunto ampliado de direitos sociais, ainda que sua efetivação tenha permanecido condicionada às restrições estruturais da economia capitalista dependente dos marcos dos preceitos do livre mercado, amplamente impulsionados desde então (Arrais, 2022b).

Contudo, a década de 1990 representou uma virada nesse processo, dando início ao que Ricardo Antunes (2004) denomina a era da desertificação neoliberal. Esse sexto momento corresponde a uma nova reestruturação do Estado capitalista, marcada pela orientação sistemática e progressiva de suas ações pela racionalidade neoliberal. Nesse contexto, teve início uma intensa ofensiva contra os serviços públicos assegurados pela Constituição Federal de 1988 (Carleial, 2017), orientada pela compreensão de que a expansão das relações de mercado constituía a principal estratégia para enfrentar a "crise" do Estado e "promover" o desenvolvimento econômico.

Assim, o Estado deixou de atuar prioritariamente como agente de provisão direta e coordenação das políticas públicas, passando a assumir um papel ativo na criação das condições institucionais para a expansão do mercado, promovendo privatizações, alterações profundas nos marcos regulatórios e uma reorientação dos fundos públicos em favor da acumulação privada.

A reestruturação pode ser analisada a partir de dois momentos principais, nos quais se desdobram transformações específicas. No primeiro deles, foram sistematizados os pressupostos da transição para um padrão de acumulação financeirizada. Nesse contexto, os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) implementaram um amplo programa de contrarreforma do Estado (Previtali & Lucena, 2017, p. 80), acelerando e aprofundando as condições para a liberalização pretendida pela burguesia, principalmente pelas frações financeiras, em distintas direções.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, contudo, introduziu novas mediações nesse processo. Embora não tenha representado uma ruptura com os fundamentos da política macroeconômica e com a inserção subordinada do país na economia mundial, seu primeiro governo combinou a continuidade de mecanismos de ajuste com a ampliação de políticas sociais, a valorização do salário-mínimo e a retomada de instrumentos de indução estatal. Esse período alimentou um amplo debate sobre o chamado "neodesenvolvimentismo", utilizado por diferentes correntes para caracterizar as especificidades da política econômica e social dos governos petistas (Antunes, 2023).

Com a eclosão da grande crise global iniciada em 2007-2008, inaugura uma segunda rodada. Longe de significar uma ruptura com o neoliberalismo, ela aprofundou suas tendências estruturais com seu projeto de restauração, ao exigir uma atuação ainda mais direta do Estado na sustentação e reorganização das condições de acumulação, sob dominância financeira (Lima, 2024). Nesse momento, o Estado passou a operar de forma mais evidente como condensação das relações de força sob hegemonia financeira, intensificando mecanismos de expropriação indireta e ampliando o redirecionamento dos fundos públicos para a acumulação privada.

As mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das instituições estatais brasileiras ao longo das últimas duas décadas se expressam nas transformações desencadeadas, inicialmente, pela Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, que contribuiu de maneira decisiva para o fortalecimento do processo de restauração. Para além de sua dimensão estritamente jurídico-penal, a operação funcionou como instrumento de *lawfare*: mobilizou as instituições estatais – Ministério Público, Judiciário e Polícia Federal – na criminalização seletiva de setores da política e da economia vinculados à agenda progressista que buscava limitar, sem tocar na estrutura, o avanço do capitalismo neoliberal. O discurso, "cujo mote era o 'combate' à corrupção" (Carleial, 2017, p. 3), articulou um consenso moral que capturou parcelas expressivas da classe média urbana, conferindo legitimidade social e política às medidas de austeridade fiscal e à agenda de privatizações que se seguiriam.

Essa reestruturação também se expressa nas mudanças promovidas pela agenda *Ponte para o Futuro*, do governo Michel Temer (2016-2019), e posteriormente aprofundadas pela

agenda do governo Jair Bolsonaro (2019-2023), *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*. Esse processo se materializou em um amplo conjunto de contrarreformas que promoveram o desmonte da proteção social do trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas, aprofundando a precarização das relações de trabalho (Biavaschi, 2016).

Importantes contribuições de Liana Carleial (2017) têm demonstrado que, no centro dessa estratégia de ajuste, está o redirecionamento dos fundos públicos para a acumulação privada, sob o argumento das benesses da austeridade fiscal, promovida por meio da contenção dos gastos públicos e da privatização das empresas estatais consideradas ineficientes. Como observa Oliveira (1998), essa alteração evidencia, "antes de tudo, [uma reformulação n]a forma como abordamos o financiamento público para o desenvolvimento do capitalismo", isto é, na forma de operacionalizar os gastos públicos, redirecionando-os de modo a garantir condições para a acumulação privada. Desde então, o Estado opera como condensação das forças sociais sob hegemonia financeira e sob a primazia dos grandes capitais de plataforma, reorganizando seus instrumentos de intervenção e ampliando mecanismos de expropriação indireta em todas as dimensões sociais.

Todas essas formas de atuação podem ser compreendidas como expressões históricas de um mesmo processo, que remonta à forma como o Estado criou mecanismos para garantir o acesso a recursos naturais e expandir mercados, organizou e promoveu a morte dos povos indígenas e proibiu ou circunscreveu a organização operária. A virada neoliberal, nesse sentido, não rompe com essa lógica, mas a intensifica, acirrando a desigualdade estrutural e institucionalizando novas formas de exclusão.

Trata-se, assim, de uma reconfiguração do papel do Estado que, sem desaparecer, transforma profundamente seu modo de operação, deslocando-se entre diferentes formas de intervenção, reduzindo determinadas funções sociais e ampliando mecanismos voltados à viabilização da valorização financeira e à sustentação das novas modalidades de acumulação, inclusive aquelas vinculadas ao capital de plataforma.

Em resumo, todos esses exemplos evidenciam os marcos fundamentais que expressam diferentes momentos de articulação das relações entre o Estado e o capital, nos quais as funções de ambos se deslocam de instâncias de mediação das contradições na estrutura de classes sociais

para instrumentos diretos da acumulação de capital. Na fase atual de desenvolvimento histórico, o capital se tornou profundamente dependente do aparato e dos fundos do Estado, que se reconfigurou como instância de condensação de forças sob hegemonia financeira (Harvey, 2020). É nesse sentido que a reestruturação do Estado pode ser compreendida a partir de três vetores articulados: (a) as disputas orçamentárias; (b) as formas complexas de operação; e (c) a financeirização das políticas e dos ativos estatais. A análise desses vetores, exposta a seguir, permite evidenciar o caráter qualitativo das transformações em curso.

A — Disputas ou guerras orçamentárias

Desde as décadas finais do século XX, a disputa pelos fundos públicos se intensificou no Brasil e em diferentes partes do mundo, redefinindo as formas de distribuição dos recursos do Estado. Sob a justificativa da crise fiscal e da necessidade de maior "eficiência", sucessivos ajustes passaram a incidir especialmente sobre os gastos sociais. Como já indicava Francisco de Oliveira (1998, 2003a, 2003b), não se trata de simples retração do Estado, mas de uma disputa pelo destino do fundo público e por suas formas de apropriação.

Há uma dimensão espaço-temporal desse processo que merece ser destacada. Primeiro, porque essa guerra orçamentária se projeta sobre terrenos historicamente distintos. Como discutimos em outro texto (Lima, 2026), os "edifícios" sobre os quais se implantaram os ajustes neoliberais não eram os mesmos. Enquanto parte dos países do Norte Global havia consolidado instituições de bem-estar social, em países do Sul Global desenvolveram-se outras formas de intervenção estatal, vinculadas, entre outros aspectos, às estratégias de aniquilação total da possibilidade de construção de um Estado que assegurasse parâmetros sociais elementares para a reprodução da vida. Assim, os ajustes reorientaram estruturas já consolidadas em alguns casos (a exemplo da Inglaterra e da França) e interromperam ou restringiram processos ainda em construção em outros (a exemplo do Brasil e do Chile). As contribuições de Rodrigo Hidalgo (2016, 2026) são particularmente importantes para compreender essas diferentes formas de territorialização das neoliberalizações ocidentais.

Segundo, porque a própria guerra orçamentária se transformou ao longo do tempo. Se as primeiras décadas da neoliberalização foram marcadas pela disciplina fiscal, pelas

privatizações e pela restrição dos gastos sociais, mais recentemente esses mecanismos passaram a conviver também com a criação de ativos destinados à transferência de fundos por meio de estruturas intermediárias, bem como com a mobilização desses fundos para reduzir riscos e criar e assegurar condições de rentabilidade para o capital privado (Gabor, 2021). A guerra orçamentária não é, portanto, apenas uma disputa pelo volume dos gastos públicos, mas por seu destino e por suas formas de apropriação.

B — Formas complexas de operação

A reestruturação do Estado não se limita, contudo, à dimensão orçamentária. Ela se expressa também na transformação das formas de operação e gestão das políticas públicas, que passam a ocorrer por meio de arranjos institucionais híbridos, frequentemente pouco transparentes. A reestruturação do Estado não se limita, contudo, à dimensão orçamentária. Ela se expressa também na transformação das formas de operação e gestão das políticas públicas, que passam a ocorrer por meio de arranjos institucionais híbridos, frequentemente pouco transparentes. Nesse contexto, a transferência de recursos para o setor privado nem sempre se dá de forma direta, mas por meio de intermediações institucionais complexas, como parcerias público-privadas, contratos de gestão de difícil rastreamento e mecanismos de repasse que viabilizam a conversão de recursos públicos em ativos financeiros (Langley, 2020). Na realidade brasileira, a experiência da PBH Ativos S/A, examinada por Canettieri (2021), evidencia como a reorganização empresarial da gestão pública e a utilização de instrumentos de securitização podem integrar as políticas públicas aos circuitos de valorização financeira.

Esse processo produz um embaralhamento crescente das fronteiras entre público e privado. Direitos sociais historicamente assegurados passam a ser operacionalizados como serviços mercantilizáveis, geridos segundo critérios de eficiência, desempenho e competitividade. A complexificação dessas formas de gestão se aprofunda com a introdução de dispositivos recentes de alocação orçamentária, como as chamadas “emendas pix”, que dificultam o rastreamento e a transparência na destinação dos fundos públicos, ampliando a opacidade dos fluxos financeiros no interior do Estado. Ele não desaparece, mas altera sua forma de presença: deixa de ser executor direto para atuar como regulador, financiador e

garantidor de mercados, internalizando uma racionalidade gerencial e empresarial. Essa transformação implica também uma redefinição da própria noção de direito, que passa a ser mediado por contratos, métricas e dispositivos de gestão.

C — O nexo Estado–finanças

Em terceiro lugar, a reestruturação do Estado é profundamente impulsionada pelo processo de financeirização, que se consolida como eixo organizador das dinâmicas contemporâneas de acumulação. A partir das transformações iniciadas nos anos 1970 e aprofundadas após a crise financeiro-imobiliária de 2007–2008, o Estado passa a desempenhar um papel ativo na garantia das condições de valorização do capital financeiro, atuando como agente de estabilização sistêmica, socializando riscos e assegurando a liquidez necessária à reprodução do capital. Nesse contexto, o capital financeiro passa a exercer papel determinante na condução das condições gerais de produção, reconfigurando os mecanismos de regulação e intervenção estatal, o que se expressa na centralidade das políticas monetárias, na gestão da dívida pública e na crescente financeirização das políticas públicas e dos ativos estatais.

Trata-se de um processo no qual o Estado não apenas sustenta, mas passa a organizar institucionalmente a dominância financeira, criando ou alterando marcos regulatórios, garantias jurídicas e instrumentos que viabilizam a expansão dos mercados financeiros (Harvey, 2020). É justamente nessa mediação que se torna possível compreender a especificidade da reestruturação estatal contemporânea: o Estado deixa de atuar predominantemente como mediador das contradições sociais e se consolida como instância estratégica de sustentação da valorização financeira. Ricardo Antunes (1999; 2004; 2022), ao analisar esse processo, aponta a completa derrelição dos direitos historicamente conquistados pela classe-que-vive-do-trabalho, em detrimento dos interesses das classes dominantes, que operam a partir das consignas das finanças (Lavinas *et al*. 2024).

Na particularidade brasileira, essa dinâmica se expressa na consolidação de um regime de governança orientado pelas finanças, no qual as políticas fiscais e monetárias são estruturadas para assegurar a confiança dos mercados e a remuneração do capital. A autonomia do Banco Central, os limites impostos aos gastos primários e a centralidade do pagamento da

dívida pública constituem expressões concretas dessa inflexão, evidenciando a subordinação crescente das políticas públicas à lógica financeira. Nesse contexto, o Estado opera como agente ativo da financeirização, convertendo políticas, ativos e fluxos públicos em oportunidades de valorização privada.

Em conjunto, esses processos permitem compreender que a reestruturação do Estado contemporâneo não se traduz em sua retração, mas em sua reconfiguração ativa, orientada pelas exigências da acumulação capitalista em sua fase altamente financeirizada. Ao deslocar seus mecanismos de atuação – do financiamento direto de políticas sociais para a gestão, regulação e garantia de fluxos de capital –, o Estado se reafirma como elemento central na reprodução das relações de classe, ainda que sob formas mais complexas e menos visíveis. Longe de desaparecer, o Estado torna-se, assim, um operador estratégico da valorização do capital, condensando e reorganizando as relações de força que estruturam o capitalismo contemporâneo.

Desafios contemporâneos: a quem serve o discurso do "fim do Estado"?

Tendo apresentado, ao longo deste artigo, as diversas formas de reconfiguração do Estado para se adaptar às demandas do capital, retomo agora a crítica às formulações dos apologistas neoliberais que anunciam o "fim do Estado". Como argumenta Ruth W. Gilmore (2025, p. 258 – grifos meus), os "capitalistas sempre compreenderam a utilidade do Estado para suas práticas e seus constantes lamentos contra 'o Estado' *são contra modos específicos de arrecadação*" e de utilização dos recursos públicos. A crítica neoliberal ao Estado se dirige, assim, não às instituições que garantem a propriedade, os contratos e a acumulação, mas àquelas que, ainda que de forma limitada, promovem a redistribuição de renda e riqueza defendida pela corrente reformista do capitalismo.

O que está em jogo, portanto, não é a rejeição do Estado, muito menos o seu fim, como sugerem formulações como as de Antonio Negri, em coautoria com Michael Hardt (2001[2000]), ao sustentar que o Estado-nação moderno perde centralidade e capacidade de comando no capitalismo contemporâneo. Para os setores dominantes, a questão não é eliminar o Estado, mas disputar sua orientação, suas formas de atuação e o controle dos recursos do

território sob seu domínio, sejam eles naturais ou humanos. Está em jogo uma disputa pela orientação do Estado e pelo controle de seus recursos.

A leitura crítica realizada ao longo do artigo permitiu elucidar esse movimento ao demonstrar que o Estado, longe de desaparecer, configura-se historicamente como parte constitutiva das relações de produção capitalistas. Nesse sentido, como sintetiza Ricardo Antunes, em entrevista a Nogueira, Antunes e Lara (2022, p. 628, grifos meus), "*o Estado é sempre, em última instância, uma entificação burguesa*". Isso não significa, no entanto, que devemos concebê-lo como instrumento mecânico e imediatamente subordinado aos interesses do capital, mas ter em conta sempre seus limites estruturais, que se articulam nas disputas entre as forças sociais que o atravessam. O argumento apresentado pelos ideólogos formuladores do neoliberalismo pretende construir um Estado marcado por uma expansão seletiva: ampliado na direção da garantia das condições de acumulação – principalmente a financeira – e, simultaneamente, esvaziado de suas funções sociais e de sua capacidade de responder às demandas coletivas.

Trata-se, portanto, da transformação de suas formas de atuação, que se deslocam conforme as exigências da acumulação. O aparente enfraquecimento é, na verdade, a retirada e o redirecionamento de seus fundos – sobretudo aqueles ligados à garantia de direitos sociais – para esferas estratégicas para a reprodução do capital. O que se apresenta como "esvaziamento" constitui uma reestruturação da forma estatal sob nova hegemonia, na qual o Estado altera seus instrumentos e prioridades, mas não sua centralidade. Opera, assim, de maneira ativa na reorganização das relações de classe, assumindo formas mais complexas, orientadas a partir das consignas do livre mercado e sob os desígnios das finanças.

É nesse ponto que a formulação central deste artigo pode ser retomada: a retração do Estado em determinado lugar, função ou política não significa necessariamente sua retração em termos gerais. A redução de sua atuação em determinadas demandas sociais pode coexistir com a intensificação de sua presença em outras esferas

Nesse sentido, o discurso do antiestatismo cumpre também uma função ideológica: produzir desorientação social e obscurecer o papel efetivo do Estado na reprodução das desigualdades. Essa desorientação se expressa na individualização de problemas que são

estruturalmente produzidos, como no caso de sujeitos que não conseguem acessar direitos básicos – aposentadoria, saúde, educação, assistência social, previdência etc. – e passam a atribuir essa condição a falhas individuais ou à suposta "ineficiência" estatal. Ao deslocar o foco do coletivo para o individual, o discurso neoliberal obscurece as determinações materiais dessas condições e dificulta a construção de respostas políticas.

Diante disso, torna-se fundamental explicitar os interesses existentes por trás de discursos dessa natureza e, igualmente, deslocar para o plano coletivo aquilo que é apresentado como problema individual, recolocando em evidência as mediações que estruturam a vida social das classes trabalhadoras.

Mais do que evidenciar as presenças e as ausências do Estado, desde sua gênese no colonialismo até os processos de reestruturação que deram origem ao neoliberalismo, o argumento aqui desenvolvido buscou apreender suas formas concretas de atuação. Esse deslocamento é também uma escolha metodológica: em vez de perguntar simplesmente se o Estado está maior ou menor, importa perguntar onde ele está, por meio de quais instrumentos atua, quais funções assume e quais interesses orientam sua presença em cada porção do território. Isso é importante para disputar os conteúdos e as intencionalidades subjacentes à defesa do "fim do Estado", revelando que assumir a mudança em curso sem correlacioná-la à materialidade das relações sociais obscurece a realidade.

É nesse movimento que a investigação crítica *em* Geografia ocupa um lugar decisivo. Se as transformações ensejadas pelo Estado se materializam espacialmente, elas não podem ser apreendidas tomando-o isolada ou monoliticamente, tampouco circunscrevendo a análise a uma única esfera, instituição, nível de governo ou escala geográfica. É preciso percorrer essas diferentes instâncias, suas articulações e contradições, investigando-as nas relações concretas entre Estado e capital e nas diferentes formas pelas quais essa articulação se realiza espacialmente. Isso implica levar em consideração as condições gerais de produção ensejadas pelo Estado – em sua relação simbiótica com as distintas frações capitalistas –, as infraestruturas que viabiliza, as políticas públicas que sustenta ou deixa de sustentar, onde, como e para quem os investimentos e fundos públicos são direcionados e quais transformações materiais produzem na paisagem. Implica, ainda, acompanhar de que maneira essas ações se

combinam ou se contradizem e perguntar por qual razão determinadas atividades, classes sociais e áreas são privilegiadas pela ação estatal, enquanto outras são constantemente desfavorecidas ou desassistidas.

Em termos marxianos, trata-se de ultrapassar a representação imediata do Estado como uma unidade abstrata dada, alcançar analiticamente suas múltiplas determinações e interconexões e reconstruí-lo como totalidade concreta e contraditória. Nesse percurso de método, o *espaço* constitui uma dimensão privilegiada para tornar empiricamente apreensíveis as contradições da reestruturação do Estado capitalista.

A análise socioespacial permite, portanto, superar a oposição abstrata entre Estado e mercado. O chamado "enxugamento" não elimina a presença estatal: ele redefine onde, como e para quem essa presença se realiza. A partir dessa perspectiva, as disputas orçamentárias, as formas complexas de operação do presente e o nexo Estado–finanças analisados neste artigo deixam de ser dimensões isoladas. São manifestações territoriais de uma mesma transformação na forma de atuação do Estado, na qual determinados mecanismos de proteção social são restringidos enquanto se ampliam aqueles destinados a garantir as condições de reprodução e valorização de valor em todas as esferas.

Reconhecer o Estado como arena de disputa significa admitir que suas formas concretas de atuação resultam de relações de força historicamente situadas e espacialmente produzidas. Significa, ainda, compreender que as classes trabalhadoras e os movimentos sociais não são apenas destinatários das políticas estatais, mas sujeitos que tensionam, disputam e transformam suas formas de atuação. Há muito a construir e a contribuição geográfica é, de longe, uma das mais qualificadas para desvendar o real como se apresenta e, quiçá, transformá-lo.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília, DF: ANA, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/Acervo/Detalhe/107692. Acesso em: 3 jul. 2026.

ALAMI, Ilias; DIXON, Adam D. The strange geographies of the "new" State capitalism. **Political Geography**, v. 82, 102237, 2020. DOI: https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102237.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1970]).

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Editora Boitempo, 2023.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio; LIMA, Flávio. La era de la desertificación neoliberal: política y luchas sociales del trabajo en Brasil. **Rivista Quadrimestrale dell'Istituto di Studi Politici "S. Pio V"**, Anno XXXVIII, gennaio-aprile di 2026, p. 164-191.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRAIS, Tadeu. **Somos os mortos vivos**: de como The walking dead explica a natureza da cidade e o sentido do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2022a.

ARRAIS, Tadeu. The Consensual Divorce of Geography: Adherence to neoliberalism, the cult of freedom and the overthrow of democracy. Em: GONZÁLEZ, Rubén; MITIDIERO JUNIOR, Marco (Orgs.). **Brazilian Geography**: in theory and in the streets. Singapura: Springer, 2022b, p. 125-168.

BBC NEWS BRASIL. **ONU reconhece tráfico transatlântico de escravizados como crime contra a humanidade**. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyv7jed39qo. Acesso em: 3 jul. 2026.

BIAVASCHI, M. B. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 75–87, maio 2016.

BIRCH, Kean. Neoliberalism: The Whys and Wherefores ... and Future Directions. **Revista Sociology Compass**, v. 9, n. 7, 2015, p. 571-584.

BORÓN, Atílio. **América Latina en la geopolítica del imperialismo**. Buenos Aires: Luxemburg ediciones, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social na América Latina após o dilúvio neoliberal. **Revista do Observatório da Cidadania** (IBASE), n. 11, v. 1, 2007, pp. 91–98.

BRASIL. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 200, de 30 de agosto de 2023**. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp200.htm. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. **Global Networks**, v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010. DOI: 10.1111/j.1471-0374.2009.00277.x.

CAMPOS, Bruno. Sobre os (des)limites territoriais: a produção da natureza enquanto fundamento das dinâmicas de fronteira. **Revista Geografia em Questão (Online)**, v. 13, p. 130-149, 2020.

CANETTIERI, Thiago. Securitização da política pública em Belo Horizonte e redes de financeirização. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 17-39, 2021.

CARLEIAL, Liana. O projeto de abandono das possibilidades de desenvolvimento do Brasil. **Revista IdeAs** *[Online]*, 10 | 2017. DOI: https://doi.org/10.4000/ideas.2222. Acesso em: 3 jul. 2026.

CASTILHO, Denis. Privatização da Eletrobras: crise planejada e a condição do atraso. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 18, n. 36, 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16258.

CASTREE, N. From Neoliberalism to Neoliberalisation: Consolations, Confusions, and Necessary Illusions. **Revista Environment and Planning** *A*, v. 38, p. 1-6, 2006.

CHAVES, Patricia Rocha. **Rebeldia e barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Doi:10.11606/T.8.2017.tde-19012017-121543.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam; POLYCHRONIOU, C. J. **The precipice**: neoliberalism, the pandemic and the urgent need for social change. Chicago: Haymarket Books, 2021.

COUTINHO, Aldacy Rachid. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre: do escravismo ao liberalismo. Em.: Souto Maior, Jorge (Org.). **O mito**: 70 anos da CLT: um estudo preliminar. São Paulo: Editora LTR, 2015, pp. 26-32.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Futuro do trabalho e os trabalhadores no Brasil: o protagonismo de uma distopia. Em*:* Congresso Internacional de Direito Do Trabalho-Ibdt-Dia 04. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U_p7dZ456t0&ab_channel=Instituto%C3%8Dtalo-

BrasileirodeDireitodoTrabalho. Acesso em: 3 jul. 2026.FESTI, Ricardo. O Trabalho na era digital e os desafios da emancipação. **Revista de Política Públicas da UFMA**, v. 24, p. 111-128, 2020.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Reforma trabalhista brasileira e o Supremo Tribunal Federal: as escolhas trágicas? **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v. 21, n. 41, p. 31–52, 2018. DOI: 10.5752/P.2318-7999.2018v21n41p31-52.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Trabalho e direito em distopia. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, n. 10, 2019, p. 13-30.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Zahar, 1974.

FONTES, Virgínia. ***O Brasil e o capital-imperialismo***: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

GABOR, Daniela The Wall Street Consensus. **Development and Change**, n. 52, v. 3, 2021, p. 429–459, https://doi.org/10.1111/dech.12645.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **El concepto de Estado en Marx**: Lo común por monopolios. Buenos Aires: Siglo XXI, 2025.

GILMORE, Ruth Wilson. **Geografia da abolição**: ensaios rumo à libertação do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos (1917-1933)**: la teoria general del marxismo en Gramsci. Cidade do México: Siglo Veinteuno Editores, 1981.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: histórias e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2008[2005].

HARVEY, David. **The anti-capitalist chronicles**. Londres: Pluto Press, 2020.

HIBOU, Beatrice. **La privatisation des États**. Paris: Karthala, 1999.

HIDALGO, Rodrigo; SANTANA, L. D. & ALVARADO, V. Mitologías, ideologías y utopías neoliberales de la producción de espacio: hacia una agenda de investigación alternativa. *Em*: HIDALGO, Rodrigo (Org.). **En las costas del neoliberalismo. Naturaleza, urbanización y producción inmobiliaria***:* experiencias en Chile y Argentina. Santiago: Geolivros, 2016, p. 24-66.

HIDALGO, Rodrigo. Las rutas del neoliberalismo en Chile. Possibilidades para interpretar la producción del espácio urbano. *Em.*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; LENCIONI, Sandra (Orgs.). **Espaço, Valor e Desigualdade**. Visibilizar o passado, compreender o presente e prefigurar o futuro. Rio de Janeiro: Editora Conseguência, 2026, p. 193-232.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: população e domicílios — primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPEA. Nota tecnica: **Evolução do piso federal em saúde***:* 2013-2020. Brasília, DF: Ipea, 2023.

JESSOP, Bob. **The Future of the Capitalist State**. Cambridge: Polity, 2002.

LANGLEY, Paul. Assets and assetization in financialized capitalism. **Review of International Political Economy**, 2020. DOI: 10.1080/09692290.2020.1830828. Acesso em: 3 jul. 2026.

LAPA, Raphael. **Para além de uma racionalidade (neo)liberal**: microempreendedorismo individual e plataformas digitais de trabalho. 2024. 253 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto; GONÇALVES, Guilherme Leite; WAEYENBERGE, Elisa (Orgs.). **Financeirização**: crise, estagnação e desigualdade. Editora Contracorrente, 2024.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. *Em*: RUFINO, B.; FAUSTINO, R. & WEHBA, C. (Orgs.). **Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço**: análises em uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021, p. 37–60.

LIMA, Flávio. Neoliberalismo: interpretações críticas e defensivas, intencionalidades e implicações. **Revista Percurso**, v. *16*, n. 1, 5789, 2024. Disponível em: https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/72479. Acesso em: 3 jul. 2026.

LIMA, Flávio. **Sobre o processo de industrialização na formação socioespacial brasileira**: uma interpretação crítica com ênfase na indústria têxtil, de 1930 aos dias atuais. 2023. 1 recurso online (330 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/12665. Acesso em: 3 jul. 2026

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Penguin, 2016[1848].

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017[1847].

MATTEI, Clara E. **A ordem do capital***:* como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor***:* desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MELLO, Lawrence; SILVA, J. V. M. & VEIGA, A. M. Trabalho livre e espoliativo no Brasil. *Em*: BOSCHETTI, Ivanete & GRANEMANN, Sara (Orgs.). **Os direitos não cabem no Estado**: trabalho e política social no capitalismo. Rio de Janeiro: Usina Editorial, 2023, v. 1, p. 149-177.

MENDONÇA, Francisco. Mudanças climáticas globais: controvérsias, participação brasileira e desafios à ciência. **Humboldt - Revista de Geografia Física e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, e57365, 2021a.

MENDONCA, Francisco. **Riscos Híbridos**: Concepções e perspectivas socioambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2021b.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002[1995].

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericana. **Revista Do Departamento De Geografia da USP**, v. 7, n. 1, 1994, pp. 81-86.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil** - O território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Annablume, 2000, p. 121-184.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Histórica do Brasil**. Capitalismo, Território e Periferia. São Paulo: Annablume, 2011.

NEGRI, Antoni & HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001[2000].

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; ANTUNES, Caio & LARA, Ricardo. Entrevista com Ricardo Antunes: as metamorfoses da vida e do trabalho. **Revista Katálysis**, *25*(3), 621–640, 2022. Doi: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e86846.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006[2011].

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (Séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2018[1979].

NOWAK, Jörg. Poulantzas, gender relations and feminist state theory. *Em*: GALLAS, A; BRETTHAUER, L; KANNANKULAM, J & STÜTZLE, I (Orgs.). **Reading Poulantzas**. London: Merlin Press, 2011, 122–37.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Geral, 1984[1977].

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista - **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003[1972].

OLIVEIRA, Francisco de. Democratização e republicanização do Estado. **Revista da Teoria & Debate**, n. 54, 2003a, s./p.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, 2003b, pp. 9-14.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor***:* a economia política da hegemonia imperfeita. São Paulo: Boitempo, 1998.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Geografia econômica, meio ambiente e o modelo de sustentabilidade corporativa. **Revista GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 46, 2024. DOI: 10.12957/geouerj.2024.87556. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/87556. Acesso em: 3 jul. 2026.

PINTOS, Patricia; ASTELARRA, Sofía (Orgs.). **Naturalezas neoliberales**: conflictos en torno al extractivismo urbanoinmobiliario. Buenos Aires: El Colectivo, 2023 [obra com tradução para o português brasileira em curso].

PINTOS, Patricia. (2025). Razão extrativista, geografias relacionais e conflitos de valoração. **Revista percurso**, v. 17, n. 1, p. 257-270. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/77149. Acesso em: 3 jul. 2026.

POCHMANN, Márcio. **Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir Politique et Classes Sociales**. Paris: Maspero / La Découverte, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1993[1942].

PRAUN, Luci. Sujeitos ao acaso: trabalho flexível e vida fortuita sob o capitalismo contemporâneo. *Em*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023, v. 1, p. 249-263.

PREVITALI, Fabiane & LUCENA, Carlos. Estado de Bem–Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais. *Em*: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane & LUCENA, Lurdes (Orgs.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Editora Navegando, 2017. pp. 72-96.

QUIJANO, Aníbal. **Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina**. Santiago: Editora da Cepal, 1970.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 93-109, 1897.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Capitalismo neoliberal: alterações e permanências na produção do espaço. *Em*: FERREIRA, Álvaro; RUA, João & LENCIONI, Sandra (Orgs.). **Espaço, Valor e Desigualdade**. Visibilizar o passado, compreender o presente e prefigurar o futuro. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2026, p. 268-287.

SANTOS, Milton. Da Política dos Estados à Política das Empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, *[S. l.]*, v. 3, n. 6, p. 9 – 23, 1997. Disponível em: https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/article/view/337. Acesso em: 3 jul. 2026.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. São Paulo: Editora Edusp, 2004[1977].

SOUTOS, Luana. Entrevista com Ricardo Antunes: "É o intelectual público que pode, junto com as lutas sociais, refletir sobre que país queremos", diz Ricardo Antunes à Adufmat-Ssind. **Adufmat-Ssind**, 28 nov. 2016. Disponível em: https://www.adufmat.org.br/portal/index.php/comunicacao/2023-11-11-14-06-07/noticias/item/2002-entrevista-e-o-intelectual-publico-que-pode-junto-com-as-lutas-sociais-refletir-sobre-que-pais-queremos-diz-ricardo-antunes-a-adufmat-ssind. Acesso em: 22 set. 2026.

TRALDI, Mariana. Accumulation by dispossession and green grabbing: wind farms, lease agreements, land appropriation in the Brazilian semiarid. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. e00522, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200052r2vu2021L4TD. Acesso em: 3 jul. 2026.

UOL. **Porto Alegre não investiu um centavo em prevenção contra enchentes em 2023**. *UOL economia*, 7 maio 2024b. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/07/porto-alegre-nao-investiu-um-centavo-em-prevencao-contra-enchentes-em-2023.htm.Acesso em: 3 jul. 2026.

UOL. **Privatização da Sabesp é concluída e Estado de SP levanta R$ 14,77 bi com venda de ações**. *UOL Economia*, São Paulo, 23 jul. 2024a. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2024/07/23/estado-de-sp-levanta-r1477-bi-com-venda-de-acoes-da-sabesp.htm Acesso em: 3 jul. 2026.

WERNER, Deborah & HIRT, Carla. Neoliberalização dos Serviços Públicos: o papel do BNDES no Saneamento Básico pós-2000. ***URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA***, v. 13, p. 1, 2021. DOI. https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200078. Acesso em: 3 jul. 2026.

Como citar este artigo:

LIMA, Flávio. A reestruturação do Estado capitalista: fundamentos teórico-metodológicos, trajetória histórica e desafios contemporâneos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 430–471, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/6y4jdy18

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 22 de setembro de 2026

Sobre o autor: Atua como pesquisador de pós-doutorado no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

Financiamento e agradecimentos: Este artigo resulta de pesquisas desenvolvidas durante meu estágio pós-doutoral, financiado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), e das reflexões suscitadas pelo curso sobre *neoliberalismo* que ministrei no Departamento de Sociologia do IFCH-Unicamp. Agradeço a Arlete Moysés Rodrigues, Hiago Trindade e aos pareceristas pelos comentários e sugestões, e a Gisele Falcari pela revisão da versão final.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A pedagogia histórico-crítica como possibilidade de superação do ensino de Geografia na perspectiva neoliberal

Cláudia Lúcia da Costa

Universidade Federal de Catalão *(UFCAT)*
Catalão, Goiás, Brasil.
claudia.costa@ufcat.edu.br

Douglas Gonsalves Fávero

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais *(CEFET-MG)*
Araxá, Minas Gerais, Brasil.
faverodg@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A pedagogia histórico-crítica como possibilidade de superação do ensino de Geografia na perspectiva neoliberal

Resumo

O texto objetiva analisar o ensino de Geografia no contexto das reformas neoliberais a partir de uma abordagem nos marcos do materialismo histórico e dialético. Compreender o cenário de articulação da Base Nacional Comum Curricular como carro-chefe das reformas neoliberais contemporâneas, agudizando os interesses do capital privado para a educação no Brasil e o ensino de Geografia proposto no documento são debatidos no texto. O ensino de Geografia tem como tarefa desmistificar o espaço, compreendendo os modos de produção das formações sociais, retomando a compreensão da totalidade, superando o todo fragmentado do espaço globalizado. Se o modo de produção capitalista se alimenta da exploração do trabalho e do meio ambiente, impondo à escola uma formação tecnicista e mantenedora da reprodução das desigualdades sociais, como a Geografia escolar pode ser um instrumento de formação crítica frente a essa sociedade? A proposta do texto é apontar o ensino de Geografia, a partir da perspectiva da pedagogia histórico-crítica, como possibilidade de superação dessa Geografia simplória e enfadonha, e que possa, a partir disso, levar à compreensão das contradições do capitalismo e traçar um caminho para um projeto de educação capaz de contribuir para a superação da sociedade de classes, pautando-se no conhecimento sistematizado.

Palavras-chave: BNCC; reforma empresarial da educação; neotecnicismo; Geografia escolar.

Historical-critical pedagogy as a possibility of overcoming the teaching of Geography from a neoliberal perspective

Abstract

The text aims to analyze the teaching of Geography in the context of neoliberal reforms from an approach within the framework of historical and dialectical materialism. The text discusses the context for articulating the National Common Curricular Base as the flagship of contemporary neoliberal reforms, heightening the interests of private capital in education in Brazil, and the geography teaching proposed in the document. Geography teaching aims to demystify space, understanding the modes of production of social formations, and reclaiming the understanding of totality, overcoming the fragmented whole of globalized space. If the capitalist mode of production feeds on the exploitation of labor and the environment, imposing a technocratic education on schools that maintains the reproduction of social inequalities, how can school geography be an instrument of critical education in this society? The purpose of this text is to highlight geography teaching from the perspective of historical-critical pedagogy as a possibility for overcoming this simplistic and boring geography. This approach can lead to an understanding of the contradictions of capitalism and chart a path toward an educational project that can contribute to overcoming class-based society, based on systematized knowledge.

Keywords: BNCC; corporate reform education; neotechnicism; School geography.

Introdução

O artigo em questão é fruto de uma pesquisa bibliográfica e documental, que tem como objetivo elucidar o ensino de Geografia no âmbito das políticas neoliberais da educação, apresentando a pedagogia histórico-crítica (PHC) como um movimento de superação dessa perspectiva neotecnicista para a Geografia escolar.

Desta forma, o artigo fundamenta-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético, inaugurado por Marx e Engels (2007), que tem a prática social e histórica como fundamento da análise, uma vez que "[...] parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida" (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Ainda, trata-se de uma tradição que busca a transformação radical das relações sociais existentes, conforme indica os autores: "A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelo homem e que o próprio educador tem de ser educado", de modo que, "A coincidência entre altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária" (Marx; Engels, 2007, p. 533-534).

Apesar de Marx e Engels não terem escrito obras específicas sobre a educação, fizeram a crítica ao modo capitalista de produção, indicando como um conjunto de relações, entre elas a educação, são subordinadas nessa lógica societal. Assim, "Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações.". Ou seja, trata-se de uma "[...] iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nela se manifesta." (Marx, 2011, p. 59).

Nesse sentido, portanto, trata-se de compreender a educação não por si só, mas contextualizada de forma histórica no conjunto das relações sociais, coloridas pela iluminação universal do modo de produção capitalista. É desta forma que o contexto histórico e a atualidade marcada pela ofensiva neoliberal para a educação trazem a importância da análise

sob a ótica da perspectiva marxista, uma vez que o regime de acumulação vigente demanda um tipo específico de trabalhador e, por conseguinte, de educação escolar.

A ofensiva neoliberal para a educação vem culminando em condições cada vez mais precarizadas de trabalho e no adoecimento docente como marca dos últimos anos. O excesso de burocracias para o trabalho docente, a falta de condições adequadas de trabalho, a sobrecarga e a baixa remuneração são características desse processo. O carro chefe dessas reformas é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada e implantada num contexto de falta de debates e de açodamento, no sentido de atender aos interesses da lógica vigente, sobretudo garantindo a participação cada vez mais significativa dos organismos internacionais nos ditames das políticas públicas para a educação no Brasil.

A flexibilização, a individualização, a competitividade e a responsabilização se ampliam da esfera do ambiente de trabalho fabril para a educação e para a vida, na perspectiva de cooptação das subjetividades imposta pela atual fase do sistema capitalista. A BNCC expressa esses pressupostos para a formação dos estudantes, instituindo uma formação voltada para uma cidadania que o modo de produção exige, que o mercado impõe. Nessa perspectiva, o ensino de Geografia nela aparece, dentro da área de Ciências Humanas, carregado de um esvaziamento de conteúdos e de leitura crítica do espaço. E, desse modo, é fundamental desvelar esse ensino, suas contradições e suas perspectivas.

Para isso, ao encontro do método da Economia Política, "[...] que se eleva do mais simples ao combinado" (Marx, 2011, p. 56), apresenta-se a pedagogia histórico-crítica (PHC) como "[...] uma mediação no seio da prática social", em "[...] um movimento que vai da síncrese ('a visão caótica do todo') à síntese ('uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas') pela mediação da análise ('as abstrações e determinações mais simples')" (Saviani, 2018, p. 59). Nessa direção, busca-se "[...] uma pedagogia empenhada decididamente em colocar a educação a serviço da referida transformação das relações de produção" (p. 61).

Não obstante, a PHC situa-se no âmbito de uma concepção "[...] que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo" (Saviani, 2012, p. 120). Nessa perspectiva, Martins (2018) indica que a PHC é um movimento

de tradutibilidade da escola unitária de Gramsci (2006), que tem a tarefa de "[...] inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e uma certa autonomia na orientação e na iniciativa." (p. 36).

Assim, para Gramsci (2006, p. 37), a escola unitária, articulando o "[...] ensino das primeiras noções do Estado e da sociedade", busca criar os "[...] elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas.", tendo o trabalho como o elemento basilar do processo educativo que, conforme o autor:

> Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho, que não pode se realizar em todo seu poder de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si, ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coerção. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada de forma natural pelo trabalho. O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (Gramsci, 2006, p. 43).

Assim, em um primeiro momento, o artigo apresenta o neoliberalismo e as suas construções para a educação no Brasil, manifestos pela reforma empresarial da educação, a partir de autores como Harvey (2008a, 2008b), Gentili (1996), Freitas (2018), entre outros. Tal construção perpassa por políticas desenvolvidas desde a década de 1990, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e deságuam na BNCC, como epicentro das reformas neoliberais na educação.

Em seguida, o artigo apresenta as contradições presentes na BNCC referentes ao ensino de Geografia, apresentando o reducionismo teórico e metodológico desse componente curricular, ao fundi-lo nas Ciências Humanas, em uma perspectiva mercadológica, fragmentária e esvaziada. As críticas fundamentam-se a partir da leitura crítica do texto da BNCC (Brasil, 2018b) e de autores como Couto (2016) e Pinheiro e Lopes (2021).

O último tópico do artigo discute a função social do ensino de Geografia diante do avanço das políticas neoliberais, abordando Milton Santos (2009) e David Harvey (2006) para compreender o papel da Geografia no desvelamento do espaço. Além disso, aponta a tarefa central do ensino de geografia na construção de uma formação humana integral, ancorada na PHC (Saviani, 2012, 2018) como forma de viabilizar essa perspectiva. Ainda, a partir de Couto (2023), analisa como a PHC pode apontar para uma metodologia que seja derivada do processo de totalização permanente do ser-estar espacial do ser humano, por intermédio da relação entre seus diferentes momentos: da práxis, decomposta em prática e saber, e da teoria. Não obstante, o artigo intenciona contribuir para a discussão do ensino de Geografia no contexto do neoliberalismo, apontando a PHC como instrumento de trazer a Geografia escolar ao seu papel de revelar a essência do espaço e de superação das desigualdades sociais nele postas.

Neoliberalismo, reforma empresarial da educação e BNCC

O neoliberalismo emerge como um complexo processo de construção hegemônica, em resposta à crise capitalista da década de 1970, em que o regime de acumulação fordista/taylorista já não respondia mais às demandas de acumulação do capital. Nesse sentido, o neoliberalismo surge da confluência de um vigoroso pensamento econômico e filosófico – referenciado em autores como Friedrich Hayek, Milton Friedman e James Buchanan –, e da necessidade política do bloco dominante frente ao esfacelamento do paradigma keynesiano expresso no Estado de bem-estar (Gentili, 1996).

Para o pensamento neoliberal, a crise se dá porque os sistemas institucionais dependentes da esfera do Estado não atuam, eles mesmos, como mercados. Isso acontece no campo da previdência, das políticas de emprego, e também, da educação. Com a crise do regime fordista/taylorista, o capital passa a exigir um Estado menos inchado, menos interventor e menos corrupto, um Estado mínimo. Dessa forma, para Harvey (2008a), o Estado passa a ter o papel de criar e preservar uma estrutura institucional apropriada para essas práticas, tendo o caráter mínimo na regulação dos mercados, de forma que o próprio capital passe a atuar nessa esfera, interferindo diretamente na economia e nas políticas públicas, como a educação.

O neoliberalismo se estrutura, portanto, como uma estratégia de poder em dois sentidos articulados e complementares: 1) de um lado, por um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico e educacional, buscando estratégias de recomposição da taxa de lucro; e, 2) de outro, por uma série de estratégias culturais, orientadas a impor um novo diagnóstico acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais possa legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas possíveis no atual contexto histórico. Trata-se da construção de um consenso que sustenta e reivindica para si tais estratégias de poder (Gentili, 1996).

No plano econômico, o regime de acumulação fordista-taylorista, marcado pela produção verticalizada, em série e em massa, com a reprodução mecanicista dos procedimentos do trabalho, vai sendo substituído por um regime de acumulação flexível, apoiando-se na "[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo." (Harvey, 2008b, p. 140). A partir da clássica retórica liberal da regulação social pelo mercado, o neoliberalismo busca, em sua essência, a privatização e a transformação em mercado em todas as áreas sociais (Harvey, 2008a).

Aliada a isso, há uma imposição de reformas em setores estratégicos, como o próprio Estado, a previdência social e a educação, movimento que inicia nos países centrais na década de 1980, e se espraia para os países periféricos a partir da década de 1990. Nesse processo, houve um destaque das agências financeiras multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na internacionalização dessa agenda de ajustes estruturais, de forma que os países, ao formalizarem empréstimos, acabavam condicionados à realização de reformas econômicas, sociais, trabalhistas e educacionais. Já, no âmbito educacional, esses ajustes são mediados por organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que atuam como construtoras de consensos sobre a ineficiência da educação pública e na legitimação das reformas neoliberais (Felipe, 2020, p. 82).

A OCDE tem sido a grande responsável por introduzir uma concepção neotecnicista de educação, retomando a teoria do capital humano sob novas bases, a pedagogia das

competências. Tal perspectiva busca garantir uma matriz conceitual de habilidades e competências dos sujeitos, para que tenham condições de empregabilidade, alinhada com as demandas do capital por um trabalhador flexível e adaptado. Junto a isso, a OCDE tem assumido grande relevância na área de políticas educacionais, por meio do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), do qual o governo brasileiro tem participado desde 1997 (Curado Silva, 2020, p. 104-105).

A Unesco, por sua vez, vem atuando na construção de consensos sobre a necessidade dos ajustes estruturais da educação, por meio de conferências internacionais (Felipe, 2020, p. 83). O marco desse processo data de 1990, com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia. Em tal conferência, os países signatários, incluindo o Brasil, assumiram a responsabilidade de "[...] definir, nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho" (Unesco, 1990, p. 4), de modo a avaliar os resultados de forma objetiva a partir de metas mensuráveis.

Para Freitas (2018), no Brasil, esse processo se inicia com a implementação, ensaiada desde os idos de 1988, de um sistema de avaliação em larga escala, combinado com um movimento de criação de referências nacionais curriculares, capitaneado pela coalização de centro-direita entre o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o então Partido da Frente Liberal (PFL), – hoje, representado no partido União Brasil. Assim, conforme Freitas (2018, p. 9), "[...] disso, resultaram os Parâmetros Curriculares Nacionais [...] e o fortalecimento dos processos de avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)", formando, dessa forma, os "[...] ingredientes básicos para um sistema de responsabilização (*accountability*)".

Freitas (2018, p. 38-39), fundamentado a partir de Diane Ravitch (2011), vem denominando essa agenda fomentada pelos organismos internacionais multilaterais como uma reforma empresarial da educação, que tem como objetivo último a privatização da educação, lançando-a na lógica reguladora do mercado. Para o autor, esse movimento tem como características fundamentais a padronização da educação, a ênfase no ensino de conhecimentos e habilidades básicas essenciais, o ensino voltado para resultados pré-determinados, a

transferência do mundo empresarial para a educação, políticas de responsabilização, por meio de testes e avaliações em larga escala, e do controle da escola por meio da ideologia do livre mercado.

Nesse sentido, a reforma empresarial da educação constitui uma verdadeira engenharia social, que, pensando a escola como uma empresa, a insere em um processo de padronização, submetido a controle. Dessa forma, "[...] a educação, vista como um 'serviço' que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização". No campo técnico, por sua vez, a "[...] reforma permite o alinhamento da escola às necessidades dos novos processos produtivos, coordenados pela OCDE e agências internacionais" (Freitas, 2018, p. 29).

No Brasil, ao longo da década de 1990, ganham força as ideias pedagógicas de Jean Piaget, que passam a ser adotadas de forma quase que unânime nas escolas brasileiras, exercendo uma influência determinante nas práticas pedagógicas. Concomitantemente, há uma expansão das perspectivas de John Dewey, por meio das metodologias de projetos, que passam a ser articulados com a teoria do capital humano e da pedagogia das competências da OCDE, assumindo uma perspectiva que vem sendo chamada de neotecniscmo (Lima; Sena, 2020). Os Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1998, começam a sinalizar essas ideias a partir de conceitos atitudinais e procedimentais, assim como habilidades e competências, tornando-se uma tentativa de uma base nacional comum e a matriz de referências para o Sistema de Avaliação para a Educação Básica (Saeb) (Felipe, 2020), ainda que em um momento inicial da reforma empresarial da educação.

Importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, traz uma menção à necessidade de uma base comum para a educação, citando a necessidade, também, de serem estabelecidos conteúdos mínimos para o ensino fundamental, garantindo uma formação básica comum (Brasil, 2022, p. 116). Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional (LDBEN), seguindo a Carta Magna, também indica, no inciso IV do artigo 9, a incumbência da União em estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, "[...] competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino

fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum" (Brasil, 1996).

No entanto, tais dispositivos legais são frutos de um amplo processo de mobilização social em torno da construção de uma educação nacional no processo de Assembleia Constituinte, em 1987. Nesse contexto, a Comissão Nacional pela Reformulação da Formação do Professor, antecessora da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), propôs que todas as licenciaturas deveriam ter uma base comum, buscando uma identidade da docência. Todavia, tal base não deveria ser um currículo mínimo ou um conjunto de disciplinas, mas uma concepção básica de formação de educadores e um corpo de conhecimentos fundamentais (Albino, Silva; 2019, p. 151; Saviani, 2016, p. 74).

Com a ascensão da coalizão do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, que prometia dar uma nova direção para a educação, há uma descontinuidade, ainda que sem rupturas, com a implementação da reforma empresarial da educação (Freitas, 2018). Apesar de um certo giro à esquerda – ainda que modesto em seus resultados, trouxe possibilidades de governança com um centro de políticas de equidade –, não promoveu mudanças estruturais, implementando uma agenda frágil de políticas sociais (Curado Silva, 2020).

Entre os avanços no âmbito educacional, foi retomado o diálogo com entidades, docentes e pesquisadores da educação, ainda que, também, permeado por organizações com interesses empresariais. Dessa forma, houve, em 2013, a publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, "[...] que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras" (Brasil, 2013, p. 4).

Todavia, o golpe jurídico, midiático e parlamentar, que afastou a coalização do PT em 2016, interrompeu esse esforço da construção de orientações e diretrizes gerais para a educação brasileira, retomando, de forma acelerada, as políticas neoliberais que estavam em construção no final do século XX. "Com isso, membros da equipe do PSDB que haviam iniciado o debate sobre as referências nacionais curriculares, dando origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais ao final dos anos 1990, retornaram a postos-chave no Ministério da Educação" (Freitas, 2018, p. 11). Ademais, houve uma intervenção no Conselho Nacional de

Educação (CNE), com a destituição de conselheiros e a nomeação de novos sem consulta à comunidade científica e educacional, além do fim da vinculação constitucional dos recursos para a educação e saúde, e um conjunto de medidas que representa um desmonte da educação pública, democrática e de qualidade, perante a defesa de interesses do mercado (Steinbach; Martins, 2022).

A primeira medida do governo Temer foi a Lei n. 13415/2017, que instituiu o "Novo Ensino Médio" (Brasil, 2017a), aumentando a carga horária mínima e o número de escolas de tempo integral, criando os itinerários formativos, nos quais os estudantes possam escolher os rumos de aprofundamento dos estudos, e legitimando o "notório saber", flexibilizando a formação docente específica. Em seguida, tem-se, ainda em 2017, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, e, no final de 2018, para o Ensino Médio (Brasil, 2017b, 2018a). E, ainda, há o encaminhamento de uma proposta de Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, promulgada já no governo Bolsonaro, em 2019, como Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), e, em 2020, a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (Brasil, 2020a, 2020b).

Além das críticas quanto à falta de diálogo e o caráter impositivo das medidas adotadas, gerando protestos e manifestações em diversos setores, há um retorno das concepções neotecnicistas, em alinhamento às demandas das agências internacionais, como a OCDE, retomando a pedagogia das competências. Dessa forma, promove-se um processo de padronização, uma vez que a Base passa a ser o próprio currículo, buscando um patamar comum de aprendizagem para todos(as) os(as) estudantes a partir de dez competências gerais. Ademais, a BNCC alcançou um escopo jamais visto na história da educação brasileira, articulando um conjunto de políticas educacionais, perpassando por "[...] matrizes de referências das avaliações e dos exames em larga escala, currículos dos cursos de formação inicial de professores, cursos e programas de formação continuada, programas e projetos do Ministério da Educação e o Programa Nacional do Livro Didático" (Felipe, 2020, p. 97).

Portanto, não seria exagero dizer que a BNCC é a unidade de concretização da reforma empresarial da educação no Brasil, uma vez que, "[...] como é típico da reforma empresarial, essas ações, aparentemente sem relação, se articulam em uma engenharia de 'alinhamento' (bases/ensino/avaliação/responsabilização)" (Freitas, 2018, p. 81), de forma a eliminar a diversidade e a autonomia escolar e docente, inundando a educação com assessorias, testes, plataformas *online* e manuais padronizados para atender aos requisitos da BNCC. Nesse sentido, Girotto (2017) trata da BNCC como a continuidade da lógica de um projeto de educação em que alguns elementos se mantêm e outros novos surgem, lógica que já se fazia presente, também, na construção dos PCN. Segundo o autor:

> Nesta lógica, os PCNs vinham acompanhados da imposição de um sistema de avaliação da educação básica nacional, com forte viés tecnicista que reduzia a ideia de avaliação aos testes padronizados. Ao mesmo tempo, este modelo de currículo unificado e a adoção de testes padronizados como sinônimo de avaliação garantia, aos diferentes sistemas de ensino, um maior controle sobre o trabalho docente, com profundas implicações em suas condições de carreira. Abriu-se, portanto, o caminho para a implementação de políticas de desvalorização salarial, com a difusão de um modelo de controle de desempenho docente a partir do pagamento de bonificações, atrelado aos resultados dos estudantes nos testes padronizados (Girotto, 2017, p. 430).

E, diante desse cenário, a BNCC segue aprofundando a formação tecnicista, aumentando a burocracia no trabalho docente, ampliando as avaliações padronizadas e as cobranças por resultados. Essas medidas, em conjunto, têm levado, também, ao aumento da precarização do trabalho docente e do adoecimento, das cobranças e das pressões por metas e resultados, ainda que sem melhoria nas condições de trabalho, no investimento e na carreira. Não obstante, o esvaziamento dos conteúdos de Geografia também se intensifica com a BNCC, configurando um alinhamento cada vez mais evidente com os ditames do capital para a educação — tal como apontado pelas diretrizes e recomendações de organismos internacionais como a OCDE —, cuja influência e desdobramentos serão discutidos a seguir.

A BNCC e o ensino de Geografia

A Geografia, como matéria escolar, carrega uma trajetória, desde a sua sistematização, atravessada pela reprodução de uma Geografia tradicional na escola, simplória e enfadonha, como apontava Yves Lacoste (1988). Essa Geografia era meramente descritiva e transmitida para ser decorada, contrastando com a Geografia como saber estratégico a serviço da

compreensão do espaço e domínio de territórios, ou seja, com a Geografia "para fazer a guerra", conforme aponta o autor. Frente a essa marca, surgiu a necessidade, nos anos 1960, de debater criticamente o papel e a forma do ensino de Geografia adotado nas escolas. Nesse sentido, a influência de um pensamento crítico na ciência geográfica requeria uma nova Geografia a ser ensinada. No entanto, esse processo foi interrompido pelo golpe que culminou na ditadura militar e durou até o ano de 1985, substituindo a Geografia e a História como disciplinas escolares pela área de Estudos Sociais. Nesta perspectiva, Pinheiro e Lopes (2021, p. 5-6) destacam que:

> [...] Durante esses 21 anos, sob um rígido controle ideológico, a disciplina Geografia (e posteriormente os Estudos Sociais) serviu aos militares como ferramenta ideológica, pois os conhecimentos previstos na organização curricular passaram a ter um caráter de exaltação à Pátria e vazio de conteúdos pedagógico-geográficos significativos. Portanto, criada no período do Governo Militar, a área de Estudos Sociais substituiu a Geografia e a História no currículo das escolas brasileiras, resultando em um inequívoco retrocesso nas conquistas que a Geografia, bem como a História, havia conseguido até então. A nova disciplina escolar não se aprofundava nos conteúdos geográficos e nem nos históricos, manifestando seu caráter vazio, superficial e, pretensiosamente, neutro.

Mas, o pensamento crítico se fazia presente nos questionamentos ao contexto do país e ao ensino de Geografia da forma como era trabalhado e, com o fim da ditadura militar, diversas mudanças aconteceram nos conteúdos, metodologias e na legislação do país, como a criação da LDBEN 9.394/96, e, em seguida, dos PCN, como já discutido anteriormente. Estes trouxeram o fim dos Estudos Sociais, retomando a Geografia e a História como componentes escolares novamente presentes no currículo, assim como os debates e as construções interrompidos pela ditadura militar.

Entretanto, é importante frisar que, ainda que os PCN tenham trazidos alguns avanços em aspectos relevantes e fundamentais para o ensino de Geografia e para a educação, o documento foi criado na lógica da reforma empresarial da educação, conforme já apresentado. Desse modo, Pizzato (2001, p. 79) expõe algumas contradições do documento como a perspectiva de "interdisciplinaridade", que acabou não permitindo um aprofundamento dos conhecimentos de cada componente curricular, pois como o diálogo com as outras disciplinas se tornou essencial, muitas vezes, o que era trabalhado em sala de aula acabava sendo uma temática mais geral, superficial, para dar conta do diálogo proposto. A

interdisciplinaridade e a pluralidade metodológica revelavam, portanto, uma tendência ao esvaziamento de alguns conteúdos e matérias escolares nesse documento.

E, se esse debate já estava levantado, concomitantemente, desenvolvia-se uma discussão acerca de se ter uma base comum para educação no Brasil, no sentido de avançar naqueles aspectos já conquistados pelos PCN, e naqueles sintetizados nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Básica (Brasil, 2013). Todavia, como exposto anteriormente, diante do golpe sofrido pela então presidenta Dilma Rousseff, que culminou em seu *impeachment*, outros rumos foram tomados para esse tema, levando à criação apressada e pouco debatida da BNCC, trazendo diversos retrocessos, inclusive no âmbito do ensino de Geografia.

Na primeira versão da BNCC, Couto (2016) analisa a Geografia no contexto em que aparece, dentro das Ciências Humanas. O autor afirma não haver uma profundidade nessa classificação, pois ela não considera a epistemologia das ciências. De modo que, segundo o autor, a Geografia, a História, a Filosofia e a Sociologia ficam limitadas e fragilizadas do ponto de vista dos conteúdos e métodos na generalização e justaposição dessas áreas, para caberem dentro das Ciências Humanas. Ainda, o autor destaca que o componente curricular de Geografia aparece em dezoito páginas nessa primeira versão, sendo que, em um pequeno texto, de pouco mais de duas páginas, apresenta seu conceito, o objeto de estudo, as possibilidades de interdisciplinaridade, a finalidade da Geografia na escola e a progressão do ensino fundamental até o médio (Couto, 2016, p. 10-11).

A terceira versão da BNCC do ensino fundamental começou a ser redigida e apresentada em 2017 e foi homologada em 2018, seguindo para a sua implantação. A BNCC, na sua versão final, não apresenta, expressamente em seu texto, uma concepção de currículo, de educação e de avaliação, questões fundamentais para um documento com tal alçada. O texto não historiciza a ciência geográfica ao longo de sua trajetória, não trata das diferentes concepções teórico-metodológicas, e tampouco traz a relação entre a ciência geográfica e a Geografia escolar. Ou seja, as fragilidades apontadas desde a primeira versão ficam mantidas ou se aprofundam na versão final que está em vigor.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998), havia uma apresentação que trazia a caracterização da área da Geografia, destacando o conhecimento geográfico e a sua importância social, os objetivos da Geografia e o aprender e ensinar Geografia, que não aparecem na BNCC, como destacado anteriormente. Além disso, a interface com a pluralidade cultural, orientação sexual, ética, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo, temas dos PCN, ainda que não fossem aprofundados ou abordados de forma crítica, desapareceram ou aparecem de forma muito mais genérica na BNCC.

De modo geral, os conteúdos relacionados aos temas de gênero e diversidade ou não aparecem na Base, ou aparecem de forma mais genérica, bem como os temas relacionados às questões étnico-raciais. Então, como pensar a formação crítica de sujeitos, sem estudar as principais marcas de um país que traz o racismo estrutural, o patriarcado, o sexismo, o machismo e LGBTfobia como condições de sustentação do sistema capitalista? Como trabalhar um espaço geográfico genérico de que trata a BNCC? Os apontamentos apresentados revelam a concepção de formação engajada com a cidadania neoliberal, voltada para o mercado de trabalho, tecnicista, ao ponto de não trazer em sua centralidade valores e atitudes de formação humana integral, imprescindíveis para a vida coletiva e seus enfrentamentos.

As Ciências Humanas, na BNCC do ensino fundamental, tomada em sua terceira e última versão que segue em curso, apresentam a formação do chamado "raciocínio espaço-temporal", que "[...] baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica" (Brasil, 2018b, p. 353). Nota-se que esse conceito, no sentido de tentar "juntar" as diversas ciências aqui tratadas, acaba não aprofundando no raciocínio espacial da Geografia, que conta com todo o aparato teórico e metodológico de trabalho próprio dessa ciência, apontando para uma leitura "geo-histórica da sociedade", ou seja, não considerando as especificidades de cada campo científico em questão, nem propriamente da Geografia e nem propriamente da História. Novamente, as críticas apontadas por Couto (2016) à primeira versão permanecem na versão vigente.

A BNCC enfatiza, na apresentação dos conteúdos de Geografia, os conceitos-chave para a formação do raciocínio geográfico, mas, ao longo do documento, nas habilidades

propostas, não trata especificamente deles. Assim, não há destaque para esses conceitos ou uma forma de enfatizá-los em alguma unidade temática. Segundo Pinheiro e Lopes (2021, p. 19):

> É válido ressaltar que o documento da ênfase a cinco conceitos geográficos operacionais, mas ao longo dos quatro anos do Ensino Fundamental Anos Finais não menciona, suficientemente, nada sobre trabalhar especificamente com algum desses conceitos ou até mesmo com o conceito de espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia. Isso mostra uma contradição do documento, pois ao mesmo tempo que chama a atenção para os conceitos chave da disciplina no texto introdutório, não frisa razoavelmente sua utilização como conceito no desenvolvimento das habilidades.

O documento aponta ainda que "tempo, espaço e movimento" são categorias básicas das Ciências Humanas (Brasil, 2018b, p. 353). No entanto, não traz a base científica para essa afirmação, e, o tempo todo, trata do ensino de História e Geografia juntos. Da mesma forma, não há uma tratativa nem teórica e nem metodológica desses conceitos, nem na Geografia e nem na História. Não que não haja uma interface, uma interdisciplinaridade possível, a crítica aqui apontada é para a atenção que se deve empenhar em tratar duas ciências com campos científicos próprios e distintos como se fossem uma só, e a intencionalidade que há por trás dessa junção.

No texto, destaca-se a seguinte afirmação: "E também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo" (Brasil, 2018b, p. 354). O trecho evidencia a ênfase na individualização e na responsabilização dos sujeitos em relação às suas próprias trajetórias e ao contexto social mais amplo em que estão inseridos. Dessa forma, é promovida uma descontextualização da Geografia, uma vez que não situa os sujeitos no contexto das relações capitalistas de produção, divididas em classes sociais, e que suas condições, na maioria das vezes, independem de suas escolhas. Desse apontamento, o texto segue para a ampliação da complexidade da formação de raciocínio, até chegar aos direitos humanos, também vistos como valorização das diferenças e respeito aos direitos civis. E, então, chega-se ao conceito de cidadania: "Dá-se, assim, um passo importante para a responsabilização do cidadão para com o mundo em que vive" (Brasil, 2018b, p. 356).

Os trechos citados demonstram o alinhamento da BNCC com os imperativos demandados pelo capital, expressos na perspectiva educacional propagada pela OCDE. Dessa forma, trata-se de formar um sujeito responsável e responsabilizado, ao mesmo tempo,

conformado e propositivo, preparado para "[...] atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais" (Brasil, 2018b, p. 356).

No que tange às unidades temáticas dos anos finais do ensino fundamental, de modo geral, os conteúdos não estão muito distintos ou diferentes dos que, habitualmente, já se trabalhava na Geografia escolar. No entanto, é possível notar, por exemplo, a falta de conteúdos sobre movimentos sociais do campo e da cidade, assim como sobre os processos de transformações sociais e o envolvimento político e coletivo dos sujeitos.

Na BNCC, as unidades temáticas para os anos finais do ensino fundamental estão organizadas da seguinte forma: o sujeito e seu lugar no mundo; conexões e escalas; mundo do trabalho; formas de pensamento e representação espacial; natureza, ambientes e qualidade de vida (Brasil, 2018b, p. 361-364). Essas unidades permanecem as mesmas do sexto ao nono anos, sendo as habilidades gradualmente modificadas conforme a série, expressas pelos chamados códigos alfanuméricos. As diretrizes da Base para os conteúdos de Geografia dos anos finais do ensino fundamental estão descritas entre as páginas 381 a 395.

Todos esses conteúdos passaram a ser mais genéricos, menos aprofundados e sem conexão direta com os conceitos-chave da Geografia, tornando o raciocínio geográfico menos crítico e mais operacional. Da mesma forma, o conceito de espaço, central na Geografia, como uma forma de desvelar as relações sociais, não aparece, perdendo a perspectiva de análise da totalidade, essencial na construção do pensamento crítico.

A pedagogia histórico-crítica e a função social do ensino de Geografia diante do avanço das políticas neoliberais

Milton Santos (2009, p. 35) afirma que o espaço, pensando no espaço globalizado, aparece como um todo fragmentado, assim: "o espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento que a unidade desumana de coisa inerte é um instrumento de sua alienação". E, para desmistificar o espaço, é preciso, também, desmistificar o ser social; a partir do estudo da história dos modos de produção e das formações sociais, compreendendo o valor real de cada coisa no interior da totalidade:

> Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (Santos, 2009, p. 41).

O nosso problema, portanto, afirma o autor supracitado, é um problema teórico e prático, de reconstruir o espaço, para que ele não seja veículo de desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, reconstruir a sociedade, para que não se crie ou se preserve desigualdades sociais (Santos, 2009). Então, se compreendemos que a BNCC é um instrumento a serviço da formação tecnicista, da mercantilização da vida e da reprodução, portanto, das desigualdades sociais, a Geografia nela aparece a esse serviço, totalmente descomprometida e descompromissada com o desvelamento do espaço. Assim, é importante compreender o processo de neoliberalização da sociedade e buscar alternativas a partir de suas contradições, que possam levar ao enfrentamento dessa profunda agudização da precarização do trabalho e da vida.

Dessa forma, Harvey (2006, p. 136) aponta o "[...] retorno ao corpo como medida de todas as coisas", de modo que o corpo que habitamos, e que é para nós a medida irredutível de todas as coisas, não é ele mesmo irredutível. Assim, "[...] o corpo pode ser uma estratégia de acumulação no sentido mais profundo do termo, mas é igualmente o *lócus* da resistência política" (Harvey, 2006, p. 178), sendo a pessoa um sujeito histórico construído socialmente, e as ações coletivas fundamentais nesse enfrentamento que exige engajamento consciente e transformador.

E Harvey (2006) trata das crises do capitalismo que se ampliam e se aprofundam, revelando-se na análise por ele denominada "A Geografia do Manifesto", derivada da obra de Marx e Engels, de 1848, *O Manifesto do Partido Comunista* (Marx; Engels, 2010). Para o autor, cabe ao geógrafo detectar, de imediato, os ajustes espaciais e os desenvolvimentos geográficos desiguais, fruto da trajetória da acumulação capitalista, destacando a centralidade desse processo ao afirmar que:

> Essa dimensão do Manifesto merece um escrutínio mais profundo, pois tem muito a dizer sobre como a burguesia tanto cria como destrói os fundamentos geográficos – ecológicos, espaciais e culturais – de suas próprias atividades, construindo um mundo à sua própria imagem e semelhança (Harvey, 2006, p. 40).

É preciso, portanto, trazer à luz a força política da mudança no sentido de combater a lógica destrutiva da globalização contemporânea. Nesse sentido, se a produção do espaço é um aspecto intrínseco da dinâmica da acumulação do capital, a Geografia tem tarefa central, na luta de classes, de resgatar a coletividade e as lutas sociais, na tentativa de contribuir para um projeto político emancipatório, trazendo à tona o poder subversivo para a mudança.

Desse modo, os autores mostram o potencial destrutivo da sociedade capitalista, a lógica de uma sociedade dividida em classes sociais e a exploração do trabalho como essencialidade desse modo de produção, que destrói, severamente, o meio ambiente, em nome do lucro, colocando-o acima das vidas. A Geografia, portanto, tem como tarefa social, por meio do ensino, o compromisso de romper com essa tradição de uma instrução simplória, enfadonha e alienante, propiciando o desvelamento do espaço, a essência do funcionamento da sociedade e as formas de pensamento crítico e atuante, no sentido de que as pessoas possam lutar pela construção de uma outra sociedade, de um mundo melhor.

Isso posto, compreendemos que a Geografia, pensada e ensinada a partir dos pressupostos da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2012, 2018), pode tornar o trabalho educativo promotor das condições subjetivas de consciência para a transformação da sociedade. Dessa forma, junto às contribuições de Couto (2016, 2023), aponta-se a perspectiva de ensinar uma Geografia engajada com o desvelamento do espaço, trazendo a essência do modo de produção capitalista, a luta de classes e as desigualdades por eles produzidas. Pretende-se, portanto, avançar na discussão sobre a agudização das políticas de precarização da educação, trazidas pelo neoliberalismo, e apontar caminhos para a leitura das contradições desse processo, avançando nas possibilidades de superação do mesmo, rumo à construção de uma outra sociedade.

O trabalho pedagógico, na PHC, tem como fim a prática social, ainda que também a tenha como efetivo ponto de partida, em um movimento dialético. Segundo Saviani (2018), parte-se dos problemas que se apresentam pela prática social, buscando os instrumentos teóricos e práticos do conhecimento, que são necessários para investigar tais problemas, para que ocorra a incorporação de processos culturais, transformados em elementos ativos da

transformação social. E, nesse momento, atinge-se a catarse nas dimensões política e ética para a atuação social, no sentido da mudança do sistema econômico vigente.

A PHC propõe, portanto, um movimento de síntese. Parte-se da realidade empírica, como um todo caótico em que se apresenta, apropriando de instrumentos do conhecimento, que possibilitem formas mais elaboradas de pensamento sobre essas relações, chegando à compreensão da realidade em sua totalidade, tendo-a, por consequência, também como ponto de chegada. Nessa direção, Pastoriza e Caiado (2016, p. 8-9) sistematizam o ensinar Geografia segundo a PHC:

> 1. Oportunizar a instrumentalização das linguagens importantes para a compreensão do conteúdo geográfico sistematizado, necessárias para a emancipação do sujeito. Por exemplo: a elaboração e a interpretação dos mapas, leitura de imagens e compreensão de textos;
> 2. Propor uma reflexão crítica sobre a prática social problematizando os conteúdos de geografia de forma a historicizá-lo, ou seja, buscar suas origens sociais e históricas. Reflexão crítica aqui entendida como dialética, segundo a qual os problemas da realidade são fruto de "múltiplas determinações" (Gasparin, 2002, p. 5) e apresentam contradições históricas;
> 3. Traçar caminhos pedagógicos que possibilitem aos alunos associar os problemas sociais e/ou ambientais locais, vivenciados, àqueles de ordem distante. É necessário que os alunos estabeleçam relações entre o local e o global;
> 4. Antes de tudo o professor nessa perspectiva adota a consciência de classe e tem um posicionamento político que busca a transformação social e o fim das classes sociais. O conceito de catarse em Saviani (2018) pressupõe essa visão de mundo sobre a prática social, sem a qual os conhecimentos adquiridos na escola terão outra finalidade;
> 5. Possibilitar a ressignificação da prática social no fim da intervenção pedagógica a partir da reflexão, junto aos discentes, da necessidade da mudança de atitude frente à realidade. Trata-se de transpor os conteúdos aprendidos para a prática enquanto ação sobre o mundo e a sociedade que vive nele.

Por conseguinte, a Geografia escolar é fundamental no processo de formação do raciocínio geográfico. Para tanto, é necessário, também, segundo Couto (2023), reconstruir a metodologia do ensino de Geografia, rumo a uma metodologia que seja derivada do processo de totalização permanente do ser-estar espacial do ser humano, por intermédio da relação entre seus diferentes momentos: da práxis, decomposta em prática e saber, e da teoria. Conforme o autor:

> Diante disso, a reprodução dos cinco momentos da pedagogia histórico-crítica adaptada ao ensino de Geografia não significa a obrigatoriedade da sequência, mas orienta na direção da totalização do processo nos termos anteriormente indicados: 1º passo: O conhecimento da práxis espacial dos alunos e dos diferentes sujeitos de seu contexto socioespacial. 2° passo: A problematização das práticas/saberes espaciais: problemas significativos que relacionem sua prática social com as dos sujeitos e processos espaciais/sociais-naturais do mundo globalizado. 3° passo: A instrumentalização, isto é, a construção e apropriação de conceitos, métodos, conteúdos e raciocínios geográfico-espaciais, indispensáveis à reflexão e à inserção dos problemas levantados no processo de organização geográfica da sociedade. 4° passo: A catarse, isto é, a apropriação do conhecimento sistematizado pela transformação dos saberes sincréticos em sínteses de muitas determinações da realidade concreta. 5° passo: A práxis

> espacial como unidade teoria e práxis e universal, particular e singular; sua compreensão mais consciente e possibilidade de transformação por parte dos alunos (Couto, 2023, p. 11).

Destarte, Couto (2023), à luz da PHC, problematiza o ensino de Geografia contemporâneo nas escolas a partir de sua função social, de modo que esse ensino possa levar à compreensão das contradições do capitalismo, além de traçar um caminho para um projeto de educação que possa contribuir para a superação da sociedade de classes, pautando-se no conhecimento sistematizado. Esse é o desafio central apontado pelo autor, o qual resgatamos e reafirmamos neste trabalho.

Nesse percurso, de passagem da síncrese à síntese, espera-se um retorno à prática social com uma mudança qualitativa. Ou seja, a prática social, objeto da prática pedagógica, referida no ponto de partida, é e, ao mesmo tempo, não é, a mesma que a do ponto de chegada. "É a mesma, uma vez que é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e o alvo, o fundamento e a finalidade da prática pedagógica." Todavia, "[....] não é a mesma, se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica" (Saviani, 2018, p. 58). E, com isso, conclui o mesmo movimento metodológico indicado por Marx (2011, p. 54), para a Economia Política, em que: "Daí, teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações".

Considerações

A Geografia, sistematizada como matéria de ensino, surge ligada à tradição de um ensino descritivo, esvaziado de sentido, uma Geografia para ser decorada e reproduzida. Ao mesmo tempo, a Geografia como ciência era apropriada pelos atores hegemônicos da sociedade e utilizada para domínio de territórios. E, ao longo da história, nos seus diversos momentos, tensionamentos se colocaram frente a essa Geografia ensinada, culminando em avanços e retrocessos, limites e perspectivas, que se buscou apontar neste texto, ao trazer a contextualização do ensino de Geografia frente às reformas neoliberais mais recentes para a educação no Brasil.

Assim sendo, o texto, aqui desenvolvido, evidenciou que as políticas para a educação no Brasil caminharam, desde os anos de 1990, para uma perspectiva neoprodutivista, desconsiderando a práxis socioespacial dos estudantes. A Geografia, apesar de ser uma disciplina escolar autônoma desde o século XIX, tem os seus conteúdos diluídos, minimizados ou, até mesmo, ausentes na estrutura neotecnicista da BNCC (Couto, 2023). Esse cenário marca um retrocesso no pouco que havia sido conquistado até os PCN e nas perspectivas acerca dos debates em torno de uma base comum.

O meio técnico-científico-informacional é um processo de cientificização, tecnicização e informatização do espaço, que faz da informação elemento fundamental para se viver na sociedade globalizada (Santos, 1994). Segundo o autor, esses espaços atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos, e o tempo e o espaço ganham novos significados, levando a novas formas de produzir sujeitos.

E esses sujeitos precisam ter acesso ao conhecimento, pois, diante da enorme quantidade de informações disponíveis, é fundamental que saibam interpretá-las, a fim de formar suas opiniões, princípios, valores e ações no mundo. O conhecimento geográfico é essencial nesse processo, no sentido de criar uma prática contextualizada e crítica diante do mundo em que vive, visando a sua transformação.

O objeto de estudo da Geografia é, assim, o espaço geográfico, no conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (Santos, 1997). Cabe à Geografia, portanto, compreender como os homens e mulheres organizam sua vida nas esferas econômica e social. Seguindo esse raciocínio, a pedagogia histórico-crítica se apresenta como um importante caminho para avançar no ensino de Geografia nas escolas, frente ao desafio de propiciar aos estudantes uma leitura crítica de mundo, capaz de levar a uma consciência e ação transformadoras.

Referências

ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira da. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 137-153, 2019. https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.966.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional n. 116/2022. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais***:* terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF: 1998.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 41-44, 22 dez. 2017b.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP n. 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP n. 15/2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 120-122, 18 dez. 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018b. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 46-49, 15 abr. 2020a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 103-106, 2020b.

COUTO, Marcos Antônio Campos. Base Nacional Comum Curricular – BNCC componente curricular: Geografia. **Revista da ANPEGE**, Recife, v. 12, n. 19, p. 183–203, 2016. DOI: https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0008.

COUTO, Marcos Antônio Campos. O ensino de Geografia na perspectiva histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 23, p. 1-29, 2023. DOI: https://doi.org/10.20396/rho.v23i00.8661936.

CURADO SILVA, Kátia Augusto Pinheiro Cordeiro. A (de)formação de professores na Base Nacional Comum Curricular. *In:* UCHOA, A. M. C. *et al.* (Orgs.). **Diálogos Críticos***:* Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? v. 2. Porto Alegre: Fi, 2020. p. 102-122.

FELIPE, Eliana da Silva. Do SABE à BNCC: padronizar para avaliar. *In: U*CHOA, A. M. C. et al. (Orgs.). **Diálogos Críticos***:* Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? v. 2. Porto Alegre: Fi, 2020. p. 80-101.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação***:* novas direitas, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2002.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Org.). **Escola S. A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996. p. 9-49.

GIROTO, Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: O ensino de Geografia sob o domínio neoliberal. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. DOI: https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.23781.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna***:* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LIMA, Átila Menezes; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. A pedagogia das competências na BNCC e na proposta da BNC de formação de professores: a grande cartada para uma adaptação massiva da educação à ideologia do capital. *In:* UCHOA, A. M. C. *et al.* (Orgs.). **Diálogos Críticos***:* Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? v. 2. Porto Alegre: Fi, 2020. p. 11-37.

MARX, Karl. **Grundrisse***:* manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã***:* crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARK, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. "Tradução" da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani. **ETD – Educação Temática Digital***,* Campinas-SP, v. 20, n. 4, p. 997-1017, 2018. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v20i4.8649915.

PASTORIZA, Taís Buch; CAIADO, Kátia Regina Moreno. O ensino de Geografia segundo a pedagogia histórico-crítica: algumas aproximações. *In:* X Seminário Nacional do Histedbr: 30 anos de Histedbr (1986-2016), contribuições para a história e historiografia da educação brasileira, 10, 2016, Campinas-SP. **Anais** [...]. Campinas-SP: Unicamp, 2016.

PINHEIRO, Isadora; LOPES, Claudivan Sanches. A Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): percursos e perspectivas. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 1-23, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/geouerj.2021.45521.

PIZZATO, Maria Dilonê. **Espírito e os propósitos do ensino da geografia, segundo as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio, preconizadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)**. 2001. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano***:* como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado***:* fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica***:* primeiras aproximações. 11 ed. revisada. Campinas-SP, Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento – revista de educação***,* Niterói, n. 4, p. 54-84, 2016. DOI: https://doi.org/10.22409/mov.v0i4.296.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 43 ed. revisada. Campinas-SP: Autores Associados, 2018.

STEINBACH, Greicy; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypyczynski. BNC-Formação e as implicações para a formação de professores/as. **Polyphonía**, Goiânia, v. 33, n.1, p. 106-123, 2022. DOI: https://doi.org/10.5216/rp.v33i1.74597.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 20 set. 2025.

Como citar este artigo:

COSTA, Cláudia Lúcia da; FÁVERO, Douglas Gonsalves. A pedagogia histórico-crítica como possibilidade de superação do ensino de Geografia na perspectiva neoliberal. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 472–498, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/9dvh6r11.

Recebido em 11 de outubro de 2025

Aceito em 18 de abril de 2026

Sobre a autora: Professora Associada do quadro efetivo da Universidade Federal de Catalão, Instituto de Geografia. Doutora em Geografia pelo Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Possui pós-doutorado no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos/SP.

Sobre o autor: Douglas Gonsalves Fávero: Doutor em educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Pedagogo, Técnico-Administrativo em Educação, na Coordenação de Desenvolvimento Estudantil e Acompanhamento Pedagógico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, campus Araxá.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

agb SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea

Anselmo Alfredo

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
ansfredo@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea

Resumo

Argumenta-se a respeito da relação entre crise, crítica e pensamento crítico na geografia, com destaque para a situação brasileira. Apresenta-se a década de 1970 a partir da relação entre a crise do capital, a crise da geografia e sua renovação como geografia crítica. A partir daí, o artigo se refere aos parâmetros atuais da geografia e sua relação com a teoria crítica de Marx, buscando os fundamentos da prevalência de certa geografia estruturalista em detrimento da perspectiva dialética.
Palavras-chave: Marx; queda tendencial da taxa de lucro; crise do capital; crítica social; geografia crítica.

Crisis, social criticism and Marxism in contemporary geography

Abstract

The argument is addressed to the relationship between crisis, criticism and the critical thought in geography, highlighted by the Brazilian situation. The 70's is presented from the relation between the capital crisis, the geography crisis and its renewal as critical geography. From this point of view the article refers to nowadays parameters of geography and its relationship to Marx's critical theory, intending to search for the foundations of the prominence of a structuralist geography to the detriment of a dialectical perspective.
Keywords: Marx; tendency of the rate of profit to fall; crisis of capital; social criticism; critical geography.

O número dos trabalhadores empregados pelo capital, portanto a massa absoluta de trabalho posta em movimento por ele, portanto a massa absoluta de mais trabalho absorvida por ele, portanto a massa de mais valia produzida por ele, portanto a massa absoluta de lucro produzida por ele pode [...] crescer, e crescer progressivamente, apesar da progressiva queda da taxa de lucro. Isso não apenas pode ser o caso. Tem de ser o caso [...] na base da produção capitalista.
Karl Marx em O Capital, Livro III

Introdução

Inevitável desdobrar a relação entre os processos críticos do capital e a crítica nas ciências sociais em geral e na geografia em particular. Ainda que nossa perspectiva seja discordante da ontologia social lukacsiana, é preciso estar de acordo com algumas reflexões. Para Lukács de *História e Consciência de Classe* a crítica não é possível sem a consideração da própria crise da reprodução social do capital. A dimensão negativa da crítica, isto é, de negação do capital como forma da reprodução social deve, necessariamente, relacionar-se com a finitude desta forma social, determinada por suas contradições identitárias. Como segunda ponderação, anotamos que a perda de aproximação crítica do pensamento reflexivo em relação às determinações sociais modernas está amplamente associada aos desdobramentos da crise da reprodução social capitalista, ponto fulcral de seu percurso em *El asalto a la razón*. Em resumo, sem a consciência da crise não há crítica, ao mesmo tempo, o desdobramento crítico do capital leva a certa redução da capacidade crítica da teoria social que pode atingir o estatuto de certa filosofia legitimadora de formas totalitárias de governança, com amplo apoio social. O romantismo nos moldes do retrocesso, ou do futurismo pela técnica é expressão formal ou estética desta situação social. Neste espectro, a pureza da raça, ou o acerto de tudo pela técnica constituem o fenomênico da relação entre crise e a forma conservadora da crítica, se se pode assim denominar este pensamento como tal.

Para Hannah Arendt (1997), nessa trilha, as formas totalitárias de poder se desdobram quando da indistinção entre ralé e elite, na conformação sociológica da massa, em que a indistinção da consciência sob a condição de classe leva à elevação do líder populista. Tanto para Lukács (2003) quanto para Arendt (1997), esta situação social é explicativa de fenômenos fascistas sejam no ocidente, ou no leste capitalista. Em *Origens do Totalitarismo*, a forma histórica sociológica é o nazismo, na Alemanha, e o Stalinismo, na URSS, ambos fenômenos dos anos 1930. Se na Alemanha há a defesa da autenticidade romântica de certa

comuna racial pura, na URSS temos a perseguição aos Kulaks, ambos sob justificativa da luta contra o capitalismo enquanto desagregador de formas socialistas de reprodução social, seja o socialismo racial, seja o social. De qualquer maneira, a conformação sociológica da massa não se estabelece como fenômeno alemão e/ou soviético, temporalmente circunscrito, mas como forma da reprodução social capitalista que pode se conformar a qualquer momento de seu processo histórico.

Neste aspecto teórico, se situarmos a periferia do sistema capitalista como a forma crítica da acumulação do capital mundial (Alfredo, 2025), dentro de sua divisão internacional do trabalho, os anos de 1950 a 1970 podem se apresentar diante deste parâmetro teórico como condições econômicas, sociais e políticas relativamente acríticas do desenvolvimento do capitalismo mundial. A ascensão do capitalismo ocidental fomentado pela crise do capitalismo periférico, trouxe em seu invólucro o centro capitalista como justificativa do percurso histórico que deveria caber à periferia do sistema. Neste sentido, amalgamou tanto o centro como a periferia sob certa consciência justificadora do capitalismo. Para isso, na América, o *american way of life* e, na Europa, o estado de bem estar social indicavam amplas justificativas em prol de certo capitalismo sem contradições e resolvido de seus percalços formativos e de suas mazelas bélicas e sociais que tanto marcam seu percurso existencial. Quanto ao capitalismo do leste, denominado de socialismo real, a expansão da produtividade em busca de sua atualização ao capitalismo europeu e ocidental justificaria sua forma ilusoriamente diversa dos padrões de acumulação de seu antípoda ideológico, o capitalismo. Neste imbróglio, tanto o capitalismo ocidental quanto o do leste estavam no mesmo limite da crítica justificadora de certa forma social capitalista, ainda que ideologicamente se apresentassem como formas alternativas de sistemas sociais.

Perante esta realidade contraditória, entre crise e acumulação, fundada na divisão internacional do trabalho, os desdobramentos da crítica social se fundaram, no entanto, num amplo invólucro econômico e social. Apenas para rememorarmos, o marxismo daí oriundo esteve multifacetado, de modo a ser impossível não reconhecê-lo em sua pluralidade. Da revolução pela crise de Trotsky (2008), das teses sobre o fim do capitalismo pela sua expansão inexorável de Rosa Luxemburg (2004), ao *Imperialismo* constituidor da classe operária

mundial de Lenin (1986), a contradição entre centro e periferia também trouxe à baila as teses ancoradas no melhor do argumento de Marx, a respeito da superação do modo de produção capitalista. Sem elencar as diferenças, não se trata deste aspecto, esta rememoração implica na necessária compreensão de que o desenvolvimento e a crise do capital, em sua simultaneidade, também trouxeram amplos aspectos da crítica superadora, conjuntamente àquela conformadora que, especialmente no século da crise do capital, o XX, irá prevalecer.

Se para Henri Lefebvre (2009) o século XX trouxe em seu invólucro transformador e revolucionário - algo identitário do capitalismo - a derrota da classe trabalhadora, é preciso considerar o acerto da tese de Perry Anderson (2019). Argumento válido, ainda que não concordemos sobre a constituição disto apenas como certo desenvolvimento interno da ciência social deste século, e sim como algo inserido no invólucro dos desdobramentos críticos do capital que, deste ponto de vista econômico e social, conformam o século XX. Para Anderson (2019), há significativa supressão da dialética em prol do estruturalismo que se expressa no arrefecimento das teses sobre a história como superação, centradas especialmente na obra de Henri Lefebvre, em prol do estruturalismo, com significativa preponderância do althusserianismo. Neste sentido, se o século XX constitui o século dos desdobramentos críticos do capital e de seu modo de produção associado, compreende-se o recrudescimento tanto teórico quanto prático de certa conformação conservadora do capitalismo a partir de então, cuja limitação da crítica coincide com certo abandono de Marx.

No contraponto, a crítica social de Henri Lefebvre (1991) à sociedade burocrática de consumo dirigido, à vida cotidiana, apontando-se o consumo como constituidor de certos consensos a obscurecer o preceito contraditório e violento da reprodução capitalista, apresenta-se como remanescente da teoria crítica superadora em relação à representação de amplo consenso conservador adestrado pelo consumo como resultado e processo da crítica reprodução do capital, a partir da segunda metade do século XX. A administração burocrática do cotidiano, constituindo-se o vivido sob os ditames empresariais, anotaria as alienações necessárias para a reprodução da sociedade que, a partir desta segunda metade do século XX, pusera a classe trabalhadora como a grande derrotada das duas guerras mundiais. No entanto, desdobra-se, a partir daqui, os sentidos críticos da reprodução capitalista, na medida em que a

produção de mais valia não mais coincide com a reprodução social. Esta, aliás, amplamente mediada pelo e resultada no consumo como seu *modus operandi*. Com isso, haveria, arriscamos dizer, unidade de representações entre capital e trabalho que pôs o consumo no ápice desse processo a tornar-se espetáculo de si mesmo.

Economicamente, destacam-se duas obras de Ernest Mandel (1985 e 1990), *Capitalismo Tardio* e *A Crise do Capital*, em que se tem a passagem da primeira para a segunda metade do século XX como ponto de clivagem entre o capitalismo produtivo e o financeiro. Os anos de 1950 a 1970 se constituem como duas décadas de ciclos ascendentes e descendentes, mas com resultante descendente, indicativos do processo crítico da reprodução social sem retorno possível a novo patamar remunerador. Com isso, 1973 apresenta a ruptura qualitativa do capital produtivo para o improdutivo, em que a assim chamada crise do petróleo indicaria a crise definitiva do capitalismo que, então, com a terceira revolução industrial, fundada na microeletrônica, acessaria sua forma financeira de reprodução. Portanto, não se teriam mais os ciclos econômicos, mas o processo descendente de acumulação e sem possibilidade de reprodução positiva da taxa de lucro.

Em certa leitura mais recente, Robert Kurz realizou significativo esforço para compreender esta forma da reprodução social, sob os sentidos do que Marx, em sua obra da maturidade, denominou de capital fictício. Para Kurz (1993), a reprodução social, a partir do último quartel do século XX, se daria sob a forma do colapso, em que, à expansão do capital, coincidiria o aumento de suas determinações de finitude. Assim, temas como a crise do trabalho, capital financeiro ou fictício, o dinheiro sem valor, a crise do Estado, o fim do keynesianismo, a crise da heterosexualidade associada ao trabalho produtivo, dentre outros, movimentam uma teoria crítica, a respeito do colapso, amplamente associada às determinações de crise enquanto finitude do capitalismo.

Se tantas diferenças em um percurso de ampla envergadura devém da matriz crítica de Marx, com acessos ora mais ora menos associados à juventude ou à maturidade - cujas diferenças encontram-se na crítica da alienação e na do fetichismo, respectivamente - isso se deu como amplíssimo acesso das teorias sociais críticas como um todo, de modo que a própria geografia, como constituinte deste rol da crítica científica, não esteve à parte.

Alguns aspectos da geografia marxista

Não se intenta aqui uma pesquisa exaustiva de autores na relação entre geografia e marxismo. Sua extensão bibliográfica e temporal não caberia nos propósitos deste artigo, que tem como preceito tocar na relação entre momento histórico do capitalismo e seus desdobramentos na forma da crítica social, a partir da presença de Marx nas respectivas formas de crítica. Acentuamos, em verdade, alguns desdobramentos a considerar a potencialidade e limitações desse espectro teórico para que, então, possamos estabelecer certo balanço do marxismo na geografia atual.

Se considerarmos a geografia a partir da segunda metade do século XX, há um marco considerável a partir da Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste (1980).

A proposta desta geografia que se interage com a crítica de Marx é a de reconhecer a relação das partes numa totalidade social, cujo sentido é a intervenção da ciência em melhorias nas condições da reprodução da vida. Com isso, as relações de produção apresentam-se sob a correlação entre clima, solos, economia e política, constituindo-se a região como síntese da realidade, onde caberia ao geógrafo atuar em prol de certa concepção de melhoria que coincidiria com o desenvolvimento regional. A este, o conhecimento da situação geográfica incorpora o acesso aos elementos, termos espaciais, que aceleram ou "freiam" a satisfação das necessidades. Este caminho leva à síntese regional que permite a atuação do geógrafo frente a certo desenvolvimento regional amplamente apoiado na concepção industrial da reprodução social. A região, assim, se faz de modo polar a partir da realidade industrial que mobiliza desenvolvimentos em sua área de influência. Com isso, ao geógrafo caberia a retirada das condições de isolamento de regiões restritas, de modo a adequar a capacidade produtiva do capitalismo à sua revolução demográfica.

Ao que pese a busca de certa compreensão da totalidade, enquanto método da geografia, sua perspectiva ativa trouxe caracterizações isoladas perante à necessidade de atuação do geógrafo no desenvolvimento regional vinculado ao consumo e à realidade do continente europeu. Esta perspectiva, portanto, não pôde transcender à crítica social atrelada aos ditames do Estado e da economia capitalista que, apesar da importância de sua aproximação à teoria

crítica de Marx e à dialética de Hegel, afastou-se da crítica superadora do modo de produção, a partir das próprias contradições identitárias do mesmo. Ainda que escrita posteriormente à *Geografia Econômica* (1983), mesmo assim, a perspectiva eurocêntrica de civilização se configurava como o principal aporte de seu método, de modo a incutir na análise a localização de problemas deslocados das determinações mais gerais da reprodução social. Mesmo sob a proximidade dos movimentos sociais de 1968, em embates com as estruturas fundantes do capitalismo, como o Estado, o trabalho e o capital (Lefebvre, 1968), essa geografia, ainda que sob o mérito de unir marxismo e ciências acadêmicas, não se constituiu como alteridade em relação à situação a que criticou. Dentre outros aspectos, certa falta de compreensão da simultaneidade entre o que ela mesmo denominou de desenvolvimento e subdesenvolvimento, trouxe um ponto cego da crítica cujo resultado foi a salvaguarda do estado de bem estar social como exemplo a ser seguido. Nesse sentido, além de burocrática, no dizer de Manoel Correa de Andrade (1985), não deixou de acentuar a crítica moral, da conduta relativa às necessidades e à criatividade produtiva que caberia desdobrar o subdesenvolvimento. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em sua apreciação à *Geografia Econômica* de Pierre George, dentre as tematizações elencadas de sua crítica, destacamos a respeito dos sistemas econômicos a observação de que há "[...] encadeamento lógico que marca as mais contundentes obras do discurso ideológico dos cientistas europeus" (1977, p. 46).

Num aporte mais interno à teoria crítica de Marx, *Marxismo e Geografia* de Massimo Quaini (1979) apresenta a necessidade de certa crítica em que a relação sociedade natureza deva estar no preceito de totalidade social e dialética. Para além de certo conhecimento enciclopédico, cujo resultado seria o conservadorismo em relação ao status quo - crítica endereçada a Almagià, geografia mais acessada na e da Itália deste tempo - a aproximação de Quaini visa aos excertos de Marx e de Engels - *Grundrisse* e *Dialética da Natureza*, respectivamente. Nesta aproximação, o centro da crítica se refere à relação entre história social e história natural, incluindo-se aí as teses a esse respeito dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de Karl Marx. Assim, obviamente, sua crítica supera "[...] o significado apologético [que] é por demais evidente" (Quaini, 1979, 17) no enciclopedismo de Almagià. Contudo, nesta totalidade a partir de Marx, ainda que profusamente supere o objeto de uma geografia

fragmentada e sem nexos internos, sua circunscrição às relações causais entre sociedade capitalista e destruição da natureza acaba por sugerir a necessidade de superação da forma social capitalista, mas sem colocar, a partir das determinações internas ao próprio capital, os sentidos possíveis de sua superação. Nesse aspecto, a perspectiva especulativa da crítica não inclui a transcendência como forma e momento da totalidade concreta, existente na teoria de Marx de que parte. Por isso mesmo, a superação fica sugerida, porém, externa à constelação categorial que conforma a crítica ao capital e seu percurso histórico. Talvez aqui, a própria noção de especulação, retirada da *Ideologia Alemã* de Marx, cujo empenho é partir das abstrações para as concretudes do real, tenha-se associado à perspectiva concreta da natureza. Portanto, o "[...] o materialismo histórico constitui-se, [...], como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana." (Quaini, 1979, p. 43).

Assim, haveria certa relação direta entre concretude dialética e o espectro físico da natureza, tomada esta como condição das relações de produção. Por aqui, a ampla gama de contradições internas da valorização do valor permanece no lado externo e reduz a possibilidade de se compreender os limites do capital postos por ele mesmo. A unidade entre homem e natureza, tomada dos manuscritos, em verdade, não propõe alteridade entre um e outro, limitando-se a certa concretude que não alça às determinações da dialética de *O Capital* que se fundamentam na superação da *physis*. Não sem motivos, a própria crítica da alienação dos manuscritos se supera em crítica do fetichismo na obra da maturidade de Marx que, de modo inverso, o físico - que constituirá a fisiocracia da economia política - torna-se objeto da crítica porque fundamento do fetichismo. Esta mudança do prisma da crítica é o reconhecimento, por Marx da maturidade, de que a abstração trabalho, como tempo social de trabalho, essência da forma social capital, não se constitui em ente estético. Assim, não passa pelos sentidos. Diante disso, a expressão fenomênica desta abstração se faz pelo físico, fetichizando-se o metafísico como *physis*. Neste sentido, a totalidade social inclui o fetichismo porque se põe na unidade contraditória da matéria entre o físico e o metafísico, ou social. Nas palavras de Marx, "[...] os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas, ou sociais" (1988, vol I, p. 71).

Nesta inversão, a natureza física não poderia ser a unidade entre crítica e superação. A salvaguarda da natureza física, contra seus desastres, teria de ser mediada pelo reconhecimento da *physis* como forma do fetichismo.

Sem isso, para ficarmos nos parâmetros da dialética, não se chegaria à negatividade ou à essência da forma contraditória do capital, qual seja, a unidade entre acumulação e crise, fundada no desenvolvimento das forças produtivas e na consequente redução de sua taxa de acumulação, o que levaria à ruptura qualitativa e indicaria a finitude da forma social como um todo. Neste aporte, a concretude, ao contrário dos manuscritos de Marx, seria mais ortodoxamente hegeliana nos escritos da maturidade, no sentido de se fundar em contradições, não em aspectos mais ou menos físicos do real. É significativo apontar a relação intrínseca, na crítica de Marx, portanto, entre os processos críticos e a própria crítica especulativa do real capitalista em que a contradição entre crise e acumulação permitiria compreender e criticar o movimento do real em contínua e contraditória formação. Assim, ainda que Marx da crise imanente tenha sido citado, a partir dos *Grundrisse*, o desdobramento da reflexão de Quaini (1979) se dá em torno da crítica ecológica, recaindo naquilo que Marx já havia superado e se apresentaria como objeto de sua crítica de modo mais acabado em sua reflexão d'*O Capital*. Nas palavras de Quaini:

> Não pretendemos a esta altura resumir em poucas páginas as contradições que agitam o capitalismo, em seus diversos níveis: nos limitamos somente a um, aquele que podemos definir, modernamente, de nível ecológico e que, em outras palavras, diz respeito às relações entre homem e natureza e as contradições que se manifestam no interior da organização territorial do capitalismo. (Quaini, 1979, p. 130).

Com isso, das contradições internas e identitárias do capital, as quais dão o aspecto propriamente dialético do método de Marx, o de que o capital se move em sua auto destituição, a exigir constantemente o repensar e o refazer entre teoria e prática - dada a mediação do fetichismo - salta-se para suas formas de externalidade. A relação sociedade natureza, em seu aspecto de crise ambiental, portanto, não pode ser o problema *ex machina*, como essência a partir do qual se soluciona e se supera o capital. Ao contrário, a superação do capital terá de vir com a superação da sua condição destrutiva. Assim, não se supera esta antecipadamente em relação à superação da forma social. Para isso, seus nexos essenciais, vinculados à acumulação, à crise e sua ficcionalização deverão desvendar o fetichismo de sua condição inexorável e

insuperável, mobilizando-se a consciência para a impossível correspondência entre nexos destrutivos e manutenção da forma social capital. Assim, não se tem um limite do capital no limite da natureza, ao modo do Clube de Roma, mas a necessidade de se vislumbrar em sua voracidade destrutiva, tanto maior, quanto maiores os limites de sua reprodução, exigindo-se, a partir daí, a consciência da ação enquanto práxis.

O marxismo na geografia que trouxe certa apreensão mais próxima dos nexos internos e essenciais da reprodução capitalista, mesmo o que não tenha se atrapalhado na armadilha ecologista, acabou por circunscrever-se no harmonicismo (Grossmann, 1979) entre capital financeiro e acumulação de mais valia. O resultado foi a distorção conservadora da constelação categorial de Marx a pôr os próprios nexos da crise como mera adequação do capital em sua eterna reposição.

Assim, a manutenção das categorias da crítica de Marx, como constelação lógica do argumento, numa perspectiva harmonicista - entre capital fictício e acumulação positiva de valor - só seria possível, enquanto fetichismo da crítica, se a própria noção de crise estivesse invertida em relação à crítica de Marx de que parte. Desta inversão conservadora e harmônica, David Harvey é seu grande expoente. Para Marx, o enigma do capital ou sua forma enigmática está na contradição entre as determinações expansivas e as de crise da reprodução social, ou a queda tendencial da taxa de lucro. Com isso, enquanto para Marx a expansão é determinada pela crise e se põe como forma compensatória da redução de sua remuneração relativa através de sua expansão absoluta, para Harvey, expansão e acumulação positiva são meras expressões distintas de um só resultado. Neste sentido, a contradição enigmática de Marx perde absolutamente sentido na composição positiva de Harvey e a autodenominada "solução do enigma" por Marx tem o véu reposto na crítica positiva de David Harvey. Se, para Marx, a solução desse enigma, que constitui o fetiche do capital, torna-se a fundamental distinção entre crítica à economia política e economia política, a inversão conservadora de Harvey certamente recai como objeto da crítica de Marx constituída já no século XIX. A atualidade de Harvey e seu engodo crítico, no entanto e curiosamente, é a própria crise, que funda os sentidos conservadores da crítica. Nos desdobramentos da crise do capital financeiro, não mais do capital produtivo - própria do último quartel do século XX -, caracterizadora do século XXI,

especialmente a partir de 2008, a inversão do enigma do capital na crítica conservadora só pode se constituir como mantra desesperado a apaziguar a consciência que identifica fim do capitalismo com o fim da existência sobre a Terra. Por isso mesmo, para Harvey, em seu *jab* de direita "as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo" (2011, p. 22), de modo que sua relação com o processo geral da reprodução está na manutenção da forma social.

Embora se reconheça, sem nenhuma ingenuidade teórica, a ascensão do capital financeiro, especialmente após 1973 e o fim de Bretton Woods, como algo qualitativamente diferenciado em termos de reprodução social capitalista, as bolhas financeiras se salvaguardam na busca de ativos. Nesse sentido, há dois aspectos a se discordar. Primeiro, a expansão em busca de ativos não implica na produção de valor, mas fundamentalmente, na remuneração do preço - não do valor - da massa monetária como capital excedente, mesmo porque esses ativos são imobiliários, agroindustriais, minerais, etc. cuja capacidade de produzir valor está questionada pelo altíssimo desenvolvimento das forças produtivas gerais do capital. Não obstante, fosse produção de valor, não caberia falarmos na sobredeterminação do capital financeiro (fictício), um é excludente do outro e só a harmonização da contradição entre lucro e juros poderia acessar positivamente esta situação. Um segundo aspecto é que, justamente, sem levar isto em consideração, o enigma do capital não se desvenda, especialmente porque Harvey equipara precificação do dinheiro, juros, com lucro. Contra a economia política, Marx já havia desvelado o problema do enigma do capital ao se referir à lei da queda tendencial da taxa de lucro:

> Dada, porém, a grande importância que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se dizer que constitui o mistério em torno de cuja solução toda a Economia Política gira desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas diferentes tentativas de solucioná-la. Se, porém, por outro lado, se considera que a Economia Política até agora certamente tateava em torno da diferença entre capital constante e capital variável, mas nunca soube formulá-la definidamente; que ela nunca apresentou a mais-valia separada do lucro e o lucro nunca em forma pura, separadamente de suas partes constantes autonomizadas entre si - como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; que ela nunca analisou a fundo a diversidade na composição orgânica do capital e, portanto, tampouco a formação da taxa geral de lucro-, então, deixa de ser enigmático que nunca lhe foi possível decifrar esse enigma. (Marx, 1988, vol III, p. 155-156).

Mas David Harvey, postulando o oposto - e para isso há que ter indefinições categoriais -, realiza o esforço teórico de compreender porque, apesar das crises, e de sua propensão às crises o capitalismo sobrevive, ao invés de compreender a crise como processo histórico de finitude de certo modo de produção. Daí a questão do autor:

> Como o capitalismo sobrevive e por que é tão propenso a crises? Para responder a essas perguntas primeiro descreverei as condições necessárias para a acumulação do capital florescer. Então, justificarei as possíveis barreiras que existem para o crescimento perpétuo e examinarei como estas normalmente foram superadas no passado, antes de mostrar quais são os principais bloqueios desta vez. (Harvey, 2011, p. 41).

Vê-se que o problema teórico não é o de superação, mas de eternização da forma social, considerando-se apenas as diferenças das formas da crise e de suas respectivas superações. Para mobilizar este preceito pouco marxiano da crítica, talvez, sequer marxista, há que se obscurecer a diferença entre juros e lucro. Ainda, há que, à moda da economia política do século XIX, vislumbrar o lucro na esfera comercial, pela diferença de preço entre compra e venda. Assim, a compra de grupos privados de empresas estatais a preços menores do que o preço de revenda ao próprio Estado, constitui para Harvey "lucro substancial" (Harvey, 2011, p. 49), como se o lucro comercial fosse igual à produção de valor, numa conservadora miscelânea entre preço e valor. Da mesma forma, distorce o sentido de valor pela forma preço, no âmbito da esfera financeira, quando informa que "[...] os especuladores compram os ativos mais baratos hoje pensando em vendê-los com lucro quando o mercado melhorar" (Harvey, 2011, p. 48). O mesmo ocorre em relação aos serviços financeiros, em que os juros têm de ser considerados como lucro. Assim, para o autor, "[...] faz uma diferença se os bancos emprestam três ou trinta vezes o que eles têm em depósito. O aumento da dinâmica significa muito simplesmente a criação de moeda dentro do sistema bancário e o rápido aumento dos lucros" (Harvey, 2011, p. 49). Com isso, a expansão do capital em busca de ativos, determinado pela lucratividade negativa expressa na sua determinação financeira, é amplamente compensada na artimanha teórica de juros se tornarem lucro e, assim, teoricamente, o capitalismo está salvo como eterno presente.

Essa argumentação justifica o título do livro de Harvey na medida em que reafirma o enigma, mas não o desvela e fica, portanto, no seu invólucro. As consequências mais empíricas dessa forma é compreender a expansão espacial e material do capitalismo como salvaguarda da

redução de sua remuneração, o que trouxe grande influência na geografia contemporânea, especialmente do ponto de vista da expansão da produção do espaço urbano (Harvey, 2009). Neste sentido, a expansão espacial da realidade capitalista acaba se constituindo como fronteira expansiva da produção de mais valia, o que alimentou um número significativo de pesquisas em geografia urbana sob o preceito da acumulação sem nexos com as determinações críticas. Nesse invólucro, por exemplo, seria impossível explicar a crise de 2008 que teve seu gatilho, justamente, no setor imobiliário urbano. Afirma que "a produção do urbano [...] tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra" (Harvey, 2011, p. 122). Assim, o preço imobiliário não se explica pelo avantajado volume de capital ocioso disponível em detrimento da produção de valor (Alfredo, 2010), mas pela produção de mercadorias fornecedoras à produção urbana. Nesse sentido, fica sem sentido a explicação da crise de 2008 a partir do excedente do preço sobre o valor, pois, se se confunde, em primeiro plano, juros com lucro, num segundo aspecto, torna-se indistinta a diferença entre preço e valor, crítica de Marx à economia política, já no século XIX.

Esse raciocínio se desdobra e se amplia na esfera da geopolítica do capital contemporâneo. Para David Harvey (2009b), a acumulação de capital se justifica pela compreensão do "novo imperialismo", o que, aliás, dá título a seu livro. Além disso, não há diferença entre o imperialismo do final do século XIX e inícios do século XX, para as formas de dominação atual, no que diz respeito à diferença entre capital produtivo e capital financeiro. Assim, argumentamos, ainda que tenhamos dominação e expansão territorial, a busca por ativos é indicativa de que não se trata mais de capital produtivo. Portanto, não podemos meramente requalificar com a ideia de "novo" para mantermos a concepção mais fundante de exploração produtiva a que imperialismo está relacionado, em termos de mundo moderno. Com isso, também do ponto de vista das relações internacionais, a contradição enigmática, que constitui o fetiche do capital, isto é, expansão determinada pela crise, aparece como algo meramente positivo. Para David Harvey, a espoliação, do ponto de vista teórico, como o novo do imperialismo, está na velha e carcomida tese de que a acumulação primitiva do capital se renova a cada dia, o que torna cada vez mais distante a possibilidade da compreensão da crise e uma contradição nos próprios termos com a financeirização do capital, além de não se chegar

à noção de superação. Esta, ao mesmo tempo que se põe como o sentido mais forte da especulação dialética, por isso mesmo, quando se apresenta nessa inversão de sentidos, é mera possibilidade prática independente da lógica categorial de que se parte. A contradição enigmática entre crise (desvalorização) e expansão do capital é externa à leitura de Harvey a respeito de *O Capital* de Marx porque a resultante é positiva. Se falamos em eterna acumulação primitiva, não podemos nos referir ao capital financeiro nos moldes do mundo contemporâneo, como reconhece Harvey a financeirização atual. Assim, ativos precificam ações, não produzem lucros, porque já demandados pelo excedente de capital, isto é, capital que não encontra, nos mesmos moldes de sua acumulação, trabalho vivo para explorar. Jamais teríamos esta condição histórica se este fosse o caso:

> [...] a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, "o pecado original do simples roubo", que possibilitara a acumulação original do capital, "tinha de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente". Se assim é, o "novo imperialismo" mostra não passar de revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos. Resta examinar se essa é uma conceptualização adequada das coisas. (Harvey, 2009a, p. 32).

Não há o que discutir a respeito da sobredeterminação das finanças e do excedente de capital se o problema é o da eterna acumulação primitiva. Esta, antes de mais nada, é formação do trabalho e não acumulação monetária. A segunda ocorre sem a primeira, daí o capital fictício como forma da reprodução do século XXI. A sobredeterminação do capital financeiro em relação ao produtivo só se realiza, pela crítica de Marx de que se parte, se o trabalho e a produção de mais valia estiverem numa crise sem retorno.

Estas anotações são de significativa importância, porque demonstram sobremaneira os caminhos que a geografia marxista tomou em sua crítica ao mundo contemporâneo, especialmente após a renovação da geografia brasileira cuja crítica não atravessou o século e foi, de alguma forma, solapada pelas teses estruturalistas que substituíram a viva contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção pela miséria filosófica da técnica.

O marxismo e a geografia brasileira

A autodenominada renovação da geografia brasileira tem seu marco no Encontro de Geógrafos Brasileiros da AGB nacional, em 1978. Deste marco, derivamos a importância de sua intrínseca relação entre os desdobramentos de seu autodenominado aporte crítico - geografia crítica, crise da geografia - e a crise do capitalismo já anotada mais acima, a partir de 1973. O que se destaca são os desdobramentos críticos do capitalismo coincidentes com sua aproximação à crítica de Marx, seja dos manuscritos, seja da maturidade. A contrapelo da tese lukacsiana comentada mais acima, em pleno movimento crítico da reprodução social, a teoria crítica, de um modo que abordaremos a seguir, foi irruptiva em relação à forma da reprodução que a produzira. Isto contudo, não evitou a ascensão das leituras espaciais que remeteram à certa crise da dialética na geografia, fenômeno das ciências sociais como um todo. Do ponto de vista geográfico, Ruy Moreira (1999) já apresentava a prevalência das redes, da homogeneidade em detrimento da contradição identitária da igualdade-diferença.

De qualquer modo, há, nesta renovação, a ruptura com a geografia tradicional e mesmo com a teorética que trouxe a aproximação da crítica em relação às determinações espaciais do mundo moderno, aproximou-se da crítica ao imperialismo e às condições periféricas do capitalismo, além de se buscar a relação dialética entre sociedade e natureza. Nesse sentido, sob diferentes aspectos, a geografia crítica deste tempo tendeu a se aproximar, o quanto mais, da crítica do valor de Marx.

Do ponto de vista das questões agrárias a tese de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a primeira a trazer o pensamento de Marx para a geografia brasileira, indicava as limitações estruturalistas isentas da compreensão da propriedade privada da terra como mediação das desigualdades na formação da realidade agrária brasileira, a destacar a impossibilidade da concepção harmônica de espaço de Von Thünen. No plano sociológico, a contradição entre capital e trabalho trouxe a apreensão do campesinato como classe social que particularizaria a formação do capitalismo brasileiro (nossas discordâncias em relação a esta tese sociológica não cabem nos propósitos deste artigo. Fizemos essa crítica a partir de José de Souza Martins em Alfredo [2023]). No plano da divisão internacional do trabalho, desdobrou a pugna teórica contra as relações desiguais entre centro e periferia numa crítica ao entreguismo nacionalista

ditatorial e sua associação ao capitalismo norte-americano. Quanto à crítica nacionalista desta tese, já esboçamos nossas discordâncias em Alfredo (2025).

Na perspectiva mais vinculada entre o espaço e a crítica que se renova, encontramos especialmente a geografia urbana, a qual se apoiou amplamente na noção de valorização do espaço. As desigualdades espaciais, a segregação sócio espacial, vinculada pela propriedade da terra em que seu preço indicava a valorização espacial, explicitou o cerceamento às camadas menos favorecidas à cidade. Nesta miríade temática, ainda que de vertente profusamente contraposta ao *status quo*, algumas contradições são necessárias de se apresentar, na medida em que o reconhecimento da insurgência da teoria geográfica crítica, no invólucro do afundamento crítico do capital, encontrou, ao mesmo tempo, seus limites teóricos e práticos, não menos determinados pela própria crise da formação social como um todo.

Quanto à valorização do espaço, se isso aproximou espaço e valor à teoria crítica, na pena de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa tornou ontológica a noção de valor, o que prescreveu a impossibilidade de se vislumbrar a superação categorial, especulação propriamente dialética. Consequentemente, a ciência do valor, portanto, deveria se constituir na moldura axiomática indelével e não superada. Há consequências a se derivar disso, do ponto de vista da longevidade da crítica.

Não obstante, em consonância com toda a auto reconhecida renovação da geografia - em relação à tradicional e neopositivista (matemática) - o invólucro crucial que limitou o alcance da crítica, a nosso ver, foi justamente buscar a salvaguarda do conhecimento disciplinar, ainda que a totalidade estivesse no horizonte. Circunscrever o objeto e o método próprio coincidiu com a salvaguarda da ciência, quando, argumentamos, sua autodenominada crise de objeto não se fazia a despeito da crise geral da reprodução capitalista. Como nos indicou Henri Lefebvre (2009), a respeito do "espaço de catástrofe", a crise da reprodução não se efetiva como mera crise econômica, mas, a partir desta, constitui-se em estado crítico. A ciência, ou as ciências, não estiveram aquém ou além deste momento da formação social capitalista.

Assim, ao invés de reconhecer na crise da ciência um aspecto da revolução social, buscou-se torná-la exceção diante do estado crítico que produzia sua própria crise. Nessa contradição, diria nos próprios termos, entre o método que busca alçar à consciência do real

em crise e, ao mesmo tempo, salvar a ciência de sua crise de método e de objeto, o resultado seria, justamente, estar às cegas teórica e empiricamente aos nexos negativos do capital, objeto de desvendamento que a própria geografia se cobrava. Com isso, a crítica apartou-se da crise e quanto mais se delineou um temário próprio e estritamente geográfico, menos o materialismo dialético haveria de participar dos conteúdos teóricos da geografia. Aliás, isso tornou-se exponencialmente explícito quando a geografia conformou-se à saída da crise acomodada em seus axiomas espaciais, territoriais e regionais, quando de sua formulação pelo meio técnico-científico informacional, desdobrado pela obra de Milton Santos.

A cobrança de nosso argumento não é de ortodoxia, nem de doutrinamento em relação a Marx, mas de se reconhecer que tais teorias, hoje, são inócuas para se compreender processos absolutamente evidentes da reprodução capitalista expressos na sua reprodução crítica. Sem a crítica de Marx isso não é possível, e sem essa possibilidade, dada a preocupação da geografia com o seu acesso ao desvendamento do real, tal ciência não atinge os seus objetivos. No extremo, a geografia que melhor delineou o seu objeto, o espaço como um sistema de objetos e de ações, repetido pelos seus seguidores *ad nauseam*, expressa a expansão do seu objeto como mera confirmação do real existente, sem derivar daí determinações do real enquanto processo. Em última instância, em plena revolução da forma social, o máximo a que se chega é na conclusão da expansão do meio técnico científico informacional, ou do sistema financeiro, como afirmação do capital e, assim, permanece no limite de certa fenomenologia lógica.

Com isso, contraditoriamente, na unidade dos geógrafos dessa geração, partindo especialmente da crítica de Marx, quanto mais se buscou circunscrever o objeto propriamente geográfico materialista, histórico e dialético, mais se constituíram os preceitos de uma geografia que se apartava do método almejado, mesmo que isso tenha ocorrido em outros autores, pesquisadores, no sentido de certa tendência geral da geografia. A essa anotação, podemos sintetizar a afirmativa de que "[...] a construção de uma Geografia nova, embasada no materialismo histórico e dialético deverá encaminhar-se para a constituição de [...] uma *teoria marxista da Geografia*" (Moraes, s/d, p. 37 e segs.). O preceito dos axiomas disciplinares buscou recrudescer-se diante da ruptura que o capital promovia para consigo mesmo como

determinação de seu próprio tempo e que se personificava na crise do pensamento científico em geral, a geografia inclusa.

A sobrevivência do marxismo na geografia, no entanto, não se manteve como movimento de contínua renovação, mas a partir de autores e pesquisadores que se mantêm numa luta pela sua continuidade enquanto teoria e método da geografia que, contra o lado oposto, se debate com a coincidência entre neoliberalismo - que afeta a universidade como um todo - e o acolhimento das teorias menos críticas, porque, como sabemos, o método tem ampla significação no movimento prático do real.

Na perspectiva urbana marxista, a tendência mais presente foi similar a de David Harvey, de que a expansão do urbano significaria maior acumulação do capital. A essa concepção, a noção de valorização do espaço adequou-se *pari passu* à expansão dos investimentos capitalistas. Não se mobilizou a diferença entre os anos de 1930, na conformação imperialista da valorização do espaço pelas companhias internacionais, coerentemente assim compreendido pela tese de Odette Seabra (2019), com a forma especulativa desta expansão após os anos de 1970. Após o capitalismo desse momento, na leitura geográfica, a contradição marxiana entre crise e expansão do capital - fetichismo do capital - foi desconsiderada e toda expansão espacial coincidiu com valorização positiva do capital, através da já mencionada noção de "valorização do espaço". Ao invés da geografia urbana ver na expansão imobiliária a precificação que expressa o capital financeiro ou fictício, viu, nesta, a acumulação de capital justificada pela noção de valorização do espaço. A resultante temária foi, pelo espaço urbano, unir capital sob a determinação financeira, com produção de valor, como se a expansão urbana fosse a salvaguarda da acumulação. Aqui, não consideramos os desvios teóricos a respeito das cidades médias e o estruturalismo marxista que isto constitui. Esta crítica desdobramos em Alfredo (2023b).

Por isso, é necessário considerar que o marxismo de viés crítico que incorpora a negatividade necessária, através da geografia, como negação do próprio capital, tanto teórica quanto do ponto de vista da formação social historicamente datada, reconheceu crise do capital com a urbanização crítica (Damiani, 2009). A mediação teórica e prática para esta condição

compreende-se pela "cidade como negócio", passagem de uma acumulação capitalista agrária e periférica, para uma "acumulação urbana" (Silva, 2005).

Nesta conformação, nem a cidade, nem a geografia se tornaram, respectivamente, prática ou teoricamente, a salvaguarda da eterna reprodução presente. Na proletarização generalizada do habitante, a cidade do século XXI, enquanto habitat e proletarização, "[...] nega, contraditoriamente, o trabalho" (Damiani, 2009, p. 311). A teoria crítica nesta geografia urbana assenta-se no plano essencial da crítica do valor em que a crise do trabalho, como crise urbana, é a do capital que envolve a forma social como um todo. A extrema urbanização na esfera da administração da reprodução social como negócio, unida à ampliação dos negócios imobiliários, portanto, é vista no invólucro deste desenvolvimento como expansão crítica da reprodução capitalista e que envolve a alienação no plano da vida cotidiana.

O lado oposto desta leitura encontramos em Carlos (2004, 2025) em que, na primazia do capital financeiro, o capital-dinheiro volta-se, especialmente "[...] à produção do espaço, como mercadoria passível de geração de lucros maiores do que para o setor industrial, em crise" (Carlos, 2004, p. 58). Assim, a crise não se constitui da forma social capitalista, mas do setor industrial, amplamente compensado pelo crescimento dos negócios imobiliários urbanos.

O ponto fulcral do problema, nesse sentido, é a observância ou não das teses de Marx a respeito das formas compensatórias referentes à redução da remuneração do capital ou, para falarmos categorialmente, da queda tendencial da taxa de lucro e o consequente fetichismo do capital, fundado na contradição entre redução da metafísica valor e expansão física de seus investimentos.

Derivações atuais do marxismo na geografia brasileira, balanço incompleto

A geografia marxista brasileira hoje, do ponto de vista de sua matriz, isto é, sem considerar o universo de dissertações, teses, artigos e outros no plano nacional como um todo, pode ser identificada em seu núcleo propriamente uspiano. Muitas derivações e segmentos existentes em outras escolas universitárias, não pouco, formaram-se no departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e atuam como egressos deste departamento, embora isso não seja exclusividade. Se isso tem o

lado importante de certa reprodução, há que se considerar o seu aspecto de resistência perante um conhecimento que, já dito acima, enveredou para o estruturalismo da técnica, em detrimento da dialética e não menos importante, também tem sua sede no mesmo departamento. Não se pode desconsiderar, quanto à geografia marxista, a importância do Laboratório de Geografia Urbana como espécie de centro formativo do pensamento marxista na geografia brasileira. Internamente, as suas atividades incorrem em três vertentes principais. A primeira, é a de fundo marxista-lefebvriano e sua perspectiva espacial, que acessa a unidade entre Marx dos manuscritos e de *O Capital*, numa crítica da alienação, seja do espaço, seja do urbano. A segunda, com acesso preferencial à obra da maturidade de Marx, sem preocupação com a formulação de nova corrente marxista e, com certa ortodoxia, procura compreender os fenômenos do mundo contemporâneo tensionando o Marx do capitalismo concorrencial com os aspectos do capital fictício do mundo hodierno, seja no campo, na cidade ou no urbano. Por fim, a formulação marxista de vertente vinculada a Robert Kurz e Roswitha Scholz, em que se propõe derivações teóricas a respeito do mundo contemporâneo sob a tese do colapso da modernização e que atua em temas tanto urbanos quanto os agrários, assim como a respeito do fenômeno migratório. Nestas últimas duas, ao que pesem diferenças e divergências, o espectro teórico se fundamenta na crítica ao fetichismo, seja da mercadoria, seja o do capital.

Do ponto de vista da geografia agrária, outra matriz marxista pode ser considerada através do Labagrária, herdeira das teses sobre o campesinato de José de Souza Martins, repostas à sua maneira por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e que remeteram à tese da terceira via em relação ao capitalismo, expressa na luta pela terra e contra a concentração fundiária, um dos esteios da desigualdade social no Brasil.

Por fim, podemos mencionar o Geopo, Laboratório de Geografia Política, em que as leituras de Marx se aproximam negativamente das teses do sistema mundo de Arrighi e Wallerstein, sob a perspectiva de longa duração de Fernand Braudel.

Dessa matriz marxista não podemos desconsiderar certo apartamento da noção de totalidade, existente no próprio método materialista de que se é herdeiro, demonstrando-se certa fragmentação do conhecimento na medida de suas próprias tematizações, obviamente, muito coerentes dentro da proposta de método e de objeto.

Nesse conjunto, encontramos aproximações sobre o Estado (Simoni, 2025) em que, se há certa compreensão a respeito do poder para além de sua organicidade interna, transcendendo para a hegemonia social, numa vertente explicitamente gramsciana, a realização do Estado vai a despeito de contradições e ou determinações universais econômicas do processo social. Nessa medida, a formação do poder estatal, sua generalização, apresenta-se com independência da totalidade que o materialismo exige, como se daí, a conformação social e espacial, por exemplo do urbano, estivesse sob a primazia do político e de sua normatização.

Sob a ampliação do horizonte da totalidade, a inclusão da crítica à forma racial da realidade, seja no urbano (Alves, 2025), seja na conformação do escopo educacional (Juliazs, 2025), segue a mesma conformação de certa unidade em si, sem vínculos entre a forma mercadoria, a forma capital e a formação de consciências mediadas pelas questões raciais como necessidade da reprodução social. No extremo, o fundamento se apresenta como certa permanência histórica e ainda que a inerência entre capitalismo e racismo possa se anunciar, a mesma não se mobiliza pelas contradições identitárias do capital e, assim, a mudança na educação e ou na urbanização podem aparecer por si mesmas, por sujeitos que não apresentam o fundamento de seus respectivos surgimentos. Não se situa o problema, por exemplo, de porquê as questões raciais, na sociedade e nas ciências voltam à tona, na atualidade. Seria pertinente compreendê-las à luz de certa democratização, ou de certo recrudescimento da crise que exige maior concorrência e agrava a forma totalitária de ser da governança? O xenofobismo, a retomada de governos ultra liberais podem trazer alguma evidência nesse sentido, em que a maior dificuldade crítica de realizar as relações categoriais do capital acirra suas formas truculentas de reprodução.

Se o preceito da crítica, ainda no urbano, remete às definições de luta de classe, ainda que no reconhecimento de suas transformações em relação aos momentos vivenciados e definidos por Marx e Engels, coloca-se o problema de sua amplitude atual. Ao que pese o reconhecimento da ruptura atual em relação ao capitalismo industrial, as transformações nas lutas de classes continuam a atuar como movimento do processo (Scifoni, 2025). Isso implica em desconsiderar a unidade tão fortemente compreendida por Henri Lefebvre entre classes sociais através da unificação da consciência pelo consumo. Neste caso, perdem-se as conexões

entre o Estado que se amplia, comentada mais acima, para além de suas condições de órgão executivo, e a redefinição das determinações da identidade e da luta de classes. O sentido, apesar do importante reconhecimento das diferenciações ao longo das rupturas do capitalismo para consigo mesmo, é o de certa hipostasia da luta de classes, como se ela exercesse, a qualquer momento do capitalismo, os mesmos resultados de contraposição. Para isso, mesmo partindo-se muitas vezes das reflexões lefebvriana, há que se abster da consideração referente ao forte sentido de cotidiano elaborado por sua crítica social. Acrescentamos, ao mesmo tempo, que esta hipostasiação também torna-se inoperante quando da necessidade de se considerar a amplificação das formas neoliberais de Estado, somente possíveis com amplo consentimento social. Ao mesmo tempo, há que se notar o reconhecimento dessa perspectiva teórica a respeito e com respeito às mais diferentes manifestações de contraposição que se realizam numa escala reduzida, mas que mantêm a experiência de contraposição, passível de ampliação em momentos específicos da reprodução social (Verdi, 2025; Scifoni, 2025). O principal é a consideração de que a superação das opressões, desigualdades, explorações e humilhações do mundo moderno, só são passíveis de realização a partir da transformação cabal das relações capitalistas de reprodução. A ponte ausente nessa elaboração, contudo, são as derivações necessárias a partir da contradição entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Sem este empenho, o revolucionário e o transformador sempre aparecem indeterminados, sem nexos categoriais com o método de que parte para compreensão de sua possibilidade histórica e geográfica, nesta última, talvez, a topia do utópico. Superar o trabalho, realizar sua desmercantilização encerra a necessidade de se situar, historicamente datadas, as formas em que as relações de produção e seu universo categorial se encontram, de modo que o revolucionário não apareça como mero desejo crítico de quem realiza a crítica social.

Assim, também, o importante fenômeno do turismo (Cruz, 2025), especialmente a partir dos anos de 1970, associado às sociedades tanto centrais quanto periféricas, ou ao sul global, como alguns preferem considerar, apresenta-se na crítica marxista vinculado à forma neoliberal do capital. Isso implica considerar as segregações, as concentrações e monopolizações que engrandecem a pobreza, especialmente nos países pobres e mais dependentes de atividades que ocupam o tempo livre, empresarialmente administrado, pela

ausência de certa modernização industrial. Aqui, mais uma vez, a setorização temática se desvincula das determinações gerais da reprodução e o crescimento do tempo livre, associado à crise do trabalho, não se vincula ao desdobramento da ideologia neoliberal. A expansão crítica do trabalho, como administração do tempo de não trabalho e, assim, com as determinações desta contradição exigem vincular turismo com a reprodução categorial crítica atual do capital. A unidade entre crise do trabalho e expansão da administração do tempo de não trabalho se cobra pela crítica de Marx. Sem esta associação, tanto turismo, como neoliberalismo podem aparecer independentes das determinações categoriais do capital. Trata-se de uma cobrança absolutamente cara à geografia, qual seja, a do sentido de totalidade.

Quanto à migração, presente como preocupação da geografia, relaciona diretamente o mundo do trabalho com os processos críticos da reprodução e com a revolução industrial por que passa o capitalismo no século XX, inícios do XXI (Francesconi, 2025). Com isso, a relação entre população e trabalho toca diretamente no problema categorial e tende a ser o tema que menos promove seu isolamento ao movimento universal da reprodução. As teses oriundas de Jean Paul de Gaudemar e associadas a Robert Kurz buscam esta relação de totalidade com o fenômeno migratório no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, as teorias que desdobram as determinações atuais do capital fictício, certamente mobilizam os sentidos profundamente internos, essenciais, porque vinculados ao mundo do trabalho e à sua crise, sem acordos com a produção de mais valia. Nesta perspectiva, a formação de bolhas financeiras com a expansão das commodities agrícolas (Pitta e Silva, 2023) ou à expansão do espaço urbano (Alfredo, 2010) estão alicerçadas na significativa contradição marxiana entre redução da remuneração e expansão do capital, fetiche do capital. O aspecto mais fundo, no entanto, está na reprodução ampliada sob a forma do endividamento e da securitização num processo de expansão do capital monetário a desvendar as crises do capital não mais produtivo, mas financeiro, na forma de capital fictício. Esta geografia marxista, no entanto, pode se considerar centrada nas determinações universais do capital que atualiza Marx diante dos fenômenos do mundo contemporâneo sem contemporizar crise com produção positiva de valor. Daí a significativa associação entre capital fictício e colapso da modernização a mobilizar a universalidade negativa referente à miríade de fenômenos sociais,

históricos e geográficos. Se à geografia marxista cabe a dialética entre aparência e essência, entre expressões exotérica e esotéricas do capital, é preciso puxar o fio condutor da forma atual da acumulação e derivar daí os fetichismos espaciais, territoriais e outros a serem desvendados, ou a noção de totalidade está comprometida por uma miríade de totalidades desconexas e autorreferentes.

Diante deste balanço muito inicial da geografia marxista atual, ao que se nos indica, somente a unidade contraditória entre crise e acumulação poderia nos levar à compreensão das direções que o processo social toma em suas expressões mais externas, em termos de lutas, reivindicações sociais, precarização do trabalho, urbanização, avanço da indústria e do capital fictício sobre o campo, formas atuais de migração, dentre outros, de modo que eles não apareçam indeterminados em relação à reprodução social como um todo.

Referências

ALFREDO, Anselmo. O enigmático sujeito revolucionário. A reprodução periférica mundial do capital. Negatividade categorial e simultaneidade da crise. In: ALFREDO, Anselmo (org.), **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico**. São Paulo: Igra Kniga, 2023. p. 09-100.

ALFREDO, Anselmo. Modernização e relação sociedade natureza no capitalismo da passagem do século XXI. In: **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 27, n. 3, 2023b. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.203192.

ALFREDO, Anselmo. Geografia e simultaneidade. A contradição centro-periférica e a crítica na periferia do capitalismo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 19-34.

ALFREDO, Anselmo. Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In: **Terra Livre, AGB Nacional**, n. 34, 2010, p. 37-62.

ALVES, Glória. Periferias, racismo e lutas de classes. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 85-100.

ANDRADE, Manuel Correia de, A atualidade do pensamento de Elisée Reclus. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.), **Elisée Reclus**. Coleção Grandes Pensadores.n. 49, FERNANDES, Florestan (coord.). São Paulo: Ática, 1985, p. 07-37.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOECHAT, Cassio Arruda et ali, Por uma geografia da crise. Editorial, In: **Geografares**, UFES, n. 28, 2019, p. 3-14. https://doi.org/10.47456/geo.v0i28

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 51-84

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A "geografia crítica" como crítica à geografia: Iluminando campos cegos da investigação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 49-64.

CONTEL, Fábio. O papel das normas e do open finance na difusão das fintechs no território brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 189-204.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Neoliberalismo e turismo: uma abordagem crítica sobre e a partir do sul global. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 173-189.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. In: **Revista Cidades**, v. 06, n. 10, 2009, p. 307-340.

FRANCESCONI, Léa. Migrações internacionais na cidade de São Paulo. In: In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 205-220.

GEORGE, Pierre. **Geografia do Consumo**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1971.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1983.

GEORGE, Pierre; GUGLIEMO, Raymond; KAYSER, Bernard; LACOSTE, Yves. **A geografia ativa**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

GROSSMANN, Henrik. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 09–18, 2009a. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74124..

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JULIAZS, Paula Cristiane Strina. O ensino de geografia e as teorias histórico-cultural e histórico-crítica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 159-172.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Da teoria das crises à teoria das catástrofes. In: **GEOUSP. Espaço e Tempo**, n. 25, 2009, p. 138-152.

LENCIONI, Sandra. A reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. In: **Revista do Departamento de Geografia** FFLCH-USP, n. 10, 1996, p. 79-92.

LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Ensaio Popular. In: LENIN, Vladimir Ilich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LUKACS, Georgy. **El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Introducción. Barcelona, México: Ediciones Grijalbo S.A., 1968, p. 03-74.

LUKACS, Georgy. **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKACS, Georgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica**. (vol I e II). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, Elvio. Por que geografia e filosofia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 35-48.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. In: **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 1, 1999, p. 41-58.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política (Livros 1,2e3). São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MEDEIROS, Marta Inez Marques. Relação sociedade e natureza e a relação sujeito objeto: retomando a contenda. In: MEDEIROS, Marta Inez Marques et all. (orgs.). **Perspectivas de natureza Epistemologias, negócios de natureza e América Latina**. São Paulo: Annablume, 2018.

MORAES, Antonio Carlos & COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Crítica. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, s/d.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao estado isolado de von Thünen**. Doutorado - DG.FFLCH.USP, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O "econômico" na obra "geografia econômica" de Pierre George: Elementos para uma discussão. In: **Boletim Paulista de Geografia** - AGB-São Paulo - São Paulo, 1977, p. 41-52.

PITTA, Fábio Teixeira e SILVA, Allan. A pandemia da crise fundamental do capital no Brasil de Bolsonaro: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social do capitalismo. In: ALFREDO, Anselmo (org.), **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico**. São Paulo: Igra Kniga, 2023, p. 101-172.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Tecnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da crítica. uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**, mestrado, PPGH-USP, 2001.

SCIFONI, Simone. Periferias e lutas de classes: disputas por políticas espaciais e de memória. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 123-140.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho. In: **Revista Cidades**, v. 06, n. 10, 2009, p. 415434.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima, **Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder.** Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2019.

SILVA, Ana Cristina Mota. **Do "entesouramento" à acumulação urbana. A produção do espaço de Fortaleza no século XIX.** Doutorado. São Paulo: Geografia FFLCH USP, 2005.

SIMONI, César Santos. Por uma geografia urbana do crime a partir da teoria política marxista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 65-84.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Teria a geografia ajudado a sepultar a história do capitalismo tardio? Reflexões funerárias de pouca pompa e nenhuma circunstância sobre o fim do mundo. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DEL GAUDIO, Rogata Soares (orgs). **Marx, a geografia e a teoria crítica.** Rio de Janeiro: Consequências, 2023, p. 57-66.

TROTSKY, Leon. **O imperialismo e a crise da economia mundial. Textos sobre a crise de 1929**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

VERDI, Elisa. Da reprodução da vida para a reprodução social crítica: Uma leitura de gênero do direito à cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 141-158.

Como citar este artigo:

ALFREDO, Anselmo. Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 499–527, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/fd63d775

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 22 de abril de 2026

Sobre o(a) autor(a): Possui Graduação (1995), Mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado em Geografia Humana (2005) pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) e Livre Docência pelo DG FFLCH USP, em 2018, cujo título é Três Estudos Críticos. Kant, Hegel, Marx e o Resgate da Metafísica para a Crítica à Economia Política. A Dialética Sociedade Natureza para a Crítica Social de Marx. É professor com dedicação exclusiva na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atuando, especialmente, nos temas sobre modernização, espaço, tempo e crítica social. Entre 2010-2013 foi Coordenador do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia FFLCH-USP. Chefe do Departamento de Geografia FFLCH-USP, gestões 2023-24 e 2025-26.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira

Ariel Machado Godinho

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
ariel.machado@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira

Resumo

O presente artigo examina as articulações entre a Geografia, a teoria marxiana da crise e suas interpretações posteriores por parte do marxismo, analisadas a partir de três recortes mobilizados pelo conceito de fronteira. O primeiro recorte revisita a fronteira nos geógrafos da "frente pioneira", com destaque à imagem da fronteira como laboratório e ao papel da ciência geográfica nos processos de colonização dirigida do início do século XX, aproximando-se da relação entre expansão geográfica e as crises do capital. O segundo recorte dedica-se ao deslocamento histórico do sentido da fronteira como diferenciação interna do espaço geográfico na escala urbana, atrelado à interpretação do ambiente construído como circuito secundário do capital e meio de absorção de excedentes, bem como aos limites da teoria marxista da sobreacumulação. O terceiro recorte demarca criticamente a reatualização da fronteira como extraterritorialidade, em diálogo com as interpretações acerca de uma reposição da acumulação primitiva ou colonização de nova sorte que tem orientado as leituras das dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital em crise. Embora revestidos de certa autonomia, os três recortes sobre o conceito de fronteira relacionam-se a uma mesma interpretação da teoria da crise em Marx, permitindo identificar limitações teóricas desdobradas ou mesmo reiterativas de sua predominância nas interlocuções entre Geografia e marxismo.

Palavras-chave: Fronteira; Teoria da crise; Geografia; Marxismo.

Geography and crisis theory in three cuts on the concept of frontier

Abstract

The present article examines the articulations between Geography, the Marxian crisis theory, and its subsequent interpretations within Marxism, analyzed through three cuts mobilized by the concept of frontier. The first cut revisits the frontier in the geographers of the "pioneer fringe," highlighting the image of the frontier as a laboratory and the role of geographical science in the state-directed colonization processes of the early twentieth century, approaching the relationship between geographical expansion and the crises of capital. The second cut is dedicated to the historical displacement of the meaning of the frontier as internal differentiation of geographical space at the urban scale, tied to the interpretation of the built environment as the secondary circuit of capital and as a means of absorbing surpluses, as well as to the limits of the Marxist theory of overaccumulation. The third cut critically demarcates the re-actualization of the frontier as extraterritoriality, in dialogue with interpretations concerning a reinstatement of primitive accumulation or a new kind of colonization that has oriented readings of the contemporary dynamics of capital reproduction in crisis. Although endowed with a certain autonomy, the three cuts on the concept of frontier relate to the same interpretation of Marx's crisis theory, allowing the identification of theoretical limitations unfolded from or even reiterative of its predominance in the interlocutions between Geography and Marxism.

Keywords: Frontier; Crisis theory; Geography; Marxism.

Geografía y teoría de la crisis en tres recortes sobre el concepto de frontera

Resumen

El presente artículo examina las articulaciones entre la Geografía, la teoría marxiana de la crisis y sus interpretaciones posteriores por parte del marxismo, analizadas a partir de tres recortes movilizados por el concepto de frontera. El primer recorte revisita la frontera en los geógrafos de la "frente pionera", con destaque a la imagen de la frontera como laboratorio y al papel de la ciencia geográfica en los procesos de colonización dirigida de comienzos del siglo XX, aproximándose a la relación entre expansión geográfica y las crisis del capital. El segundo recorte se dedica al desplazamiento histórico del sentido de la frontera como diferenciación interna del espacio geográfico a escala urbana, vinculado a la interpretación del ambiente construido como circuito secundario del capital y medio de absorción de excedentes, así como a los límites de la teoría marxista de la sobreacumulación. El tercer recorte demarca críticamente la reactualización de la frontera como extraterritorialidad, en diálogo con las interpretaciones acerca de una reposición de la acumulación primitiva o de una colonización de nueva suerte que ha orientado las lecturas de las dinámicas contemporáneas de reproducción del capital en crisis. Aunque revestidos de cierta autonomía, los tres recortes sobre el concepto de frontera se relacionan con una misma interpretación de la teoría de la crisis en Marx, permitiendo identificar limitaciones teóricas desdobladas o incluso reiterativas de su predominancia en las interlocuciones entre Geografía y marxismo.

Palabras-clave: Frontera; Teoría de la crisis; Geografía; Marxismo.

Introdução

A emergência da crise como tema transversal à Geografia e a aproximação de certa geração de geógrafos aos debates travados no interior do marxismo conformam dois eixos fundamentais do que foi interpretado como o movimento de renovação crítica da Geografia no Brasil. Tal movimento se consolidou sobretudo a partir do final da década de 1970, com destaque para o papel desempenhado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (Santos, 1981; Silva, 1984; Moreira, 2000). Guardadas as devidas diferenças, processo semelhante transcorreu na Geografia anglo-saxã na mesma época, conformando uma vertente marxista capaz de fazer frente, por exemplo, à quantificação reivindicada pela *New Geography* (Peet, 1977; Soja, 1993).

Caberia questionar em que medida a aproximação entre Geografia e marxismo, impulsionada pelo diagnóstico de crise da Geografia como disciplina parcelar, se relaciona com a crise de acumulação do capital e sua efetivação, recuperando Seabra (1981), como "crise econômico-social".[1] Nos parece possível afirmar, contudo, que tal aproximação consolidou pontos de contato entre a Geografia, a teoria da crise em Marx e suas interpretações por parte do marxismo, aqui demarcados a partir de três recortes mobilizados pelo conceito de fronteira.[2]

Como primeiro recorte, recuperamos o sentido da fronteira nos trabalhos dos geógrafos vinculados à chamada "frente pioneira", inseridos nos processos coetâneos de modernização nacional e de institucionalização da Geografia no Brasil. Sob a influência do pioneirismo, tanto Pierre Monbeig (1984) quanto Leo Waibel (1958) circunscrevem a fronteira como uma espécie de laboratório, conferindo à ciência geográfica papel decisivo nas políticas de colonização dirigida da primeira metade do século XX. A "imagem científica" da fronteira aproxima-se, em certa medida, da tese de Harvey (2005) sobre as possibilidades de um

[1] "Enquanto crise com um fundamento econômico permanece como essencialmente social [...], na medida em que o capital e sua acumulação são produtos de relações sociais particulares. Sendo assim, poder-se-ia supor ou concluir que o conhecimento do espaço pouco, ou melhor, nada teria a ver de significativo com o problema. Parece-nos que tal afirmação se sustenta em um equívoco proveniente de concepções inerentes ou atribuíveis à ciência geográfica que, explícita ou implicitamente, se refere ainda ao espaço (geográfico) enquanto espaço natural ou espaço natural transformado, tecnicamente, pelos agrupamentos humanos e não como o produto interno de uma estrutura social." (Seabra, 1981, p. 167).

[2] O recurso à noção de recorte faz referência à interpretação da teoria marxista da crise apresentada por Harvey (2013), uma vez que esta informa nossa argumentação ao longo das três seções principais.

ajuste espacial e do problema da expansão geográfica como "solução externa" frente às crises do capital, reencontrando a crítica de Marx (1984a) aos teóricos da colonização sistemática.

O segundo recorte acompanha as elaborações de Smith (2007) acerca de um deslocamento histórico do sentido da fronteira, passando da forma predominante da expansão geográfica absoluta à diferenciação interna do espaço geográfico na escala urbana. A noção de fronteira urbana, por sua vez, é remetida à interpretação de Harvey (1985, 2013) do ambiente construído como circuito secundário do capital, concebido como meio de adiar ou solucionar temporariamente as crises por meio da absorção do capital excedente. Essa perspectiva pode ser confrontada a partir da crítica de Kurz (2014) aos limites de uma teoria da sobreacumulação que, desenvolvida no âmbito do marxismo, teria perdido de vista a contradição fundamental entre valorização do valor e desenvolvimento material das forças produtivas, expressa no aumento da composição orgânica do capital e, consequentemente, na expulsão do trabalho vivo do processo produtivo (Marx, 1984b).

A reatualização da fronteira como "solução externa", conforme anunciada pelo terceiro recorte, permite dialogar com as interpretações acerca de uma reposição da acumulação primitiva ou de uma colonização de nova sorte, frequentemente amparadas pela ideia de acumulação por espoliação que estrutura o "novo imperialismo" de Harvey (2004). Largamente difundida dentro e fora da Geografia, a chave de interpretação fornecida por Harvey pode ser localizada em elaborações como a de Robira (2005), tratando dos "territórios-reserva", e a de Graham (2016) sobre um "novo urbanismo militar". A partir da crítica de Scholz (2019) a uma espécie de "teorema da colonização" que baliza diferentes leituras das dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital, é possível tensionar o sentido da fronteira como extraterritorialidade ativamente produzida, mais uma vez atado às interpretações da crise circunscritas ao problema da realização de excedentes.

Embora operados conceitualmente de modo independente e revestidos de certa autonomia, os três recortes revelam-se decisivamente relacionados na medida em que partilham determinada interpretação da teoria da crise, expressando sua predominância relativa nas interlocuções entre a Geografia e o marxismo.

Expansão geográfica e a fronteira como laboratório

O primeiro sentido de fronteira que nos interessa recuperar é aquele atribuído por Martins (2009) aos geógrafos da "frente pioneira". De acordo com o autor, estes ocuparam-se de "uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial", com destaque à "proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma" (ibidem, p. 137).

Comentando os trabalhos de Pierre Monbeig e de Leo Waibel, a leitura de Martins nos permite situar tal sentido de fronteira sob o quadro de institucionalização da Geografia no Brasil a partir da década de 1930.[3] Monbeig é um dos principais nomes da missão francesa da Universidade de São Paulo, ocupando a cadeira de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras (FFCL) entre 1935 e 1946. A noção de "franja pioneira" conforma a interpretação do geógrafo acerca da expansão da cafeicultura em direção ao oeste de São Paulo e norte do Paraná, estabelecida em tensão com o método das monografias regionais (Monbeig, 1984).

De acordo com Théry (1991), a preferência pela *frange pionnière* resulta sobretudo da preocupação em evitar a interpretação da fronteira como uma linha contínua e sua explicação a partir da ação voluntária dos "pioneiros". Ao contrário, a franja pioneira é caracterizada por uma "progressão mais ou menos rápida em que passamos de áreas organizadas para aquelas em vias de organização", uma "zona imprecisa separando brancos e índios, natureza bruta e natureza civilizada" (Monbeig, 1966, p. 974-980 apud Théry, 1991, p. 81).

Em *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*, a terminologia é atribuída à Isaiah Bowman, relacionada ao dinamismo, irregularidade e instabilidade da fronteira:

> O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em "franja pioneira", *expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta* [...]. *É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas*. (Monbeig, 1984, p. 165, grifos nossos).

[3] "[...] tanto Monbeig quanto Waibel mostraram claramente que na frente pioneira o capital se torna proprietário de terra, recria no terreno os mecanismos da sua reprodução ampliada. [...] Essa expansão territorial traz para a própria fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna. O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território." (Martins, 2009, p. 157).

Nogueira (2013) localiza a influência do pioneirismo nos circuitos da Geografia francesa ainda no início da década de 1930, com destaque ao programa de estudos conduzido por Bowman no âmbito da American Geographical Society (AGS) e da Union Géographique Internationale (UGI) (cf. Demangeon, 1932; Robic, 2006). Segundo o autor, soma-se à tradução terminológica das franjas pioneiras o enquadramento destas como "regiões laboratório" (Nogueira, 2013, p. 232).

A esse respeito, é significativo um dos ensaios sobre São Paulo escritos ainda nos primeiros anos de Monbeig (1940) no Brasil.[4] A franja pioneira é concebida como laboratório de novas formas de sociabilidade com vistas a "uma outra nação", inseparável da figura do "homem branco". Não por acaso, as elaborações do geógrafo sobre os contextos acessados em campo assumem mais decisivamente os termos da ciência e do planejamento. A dimensão de laboratório, portanto, vinculava-se decisivamente aos projetos de colonização dirigida. De acordo com Monbeig, estes seriam pautados por "inquéritos minuciosos" e "observações científicas" e, como "atribuições do Estado", deveriam "agir de maneira a que esses colonos se transformem em elementos ativos da comunidade nacional e possam finalmente comprar e vender" (ibidem, p. 125).[5]

> É evidente que uma tal política não se coadunava com uma liberdade absoluta de colonização interior nem tão pouco com uma colonização que não se baseie em observações científicas. Dizemos observações científicas sim, isto é, conhecimento exato do meio físico e biológico onde os imigrantes devem aclimatar-se, uma noção perfeita dos costumes, da psicologia desses indivíduos, provenientes de todos os cantos do mundo, finalmente uma documentação econômica, a mais completa possível, a fim de orientar as culturas agrícolas segundo as particularidades e necessidades dos mercados regionais e mundiais. Em suma, pondo-se de lado o que há de esquemático e deformante na fórmula, o que é preciso é povoar, não com um tipo heróico, bandeirante, mas com um tipo científico "pioneering modern style", como dizem os geógrafos norte-americanos. *Nada, portanto de liberdade absoluta de colonização*. (ibidem, p. 126, grifo nosso).

O tema da colonização foi também o que trouxe Leo Waibel ao Brasil. A convite do Conselho Nacional de Geografia (CNG), o geógrafo desenvolveu estudos sistemáticos sobre

[4] "A zona pioneira do Estado de São Paulo é por mais de um título um laboratório; ahí se vê esboçar uma paisagem rural e nascer uma economia agrária até então desconhecida no Brasil; novas formas de comunidade rural vão aparecer na região de fazendas imensas, ao mesmo tempo que se desenvolve uma outra nação." (Monbeig, 1940, p. 55).

[5] Cabe esclarecer que colonização assume aqui o sentido genérico de expansão do ecúmeno, aparecendo como sinônimo de povoamento. Em Monbeig (1940), trata-se do movimento orientado à "valorização das zonas novas", em oposição às áreas de ocupação consolidada, por vezes tidas como degradadas e formadas sob o escravismo colonial. Décadas mais tarde, o emprego indiscriminado da noção de colonização na Geografia foi criticado por Petrone (1973, p. 50) como "imprecisão terminológica e conceitual", abdicando de sua determinação histórica.

as zonas pioneiras entre 1946 e 1950. Anteriormente, Waibel integrou as *geographical surveys* conduzidas por Isaiah Bowman e endereçadas aos países da América Central e do Caribe (cf. Smith, 2003).

Em consonância ao tensionamento de Monbeig com as monografias regionais, Waibel (1958) questiona a validade dos conceitos "desenvolvidos na zona temperada", apontando para o desenvolvimento de uma "geografia tropical" adequada às ex-colônias. De acordo com o geógrafo, o Brasil integrava "a última reserva de terras virgens no mundo ocidental", de modo que "aproveitar êste país com seus extensos espaços desabitados, torna-se não sòmente um problema brasileiro de primeira magnitude, mas diretamente um problema mundial" (ibidem, p. 297).

Decorre daí a distinção operada por Waibel entre as frentes pioneiras e o "sertão", este último entendido como a frente de povoamento que antecipa a fronteira econômica, recorrendo ao duplo caráter da fronteira também empregado por Martins (2009). Sob a influência de Bowman, Waibel enfatiza o "trabalho lento e penoso" de "repovoamento", assumindo como "premissa fundamental uma transformação econômica e espiritual de toda a população do sertão" (Waibel, 1958, p. 291).

Ao dinamismo próprio à franja pioneira, laboratório do "homem branco" (Monbeig, 1940), é contraposto o sertão como *terra nullius*, "nem terra civilizada nem mata virgem", onde "as condições de vida primitiva e sem organização" de caráter transitório assumem "aspecto permanente" (Waibel, 1958, p. 265). A nosso ver, os trabalhos de Waibel são relativamente mais explícitos quanto à influência do pioneirismo de Bowman, sobretudo no que diz respeito à utilidade da Geografia como ciência moderna da colonização (cf. Robic, 2006, p. 43-44). No entanto, a transformação de que fala Waibel vai ao encontro das preocupações de Monbeig informadas pelo "tipo científico" do "*pioneering modern style*" (Monbeig, 1940, p. 125-126).

Em diálogo com a tese de Frederick Turner de 1893 acerca do fechamento da fronteira nos Estados Unidos, Bowman se dedicou a mapear os cinturões pioneiros (*pioneer belts*) globais no início do século XX. O geógrafo conferia a estes o mesmo sentido de válvula de segurança (*safety valve*) ou portão de escape (*gate of* scape) atribuído por Turner ao

movimento dos excedentes populacionais em direção à fronteira americana. Conforme a interpretação de Smith (2003, p. 315), terra, trabalho e capital seriam os três "ingredientes cruciais" para o "experimento de Bowman", aproximando-o do que a Geografia de filiação marxista nomeou como ajuste espacial (Harvey, 2005).[6]

Uma primeira versão da tese de Harvey sobre o ajuste espacial é organizada em torno de uma "moldura comum de questões e hipóteses" em Hegel, von Thünen e Marx. Segundo o autor, esta é desdobrada da questão deixada em aberto por Hegel acerca do "papel da expansão geográfica e da dominação territorial, do colonialismo e do imperialismo, na estabilização do capitalismo" (ibidem, p. 98). A expansão geográfica é vislumbrada como solução externa para as contradições internas à chamada sociedade civil, apresentadas em Hegel como desdobramento da convivência entre a "concentração de riqueza em poucas mãos" e a "criação de uma turba de pobres" (ibidem, p. 100).

Para Harvey, é certo que von Thünen pretendia responder ao mesmo problema, ainda que este último não fizesse menção à Hegel. De acordo com o autor, contudo, "von Thünen fixa a principal contradição da sociedade civil de modo mais preciso que Hegel" ao reconhecer "no divórcio do trabalhador do seu produto" o fundamento das "condições calamitosas que afligem a situação social europeia", escrevendo às vésperas das revoluções de 1848 (ibidem, p. 103-105).

A principal resposta de von Thünen é desenvolvida na doutrina do "salário fronteiriço", onde Harvey também flagra a "imagem científica" da fronteira como laboratório (ibidem, p. 107). No exercício de von Thünen, a fronteira possibilita a existência de um "salário de equilíbrio", uma vez que tanto "os trabalhadores como os capitalistas têm interesse mútuo no aumento da produção" (ibidem, p. 105). Em que pese a remissão às colônias da América do Norte, o interesse prático de von Thünen estava justamente onde as condições de reprodução

[6] Robic (2006) sugere interpretação semelhante ao recuperar a atuação de Bowman no âmbito da antiga comissão de habitat rural da Union Géographique Internationale (UGI), com destaque ao congresso de 1931 em Paris. Conforme a autora, "os anos 30 abrem-se para os geógrafos com [...] 'problemas' novos", incluindo aquele da "superpopulação" ou "superpovoamento", de modo que "as questões propostas nos congressos abrem-se cada vez mais para a demografia, o futuro das zonas pioneiras e as possibilidades oferecidas à 'colonização branca'" (ibidem, p. 41).

não condizem com as da fronteira "livremente acessível e aberta", limitadas pela propriedade privada da terra.[7]

No capítulo da lei geral da acumulação capitalista, Marx comenta a resposta de von Thünen, criticando-o por sua concepção herdada da economia política de capital como "coisa" (Marx, 1984a, p. 193).[8] Na leitura de Harvey (2005), o que está em jogo é ainda a "dialética interna" da sociedade civil apresentada em Hegel, retomada por Marx no problema da superpopulação relativa:

> Com a grandeza do capital social já em funcionamento e com o grau de seu crescimento, com a expansão da escala de produção e da massa de trabalhadores postos em movimento, [...] expande-se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão dos mesmos, cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumento o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultânea ora alternadamente por ela. *Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa*. (Marx, 1984a, p. 199-200, grifo nosso).

Com efeito, é no capítulo dedicado à crítica da colonização sistemática de E. G. Wakefield onde Marx acaba por desmanchar a fantasia da fronteira em von Thünen como um "estado paradisíaco" livre da oposição entre capital e trabalho. Ao contrário, a "condição original" nas colônias é o que revela o segredo da metrópole: "o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador" (ibidem, p. 392). De acordo com Harvey (2005, p. 113), "o capítulo de Marx sobre a colonização parece indicar a impossibilidade de qualquer ajuste espacial permanente" para uma população sobrante, excedente frente às necessidades do capital.[9]

---

[7] Em tais contextos, o salário fronteiriço é calculado a partir da expressão matemática *Öap* em que *a* representa as condições de subsistência e *p* corresponde ao produto do trabalho. Era essa, afinal, a "tarefa principal e sublime da ciência" preconizada por von Thünen: o salário justo ou natural deveria ser encontrado "não por meio da experiência ou do curso da história, mas pela própria razão" (Harvey, 2005, p. 103). Seguindo ainda o argumento de Harvey, a imagem científica da fronteira como "laboratório" e sua tradução em "constructo ideal" é o que permite von Thünen desviar de qualquer "solução imperialista" (ibidem, 107).

[8] A definição de capital em von Thünen corresponde ao conjunto de "ferramentas úteis" que, emprestadas pelos "capitalistas", resultam em ganhos de produtividade do trabalho a serem remunerados pelos "juros". É nesse sentido que Harvey (2005, p. 105-106) atribui à von Thünen uma espécie de proto-marginalismo, localizando sua influência na teoria da produtividade marginal do capital de Alfred Marshall.

[9] Harvey (2005, p. 114-115), por outro lado, não descarta o papel da expansão geográfica nas dinâmicas de reprodução do capital, atribuindo a conclusão de Marx aos limites da apresentação no primeiro volume d'*O capital* no que concerne à teoria da crise.

A "solução externa" propalada pela imagem da fronteira, afinal, pode ser apenas provisória à medida em que é também a expansão das formas de socialização do capital nas colônias: uma "transformação econômica e espiritual" em direção a "novos e mais elevados padrões de vida" (Waibel, 1958, p. 265), formando sujeitos monetários que, como "elementos ativos da comunidade nacional", tornam-se livres para "finalmente comprar e vender" (Monbeig, 1940, p. 125). Nesse mesmo sentido é que Toledo (2019), em diálogo com o problema apresentado por Harvey, propõe interpretar a fronteira como expressão do movimento de autonomização entre terra, trabalho e capital, recuperando os termos de Marx (1984c) no capítulo sobre a fórmula trinitária.

Nos trabalhos dos geógrafos, conforme sugere Martins (2009), o sentido da fronteira como laboratório sintetiza o discurso parcelar da ciência sobre o movimento de expansão territorial do capital. A formação dos mercados de terra e de força de trabalho, bem como o ordenamento jurídico da violência que os envolve (cf. Fujicava, 2013), conformariam momentos do processo de modernização em vias de internalização por um Estado nacional também em formação, desde já definido pelo nível de produtividade dos países ditos desenvolvidos como tentativa de "atualizar" a inserção nacional na concorrência mundial (Kurz, 1993; Schwarz, 1999).

A fronteira urbana e o circuito secundário do capital

Em meados da década de 1950, Silveira Mendes (1958, p. 313) caracterizou a urbanização extensiva de São Paulo a partir das "'frentes pioneiras' da metrópole em marcha", recorrendo à terminologia consagrada por Monbeig. De acordo com o autor, os "bairros pioneiros" além-Pinheiros nasceram moldados como bairros-jardins, em contraste com os novos loteamentos em expansão além-Tietê, àquela altura já classificados pelo geógrafo como "bairros periféricos", antevendo o que Rodrigues e Seabra (1986) sugeriram como um processo de "reprodução ampliada da periferização".

A imagem da fronteira, entretanto, é mais frequentemente mobilizada para tratar dos processos de reestruturação urbana que, na interpretação de Smith (2006), foram alçados como "estratégia urbana global" sob a forma de planos urbanísticos de requalificação, revitalização e

renovação das áreas centrais das cidades. Reabilitando o conceito sociológico de gentrificação cunhado por Ruth Glass, Smith (2007; 1996) confere a este o movimento de uma nova fronteira urbana, marcado por padrões geográficos desiguais de depreciação e apreciação dos terrenos e desinvestimento e reinvestimento no ambiente construído.

O "vínculo entre desenvolvimento econômico e geográfico" (idem, 2007, p. 17), segundo o autor, é ainda o que confere atualidade à imagem da fronteira. A forma predominante da "expansão geográfica absoluta", contudo, cedeu lugar à "diferenciação do espaço geográfico na escala urbana", que cumpre o papel de "reservar uma pequena parte do substrato geográfico para um futuro período de expansão" (ibidem, p. 18).

Como promessa de uma expansão econômica futura, a fronteira urbana em Smith vincula-se à interpretação da "acumulação de capital" como "um processo cíclico formado por períodos de expansão e períodos de crise" (ibidem, p. 26). De acordo com o autor, tal caráter cíclico é manifestação do nexo interno entre as crises e o próprio movimento de expansão do capital, remetendo-se brevemente às considerações de Marx (1984b) acerca da queda tendencial da taxa de lucro. Mais decisivas à interpretação dos processos de reestruturação urbana, no entanto, são as elaborações de Harvey (2013; 1985) em torno do papel desempenhado pelo ambiente construído como meio de adiar ou solucionar temporariamente as crises por meio da absorção do capital excedente (cf. Smith, 2007, p. 26; 1996, p. 86).

Em Harvey (2013, p. 236), o ambiente construído "aparece como um presente dos deuses para a absorção do capital excedente e sobreacumulado", conformando o que o autor nomeia de circuito secundário do capital.[10] A capacidade de absorção de capital excedente pelo ambiente construído, entretanto, é duplamente limitada: implica em "um consumo produtivo aumentado que, a longo prazo, gera ainda mais capital a ser absorvido" ou, no caso do fundo público, em "uma expansão das receitas futuras" (ibidem, p. 236-237). A aparência é complexificada ainda pela dimensão financeira uma vez que, na busca pelos maiores rendimentos, o capital monetário excedente que tenderia a ser absorvido pelo circuito

[10] Tratando do circuito secundário do capital, Harvey (1985, p. 81-82) reconhece a influência de Henri Lefebvre e sua hipótese acerca da centralidade do "imobiliário" nas dinâmicas contemporâneas de reprodução do capital. Conforme apresentado por Lefebvre (2016) em texto de 1972, o "imobiliário" integraria uma espécie de arranjo contratendencial em relação ao aumento da composição orgânica do capital e queda da taxa de lucro. A esse respeito, cf. Godinho, Boligian e Vasconcellos (2024).

secundário não faz qualquer distinção entre investimentos produtivos e improdutivos (Harvey, 1985, p. 64).

Nessa perspectiva, a fronteira urbana corresponderia ao movimento cíclico de absorção e realocação dos excedentes de capital no ambiente construído. Outra vez, a imagem da fronteira assume a qualidade de ajuste ou momento resolutivo das crises. Em uma inversão da acepção neoclássica, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual de Harvey (2013) atribui às crises o sentido de um equilíbrio acidental. Conforme o autor, "as crises aparecem como o único meio efetivo de uma oposição ao desequilíbrio, para restaurar o equilíbrio entre a produção e o consumo", tendo como face negativa "a desvalorização, a depreciação e a destruição do capital" (ibidem, p. 182). Com recurso à chamada nova leitura de Marx (*Neue Marx-Lektüre*) na versão mais recente de Michael Heinrich, Harvey (2019, p. 18) reafirma a interpretação das crises "não como um sinal da dissolução iminente do capitalismo, mas como fases da reconstrução e renovação capitalista".

Com a crescente incorporação da noção de ajuste ao jargão marxista, também emprestada da economia neoclássica, Kurz (2014) denota certa tendência à conformação teórica da crise em um conceito funcional e positivo, aparecendo como suposto momento de auto-regulação do capital. Conforme o autor, trata-se de encerrar a crise como um "problema da realização", limitado à "contradição superficial nas metamorfoses da mais-valia" (ibidem, p. 227). Torna-se assim irrelevante "se agora a crise se apresenta, como na economia política, como o resultado de intervenções 'exteriores à economia' ou, como nos marxistas, como contradição imanente à própria economia", uma vez que, "num caso e no outro, apenas pode servir para revitalizar a valorização do capital" (ibidem, p. 232).

De acordo com Kurz, as teorizações acerca de um ajuste de crise pressupõem a acumulação de capital como "um mero sobe-e-desce aleatório ou um encadeamento a-histórico de movimentos de acumulação sem qualquer nexo", ou ainda que o capital excedente e sobreacumulado seja somente "algo que vai além de uma margem de acumulação efetivamente dada" (ibidem, p 232). Se a crise não é mais do que o resultado da desproporção entre o excedente produzido e as condições de sua realização, parece razoável buscar pelos veículos

privilegiados para sua absorção, como nas elaborações dos geógrafos acerca do ambiente construído como circuito secundário do capital.

O problema apontado por Kurz, nesse sentido, se refere ao distanciamento das interpretações da crise da contradição fundamental entre valorização do valor e desenvolvimento material das forças produtivas, apontada por Marx (1984a) no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista mas que atravessa os três volumes d'*O capital* e seus estudos preparatórios.[11] Trata-se ainda do duplo movimento inerente ao processo de acumulação: o incremento absoluto da força de trabalho se dá de modo simultâneo à sua "repulsão" e "redundância relativa" frente ao aumento da produtividade do trabalho, resultado dos imperativos da concorrência sobre os capitais individuais (ibidem, p. 200). O problema reaparece e ganha novos contornos com a chamada lei da queda tendencial da taxa de lucro (Marx, 1984b).[12] Grosso modo, trata-se da forma de manifestação peculiar do desenvolvimento das forças produtivas e aumento da composição orgânica do capital pela redução da fração de capital variável em relação àquela de capital constante, substituindo trabalho vivo em detrimento do trabalho morto. [13]

Como produção de uma superpopulação relativa ou como tendência à queda da taxa de lucro, o aumento da composição orgânica do capital e a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo podem ser entendidos enquanto desdobramentos lógicos da reprodução do capital. No argumento de Kurz (2014), entretanto, a contradição fundamental demarcada por Marx deve ser apreendida também historicamente, identificando-a na chamada terceira revolução industrial ou, mais precisamente, no grau de desenvolvimento das forças produtivas

[11] Nos referimos aqui às passagens sobre a maquinaria nos *Grundrisse* (1857-1858). Em especial, à definição do capital como "contradição em processo" que anuncia uma primeira elaboração acerca do problema da superfluidade do trabalho (cf. Marx, 2011, p. 942-943).

[12] Sobre o estatuto de lei conferido por Marx (1984b), cf. as considerações de Kurz (2014) e Heinrich (2012), bem como as repercussões deste último em Harvey (2019).

[13] "A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. [...] Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, [...] assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente." (Marx, 1984b, p. 164).

posto pela introdução da microeletrônica e pela difusão da automação a partir da década de 1970, interrompendo o período de expansão fordista.[14]

Ao contrário da teoria da sobreacumulação em que a capacidade de valorização e o consumo produtivo da força de trabalho são tomadas como pressupostos, o que está em jogo é um padrão inédito de produtividade que se traduz como dispensa absoluta de trabalho vivo do processo de produção imediato e, com isso, cerceia o tempo de trabalho como única fonte de valor, conformando o que Kurz (2014) conceituou como "dessubstancialização" do capital. Tal interpretação confere também novas determinações ao sistema de crédito e à categoria marxiana de capital fictício (Marx, 1984c) que, de outro modo, tendem a ser interpretados como ajustes no plano da realização dos excedentes de capital (cf. Harvey, 2013, p. 267-269).[15]

Diante do aumento da composição orgânica e intensidade do capital, a rentabilidade declinante dos setores produtivos move a concorrência dos capitais individuais em busca de crédito entre si e, ao mesmo tempo, com os mercados de capitais e arquiteturas momentâneas de bolhas financeiras. Não por acaso autores como Chesnais (2016, p. 247-249) enfatizam a posição conquistada pelo imobiliário entre os chamados investimentos alternativos, figurando ao lado dos mercados de contratos futuros de *commodities*, *private equity* e *hedge funds*.

Extraterritorialidade e a reposição da acumulação primitiva

A interpretação da fronteira como ajuste de crise conduz também a elaborações como a de Robira (2005) acerca dos "territórios-reserva", conferindo à fronteira um sentido novo de "colonização". Conforme a autora, "territórios metropolitanos" preservam "no seu interior territórios 'não-capitalistas'" que, por sua vez, desempenham a "função de resolver de maneira eficaz as sucessivas crises de expansão/acumulação do próprio sistema territorial metropolitano" (ibidem, p. 10). Tratam-se de "territórios adormecidos", "subprodutos do

[14] "Manifestou-se algo que desde sempre tinha sido concebível em termos lógicos, a saber, o aumento da força produtiva a uma tal escala que a transição para a produção em massa, nos produtos novos, já não requer uma quantidade suficiente de força de trabalho adicional para ser capaz de compensar a diminuição do dispêndio de trabalho por mercadoria." (Kurz, 2014, p. 277).

[15] Conforme pretendemos demonstrar (Godinho, 2025), o capital fictício e o prolongamento das cadeias de crédito são determinantes em processos de reestruturação urbana que, sob regimes de concessão e formas de contratualização público-privada, passam a ser fidelizados pelo Estado e alavancados por instrumentos de securitização com vistas ao mercado secundário de títulos de dívidas.

processo de acumulação territorial" e, ao mesmo tempo, "espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital" (ibidem, p. 10).

A autora assume como ponto de partida o "novo imperialismo" de Harvey, reconhecendo-o como tentativa bem-sucedida de reposicionar o problema da expansão geográfica nos termos atribuídos à Rosa Luxemburgo, a saber, de que as contradições internas à reprodução capitalista movem uma busca constante por "soluções externas" (Harvey, 2004, p. 118).[16] Tais soluções recorrem tanto a um "exterior preexistente", recuperando a imagem de "formações sociais não-capitalistas ou algum setor do capitalismo que ainda não tenha sido proletarizado", como podem "produzi-lo ativamente" por meio de "processos muitas vezes violentos de espoliação" (ibidem, p. 118), enfatizando nestes o papel ativo do Estado (ibidem, p. 121-126). Nessa perspectiva, trata-se do próprio "caráter dual" da acumulação do capital, uma vez que "os dois aspectos, o da reprodução expandida e o da acumulação por espoliação, se acham organicamente ligados, entrelaçados dialeticamente" (ibidem, p. 144).

A tese de Harvey é de que, a partir da década de 1970, esse "exterior" ativamente produzido por expedientes de espoliação se apresenta cada vez mais como uma das formas de "compensação" frente aos "problemas crônicos de sobreacumulação", passando de uma "condição clandestina" à forma de acumulação dominante (ibidem, p. 127-129). A escala do "novo imperialismo", desse modo, está atrelada ao choque do petróleo de 1973, ao fim da conversibilidade do dólar em ouro, às crises fiscais e à estagflação pós-keynesiana, seguidas pelas chamadas revolução neoliberal e desregulamentação financeira. "O resultado", segundo Harvey, "é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares" (ibidem, p. 125).

Em diálogo com as elaborações de Harvey, Robira propõe "qualificar os contextos urbanos como territórios colonizados", uma vez que

[16] Robira (2005) não recupera as elaborações de Luxemburgo, embora confira a estas uma posição central em sua hipótese dos territórios-reserva. A nosso ver, a autora se aproxima mais decisivamente da ideia de uma reposição constante e ilimitada da acumulação primitiva, conforme suscitado pelo conceito de "acumulação por espoliação" – ou despossessão, a depender da tradução acessada – proposto por Harvey (2004). Para uma diferenciação da teoria da crise em Harvey da interpretação subconsumista defendida por Luxemburgo, cf. Harvey (2004, p. 116-120).

> toda cidade em seu processo de expansão ou de colonização do território [...] impõe uma subordinação urbana ao seu entorno e, em consequência, independentemente de seu tamanho, organiza o processo de metropolização do território, no qual fundamentalmente se acumulam espaços deficitários, social e urbanisticamente, que logo aglutinam como reservas urbanas ou "territórios-reserva". (Robira, 2005, p. 15-16).

O que a autora entende por "metropolização" efetiva-se como um "processo de acumulação primitiva produzindo enormes déficits urbanísticos e diferenças sociais profundas que, como reservas de solo urbano e força de trabalho, alimentam depois [...] o processo de acumulação na metrópole" (ibidem, p. 14). Como mobilização de "territórios-reservas", o sentido da fronteira permanece associado a uma suposta capacidade de dissolver ou ao menos amenizar o movimento contraditório de reprodução ampliada do capital, embora seja ele mesmo produzido por tal dinâmica como externalidade ou extraterritorialidade.

Nos aproximamos aqui do que Scholz (2019) nomeou como "teorema da colonização", localizando-o como "modelo transhistórico de interpretação" que, endereçado a processos contemporâneos, acaba frequentemente positivado como uma espécie de mecanismo de "auto-salvação do capitalismo" (ibidem, p. 127).[17] Nessa perspectiva, admite-se que "as colonizações capitalistas na verdade são ilimitadas, ou que o capitalismo cria para si um exterior incessantemente, seja na forma de regiões devastadas ou também na forma de força de trabalho inexplorada" (ibidem, p. 123), conforme a tese explicitada por Harvey (2004).[18] De modo geral, o recurso argumentativo às teorias da regulação e das chamadas ondas longas, bem como o estabelecimento da década de 1970 como marco histórico da emergência de um novo "regime de acumulação" predominantemente financeiro tornaram-se elementos comuns ao debate (Scholz, 2019, p. 124-125).

O mesmo repertório parece operar nas considerações de Graham (2016) acerca de um "novo urbanismo militar", noção empregada para caracterizar o desenvolvimento material das

[17] Scholz (2019, p. 123) elege Harvey ao posto de "decano" do teorema da colonização. Demarcando a tradição androcêntrica do marxismo, contudo, a autora defende que "as pioneiras nas novas abordagens da colonização nas últimas décadas na esquerda foram de fato feministas", ainda que em tais abordagens "a oposição de classes continue a ser sempre o fator verdadeiramente decisivo" (ibidem, p. 123-124). Com efeito, a crítica de Scholz é endereçada sobretudo ao feminismo de corte operaísta de Federici (1990) e suas considerações sobre os "novos cercamentos".

[18] "[...] o capitalismo pode usar seus poderes de mudança tecnológica e investimento para induzir ao desemprego [...], criando assim, diretamente, um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados. [...] Ora, em todos esses casos, o capitalismo requer efetivamente algo 'fora de si mesmo' para acumular, mas neste último ele expulsa de fato trabalhadores do sistema num dado ponto do tempo a fim de tê-los à mão para propósitos de acumulação num período posterior do tempo." (Harvey, 2004, p. 118).

forças destrutivas empregadas nas guerras urbanas, a crescente indistinção entre "civil" e "militar" ao nível da vida cotidiana e o salto de produtividade do trabalho expresso nos mercados de segurança de alta tecnologia. O "teorema da colonização" (Scholz, 2019), no entanto, é também o que explicaria o papel da "rede de cidades globais" na concepção de "novas lógicas de desapropriação e aquisição colonial agressiva pelo capital multinacional" (Graham, 2016, p. 38). De acordo com o geógrafo, estamos diante do "ressurgimento de um militarismo agressivo, colonial, voltado para a apropriação violenta de terras e de recursos no Sul", admitido enquanto uma das faces do "novo imperialismo" (ibidem, p. 45).

Graham retoma também os argumentos de Foucault (2010) sobre um *effet de retour* colonial ao tratar das "técnicas e tecnologias de repressão e guerra colonial urbana [que] fazem um percurso de mão dupla entre fronteiras coloniais e centros metropolitanos europeus" (Graham, 2016, p. 61).[19] No século XIX, o "efeito bumerangue" pode ser atribuído à relação entre a ocupação colonial e as reformas urbanas na metrópole. Desse modo, Haussmann teria encontrado inspiração para os *boulevards* nos manuais de guerra urbana de Thomas Robert Bugeaud, escritos a partir da experiência de ocupação da Argélia durante a década de 1840 (ibidem, p. 61-62). Nas últimas décadas, são as tecnologias de guerra empregadas nas cidades do Iraque que se voltam às chamadas cidades globais com vistas à conformação de uma "urbanidade controlada" por meio da "remoção, demonização ou encarceramento de consumidores fracassados" (ibidem, p. 171).

Em que pese o vasto conjunto de materiais empíricos analisados, a conclusão de Graham não parece nova: o novo urbanismo militar seria responsável por "sustentar a acumulação de capital" a medida em que

> faz uso dos poderes do Estado para reconfigurar violentamente ou apagar o espaço urbano, como um meio de aliviar supostas ameaças, de abrir espaço para exigências da formação da cidade global, da produção neoliberal ou da criação de uma tabula rasa urbana capaz de gerar bolhas extremamente lucrativas de especulação imobiliária. Para justificar ataques tão violentos, muitas vezes contra um inimigo urbano, racial ou de classe (demonizado e ficcionalizado), ele recorre com regularidade a invocações de exceção e emergência. [...] Dessa forma, estados de emergência sustentam geografias mais amplas de acumulação por espoliação,

[19] "Não se deve esquecer a colonização, com suas técnicas e suas armas políticas e jurídicas, transportou [...] modelos europeus para outros continentes, mas que ela também teve numerosas repercussões sobre os mecanismos de poder no Ocidente, sobre os aparelhos, instituições e técnicas de poder. Houve toda uma série de modelos coloniais que foram trazidos para o Ocidente e que fez com que o Ocidente pudesse praticar também em si mesmo algo como uma colonização, um colonialismo interno." (Foucault, 2010, p. 86).

> que, apesar de serem tão antigas quanto o colonialismo, provam ser especialmente úteis para a globalização neoliberal. (ibidem, p. 149-150).

De acordo com o autor, "o conflito militar imperial que abastece a acumulação de capital por meio do sistema urbano global se baseia cada vez mais em novas formas de 'acumulação primitiva'" que, próprias ao "presente colonial", "dependem de altos índices de retorno (em especial para o complexo petroquímico), estimulados por guerras por recursos e petróleo" (ibidem, p. 154). Não surpreende que a crítica ao imperialismo hipermilitarizado de Graham resulte no apelo por "uma concepção ressurgente de política de Estado keynesiana, organizada por meio de escalas múltiplas de intervenção para ficar à altura dos contextos de globalização em aceleração" (ibidem, p. 463), apontando como horizonte "um controle de Estado renovado do sistema financeiro mundial" (ibidem, p. 474).

Retomando a crítica de Scholz (2019, p. 136), o que o "teorema da colonização" perde de vista é justamente o problema da "superfluidade objetiva" do trabalho na teoria da crise de Marx, reduzindo-o ao âmbito da regulação ou da falta desta à medida em que toma a "colonização" como "princípio que ainda produz efeitos em termos de teoria da acumulação".[20] De acordo com a autora, não se trata de recusar que "a história colonial desdobra-se no presente, determinando-o", mas "é precisamente por essa razão que as mudanças qualitativas recentes observadas à escala mundial já não podem ser compreendidas à luz de uma teoria da colonização, na medida em que esta última parte das relações pregressas existentes nas antigas colônias" (ibidem, p. 142).

Se tomamos em consideração o aumento da composição orgânica e a ficcionalização do capital, cabe indagar sobre as condições atuais de incorporação da força de trabalho excedente "liberada" por expedientes diversos de expropriação, expulsão e espoliação, como quer Harvey (2004), entremeada a um "estoque de ativos" desvalorizados e subvalorizados. Desse modo, fenômenos contemporâneos frequentemente interpretados sob o quadro da

[20] "[...] desta forma lhe escapa o caráter fetichista da crise mundial, em que a opção pelo rebaixamento dos salários é apenas um momento transitório em direção à superfluidade [...]. A superfluidade objetiva é a verdadeira categoria, aquela que é decisiva, e não simplesmente a precariedade, que é o mero sentimento disso e que parece ser o verdadeiro em termos subjetivos, exigindo a manutenção incondicional de uma atividade profissional qualquer, nem que seja na forma de um empresariado de si próprio pós-moderno numa sociedade do trabalho concebida como ontológica." (Scholz, 2019, p. 137).

acumulação por espoliação ou de uma colonização de nova sorte relacionam-se decisivamente com a crise, embora não desempenhem qualquer papel compensatório.

Também evocado pela imagem da fronteira, o recurso crescente à violência extraordinária e sua legitimação como excepcionalidade em relação ordenamento jurídico não correspondem a uma "solução externa" (cf. Godinho, 2025). Ao contrário da "turba de pobres" que preocupava Hegel (Harvey, 2005), contingentes cada vez mais amplos da população tornados supérfluos frente às necessidades do capital não encontram mais destino; o que não ocorre a despeito e, em certa medida, exacerba hierarquias de raça e disparidades de gênero enquanto dimensões co-constitutivas da moderna socialização pelo trabalho (Scholz, 2019). As formas de sua administração por meio da guerra permanente, dos centros de detenção e campos de refugiados, do encarceramento em massa ou das tecnologias de vigilância biométrica e policiamento preditivo foram consagradas parte da dimensão sacrifical da reprodução do capital em crise (Kurz, 2014).

Considerações finais

Mobilizados a partir do conceito de fronteira, os três recortes interpretativos foram recuperados tomando a obra de David Harvey como eixo de referência privilegiado da interlocução entre Geografia e marxismo nas últimas décadas, com destaque ao tema da crise. Em cada um desses, pretendemos demonstrar os modos pelos quais a fronteira é operada conceitualmente como ajuste ou solução temporária das crises, capaz de restaurar as condições de reprodução do capital — razão pela qual o geógrafo parece não abdicar completamente da concepção de equilíbrio emprestada da economia neoclássica.

Trata-se de uma mesma interpretação predominante da teoria da crise em Marx que, embora recupere embates decisivos travados no âmbito do marxismo ao longo do século XX, passa ao largo da contradição fundamental entre o desenvolvimento material das forças produtivas e o processo de valorização do valor a medida em que este último é tomado como pressuposto pelo problema da realização dos excedentes de capital sobreacumulado. Nossa argumentação enfatiza a necessidade de questionar tal predominância relativa na Geografia e enfrentar as dissonâncias em torno da interpretação da teoria da crise em Marx, de modo que a

superfluidade do trabalho posta pelo desenvolvimento inédito das forças produtivas e a correspondente ficcionalização do capital que decorre da expulsão do trabalho vivo nos processos produtivos sejam tomados como problemas próprios à chamada geografia histórica do capitalismo.

Referências

CHESNAIS, François. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston: Brill Academic Pub, 2016. DOI: https://doi.org/10.1163/9789004255487.

DEMANGEON, Albert. Pionniers et fronts de colonisation. **Annales de Géographie**, v. 41, n. 234, p. 631-636, 1932. DOI: https://doi.org/10.3406/geo.1932.10705.

FEDERICI, Silvia. The debt crisis, Africa and the new enclosures. **Midnight Notes**, n. 10, p. 10-18, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FUJICAVA, Renato. **Geografia do extermínio e povoamento do norte do Paraná:** a violência necessária na franja pioneira paulista (1930-1960). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GODINHO, Ariel Machado. **Política habitacional e renovação urbana sob novas formas de contratualização público-privada:** a incidência da PPP Habitacional SP Lote 1 S/A e a região da Luz como "nova" fronteira urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

GODINHO, Ariel Machado; BOLIGIAN, Artur; VASCONCELLOS, Rachel Pacheco. Reflexões sobre a teoria da crise na crítica da economia política do espaço. In: SILVA, M. R.; OLIVEIRA, M. P.; MARTINS, F. E. S. (org.). **Urbanização contemporânea e limites da reprodução social: crise e crítica**. Rio de Janeiro: Mórula/FAPERJ, p. 49-74, 2024.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, p. 95-126, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **The urbanization of capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1985

HARVEY, David. Teoria da crise e a queda da taxa de lucro. **Geografares**, n. 28, p. 15-35, 2019. DOI: https://doi.org/10.7147/GEO28.24381.

HEINRICH, Michael. **An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital**. Nova York: Monthly Review Press, 2012.

KURZ, Robert. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. Lisboa: Antígona, 2014.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. As instituições da sociedade "pós-tecnológica". In: LEFEBVRE, H. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 106-145, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2a edição. São Paulo: Contexto, 2009.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro Terceiro, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984c.

MENDES, Ricardo da Silveira. Os bairros da Zona Sul e os bairros ocidentais. In: AZEVEDO, A. (org.). **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**. Volume 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 257-364, 1958.

MONBEIG, Pierre. **Ensaios de geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil no período 1978-1988. **GEOgraphia**, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13373.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEET, Richard. The development of radical geography in the United States. **Progress in Human Geography**, 1 (2), p. 240-263, 1977. DOI: https://doi.org/10.1177/030913257700100203.

PETRONE, Pasquale. Simpósio Perspectivas da colonização no Brasil. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 18, p. 49-59, 1973.

ROBIC, Marie-Claire. A crise dos anos 1930 e a emergência de novos temas na geografia. In: SALGUEIRO, H. A. (org.). **Pierre Monbeig e a Geografia Humana brasileira: a dinâmica da transformação**. Bauru: EDUSC, p. 37-56, 2006.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A.; CARRERAS, C. (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, p. 09-20, 2005.

RODRIGUES, Arlete Moysés; SEABRA, Manoel. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, 64, p. 19-58, 1986.

SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo Forever? - Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do "colapso da modernização". **Geografares**, n. 28, p. 116-169, 2019. DOI: https://doi.org/10.7147/GEO28.24390.

SCHWARZ, Roberto. Fim de século. In: SCHWARZ, R. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 155-162, 1999.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves. Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, p. 166-180, 1981.

SILVA, Armando Correa da. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (As geografias críticas e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, 60, p. 73-140, 1984.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, p. 25-39, 2006.

SMITH, Neil. **American empire: Roosevelt's geographer and the prelude to globalization**. Berkeley: University of California Press, 2004.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP**, n. 21, p. 15-31, 2007. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2007.74046.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Nova York: Routledge, 1996.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

THERY, Hervé. Les franges pionnières: un complexe géographique. In: THERY, H.; DROULERS, M. (orgs.). **Pierre Monbeig: un géographe pionnier**. Paris: IHEAL, p. 81-94, 1991. DOI: https://doi.org/10.4000/books.iheal.1509.

TOLEDO, Carlos de Almeida. A fronteira da territorialização do capital. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, p. 79-92, 2019.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1958.

Como citar este artigo:

GODINHO, Ariel Machado. Geografia e teoria da crise em três recortes sobre o conceito de fronteira. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 528-552. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/skyhnc18

Recebido em 07 de dezembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o(a) autor(a): Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. Mestre em Geografia Humana (2025) e bacharel em Geografia (2020) pela mesma instituição. Pesquisador visitante na Université Lumière Lyon 2 (2026-2027) e na City University of New York (2023). Desde 2018 integra o grupo de pesquisa Geografia urbana: a vida cotidiana e o urbano, vinculado ao Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo.

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processos nº 2021/02287-1 e nº 2022/13105-4.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético

Sócrates Menezes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia *(UESB)*
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
socratesmenezes@yahoo.com.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético

Resumo

Analisa o debate sobre os *espaços da miséria*, proposto por Alexandrina Luz Conceição, e suas contribuições para a compreensão crítica da produção capitalista do espaço. Parte-se da problemática de como a produção espacial da miséria pode expressar a materialização radical e imanente da lógica do capital, especialmente no contexto de sua crise estrutural, e de como sua leitura permite desvelar os limites das interpretações ideológicas que naturalizam e consolidam uma visão a-histórica do próprio espaço. O objetivo central consiste em discutir a relação entre produção do espaço, trabalho, acumulação e miséria, identificando suas determinações econômicas, sociais e espaciais. Para tanto, adota-se como método a dialética, compreendendo a realidade em sua totalidade contraditória e articulando as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica da práxis. O percurso analítico mobiliza, especialmente, as contribuições de Marx, Mészáros, Harvey, Lefebvre, Bakhtin e da própria Conceição, relacionando a lei geral da acumulação capitalista, a composição orgânica do capital, a superpopulação relativa e o desenvolvimento desigual e combinado à produção dos espaços da miséria. Conclui-se que a miséria não constitui uma exterioridade ou disfunção do capitalismo, mas uma expressão constitutiva de sua reprodução contraditória. Assim, a geografia dos espaços da miséria reafirma a centralidade do trabalho e da totalidade social, contrapondo-se às abordagens fragmentárias e apologéticas e apontando a crítica radical das relações capitalistas como horizonte de transformação.
Palavras-chave: Espaços da miséria; signo dialético; produção do espaço.

Spaces of Misery and the Return to the Dialectical Sign

Abstract

This paper analyzes the discussion of *spaces of misery*, formulated by Alexandrina Luz Conceição, and its contributions to a critical understanding of the capitalist production of space. It addresses the question of how the spatial production of misery can express the radical and immanent materialization of the logic of capital, particularly in the context of its structural crisis, and how its interpretation makes it possible to reveal the limits of ideological interpretations that naturalize and consolidate an ahistorical view of space itself. The main objective is to discuss the relationship between the production of space, labor, accumulation, and misery, identifying their economic, social, and spatial determinations. To this end, dialectics is adopted as the method of analysis, understanding reality in its contradictory totality and articulating the ontological, epistemological, and methodological dimensions of praxis. The analysis draws particularly on the contributions of Marx, Mészáros, Harvey, Lefebvre, Bakhtin, and Conceição herself, relating the general law of capitalist accumulation, the organic composition of capital, the relative surplus population, and uneven and combined development to the production of spaces of misery. It concludes that misery is neither external to capitalism nor a dysfunction of the system, but rather a constitutive expression of its contradictory reproduction. Thus, the geography of spaces of misery reaffirms the centrality of labor and social totality, opposing fragmentary and apologetic approaches and identifying the radical critique of capitalist relations as a horizon for transformation.
Keywords: Spaces of misery; dialectical sign; production of space.

Introdução

É mérito da professora Alexandrina Luz Conceição problematizar a miséria como a dimensão crítica do espaço. Não que ela tenha inaugurado a análise geográfica sobre a temática. Estudos sobre a precariedade das condições materiais necessárias à reprodução da vida humana em populações específicas e nacionais estão largamente distribuídos ao longo dos séculos XIX e XX, tanto nas ciências sociais em geral, na Geografia em específico, como também na literatura. Notoriamente, na própria Geografia a temática da fome foi largamente debatida por Josué de Castro, especialmente nos clássicos *Geografia da Fome* (de 1946) e *Geopolítica da Fome* (de 1951)[1]. Inesquecíveis se tornaram *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, na literatura universal (século XIX) e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos[2], na literatura nacional do início do século XX. O tema da miséria está invariavelmente, por tempos e espaços distintos, em constante presença na historiografia da moderna sociedade capitalista e sua recorrência se deve ao fato dela ser sua mais repugnante contradição, dada os altos níveis com que a produção da riqueza material global foi exponencialmente ampliada em três séculos de industrialização sob comando do capital. Mas diferente do geógrafo, diferente dos romancistas, a reposição da miséria como um problema da natureza desigual da produção capitalista do espaço, como propõe Conceição, recoloca o debate em posição qualitativamente diferente.

Para Conceição, os espaços da miséria se configuram como a concretização das contradições mais destrutivas nos limites do sociometabolismo do capital. Não se trata da ausência de capital ou do desenvolvimento capitalistas, mas da própria forma desigual de sua presença, ou seja, de seu modo específico de produzir espaço. Por isso, sua compreensão não pode se dar a partir dos limites da lógica formal dominante nas ciências sociais, especialmente naquela Geografia disposta apenas a mostrar onde as coisas se dão (pelo mapeamento positivo), como elas se formaram (pelo historicismo) ou como se sistematizam (pelo estruturalismo) em distintas formas, funções e estruturas, numa pretensa processualidade eminentemente

[1] Conferir importante estudo de Thaís Chaves Freires, Geopolítica da Fome: A Produção dos Espaços de Miséria em Tempos de Crise Estrutural do Capital (2021).

[2] Sobre o debate na Geografia das referidas obras, consultar os trabalhos por nós orientados, de Andreza Carrilho, *"Ecce Paris, Ecce Homo":* Os Miseráveis de Victor Hugo na (Re)Constituição Geográfica Da Modernidade (2020), e de Ingrid Piagio Silva, Região Problema" Ao Problema Regional: O Nordeste E A Conformação Ideológica na Obra Vidas Secas, de Graciliano Ramos (2020).

geográfica da organização espacial da cidade, do campo, da região ou da nação. Essa Geografia, que explica como as coisas se afirmam, mas não como se negam, converte-se na mesma Geografia apologética que naturaliza a miséria como um dado alheio à própria natureza metabólica e social do capital. A *geografia dos espaços da miséria*, proposta por Alexandrina Luz Conceição, deve considerar que:

> A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro (Conceição, 2005, p. 169).

Tal perspectiva representa a reposição da contradição nos processos de espacialização, exigindo da leitura geográfica "o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual" (Conceição, 2013, p. 43). Significa, ainda, considerar uma forma historicamente específica de produção da miséria sob o modo capitalista de produção. Diferentemente das outras formas históricas de existência da miséria, sempre relacionadas a fenômenos de escassez, seja em razão do baixo desenvolvimento das forças produtivas, seja em decorrência de algum desastre (natural, bélico etc.), a miséria estrutural capitalista decorre de sua forma específica de produzir riqueza.

Os espaços da miséria colocam-se como a dimensão empírica "privilegiada" dessa especificidade histórica na qual o movimento real do capital *constrange* as tentativas de sua apologia, seja pelos mecanismos de justificação ideológica do discurso liberal e neoliberal, seja pela desconsideração ou ocultação (também ideológica) de suas contradições no discurso pós-moderno.

Essas duas dimensões do discurso apologético são complementares. Por um lado, o neoliberalismo e o culto à individualidade empreendedora, à desregulamentação e à unilateralidade econômica admitida pelo Estado pró-capital, em detrimento das já escassas políticas sociais, aparecem como um idealismo excessivamente forçoso diante do quadro socialmente crítico que se configura, especialmente na última quadra histórica, quando os efeitos da crise estrutural (Mészáros, 2011) evidenciam a miséria como um dado também estrutural. Por outro lado, as formas subjetivista, relativista e fragmentária com que as ciências

sociais absorveram a *(im)postura intelectual*[3] pós-moderna têm remetido à incompreensão do problema social e de sua gravidade crítica. A romantização da miséria, por meio de seu deslocamento das relações globais capitalistas em direção à *subjetividade heroica do miserabilizado*, é tão somente a conformação que se pretende científica da perversidade neoliberal. Ela significa, quando não muito, uma denúncia comprometida apenas com a demonstração ou a ilustração da realidade, não com a sua transformação. Isso se faz com dados, informações ou linguagem estilística, da cartografia à filosofia, que apenas esboçam uma leitura da realidade, mas não alcançam a apreensão da própria realidade. Essa ciência, que até se coloca como crítica, realinha-se ao mesmo discurso conservador do qual nem mesmo os mais progressistas entre os liberais conseguem se distanciar, dada a obrigatoriedade de submeter a realidade social dos pobres às necessidades econômicas dos ricos.

A *insuperabilidade do capitalismo*, fundamentada no suposto *fim da alternativa socialista*, leva à naturalização da exploração e à individualização da miséria. Não mais identificado enquanto classe, tampouco reconhecido em sua condição social, o sujeito miserabilizado absorve para si a responsabilidade por sua condição:

> No discurso, do respeito à pluralidade, reestrutura-se como imbricação de valores de indução de consumo mercadológico a individualidade sem historicidade e sem identidade ontológica. Em contraposição à concepção sociológica de classe social, contraditoriamente, sob o signo da identidade, prega-se um sujeito indefinido, de caráter universal, justificado sob o rótulo do uno, unicidade no viés antropológico (Conceição, 2005, p. 167).

Nesses discursos, os signos passam, então, a aparecer como elementos fundamentais de um espaço-tempo que se pretende aberto, horizontalizado, democrático, diverso, plural etc. Como ainda revela Conceição, além do signo da *identidade* de um indivíduo pretensamente emancipado do Estado e, por isso, livre por meio de uma *sociedade de economia plenamente aberta*, aparece "a família como signo da necessidade do amor, do respeito e da disciplina, e a comunidade como signo da necessidade da manutenção da solidariedade, da negação da violência" (2005, p. 167). Esses signos reforçam o postulado conservador nuclear da

[3] Referência ao livro *Imposturas Intelectuais* dos físicos Alan Sokal e Jean Bricmont, publicado em 1997. A obra apresenta uma crítica sistemática ao relativismo, ao subjetivismo e a carência de critérios e de rigor científico do pós-modernismo. A crítica decorre de uma paródia satírica realizada por Alan Sokal, que conseguiu publicar, em 1996, na prestigiada revista pós-moderna *Social Text*, um artigo repleto de absurdos teóricos, mas carregado de criatividade linguística e citações sofisticadas.

propriedade privada capitalista, mas também denunciam, contraditoriamente, uma sociedade não tão aberta, não tão plural e nem tão democrática no que diz respeito às diversidades relacionadas à família, ao amor e à solidariedade. A identificação desses signos é importante porque eles pretendem anunciar valores abstratos, humanos e universais, mas carregam significados ideológicos contraditórios, próprios de um tempo histórico específico que se pretende naturalizar como única alternativa.

O signo dialético

Sobre o signo dialético, também é mérito da professora Alexandrina Luz Conceição trazer para o debate na ciência geográfica as observações de Bakhtin quanto à necessidade de identificarmos, pelo materialismo, o significado ideológico expresso pelo signo que, neste caso, se dá por meio da palavra[4]: "tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*" (Bakhtin, 2006, p. 29). Aliás, desde sua dissertação, sintomaticamente intitulada *A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético*, Conceição constrói uma perspectiva teórica para a crítica científica, em especial a geográfica, demarcada em pelo menos quatro pontos: (1) na profunda sagacidade em identificar a ideologia dominante nas formulações e nos discursos mais sofisticados e aparentemente críticos; (2) na notável capacidade de identificar, na materialidade das relações sociais, a base concreta a partir da qual a ideologia adquiriu sua gênese; (3) no desnudamento da contraposição política presente no discurso mais erudito, por meio de uma formulação teórica pautada no critério e no rigor científico; (4) e no peculiar vigor militante em transformar *as armas da crítica* em força prática para a transformação revolucionária.

Ainda sobre o signo dialético, como fundamenta Conceição (1991), a partir da leitura bakhtiniana, é preciso compreendê-lo a partir de três pontos: (1) sua constituição pela unidade entre ideologia e realidade concreta que o circunscreve; (2) sua inserção em um sistema

[4] "Pode-se dizer que a filosofia burguesa contemporânea está se desenvolvendo *sob o signo da palavra*" (BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e Filosofia da Linguagem. São Paulo, HUCITEC, 2006, p. 25). Não de outra forma, o discurso pós-moderno, ao optar por uma linguagem que se coloca pretensiosamente como "pós-histórica", quando na verdade é "a-histórica", apenas forja uma abstratividade ou universalidade que só tem razão de ser em lógicas individualizadas.

específico de comunicação social; e (3) a compreensão de que essa comunicação também se encontra circunscrita a uma base material.

Diante dessas ressalvas metodológicas, a categoria central que se coloca como o signo em torno do qual gravitam as ideologias neoliberal e pós-moderna é o *trabalho*. Na ideologia neoliberal, o trabalho, concebido como "emprego" e "renda", tem por objetivo naturalizar as relações de exploração tal como se apresentam no capitalismo hodierno, eternizando essas relações e excluindo alternativas socioeconômicas radicais. Na ideologia pós-moderna, o trabalho é negado como categoria ontológica e sociológica central para a explicação e a transformação da realidade, pois se busca reduzir os sujeitos à sua dimensão individual e subjetiva, que se universaliza como totalidade em si. Entre essas ideologias, completa-se o ciclo apologético conformado no discurso de que "não há alternativas".

O trabalho é o signo dialético por meio do qual a ideologia do capital se forja, assentada em uma consolidada base material historicamente construída pelo capitalismo, e a partir do qual o discurso científico e acadêmico opera sua legitimação até o nível do senso comum, por meio de canais de comunicação também ideológicos, oficiais ou não. Os espaços da miséria, dessa forma, constituem o contraponto real diante do qual a ideologia e a base material pós-moderna e neoliberal se veem constrangidas. Constituem-se, assim, como o polo dialético contraditório, porque são concretos e expressam o movimento real do trabalho em sua contraposição ao capital. Os espaços da miséria representam, para Conceição, a preservação da totalidade dialética e crítica em confronto com a unilateralidade apologética do capital.

Nesse sentido, o conceito de dialética que qualifica o pensamento de Conceição encontra expressão também em sua própria prática científica, descrita da seguinte forma: "na Geografia que buscamos fazer na nossa práxis, da teoria crítica pela supressão da mercadoria, da supressão do capital, geograficizando os limites das necessidades e possibilidades, definidas como produção de riqueza e não na riqueza da produção" (Conceição, 2013, p. 52). A práxis que fundamenta o pensamento de Conceição pode aqui, sob os graves riscos de simplificação, ser compreendida a partir de uma unidade tridimensional: a realidade social tal como se apresenta e a teoria dela derivada (dimensão ontológica); a crítica ideológica e o rigor e o critério

científico que a orientam (dimensão epistemológica); e a perspectiva de transformação da realidade, orientada pela compreensão de suas determinações (dimensão metodológica).

Em aparente paradoxo em relação às perspectivas pós-modernas, nas quais a realidade é observada pelo espectro da fragmentação, da diversidade e da diferença, sob o pressuposto de uma sociedade sem conflitos estruturais, a realidade dos espaços da miséria e neles materializada recoloca a lógica do desenvolvimento desigual na centralidade da análise científico-social e geográfica. Mais do que simples realidades onde a miséria predomina, a *geografia dos espaços da miséria* aponta uma tendência histórica do capitalismo que se manifesta em sua contradição fundamental: a produção de riqueza pela reprodução da pobreza, tanto absoluta quanto relativa.

Os espaços da miséria

Em comemoração ao seu centenário, em 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão diretamente vinculado à ONU, anuncia, em seu sítio, em texto introdutório aos relatórios intitulados O Futuro do Trabalho, uma perspectiva otimista, acompanhada de uma constatação:

> O mundo do trabalho tem a capacidade de relegar a pobreza à história, proporcionar trabalho decente e um bom padrão de vida em escala universal e ampliar a todas as pessoas a proteção contra os riscos da vida profissional. No entanto, esse potencial segue sem se tornar realidade. Os problemas de desemprego, subemprego, desigualdade e injustiça estão se agravando, em vez de se corrigirem (OIT, 2021).

Para a OIT, "a mais antiga agência especializada das Nações Unidas", o "futuro do trabalho" está determinado por uma ideia de mundo e, ironicamente, pela própria incapacidade desse mesmo mundo de realizá-la. A realidade que torna possível vislumbrar a extinção da pobreza e "um bom padrão de vida em escala universal" é a mesma na qual se constata o agravamento do desemprego, do subemprego, da desigualdade e da injustiça. O trabalho, como elo entre uma realidade idealizada e outra constatada, não está colocado apenas em uma disputa de visão de mundo (ideia *versus* realidade), mas, notadamente, como instrumento de aprisionamento ideológico da realidade constatada àquela prometida.

O que faz a ideia prevalecer sobre a materialidade de sua irrealização não está simplesmente no plano da falsa consciência, mas na própria contradição que move essa mesma materialidade do mundo real. O trabalho, entendido como emprego da atividade humana produtiva, remunerada por meio de salário e geradora de renda para o sujeito que trabalha, corresponde ao próprio conceito de trabalho capitalista. [5] Portanto, trata-se não do trabalho em si, mas de uma forma de trabalho (a forma atual concreta) que degrada e explora e que, por isso, produz desigualdades e injustiças. Trata-se, assim, de uma forma de trabalho que não pode deixar de ser socialmente determinada, historicamente específica e transitória. A identificação do trabalho (capitalista) com aquilo que ele não pode plenamente ser — digno, justo, igualitário, libertário, democrático etc. —, tal como constatado pela OIT, constitui apenas uma *promessa*. O que o promove como signo "humanizante" é a incorporação dos significados civilizatórios e universalistas próprios da sociedade burguesa. Nesse sentido, é importante considerar que uma geografia dos espaços da miséria permite desvelar esses significados que, em última instância, se apresentam invertidos em dois pontos: na identificação absoluta do trabalho com a forma historicamente específica de sua exploração, o trabalho assalariado; e na naturalização das relações de trabalho capitalistas, apresentadas, por isso, como *ontologicamente humanas* e como se não houvesse alternativas a elas.

Voltando aos relatórios da Organização Internacional do Trabalho, especificamente ao divulgado em janeiro de 2020 (ou seja, antes dos "efeitos econômicos da pandemia de Covid-19"), constata-se que, depois de nove anos de estabilidade, o mundo teria 2,5 milhões de novos desempregados como resultado direto da atividade econômica. Aponta-se, ainda, que meio bilhão de pessoas trabalham menos do que gostariam ou não estão envolvidas em trabalho assalariado. Embora seja absurdo discutir a diferença conceitual entre os verbos *gostar* e *necessitar* para o trabalhador empobrecido, é ainda mais importante destacar que, além dos 188 milhões de desempregados em todo o mundo, somam-se a esse contingente 165 milhões de trabalhadores com salários insuficientes e outros 120 milhões que simplesmente desistiram de

[5] Para salvaguardar a missão civilizatória do capital, a própria OIT criou em 1999 o conceito de "trabalho decente", como sendo aquele "produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável" (OIT, 2021).

procurar emprego. A importância de tal panorama, que afeta destrutivamente as condições de reprodução da classe trabalhadora, materializa-se, obviamente, nos quadros de pobreza e miséria. Segundo o mesmo relatório da OIT, a pobreza e a miséria no mundo tendem a aumentar entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Atualmente, um em cada cinco trabalhadores no mundo (20%) é pobre ou extremamente pobre, totalizando 630 milhões de pessoas. A descartabilidade se manifesta na superfluidade dos sujeitos que, alienados dos meios de produção, sucumbem à geografia da miséria global: "nos espaços e tempos da geografia da miséria, os Sujeitos descartáveis vivenciam a fome, a subnutrição, o cansaço da exploração, o descaso e a violência nos diversos lugares do mundo" (Conceição, 2013, p. 43).

Tais dados, que constatam um cenário "não esperado" (decorrente de algum resquício de otimismo que a agência especializada mais antiga da ONU ainda possa ter), revelam, em linhas gerais, um mundo mais miserável do que aquele projetado e demarcam os limites da forma como as relações de trabalho assalariado se expressam. Essa forma de organização do trabalho torna-se fonte de empobrecimento e miserabilidade, evidenciando a necessidade de uma alternativa, apesar da melancólica conclusão da Organização Internacional do Trabalho:

> O relatório constata que o ritmo e a forma de crescimento atuais estão dificultando os esforços para reduzir a pobreza e melhorar as condições de trabalho nos países de baixa renda. O relatório recomenda que é necessário alterar o tipo de crescimento para estimular atividades de maior valor agregado por meio de transformação estrutural, modernização tecnológica e diversificação da produção (OIT, 2021).

O aspecto mais melancólico das constatações do relatório não está na reprodução de obviedades economicistas para problemas sociais estruturais, nem propriamente na ausência de uma postura realmente condizente com a gravidade estrutural do problema do desemprego. Sua "notável" constatação reside na recomendação de desenvolver as mesmas condições de um "tipo de crescimento" que produz desempregados: "atividades de maior valor agregado", "modernização tecnológica" e "diversificação da produção".

A inversão ideológica que identifica o trabalho à sua forma de exploração, ao capital e à exploração capitalista, assegura a própria reprodução da objetividade ideológica. Ora, identificado ao capital, o trabalho assalariado "necessita" da expansão do capital

(investimentos, novos mercados, modernização, diversificação etc.) para poder também se expandir. Na sociedade capitalista, isso é um fato, mas assim o é apenas porque o trabalho está subsumido ao capital. Não pode existir trabalho capitalista onde não há capital. O trabalho não se coloca como atividade humana produtiva geradora de riqueza, como diz o capitalista, mas como atividade humana produtiva dependente dos investimentos de capital, como sabem os trabalhadores.

A expansão dos espaços da miséria, nos quais a força humana de trabalho se reproduz sob a condição da pobreza e da extrema pobreza, é o corolário dessa relação, porque aponta seus limites, na medida em que essa massa de trabalho desempregada, afastada e expropriada pelo capital significa uma força produtiva crescente, tornada incapaz de produzir por esse mesmo capital que (teoricamente) deveria “absorvê-la” ou "explorá-la". Não apenas a capacidade produtiva absoluta do trabalho se reduz em sua exclusão absoluta do emprego e do acesso aos meios de produção, mas também, notadamente, a capacidade produtiva do capital. Um processo geral de desvalorização se dá no mesmo sistema de acumulação porque, diante da necessidade de conservação de seu sistema de extração de mais-valia, o capital promove o divórcio entre as categorias fundantes da valorização: capital e trabalho.

Os espaços da miséria demarcam essa tendência improdutiva e desvalorizativa (em termos relativos), que se materializa historicamente, mas não exclusivamente, nos campos empobrecidos e nas periferias urbanas. Em linhas gerais e de maneira bastante sintética, sua essência está na divisão social e territorial do trabalho nas múltiplas escalas, departamentos e setores produtivos. As dinâmicas espaciais que os produzem são, também em linhas gerais, a relação campo-cidade e a relação centro-periferia. Sua mediação com o trabalho está determinada pela mobilidade do trabalho e pela centralização e concentração do capital em espaços específicos. Esses espaços são fruto direto do desenvolvimento desigual e combinado, movimento geral no qual excedentes de capital se centralizam e se concentram em determinados espaços, promovendo também a concentração do trabalho (reduzindo, assim, o valor da força de trabalho para a extração da mais-valia). A desigualdade, que não é somente social, mas também espacial, antes vista como consequência de um sistema ainda em

desenvolvimento, revela-se como o motor desse mesmo desenvolvimento. Essa é a natureza do desenvolvimento desigual, nos termos de Neil Smith (1988).

A produção da miséria

Para Marx, o capitalismo, como sistema produtor de mercadorias baseado na propriedade privada e, por conseguinte, na apropriação também privada da riqueza gerada, deve, em última instância, existir sob condições muito específicas. Além da propriedade dos meios de produção, concentrada nas mãos da classe dirigente (burguesia), é necessária a existência de *trabalhadores livres*, proprietários de sua própria força de trabalho, mas desprovidos dos meios de produção. Apenas quando tais condições próprias da sociedade moderna se tornam universais e dominantes, as condições da produção especificamente capitalista se tornam a lógica geral da produção. Ou seja, é nesse momento que produzir em geral significa produzir de forma capitalista. A lógica da mercadoria se universaliza e o mundo se torna então sua imagem e semelhança, como uma "imensa coleção de mercadorias" (Marx, 1983, p. 45).

Como sistema produtor de mercadorias em um mundo dominado pela lógica da mercadoria, o capitalismo precisa funcionar sob limites muito estreitos. Ele precisa não apenas se reproduzir enquanto sistema correspondente ao mundo da mercadoria, mas necessariamente manter-se como um eficiente sistema produtor de mercadorias. O capitalismo, então, precisa produzir incessantemente mercadorias: a mercadoria banal, que deve abastecer os mercados para o consumo individual (alimentos, vestuários etc.) e para o consumo produtivo em novos ciclos de produção (matérias-primas, maquinário, insumos etc.). Mas precisa produzir, também incessantemente, um outro tipo de mercadoria, uma mercadoria especial, a única capaz de agregar novo valor ao processo produtivo: a força de trabalho. O capitalismo produz, então, não apenas mercadorias, mas também as condições sociais de sua produção, notadamente a força de trabalho como mercadoria.

Isso significa que, para a manutenção do sistema, um quantitativo crescente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho em troca de salários deva ser continuamente mantido. O que aparece como uma consequência da expansão do capitalismo

é, para Marx, sua mais profunda necessidade sob as condições desumanizantes próprias do capital em pleno funcionamento:

> Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui (Marx, 1983, p. 209).

A *lei absoluta geral da acumulação capitalista* é, em última instância, a produção do proletariado e de suas condições contraditórias de existência. A produção crescente "da camada lazarenta da classe trabalhadora" está diretamente ligada à riqueza produzida pelo aumento da produtividade do trabalho sob o controle do capital. Significa que, quanto maiores as "potências da riqueza" controladas pelo capital a partir da exploração dos trabalhadores empregados, maior tende a ser a massa de força de trabalho disponível para sua exploração, a qualquer tempo e em qualquer espaço. Isso garante ao capital duas coisas: que a expansão das relações capitalistas de produção e a consequente intensificação do processo acumulativo geral tenham potencial sempre crescente, mediante o incessante desenvolvimento das próprias forças produtivas, impulsionado pelos reinvestimentos de parte dos lucros em técnicas e tecnologias; e que o potencial produtivo do trabalho disponível esteja em um patamar sempre maior do que a própria capacidade do capital de empregá-lo produtivamente.

Dessa tendência geral decorre que a capacidade social de produção efetivamente mobilizada pelo capital é sempre potencialmente inferior à capacidade produtiva representada pelo conjunto dos meios de produção e da força de trabalho disponível. O custo dessa limitação produtiva do capitalismo, contraditoriamente produzida por ele mesmo, é a formação de uma capacidade potencial de superprodução e de uma superpopulação relativa que ultrapassa a capacidade do capital de absorvê-la.

Longe de ser uma consequência meramente acidental, o processo de desvalorização dos excedentes de capital e trabalho, gerado pelo próprio funcionamento do sistema

acumulativo, é também uma necessidade contraditória da reprodução capitalista. Do ponto de vista do capital, sua superprodução é observada no processo de concentração e centralização, como descrito por Marx. Do ponto de vista do trabalho, sua superprodução é observada nos bolsões de pobreza e miséria nas periferias urbanas e rurais de países ricos ou pobres. Mas como isso ocorre?

Como observa Marx, o capital, ou o valor adiantado para a produção, divide-se entre capital constante (investimentos em meios de produção: fábricas, prédios, matérias-primas, maquinário, insumos, energia etc.) e capital variável (custos com a contratação de mão de obra). Para que o capital produza cada vez mais com relativamente menos trabalho, é necessário um aumento da produtividade, ou seja, que a mesma hora de trabalho produza mais do que produzia antes. Para que isso ocorra, é preciso investir mais em técnicas e tecnologias que melhorem os métodos produtivos e a eficiência do trabalho. Ocorre que o aumento da produtividade tende a exigir um aumento nos custos de produção destinados ao capital constante. Quanto mais maquinário, tecnologia e modernização da produção, mais matérias-primas e insumos gerais também serão consumidos produtivamente. Mesmo que os custos com a mão de obra cresçam, seja pela contratação de mais trabalhadores, seja pela valorização média dos salários, seu crescimento tende a não acompanhar, na mesma proporção, o crescimento dos investimentos em meios de produção, em capital constante. Conforme descreve Marx, a composição orgânica do capital expressa essa relação entre a parte variável e a parte constante do capital.

Ainda conforme Marx, o desenvolvimento da composição orgânica do capital, motor de uma das tendências fundamentais do desenvolvimento do modo de produção capitalista, deve se dar no ambiente da própria concorrência capitalista: ambiente de competição em que capitalistas disputam entre si o mercado de consumo. Para baratear os preços de sua produção e viabilizar seus negócios, é preciso produzir mais por menos, aumentando a produtividade pelo investimento em capital constante, cuja magnitude tende a crescer em relação ao capital variável (ou o trabalho envolvido na produção). Conforme esse processo se desenvolve, outros setores auxiliares da produção, outros setores da economia e outras áreas da produção social, muitos deles não capitalistas (como, por exemplo, a agricultura camponesa, a produção

artesanal e demais economias familiares que não envolvem o assalariamento), também começam a se integrar à lógica da concorrência e passam a ser controlados por capitalistas, porque precisam existir na economia de mercado, que é dominante: precisam produzir mercadorias cada vez mais submetidas à lógica do capital.

A esse movimento de expansão e ampliação do capital social por meio do crescimento dos capitais individuais, Marx denomina concentração do capital. É a forma como os capitalistas, em suas múltiplas frações e na condição de muitos capitais individuais, ampliam seu domínio sobre os meios de produção em geral: "O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais" (Marx, 1983, p. 257). Isso significa não apenas a abertura de novos setores, a fragmentação de outros ou a mera metamorfose de economias tradicionais em economias capitalistas, mas significa principalmente a tendência de concentrar todo e qualquer meio de produção na forma burguesa de propriedade. Como classe, a burguesia se expande para as mais variadas áreas e setores da produção, abrindo novos negócios, apropriando-se de outros ainda não vinculados ao mercado capitalista e controlando, progressivamente, a diversidade econômico-material da sociedade. Ao mesmo tempo, quando expande o controle dessa produção multivariada para diferentes setores e espaços da vida material, ela o faz de forma capitalista, ou seja, implementando a produção por meio da propriedade privada, subordinando ou eliminando formas de produção solidárias, tradicionais e familiares, efetivando a separação dos trabalhadores dos meios de produção aos quais estavam vinculados (como os camponeses e a terra), expropriando-os e, por conseguinte, produzindo mais trabalhadores "disponíveis" à exploração por seu próprio capital, agora concentrado. Efetiva-se, por meio da concentração do capital, o controle capitalista dos meios de produção e do trabalho.

Em movimento simultâneo e/ou sucessivo, o confronto desses capitalistas na concorrência do mercado resulta em vencedores que, por conseguirem aprimorar os mecanismos de extração de mais-valia (aumentar a produtividade do trabalho), passam a controlar parcelas crescentes do capital social total. A centralização do capital, como denominada por Marx, representa esse momento em que grandes capitais passam a dominar importantes setores da produção econômica. Ela é resultado da concorrência capitalista, mas é,

ao mesmo tempo, um movimento que tende a restringir a própria concorrência, porque torna desigual e até inviável a disputa entre esses grandes capitais e os capitais menores. Em decorrência, um processo de restrição das condições de acumulação dos capitais menores se efetiva, com a consequente extinção ou expulsão (para novos setores ou novas regiões) de outros capitais menores e perdedores. Tudo fica ainda mais intensificado com o sistema de crédito utilizado por essas grandes corporações que, munidas de mais capitais, efetivam seu controle e domínio sobre o mercado. Essa centralização do capital significa também um processo de produção de mais trabalhadores disponíveis à exploração capitalista, na medida em que os ganhos de produtividade alcançados pela intensificação da extração de mais-valia relativa permitem ao capital dispensar parte da força de trabalho anteriormente empregada.

De uma forma ou de outra, a expansão da acumulação capitalista, por meio da concentração decorrente do crescimento de muitos capitais individuais distribuídos em diversos setores e regiões, ou sua reorganização e restrição por meio da centralização em poucas mãos e em poucos lugares, resulta sempre em um processo de criação de excedentes de força de trabalho. Mas também significa a produção de um excedente de capital. O excedente de capital e o excedente de força de trabalho são, portanto, resultados contraditórios da própria acumulação capitalista.

No mercado capitalista, em expansão ou monopolizado, os capitais estimulam-se mutuamente a alcançar altos níveis de produtividade que, somados, tendem a abarrotar os mercados de todas as formas de mercadorias. E isso se torna mais intenso quanto mais generalizado for o desenvolvimento do capitalismo. Grandes crises da acumulação capitalista, como as de 1929, 1971-73 e 2008, evidenciaram, em diferentes configurações históricas, as contradições relacionadas à superprodução. Aliás, é o capitalismo que inaugura, na história humana, essa modalidade absolutamente nova e contraditória das crises: crises que, diferentemente das crises de escassez predominantes em formações sociais anteriores, têm sua natureza fundada na superprodução de mercadorias e de capital em meio à privação social.

A crise é o momento em que a superprodução se generaliza e atinge todos os setores, departamentos e áreas da produção material. Seus principais efeitos se manifestam em uma produção que não encontra lastro social, principalmente no consumo. Como demonstra

Marx, isso ocorre porque a concentração e a centralização do capital podem gerar uma quantidade de produção incapaz de ser apropriada pela sociedade. Isso porque, enquanto a produtividade aumenta, estimulada pela concorrência intercapitalista, a produção de mercadorias cresce ao mesmo tempo que diminui relativamente a quantidade de força de trabalho necessária à sua produção. Menos trabalhadores podem ser necessários para produzir uma quantidade crescente de mercadorias.

Invariavelmente, pode ocorrer uma tendência de redução relativa da massa salarial em relação à riqueza produzida, ao mesmo tempo que uma crescente massa de mercadorias precisa ser consumida. A superprodução ocorre quando o circuito de valorização e realização do capital encontra entraves à sua continuidade, especialmente na esfera do consumo. As mercadorias de consumo individual (alimentos, vestuários etc.) deixam de ser consumidas porque os trabalhadores não têm renda suficiente, em razão da apropriação privada da riqueza produzida e da exploração da força de trabalho; as mercadorias destinadas à produção (maquinário, insumos, matérias-primas etc.) deixam de ser consumidas porque a indústria se retrai; e a mercadoria força de trabalho deixa de ser contratada na produção em decorrência do desemprego. Por fim, configura-se uma superprodução de diferentes formas de mercadorias, acompanhada de processos de desvalorização do capital. Para os trabalhadores, esse movimento se traduz em miséria e pauperismo.

A produção dos espaços de miséria

Até aqui, foi revelado que, no capitalismo, a miséria é produto de sua superprodução. Os trabalhadores miserabilizados são produzidos como tais para, assim, poderem sustentar a acumulação capitalista. Nas palavras de síntese de Marx: "Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado" (1983, v. 1, t. 2, p. 188). A superpopulação relativa é um processo de produção de excedente de trabalho, sempre à disposição da expansão do capital, seja por setores da economia, seja por espaços geográficos. O exército industrial de reserva, por sua vez, é a massa de trabalhadores que deve se reproduzir nas formas mais desumanas possíveis enquanto não encontra emprego. Essa massa também serve para pressionar e manter sob controle do capital os trabalhadores empregados, sob a ameaça permanente de demissão.

A população miserabilizada, produzida pelo desenvolvimento do capital, reproduz-se, obviamente, nos espaços da miséria. Até esse ponto, espaço e miséria capitalistas estão ligados apenas formalmente, como se o espaço da miséria fosse apenas o receptáculo dos miserabilizados, ou o *onde* se reproduzem. Cabe agora avançar na investigação e compreender as formas pelas quais esses espaços são produzidos, não apenas como consequências da acumulação desigual e contraditória do capital, mas propriamente como condições de sua realização. Notadamente, como observa Conceição, "ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações [...]" (2005, p. 169).

Foi dito anteriormente que a acumulação capitalista tende a produzir uma superprodução de capital e trabalho dissociados e, por isso, improdutivos. A solução dessa contradição se dá por meio da desvalorização do próprio capital e do trabalho a níveis críticos, mas não tão críticos a ponto de interromper a acumulação em geral. Trata-se de uma solução temporal, cuja aposta é o futuro, ao menos até que os padrões de exploração da mais-valia possibilitem o retorno das altas taxas de lucro e, consequentemente, dos investimentos. Parte da solução dessas contradições, contudo, também se desloca para o espaço, seja por meio de investimentos em infraestrutura (desenvolvimento do capital constante geral), seja pela exportação de capitais para "ambientes" mais propícios à acumulação: outras regiões, outros países. Aqui, produzir espaço significa promover o reencontro entre capital e trabalho. David Harvey (2005) chamou essa última estratégia de *ajuste espacial*, entendendo-a como um processo de acomodação dos excedentes de capital e trabalho superacumulados nos centros produtivos.

Ainda assim, essas estratégias de deslocamento no tempo e no espaço são transitórias, e seus limites afloram quando o desenvolvimento das contradições do capital impossibilita a efetividade de suas próprias remediações. Nesse momento, em que deslocar as contradições

para o tempo significa consumir prematuramente o próprio futuro[6] e deslocá-las para o espaço significa ativar a produção destrutiva, seja por espoliação, seja por guerra, a análise deve se voltar não mais para as estratégias do capital, mas para seus limites absolutos e destrutivos.

Como entende Mészáros, a crise estrutural do capital é aquele momento irremediável em que, como observou Marx, "[..] forças produtivas, sob o regime da propriedade privada, obtêm apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se na maioria em forças destrutivas e uma grande quantidade dessas forças não consegue alcançar a menor utilização na propriedade privada" (Marx, 2007, p. 60). Desde a década de 1970, é exatamente essa realidade que precisa ser enfrentada: a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011).

Especialmente no que diz respeito ao espaço, diante das limitações de deslocamento das contradições estruturais para essa dimensão, ele se coloca como elemento importante para o entendimento do contexto da crise estrutural. Para tanto, é preciso explicá-lo não como ele se apresenta, mas como é produzido e reproduzido, desvendando os limites de sua relação com o sistema de acumulação para, assim, diante da perspectiva da transformação, revelar os potenciais emancipatórios da *práxis*.

Para tanto, é preciso entender o espaço em sua condição relacional e dialética. Isso significa que a atividade prática humana, mesmo sob as condições de alienação impostas pelo capital, produz um espaço correspondente às condições de sua produção. Mas, como produto alienado e contraditório, o espaço se eleva também à condição "reativa", porque participa do processo de produção em geral, inclusive da produção de si mesmo. Obviamente, o potencial transformador, revolucionário ou emancipador não está no espaço em si, mas nos sujeitos sociais que o produzem e, assim, tendem a torná-lo instrumento de luta. Isso apenas indica que o espaço é, sobretudo, social. É sobre essa "autonomia" relativa, relacional e social que Lefebvre trata quando afirma que, "enquanto produto, por interação e retroação, o espaço intervém na própria produção[...]. A sua maneira, produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas" (Lefebvre, 2006, p. 05). Mas de que

[6] "A crise da dívida global é o resultado da tentativa desesperada de, através do 'consumo do futuro' insuflado por receitas em dinheiro que nunca mais virão, manter dentro dos limites do fim em si capitalista as vastas forças produtivas" (Kurz, 2015.)

forma o espaço, como produto do capital, pode se converter em força social "reagente" ao próprio produtor, o capital? Em outros termos: de que forma se dá sua *entrada* nas forças produtivas do capital e a efetivação de sua força reativa a ele?

Como afirmado, a gênese dessa contradição pertence não apenas ao espaço em si, mas à forma de sua produção. Foi dito acima que o capital se divide em duas partes: a constante e a variável. Na verdade, essa é uma leitura inovadora trazida por Marx em contraposição à leitura da economia política, especialmente à de David Ricardo. Para a economia política burguesa clássica, os investimentos de capital se dividiam em capital fixo, relativo à capacidade produtiva instalada (fábricas, maquinarias e estrutura produtiva em geral), e capital circulante, relativo aos investimentos que fazem o capital fixo produzir (compra de força de trabalho, matéria-prima, energia, insumos etc.). Nesses termos, como argumentaria Marx, não seria possível identificar de onde vem a valorização, pois capital e trabalho estariam confundidos. Ao separar capital constante (como o trabalho morto cristalizado nos meios de produção em geral, que apenas transferem seu valor à nova produção na qual são empregados) e capital variável (como trabalho vivo, de onde se extraem novos valores, valores adicionais, a mais-valia, enfim), Marx oferece uma explicação do funcionamento acumulativo do desenvolvimento capitalista, entendido como apropriação privada, crescente e expansiva do trabalho não pago, da mais-valia, além de desvelar o conteúdo de classe desse processo.

Dessa forma, a parte dos investimentos em capital que não gera valores adicionais à produção (trabalho morto), por isso mesmo denominada capital constante, e a parte do capital que gera valores adicionais (mais-valia, trabalho vivo), por isso mesmo denominada capital variável, estão relacionadas organicamente. Quando Marx observa a relação produtiva entre as duas partes do capital e vê que o movimento de crescimento relativo do capital constante em relação ao variável se coloca como uma tendência do desenvolvimento do capitalismo, chama esse movimento de composição orgânica do capital.

A organicidade do capital refere-se a esse corpo "orgânico", em funcionamento sistêmico de matéria e energia humana. É uma monstruosidade que cresce e deve continuar a crescer incessantemente, justamente à medida que perde, relativamente, a capacidade de se nutrir de sua própria substância vital: o trabalho. Então, ele compensa sua deficiência

substantiva em crescimento quantitativo, *magnitudinal*, incorporando meios de produção cada vez mais centralizados e concentrados em torno de si e se generaliza conforme aumenta sua necessidade de sugar ainda mais trabalho vivo.

Esse monstro expande seu modo de crescer por toda a superfície do globo, submete todas as relações de produção à sua "sede vampiresca por sangue vivo do trabalho" (Marx, 1983). Seus tentáculos crescem conforme são construídas rotas marítimas, redes ferroviárias, hidroviárias, rodoviárias e aéreas, sistemas de comunicação e outras redes de trocas de mercadorias e informação, enfim, o mundo "globalizado" como conhecemos. Também se expande por meio da produção de grandes centros de produção, conglomerados industriais, centros do capital financeiro, metrópoles, megalópoles, "cidades médias" introduzidas ao sistema produtivo, além de cidades pequenas e campos subsumidos à sua função de produzir *commodities* e o exército industrial de reserva latente. As periferias são produzidas como espaço de reprodução desse mesmo exército, não apenas latente, mas também flutuante e estagnado, além de marcado pelas condições de pauperismo associadas ao lumpemproletariado urbano. Enquanto isso, biomas inteiros sucumbem ao agronegócio integrado ao mundial. O capital produz, enfim, nosso espaço de vida como pasto reprodutivo, apenas para consumir a substância viva nele contida.

Aquela condição vampiresca do capital, morta e sedenta de sangue vivo, só pode existir nesse corpo monstruoso a ele correspondente. A esse monstro mortificado, mas que cresce incessantemente à custa do consumo crescente das energias vivas do trabalho humano e da natureza, que nem mesmo a mitologia conseguiu metaforizar em algo semelhante, chamamos de espaço.

Isso indica apenas que a miséria, como conteúdo espoliatório próprio do capital, é também o conteúdo radical do espaço produzido sob o capitalismo. Dessa forma, os espaços da miséria, não sendo apenas "consequências" de alguma disfunção do sistema de acumulação, representam o próprio movimento da dessubstanciação, da desnutrição, da desidratação e da decomposição orgânica que qualifica a forma de produzir espaço no sistema metabólico vigente. Os espaços da miséria devem remeter, portanto, à miséria do espaço, ou a sua natureza mais intrínseca: como forma-ruína.

A materialidade miserável desse mundo é também corolário da contradição produtiva do capital. Isso porque tal materialidade tem como fundamento a própria existência do capital fixo que, como parte do capital constante, tem sua especificidade na forma lenta e gradual com que transfere valor à produção em geral. O conjunto desse tipo de capital e seu funcionamento em forma de sistema (transporte, informação, trocas, comércio, etc.) aumenta a produtividade geral do capital porque efetiva a produção, o consumo produtivo, o consumo individual e a circulação por meio, por exemplo, da redução dos custos com transporte, da aproximação de mercados de consumo e da concentração de assalariados e mercadorias em centros urbanos.

Isso representa o clássico deslocamento do capital para o espaço e, assim, torna-se mais intenso nos momentos de crise, como observado anteriormente. Assim, o capital fixo, que não se restringe mais aos investimentos no prédio da fábrica ou nas estradas de ferro, complexifica-se e passa a ser um elemento central na composição técnica desse mesmo capital e do espaço em geral. Nesses termos, no que interessa à produção do espaço, a composição técnica do capital diz respeito à massa de meios de produção e de força de trabalho mobilizada pelo sistema de acumulação e envolve um complexo crescente de valores de uso dispostos e produzidos no espaço para o processo geral de produção do capital, que envolve também uma forma específica de explorar a força de trabalho, conforme se desenvolvem as forças produtivas. Quanto mais complexa é a composição técnica do capital, mais complexos se tornam os mecanismos de dominação econômica, política, organizativa, normativa e ideológica da classe dirigente.

Como afirmado, quanto maior a efetividade do complexo sistêmico promovido pelo capital fixo e pela composição técnica como um todo, mais baratos se tornam os demais elementos constitutivos da produção capitalista (meios de produção e força de trabalho), porque esse complexo efetiva a concorrência capitalista em níveis cada vez mais elevados. Uma maior concorrência significa a exigência de maior produtividade, o que conduz a processos de desvalorização geral, sobretudo da força de trabalho.

Então, uma massa ainda maior e cada vez mais monstruosa de capital fixo e de força de trabalho disponível, ambos tanto mais desvalorizados quanto maior for a escala da acumulação, deve ser mobilizada para manter minimamente crescentes as taxas de lucro em queda. Esse reencontro entre formas de capitais em franca desvalorização e formas de trabalho

em ampla degradação é o espaço da miséria. Isso porque o espaço (geográfico) não é outra coisa senão a tensão entre a capacidade produtiva crescente em massa de matéria (meios de produção, valores de uso) e a substância humana viva (trabalho) extraída e cristalizada para a manutenção de sua materialidade em decadência constante. Nesses termos, o espaço sintetiza essa contradição entre a composição técnica e a composição em valor do capital, ao mesmo tempo que promove seu desenvolvimento contraditório. A composição técnica do capital, que forma a paisagem urbana, por exemplo, não tem sentido se não for considerada sua composição em valor — e em processo de desvalorização —, que substancia sua existência. Essa é a gênese dos espaços da miséria e da miséria do espaço.

Conclusão ou o retorno ao signo dialético

A miséria, como signo da carência absoluta, que aparece como antítese de um mundo demarcado pela *imensa coleção de mercadorias* produzidas pelo capital, revela-se como sua condição mais contraditória. Por sua vez, os espaços da miséria, como signo da antítese do desenvolvimento capitalista, revelam-se como a própria expressão da miséria do espaço produzido pela ordem do capital.

A geografia dos espaços da miséria é, como insiste Conceição, a retomada da realidade prático-sensível humana a partir da categoria totalidade, movida por contradições próprias e específicas do capital. Os espaços da miséria, não sendo apenas delimitados por lugares nos quais a fome, a subnutrição, a violência, o desemprego, a submoradia, a precarização do emprego, a superexploração do trabalho e a escravidão se manifestam na aparência, constituem a dimensão na qual se concretiza a condição mais radical do trabalho subsumido ao processo de valorização do capital.

Não se trata, portanto, da "ausência" do capital ou da modernização capitalista, do "subdesenvolvimento", enfim, mas da própria *forma de presença*, de modernização e de desenvolvimento do capital em suas desiguais e combinadas configurações orgânicas para a extração do sobretrabalho. O trabalho é, assim, o signo dialético desvelado por esses espaços, na medida em que os significados que lhe são atribuídos pelo discurso neoliberal e pós-moderno o apresentam de maneira "independente" em relação ao capital e, por isso,

individualizam sua condição no sujeito miserabilizado. Tudo isso decorre da enunciação de uma sociedade sem contradições de classes, sem conflitos estruturais e sem alternativas histórico-sociais. Afinal,

> O que se questiona aqui é o que foi alterado no processo de exploração do trabalho? A introdução da técnica? Em que se altera o conteúdo das relações face à opressão, à violência da superexploração da extração do tempo de trabalho, da perversa especulação da inteligência humana, que antes de constituir a sua libertação tem transformado a sua existência no inferno dantesco? (Conceição, 2013, p. 49):

As periferias urbanas, agrárias e regionais dos países e do capitalismo global, nas quais os espaços da miséria se empiricizam, possuem uma funcionalidade objetiva para a reprodução das relações de produção capitalistas. As periferias são espaços com baixo desenvolvimento da composição orgânica do capital e, por isso, as relações de exploração do trabalho estão mais próximas da extração de mais-valia absoluta do que da de mais-valia relativa. Isso significa uma produção do espaço mediada por relações de trabalho bastante precarizadas e exploradas, mas propícias à extração de elevadas taxas de lucro em relação ao capital investido.

Os espaços da miséria também desafiam o fazer científico institucionalizado que, por isso mesmo, se apropria da teoria e do método apenas como recurso instrumental. Como uma realidade em si que precisa ser explicada em seus fundamentos essenciais, isto é, ontológicos, os espaços da miséria requerem, necessariamente, uma dialética que corresponda não mais à escolha da metodologia científica aplicada à pesquisa, mas ao funcionamento e à dinâmica das contradições internas da própria realidade. A teoria decorrente dela, longe de ser instrumento aplicável à realidade para fins de garantir rigor e sofisticação científica, coloca-se como uma explicação inteligível dessa mesma realidade contraditória e perversa. Por isso mesmo, deve voltar aos espaços da miséria como potência transformadora da própria realidade. Isso requalifica a prática teórica e científica, não mais como um mero fazer reflexivo, mas como uma propositura revolucionária de sociedade, pois "somente a perspectiva de transformar mundo fornece a possibilidade de compreendê-lo" (Marx, 2007, p. 35).

Nesses termos, os espaços-tempos anunciados como próprios da pós-modernidade colocam-se como a reinvenção das teses do fim da história. Como tentado antes por Hegel, na pretensão de absolutizar as relações capitalistas de produção em sua época (século XIX) e a

gerência racional do Estado moderno (germânico), a variante pós-moderna de absolutização do capitalismo — marcada pela efetiva inserção da tecnologia na produção e no cotidiano e pela flexibilização dessas mesmas relações (Harvey, 1993) — inscreve-se na mesma esteira discursiva das teses do fim da história. Mas qual história se pretende eternizar? Aquela melancólica, do "fim do comunismo" e da extensão *ad aeternum* do capitalismo, do esgotamento da luta de classes e de sua materialidade espacial regida pelo desenvolvimento desigual? Se sim, o discurso pós-moderno do fim da história é também o discurso do fim da Geografia.

Isso ocorre na medida em que o triunfo da globalização se apresenta como a síntese desse conjunto temporal de tempos presentes sem história e sem geografia. Do ponto de vista de suas representações, principalmente científicas, anunciam-se a queda das metanarrativas e, com elas, a dissolução do sentido da totalidade. O que se preserva da dialética é apenas sua dimensão instrumental na operacionalização interna de conceitos e categorias em prol de epistemologias (dentre elas, a da Geografia) cada vez mais linguisticamente sofisticadas, na mesma medida em que se tornam cada vez mais autorreferenciadas. A Geografia se torna assunto de geógrafos, de “intelectuais”, não da realidade. E a verdade científica se relativiza à medida que se fragmenta, conforme essa fragmentação se expressa em tantas visões de mundo que se amontoam em uma coleção da diversidade, em detrimento da desigualdade e da crítica: "Objetiva-se dissolver todas as narrativas e metateorias num universo difuso de jogos de linguagem" (Conceição, 2013, p. 44).

No entanto, o sujeito dos espaços da miséria é constituído pelos sujeitos reais. Primeiro, porque esses sujeitos correspondem ao processo de coisificação próprio do sociometabolismo do capital, na medida em que a lógica da mercadoria se torna a própria mediação social dominante. Segundo porque esse outro negado, por ter sido reduzido à forma-mercadoria sem valor (por isso, "supérfluo"), torna-se uma necessidade da consciência: "o reconhecimento da consciência no outro só se torna possível quando o outro se torna uma necessidade da consciência" (Conceição, 2013, p. 40). A ontologia, ou a *realidade prática do desenvolvimento dos homens reais*, é entendida não como recurso metodológico necessário à

análise científico-social, mas como a necessidade social de uma ciência desenvolvida como recurso prático para a transformação da realidade dos homens.

Os espaços da miséria são, portanto, a dimensão perversa da lógica da mercadoria, na qual o sujeito negado, abstrato e coisificado emerge como o próprio sujeito concreto. A contradição entre o sujeito tornado concreto e sua abstração na forma-mercadoria não pertence à astúcia teórica do cientista social, ou do geógrafo enquanto tal, mas ao funcionamento específico do sociometabolismo do capital.

Essa objetividade do sujeito negado nos espaços da miséria não pode ser entendida por uma Geografia, ou pelas demais ciências sociais, sobredeterminadas aos limites institucionais ou formais de seus campos científicos. A identificação, localização e o mapeamento, a caracterização e a tipificação, a organização de dados oficiais da ONU, FAO, OIT ou IBGE e a correta sistematização dessas informações em gráficos, tabelas e textos podem oferecer um importante instrumental para a observação dos espaços da miséria. Mas a *ilustração* decorrente desses procedimentos não explica suas determinações de última instância. O debate sobre a desigualdade e a segregação apenas nos oferece evidências dos espaços da miséria. É preciso ir à raiz. Mas, nos espaços da miséria, a raiz do problema é o próprio homem negado em sua subjetividade, porque fetichizado sob a forma-mercadoria-trabalho; negado em sua objetividade, porque alienado, desempregado e desprovido de condições materiais; negado, enfim, em sua própria humanidade, porque tornado supérfluo pelos limites produtivos do capital. É esse sujeito que deve emergir como sujeito emancipado.

Nesses termos que se registra a importante reflexão deixada por Alexandrina Luz Conceição:

> *Que geógrafos somos?*
>
> Ser geógrafo é ver além das aparências, é ser capaz de analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico. (2005, p. 169)

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo, HUCITEC, 2006.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: O Olhar Sob o Signo Dialético.** São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe (dissertação de mestrado), 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia do espaço da miséria. **SCIENTIA PLENA** VOL. 1, NUM. 6 2005.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Limites e Possibilidades do Pensamento Geográfico: Uma Leitura a Partir dos/nos Espaços e Tempos da Geografia da Miséria. **GEONORDESTE**, Ano XXIV, n.2, 2013.

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e Política**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

FREIRES, Thaís Chaves. **Geopolítica da Fome: A Produção dos Espaços de Miséria em Tempos de Crise Estrutural do Capital.** (Dissertação de Mestrado). Vitória da Conquista; PPGEO – UESB, 2021.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Acumulação por Espoliação. In: **O Novo Imperialismo**. São Paulo, Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KURZ, Robert. **"O Consumo do Futuro"**, 2011. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz380.htm>. Acessado em: 19 jul. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã.** São Paulo, Boitempo. 2007.

MÉSZÁROS, István. O Significado do Complexo Militar-Industrial. In: **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO (OIT). **O Futuro do Trabalho.** Disponível em: < https://www.ilo.org/brasilia/temas/fow/lang--pt/index.htm> acessado em 03 de junho de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Insuficiência de empregos remunerados afeta quase meio bilhão de pessoas, destaca novo relatório da OIT.** Disponível em <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_734838/lang--pt/index.htm>, acessado em junho de 2021.

SANTOS, Milton**. A Natureza do Espaço.** São Paulo: Ed. USP, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro; Bertrand, 1988.

SOKAL, Alain; BRICMONT, Jean**. Imposturas Intelectuais. O Abuso das Ciências pelos Filósofos Pós-Modernos.** Rio de janeiro, Record, 2010.

Como citar este artigo:

MENEZES, Sócrates. Espaços da Miséria e o Retorno ao Signo Dialético. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo SP. v. 116, p. 553-581. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/fwznyz27

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 10 de novembro de 2026

Sobre o autor: Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduado pela UESB, mestre pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), doutor pela Universidade de São Paulo (USP/2015) e pós-doutor Universidade Paulista (UNESP/2022).

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel

João Carlos Borghi

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil
joao.bruder@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel

Resumo

Pretendemos analisar como a teoria do valor de Karl Marx é apropriada por Antônio Carlos Robert Moraes em sua abordagem *geo-histórica* do capitalismo, sobretudo a partir de sua clássica definição de *valorização do espaço.* Demonstraremos, primeiro, como, para nós, as categorias marxianas de *valor* e *valorização* são naturalizadas por Moraes em dois de seus textos fundamentais. Em seguida, destrinchamos a possível convergência entre sua concepção de valor e sua adesão à teoria do *sistema-mundo moderno* de Immanuel Wallerstein, recuperando, para tanto, a matriz *braudeliana* dessa abordagem do modo de produção enquanto *capitalismo histórico*. Como suporte crítico para a investigação, nos apoiamos em estudos de *O Capital* de Marx que privilegiam uma caracterização sociológica do *valor* e no contraponto da historiadora Ellen Meiksins Wood a respeito da origem e do desenvolvimento do sistema capitalista. O propósito desse diálogo é sobretudo o de tensionar diferenças conceituais, e, à luz da exposição por Marx das formas capitalistas e de seus *fetichismos* em *O Capital,* colaborar para uma perspectiva analítica socialmente crítica a respeito dos fenômenos geográficos sob a ordem capitalista. Adicionalmente, visando a desnaturalização do valor na geografia histórica do capitalismo, esboçamos uma distinção entre processos socioespaciais formadores desse modo de produção e aqueles inerentes a essa forma social já vigente. Argumentamos que apenas dentre os processos do segundo tipo estão presentes os caracterizados especificamente como *valorização*.

Palavras-chave: Valor; Valorização do espaço; Geo-história; Capitalismo

Naturalization of Value and Topography of the Market: Geo-historical Concepts of Capitalism between Marx and Braudel

Abstract

We intend to analyze how Karl Marx's theory of value is appropriated by Antônio Carlos Robert Moraes in his geo-historical approach to capitalism, particularly based on his classic definition of the valorization of space. First, we will demonstrate how, in our view, the Marxian categories of value and valorization are naturalized by Moraes in two of his fundamental texts. Next, we unpack the possible convergence between his conception of value and his adherence to Immanuel Wallerstein's modern world-system theory, recovering, to this end, the Braudelian matrix of this approach to the mode of production as historical capitalism. As a critical framework for this investigation, we draw on studies of Marx's *Capital* that favor a more sociological characterization of value, as well as on historian Ellen Meiksins Wood's counterpoint regarding the origins and development of the capitalist system. The primary purpose of this dialogue is to highlight conceptual tensions and, in light of Marx's exposition of capitalist forms and their fetishisms in *Capital*, to contribute to a socially critical analytical perspective on geographical phenomena under the capitalist order. Additionally, aiming to denaturalize value within the historical geography of capitalism, we outline a distinction between the socio-spatial processes that formed this mode of production and those inherent to this already established social form. We argue that it is only among the latter type of processes that those specifically characterized as valorization are present.

Keywords: Value; Valorization of space; Geo-history; Capitalism.

Apresentação

O problema do caráter natural ou social do *valor* em *O Capital* de Marx (1985) é objeto de intenso debate entre pensadores marxistas de muitas gerações. As diferentes interpretações em grande medida decorrem de ambiguidades e contradições nos próprios escritos de Marx, mas também, principalmente, decorrem de como esses escritos foram e seguem sendo assimilados em diferentes contextos sociais, políticos e intelectuais. Desejamos com este artigo contribuir para o delineamento do âmbito teórico em que as concepções de *valor* e *valorização* de Marx são apropriadas para a abordagem *geo-histórica* do capitalismo de Antônio Carlos Robert Moraes. Tomamos como centro de nossa análise *Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia* (2011), especialmente o texto *Geografia Histórica do Capitalismo* que abre o livro (p. 15-38) e a retomada que o autor faz ali de sua clássica conceituação de *valorização do espaço*. Nesses escritos, o autor condensa décadas de desenvolvimento teórico e sua abordagem mais geral do sistema capitalista, sua formação e seu desenvolvimento socioespacial.

Iniciamos nossa análise, entretanto, por outra obra fundamental, *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço* (1984), escrita por Moraes conjuntamente com Wanderley Messias da Costa ainda no contexto da chamada *Geografia Crítica* - movimento de transformações e de aproximação da geografia com o marxismo que marcou as décadas de 1970 e 1980. Como tentaremos demonstrar, consideramos que já neste texto o *valor* é naturalizado e o processo de *valorização* é generalizado para toda e qualquer forma social de produção do espaço. A mesma generalização permanece presente décadas depois, em sua *Geografia Histórica do Capitalismo*. Baseamo-nos para nossa argumentação em *O Capital* de Marx (1985), mas também em esmiuçamentos de sua teoria por interpretações que enfatizam o caráter estritamente *social* e capitalista do valor, e que ganham maior densidade em pesquisas contemporâneas sobre a obra marxiana com as quais Moraes não necessariamente teve contato.[1]

[1] Particularmente, apoiamo-nos em estudos como os de Issac Rubin (1987, 2023, 2024), Jorge Grespan (2012), Michael Heinrich (2024) e Rafael Padial (2024).

Ao identificarmos um viés naturalizante do *valor* na geografia de Moraes, abrem-se diferentes caminhos para investigação de seus lastros teóricos. De imediato poderíamos associá-lo às características híbridas próprias da disciplina geográfica e de sua formação entre as ciências naturais e as ciências sociais, ou atribuí-lo às bases da Geografia Política de Moraes na *Antropogeografia* de Friedrich Ratzel. Ou ainda, poderíamos relacioná-lo com influência da interpretação ontológica de Georg Lukács sobre a recepção de Marx pelo nosso autor. Contudo, não nos propomos aqui a esse estudo *genético* mais amplo da definição de *valor* na obra de Moraes. Neste artigo buscaremos rastrear uma hipótese mais modesta e específica, não excludente das demais, de que a naturalização do *valor* na abordagem geo-histórica do capitalismo por Moraes encontra sustentação em sua matriz *braudeliana*, ou é reforçada por ela.

Numa espécie de reconstituição genealógica, buscaremos demonstrar como os conceitos de capital e capitalismo aparecem em textos de Braudel e como tais conceitos prevalecem como núcleo teórico em autores do *sistema-mundo capitalista* como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. É com esses últimos que Moraes comunga em grande medida a tentativa de combinação entre as matrizes conceituais marxiana e braudeliana para análise do capitalismo. Esse percurso nos permitirá evidenciar como, a despeito do referencial marxiano ser também constituinte das teorias de Wallerstein e Arrighi, permanece como central nelas a acepção de *capitalismo histórico* atribuída por eles mesmos a Braudel e sua *topografia antiga das economias-mundo*. Na *Geografia Histórica do Capitalismo* (Moraes, 2011), entendemos que o conceito de *valorização do espaço* associa-se a definições topográficas e de longa duração para capital e capitalismo que são próprias do pensamento *braudeliano*. Para essa reconstituição, nos apoiaremos no contraponto de Ellen Meiksins Wood (2001 e 2014), que recupera e sistematiza décadas de debate a respeito da definição, da origem e do desenvolvimento das sociedades capitalistas, e de quem as posições antagonizam diretamente com as de Braudel e seus sucessores.

Não se trata aqui, portanto, de identificar relações de causalidade que originam determinada concepção de *valor* em Moraes, mas de demonstrar a convergência teórica entre

essa concepção e uma das doutrinas que fundamentam sua abordagem *geo-histórica* do capitalismo.

Ao final, arriscamos uma reconciliação entre a geografia histórica de Moraes e nossa interpretação do conceito de valor através de uma distinção entre processos originários e de expansão das relações capitalistas e processos de valorização já operantes na normalidade dessas relações. Essa distinção almeja corroborar com o referenciamento das categorias de análise geo-histórica nas relações sociais que as determinam e, com isso, tentar fortalecer também o caráter crítico e transformador de nossa abordagem dos fenômenos geográficos. No mesmo sentido, buscaremos demonstrar como a tomada da topografia antiga do mercado como definidora do *capitalismo histórico* pode reproduzir o *fetichismo* característico desta forma social no presente.

Recepção naturalizante do valor em *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço* (1984)

Como se sabe, Antônio Carlos Robert Moraes foi um dos responsáveis pela introdução de um referencial teórico marxista na geografia, num movimento de renovação crítica da disciplina a partir do final da década de 70. De certo ponto de vista, podemos dizer que tal deslocamento direcionou-se num sentido de "historicizar" ou "sociologizar" a geografia, superando uma análise espacial ou territorial a partir de suas determinações meramente físicas ou "absolutas".

Como parte desse processo Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa publicaram em 1984 *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço.* Nessa obra, os autores buscam incorporar a teoria do valor de Marx à análise dos objetos tradicionalmente investigados pela geografia. Todavia, entendemos que o principal conceito desenvolvido, o de *valorização do espaço*, acaba recaindo em concepções de valor e valorização aquém da crítica social desenvolvida por Karl Marx em *O Capital* (1985), no qual teriam se embasado.

Embora Moraes e Costa em diversas passagens desse livro reconheçam o valor enquanto uma "categoria social" ou uma "realidade social", e que esta desnaturalização do valor seria um ponto fundamental de superação crítica da *Economia Política clássica* por Marx; contraditoriamente, eles transpõem tais categorias para qualquer sociedade em uma visão

marcadamente ontológica: "Não existe o ser social sem trabalho. Não existe trabalho sem criação de valor. Todo processo social explica-se assim, em última instância, pelo recurso às categorias valor e trabalho." (Moraes e Costa, 1984, p.116). A transposição da produção de valor para além da sociedade capitalista desemboca numa concepção de que o trabalho humano em geral é criador de valor, o que recai em certa naturalização dessa forma social tal como é característico da Economia Política. Valor e trabalho seriam categorias trans-históricas que poderiam assumir diferentes roupagens sociais.

Essa compreensão da teoria do valor de Marx, por sua vez, condicionará a análise da relação sociedade-espaço enquanto *valorização do espaço*, processo igualmente geral, cujas existências particulares seriam determinadas pelos diferentes modos de produção no qual tal processo estaria inserido.

> Ninguém levantará dúvidas à afirmação de que as formas espaciais criadas por uma sociedade exprimem o condicionamento da estrutura econômica que ali domina. Entretanto, se esse processo possui uma realidade específica em cada modo de produção, por outro lado ele expressa uma universalidade. Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. (Moraes e Costa, 1984, p. 122)

Tal apropriação dos conceitos de valor e valorização destoa da nossa leitura de *O Capital* a respeito, na qual o processo de valorização já é ele próprio historicamente determinado, não ocorrendo em outras sociedades. Ainda que o tema seja bastante complexo e controverso, já em sua primeira linha, ao enunciar as primeiras categorias econômicas a serem analisadas, Marx abre *O Capital* circunscrevendo sua análise "às sociedades em que domina o modo de produção capitalista" (Marx, 1985, p.45). Em diversas passagens, desde a primeira seção do Livro I, ele é bastante categórico em restringir a sua *teoria do valor* à especificidade histórica da sociedade capitalista.

> A reflexão sobre as formas da vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa post festum e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias, e portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais da vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles já consideram imutáveis, mas sobre seu conteúdo. (...) Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda magia e fantasmagoria que enevoa os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias,

> desaparece, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção. (Marx, 1985, p. 73)

A exposição crítica das categorias da Economia Política - mercadoria, circulação, dinheiro, etc. - como expressões do valor, pressupõe explicitamente a existência histórica do próprio modo de produção capitalista já desenvolvido. Acreditamos que ao longo de sua obra, Marx determina cada vez mais o próprio conceito de valor enquanto uma *sociabilidade dominante* que caracteriza as sociedades capitalistas, ou seja, que é própria destas relações de propriedade, produção e circulação historicamente postas. Entendemos que essa forma social capitalista, *o valor,* requer que a produção social já tenha assumido historicamente a forma *necessária* de mercadorias voltadas à venda, ou seja, que toda produção privada tenha que buscar no mercado sua validação social e, ao mesmo tempo, as condições para sua reprodução.

Essa generalização da produção de mercadorias, por sua vez, implica também que a força de trabalho ela mesma esteja disponível para troca enquanto mercadoria, e que, quando consumida por seu comprador capitalista, produza para ele um valor maior do que o seu próprio valor. Essa parcela "não paga" do produto do trabalho é que se realiza socialmente no mercado enquanto mais-valia, valor a mais. Só assim, enquanto *capital produtivo ou industrial* cujo valor excedente baseia-se diretamente no consumo produtivo da mercadoria força de trabalho (em outras palavras, na exploração de uma classe capitalista sobre uma classe de trabalhadores) o capital adquire sua definição essencial enquanto *valor que se autovaloriza*. Só assim, a própria produção social adquire enfim a forma de *valorização*.

Entendemos que só nessa forma moderna, *do capital industrial*, a produção, o comércio, o sistema de crédito, a divisão do trabalho e o conjunto das relações sociais ficam subordinados aos imperativos do *valor,* ou à *lei do valor* - essa "objetividade espectral" socialmente posta, "fantasmagórica", que caracteriza e diferencia o capitalismo de outros modos ou formas sociais de produção, propriedade e circulação. Em que as relações sociais adquirem a forma natural das coisas e as coisas adquirem as determinações sociais de mercadoria, dinheiro, valor e capital. Voltaremos a esses temas mais adiante.

Nos aproximamos aqui das reflexões de Bruno Moreira Riani Costa em seu artigo *Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica* (2021). O autor

faz um estudo mais detalhado de *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço* e contrapõe à noção de valorização expressa por Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa àquela presente no que chama de *abordagem marxista da forma social do valor*, cujo principal expoente é Isaac Rubin (1987). A partir desse diálogo, Bruno Costa propõe uma distinção entre *produção social do espaço em geral* e *valorização do espaço*, restringindo a segunda ideia aos processos socioespaciais especificamente capitalistas.

Também apoiamo-nos, para nossa caracterização de uma recepção naturalizante da teoria do valor na Geografia Crítica de Robert Moraes, no seu espelhamento com a interpretação "sociologizante" da teoria do valor de Marx por Isaac Rubin de que o valor é uma forma social que distingue o capitalismo. Essa interpretação, por sua vez, é acompanhada e criticada em diferentes graus por inúmeros comentadores contemporâneos. Apesar das divergências que permeiam esse debate, é bastante consensual que a consideração do *valor* em *O Capital* consiste, antes de mais nada e fundamentalmente, em uma crítica a essa categoria econômica e a sua particularidade histórica. Entendemos que há uma ampla convergência nas interpretações da teoria do valor de Marx em considerá-la uma teoria social. Partimos desse acúmulo para a revisão crítica da sua naturalização que pretendemos aqui.

***

Não poderemos desenvolver nessa investigação as divergências que permeiam esse consenso mais geral, mas é oportuno ao menos tomar nota sobre os debates acerca do *trabalho abstrato como substância do valor*. Em *O Capital,* Marx atribui à abstração dos trabalhos privados no processo de trocas ora um caráter relacional/ social, ora um caráter fisiológico/ natural (1985, p.49), o que enseja muitas diferenças de leitura. Destacamos sobre isso a discussão entre Rubin e Dashkovski na década de 1920, traduzida para o português recentemente na revista Eleuthería (Rubin, 2024 e Dashkóvski, 2024). Assim como Rubin, o crítico contemporâneo Michael Heinrich (2024) sustenta que tanto o valor quanto o trabalho abstrato têm um caráter especificamente social, mas que aparecem como naturais na sociedade capitalista dadas suas mistificações (cap 3, p.51). Ele ainda atribui à definição fisiológica do trabalho abstrato por Marx a resquícios da *Economia Política clássica* que contradizem o

sentido geral de sua própria crítica (p.61). Já Jorge Grespan (2012), em consonância com muitos outros intérpretes, ao mesmo tempo em que atribui um caráter social ao valor, sugere um caráter ao mesmo tempo *social* e *fisiológico* do trabalho abstrato, tomando as duas definições como complementares (item *6,* p.51). Numa interpretação mais distante e naturalizante, Moraes e Costa (1984) definem o valor de uso como substância do valor (p.110). Como qualquer sociedade produz valores de uso, recai-se novamente na ideia de que todo trabalho produz valor, portanto que toda produção de espaço *o valoriza*. Rafael Padial (2024), por sua vez, critica leituras como a de Georg Lukács justamente por confundir valor e valor de uso e por amparar-se em manuscritos de Marx de 1844. Segundo Padial tais manuscritos estariam ainda vinculados ao pensamento ontológico e substancialista de Ludwig Feuerbach com o qual Marx romperia nos anos seguintes (p.293), e que não corresponde com as concepções depois desenvolvidas em *O Capital*. Além disso, esse autor sugere atribuir a Marx uma teoria do *valor-trabalho abstrato* diferenciando-a de uma mera teoria do valor-trabalho pelos economistas que o antecederam e na qual considerava-se o trabalho humano em geral criador de valor (p.321).

Valorização do espaço na *Geografia Histórica do Capitalismo* (2011)

Apesar das transformações no debate teórico e na própria trajetória intelectual de Robert Moraes ao longo de quase três décadas, o núcleo de sua concepção de valor permaneceu o mesmo em sua *Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia* (2011). A mesma ideia de *valorização do espaço* presente em 1984 é retomada agora como processo histórico formador de espacialidades. Abarca-se nesse conceito a apropriação e transformação dos meios naturais, a produção dos espaços humanos, a organização do espaço produzido, etc, fenômenos estudados pela geografia cuja recorrência seria possível verificar em toda e qualquer sociedade humana. Como já vimos, entendemos que em Marx, diferentemente, os conceitos de valor e valorização já seriam eles próprios historicamente delimitados pelo capitalismo. De todo modo, a abordagem geo-histórica desse livro de Moraes visaria justamente *qualificar historicamente* esses processos tidos por ele como gerais.

Sua qualificação da *valorização do espaço*, dar-se-ia então através de graus ascendentes de particularização: primeiro pela categoria "modo de produção". A depender das relações de produção de determinada sociedade, valoriza-se o espaço de forma correspondente, como uma primeira diferenciação desse processo universal. Nesse grau de particularização, ele já delimita sua geografia histórica do capitalismo (Moraes, 2011, p.15) às formas de valorização específicas desse *modo de produção*, que ele caracteriza então como *sistema-mundo moderno* a partir de Immanuel Wallerstein (1984).

Na sua *Geografia Histórica do Capitalismo*, Moraes oferece uma análise da origem e da expansão do capitalismo em diferentes escalas, a partir da identificação de sua espacialidade diferencial: um sistema cuja expansão se manifesta na imposição de uma *homogeneização diferenciadora* dos territórios, criando ao mesmo tempo interligações e distinções entre regiões. Essa abordagem indica que, embora a lógica capitalista se espalhe globalmente, suas manifestações são marcadas por trajetórias históricas específicas. Para o autor, capitalismo em ascensão cria diferentes formas produtivas subsumidas a si, com diferentes temporalidades, e as organiza em um sentido geral de dominação político-econômica.

> Esse sistema, como posto, possui uma lógica que visa subordinar todas as formas de produção defrontadas em seu avanço territorial, o que não implica de imediato em destruí-las. Ao contrário, o capitalismo em sua expansão demonstrou uma grande capacidade de adaptação e convivência com estruturas que lhes eram estranhas, associando-se ou criando subsistemas que em tese negavam as características constituintes de sua essência. (Moraes, 2011, p.21)

A espacialidade do sistema mundial vai se conformando através da apropriação dos lugares e da ordenação dos territórios, na formação de *centros e periferias*, com o estabelecimento de uma rígida hierarquia entre as localidades e regiões correspondentes a cada uma das diversas formações produtivas no globo. Tal diferenciação espacial se expressa ainda nas concentrações e vazios de *capital* e de *relações propriamente capitalistas* de produção em cada quadrante do sistema-mundo capitalista (Moraes, 2011).

Ele explica que o capitalismo se expande também instituindo diferentes formas de produção ao realizar a subsunção daquelas já previamente existentes à sua lógica estrita, a do "capitalismo propriamente dito" (Moraes, 2011, p.19). Nesse processo diferentes arranjos produtivos no globo convivem com a expansão de relações diretamente capitalistas. Ao mesmo tempo, configurando um processo contínuo de subordinação, a dominação capitalista busca

transformar todas as demais formas produtivas em formas propriamente capitalistas. A multiplicidade desses processos de subordinação e passagem ao capitalismo, Robert Moraes classificou em diferentes *vias de desenvolvimento*, que respondem aos diferentes quadros pré-coloniais e suas distintas inserções no sistema capitalista em formação e que por sua vez implicam em *diferentes formas de valorização do espaço* (Moraes, 2011). Trata-se, portanto, de um novo grau de diferenciação dos processos universais de valorização do espaço, agora já internamente ao próprio modo de produção capitalista ou sistema-mundo capitalista. Em um grau ainda mais elevado de particularização e diferenciação, Moraes também considerará as formas de valorização do espaço de acordo com a especificidade de cada *formação territorial*.

A principal distinção entre as múltiplas formas particulares de valorização do espaço sob o capitalismo sugerida por Moraes seria entre processos de *valorização capitalista do espaço* de um lado, e *formas capitalistas de valorização do espaço* de outro. Sinteticamente, sustenta que nos países e regiões em que primeiro desenvolveram relações de produção capitalista conformou-se o centro do sistema, onde há maior fixação de capital e de relações propriamente capitalistas de produção e onde se desenvolveriam processos de *valorização capitalista do espaço*. Por outro lado, nas regiões onde há expansão do sistema-mundo capitalista através da dominação de outras formas produtivas, sem fixação de capital, haveria, distintamente, *formas capitalistas de valorização do espaço* (Moraes, 2011). A respeito dessa segunda classificação, esclarece:

> Trata-se portanto, numa conceituação rigorosa, de uma **produção capitalista de relações não capitalistas de produção** (conforme a já consagrada expressão de José de Souza Martins [O cativeiro da terra, São Paulo: Hucitec, 1990]), cuja espacialidade expressa nas "formas capitalistas de valorização do espaço" a manifestação local da "valorização capitalista do espaço" (Moraes, 2011, p.20, grifo do autor)

Ainda que essas relações outras sejam produzidas pelo próprio sistema capitalista na argumentação do autor, reforça-se aqui mais uma vez a generalização da forma social do valor ao imputar-se processos de valorização *a relações não capitalistas de produção*. Ao mesmo tempo, na distinção entre "valorização capitalista do espaço" e "formas capitalistas de valorização do espaço", as últimas aparecem como meras "manifestações locais" da primeira. É como se o processo natural de valorização assumisse diferentes formas sociais até atingir na valorização capitalista uma espécie de *forma essencial* que se diferencia dominando as formas

preexistentes. A *essência* ou *conteúdo* dessa forma dominante (capitalista), entretanto, não a diferencia de nenhuma das formas que a antecederam, sendo o valor uma substância comum a todas elas.

O autor parece apenas circunscrever o capitalismo no espaço e no tempo enquanto sistema, sem, contudo, determinar qual conteúdo social o distingue. O que primeiro deveria qualificar historicamente o processo de valorização do espaço para Moraes, o "modo de produção capitalista", se dissolve também enquanto uma generalidade indeterminada, um sistema que comporta dentro de si formas justapostas capitalistas e não capitalistas, ou capitalistas não capitalistas. Formas que são diferentes entre si, mas que por seu conteúdo são iguais a qualquer forma que antecedeu o próprio sistema. Todas produzindo valor e valorizando o espaço.

Indeterminação conceitual e origem histórica do capitalismo

Essa indefinição histórica ou sociológica do capitalismo se expressa também para nós, na consideração de Moraes sobre a origem do capital e suas vias de desenvolvimento. O autor se apoia no capítulo 24 de *O Capital,* dedicado à "assim chamada acumulação primitiva" apenas para caracterizar a chamada *via clássica* de desenvolvimento ao capitalismo:

> O caso inglês é visto como referência de uma via clássica, tendo a Inglaterra sido utilizada como universo empírico da própria análise de Marx sobre a gênese do modo de produção, nos chamados "capítulos históricos" de *O Capital*. Os componentes que caracterizam esta via de desenvolvimento são bastante nítidos: destruição da ordem feudal precedente, cercamento e divisão das terras, ruptura dos laços de servidão, diferenciação interna do campesinato, êxodo rural, urbanização significativa, incremento da proto-industrialização, constituição de uma classe mercantil articulada nacionalmente, e notadamente, como culminância de tais processos, a ocorrência de uma revolução política afastando a antiga aristocracia do comando do aparelho de Estado. Porém, tal encadeamento de processos não pode ser generalizado, como se fossem estas as características da gênese de todas as formações sociais capitalistas (Moraes, 2011, p. 26).

Ao destacar elementos particulares e secundários desse processo localizado (o inglês), Moraes acaba por relegar à margem a principal questão conceitual que para Marx caracteriza a chamada acumulação originária de capital ou a origem de novas relações sociais capitalistas: *a separação entre produtores diretos e os meios de produção*. É isso que fundamenta a disponibilidade da força de trabalho para compra no mercado e a emergência do capital industrial como uma nova realidade social. Para Marx, o nascimento do capitalismo é

inseparável do processo de expropriação violenta da massa do povo para acumulação de capital, tanto na Inglaterra quanto no resto do mundo.

Esse eixo desconsiderado por Moraes em sua abordagem das *vias de desenvolvimento*, e especialmente em sua referência à "via clássica inglesa descrita por Marx", nos parece central para compreensão do capital enquanto uma relação social em particular, historicamente determinada. Como nos alerta Moraes, o "encadeamento de processos ingleses" não pode ser generalizado para todas as formações capitalistas nos diferentes quadrantes do globo em diferentes arranjos produtivos e temporalidades. Contudo a exposição do caso inglês por Marx não é meramente de uma via particular dentre outras. O caso inglês é tomado como clássico por Marx por ser originário de novas relações sociais mundialmente inéditas e para caracterizar a *separação* dos meios de produção como fundamento lógico e histórico do capital.

Esse fundamento não necessariamente assume a forma de destruição da ordem feudal, cercamentos, etc. Embora possa haver limites em sua análise demasiadamente centrada no caso inglês, entendemos que Marx admite que tal separação tenha ocorrido de diferentes formas desde então, a partir das diferentes formações econômicas, sociais e políticas pré-existentes. No capítulo citado por Moraes, Marx também vincula diretamente os processos de expropriação sanguinária da massa do povo na Inglaterra com a brutalidade do sistema colonial europeu em diversas partes do mundo, com a formação coercitiva do mercado mundial, a pilhagem, a conquista de territórios, e a escravização massiva em África e nas Américas. Todos esses processos interligados são originários do capital em sua forma final, precedem e compõem historicamente sua totalidade. Marx aborda a acumulação originária de capital enquanto um desenvolvimento histórico articulado de transformação violenta das sociabilidades e das *riquezas* pré-capitalistas em *capital industrial e valor*.

Enfim, acreditamos que na geografia histórica de Moraes, a transposição do processo de *valorização* para todas as sociedades associa-se com a indeterminação conceitual do que faz uma forma social ser capitalista e do que fundamenta o próprio surgimento do capitalismo e o diferencia. De modo geral, Moraes parece diluir os conceitos de valor, capital e capitalista, estendendo-os em certo anacronismo histórico e geográfico a sociedades preexistentes, ou

mesmo, aos diferentes arranjos produtivos subordinados e contemporâneos ao capital em expansão, mas que não necessariamente caracterizam-se por relações diretamente capitalistas.

A principal hipótese deste artigo é de que essas indefinições e generalizações que estamos problematizando vinculam-se à abordagem do capitalismo enquanto sistema-mundo, legada por Moraes de Immanuel Wallerstein. Essa abordagem busca combinar a crítica social de Marx com a historiografia de Fernand Braudel, o que, no nosso entendimento acaba por privilegiar a ideia de "capitalismo histórico" ou "geo-histórico" em detrimento da ideia de um capitalismo, digamos, "sociológico", que associamos aos conceitos de valor e capital enquanto relação social a partir de *O Capital* e parte de seus intérpretes.

Capitalismo geo-histórico e matriz conceitual braudeliana

Embora as dimensões da investigação histórica de Fernand Braudel sejam muito mais abrangentes do que os problemas aqui tratados, a partir de *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII* (1996) detectamos alguns indícios de como o autor compreende o capitalismo em sua perspectiva de *longa duração.* De modo geral, ele busca as estruturas quase imóveis da vida econômica que persistiram ao longo de séculos sob a sucessão de conjunturas e eventos menores (de média e curta duração), e então identifica ao longo da história a recorrência e as transformações de diferentes *economias-mundo,* áreas relativamente autônomas do planeta com centros econômicos dominantes que organizam múltiplas unidades políticas e culturais em torno de si, e organizam as atividades materiais e comerciais em zonas intermediárias e periféricas (Braudel, 1996a).

Para Braudel, essa estrutura hierárquica corresponde a uma *topografia antiga* da vida econômica, que organiza-se em "três andares" (Braudel, 1996b). No térreo, encontra-se a *vida material*, um vasto domínio de autoconsumo e rotinas não monetizadas. Acima dela, no primeiro andar, está a *economia de mercado*, o mundo das trocas regulares e mais transparentes. No topo, ou no segundo andar, situa-se o *capitalismo*.

> (...) a distinção setorial, entre o que eu chamo de "economia" (ou economia de mercado) e capitalismo, não me parece uma característica nova, mas uma constante da Europa, desde a Idade Média. (...) é preciso acrescentar ao modelo pré-industrial um terceiro setor, - o andar térreo da não-economia, espécie de humo onde o mercado lança suas raízes, mas sem o prender integralmente. Este andar térreo é enorme. Acima dele, a zona mais representativa da economia

> de mercado multiplica as ligações horizontais entre os diversos mercados; nela um certo automatismo liga habitualmente oferta, procura e preços. Finalmente, ao lado, ou melhor, acima desta camada, a zona do contramercado é o reino da esperteza e do direito do mais forte. E aí que se situa por excelência o domínio do capitalismo - ontem como hoje, antes como depois da Revolução industrial (Braudel, 1996b, p. 197)

Fica claro que para esse autor, o capitalismo e a economia são termos que se opõem, tomando o capitalismo o lugar do "contramercado". Este é o domínio dos grandes negociantes e financistas que usam seu capital, sua informação privilegiada e suas conexões com o poder estatal para manipular os mercados e realizar lucros excepcionais. O capitalismo, nesta visão, seria ao mesmo tempo certa força econômica gravitacional, um pólo geográfico, e o lugar estrutural do ardil e do poder, um jogo para poucos onde a desigualdade na troca é a norma.

A partir dessas definições destacamos duas implicações cruciais que as colocam em tensão direta com as de Marx. Essas distinções, de modo geral, são decorrentes de propósitos científicos gerais bastante desiguais entre Braudel e Marx. Suas preocupações não eram as mesmas, portanto, é natural que suas obras caracterizem de forma diversa os mesmos fenômenos.

Primeiro, e como consequência direta de sua perspectiva da *longa duração*, a origem do capitalismo, enquanto camada superior e que organiza as demais camadas das *economias-mundo,* é deslocada para um período muito mais longínquo. O capitalismo estaria vinculado já na antiguidade, em diferentes partes do mundo, à existência de um centro comercial dominante que delimita uma região. No caso do capitalismo europeu, o autor identifica suas primeiras manifestações nas cidades-Estado italianas entre os séculos XII e XIII.

A própria palavra “capital” teria emergido neste contexto, “com o sentido de fundos, de estoque de mercadorias, de massa monetária ou de dinheiro que rende juros” (Braudel, 1996b, p. 201). Braudel demonstra como as próprias modificações de sentidos atribuídos à palavra “capital” até o século XIX, relacionam-se também a diferentes interpretações sobre a origem e a natureza do capitalismo. Num diálogo direto, Braudel atribui a Marx o sentido de capital enquanto “dinheiro produtivo” ou “valor trabalho”, o que o levaria a identificar o capitalismo de forma mais estreita com a emergência da Revolução Industrial inglesa, situando “os primórdios da ‘era capitalista’ no século XVI” (Braudel, 1996b, p. 207). O capital para Braudel, parece-nos, seria melhor definido enquanto riqueza móvel ou enquanto um conjunto

de bens, não estritamente vinculado à predominância de relações sociais específicas entre capitalistas e trabalhadores. Portanto, a existência do capitalismo precederia em muito a expansão e o domínio desse tipo específico de relação produtiva a partir da Inglaterra. Trata-se de um fenômeno que habita o mesmo "andar de cima" e no centro da topografia de uma *economia-mundo*, ao longo dos séculos, em diferentes lugares.

Uma segunda e fundamental distinção com Marx seria a inversão na relação entre capitalismo e mercado. Para Marx, o mercado é o mecanismo central através do qual a exploração capitalista e a valorização se realizam e, ao mesmo tempo, se mascara sob a aparência de uma troca livre entre equivalentes. As relações sociais capitalistas correspondem ao funcionamento normal do mercado moderno. Para Braudel, o capitalismo é o domínio da quebra das regras do mercado concorrencial, em estreita aliança com o poder estatal. É uma esfera de poder e privilégio que está acima e contra a economia de mercado.

A despeito de seu referencial marxista, entendemos que Immanuel Wallerstein sistematiza e expande a visão de Braudel, baseando-se nela para cunhar o termo "capitalismo histórico" (Wallerstein, 1985). Define o capitalismo como um sistema social singular, historicamente situado. Para Wallerstein, o capitalismo engendra-se como *sistema-mundo* circunscrito em determinado tempo-espaço, que tem sua origem na *economia-mundo europeia* do século XVI de onde segue se expandindo e modificando-se (Wallerstein, 1984).[2]

Wallerstein parece tomar a "topografia antiga" e vertical de Braudel e a amplificá-la para a escala global, transformando a hierarquia de "andares" e “zonas” de uma economia-mundo em uma geografia política do sistema mundial capitalista. O *sistema-mundo moderno*, cuja lei motriz é a acumulação capitalista interminável, tem como *centro* os Estados nacionais fortes da europa ocidental. Este centro dominaria política, econômica e culturalmente as demais áreas do globo *periféricas* ou *semi-periféricas*. As dinâmicas fundamentais desse sistema seriam os processos de troca desigual e divisão internacional do trabalho que perpetuam e

[2] Importante ressalvar que buscamos aqui desenvolver uma genealogia do ferramental teórico braudeliano sem respeitar uma ordem cronológica das obras. A publicação do primeiro volume de *Sistema Mundial Moderno* por Wallerstein em 1974 é anterior aos volumes II e III de *Civilização Material(...)* de Braudel em 1979 aos quais fizemos referência. Isso indica que mais do que uma mera influência do segundo sobre o primeiro, os autores colaboraram mutuamente em suas concepções. Ainda assim, Wallerstein e Arrighi são tributários do pioneirismo de Braudel para suas próprias formulações, o que torna nossa apresentação mais coerente se iniciada por esse autor como antecessor dos demais.

aprofundam as disparidades globais (Wallerstein, 1984). Se para Braudel o verdadeiro capitalismo reside na "camada superior" ou no "contramercado"; Wallerstein o localiza nos "Estados fortes do centro" essa esfera de grandes lucros onde os capitalistas operam acima das regras da concorrência. Esses Estados utilizam seu poder político e militar para criar e garantir "quase-monopólios" para seus capitalistas, estruturando a economia-mundo de forma a extrair excedente das "áreas periféricas" fracas. Desse modo, para ambos o poder estatal é crucial para a formação e manutenção do capitalismo e sua topografia antiga. Ele define uma atividade como capitalista se ela ocorre no mercado com o objetivo de maximizar o lucro.

A natureza das relações de trabalho (seja trabalho assalariado, escravidão ou servidão) parece secundária; para o autor o que importa é a sua integração na divisão geográfica do trabalho na economia-mundo e sua contribuição para a acumulação no centro. Critica expressamente "aqueles que se recusam a aceitar que possa existir o capitalismo como algo além de uma forma específica de relação social no local de trabalho, a de um empresário privado que emprega trabalhadores assalariados" (Wallerstein, 1985, p.15). Tampouco tal relação social seria uma determinação central para formação das classes no sistema social capitalista, ela seria tratada como processos muito mais fluidos e perpassados por grupos de *status* e relações de outras naturezas que não estritamente econômicas, com destaque para as identidades nacionais nos Estados do centro, questões linguísticas, religiosas, étnicas e etc (Wallerstein, 1984) .

O "capitalismo histórico" aqui é, portanto, um sistema que, desde sua origem, incorpora e se beneficia de múltiplas formas sociais de produção, articulando-as em uma única lógica acumulativa em escala mundial. Esta abordagem, parece-nos, segue privilegiando para as definições de capital e capitalismo, as desigualdades geográficas e a *longa duração* das estruturas econômicas como em Braudel, em detrimento da ênfase sobre a forma social das relações de produção e do antagonismo entre duas classes proveniente dessa forma social.

Outro marxista próximo a Wallerstein, Giovanni Arrighi, em sua obra *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo* (1996), também adota explicitamente o enquadramento analítico de Braudel, a quem atribui a própria noção de "capitalismo histórico". Ele parte da "afirmação de Fernand Braudel de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua longa duração - isto é, durante toda sua existência - foram a

'flexibilidade' e o 'ecletismo', e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares" (Arrighi, 1996, p. 4), para desenvolver uma teoria própria sobre a dinâmica interna desse sistema ao longo dos séculos de existência. Partilhando da visão wallersteiniana de que o capitalismo histórico é um sistema de longa duração, o seu foco principal recai sobre a forma como este sistema se reestrutura periodicamente através de *ciclos sistêmicos de acumulação* (Arrighi, 1996) .

Sua ideia central é de que o capitalismo evoluiu através de sucessivas hegemonias político-econômicas, cada uma liderando um "longo século" de acumulação (genovesa nos séculos XV-XVII, holandesa nos séculos XVI-XVIII, britânica nos séculos XVIII-XX e americana no século XX). Inspira-se para seu modelo na fórmula geral do capital e seus ciclos de reprodução tal como formulado por Marx (D–M–D′),[3] e na "caracterização braudeliana da 'expansão financeira' como sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista" (Arrighi, 1994, p. 5). Essa fase de expansão financeira também seria o "sinal do outono" de uma hegemonia, abrindo espaço para o surgimento de um novo centro hegemônico que iniciará uma nova fase de expansão material.

Enquanto a análise de Wallerstein está focada na estrutura do sistema-mundo (a relação centro-periferia-semiperiferia), a análise de Arrighi está mais interessada em como o centro de poder e acumulação se desloca ao longo do tempo através de crises e reestruturações de hegemonia. A análise de Arrighi também integra economia e política demonstrando como o poder estatal e o poder do capital se fundem para criar e sustentar as hegemonias globais, argumentando que a acumulação de capital e a construção do Estado reforçaram-se mutuamente. Assim como em Braudel e Wallerstein, as principais dinâmicas do capitalismo parecem deslocar-se das relações sociais de produção e propriedade para a competição interestatal pelo controle do capital no topo do sistema-mundo.

[3] Cada ciclo sistêmico consiste em um padrão recorrente de duas fases distintas. A primeira é uma fase de expansão material (a porção D–M da fórmula), na qual o capital monetário é investido na produção e no comércio, expandindo a economia real. Nesta fase, o capital monetário põe em movimento uma massa crescente de mercadorias — incluindo a força de trabalho e os recursos naturais. Com o tempo, a concorrência se intensifica, os lucros da produção e do comércio começam a diminuir e o capital excedente busca novas formas de valorização. Isso inaugura a segunda fase, a de expansão financeira (a porção M–D′), na qual a acumulação se desloca da produção para a esfera financeira (D–D′). O capital "liberta-se" de sua forma mercadoria e busca lucros através de acordos financeiros.

O contraponto da historiadora Ellen Meiksins Wood

Em *A Origem do Capitalismo* (2001) e *Império do Capital* (2014) Ellen Meiksins Wood elabora a partir da obra de Marx uma síntese própria dos debates acerca da transição do feudalismo ao capitalismo e de seu desenvolvimento contemporâneo. Em sua síntese identificamos certa linhagem entre os debates de Maurice Dobb com Paul Sweezy por volta entre as décadas de 40 e 50, depois aqueles entre Robert Brenner e Immanuel Wallerstein na década de 70, e da própria Ellen Wood com seus contemporâneos Giovanni Arrighi e David Harvey até as décadas de 90 e 2000. O contraponto por ela condensado em suas obras explicita, aprofunda e amplia as tensões conceituais que motivam este artigo. A partir de certa filiação às posições de Dobb e sobretudo de Brenner, Wood dá maior centralidade às *relações e às classes sociais* para definir "capitalismo" e posicionar-se quanto a sua origem histórica, encontrando relativa afinidade com nossa interpretação "sociológica" da teoria do valor de Marx.

Em *A Origem do Capitalismo* (2001), Wood critica o que ela denomina "modelo mercantil", a visão predominante que localiza a gênese do capitalismo na expansão do comércio e no crescimento das cidades. Este modelo, para ela compartilhado por economistas clássicos e mesmo por "certas versões marxistas", pressupõe que o capitalismo é uma consequência quase natural da remoção de obstáculos ao comércio e da libertação do espírito empreendedor da burguesia urbana. Segundo ela: "O efeito dessas explicações é enfatizar a *continuidade* entre sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a *especificidade* do capitalismo"(Wood, 2001, p. 14). A autora considera o modelo de Braudel e seus sucessores como certo aprimoramento do modelo mercantil. Embora ele contraponha "mercado" e "capitalismo" em suas definições, o surgimento do segundo estaria bastante atrelado à expansão e ao domínio do primeiro, aos centros comerciais urbanos, tal como contesta a autora. Segundo Wood, ainda que o mercado e o comércio tenham sido condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo, eles precedem a sua existência e são transformados com seu surgimento. Para ela "Marx tenta explicar como a acumulação da riqueza converteu-se, em condições apropriadas - isto é, nas condições sociais já capitalistas (da Inglaterra) -, em capital industrial, deixando de ser o lugar improdutivo da usura e do comércio" (Wood, 2001, p. 48). Trata-se do que Marx chamou de formas *antediluvianas* do capital (capital comercial e capital

portador de juros), que não são ainda propriamente capitalistas por não ter se originado e ainda o capital industrial, como forma social particularmente nova.

Wood argumenta que as cidades e a busca por lucro comercial existem há milênios em diversas sociedades sem jamais terem gerado, por si sós, uma dinâmica capitalista. O problema central do modelo mercantil e de suas variantes seria não explicar a origem do capitalismo, mas a pressupor:

> Muitos historiadores afirmaram estar explicando a transição do feudalismo para o capitalismo. Mas, sob suas diversas formas, a maioria das tentativas de explicar esse processo de transição tende a generalizar leis de movimento que são específicas do capitalismo e transformá-las em princípios universais do movimento histórico (Wood, 2001, p.61).

Acompanhando Brenner (e para além de Marx), Wood localiza a origem das relações sociais capitalistas não nas cidades, mas nas relações de propriedade agrária da Inglaterra do final do período medieval e início da Idade Moderna. Segundo a autora, diferentemente de outras partes da Europa, a Inglaterra desenvolveu uma estrutura agrária singular. Foi ali, pela primeira vez, por uma *contingência histórica,* que tanto a produção da riqueza (por arrendatários e trabalhadores) quanto a sua apropriação (por senhores de terras) foram submetidos aos "imperativos de mercado". Os arrendatários, para manterem o acesso à terra e pagarem seus aluguéis, teriam sido forçados a competir entre si, o que os compeliu a especializar a produção, adotar novas técnicas e, crucialmente, aumentar a produtividade do trabalho para reduzir custos. Os senhores, por sua vez, tinham um incentivo para aumentar os aluguéis com base na produtividade de seus arrendatários, impulsionando ainda mais a competição. O mercado deixaria então de ser um lugar de oportunidades para ser um mecanismo de compulsão (Wood, 2001). Essa nova relação da produção e da apropriação de riquezas com o mercado teria engendrado a proletarização dos produtores diretos e o próprio capital industrial.

Entendemos que a perspectiva geo-histórica de Braudel e seus sucessores estaria dentre aquelas criticadas por Wood, que, ao focar nos grandes mercadores e financistas, vêem o capitalismo como uma *oportunidade* que indivíduos ou grupos poderosos aproveitam para intencionalmente obter lucros. O capitalista seria aquele que consegue se posicionar vantajosamente nas redes de troca para comprar barato e vender caro. A perspectiva de Wood,

baseada em Marx, em contrapartida, vê o capitalismo como uma *compulsão* sistêmica que se impõe a todos os atores econômicos, incluindo aos próprios capitalistas. Uma vez estabelecidas as relações de propriedade capitalistas, os capitalistas agem de forma pragmática e relativamente *involuntária,* sob as leis do mercado. Essa compulsão é o que distingue, para a autora, o capitalismo de todas as outras formas de sociedade, onde a produção é primariamente para o uso e o mercado desempenha um papel secundário e não coercitivo.

Essa distinção fundamental leva a concepções também diferentes sobre a natureza das relações de poder no globo e suas transformações sob o capitalismo. Para Wood, em *Império do Capital* (2014), a última expressão do *imperialismo*, caracterizada pela hegemonia dos Estados Unidos, é a primeira forma de dominação geopolítica determinada diretamente pelos imperativos do mercado. Para a autora, os impérios que antecederam o norte-americano ainda basearam-se primariamente na conquista territorial e na "coerção extra-econômica". O imperialismo capitalista em sua forma mais acabada, por outro lado, opera através da dominação puramente econômica.[4] Mesmo já sob relações sociais capitalistas, o imperialismo britânico que precedeu o americano, ainda seria *subordinado apenas formalmente* ao capital, não operaria de forma propriamente capitalista, no sentido de ainda basear-se no seu poderio político imperial e menos nos imperativos do mercado próprios do capitalismo. O imperialismo capitalista, em sua forma madura, sob hegemonia norte-americana, seria exportação e a universalização da compulsão do mercado para a esfera da geopolítica.

Nessas duas obras de Wood, o imperativo *do mercado* aparece como vetor fundamental do desenvolvimento capitalista e de suas metamorfoses sociais, aprofundando-o e expandindo-o socioespacialmente. Primeiro, tal imperativo associou-se à passagem de relações feudais específicas na Inglaterra do século XVI a relações propriamente capitalistas no campo, depois na indústria. Também conduziu a associação do capital industrial com outras formas produtivas, subordinando formalmente o produto do trabalho não-capitalista, até enfim, como resultado tendencial dessa relação, sua subordinação real, ou seja, expandindo-se

[4] A coerção militar e política (o "poder extraeconômico") ainda seria usada, mas não tanto para extrair tributos ou matérias-primas, e sim para garantir uma ordem favorável aos negócios e capital global e para forçar os Estados a se reestruturarem internamente (através de privatizações, desregulamentação, austeridade) para se tornarem "competitivos".

enquanto capital industrial. Muito posteriormente tais processos atingiram também as formas sociais dos *impérios e do poder global.* As formas pré-capitalistas de dominação imperial direta, sob o motor dos imperativos do mercado capitalista em expansão, teriam passado por um processo de subordinação formal ao capital na época da dominação britânica até adquirirem sua forma madura de *imperialismo capitalista* com a hegemonia norte-americana. Essa análise das transformações do capitalismo parece-nos basear-se no que entendemos inicialmente por definição "sociológica" do capital e do capitalismo, de como tais relações sociais específicas surgiram, dominaram praticamente todas as outras formas sociais existentes tendendo a substituí-las, sendo incorporadas em todas as esferas da sociedade e quadrantes do planeta.

Como vimos, o debate conceitual que pretendemos fazer aqui, está estreitamente ligado ao debate historiográfico sobre a origem do capitalismo e ao mesmo tempo, tem implicações diretas sobre as análises do capitalismo vigente e seus desenvolvimentos, como no caso da análise do imperialismo. Wood também debateu essas implicações sobre outros temas contemporâneos, como por exemplo, sobre a chamada "financeirização" do capital. Em polêmica com David Harvey sobre isso, ela critica diretamente a interpretação de longa duração por Giovanni Arrighi, em que a "financeirização" marcaria a fase mais recente do "capitalismo histórico":

> Quando Harvey cita, aprovando-a, a observação de Arrighi sobre 'o papel fundamental da financeirização como precedente de mudanças hegemônicas', entendemos realmente que o processo de 'financeirização' em Gênova ou em Veneza é, em essência, o mesmo que o atual processo de condução do imperialismo norte-americano, com a única diferença de quantidade ou âmbito geográfico? (...) Para Harvey, uma vez que o 'capitalista' é simplesmente alguém que coloca o dinheiro em circulação, a fim de se apropriar de mais dinheiro, o capitalismo não é senão mais do mesmo. A esse respeito não há diferença entre o comerciante que obtém lucro na alienação - compra barato e vende caro - e o capitalista cujo lucro assume a forma de mais-valor. Na verdade, dinheiro gerando mais dinheiro, sem a mediação de mercadorias ou de serviços mercantilizados, seria o suficiente para que as práticas mais antigas da usura satisfizesse essa definição. (Wood, 2001, pp.130 - 131)

Enfim, a naturalização do valor e as indefinições acerca do que são características sociais capitalistas na *Geografia Histórica do Capitalismo* (2011) podem ser agora melhor contextualizadas e diagnosticadas a partir de sua matriz teórica braudeliana/wallersteiniana, como certa diluição da especificidade dos próprios conceitos de valor, capital, capitalismo e capitalista lhe é inerente. Ainda que o problema da origem do capitalismo como totalidade

histórica não esteja resolvido para nós com a proposta de Wood, a sua crítica à generalização do que é "capitalismo" em autores como Wallerstein e Arrighi aplica-se diretamente aqui: ao estender uma categoria historicamente determinada a outras formações sociais, corre-se o risco de obscurecer precisamente o que é único e criticável no modo de produção capitalista.

Acumulação originária, território e valorização

Não pretendemos condenar o método braudeliano, nem as ricas análises sistêmicas de Wallerstein e Arrighi, menos ainda a geografia de Robert Moraes. Nosso intuito aqui é contribuir para uma determinação crítica dos conceitos de valor, capital e capitalismo nas abordagens geo-históricas do capitalismo que baseiam-se nas vertentes tratadas.

Ainda que conflituosa, a aproximação entre as matrizes conceituais de Braudel e Marx possibilitou a Antônio Carlos Robert Moraes uma complexificação da análise dos fenômenos capitalistas nas suas múltiplas escalas e localidades. Acreditamos que sua Geografia Histórica enriqueceu não só a geografia mas a teoria social e o marxismo em geral em diversos sentidos, ampliando as possibilidades de investigação crítica da sociedade capitalista mundial e brasileira. Na contramão de visões lineares e evolucionistas dentro e fora do marxismo sobre a história, ele demonstra, como já vimos que o capitalismo absorve e transforma formas produtivas preexistentes sem necessariamente destruí-las de imediato. Para além da sucessão entre modos de produção pretéritos e o capitalismo em expansão, o olhar geográfico de Moraes ressalta a sincronia entre essas diferentes formas produtivas. Na expansão das formas propriamente capitalistas de produção elas combinam-se com diversas formas econômicas, pré-capitalistas ou não-capitalistas que coexistem e se interpenetram.

Entretanto, numa reinterpretação crítica dessa abordagem multiescalar da geografia, entendemos tratar-se não de uma absorção de formas preexistentes de valorização pela "valorização capitalista", mas de variados processos combinados de subordinação e passagem das relações sociais pretéritas *à forma social de valor*, e dos diferentes processos produtivos *à forma de valorização*. Esses processos de transformação são marcados pela violência extra-econômica e pela dominação política direta, o que, para nós, corresponde historicamente à

acumulação originária de capital analisada nos "capítulos históricos" de *O Capital* (1985), que fundamentam os processos de valorização mas não são ainda propriamente valorização.

Segundo Marx, muitos métodos de acumulação originária "utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova" (Marx, 1985, p.286). O sistema colonial destaca-se dentre os exemplos de acumulação originária por sua brutalidade, e tem especial importância para imposição da expropriação e da forma valor a todas as regiões do mundo. Através dele o "tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital" (Marx, 1985, p.286).

Essa violência concentrada no poder do Estado que caracteriza a acumulação originária e o sistema colonial é considerada por Robert de Moraes em sua análise geográfica enquanto *expansão territorial* da economia capitalista e seus organismos de poder, os Estados europeus capitalistas dominantes. Nas palavras de Moraes, "a colonização é - em essência - um processo de expansão territorial, constituindo uma modalidade particular de relação sociedade-espaço, marcada pela conquista, domínio e exploração econômica de novas terras" (Moraes, 2011, p.73). Dada a natureza coercitiva desses processos, a categoria de *território* é tomada aqui por sua definição mais clássica da Geografia Política, enquanto *espacialização do exercício de poder:*

> O poder é passível de ser apreendido enquanto ação, e o âmbito espacial de sua realização circunscreve o território, o qual se apresenta assim como área de prática de um poder. Nessa concepção, o território é, antes de tudo, um espaço de dominação, o âmbito espacial de um domínio político (mesmo que circunstancial e momentâneo). Ao exercício de um poder corresponde sempre um espaço do alcance de sua atuação, sua área de autoridade e dominação: um território. A extensão do poder se manifesta como expansão territorial; já a internalização e aprofundamento de um poder aparece como consolidação do domínio territorial. (Moraes, 2005, p. 113-114)

Tal acepção, demonstra-se apropriada para a abordagem geo-histórica dos processos de colonização, que, como vimos, em geral desenvolvem-se justamente como prática de poder. Se na concepção de Marx a violência é parteira da sociedade capitalista, em uma paráfrase geográfica propomos que *o território é o parteiro de sua espacialidade diferencial própria*.

Acompanhando Moraes, compreendemos que a transformação das diversas relações sociais em relações capitalistas espacializa-se originariamente enquanto conquista de territórios. Foi esse avanço territorial que gerou as variadas vias de desenvolvimento capitalista nos diferentes lugares e regiões do mundo. Por isso é tão importante para a compreensão da formação do sistema capitalista tomá-la por sua *dimensão territorial*.

Como demonstrou Marx (1984), essa violência política que origina o capital, assim como a opressão e a exploração de classes que o caracterizam em sua normalidade, tendem a ser ocultados pelo ordenamento econômico, social e jurídico próprios dessa sociedade. A acumulação de capital é socialmente naturalizada como um fato dado, resultado de uma evolução virtuosa da economia mundial. Parece-nos que a abordagem geográfica é promissora para o necessário desvelamento da origem, da natureza e do desenvolvimento dessas relações, sobretudo no que diz respeito à multiplicidade de processos correlatos em diferentes partes do mundo, já muito distantes geográfica e historicamente da realidade de Marx, ou da realidade inglesa dos séculos XVIII e XIX. A investigação da formação e do desenvolvimento do capitalismo a partir das suas formas territoriais ou espaciais, demonstra-se especialmente profícua para análise das particularidades nacionais, regionais e históricas de formação do capitalismo.

Moraes nos ensina que "a análise geográfica pode (e deve) utilizar o presente como referência de reconstituição histórica no estudo de formação dos territórios" (Moraes, 2011, p. 74). Isso implica que os processos políticos pretéritos podem ser rastreados em qualquer parte do mundo através das especificidades da sua formação territorial. Assim, tomando os espaços do modo de produção capitalista a partir da dimensão territorial neles inscrita, também é possível desvelar os processos de sua gênese, de forma ampla, em toda sua multiplicidade de formas. Os fenômenos capitalistas e suas fantasmagorias podem ser muito mais imperceptíveis por suas dimensões meramente sociológicas ou econômicas, enquanto deixam suas marcas mais explícitas (principalmente de sangue) na *formação dos territórios* ou na conquista territorial que caracteriza a formação desse sistema. Talvez justamente para reforçar essa sua qualidade "desfantasmagórica" da realidade capitalista que esboçamos essa pequena crítica à

Geografia Crítica (e Histórica), no sentido de suspender categorias de análise que generalizem a formas fetichizadas das relações capitalistas, como ocorre quando se naturaliza o valor.

Pode colaborar com esse propósito distinguir dentro de uma geografia histórica do capitalismo os processos extra-econômicos que fazem parte da formação do capitalismo daqueles que reproduzem esta sociabilidade em sua normalidade econômica. Em outras palavras, distinguir os processos históricos que abrem caminho para novas relações capitalistas, daqueles processos já inerentes ao seu funcionamento econômico "normal". Assim, os processos territoriais para formação de "tesouros" baseados na violência "extra-econômica" não se confundem com os processos de valorização propriamente dita. O mesmo vale para a exploração do lucro comercial de "comprar barato e vender caro". Esses processos são premissas para a formação do valor, mas não valorizam o valor. Em suma, na história do capitalismo, ou na geografia histórica do capitalismo os processos de acumulação originária e conquista territorial fundamentam os processos de valorização, mas não se confundem com eles.

Claro que esses desenvolvimentos se interconectam, se sobrepõem, se determinam mutuamente, e tornam-se concomitantes, contemporâneos. O surgimento de relações capitalistas e da valorização na Inglaterra determinou a expansão territorial e do mercado no resto do mundo e vice-versa. Mesmo hoje, com as relações capitalistas tendo se firmado em praticamente todo globo, a valorização do valor entra sucessivamente em crise, novos processos de violência direta e transformações são necessários para recomposição dessa sociabilidade e de seu domínio. Ainda assim, compreender a especificidade do que é valor, valorização, capital, parece-nos imprescindível para compreender a particularidade da forma capitalista, do modo de produção capitalista, do capitalismo; e imprescindível para dissecar como a lógica do capital se impõe e se expande para o conjunto das relações sociais no presente. Nosso esforço, ainda incompleto, vai no sentido de lastrear socialmente as categorias econômicas e geo-históricas.

Essa perspectiva permite identificar o que é próprio da sociedade na qual estamos inseridos, como essa especificidade interage, se associa, transforma e domina as demais relações, e, por fim, identificar suas possibilidades de supressão teórica e prática.

Afinal, se o valor fosse uma forma geral das relações humanas com a natureza ou o espaço, como seria possível almejar extingui-lo em nome de uma nova sociedade?

Fetichismo da topografia do mercado

Na primeira sessão de *O Capital*, as formas mercadoria e dinheiro são desdobradas logicamente até o desvelamento do seu conteúdo social contraditório. Sob as formas naturais dos produtos trocados no mercado, das formas naturais da mercadoria e do dinheiro, são, pouco a pouco, ao longo dos três livros, reveladas determinadas relações sociais de propriedade e produção. Mercadoria, valor de troca e dinheiro são desde o início apresentados como expressões do valor em sua existência capitalista, e, portanto, pressupõem historicamente o domínio do capital industrial (sobre o qual Marx só tratará posteriormente). Ao mesmo tempo, a existência de expressões de valor que envolvem processos de troca de mercadoria e dinheiro antecedem muito essa forma social moderna. Como já foi dito, sobretudo a partir das considerações de Ellen Wood, mercado e dinheiro existem há milênios e são muito anteriores ao capital em sua forma produtiva.

Se, por exemplo, passamos a essencializar a existência pré-capitalista do dinheiro, podemos diluir a dimensão sociológica que o determina no presente capitalista. Mais ainda, podemos atribuir ao *valor* um conteúdo social que lhe é estranho a partir do dinheiro pré-capitalista, vinculado a outro contexto histórico. Se, ainda nesse exemplo, considerarmos isoladamente que "os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque todos os seus haveres e bens tem a forma móvel e portanto alienável, solicitando-os a troca de produtos" como indica o próprio Marx (1985, p.82), poderíamos conferir anacronicamente a essas sociedades pré-capitalistas, a gênese do próprio *valor*. É justamente o que faz, no nosso entendimento, a concepção braudeliana de *longa duração*, ao admitir esse tipo de "riqueza móvel" já como *capital*.

Como já argumentado, com seu surgimento o capital industrial passa a dominar suas formas *antediluvianas* de capitais comercial e portador de juros. Entendemos que da mesma maneira o valor toma para si expressões de si que o precederam e condicionaram historicamente a sua existência. Contudo, essa anterioridade das expressões do valor em relação ao seu

conteúdo social capitalista ajuda a dissimular a sua especificidade histórica e favorece sua generalização. Marx critica a *Economia Política clássica* por restringir suas categorias de análise a essas formas mercantis e tratá-las como dadas. Reproduz-se, assim, um encobrimento das relações sociais vigentes que determinam essas categorias e também da origem histórica dessas relações.

De modo geral, o "capitalismo histórico" de matriz braudeliana parece operar de forma similar ao criticado por Marx, ao tomar suas formas topográficas como definidoras desse modo de produção. Assim como a mercadoria, o valor de troca, o dinheiro, o mercado e os bancos, entendemos que também a *topografia antiga do mercado* foi tomada como sua própria forma pelo valor/capital produtivo, mas ela o precede historicamente e não define sua especificidade. Essas formas do mercado são requisito para o surgimento do capitalismo, todavia são ao mesmo tempo subordinadas e ressignificadas por ele, pelo novo conteúdo social que o caracteriza. Como parte dos seus *fetichismos*, essa sociabilidade nova *se apresenta* objetivamente através das formas que a antecederam, encobrindo sua própria particularidade no presente e adquirindo a objetividade de uma forma natural. A essencialização dessas formas topográficas antigas parece reproduzir essa mistificação própria das sociedades capitalistas.

Assim a "objetividade espectral" do valor, esse poder estranho que se ergue e se impõe sobre os indivíduos na sociedade capitalista, seus imperativos automáticos, pode transformar-se em um cristalino e não contraditório "andar de cima da vida econômica", um *lugar* que exerce sua dominação por fora e acima do mercado, desde os tempos mais remotos, em diversas regiões do planeta, por qualquer centro de poder que tenha sido capaz de controlar uma região comercial e explorar um lucro improdutivo.

Referências

ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BRAUDEL, F. O Tempo do Mundo, In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. III**. São Paulo, Martins Fontes. 1996a.

BRAUDEL, F. Os Jogos das Trocas, In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII, vol. II**. São Paulo, Martins Fontes. 1996b.

CARLOS, A. F. A. et al. (Org) **Marx, a geografia e a teoria crítica.** Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

COSTA, B. M. R. Forma valor e valorização do espaço: notas para um debate na geografia crítica. **GeoTextos** (POSGEO/UFBA), Salvador, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2021. DOI: 10.9771/geo.v17i2.46438

DASHKÓVSKI, I. Trabalho abstrato e as categorias econômicas de Marx. **Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS**. Campo Grande, v. 9, n. 16, p. 181-210, 2024. DOI: 10.55028/eleu.v9i16

GRESPAN, J.L.S. **O negativo do capital:** o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

HEINRICH, M. **Introdução a *O Capital* de Karl Marx.** São Paulo: Boitempo, 2024.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. **Livro I. vol. I e II.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MORAES, A.C.R. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

MORAES, A.C.R. Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In.:KRITSCH, R. e RICUPERO, B. (Org.) **Força e legitimidade: novas perspectivas.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

MORAES, A.C.R. Geografia, História e História da Geografia. **Revista Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, n.2, 2000. DOI: 10.4000/terrabrasilis.319

MORAES, A.C.R e COSTA, W. M. **Geografia Crítica: A Valorização do Espaço.** São Paulo: Editoria Hucitec, 1984.

PADIAL, R. **Sobre a passagem de Marx ao comunismo**. São Paulo: Alameda, 2024.

RUBIN, I.I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Editora Pólis, 1987.

RUBIN, I.I. Trabalho abstrato e valor no sistema de Marx. **Eleuthería- Revista do Curso de Filosofia da UFMS.** v. 8, n.14, p. 222-261, 2023. DOI: 10.55028/eleu.v8i14

RUBIN, I.I. Resposta aos críticos (1. Resposta a I. Dashkóvski)**. Eleutería- Revista do Curso de Filosofia da UFMS.** Campo Grande, v. 9, n. 16, p. 161-180, 2024. DOI: 10.55028/eleu.v9i16

WALLERSTEIN, I. **O Sistema Mundial Moderno I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.** Porto: Edições Afrontamento, 1984.

WALLERSTEIN, I. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

WOOD, E. M. **A Origem do Capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WOOD, E. M. **O Império do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

Como citar este artigo:

BORGHI, João Carlos. Naturalização do valor e topografia do mercado: conceitos geo-históricos do capitalismo entre Marx e Braudel. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 582-611. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/sd328636

Recebido em 08 de dezembro de 2025

Aceito em 26 de setembro de 2026

Sobre o autor: Graduado em Ciências Sociais (2012) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Também servidor técnico-administrativo da instituição desde 2010, hoje atua no Laboratório de Geografia Política (GEOPO) do Departamento de Geografia.

Financiamento: O autor declara que o presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Processo 133110/2025-7.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço

Leonardo Peçanha de Souza Santos

Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ)
São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil.
pecanhadesouzasantos@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço

Resumo

Este artigo se debruça sobre o tema da alienação a partir da ontologia marxista do ser social, buscando compreender a sua expressão espacial e apontar os desdobramentos que essa relação assume no mundo contemporâneo. Com base nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx e em suas leituras por autores como Lukács e Mészáros, evidencia-se que o trabalho, fundamento do conjunto das relações sociais (socialidade), quando alienado gera múltiplas formas de estranhamento do ser social em relação à natureza, à sua atividade, ao seu ser genérico e também aos demais indivíduos. Trata-se, portanto, de um processo que se enraíza nas bases ontológicas do ser e repercute diretamente na organização da vida social. Em diálogo com Milton Santos e Ruy Moreira, demonstra-se que o espaço, enquanto instância ativa da sociedade, participa dessa dinâmica ao produzir e reproduzir essas alienações por meio de processos como desterritorialização, fragmentação e individualismo. Esses autores também mostram como o espaço pode contribuir de forma própria para a superação dessas alienações, evidenciando que o espaço não é mero palco neutro e reprodutor, mas agente constitutivo da sociedade em suas diferentes escalas. Trata-se, portanto, de uma investigação teórico-bibliográfica, fundamentada na análise ontológica e crítica da produção marxista e geográfica, onde se conclui que construir uma Geografia da Alienação é essencial para interpretar o capitalismo contemporâneo — marcado por guerras, colapso ambiental, exploração, migrações em massa e desigualdades — e para pensar sua suprassunção (*Aufhebung*) em direção a novas espacialidades emancipatórias e geograficidades cidadãs.

Palavras-chave: Alienação; Trabalho; Espaço; Ontologia; Geografia

Toward a Geography of Alienation: ontology, work and space

Abstract

This article focuses on the theme of alienation from the perspective of the Marxist ontology of social being, seeking to understand its spatial expression and to highlight the developments that this relationship assumes in the contemporary world. Based on Marx's Economic and Philosophical Manuscripts and their readings by authors such as Lukács and Mészáros, it is shown that work, the foundation of the whole set of social relations (sociality), when alienated, generates multiple forms of estrangement of the social being in relation to nature, to its activity, to its generic being, and also to other individuals. It is, therefore, a process that is rooted in the ontological bases of being and directly impacts the organization of social life. In dialogue with Milton Santos and Ruy Moreira, it is demonstrated that space, as an active instance of society, participates in this dynamic by producing and reproducing these alienations through processes such as deterritorialization, fragmentation, and individualism. These authors also show how space can contribute in its own way to the overcoming of these alienations, evidencing that space is not a mere neutral and reproductive stage, but a constitutive agent of society at its different scales. It is, therefore, a theoretical-bibliographic investigation, grounded in the ontological and critical analysis of Marxist and geographic production, where it is concluded that developing a Geography of Alienation is essential to interpret contemporary capitalism—marked by wars, environmental collapse, exploitation, mass migrations, and inequalities—and to think about its sublation (Aufhebung) towards new emancipatory spatialities and civic geographies

Keywords: Alienation; Work; Space; Ontology; Geography

Introdução

Quando os "deuses condenaram Sísifo a empurrar incessantemente uma rocha até o alto de uma montanha, de onde tornava a cair por seu próprio peso", pensaram, "com certa razão, que não há castigo mais terrível que o trabalho inútil e sem esperança" (Camus, 2024, p. 137). Essa não é uma passagem isolada da literatura "universal" sobre a falta de sentido da vida, mas, se é verdade que não "há romance que possa falar da problemática humana (...) fora da sua contextualidade espaço-temporal" (Moreira, 2007, p. 144), então podemos nos valer dessa imagem mítica a fim de ilustrar um problema moderno (e inicialmente ocidental) explorado por romancistas, filósofos e por todos aqueles que, ao longo dos últimos séculos, se viram desconectados do seu trabalho e do mundo ao seu redor.

Muitos autores, assim, escreveram (e continuam a escrever) sobre essa experiência de desalento, mas, segundo Lukács (2018), haveria um equívoco comum entre a maioria deles: a ausência de uma ontologia do ser social que seja efetivamente dialética e firmada no materialismo. Essa ausência os induz a atribuir ao espírito um problema – e uma solução – cuja raiz deveria ser a terra. Ainda segundo o mesmo autor, "ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social" (Ibidem, p. 25), sendo nos chamados Manuscritos de Paris de 1844 (também conhecidos como Manuscritos Econômico-Filosóficos) que ele, "pela primeira vez na história da filosofia", tornou "possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas" (Ibidem, p. 284-285). Essa nova perspectiva materialista se deu por entender todo o divórcio da vida com a sua riqueza de sentido sob a base do trabalho alienado, "componente este que", dialeticamente, "acompanhará toda a constituição da crítica da economia política" (Netto, 2020, p. 100)[1].

Assim, os citados Manuscritos se mostram decisivos não apenas pelos problemas que neles emergem, mas também pela explicitação do próprio método marxiano. Cabe, contudo, um esclarecimento terminológico importante para este artigo. Reconhecemos que, na tradição marxista aqui mobilizada, a dimensão histórica não constitui elemento acessório

[1] Aqui se rejeita a separação entre um "jovem Marx filósofo" e um "velho Marx economista", entendendo que os fundamentos filosóficos presentes nos Manuscritos de 1844 acompanharam Marx durante toda a sua maturidade intelectual, assim como a crítica da economia política foi decisiva para a elaboração de sua teoria da alienação (Mészáros, 2006).

ou exterior ao método, mas integra de modo constitutivo a apreensão dialética das determinações materiais da vida social. Ainda assim, optamos por utilizar predominantemente a expressão materialismo dialético, entendendo que nela a historicidade já está necessariamente pressuposta, e não ausente. Essa escolha busca evitar uma compreensão meramente literal ou classificatória do termo "histórico", como se a afirmação da historicidade exigisse o acréscimo de novas designações ao marxismo. Ao contrário, partimos do entendimento de que a historicidade das condições materiais só pode ser efetivamente compreendida em sua dinâmica contraditória, relacional e concreta, isto é, dialética, o que inclui também determinações espaciais, culturais e outras mediações da vida social.

É a partir desse horizonte metodológico, portanto, que na primeira parte deste artigo recorreremos aos citados Manuscritos à luz interpretativa de alguns dos seus mais renomados comentadores (como os já citados Lukács, Mészáros e Netto), a fim de conseguirmos identificar nesses estudos não só uma ontologia nascente, mas também as expressões de uma vida alienada e estranhada[2].

Adiantamos que toda essa alienação e estranhamento da vida serão entendidas aqui a partir do trabalho como fundamento ontológico do ser social (Lukács, 2018) e, mais especificamente, a partir do trabalho alienado, como bem nos lembra Mészáros (2006) ao chamar atenção para a materialidade desses fenômenos subjetivos; este mesmo autor nos diz que o conceito de *Aufhebung*[3] é "a chave para o entendimento da teoria da alienação de Marx" (Ibidem, p. 25); ou seja, Marx não apenas nos forneceu os instrumentos para entender as razões de uma vida onde impera o vazio existencial, mas também a possibilidade concreta de suprassumi-la.

[2] Sobre os termos *Entäußerung* e *Entfremdung*, seguimos novamente a leitura de Mészáros (2006), para o qual as duas palavras podem ser traduzidas tanto como alienação como estranhamento, mas ele também argumenta que quando Marx usa *Entäußerung* ele tende a se referir ao processo de exteriorização, de natureza mais material, enquanto *Entfremdung* aponta para o resultado desse processo: uma criação humana que retorna ao sujeito como algo estranho e hostil, revelando um caráter mais subjetivo e negativo.

[3] *Aufhebung* é um termo intraduzível em sua plenitude para o português. Nas traduções mais comuns, aparece como "suprassunção", que, inclusive, adotaremos aqui por vezes. No entanto, seu sentido em alemão carrega simultaneamente os significados de negação, conservação e superação em uma síntese propriamente dialética. Como explica Konder (2008), pode-se compreender essa lógica por meio da metáfora do trigo transformado em pão: o pão nega o trigo em sua forma original, conserva suas propriedades materiais e o supera em forma e função.

Na sequência, este artigo se desloca para o campo da Geografia, buscando compreender como essa ciência enxerga, por meio de seu objeto central — o espaço —, a alienação do trabalho. Para isso, recorreremos a dois autores que trataram amplamente do tema: Milton Santos e Ruy Moreira. No caso de Santos, partiremos de sua obra mais densa, *A Natureza do Espaço*, a fim de encontrar nela a concretização do espaço, sem desconsiderar outras contribuições importantes para a discussão da alienação, como *Pensando o Espaço do Homem* e *O Espaço do Cidadão*. Já em Ruy Moreira, buscamos construir uma ponte entre a Geografia e a obra de Lukács, que é tão presente em tudo o que discutimos até aqui. Feitas as relações entre trabalho e espaço contidas nos seus textos *O Que é Geografia* e *Marxismo e Geografia*, dialogaremos com os textos de cunho mais ontológico presentes no livro *Pensar e Ser em Geografia*, especialmente "O Mal-Estar Espacial", que contribuirá para entendermos a relação entre espaço e alienação para este autor.

É justamente no diálogo Milton-Ruy, assim, que identificamos a maior potencialidade de um materialismo dialético na Geografia, capaz de apreender as determinações da alienação espacial. Aqui, portanto, se entende que o espaço não é mero palco reprodutor das relações sociais e econômicas, mas também instância social própria que as determina e por elas é reciprocamente determinado, seja na criação de problemas específicos ou mesmo na maneira de superá-los. Em outras palavras, buscamos, a partir dos referidos autores, encontrar as determinações espaciais do materialismo dialético e, inversamente, as fundamentações materialistas e dialéticas do espaço.

Por fim, ressaltaremos a relevância da Geografia marxista na compreensão da relação entre trabalho, espaço e alienação, sobretudo diante dos impasses do presente. O desafio que se coloca é pensar como uma Geografia da Alienação pode iluminar a nova morfologia do trabalho alienado (Antunes, 2018) e seus atuais modos de alienação/estranhamento: das plataformas digitais que naturalizam a exploração sob o lema do "seja o patrão de si mesmo", às crises ambientais e humanitárias que reconfiguram o espaço geográfico em escala mundial. Sabemos que essas respostas não cabem em um único artigo — nem é essa nossa intenção. O objetivo deste artigo é, na verdade, analisar a alienação a partir da ontologia marxista do ser social, conferindo-lhe expressão espacial por meio do diálogo com a geografia crítica e, com

isso, provocar, traçar caminhos possíveis e, quem sabe, contribuir para que não seja mais preciso imaginar Sísifo feliz.

A Ontologia nos Manuscritos Econômico-Filosóficos: trabalho e alienação

Como brevemente exposto na introdução, nossa proposta ao abordar os Manuscritos Econômico-Filosóficos é identificar neles uma ontologia do ser social, formulada por Karl Marx pela primeira vez de forma materialista e dialética (Lukács, 2018). Essa não é, contudo, uma tarefa simples, uma vez que não se trata de uma obra publicada pelo próprio autor, e sim um conjunto de estudos, anotações e formulações dele, principalmente sobre Economia e Filosofia. Em outras palavras, trata-se mais de um conjunto de três cadernos de estudos pessoais do que um livro que tem como interesse explicar algo a outra pessoa que não a ele próprio, já que os métodos de investigação e de exposição não são coincidentes (Netto, 2011), além da dificuldade de traduções adequadas do alemão, como também expusemos, de forma breve, em notas de rodapé da introdução.

É por isso que um único artigo não poderia adentrar em todos os assuntos tocados por esses manuscritos, dadas as suas complexidades e inúmeras possibilidades de análise; portanto, decidimos focar a partir da última parte do primeiro caderno – intitulado "trabalho estranhado e propriedade privada" – já que é onde começa uma maior exposição do pensamento de Marx sobre questões centrais, delineando os fundamentos da sua ontologia materialista e dialética; para esse empreendimento, recorreremos a análises e interpretações de autores marxistas que consideramos fundamentais para uma compreensão mais aprofundada do texto, à luz dos avanços teóricos desde então.

Feitas as devidas ressalvas, podemos dizer que Marx teve duas grandes influências sobre o seu conceito de trabalho alienado, que é a grande síntese dos citados manuscritos: os filósofos do idealismo alemão, sobretudo Hegel, e os economistas políticos ingleses, com mais destaque para Smith e Ricardo[4]. Grosseiramente resumindo, Hegel totalizava o conceito de trabalho, mas não lhe dava o devido caráter prático, isto é, aquilo que lhe era específico de

[4] Vale destacar também o papel central de Engels com o seu *Esboço para a Crítica da Economia Política*, além da forte influência do materialismo de Feuerbach (ver Netto, 2020).

cada totalidade social (Mészáros, 2006), ao passo que os economistas ingleses apreendiam o trabalho em sua aparição sensível, mas de forma a-histórica ou, melhor dizendo, sem o caráter essencial para além do empirismo que vivenciavam, o que tornava a economia política incapaz de entender o movimento real do objeto (Netto, 2011), já que supunha "na forma do fato (*tatsache*), do acontecimento, aquilo que deve deduzir" (Marx, 2004, p. 80).

Foi graças a uma historicidade dialética e materialista que Marx pôde superar ambas as escolas. Para compreender essa superação, invoquemos os conceitos formulados por Mészáros (2006) – e enriquecidos por Antunes (1999) – de mediação de primeira ordem (o trabalho como fundamento ontológico do ser social) e mediação de segunda ordem (o trabalho em seu caráter alienado), os quais nos ajudam a interpretar o desenvolvimento desses temas ao longo dos manuscritos.

A mediação de primeira ordem é a própria definição do ser social, ou, em outras palavras, aquilo que permite o salto ontológico do ser puramente orgânico ao ser propriamente social por intermédio do ser inorgânico. Expliquemos.

Marx (2004) parte do pressuposto de que "o ser humano é uma parte da natureza" (p. 84), mas não é natureza apenas, e sim a sua suprassunção (*aufhebung*), que a nega, conserva e supera, se tornando com isso o "ser natural humano" (Ibidem, p. 128). É esse pensamento que o diferencia de todos que tentaram tratar de uma ontologia do ser social perante o formalismo e o idealismo, nos quais ou o "ser social não se distingue do ser em geral, ou se trata de algo radicalmente diverso (...) na forma do tosco contraste entre o mundo do ser material enquanto reino da necessidade e um puro reino espiritual da liberdade" (Lukács, 2018, p. 25).

Para ultrapassar essa dicotomia entre matéria e espírito, é necessário, primeiramente, aprofundar a relação suprassumida entre o ser natural e o ser social. O que define o ser natural, para Marx, é a sua objetividade expressada enquanto necessidades e poderes: todo ser natural é objetivo, porque tem necessidades fora de si, em outro objeto, assim como a capacidade de se realizar a partir da interação com outro ser objetivo, se tornando também objeto para ele. É por isso que

> Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser natural, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo (Marx, 2004, p. 127).

Portanto, todo ser natural tem necessidades e poderes objetivos. E o ser natural humano? Obviamente para seguir a linha de raciocínio, também tem de ter necessidades e poderes para ser objetivo, mas o que o torna especificamente humano, o diferenciando dos outros seres na medida em que deles também faz parte, é a sua socialidade: o conjunto das relações humanas capazes de transformar suas necessidades e seus poderes de forma consciente em outras necessidades e poderes. Portanto, a "natureza humana não é algo fixado pela natureza, mas, pelo contrário, uma 'natureza' que é feita pelo homem em seus atos de 'autotranscendência' como ser natural" (Mészáros, 2006, p. 156).

Essa "autotranscendência" não se dá de forma abstrata, mas se concretiza no processo do trabalho, isto é, no intercâmbio entre sociedade e natureza. É nesse processo que o ser humano, por meio do pensamento prévio e da ação coletiva, transforma a natureza e reciprocamente é por ela transformado. Por isso, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social e, por excelência, a mediação de primeira ordem do ser natural-humano, já que é a categoria que expressa o pôr teleológico e funda toda a vida social, toda a socialidade, segundo todos os autores que nos acompanharam até aqui.

Esse caráter geral da categoria trabalho (tal como é aqui mobilizada como mediação de primeira ordem) é influência de Hegel no pensamento de Marx, já que se apresenta como síntese de toda a socialidade, quaisquer que sejam suas formas de expressão; no entanto, a diligência teórica de Marx vai além do que propunha o idealismo alemão e não abandona a questão por aí; seu real objetivo era o de entender como essa generalidade se expressava e mudava concretamente no sistema de metabolismo do capital, que "é idêntica à emergência de suas mediações de segunda ordem" (Mészáros, 1995, p. 117 apud Antunes, 1999, p. 20-21). Justamente por isso, Marx (2004) partiu "dos pressupostos da economia" política, aceitando "sua linguagem e suas leis" (p. 79) para, então, poder confrontá-las com o que chamamos aqui de mediações de primeira ordem. Aprofundemos as suas descobertas.

A partir da relação intrínseca e dinâmica entre o advento da propriedade privada, da troca e da divisão do trabalho, o trabalhador foi progressivamente separado (alienado) dos meios de produção e, com isso, da constituição, do controle e dos frutos do seu próprio trabalho. Ao contrário do que afirmavam os economistas políticos, essa condição não é natural, mas o resultado de um conjunto de mediações de segunda ordem, que alienam o ser social justamente daquilo que lhe é constitutivo: seu fator ontológico essencial. Alienado, o trabalhador já não cria com base em suas próprias necessidades e poderes, mas segundo as exigências de algo que não apenas lhe é externo, mas antagônico, criando, assim, um mundo que também se lhe apresenta como antagônico, hostil, sem sentido e estranho (Ibidem; Mészáros, 2006; Antunes, 1999).

O que o materialismo nos conduz até aqui, portanto, é a encontrar no trabalho alienado a gênese da alienação e do estranhamento minuciosamente investigados nos manuscritos, afinal, como mais uma vez nos elucida Mészáros (2006, p. 136), a "atividade não pode ser uma atividade inalienada, se o seu produto é a alienação". A dialética, por sua vez, nos leva a entender como essas expressões alienadas e estranhadas transfiguram, também, o próprio trabalho alienado.

Dito isso, passamos agora às quatro características do trabalho alienado e suas respectivas formas de alienação/estranhamento. Para isso, mais uma vez vamos nos valer do velho húngaro (Ibidem) na sua forma de organização e interpretação, tendo como base obviamente os Manuscritos Econômico-Filosóficos de Marx, mas buscando, a fim de condensar as ideias, escrever a maior parte com as nossas próprias palavras.

O ser humano está alienado da natureza: como vimos, a mediação de primeira ordem revela a relação intrínseca entre o ser social e a natureza, cuja síntese é o ser natural-humano. Na sua relação dialética, um não existe sem o outro: é da natureza que provêm todas as coisas, e é por meio do trabalho que o ser social a transforma e ressignifica de modo qualitativamente novo. Ou, nas palavras de Lukács (2018, p. 288), mesmo "quando o objeto da natureza parece permanecer imediatamente natural, sua função de valor de uso já é algo qualitativamente novo em relação à natureza".

Já na mediação de segunda ordem (mediação da mediação) o ser humano encontra-se alienado da natureza: não reconhece seu meio de vida como natural-humano, oriundo da própria natureza transformada e humanizada, nem enxerga, na natureza, a expressão de si mesmo. Disso decorrem duas manifestações principais da alienação: ou a natureza é relegada a uma condição meramente instrumental, submetida à iminente destruição em nome de interesses econômicos; ou, ao contrário, é idealizada como exterior à humanidade, como na tragédia interpretativa de Alberto Caeiro (2022)[5] onde tudo que se refere à especificidade humana é tido como vil, antagônico à pura perfeição da natureza. Em ambos os casos, humanidade e natureza são divorciadas, alienadas, e os interesses de uma aparecem como hostilidade da outra.

O ser humano está alienado da sua própria atividade: o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, como tanto já elucidado aqui. É a partir dele que o humano se humaniza ao transformar a natureza e a si próprio. É, portanto, a própria mediação de primeira ordem, por excelência (re)criadora de mundos inteiros e fundadora do ser natural-humano em toda a sua plenitude e seus pormenores. No entanto, no processo de mediação de segunda ordem através da propriedade privada, da troca e da divisão do trabalho, o humano foi alienado do controle da sua atividade e, portanto, de si mesmo. Não enxerga no trabalho o seu ser, nem no seu ser o trabalho; antes o contrário: percebe-se estranho à sua atividade, que é vista como um meio para a vida, nunca como a vida em si; é antes o tormento da sua existência, do que a sua existência manifestada no mundo. Ainda que goste da sua atividade, não enxerga nela a sua própria potência transformadora, mas a naturaliza como algo alheio e exterior a si.

O ser humano está alienado do seu ser genérico: ora, expressando as duas características anteriormente mencionadas, tem-se que o humano cria objetos a partir da natureza e da sua atividade produtiva que, por sua vez, o recriam de volta. Portanto, os produtos criados são parte da sua própria natureza, do seu próprio ser geral; olhar para um objeto, nesse sentido, é olhar para si mesmo. No entanto, o trabalho alienado faz com que os objetos não respondam às necessidades e muito menos outorguem reais poderes aos humanos

[5] Heterônimo de Fernando Pessoa.

de carne, osso e espírito. O indivíduo não enxerga no mundo ao seu redor a expressão do seu próprio ser. Não enxerga, portanto, em si o seu próprio ser genérico. É como se a humanidade fosse uma, ele outro; o mundo fosse qualquer coisa que ele próprio não é. Por isso a humanidade lhe é tão estranha, quando não hostil. Por isso ele venera Deuses e animais em detrimento da "podre" humanidade, sem perceber que os valores divinos, o amor aos animais e o julgamento do que é o bem e o mal não poderiam vir de outro lugar senão da ética construída pela própria espécie humana. Ou, pelo caminho inverso, idolatra os artifícios de uma humanidade alienada, rejeitando qualquer possibilidade de transformação, sem perceber, com isso, que o que há de mais humano não é o mundo alienado que se vê, mas a capacidade de transformá-lo e, com isso, transformar-se de volta.

O ser humano está alienado dos outros seres humanos: vimos até aqui que, no processo de trabalho, o ser social se realiza enquanto ser natural-humano, por meio da mediação consciente e coletiva da natureza. Essa socialidade é fundante da nossa individualidade e nos constitui enquanto espécie. Porém, na mediação de segunda ordem, o trabalho alienado nos força a nos enxergarmos como mercadorias em competição, reduzindo a alteridade a obstáculo ou ameaça. A essência social é transfigurada em "natureza humana" egoísta, como se a concorrência fosse inata, e não produto de relações do trabalho alienado, histórica e geograficamente determinadas. Inverte-se a lógica: em vez de entender o egoísmo como resultado da alienação, passa-se a naturalizar a alienação como expressão do humano egoísta. No extremo oposto, o indivíduo se dilui numa coletividade abstrata, impotente para agir e sem pulsões individuais próprias. Em ambos os casos, o resultado é o mesmo: estranhamento do indivíduo consigo e com os outros.

Como nos mostra Mészáros (2006, p. 21),

> o conceito de alienação de Marx compreende as manifestações do "estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo", de um lado, e as expressões desse processo na relação entre homem-humanidade e homem e homem, de outro.

Eis que o trabalho alienado é o que funda, pois, toda a vida alienada e estranhada — tão bem expressa nas angústias silenciosas de Bernardo Soares (2023)[6]ou nos protagonistas

[6] Semi-heterônimo de Fernando Pessoa.

perturbados de Dostoiévski. A mediação de primeira ordem é subordinada à mediação de segunda ordem, que transforma todos os valores e aspectos da vida em mercadorias, convertendo o mundo em algo alheio, estranho e hostil àquele que, contraditoriamente, é ao mesmo tempo seu produto e seu produtor: o ser social.

Compreender o trabalho alienado em Marx, portanto, é compreender a cisão fundamental que atravessa o ser social: separado de si, da natureza, da sua atividade e dos outros, o ser humano já não se reconhece no mundo que produz e que, contraditoriamente, também o produz. A alienação, nesse sentido, não é um desvio acidental, mas a forma concreta da socialidade fundada na propriedade privada, na troca e na divisão do trabalho. Mas os Manuscritos não revelam apenas a origem do estranhamento, delineando também as bases para sua superação através da tarefa material. Libertar-se da alienação, assim, é transformar o próprio trabalho, recuperando nele sua essência: atividade livre, criadora e humana. E já que não há sujeito que não seja alienado em um mundo produzido pela alienação, podemos ao menos, de forma dialética, ser contra ela e lutar por um mundo que possa, enfim, se emancipar de uma vida sem sentido. Um mundo onde o trabalho deixe de ser apenas meio de sobrevivência e volte a ser a expressão plena do ser; onde todos os dualismos alienados se extingam, porque o seu fundamento alienante também terá sido suprassumido.

Em síntese, nesta primeira parte do artigo examinamos como o trabalho alienado se configura como fundamento ontológico da vida estranhada, rompendo a unidade entre o ser social e a sua atividade, a natureza, a sua espécie e os outros. No entanto, esse processo não ocorre em abstração, mas ganha materialidade em uma espacialidade historicamente construída, que não apenas abriga, mas também conforma e reproduz essas cisões. É a partir dessa mediação concreta que o espaço deixa de ser apenas cenário passivo para tornar-se instância ativa, estruturando práticas, valores e formas de vida em concomitância com a lógica da alienação. Por isso, na segunda parte, voltamo-nos à obra de Milton Santos e Ruy Moreira, cujas contribuições permitem compreender como o espaço, também ele produto do trabalho, assume determinação própria na dinâmica da alienação, tornando-se condição para sua reprodução, mas também campo possível de sua superação.

Ontologia do Espaço e Crítica da Alienação em Milton Santos e Ruy Moreira

Ao longo de sua trajetória intelectual, Milton Santos propôs distintas definições epistemológicas do espaço, formuladas em acordo com as exigências concretas de cada realidade analisada e com os diferentes momentos de amadurecimento teórico. Ainda assim, todas essas definições permaneceram articuladas a um mesmo esforço metodológico de apreensão da totalidade espacial. Apenas em *A Natureza do Espaço* Milton parece buscar um diálogo com uma ontologia do espaço; por isso acreditamos que partir da definição de espaço desta obra não prejudicará a leitura de seus textos anteriores, e sim a enriquecerá.

É na referida obra que o autor passa a definir o espaço como "o conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ação" (Santos, 2008, p. 62), onde,

> De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Ibidem, p. 63).

Se é na relação entre esses sistemas que o espaço se forma e se transforma, é preciso, portanto, explicá-los, mesmo que de forma sucinta.

Santos começa trazendo uma distinção entre coisa e objeto, sendo a primeira, fruto da natureza, e o segundo um produto humano; a coisa teria causas e geraria consequências, mas não teria finalidade tal como tem o objeto, ou seja, uma intenção que só existe perante a práxis humana. No entanto, ele diz que no nosso período histórico "os objetos tomam o lugar das coisas", já que as "dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos" (Ibidem, p. 65).

Portanto, os sistemas de objetos incluem também aquilo que à primeira vista podemos considerar como naturais. Mas de que se tratam esses tais sistemas? Como o próprio nome sugere, "trata-se de um todo cujos elementos apenas são viáveis em conjunto" (Ibidem, p. 71); como exemplo podemos dizer que uma autoestrada só pode ser entendida em consonância ao automóvel, assim como este com suas peças, tecnologias, *commodities* relacionadas etc.

Já a "ação é um processo, mas um processo dotado de propósito (...) no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo" (Ibidem, p. 78)**.** Portanto, a ação também

é própria do ser humano, "porque só ele tem objetivo, finalidade". Esses "propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos", mas não se restringem a eles, "incluindo, também, as empresas, as instituições" (Ibidem, p. 82).

Como prossegue Santos, as "ações resultam de necessidades, naturais ou criadas" (Ibidem, p. 82). O mundo do ser humano é produzido em uma totalidade social e, por isso, as ações não podem ser entendidas isoladamente, e sim em conjunto umas com as outras de acordo com essas necessidades em comum. Além disso, uma "ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto" (Ibidem, p. 95). Assim, um conjunto de objetos implica necessariamente um conjunto de ações e vice-versa.

Mas o que liga os objetos às ações de forma concreta são as técnicas, que "são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço" (Ibidem, p. 29). Em cada espaço, portanto, há não apenas a criação de novos objetos técnicos, mas também a maneira correspondente de agir sobre eles, além da possibilidade de ressignificação dos antigos por meio do processo de trabalho, ou, nas palavras do próprio autor, é "por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza a união entre espaço e tempo" (Ibidem, p. 54).

Ora, se o espaço é o conjunto técnico, "indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Ibidem, p. 63) por intermédio do trabalho, então um trabalho alienado criaria, por consequência, sistemas técnicos de objetos e ações alienados e, por conseguinte, um espaço igualmente alienado, que por sua vez recriaria objetos e ações técnicas ainda mais alienadas num fluxo dialético ininterrupto. É por isso que o

> espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (Ibidem, p. 63).

Com essa base ontológica sobre o espaço alienado presente na principal obra de Milton Santos, podemos selecionar pelo menos quatro características de alienações espaciais

presentes ao longo da vida intelectual do autor, sem, é claro, querer esgotar o tema que é passível de múltiplas interpretações e desdobramentos:

Homogeneização/verticalidade: A produção de um lugar, sobretudo em um país do chamado terceiro mundo, está ligada aos interesses de outro lugar, em sua maioria do chamado capitalismo central. Assim, os objetos e as ações não correspondem às necessidades técnicas do lugar ou da região em que são produzidas ou que são impostas por meio do mercado, mas a interesses longínquos, de outra realidade material e ideológica, que leva à tentativa de padronização dos lugares em escala cada vez mais internacional, tirando os seus significados únicos e ricos de sentido (Idem, 2008; 2013; 2020; 2021a; 2021b).

Desterritorialização: Como nos mostra a narrativa de Fabiano e sua família em Vidas Secas (Ramos, 2013), o processo de migração agride o "indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar" (Santos, 2020, p. 82); por isso, a desterritorialização "é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento" (Ibidem), pois o sujeito "se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha" e alienada de si (Ibidem, p. 81).

Fragmentação: Embora o mundo do trabalho, como já mencionado, esteja cada vez mais mundializado enquanto produção espacial, essa não é a forma pela qual o indivíduo percebe o seu próprio trabalho. Longe de se reconhecer como criador de uma parte concreta do mundo, o sujeito vivencia sua atividade como algo ultra fragmentado e desvinculado do espaço que o cerca. Nas palavras de Santos, a "percepção desse grande espaço torna-se, então, fragmentária, enquanto o espaço circundante só explica uma parcela de sua existência" (Idem, 2021a, p. 28).

Individualismo: a sociedade do consumo e a fragilidade do trabalho geram um sentimento de todos contra todos, no qual não se busca mais a individualidade tão necessária para uma sociedade fraterna e verdadeiramente livre, mas sim um individualismo voraz, que provoca a guerra entre os lugares e seus moradores. Um individualismo que atribui valor ao ser humano com base no que ele tem e onde ele vive, frequenta e consome, criando julgamentos negativos contra o diferente (ou seja, aquele que não frequenta lugares da moda e não pauta sua vivência naquilo que pode ser monetizado). E a "força da alienação vem"

justamente "dessa fragilidade dos indivíduos" que "apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une" (Idem, 2020, p. 30).

Conseguimos identificar que a alienação espacial em Milton Santos, portanto, está associada a essas quatro características ao longo de sua vida intelectual. O ser humano, ao produzir o espaço, cria um entorno que não responde às suas necessidades locais, mas sim a lógicas globais, alheias e muitas vezes hostis aos seus interesses, o que o leva a não mais se reconhecer em sua própria espacialidade natal. Esse processo se intensifica quando ele é forçado a migrar para outros territórios, cuja territorialidade se expressa de forma ainda mais estranha, acentuando a sensação de não pertencimento. Essas dimensões mais amplas da alienação, ligadas à produção do espaço em sua totalidade, reverberam na subjetividade dos sujeitos de maneira ainda mais profunda: de um lado, o trabalhador enxerga apenas uma fração restrita do mundo do trabalho internacional, fragmentando sua percepção e reduzindo-a ao espacismo, isto é, ao conjunto de objetos e ações desconectados da totalidade; De outro, essa fragmentação fomenta uma mentalidade competitiva, esvaziando a individualidade autêntica dos sujeitos e alimentando um individualismo voltado à lógica do consumo, em detrimento dos interesses coletivos e da consciência social, cidadã.

No entanto, Milton Santos era um intelectual também da esperança, o que lhe permitia enxergar, até nos movimentos reais mais perversos, os caminhos para suas superações. Assim, partiu da análise sólida e concreta do espaço alienado para tentar vislumbrar também o seu retorno de significado, de sentido e de construção plena do ser espacial. É nesse caminho que ele enxerga, na alienação da região, a possibilidade de um retorno do território pelos lugares, que se recusam a serem todos iguais e provocam sentimentos, pensamentos e práticas anti-hegemônicas e horizontais (Idem, 2005). É assim que ele vê, no processo de desterritorialização, a possibilidade de reterritorialização, com o novo espaço sendo construído pela diversidade cultural; pela mesma via, percebe que o espacismo da fragmentação pode servir como ponto de partida empírico para uma espacialidade enraizada na totalidade social; e, de forma mais enfática, aposta que o consumidor desinformado seja justamente o germe de seu contraposto: o cidadão consciente, rico em individualidade precisamente porque age em consonância com os interesses coletivos

de cada espaço vivido, aproveitando as possibilidades técnicas da informação, nunca antes tão potentes na História do território usado. É assim que Milton Santos se torna a expressão na esperança de um espaço mais rico de consciência, integrado em ética, com sentido e significado para todos aqueles que o produzem e por ele são produzidos — mas sempre a partir de uma análise rigorosa do que é concreto e do que existe hoje de forma perversa, alienada.

Caminharemos agora com Ruy Moreira em sua ontologia do espaço. Nossa escolha por esse autor se dá por alguns motivos principais: acreditamos ser ele a maior ponte entre os marxistas lukácsianos e os geógrafos críticos brasileiros[7]. Em Ruy o trabalho adquire centralidade ontológica, sem, no entanto, se limitar a jargões acadêmicos da moda ou a meras reproduções conceituais para o campo da Geografia. Sua obra busca apreender as principais análises sobre o espaço geográfico a partir do materialismo e da dialética.

Assim, temas como trabalho, alienação e espaço atravessam uma infinidade de textos ao longo de sua trajetória intelectual, o que nos impossibilita, ao menos neste momento, de realizar um apanhado mais amplo ou uma síntese completa da ontologia aí implicada. Focaremos, portanto, nas obras *O que é Geografia* e *Marxismo e Geografia*, com o intuito de traçar a relação fundamental entre trabalho e espaço em Ruy. Em seguida, dialogaremos com os textos de cunho mais ontológico presentes no livro *Pensar e Ser em Geografia*, especialmente "O Mal-Estar Espacial", cuja riqueza contribui de modo decisivo para o debate até aqui estabelecido sobre ontologia e alienação do espaço.

Moreira (2019, p. 27) parte do princípio de que é a relação homem-meio que "faz o marxismo e a geografia comungarem de um mesmo ponto geral de começo". No entanto, "enquanto para o marxismo" essa relação "é plano abstrato do trabalho", "para a geografia é ela o próprio plano do concreto". Assim, para o autor, espaço – objeto central da geografia – e trabalho – fator ontológico fundamental do ser social para os marxistas lukácsianos – se encontram e se fundem, embora não sejam a mesma coisa. Em suas próprias palavras, em outro momento de síntese, Moreira afirma:

[7] Vale destacar o papel central e pioneiro que tiveram Armando Côrrea da Silva e Antônio Carlos Robert Moraes para esta ponte, como bem aponta Teixeira Coutinho (2017).

> O espaço geográfico é a materialidade do processo do trabalho. É a relação homemmeio [sic] na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. É a história em seu devir perpétuo. História na sua expressão concreta de dada sociedade. E espaço como resultante/determinante dessas relações (Idem, 2009, p. 39).

Dessa forma, espaço e trabalho precisam ser compreendidos em inter-relação, onde um é, ao mesmo tempo, condicionante e condicionado do outro. O trabalho, em sua configuração alienada, só pode materializar-se em um espaço geográfico reprodutor da alienação.

Mas como essa relação se expressa nos textos aqui selecionados de Ruy Moreira? O autor argumenta que há três leis geográficas do mal-estar espacial na modernidade**:** a desnaturização, a desterreação e a desterritorialização**.**

Desnaturização: trata-se da "quebra do homem com a natureza" (Ibidem, p. 135), um processo que remonta à gênese da cultura judaico-cristã, a qual estabelece uma dicotomia entre corpo e alma. Nessa visão, o corpo é associado ao mundo pecador e ilusório, enquanto a alma é vinculada ao enlevo em direção ao mundo real e divino. Em sua forma moderna, essa cisão é reformulada: o corpo não é mais excluído da compreensão de mundo, mas passa a ocupar uma posição central, sendo reorganizado por uma nova dicotomia entre o inerte e o vivo. Com isso, segundo Moreira, o corpo é "institucionalizado como radical de uma parte e como natural de outra" (Ibidem, p. 136), o que consolida uma compreensão fragmentada da existência humana e do espaço que ela produz.

Desterreação: trata-se do "movimento histórico que expropria e expulsa o campesinato da sua relação orgânica com a terra", sendo, portanto, a radicalidade do "processo de ruptura corpo-natureza" que "retira do homem sua fonte de vida e o lança na condição de dependente do mercado como uma peça trocável" (Ibidem, p. 136)**.**

Desterritorialização: fechando o ciclo, trata-se da

> quebra definitiva da relação de corpo que o homem mantinha com o chão e o cosmos, levando a níveis ainda mais profundos a alienação corpórea trazida pela desnaturalização [sic] e o desenraizamento trazido pela desterreação, quebrando literalmente a relação identitária que mantinha o homem como habitante da superfície terrestre através do seu lugar de morada, tornando-o um migrante permanente. (Ibidem, p. 137)

Assim, a "desnaturização, a desterreação e a desterritorialização desespacializam o homem", onde o próprio "espaço vai sendo descolado de suas constituintes empíricas (a natureza, a terra e o lugar) para assim ser transformado num dado abstrato" (Ibidem, p. 138).

Porém, inspirado na literatura regionalista, em especial nas letras de Guimarães Rosa, Ruy Moreira conclui que o humano é o seu espaço, e o espaço é também a forma como o humano vê o mundo. A geograficidade constitui-se, portanto, não apenas no estar em um lugar, mas no ser espacial — onde quer que se esteja. Essa condição emerge do duplo dialético do trabalho, e é dele que se engendra a geograficidade. É nessa chave que Ruy Moreira compreende a relação ontológica entre trabalho e espaço: o trabalho funda a geograficidade, e a geograficidade, por sua vez, "é o tão-ser de um ser-tão-espacial que com ele e por meio dele o geográfico se torna mundo, seja o sertão em que o homem estiver" (Ibidem, p. 158).

Em resumo, a crítica ontológica de Ruy Moreira não apenas desmascara os mecanismos históricos da alienação espacial, mas também recupera, na categoria da geograficidade, a potência de reconexão entre o ser humano e o mundo que ele produz e o reproduz de volta por meio do trabalho.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos afirmar, seguindo as leituras de Lukács, Mészáros e outros autores marxistas desta tradição, que os Manuscritos Econômico-Filosóficos inauguram uma ontologia firmada no materialismo e na dialética em Marx, colocando o trabalho como uma categoria central de toda a socialidade e, assim, o trabalho alienado como fundante de toda socialidade alienada e estranhada.

É a partir disso que fomos em Ruy Moreira e Milton Santos buscar a Geografia dessa alienação. Enquanto Ruy aprofunda a dimensão ontológica da relação entre espaço e trabalho, Milton nos revela a natureza concreta e contraditória do próprio espaço geográfico. Combinando ambos, compreendemos que é o trabalho que funda os objetos e as ações, os quais, por sua vez, formam e transformam o espaço; quando alienados, portanto, geram um espaço igualmente alienado e, dialeticamente, alienante.

Ambos os autores mostram que pensar o espaço em diálogo com Marx, portanto, exige mais do que a repetição acrítica de jargões marxistas para o campo da Geografia: o espaço não é apenas palco da reprodução econômica, mas também instância social ativa, capaz de gerar fenômenos próprios. A alienação do trabalho, ao espacializar-se, adquire novas mediações, que não podem ser plenamente apreendidas nem por descrições empíricas fragmentárias, nem por formulações abstratas desligadas da materialidade histórica da vida social. É nesse sentido que o materialismo dialético se mostra decisivo para uma crítica da alienação espacial, ao permitir compreender, em sua unidade contraditória, trabalho, espaço e demais mediações do ser social. Nessa direção, o debate aqui proposto também se abre como possibilidade de aproximação com a Geografia do Trabalho, particularmente com formulações que vêm buscando pensar, em chave ontológica e marxista, as relações entre mundo do trabalho e produção do espaço. Como indicado por Moreira (2016), este é um caminho que ainda precisa ser devidamente construído.

Ainda que não caiba ao escopo deste artigo, julgamos necessário indicar, ao menos brevemente e a título de conclusão, como uma Geografia da Alienação pode contribuir na compreensão da nova morfologia do trabalho alienado (Antunes, 2018) e de suas formas de alienação/estranhamento espacial no sistema do capital contemporâneo: o capitalismo global contemporâneo é marcado por guerras de destruição massiva, desastres ambientais exponenciais, desregulação e hiperexploração do trabalho, migrações em massa e desigualdades sociais cada vez mais acentuadas. Em meio a toda essa crise, o obscurantismo da extrema-direita se fortalece ao transformar a guerra em objeto de desejo, negar o colapso ambiental, naturalizar a exploração como empreendedorismo e fomentar ódio contra migrantes e minorias, responsabilizados por problemas estruturais do espaço geográfico internacional.

É claro que não cabe, neste artigo, analisar cada uma dessas esferas em sua complexidade — tarefa que deixamos para projetos futuros. O que buscamos foi apenas indicar que a alienação espacial, que leva os sujeitos a agirem contra seus próprios interesses e criarem espacialidades estranhadas, pode ser compreendida como fruto do espaço alienado, fundado e fundante do trabalho alienado em suas novas morfologias. Mais do que

diagnosticar problemas, a proposta de uma Geografia da Alienação aponta para sua suprassunção: trata-se de reconfigurar o trabalho como atividade rica e humanizadora e, a partir dele, produzir objetos, ações e tecnologias que conformem um espaço pleno de sentido. Esse espaço, enraizado na geograficidade, pode sustentar a completude de uma individualidade orientada por uma ética solidária e cidadã, em consonância com cada espacialidade historicamente concreta, respeitando os lugares e seus entornos. Voltando à provocação inicial: que possamos criar espacialidades dotadas de sentido para que nunca mais nos imaginemos como Sísifos felizes.

Referências

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAMUS, A. **O Mito de Sísifo**. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2024.

KONDER, L. **O Que É Dialética.** – 28. ed. – São Paulo: Brasiliense, 2008.

LUKÁCS, G. **Para Uma Ontologia Do Ser Social 1**. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A Teoria Da Alienação Em Marx**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006.

MOREIRA, R. **Pensar E Ser Em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, R. **O Que É Geografia**. 2. ed. – 2009 Disponível em: https://dakirlarara.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/08/o-que-c3a9-geografia-moreira-ruy.pdf. Acessado em 25/07/2025.

MOREIRA, R. Teses para uma geografia do trabalho em: **A Geografia do espaço-mundo**: conflitos e superações no espaço do capital. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

MOREIRA, R. Marxismo E Geografia (2019). **Caderno Prudentino De Geografia, 1(11-12), 27-42**. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6323. Acessado em: 22/06/2025.

NETTO, J. P. **Introdução Ao Estudo Do Método De Marx**. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Karl Marx: uma biografia**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

PESSOA, F. **Poesia Completa De Alberto Caeiro**. - 2. ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2022.

PESSOA, F. **Livro Do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. - 1 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. - 120 ed. - Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

SANTOS, M. O Retorno Do Território. Em: **OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005**-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **A Natureza Do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. – 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **O Trabalho Do Geógrafo No Terceiro Mundo**. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, M. **O Espaço Do Cidadão**. – 7. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. **Pensando O Espaço Do Homem**. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021a.

SANTOS, M. **Por Uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 32. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2021b.

TEIXEIRA COUTINHO, B. Introdução de Georg Lukács no pensamento geográfico brasileiro. **Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 43, p. 140–169, 2017. DOI: 10.62516/terra_livre.2014.579**. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/579. Acessado em: 20 set. 2025.

Como citar este artigo:

SANTOS, Leonardo Peçanha de Souza. Por uma Geografia da Alienação: ontologia, trabalho e espaço. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 612-634. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/282cah29

Recebido em 20 de setembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: Leonardo Peçanha de Souza Santos possui graduação em Geografia (2025) pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Pesquisa a relação entre trabalho, espaço e alienação à luz da ontologia marxista do ser social. Trabalhador assalariado, entende o espaço alienado como algo que se pensa, se vive e se transforma.

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

O potencial do materialismo dialético para a pesquisa em Geografia

Gabriel Souza Alves

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
gabrielsouzaalves@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

O potencial do materialismo dialético para a pesquisa em Geografia

Resumo

O trabalho adiante explora o potencial de método do materialismo dialético de Karl Marx para a pesquisa em geografia a partir do movimento que o autor estabelece entre seu modo de investigação, presente em *Grundrisse*, e seu modo de exposição, apresentado em O capital: crítica da economia política. Por meio da retrodução, o autor se empenha em situar os conteúdos da prática social capitalista em uma correlação com o sentido abstrato que orienta a produção e a circulação do capital, organizando-o em diferentes níveis de abstração. Diante disto, observam-se os desafios e possibilidades que este método proporciona para os geógrafos que analisam o curso da realidade capitalista. Neste escopo, novas determinações, eminentemente espaciais, são produzidas, assim como suas mistificações práticas, possibilitando que a geografia atualize a compreensão do encadeamento das abstrações concretas no capitalismo atual.

Palavras-chave: Materialismo dialético; Método; Geografia; Níveis de abstração, Mistificação.

The methodological potential of dialectical materialism for research in Geography

Abstract

The present work explores the potential of Karl Marx's dialectical materialism as a method for research in geography, focusing on the movement the author establishes between his mode of investigation, found in the *Grundrisse*, and his mode of exposition, presented in Capital: A Critique of Political Economy. Through retroduction, the author seeks to situate the contents of capitalist social practice in correlation with the abstract logic that guides the production and circulation of capital, organizing it across different levels of abstraction. In this light, the challenges and possibilities that this method offers to geographers analyzing the course of capitalist reality are examined. Within this scope, new determinations, eminently spatial in nature, are produced, as well as their practical mystifications, enabling geography to update the understanding of the articulation of concrete abstractions in contemporary capitalism.

Keywords: Dialectical materialism; Method; Geography; Levels of abstraction; Mystification.

El potencial metodológico del materialismo dialéctico para la investigación en Geografía

Resumen

El presente trabajo explora el potencial metodológico del materialismo dialéctico de Karl Marx para la investigación en geografía, a partir del movimiento que el autor establece entre su modo de investigación, presente en los *Grundrisse*, y su modo de exposición, presentado en El capital: crítica de la economía política. Mediante la retroducción, el autor se esfuerza por situar los contenidos de la práctica social capitalista en una correlación con el sentido abstracto que orienta la producción y la circulación del capital, organizándolos en diferentes niveles de abstracción. Ante ello, se observan los desafíos y las posibilidades que este método ofrece a los geógrafos que analizan el curso de la realidad capitalista. En este marco, se producen nuevas determinaciones, eminentemente espaciales, así como sus mistificaciones prácticas, lo que permite que la geografía actualice la comprensión del encadenamiento de las abstracciones concretas en el capitalismo actual.

Palabras-clave: Materialismo dialéctico; Método; Geografía; Niveles de abstracción; mistificación.

Introdução

O presente texto é um esforço de reflexão acerca da potência do método de Karl Marx (2013; 2014; 2017) para as pesquisas em Geografia, particularmente aquele desenvolvido no decorrer da elaboração de *O capital: crítica da economia política*, designado aqui de materialismo dialético. Diferente daquelas perspectivas que buscam mobilizar seu método enquanto um conjunto previsível de procedimentos e resultados, o que se busca é a apreensão de como o autor mobilizou teoria e método de maneira interligada, pois são produtos de um mesmo movimento, que vai da investigação (modo de investigação) à uma exposição pertinente das determinações capitalistas apreendidas (modo de exposição).

A nomeação do método construído por Marx não é uma tarefa óbvia, pois ao passo em que o autor designou o mesmo como *dialético*, não houve foi feita uma derivação a partir de uma única palavra ou uma nomenclatura para fins de diferenciação com a perspectiva de Friedrich Hegel. No entanto, Marx o fez à sua maneira, como será observado adiante no texto, e o adjetivo *materialista* advém tão somente de uma passagem em que o mesmo resgata e se diferencia de Hegel: "para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem" (Marx, 2013, p. 90). Ou seja, o imprescindível é não assumir o mesmo enquanto: a) algo aplicável ou capaz de explicar todo e qualquer fenômeno, descontextualizando-o de seu objeto (o capital); b) algo deslocado dos processos que conformam a subjetividade humana. O referido materialismo, então, não é uma predileção por certo aspecto formal do mundo, mas sobretudo uma maneira de diferenciação do método a partir de sua questão orientadora (Grespan, 2002, p. 27-35).

O termo *pertinente* é empregado aqui com o intuito de contemplar um aspecto concreto e prático daquilo que foi pesquisado por Marx: o caráter contraditório e mistificado das relações sociais que produzem o capitalismo. A partir de práticas sociais concretas, mas carregadas de abstrações oriundas do processo de valorização, a contradição capitalista constantemente reaparece em diferentes momentos e dimensões da vida em sociedade, tornando complexo seu entendimento. Todavia, antes de estar situada no campo do entendimento, a complexidade é produzida e vivida enquanto realidade, pois é dela que parte o problema a ser investigado.

A Geografia, por sua vez, tem se reproduzido enquanto um dos muitos compartimentos da ciência moderna, a partir de problemas e epistemologias próprias e ocupando determinadas funções no curso do capitalismo, contribuindo com sua reprodução. De antemão, deve-se considerar que "seria absurdo reconhecer nos fundadores do materialismo histórico os precursores da geografia [...], [e] é absurdo pensar na obra de Marx em função de uma fragmentação da ciência que se desenvolveu principalmente em fins do século XIX" (Quaini, 1979, p. 50).

Ainda que a relação não seja imediata, contudo, o pensamento de Marx segue pujante em sua capacidade de explicitar a realidade atual, uma vez que esta última segue sendo orientada por processos de valorização do capital. O que significa a existência de um arcabouço analítico muito pertinente para os geógrafos compreenderem as mediações sociais mobilizadas pelo capitalismo em sua produção e reprodução espacial. O materialismo dialético não se opõe necessariamente ao método da geografia, pois incorre em compreender conteúdos abstratos que necessariamente se desenvolvem e adquirem morfologias que concretamente constituem o espaço social.

Compete aos pesquisadores, portanto, a validação ou não da pertinência do método de Marx para sua problemática particular, conforme esta última se aproxima ou não dos processos mobilizados pelo capital. Uma vez que se reconheça a pertinência de uma busca pela compreensão das contradições capitalistas, os geógrafos precisam lidar com o fato de estarem diante de uma realidade com determinações mais ampliadas do que as da época de Marx, a partir do desenvolvimento capitalista de novas complexidades e aprimoramentos funcionais em seu movimento de valorização (Bonente, 2016).

Para aprofundar a discussão acerca do método, o texto se aprofunda em duas partes. Na primeira, itens 2 e 3, aborda-se o nexo entre o modo de investigação e o modo de exposição presentes no método de Marx, evidenciando como isso resultou num encadeamento de determinações que perpassa diferentes níveis de abstração. Na segunda, no item 4, são observadas algumas imprecisões categoriais que indicam certo subaproveitamento do método materialista dialético, mas que apontam para os esforços da geografia em desvendar as atualizações capitalistas dos processos socioespaciais investigados.

Foi estabelecido um diálogo bibliográfico com autores fora da Geografia, mas identificados com o debate de método de Marx. Pois estes nos auxiliam no reconhecimento da necessidade de se ler *O capital* de maneira integral, direta e atenta para com a forma da redação. Ainda que exista diferenças entre os mesmos, como Mario Duayer e Jorge Grespan, reconhece-se aqui uma influência comum do *realismo crítico* elaborado por Roy Bhaskar (2008 [1975]). Por meio de uma crítica à premissa de uma clareza entre procedimento, resultado e conclusão científica sobre o real, Baskhar ressalta a capacidade dos processos socias de inviabilização ou ocultação das evidencias acerca de seu próprio funcionamento.

Se, por um lado, o método do Marx nos ajuda a desvendar o modo como as relações capitalistas produzem suas mistificações; por outro, a forma social analisada pelo autor persiste se aprimorou e persiste até os dias de hoje. Isso de modo algum deve significar uma desistência da investigação, mas sim seu amadurecimento por meio de uma leitura crítica sobre o espaço social. Nestes termos, Henri Lefebvre é indispensável na admissão de conteúdos especificamente espaciais dentro da dialética promovida pelas relações capitalistas – designadas por ele de contradição do espaço. Neste, tanto a ocultação quanto a relação entre prática e totalidade social foram reconhecidos como processos de constituição de um espaço global (Lefebvre, 2013, p. 329-451).

Na Geografia brasileira, a perspectiva lefebvreana foi acurada por pesquisas e leituras que se debruçaram sobre o urbano enquanto momento decisivo da reprodução do capital, como é possível se verificar em Ana Fani Alessandri Carlos (2018). Defende-se aqui, portanto, que o potencial do materialismo dialético está em fundamentar e orientar problemas de pesquisa que reconhecem a inseparabilidade entre as particularidades e a totalidade da reprodução do capital. Mas que, para isto, é preciso se aprofundar no entendimento de como as categorias capitalistas conformam a complexidade social que se impõe espacialmente.

Marx, a investigação das determinações capitalistas e sua exposição por meio de níveis de abstração

Antes de adentrar em considerações sobre o método em si e seu movimento em *O capital: crítica da economia política*, é necessário se ter as devidas cautelas, pois o próprio autor

não chegou a discorrer extensamente e com detalhes sobre o mesmo. O que se tem de mais explícito neste quesito se encontra em: i) prefácio da primeira edição de O capital: livro I; ii) posfácio da segunda edição de *O capital: livro I*; iii) a chamada *Introdução de 1857*, publicada em *Grundrisse*.

As dificuldades mencionadas nos colocam diante de um caminho alternativo: mais do que nunca é o elo entre teoria e método e, portanto, a leitura integral dos três livros de O capital, e de seus rascunhos (*Grundrisse*), que permite a assimilação do caminho investigativo percorrido por sua crítica da economia política. O modo de expor os resultados de sua análise, como salienta ele mesmo[1], difere do seu respectivo modo de investigação, uma vez que é pela exposição que o mesmo busca uma compreensão adequada dos conteúdos então descobertos. No prefácio da primeira edição do Livro I, o autor avalia ser necessário partir de formas mais abstratas do valor para então compreender as demais formas que aparecem na prática social de uma sociedade capitalista, vejamos.

> Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior. No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucida-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. [...] Desse modo, com exceção da seção relativa à forma do valor, não se poderá acusar esta obra de ser de difícil compreensão. (Marx, 2013, p. 77-8)

Seu modo de exposição, portanto, preocupa-se com o fato de iniciar sua análise do capital a partir de categorias mais *simples*, no sentido de que são pressupostos necessários compreensão das complexidades mobilizadas pelo processo de valorização. Para Marx, a categoria que menos depende de outras formas capitalistas para ser entendida e que se envolve num patamar de menor complexidade seria a mercadoria, pois "[...] a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular" (Marx, 2013, p. 78). Este aspecto de seu método pode conter uma dificuldade inicial de apreensão, mas também é capaz de conceder

[1] "Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo inteiro. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real" (Marx, 2013, p. 90).

maiores facilidades no desenrolar da leitura, conforme se avança pela exposição das outras determinações.

Entendido a relevância do modo de expor os conteúdos de sua investigação sobre o "[...] modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação" (Marx, 2013, p. 78), pode-se seguir para outra indagação: como ele investigou? Algumas pistas importantes aparecem em *Grundrisse* e ali se percebe que não se trata de concebê-lo como um receituário de procedimentos ou modelo que subordina a realidade concreta aos seus preceitos ideais. O que Marx desenvolveu em termos de método foi: i) uma crítica ontológica aos autores da Economia Política; ii) compreensão das categorias que sustentam e dão forma ao movimento do capital na sociedade moderna; iii) aprofundamento da concepção do real concreto enquanto síntese de múltiplas determinações.

A crítica de Marx não surge de uma epifania, ela é parte de uma vida em transformação, dedicada intensamente aos estudos, investigações, produções textuais e lutas políticas de sua época. Se levarmos em consideração a integralidade dos rascunhos e textos publicados durante todo o período de estudo da Economia Política e da elaboração de sua crítica[2], veremos que múltiplos autores foram basilares na trajetória de Marx e na formação de sua síntese, como Jean-Baptiste Say, Adam Smith, David Ricardo e James Mill (Musto, 2011, p. 35). Não é possível, portanto, aproximar-nos de seu modo de investigação e de suas descobertas sem considerar este contexto bibliográfico, importante para entender sua apropriação crítica.

No decorrer do amadurecimento de seu pensamento, Marx se dá conta de que o objeto de sua investigação é contraditório e, justamente por isto, recorre ao que ele designa de cerne racional[3] do pensamento dialético hegeliano (Marx, 2013, p. 91). É evidente que a crítica

[2] Tendo em vista a relevância do trabalho empreendido entorno da nova etapa da *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, "[…] as pesquisas de Marx entre o período dos [Manuscritos econômico-filosóficos de 1844] e de [A ideologia alemã] e o período dos [Grundrisse] e em seguida entre os [Grundrisse] e vários rascunhos de O capital finalmente se tornaram acessíveis aos pesquisadores por meio da Mega2. Isso possibilitou que se seguisse diversos estágios intermediários da evolução de suas ideias tanto nos anos 1850 quanto após a publicação do primeiro volume de O capital, sugerindo uma interpretação mais crítica e aberta de sua teoria" (Musto, 2011, p. 60).

[3] "A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. […] Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na intelecção

ao modo hegeliano de enxergar a negação dialética a partir do espírito do mundo e da transformação da ideia em sujeito autônomo (Marx, 2013, p. 90) deve ser considerado. Contudo, de acordo com Jorge Grespan (2002), isto não se refere à uma simples substituição do "conteúdo" da dialética, de trocar um conteúdo idealista por um materialista. Trata-se de uma inversão em termos de método, que implica em mudanças no próprio modo como se dá a oposição entre os polos da negação dialética. Assim,

> [...]a própria contradição muda de figura, então, na dialética hegeliana. Inicialmente, ela aparece na oposição dos dois termos mutuamente negativos, que são 'em si' mesmo contraditórios. Eles incluem o outro como 'momento' e simultaneamente o excluem, como totalidade. São, cada qual, totalidades mutuamente excludentes. Na medida, porém, em que cada uma se determina somente através da negação da outra; [...] negar a outra é negar-se inteiramente, e não só parcialmente. (Grespan, 2002, p. 37).

Marx avança no reconhecimento de uma unilateralidade da oposição dialética, que deixa de ser necessariamente a negação entre duas totalidades, para dar lugar a uma contradição que exclui incluindo seu oposto, de modo assimétrico (Grespan, 2002, p. 38-9), uma subordinação concreta que ocorre na relação entre capital e trabalho. Uma vez que, "[...] mesmo tendo integrado a si a força de trabalho, chamando-a de capital (variável), o capital só pode obrigá-la a produzir para ele se reproduzir na esfera da produção o despojamento original, a desigualdade fundamental" (Grespan, 2002, p. 39). No outro polo da relação, sob o ponto de vista do trabalho, outra posição é estabelecida com esta totalidade dialética.

> Definido como o oposto do capital, o trabalho é 'posto como não-capital', isto é, trabalho não objetivado, vivo. 'Negativamente apreendido', ele é 'exclusão completa da riqueza objetiva', sendo despojado dos meios materiais para produzir, ao se defrontar com a 'riqueza objetiva' enquanto propriedade alheia que o domina. Daí que ele não possa também incluir e rebaixar o capital a seu momento, compondo ao seu lado uma totalidade (Grespan, 2002, p. 40).

O reconhecimento da referida contradição no seu objeto de investigação é justamente o que vai permitir que Marx vá além de uma crítica interna à ciência da Economia Política. A partir dessa relação objetiva entre capital e trabalho, o autor redefine seu argumento e torna mais preciso seu entendimento das categoriais da economia política discutidas pelos clássicos Adam Smith e David Ricardo[4]. Entretanto, aquilo que, para os leitores desatentos, pareceu

positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a intelecção de sua negação, de seu necessário perecimento" (Marx, 2013, p. 91).

[4] Ver os capítulos 10, 11 e 19 do Livro II de *O capital* (Marx, 2014).

figurar tão somente como mais uma opção de teoria econômica, foi na realidade uma crítica que reorientou o próprio significado do humano enquanto ser social, assim como da relação entre este último (sujeito) e o real a ser entendido (objeto).

> [...] essa estrutura crítica (ontológica) pode ser observada em diversos momentos da obra de Marx, em que ele parte da evidente plausabilidade empírica – e, por conseguinte, da eficácia operatória – das concepções cuja absurdidade demonstra para revelar relações de produção burguesas das quais são representação dos agentes dela cativos. (Duayer, 2016, p. 35-6)

Faz parte da crítica, portanto, compreender o absurdo das representações mistificadas a respeito das práticas sociais envolvidas no processo de reprodução capitalista – da formulação mais banal até a cientificamente legitimada. Marx o faz para que seja reconhecida a complexidade do problema, pois não basta elucidar a fonte de valorização que produz o capital, mas também como ocorre sua circulação e suas metamorfoses em diferentes momentos[5], auferindo lucro para diferentes frações capitalistas dentro do ciclo do capital total.

Segundo Duayer (2016, p. 34), há uma alteridade inconciliável entre o método de Marx e as epistemologias comumente encontrados no meio científico, de modo que as "disputas e controvérsias substantivas entre sistemas teóricos distintos não admitem resolução empírica". Pois, se consideramos que o caráter fetichista da mercadoria implica numa prática envolta por um "místico véu de névoa" (Marx, 2013, p. 154) que encobre as práticas que movem a valorização do valor, há uma configuração social que interfere diretamente nos processos de investigação operados pelos cientistas. Desprovidos da crítica sobre a dialética que incinde sobre a relação entre sujeito e objeto, o que se obtém empiricamente e de particularidades é tomado como fenômeno alheio à totalidade social e às relações mistificadoras. O que "significa sustentar que nossas ideiais mais fundamentais acerca do mundo sempre têm de estar abertas à crítica, caso contrário cristalizam em dogmatismo" (Duayer, 2016, p. 35).

O caminho argumentativo de Marx, no decorrer de *O capital*, revela que o mesmo buscou uma maneira adequada de considerar o real concreto, enquanto uma síntese de muitas

[5] Um exemplo destes diferentes momentos pode ser apreendido a partir da circulação do capital, presente na Seção I do Livro II, enquanto passagens de forma do valor: D [forma-dinheiro] – M [forma-mercadoria] (força de trabalho + meios de produção) … P [processo produtivo] … M' [forma-mercadoria de maior grandeza] – D' [forma-dinheiro de maior grandeza] (Marx, 2014, p. 107-200).

determinações . Isso se traduz, por sua vez, no caráter "processual" de sua investigação, ao considerar a dimensão *post festum* do empírico – conforme discernido no subcapítulo sobre o caráter fetichista da mercadoria[6]. Trata-se da constatação de que nenhum processo pode ser efetivamente investigado, em suas múltiplas determinações, sem que o mesmo já não tenha manifestado concretamente algumas de suas dimensões em um momento pretérito.

É possível, já neste ponto, afirmar que seja qual for o modo de investigação empregado, o objetivo da pesquisa é a compreensão do encadeamento de determinações que compõem um fenômeno em andamento. Enquanto objeto social, estamos falando necessariamente de práticas sociais de caráter finalístico e carregadas de intencionalidades, que é "[...] dependente crucialmente de uma figuração de mundo mais ou menos unitária e coerente [...]" (Duayer, 2016, p. 36) por parte de seus sujeitos. O encadeamento, apesar de complexo, já se encontra separado pela intelecção humana, num esforço de apreensão lógica pela dedução e indução, que servem de referência para a prática social.

A ciência, em hipótese, busca a superação da apreensão social mais superficial e apressada, por meio de um entendimento que se pretende validar por métodos fundamentados em paradigmas teóricos. No método de Marx, no entanto, pode-se considerar que a investigação só se completa quando a abstração deixa de ser ferramenta de aproximação e passa a evidenciar uma abstração concreta, no mesmo sentido atribuído por Henri Lefebvre (2013, p. 373-4), presente na prática social mediada pela mercadoria:

> [...] na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópios nem de reagentes químicos. A força da abstração [Abstraktionskraft] deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. (Marx, 2013, p. 78)

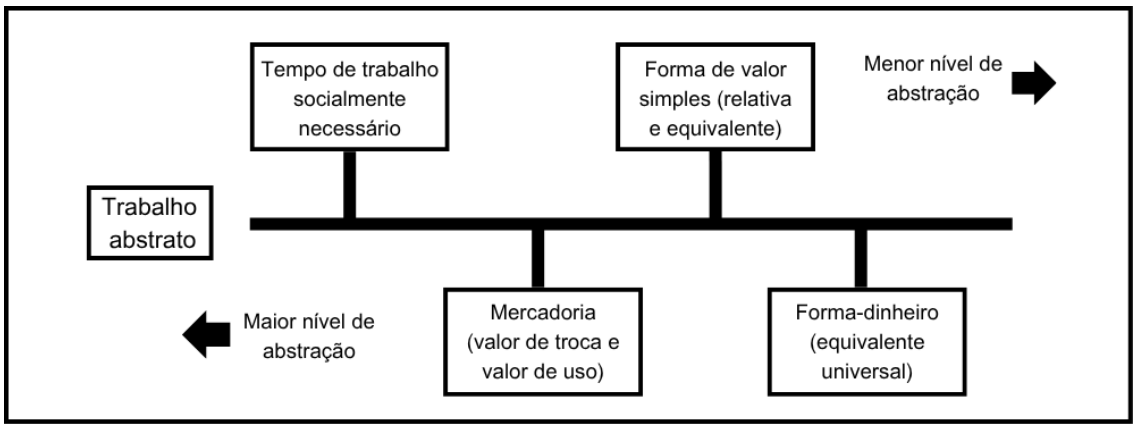
Quanto mais complexa é a realidade investigada, mais relevante se torna a força da abstração para uma exposição minuciosa da forma social em questão. Os níveis de abstração adquirem um sentido que vai do mais simples, em que apenas uma abstração é analisada, ao

[6] "A reflexão sobre as formas da vida humana, e, assim, também sua análise científica, percorre um caminho contrário ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com resultados póstumos do processo de desenvolvimento. As formas que rotulam os produtos do trabalho como mercadorias, e, portanto, são pressupostas à circulação da mercadoria, já possuem a solidez de formas naturais da vida social antes que os homens procurem esclarecer-se não sobre o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, já consideravam imutáveis –, mas sobre seu conteúdo" (Marx, 2013, p. 150).

mais complexo, em que múltiplas abstrações são consideradas concomitantemente. Neste sentido, a exposição vai se aproximando da forma como estas determinações se conjuga concretamente na realidade capitalista, considerando esta última como uma complexa síntese de múltiplas determinações que constantemente se repõem.

É possível acompanhar essa compreensão no próprio movimento argumentativo de Marx no decorrer do capítulo 1 do Livro I de *O capital*, no início do encadeamento a partir de categorias mais simples. Contudo, para sê-las concretamente, as mesmas se desdobram em categorias mais complexas. Marx inicia com o capítulo A *mercadoria*, no qual está situado o fundamento principal das abstrações praticadas na sociedade capitalista. Seu objetivo, logo de início, é a definição do valor da mercadoria, revelando que se trata de uma "substância social" designada de trabalho abstrato (Figura 01). Ademais, os diagramas a seguir possuem tão somente o objetivo de facilitar a visualização a respeito do sequenciamento do modo de exposição abordado; não devem e nem podem substituir a próprio processo de leitura, sob o risco de se incorrer em um reducionismo teórico.

Figura 01: Níveis de abstração a partir do Trabalho Abstrato



Fonte: Marx (2013). Elaboração própria.

A contradição fundamental para Marx está situada na negação dialética entre capital e trabalho, de modo que há nesta relação uma assimetria (Grespan, 2002, p. 41) em que somente o capital se configura enquanto totalidade social. Nesta condição, o ponto de partida para explica-lo não é o trabalho em si, mas sua forma objetivada, na qual é possível a apropriação do valor gerado pela separação entre o trabalho vivo e o saldo em mercadoria que

o mesmo gerou. Portanto, para que o trabalho seja valor neste modo de produção, transformado em trabalho abstrato, é necessário que seja pela intermediação da mercadoria.

Mesmo considerando o *trabalho abstrato* uma abstração simples, o mesmo só pode se viabiliza concretamente quando transmutado na forma-mercadoria. O que, por sua vez, é produzida na relação com o trabalho morto (meios de produção) socialmente estabelecido enquanto propriedade privada do capitalista. Assim sendo, para que o trabalho abstrato apareça como figura e medida do valor da forma-mercadoria, é imprescindível que o *tempo de trabalho* necessário esteja prescrito em sua relação com a forma *meios de produção*.

Marx abstrai, momentaneamente, das diferentes forças produtivas entre os capitais individuais, resumindo a média social no que ele designa de *tempo de trabalho socialmente necessário* (Marx, 2013, p. 117), tirando proveito de seu modo de exposição. Mesmo ao considera-las, contudo, a força produtiva do capitalista individual não basta, uma vez que a mesma precisa se efetivar pelas relações de troca, isto é, na comparação entre mercadorias. A partir disto, tem-se a primeira forma de expressão do trabalho abstrato no mercado, pois sua equivalência de valor é representada na forma de outra mercadoria distinta. O *valor de troca* é praticado a partir de uma igualdade de valor que se expressa numa proporção quantitativa entre suas mercadorias correspondentes (x quantias da mercadoria A = y quantias da mercadoria B). Ou seja, mesmo que o fenômeno comece no processo de trabalho, ele depende de uma comparação externa (social), que escapa de seu controle individual.

O desenvolvimento de uma mercadoria especial, com a função de mensurar o valor das outras mercadorias e de corresponder universalmente a extensa cadeia de equivalência é o passo seguinte que viabiliza o processo. Assim, Marx demonstra como se dá a função mais basilar da forma-dinheiro: o *equivalente universal*. O valor de uso desta mercadoria especial, consequentemente, é expressar oficialmente o valor de troca entre quaisquer mercadorias. Por conseguinte, finalmente se pode entender a sustentação mais simples da abstração, que fundamenta a circulação do capital e que serve de expressão monetária do trabalho abstrato.

Por mais que, neste movimento de exposição, tenha-se avançado de categorias mais simples, como o trabalho abstrato, para categoria mais complexas, como a função de equivalente universal da forma-dinheiro, há ainda uma variedade grande de determinações

ainda desconsideradas e que vão aparecendo no decorrer da obra. Pode-se enumerar alguns para fins de exemplificação: i) a função de meio de pagamento da forma-dinheiro (Marx, 2013, p. 208); ii) a possibilidade de as mercadorias não serem vendidas por seus respectivos valores, na forma preço(Marx, 2013, p. 233-241); iii) o tempo de rotação do capital (Marx, 2014, p. 353-390); iv) a disparidade de força produtiva entre os capitais individuais (Marx, 2017, p. 177-306).

A exposição do caráter mistificador da prática social no capitalismo

Não é necessário listar exaustivamente os elementos abstraídos logo no começo do argumento, uma vez que os reconhecemos durante a leitura completa de *O capital*. Conforme se avança no movimento argumentativo do autor, são apresentadas categorias mais próximas do encontro com as demais determinações que aparecem diante da realidade concreta de uma sociedade capitalista. As necessárias metamorfoses pelas quais o trabalho abstrato precisa transitar até ser concebido enquanto capital, discutidas no Livro II de *O capital*, trazem consigo contradições que envolvem, por sua vez, novas camadas do processo.

As crises de superprodução e subconsumo – decorrentes da interrupção do ciclo do capital –, descortinam, por exemplo, o fato do trabalho abstrato ser passível de apropriação pelo capital somente quando em circulação. Este movimento cíclico do capital precisa lidar com questões objetivas e problemas concretos para atravessar suas sucessivas metamorfoses, observadas no ciclo do capital-dinheiro, ciclo do capital-produtivo e ciclo do capital-mercadoria (Marx, 2014, p. 107-200).

Com a circulação geral do capital (D – M ...P... M' – D'), denota-se que a totalidade do valor advém de uma cadeia integrada e pretensamente ininterrupta de formas; além de divisões e especializações na escala do capital individual[7]. Sem ambos, não é possível conceber a existência do capital total, cujas práticas de custo de produção e taxa de lucro vão exigir um nível de abstração mais complexa na ordem da exposição. Ao mesmo passo, observa-se que o

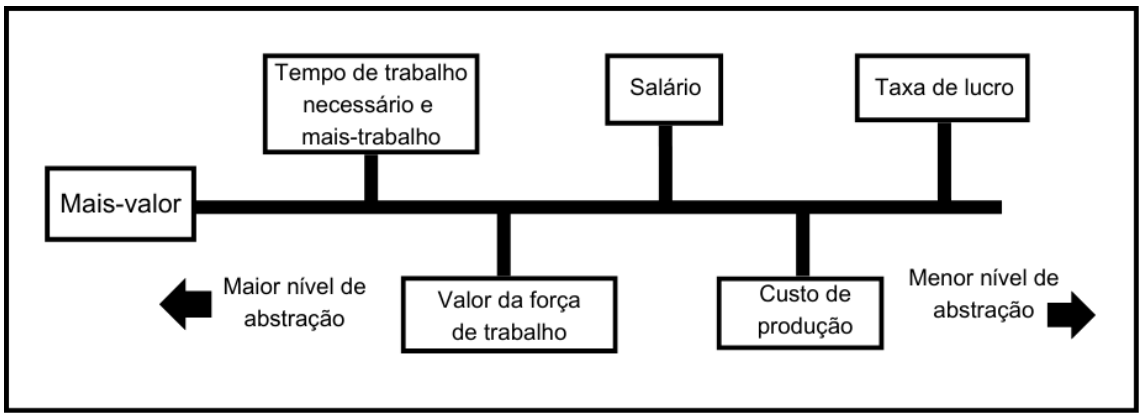
[7] O capital de comércio de mercadorias (Marx, 2017, p. 309-57), já presente no Livro II d'*O capital*, demonstra o papel dos agentes da circulação e sua remuneração pelo capital situado na produção, pois do primeiro depende a realização da forma-mercadoria (Marx, 2014, p. 206).

autor aborda o desenvolvimento de inversões mistificadoras no escopo da prática social, pois estas ocultam e confundem seus conteúdos. Marx reconstrói em seu modo de exposição também um movimento que busca aludir a dialética entre a objetividade e a subjetividade provocada pela prática capitalista, tratando-se de uma dialética entre o modo de apresentação [Darstellung] e o modo de representação [Vorstellung] capitalista (Grespan, 2019). Vejamos,

> [...] o capital 'se apresenta' na própria realidade social, de fato, como o criador das 'forças produtivas' que substancialmente provêm do trabalho; desse modo ele cria formas de prática econômica 'representadas' de maneira plástica em símbolos que os agentes percebem, ou 'representam' na sua imaginação, já na forma invertida pela 'apresentação' original das 'forças produtivas do trabalho [...] como forças produtivas do capital'.
>
> Mais do que uma simples superposição de sentidos, o que se observa nessa formulação é uma contraposição [dialética] entre Darstellung e Vorstellung. Marx dirá, por exemplo, que o dinheiro 'representa' o valor das mercadorias porque elas 'apresentam' nele seus valores (Grespan, 2019, p. 14).

O movimento que segue da *apresentação* para a *representação* ocorre no curso da mesma exposição, dentro do mesmo encadeamento de determinações; quanto menor o nível de abstração e maior a proximidade com a complexidade do real concreto, maior o volume de inversões e mistificações a respeito da contradição originada na relação entre capital e trabalho. Por mais que a totalidade do capital seja ocultada neste processo, é através deste modo de representação capitalista que as formas mais simples – de maior nível de abstração – se concretizam e podem ser efetivamente percebidas. Um exemplo mais evidente disso é o conjunto de abstrações que se atravessam e são necessárias para a produção concreta do mais-valor.

Figura 02: Níveis de abstração a partir do Mais-valor



Fonte: Marx (2013). Elaboração própria.

O mais-valor é o verdadeiro produto social almejado pelo capital, é a fonte de valorização deste último e a substância escondida por detrás da riqueza social no sistema capitalista, é a finalidade das práticas socioespaciais que serve de mediação para a forma capitalista de conceber o trabalho abstrato. Sabe-se que seu pressuposto é a dialética entre capital e trabalho, pois, enquanto excedente da classe capitalista, precisa ser configurada como uma ausência de valor para aqueles que venderam sua capacidade de trabalhar. Ou seja, o trabalhador precisa estar subordinado ao capital durante um determinado período, uma jornada de trabalho, e figurar como parte do próprio processo capitalista de produção, enquanto *capital variável* (Marx, 2013, p. 285-88).

A mensuração do quanto o valor desta mesma varia no decorrer do processo produtivo (taxa do mais-valor) depende, por sua vez, da diferença entre a fração da jornada de trabalho que é necessária para repor o valor da força de trabalho (trabalho necessário) e a duração total da jornada de trabalho. A subtração desta última pela primeira variável social nos remete à um tempo de trabalho excedente, o *mais-trabalho* (Marx, 2013, p.299-304). Lembrando que aquilo que o capital oferece ao trabalhador, por sua jornada de trabalho, equivale a uma determinação social, um equivalente cuja função é reproduzir socialmente estes vendedores em sua capacidade de trabalhar (necessidades biológicas, formativas e culturais), trata-se da racionalidade do *valor da força de trabalho* (Marx, 2013, p. 390-93).

A mensuração monetária referente ao valor pago pela força de trabalho se dá pela forma *salário* (Marx, 2013, p. 605-12) e assim é igualada e incorporada aos demais dispêndios monetários do processo de produção capitalista. Assim como ela, a forma preço dos meios e objetos da produção – materiais auxiliares e matérias-primas – (Marx, 2013, p. 255-63) são trazidas para dentro da planilha dos *custos de produção* do capitalista[8]. Concretiza-se, desta maneira, a origem da ampliação do valor, mas dentro de um processo produtivo que não distingue a fonte do valor e os demais gastos relativos ao capital constante (Marx, 2017, p. 59).

[8] A forma de valor do capital fixo – meios de produção que transferem parcialmente seu valor para a mercadoria final – é contabilizado no custo de produção de modo particular, pois contempla um desgaste mais ou menos linear e cuja reposição necessita de múltiplas rotações do capital (Marx, 2014, p. 239-65; 2017, p. 58).

Diferente da taxa de mais-valor, calculada na relação com o adiantamento do valor da força de trabalho e sua proporção com o valor do capital constante, formando uma dada composição orgânica, a *taxa de lucro* aparece na prática como uma relação entre o adiantamento total do capital e o que ele obtém de retorno após uma ou mais rotações de seu capital. Como se refere a um nível de abstração mais complexo e atravessado por múltiplas determinações, a forma preço passa a contabilizar também possíveis variações de preço dos componentes do capital constante – próprios do movimento entre oferta e demanda. Assim, elabora-se uma mistificação prática, em que "[...] permanece misterioso de onde provém esse excedente, se da exploração do trabalho no processo de produção, da vantagem obtida sobre os compradores no processo de circulação ou de ambas" (Marx, 2017, p. 72).

A conclusão deste processo de apresentação do mais-valor sob a forma lucro é o que a prática social concretiza e representa enquanto nível mais complexos da mistificação da totalidade social e da respectiva contradição entre capital e trabalho. Seu potencial de ocultação é tamanho que faz parecer para o capitalista que sua fonte de riqueza deriva de processos de circulação, difundindo um modo de representação da sociedade que naturaliza e preserva as práticas sociais que sustentam o capital.

Mesmo em um maior nível de abstração a mistificação já se faz presente (Figura 01). Pois o aparecimento do dinheiro, enquanto equivalente universal, é condição para que se inverta a percepção sobre a origem do valor. Nesta representação, o valor passa a ser prerrogativa do dinheiro, não mais das mercadorias. Ademais, o movimento prático das mistificações se complexificam ainda mais nas interações entre as frações individuais do capital, uma vez que as mesmas se especializam em determinadas funções da produção e da circulação do capital. Em O capital, Livro III, por exemplo, estas formas aparentam uma autonomia em relação aos processos de valorização situados na produção. Contudo, o modo de exposição demonstra o funcionamento das contradições inerentes ao movimento concreto do capital, assinalando a absurdidade de uma expansão capitalista desvinculada das determinações que permeia a produção do mais-valor.

Marx é cauteloso com a exposição das determinações do capital e situou suas implicações, mas só pôde fazê-lo porque houve antes um modo de investigação que ativamente

buscou pelas mesmas. Após criticar o empirismo[9], que opera por imediatismos metodológicos que não questionam o processo social que produz a realidade do investigador, e após confrontar o idealismo[10], que confunde o processo tipicamente científico de apreensão do real com a própria produção do real, Marx chama atenção para a necessidade do movimento constante de ida e de volta do abstrato ao concreto:

> Seria impraticável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinantes historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que tem entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparece como ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade. Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa. [...] Como outro exemplo da posição diferente que as mesmas categoriais ocupam em diferentes estágios de sociedade, uma das últimas formas da sociedade burguesa: as sociedades por ações. Mas aparecem também no início da sociedade burguesa, nas grandes e privilegiadas companhias comerciais detentoras de monopólio (Marx, 2011, p. 60-1).

Tão importante quanto estar ciente dos fundamentos teóricos nos quais se baseiam as incursões de pesquisa (indo do abstrato ao concreto) e questionar a própria produção destes preceitos teóricos (voltando do concreto ao abstrato) é a obtenção de uma compreensão sobre o encadeamento das determinações abstratas que orientam a dimensão social – levando em conta cada momento espaço-temporal da sociedade[11].

O movimento do pensamento de Marx, portanto, difere do operador lógico mais tradicional da ciência convencional, uma vez que se tenta investigar determinações que nem sempre se encontram no plano do sensível mais imediato, mas sim presentes em outro momento espaço-temporal da totalidade social. Ele mobiliza outro operador lógico, distinto

[9] "Parece ser correto começarmos pelo real concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixa de fora, por exemplo, as classes sociais das quais são constituídas. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. […]. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples. […] Na primeira via [do concreto à abstração simples], a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata" (Marx, 2011, p. 54).

[10] Marx questiona a miragem derivada dessa lógica: "[…] Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto" (Marx, 2011, p. 54-5).

[11] É pertinente uma compreensão relacional, pois, "[…] as próprias categoriais mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas" (Marx, 2011, p. 58).

do movimento de indução e dedução[12]. Trata-se da *retrodução*, de caráter aristotélico, e que "[...] consiste na passagem de um acontecimento empírico para o reconhecimento das condições não empíricas sem as quais o acontecimento não se efetivaria" (Bonente; Medeiros, 2021, p. 83). Ou seja, consiste deum movimento lógico de reconhecimento dos pressupostos sociais necessários à manifestação dos processos situados na realidade concreta.

A retrodução é um dos principais recursos lógicos do modo de investigação de Marx e está integralmente presente no movimento de exposição na crítica de *O capital*. Ambos, investigação e exposição, são momentos distintos de um mesmo processo de elaboração crítica do conhecimento. No primeiro, apuram-se as determinações sociais, no segundo, descobre-se a sequência pertinente do encadeamento das contradições dialéticas do capital. Como resultado disto, o autor desenvolveu um discernimento sobre as formas sociais que precisam estar presentes– como dinheiro e mercadoria (Marx, 2011, p.56-8) –para que a sociedade moderna alcance uma reprodução capitalista que se desenvolve.

O método de Marx e a investigação geográfica

Abordar a incorporação do método de Marx na Geografia, vista enquanto ciência, não significa dizer que se trata de algo inédito – sobretudo no Brasil. Uma revisão do pensamento geográfico brasileiro certamente revelaria diferentes interpretações que se basearam, em alguma medida, na perspectiva marxiana[13]. Opta-se aqui, contudo, seguir por outro caminho: a delimitação teórica da possibilidade, a partir das considerações encontradas no método materialista dialético.

Seja qual for a metodologia empregada pela pesquisa geográfica, há uma sociedade que, sendo comandada pelo capital, produz a geografia empiricamente observada e estudada. Como visto anteriormente, o método de Marx não pretende e não se enxerga como um sistema

[12] "Tanto a dedução quanto a indução são operadores lógicos que estabelecem uma conexão entre consequente e antecedente na qual as duas extremidades são situadas no domínio do empírico. No caso da indução, o procedimento extrapola uma determinada experiência empírica para o conjunto de toda experiência possível, pretendendo transitar do singular para o universal (ambos entendidos de forma reducionista, em termos de abrangência da experiência). A dedução, por sua vez, segue o caminho oposto […]" (Bonente; Medeiros, 2021, p. 82).

[13] Uma qualificada síntese do pensamento geográfico marxista brasileiro pode ser visualizada em: *Marx, a geografia e a teoria crítica* (2023), organizado por Alexandrina L. Conceição, Ana Fani A. Carlos, Manoel Fernandes de S. Neto e Rogata S. Del Gaudio.

conceitual centrado em procedimentos de pesquisa específicos delimitados, nem mesmo apresenta concordância com o paradigma da ciência moderna. Não obstante, a desatenção para com o método de Marx faz com que se perca de vista uma leitura propícia de sua obra mais substancial. E o contrário também é verdadeiro, pois sem a apreensão completa dos conteúdos expostos em *O Capital*, não é possível aproveitar amplamente de seu método, nem extrair o máximo das investigações geográficas preocupada com problemas relacionados com a lógica do capital.

O empenho de Neil Smith (1988) em derivar diretamente de uma paisagem particular as categorias da divisão do trabalho entre unidades produtivas, assim como as interações entre os dois setores do capital – produtores de meio de produção e produtores de bens do consumo (Marx, 2014, p. 498-633) –, evita muitas das complexidades que perpassam o movimento de competição entre os capitais individuais e até mesmo a dialética entre trabalho morto e trabalho vivo (Smith, 1988, p. 160-4). Consiste, portanto, de uma abordagem que não dispõem integralmente do método dialético, mas avançava na constatação de que não é possível entender o espaço capitalista sem mobilizar as categorias sociais que fazem o capitalismo funcionar e se aprimorar.

Outra leitura bastante difundida se encontra em David Harvey, particularmente em sua abordagem sobre o capital fixo, quando o mesmo esbarra na impossibilidade de entender a dinâmica do valor presente neste último e o resume ao seu valor de uso, tratando-o como sinônimo de ambiente construído (Harvey, 2006, p. 210-11). Trata-se de uma tarefa ingrata, pois é necessário considerar, antes, que a circulação e realização do valor do capital fixo depende, sobretudo, da competição entre capitalistas por uma melhor posição na apropriação da taxa de lucro (Marx, 2017, p. 177-88). Decerto que Marx trata o desgaste do capital fixo de maneira linear, mas somente para fins de simplificação e aprimoramento de seu modo de exposição. Todavia, para além das imprecisões, o geógrafo britânico avança ao reconhecer os dilemas da circulação de valor por meio de formas do capital que compõem o espaço social.

Tabela 01: As categorias da economia política em Marx e em leituras recorrentes

Categoria	Leitura recorrentes	No método de Marx
Indústria	Processo de produção de base fabril; setor secundário.	Processo de produção de mais-valor através da produção de formas-mercadorias (incluindo construção civil, transporte, determinados serviços).
Circulação	Circulação de mercadorias, transporte enquanto trabalho improdutivo.	Circulação do capital, ciclo D-M...P...M'-D'.
Desenvolvimento	Crescimento econômico; acumulação de riqueza; melhoria das condições de reprodução da classe trabalhadora; solução distributiva.	Intensificação do caráter capitalista da sociedade: por meio de funções e formas mais complexas e alinhadas com a reprodução do capital.

Fonte: Marx (2013; 2014; 2017). Elaboração própria.

O método e suas categorias são apresentados em uma sequência para que assim sejam melhor apropriados pelo leitor, mas somente porque efetivamente ocorrem simultaneamente e sincronicamente enquanto um espaço social concretamente dominado pela lógica do capital. Não há, portanto, processos capitalistas que sejam caracterizados, puramente, por uma ou duas categorias, sem situar a maneira como estas estão sintetizadas e se apresentam conjuntamente com outras no espaço social. Na Tabela 01, exemplifica-se algumas leituras recorrentes sobre algumas das principais categorias presentes em *O Capital* e as comparamos com entendimentos mais propícios ao método de Marx. Isto permite uma melhor visualização de como os níveis de abstração podem evitar simplificações acerca de determinações que são concretamente múltiplas e complexas.

Ao se buscar apenas a incorporação de certos termos marxianos na geografia, deve-se ter cautela com aplicações que deslocam o sentido destas últimas, subtraindo-lhes os sentidos conferidos dentro do modo de apresentação do autor. O mesmo vale para adesões imobilistas, que repetem formulações do autor (Moreira, 2004, p.30), mas subaproveita o potencial do método ao desconsiderar que novas formas e novos conteúdos são adquiridos nos movimentos mais recentemente do capital. A superação de Marx se faz necessária na medida em que o capital, enquanto objeto de estudo, foi superado por sua própria lógica interna. O espaço

investigado pela geografia se encontra repleto de novas mediações práticas do capitalismo. O método, porém, envolve não somente nomeá-las, mas entende-las enquanto continuidade e transformação dentro do encadeamento que sustenta a totalidade do capital.

As inovações capitalistas ocorrem no âmbito da prática socioespacial, pois suas abstrações existem concretamente num espaço-tempo determinado. Sua totalidade social, por conseguinte, depende da integração entre os múltiplos espaços que compõem o movimento global de um mercado comandado pela produção, circulação e distribuição do mais-valor. Isto significa que a reprodução e o desenvolvimento da abstração capitalista são necessariamente oriundos de processos performados espacialmente e em sociedade. Como foi visto, as categorias da economia política se articulam para viabilizar a apropriação do mais-valor por meio de um lucro obtido no referido mercado. Todavia, a sentença anterior só ocorre quando o espaço é mobilizado (Alvarez, 2019, p. 498-504) entorno do encontro social que viabiliza a equivalência e a valorização.

Ao restringir as categorias do método de Marx à formas concretas que o capitalismo adquiriu na época de sua investigação, dilui-se o sentido relacional defendido pelo autor em seu modo de exposição. Assim, corre-se o risco, por exemplo, de se entender indústria, circulação e desenvolvimento (Tabela 01) como fenômenos estritamente históricos e empirista, empobrecendo a capacidade de reconhece-los em suas formas contemporâneas. A investigação desenvolvida pela geografia, quando circunscritas apenas às particularidades e características mais imediatas de certos espaços, perfaz o mesmo caminho de subutilização do materialismo dialético. Do mesmo modo, também se perde a possibilidade de compreender como a prática social oculta os conteúdos que a mesma adquire na relação com a totalidade do capital.

O caráter mistificador da representação capitalista cumpre um papel decisivo: a mistificação das contradições sociais que o constitui. Isto ocorre, por sua vez, no cotidiano da população que vive em contato com as mediações sociais adotadas enquanto lógica de mercado. O espaço social, no entanto, evidencia as nuances das contradições capitalistas, ainda que estas últimas sejam representadas a partir de inversões que dissimulam o não entendimento das determinações que movem a totalidade social. Neste *espaço contraditório* (Lefebvre, 2013,

p.365-373), as mediações sociais não são reproduzidas casualmente, uma vez que suas características concretas influenciam diretamente as dinâmicas abstratas do capital. A localização das referidas mediações, por sua vez, torna-se crucial para os processos de acumulação, produzindo um espaço propício para a lógica da economia política.

O espaço contempla uma possibilidade de compreensão da localização das práticas cotidianas a partir dos processos sociais que as orientam. No entanto, é pertinente considerar a contribuição de Henri Lefebvre (2013), ao argumentar que o espaço não é um mero reflexo dos conteúdos sociais, ou uma dimensão existencial dos sujeitos e objetos, mas resguarda conteúdos próprios e específicos. Neste sentido, considera-se a existência de contradições do espaço, pois a mediação social que explicaria a localização das coisas não progride sem a identificação da produção do espaço que lhe situa. Para exemplificar melhora argumentação, observemos como o autor francês aborda uma complexa contradição do espacial que promove a urbanização capitalista:

> Pois simplesmente a centralidade se pretende total. Implícita ou não, anseia definir uma racionalidade superior, político-estatal, "urbana". A qual tratam de justificar posteriormente os agentes da tecnoestrutura, os planejadores. Ao fazê-lo, demonstram seu desprezo pela dialética; a centralidade desse tipo expulsa os elementos periféricos com uma violência inerente ao próprio espaço. A centralidade, ou melhor, a centralização, pretende-se e se postula como "totalizante", sendo menos filosofia que uma estratégia — consciente ou não. Que se pese as tendências adversas, algumas subversivas, outras toleradas (sob distintos nomes: flexibilidade, liberalização), o centro condensa as riquezas, os meios de ação, os conhecimentos, a informação, a "cultura" (Lefebvre, 2013, p. 366-367, tradução nossa).

A contradição centralidade e periferia, salientada por Lefebvre, corresponde a uma relação de dialética do espaço, que se postula enquanto movimento direcionado pela integração com a totalidade social. Ou seja, é possível investigar e reconhecer as determinações espaciais do desenvolvimento capitalista, apreendendo como sua reprodução confere conteúdos específicos ao espaço social e realiza concretamente as abstrações do capital. Os geógrafos, tradicionalmente, debruçaram-se sobre a superfície terrestre para observar os fenômenos que ocorrem sobre a mesma (Brunhes, 1962, p. 25) e se empenharam na observação da relação entre sociedades e natureza. Todavia, é apenas a partir da década de 1970 que a investigação geográfica adentra discussões aprofundadas sobre o espaço, seja para constituir um objeto particular desta ciência (Santos, 2004, p. 143-153), seja para reconhecer como o espaço é dominado pela abstração concreta da mercadoria (Carlos, 2014).

O que os geógrafos elencaram enquanto problema de pesquisa – delimitam enquanto objeto de investigação e apreendem por procedimentos metodológicos – pode estar, no entanto, em maior ou menor nível, dominado pelas mediações capitalistas. O método da geografia, todavia, constantemente enfrenta dificuldades no reconhecimento das abstrações concretas e suas respectivas dinâmicas. O método de Marx busca evidenciar sobretudo as abstrações dentro de um movimento de síntese que elabora uma complexidade social comandada pelas formas do capital, assim como pela percepção invertida das práticas sociais em questão.

A apropriação do materialismo dialético pela investigação geográfica contribui, portanto, para: a) distinguir quais encadeamentos da abstração capitalistas podem auxiliar no entendimento sobre o problema de pesquisa; b) identificar os novos conteúdos praticados na reprodução socioespacial do capital; c) desenvolver as categoriais da investigação geográfica a partir de como a determinações capitalistas atuam e subordinam a realidade vivida. A própria categoria de *produção do espaço*, a título de exemplo, deriva desse desenvolvimento do método de Marx a partir da geografia, sendo o espaço um "[...] movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da reprodução social" (Carlos, 2021, p. 24). Assim, o espaço pode ser compreendido enquanto sucessivos e simultâneos momentos do processo de reprodução que busca recompor a subordinação ao capital.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o método de Marx é inacabado, não somente pela condição na qual se encontrou a redação final de *O capital*, mas, sobretudo, porque a problemática de seu objeto investigado ainda se encontram inacabado. Pois, para se reproduzir, o capital precisou incorporar novos conteúdos em suas estratégias e, com isto, desenvolveu e inaugurou outras determinações no encadeamento de suas abstrações concretas. Cabe aos geógrafos, portanto, decidir sua participação na investigação e exposição dessas novas complexidades, adquiridas enquanto prática socioespacial capitalista, por meio de processos de pesquisa em contextos espaço-temporais específicos.

Os conceitos da geografia, assim como qualquer em qualquer matriz teórica, devem ser constantemente testados durante os processos de investigação, uma vez que suas contribuições, mobilizando o materialismo dialético, precisam derivar da realidade concreta. Para que um conceito possa contribuir efetivamente com a exposição dialética das determinações capitalistas, faz-se necessário que este transite de mero mecanismos de compreensão do real para um mecanismo concreto de subordinação do espaço concreto aos ditames das contradições capitalistas. É por este método que os geógrafos podem descobrir não somente o espaço-tempo das práticas que reproduzem a totalidade social abordada, mas também explicações para suas correlações, localizações e conteúdos.

O espaço da totalidade do capital, na época em que Marx escreveu sua crítica da economia política, certamente correspondeu a uma porção muito menor do planeta, quando comparamos com sua dimensão atual. A investigação geográfica, no entanto, frequentemente reparte, metodologicamente, o espaço para obter respostas para seus problemas de pesquisa. Dado que a realidade concreta da totalidade do capital se reproduz globalmente, é esperado que nem todas as suas abstrações se manifestem integralmente na escala espacial estudada pelos geógrafos. Por se tratar de uma prática social abstrata, porém necessariamente concreta, o espaço investigado pela geografia contempla a possibilidade de se observar inovações que não estão circunscritas à uma questão tão somente particular, mas também global.

Da globalidade depende a distribuição da mais-valia apropriada pelo capital desde o momento da produção, cujo movimento de compensação conforma uma hierarquia entre capitais que formam o lucro médio (Marx, 2017, p. 177-246). Deste último, ademais, dependem a forma dos juros (Marx, 2017, p. 385-500) e da renda fundiária (Marx, 2017, p. 675-841). O que se é feito, pelas mediações capitalistas, com o espaço social, portanto, versa sobretudo sobre redefinições nas estratégias dos capitais individuais. Pois, do contrário, sua taxa de lucro e situação dentro do processo que resulta na totalidade capitalista pode resultar em falência e centralização por parte de outros capitais. A Geografia é capaz de apurar, simultaneamente, tanto este fenômeno orientado pela lógica concorrencial do lucro médio, quanto a respectiva reprodução de pessoas sujeitadas aos processos de trabalho comandados pelo capital.

Assim como o capital consiste de uma síntese de múltiplas abstrações, o método do materialismo dialético a partir da investigação geográfica permite considerá-lo também enquanto síntese de múltiplos espaços. Neste quesito, a produção e reprodução do espaço dialoga diretamente com uma percepção crítica em relação a noção de espaço contingencial, pois questiona a necessidade de entendimento de como os processos socioespaciais fazem as pessoas e os objetos estarem, *aparentemente*, dispostos e organizados sobre uma superfície terrestre. O método de Marx, portanto, contribui para um entendimento da referida dialética que socioespacialmente conformam a realidade.

Referências

ALVAREZ, I. P. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **GEOUSP –** Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 494-505, dez. 2019, ISSN 2179-0892. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163370. Acesso: 06 set. 2025.

BONENTE, B.; MEDEIROS, J. L. Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: BARRETO, E. S.; MEDEIROS, J. L. Para que leiam **O capital:** interpretações sobre o Livro I. São Paulo: Usina Editorial, 2021. p. 67-114.

BONENTE, B. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Niterói: EDUFF, 2016.

BRUNHES, J. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

CARLOS. A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP –** Espaço e Tempo. São Paulo v. 18 n. 2 p. 472-486, 2014.

CARLOS. A. F. A. Geografia crítica-radical e a teoria social. In: CARLOS, A. F. A.; SANTOS, C. S.; ALVAREZ, I. P. **A geografia urbana crítica**: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS. A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2021.

DUAYER, M. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica à centralidade do trabalho. **Verinotio**, ano XI, n. 22, p. 29-43, 2006.

GRESPAN, J. A dialética do avesso. **Revista Crítica Marxista**. Crítica Marxista, v. 1, n. 14, p. 26-47, 2002.

GRESPAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, D. **The limits to capital**. London, New York: Verso, 2006.

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MARX, K. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857 - 1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **Revista Geographia**, Niterói, ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

MUSTO, M. A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. **Crítica Marxista**, n. 33, p. 31-65, 2011.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2004.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Como citar este artigo:

ALVES, Gabriel Souza. O potencial do materialismo dialético para a pesquisa em Geografia. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo SP. v. 116, p. 612-634. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/n65wnk82

Recebido em 18 de setembro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: é Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorando em Geografia Humana pela USP. Atualmente realiza seu período sanduíche na Innsbruck Universität (UIBK), participando do Arbeitsgruppe Glokale Entwicklung und Nachhaltigkeitsforschung (AGEF) e do GESP (Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical).

Financiamento: o presente artigo é parte do processo de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a nível de Doutorado Regular (nº 2022/10366-1), no Brasil.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado

André Anuatti Reis

Universidade de São Paulo *(USP)*
São Paulo, SP, Brasil.
e-mail: anuattireis@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado

Resumo

O presente trabalho busca, a partir do enfoque na antiga problemática da diferenciação espacial, resgatar as contradições envolvidas no diálogo entre a Geografia e o marxismo. Para isso, recupera momentos essenciais dessa história, como a institucionalização da disciplina geográfica, o papel essencial desempenhado pela adoção da categoria de região pelos geógrafos, um resgate de certas reflexões por vezes contraditórias na obra de Marx e Engels, bem como os desdobramentos do marxismo diante do advento do imperialismo, para culminar em uma reflexão crítica da interlocução promovida pela Geografia Crítica no final do século XX. Ao final, reconhecendo a importância secular do diálogo entre esses campos e a contribuição que o mesmo oferece para o avanço das pesquisas em Geografia, busca-se ressaltar o papel do estudo da grande corporação transnacional como um objeto de estudo privilegiado.

Palavras-chave: Diferenciação espacial; Geografia; marxismo; corporação transnacional.

Spatial differentiation in the dialogue between Geography and Marxism: the large corporation as a privileged object

Abstract

This work seeks, from the perspective of the long-standing problem of spatial differentiation, to recover the contradictions involved in the dialogue between Geography and Marxism. To this end, it revisits essential moments in this history, such as the institutionalization of the geographical discipline, the crucial role played by geographers in adopting the category of region, a review of certain sometimes contradictory reflections in the work of Marx and Engels, as well as the developments of Marxism in the face of the advent of imperialism, culminating in a critical reflection on the dialogue promoted by Critical Geography at the end of the 20th century. Finally, recognizing the long-standing importance of the dialogue between these fields and the contribution it offers to the advancement of research in Geography, it seeks to highlight the role of the study of large transnational corporations as a privileged object of study.

Keywords: Spatial differentiation; Geography; Marxism; transnational corporation.

Diferenciación espacial en el diálogo entre Geografía y Marxismo: la gran corporación como objeto privilegiado

Resumen

Este trabajo busca, desde la perspectiva del problema de larga data de la diferenciación espacial, recuperar las contradicciones involucradas en el diálogo entre Geografía y Marxismo. Para ello, retoma momentos esenciales de esta historia, como la institucionalización de la disciplina geográfica, el papel crucial de los geógrafos en la adopción de la categoría de región, una revisión de ciertas reflexiones a veces contradictorias en la obra de Marx y Engels, así como los desarrollos del marxismo ante la llegada del imperialismo, culminando en una reflexión crítica sobre el diálogo promovido por la Geografía Crítica a finales del siglo XX. Finalmente, reconociendo la importancia histórica del diálogo entre estos campos y su contribución al avance de la investigación en Geografía, busca destacar el papel del estudio de las grandes corporaciones transnacionales como un objeto de estudio privilegiado.

Palabras-clave: Diferenciación espacial; Geografía; Marxismo; corporación transnacional.

Introdução

Longe de um tema marginal, preocupação secundária ou curiosidade difusa, a reflexão em torno do caráter diferencial do espaço ocupou, desde os primórdios, uma posição central no trabalho de boa parte dos geógrafos desde tempos imemoriais, adquirindo um protagonismo inequívoco por ocasião da sua institucionalização universitária em meados do século XIX. Trata-se de um aspecto que, na era moderna, balizou a aproximação dos intelectuais da ciência geográfica com os demais campos do saber, estabelecendo em especial uma aproximação contraditória com as formulações marxistas. Portanto, se compreendemos a história das ideias como aspecto fundamental do fazer científico, toda e qualquer pesquisa que busque refletir em torno da diversidade das configurações espaciais adotando uma perspectiva crítica deve, ao menos, reconhecer claramente as consequências contraditórias desse encontro.

Assim, o presente artigo busca refletir sobre a importância e a potencialidade do diálogo entre a Geografia e o marxismo a partir do processo de constituição do conceito de diferenciação espacial. Para isso, busca identificar de que maneira esse problema foi abordado em ambas as tradições, reconhecendo suas particularidades e sua irredutibilidade. Para isso, detém-se em alguns momentos-chave, como o processo de institucionalização universitária do final do século XIX, perpassando a conformação da Geografia Clássica, tanto francesa quanto alemã, bem como os desdobramentos do pensamento marxista no contexto do imperialismo no começo do século XX, para além de uma reflexão sobre os elementos presentes na própria obra de Marx, culminando na "linha de chegada" em que ambas se encontram, na forma das geografias Ativa e Crítica[1].

Ao final, na medida em que se considera que a situação atual do pensamento universitário ainda está longe de encerrar o debate aqui apresentado, busca-se contribuir com o apontamento da importância epistemológica do estudo da grande corporação transnacional, como um campo de debate fecundo e que já figurou como espaço de convergência entre

[1] Claro que se trata da opção por um recorte que privilegia a dimensão propriamente acadêmica do imbróglio que possui uma dimensão eminentemente popular do conhecimento, produzido nas lutas de trabalhadores e grupos subalternizados que, evidentemente, pensam, agem e transformam seu espaço, em linha com o que demonstra Moraes (2000). Na infeliz impossibilidade de falar sobre tudo ao mesmo tempo, eis aí a oportunidade de incontáveis futuras incursões.

Geografia e marxismo. Assim, emerge como um objeto privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa crítica em Geografia que auxilie na defesa de uma herança intelectual cuja fertilidade parece ser infinita.

Breve retomada da diferenciação espacial no pensamento geográfico

Um ponto de partida que nos parece adequado encontra-se na caracterização do tratamento concedido, no decorrer da história do pensamento geográfico, à "região", uma vez que de diferentes maneiras e em múltiplos contextos, foi empregada por geógrafos e geógrafas como a categoria fundamental para se compreender a diferenciação espacial. Um estudo de enorme importância sobre o tema foi aquele realizado por Sandra Lencioni, em seu livro *Região e Geografia* de 1999. De maneira instigante e magistral, a autora reafirma alguns entendimentos bastante consensuais pelos pensadores que se debruçaram sobre os fundamentos da pesquisa regional, apresentando os desafios que envolvem o uso dessa categoria, que compreende como noção. Para isso, expõe de maneira sucinta um conjunto de contradições - por vezes, dualismos - que a acompanham, como a oposição entre as dimensões real e imaginária, ideológica e científica e suas acepções de diferença e semelhança. Todas elas resultam em um quadro no qual o emprego da região, amplamente realizado pelos geógrafos e outros estudiosos do espaço, sempre se fez marcado por gritantes ambiguidades, tendo "dificuldades em se estabelecer como um conceito" (p. 16). Trata-se de um entendimento compartilhado pelo importante geógrafo Rogério Haesbaert em seu livro *Regional e Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea* (2010), em que demonstra a existência de uma polissemia persistente associada ao conceito desde sua origem institucional, na França do século XIX[2].

Revela-se assim a importância do contexto de institucionalização universitária, na medida em que pressupunha o esforço de determinação do objeto da Geografia para determinar os limites disciplinares. Nesse processo, assumiu protagonismo a tese de que "a geografia tem suas raízes no entendimento da diferenciação dos lugares, regiões, países e

[2] "Talvez aí esteja o 'x' da questão: tantas (sobre)vidas e mortes da região se devem, em primeiro lugar, à própria ambiguidade com que ela nasce. [...]" (Haesbaert, 2010, p. 50).

continentes, resultante das relações entre os homens e entre estes e a natureza" (Correa, 2000, p. 4). Como demonstra Corrêa, a Geografia de tradição clássica sempre pôde ser definida a partir de um enfoque próprio para com a diferenciação espacial, já que desde o seu nascimento teve de enfrentar o problema de conciliar a dimensão universalizante do pensamento científico e suas explicações generalistas, com a multiplicação das transformações no domínio da experiência sensorial e da investigação empírica, revelando o complexo quadro da diferenciação espacial existente. Trata-se de um dilema com um local reservado no coração da Geografia, que desde sempre contou com essa dualidade entre as suas dimensões "geral" (nomotética) e "regional" (idiográfica) (Haesbaert, 2010). Assim "o desafio não era só enfrentar mares e desbravar continentes, [mas também] o de sistematizar o conhecimento acerca dos lugares" (Lencioni, 1999, p. 75), inclusive em um sentido inventarial, ainda que, nesse mesmo contexto, "a busca por princípios gerais tornou-se prioridade, conduzindo o homem a pensar a sociedade humana não em suas particularidades, mas em sua perspectiva geral" (Lencioni, 1999, p. 76).

Concretamente, o enfrentamento dessa problemática no contexto germânico foi conduzida pelos geógrafos Alexander von Humboldt e Karl Ritter. Cada um, à sua maneira, contribuiu para a consolidação moderna da disciplina, refletindo a tensão entre o estabelecimento de leis gerais para os fenômenos geográficos e a descrição de suas particularidades. Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova* ([1978]/2002) classifica-os como "principistas", pois "Lutavam para encontrar leis ou princípios que norteasse a disciplina geográfica nascente como ciência moderna" (Santos, [1978]/2002, p. 45). Nesse sentido, "é comum a referência a Ritter como fundador da Geografia Regional e a Humboldt, da Geografia Geral" (Lencioni, 1999, p. 94). Trata-se de uma posição compartilhada por Antonio Moraes:

> A presença das formulações desses autores sobre a evolução da Geografia posterior é por demais evidente, não podendo ser questionada. Humboldt e Ritter são os primeiros formuladores e alimentadores da Geografia moderna. Em suas páginas encontram-se os resultados dos esforços teóricos que propiciaram a sistematização do pensamento geográfico e sua existência enquanto um campo autônomo do conhecimento, segundo os padrões modernos (Moraes, 1989, p. 206).

A despeito da contribuição inequívoca desses autores, o título patriarcal de "pai fundador" da escola germânica de Geografia foi atribuído principalmente a Friedrich Ratzel, uma vez que propôs uma Geografia explicitamente voltada para o Estado e associada às pretensões expansionistas da Prússia. Além disso, reforçou a tríplice identidade povo-Estado-território como elementos constitutivos do Estado nacional territorial moderno[3], com a noção de *Lebensraum* (espaço vital) fornecendo um instrumental valioso para se pensar o tema da diferenciação espacial. Inserido em um movimento de formação de um pensamento geográfico científico, sob a influência flagrante das teses positivistas e incorporando elementos das publicações de Charles Darwin e Herbert Spencer, Ratzel, através de sua Antropogeografia, torna-se decisivo para consolidar a cátedra de Geografia na Alemanha e, assim como seus predecessores, reflete a tensão imanente entre a diferenciação espacial e o processo universal de desenvolvimento das sociedades.

> A visão de que a forma com que o homem organiza a sua vida é estreitamente determinada pelas condições naturais permitiu a Ratzel estabelecer a relação entre as diferentes formas de adaptação do homem ao meio e a diversidade de organização social e política no mundo (Lencioni, 1999, p. 83).

No entanto, mesmo ressaltando de maneira cristalina a dimensão política da geografia acadêmica, há de se retomar a crítica, já muito repetida, de que a ênfase naturalizante dos processos sociais no pensamento ratzeliano advém de seu caráter ideológico, intimamente relacionado com as ambições expansionistas de uma parcela da burguesia prussiana (Santos, [1978]/2002).

O deslocamento do debate regional, de um aspecto secundário, auxiliar ou meramente procedimental, para uma posição conscientemente protagonista, usualmente, é identificado com a consolidação da escola clássica que obteve proeminência na França sob a liderança de Paul Vidal de La Blache na virada dos séculos XIX-XX, e que tem um papel importante na institucionalização da disciplina. Em um contexto de delimitação dos campos disciplinares avançado, no qual a cisão entre as ciências da natureza e as ciências "do espírito" se confirmava na prática acadêmica, a proposta de La Blache teve de lidar com o questionamento generalizado

[3] "A Geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado alemão recém-constituído" (Moraes, [1994]/2007, p. 67).

de uma Geografia que sempre elencou a relação diferenciada entre o homem e a natureza como objeto. Assim, é na região que a escola "vidaliana" - como a chama Vincent Berdoulay (2017) - encontra posição relativamente sólida. Sem renunciar ao reconhecimento da unidade dos fatos terrestres, bem como da liberdade e das possibilidades universais oferecidas pelo meio, argumenta que "na história das sociedades humanas os fatos gerais nunca se produzem de uma vez só" (La Blache, [1922]/1954, p. 286), refletindo níveis de civilização e diferentes articulações homem-meio, que se manifestam em áreas embebidas de individualidade, as regiões.

A proposta teve o mérito de inserir a categoria de região em uma posição destacada, fruto de uma escolha teórico-metodológica que, mantendo a centralidade da relação homem-natureza, sem sacrificar a "missão fundadora" da corporação dos geógrafos, incorporava o próprio contexto e as necessidades ideológicas burguesas mobilizadas pela modernização da França após a derrota na Guerra Franco-Prussiana, pela legitimação da Terceira República e pelos anseios imperialistas franceses.

> Estava claro para a sociedade francesa que a modernidade, fundada na indústria e no urbano, dissolvia os lugares, esgarçava os laços entre as pessoas e enfraquecida a ideia de comunidade local. Havia uma necessidade do discurso regional para constituir a unidade da nação (Lencioni, 1999, p. 100- 101).

Pode-se argumentar que o brilhantismo de La Blache reside, precisamente, na habilidade de erguer uma escola geográfica capaz de articular elementos díspares de maneira relativamente coesa, tendo em seu centro a região e, portanto, as leis que regem os processos de diferenciação do planeta em conjunto com a apreensão daquilo que é particular, como objeto de análise. Ainda que o autor empregue com maior frequência a noção de "individualidade" para descrever a multiplicidade das formas terrestres, em detrimento da ideia de "diferenciação", acredita-se que, para os objetivos do presente texto, o caráter comparativo dos estudos regionais e sua pretensão científica são fortes indicativos da sua inseparabilidade com a questão da diferenciação, como expressa Berdoulay ao afirmar que "a distinção entre uma abordagem idiográfica, que era regional e particularizante, e uma abordagem nomotética, que buscava as leis ou generalizações, não era essencial e não podia estabelecer se em dicotomia na geografia vidaliana" (Berdoulay, 2017, p. 212). Dessa forma, é evidentemente que a região, para

Vidal de La Blache, consiste em uma categoria transformada por um contexto histórico próprio, no qual as relações imediatamente capitalistas, pautadas no comércio e conexões que se realizam em escala cada vez mais ampla, produzem uma concepção que

> não resultava do tradicionalismo, na medida em que ela não estava orientada para a família e que as regiões que ele propunha tinham, antes de tudo, uma significação econômica e visavam colocar todas as partes da França no diapasão da economia nacional e mundial. Em outras palavras, para Vidal a vida local não deveria ser protegida das influências exteriores, mas evoluir muito mais, de maneira a promover o desenvolvimento econômico da região (Berdoulay, 2017, p. 133).

No entanto, é igualmente intrigante constatar que, em contraposição às formulações ratzelinas, Vidal concebia que ao geógrafo da escola francesa caberia zelar por um distanciamento da esfera imediatamente política, revelando "as combinações dos fenômenos e as leis universais que os regem" (Berdoulay, 2017, p. 181) ao mesmo tempo em que prezava pela mera descrição dos fatos naturais e humanos sob a luz da existência de uma "unidade terrestre". Para isso, privilegia procedimentos empíricos e comparativos que auxiliam o estudo das diferentes porções do planeta, amarrados formalmente no modelo de redação das inúmeras monografias regionais, que ganham o ar de "cientificamente neutras", produzidas em estrita observação da objetividade científica. Ainda que se possa admitir a crítica de Yves Lacoste (1978), de que haveria um apagamento da dimensão política em La Blache, fato é que, externamente, dominou a percepção de que a mesma era inexistente, já que sua escola "combinou um individualismo temperado pela solidariedade social, um nacionalismo associado a um expansionismo colonial e a um apego à terra, uma fé na ciência e no progresso, e um idealismo ancorado em uma abordagem empírica dos problemas a resolver" (Berdoulay, 2017, p. 230). Por outro lado, se a região constitui um dos pilares da construção teórica dessa escola, ela só é plenamente compreensível em conjunto com o conceito de "gênero de vida", que "se define como o resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação do homem com o meio" (Lencioni, 1999, p. 103). Para Milton Santos, o gênero de vida em Vidal de La Blache

> é também um desses numerosos paradigmas que orientaram a geografia humana moderna. Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um

> argumento sob medida para reforçar a ideia de região como unidade do estudo geográfico (Santos, [1978]/2002, p. 36).

Sua importância, no contexto de nossa discussão, está em demonstrar, no interior do pensamento vidaliano, a própria tensão existente entre o estudo do singular e a perspectiva de que o próprio desenvolvimento econômico e social carrega consigo também o espraiamento de suas leis e processos pelo espaço geográfico, na forma da generalização de um único "gênero de vida". Por um lado, há uma dimensão naturalizante das relações sociais, cristalizadas em uma interação relativamente harmônica, duradoura e de extensão geograficamente limitada, a ser empiricamente descrita, ainda que de maneira idealista. Comentando esse ponto, Santos argumenta que

> Toda procura de uma causalidade entre esses dois dados [homem e natureza] levará inevitavelmente a erros graves, justamente àquilo que se pode chamar de abstração empírica, já que as coisas são valorizadas como 'coisas em si' e não pelas relações que representam e às vezes escondem (Santos, [1978]/2002, p. 41).

Nesse sentido, como já foi demonstrado também por Vincent Berdoulay, tratam-se de formulações que escapam da visão tradicionalista e sustentam a modernização e o colonialismo. Dessa forma, La Blache também reconhece que "A civilização, de que a Europa moderna é a herdeira final, alimentou-se no princípio de uma multidão de focos distintos, absorveu a substância de um grande número de meios locais" (La Blache, [1922]/1954, p. 288). Assim, por trás do expansionismo europeu, haveria uma força progressista, capaz de revolucionar as diferentes formas com que os povos da Terra se relacionam com o seu meio.

Torna-se evidente que, por mais que o tratamento vidaliano da região tenha se apresentado como uma posição nova e eficiente para seus objetivos, ao ponto de adquirir prestígio e um nível de institucionalização robusto, manifesto em um número nunca antes visto de cátedras de Geografia (Berdoulay, 2017), os fundamentos teórico-metodológicos deixados por essa escola se provaram limitados em articular de maneira teoricamente coesa a tensão existente entre os temas da diferenciação espacial e a produção de leis universais. Não obstante, a influência dessa escola geográfica se prova duradoura e bastante diversificada, em especial, na figura dos discípulos de Vidal de La Blache, como Jean Brunhes, Max Sorre, Emmanuel de Martonne, André Cholley, dentre outros.

Com o passar da alvorada dessa escola geográfica, no entanto, inicia-se seu crepúsculo. Com a decomposição de seu universo material - o fim da fase concorrencial do grande capital e o início da era dos monopólios (Lencioni, 1999) -, ao longo do século XX, diversos movimentos intelectuais passam a questionar a pertinência das teorias geográficas dominantes, denunciando aqueles pontos que compreendiam como as debilidades da Geografia Clássica. Paradoxalmente, uma crítica importante se deu no sentido de retorno a Kant, na forma do neokantismo de autores como Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Ainda que possuam divergências e nuances específicas, pode-se mencionar entre os dois um sentimento de recusa do positivismo, ainda que em termos relativos, no pensamento geográfico e uma ênfase no caráter variável da superfície terrestre, seu caráter "corológico", como objeto da Geografia, ainda que, para Hartshorne, as regiões resultantes sejam concebidas como produtos do intelecto, mais do que do real (Lencioni, 1999). Há de se reconhecer, no entanto, as continuidades da geografia neokantista em relação àquela de Vidal de La Blache e seus discípulos, como o faz Rogério Haesbaert ao elencar, por exemplo, o caráter integrador do estudo regional, a continuidade do fenômeno regional e seu caráter mesoescalar como pontos de continuidade (Haesbaert, 2010).

Posteriormente, tanto pelo viés quantitativista, na forma da *New Geography*, quanto pela abordagem da experiência e da subjetividade, novas tendências internas ao pensamento geográfico vão propor novas doutrinas. No entanto, além de uma análise pormenorizada de sua de sua natureza própria escape aos nossos objetivos, compreendemos que, no século XX, o golpe mais duro desferido contra pensamento geográfico de inspiração positivista virá de seu diálogo com o marxismo. É sobre esse encontro que buscaremos agora refletir.

A diferenciação espacial no pensamento marxista: a teoria do desenvolvimento desigual e combinado

Ainda que não caiba aqui reconstituir toda a evolução do pensamento marxista, demonstrando exaustivamente sua especificidade frente às formas anteriores de ciência, nos interessa o fato de que nele a diferenciação espacial sempre esteve latente sob formas diversas, ainda que marcada por enormes e quase insuportáveis contradições. Um esforço pioneiro em

demonstrar esse fenômeno foi conduzido por David Harvey, permanecendo até hoje um dos aspectos mais fundamentais de sua vasta obra. No texto *A Geografia da Acumulação Capitalista: Uma reconstrução da teoria marxiana* ([1975]/2020), que posteriormente será empregado para compor os capítulos finais de *Os Limites do Capital* ([1982]/2013), o autor busca reconstituir algumas das formulações do próprio Marx em torno da temática espacial, que segundo Harvey, possuiriam um caráter "fragmentário" e "não sistemático", tendo seu ponto central na "relação entre as dinâmicas temporais de acumulação do capital e a produção de novas configurações espaciais de produção, troca e consumo" (Harvey, [1975]/2020, p. 50).

Para ele, é possível vislumbrar que a generalização do tempo de trabalho socialmente necessário como métrica do valor na sociedade capitalista adquire um caráter "equalizador" de todos os ritmos e processos que se sobrepõem a um mundo naturalmente diferenciado. Ainda que os processos de homogeneização espacial não estivessem explicitamente anunciados na teoria marxiana, Harvey demonstra que a generalização do tempo social só pode efetivamente se realizar exigindo uma produção ativa de quadros espaciais próprios, seguindo a clássica elaboração marxiana de que "Quanto mais desenvolvido o capital, [...] tanto mais ele se empenha simultaneamente para uma maior expansão espacial do mercado e para uma maior destruição do espaço pelo tempo" (Marx, [1939]/2011, p. 445). Dessa forma, diz Harvey,

> Defenderei que as relações espaciais e os fenômenos geográficos são atributos materiais fundamentais que devem estar presentes desde o início da análise e que as formas que eles assumem não são neutras em relação aos possíveis caminhos do desenvolvimento temporal. Precisam, em suma, ser construídos como 'momentos ativos' e fundamentais no interior da dinâmica contraditória do capitalismo. A produção do espaço é, para usar um linguajar marxista, mais convencional, uma força de produção. (Harvey, [1975]/2020, p. 50).

Assim, a ênfase de Marx nos processos de homogeneização da produção social, no sentido de generalização das relações burguesas e aplanaimento das singularidades espaciais e suas individualidades são bastante explícitas, corroborando o diagnóstico feito por Harvey e outros marxistas, da fragilidade das passagens explicitamente espaciais nos trabalhos de marxianos, ainda que se possa considerar a advertência de Lencioni, segundo a qual certos exageros, como a assertiva de que o espaço, para Marx, teria representado uma "complicação

desnecessária", seriam "descabidos", dado que sua ênfase no caráter homogeneizador do capital não substitui o debate geográfico (Lencioni, 1999).

De qualquer forma, é amplamente disseminada a compreensão de que os próprios Marx e Engels identificavam um papel emancipatório na generalização das relações capitalistas e no desenvolvimento das forças produtivas nos mais distintos pontos do globo[4]. Isso é especialmente claro em seu panfleto mais famoso, o *Manifesto do Partido Comunista*, onde apontam como "A burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário. [...]. Afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês (Marx e Engels, [1848]/1988, p. 68). É evidente que, por mais que sua defesa da necessidade de superação do capitalismo seja indubitável, a mesma não dilui uma posição teórico-política que aceitava a capacidade de disseminar espacialmente as condições de exploração e revolução da vida material como um aspecto central, e por vezes positivo, de sua dinâmica imanente.

Chama a atenção que o peso dessas assertivas reverberou amplamente, enraizando-se no pensamento e na política de alguns dos mais destacados expoentes da tradição que se seguiu: o marxismo. Isso abre um debate da mais elevada importância pois, por um lado, existem aqueles que apontam certas leituras enviesadas de Marx que, contaminados por um contexto "positivista" e "evolucionista" enfatizaram sobretudo o caráter homogeneizante do capital e as singularidades espaciais como meros vestígios em processo de eliminação, como demonstra, por exemplo, Milton Santos ao apresentar o caso do "pai do marxismo russo"[5], Plekhanov, como "um bom exemplo de geógrafo determinista" (Santos, [1978]/2002, p. 49)[6]. O autor é criticado também por León Trótsky e outros revolucionários bolcheviques pelo mesmo motivo (Trótsky, 1977). É o que argumenta, também, o sociólogo Francisco de Oliveira, que preocupado com a questão regional sob o capitalismo afirma que

> O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhe as formas históricas

[4] Ainda que Neil Smith (1984) argumente que Engels teria uma posição pior e menos ambígua que a de Marx.
[5] Assim chamado, por exemplo, por León Trótsky, (1977).
[6] Ainda que Milton Santos, ele próprio, em algumas passagens, demonstre compartilhar dessa posição, ao dizer, por exemplo, que "Estes [países e regiões subdesenvolvidos], não são mais do que o resultado da ausência de resposta às condições do mundo moderno ou de uma inadaptação local às influências dos progressos econômicos e sociais" (p. 40)

> concretas, sobretudo em relação à periferia. Quando tentou, obteve alguns dos grandes resultados de caráter mais geral, como a 'via prussiana' e a 'revolução passiva'. Mas por muito tempo um 'evolucionismo' marxista esteve em larga voga, o que resultou numa raquítica teoria sobre a periferia capitalista, dentro das etapas de Stalin, do comunismo primitivo pré-classes ao comunismo pós classes. No caso latino-americano esse 'etapismo' levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada 'reformista' e aliada do imperialismo norte-americano (Oliveira, 2003, p. 126).

Ou seja, apesar de possíveis "desvios" no interior da própria produção teórica radical marxista, elas conviveram com sinalizações etapistas bastante explícitas nos próprios textos de Marx e Engels.

Neil Smith é outro geógrafo que também demonstra essa contradição ao argumentar que, para Marx, "O chamado mundo em contração não é meramente um efeito do progresso generalizado da modernização, mas necessidade específica do modo de produção baseado na relação entre trabalho e capital" (Smith, 1984, p. 127)[7]. Inclusive, Smith fundamenta essa assertiva levando em consideração a definição de imperialismo apresentada por Rosa Luxemburgo, líder e teórica espartaquista alemã, segundo a qual "é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital" (Luxemburgo, [1913]/1985, p. 305). Trata-se de autora fundamental para a crítica dessa política que, de diferentes maneiras, segue vital para continuidade contemporânea do capital, na medida em que permite "consumir sociedades não capitalistas" (Smith, 1984, p. 129)[8]. Ao mesmo tempo, trata-se de comprovação inequívoca da falibilidade do sistema, na medida em que revela seus limites externos e explicita como "o desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes" (Luxemburgo, [1913]/1985, p. 305). Em outros termos, a expansão espacial do capital, alimentada por uma necessidade interna, produz a desorganização de outras formas de organização da vida social e o aplainamento das diferenciações sociais, que existiriam meramente como instâncias residuais em vias de eliminação, aproximando cada vez

[7] "The so-called shrinking world is not merely an effect of generalized progress of modernization but the specific necessity of the mode of production based on the relation between labor and capital" (tradução nossa).
[8] "simply the process of eating non-capitalist societies and by definition was the final phase of capitalism. When the absolute geographical expansion of capital came to an end, so too necessarily did capitalism" (tradução nossa).

mais do limite absoluto da sua possibilidade de reprodução: o risco de um mundo indiferenciado, homogêneo, e portanto inviável do ponto de vista da acumulação.

Se há nos textos de Marx um claro papel revolucionário da ampliação da esfera de relações burguesas, na esfera mais imediatamente política, tal concepção eventualmente veio a inspirar posições que logo foram denominadas de "etapismo" ou seja, assentadas sobre a ideia de que a superação global do capitalismo seria possível apenas mediante a conclusão da modernização por seus próprios fundamentos, como a generalização universal do trabalho assalariado e da exploração burguesa, ensejando o proletariado como classe numericamente superior em todo o globo. No entanto, pode-se argumentar que seu pensamento também dialoga com posições contraditórias. Como demonstra Lowy

> [Em Marx,] de forma contraditória - às vezes literalmente lado a lado com concepções etapistas -, aparece a ideia de revolução permanente: ou seja, o conceito de um processo revolucionário ininterrupto que permita ao proletariado subverter o capitalismo e manter o poder estatal, mesmo em países periféricos, atrasados ou semifeudais da Europa (Lowy, 2015, p. 21).

Ao "etapismo", flagrantemente contaminado pelo paradigma evolucionista, opõe-se portanto, o permanentismo: concepção que admite a coexistência de diferenciações socioeconômicas e geográficas como internas ao próprio processo de reprodução ampliada do capitalismo e que o acompanham em seu desenvolvimento histórico, tornando premente não só a compreensão dos países "atrasados" sob a luz dos "avançados" como a construção imediata de uma "revolução permanente" internacional, em que ambos os polos sejam mobilizados (Lowy, 2015). Essa tensão, longe de ser apenas um embate retórico, reflete um aspecto fundamental da crítica marxista ao modo de produção capitalista, que historicamente penou em conciliar o entendimento das forças, de homogeneização e diferenciação espacial, engendradas pelo próprio capital. Como argumentam Smith (1984) e Lowy (2015), as diferentes interpretações tenderam a enfatizar um polo em detrimento do outro, alinhando-se mais ou menos a cada uma das posições descritas acima. No entanto, mais importante do que posicionar os diversos autores em um esquema espectral que permita sua classificação, é o reconhecimento de que esse fenômeno real e contraditório passou longe de se resolver completamente na teoria, tendo se arrastado contraditoriamente pela história desse campo, como se vê na leitura de Smith em torno do pensamento de Vladimir Lênin.

> Assim como Marx e Luxemburgo, Lênin equipara a geografia do imperialismo à sobrevivência do capitalismo, mas precisamente porque vê as raízes da diferenciação geográfica no próprio capital, ele não equipara imediatamente o progresso do capital à eliminação de tais diferenças (Smith, 1984, p. 130)[9].

É possível vislumbrar esse tema, ainda que de maneira preliminar, nos textos do próprio dirigente bolchevique, ao identificar nos monopólios burgueses a expressão mais avançada do capitalismo no final do século XIX e as raízes do imperialismo e da formação e repartição das colônias, afirmando que

> As condições estritamente econômicas não são as únicas a influenciar o desenvolvimento das possessões coloniais; também jogam o seu papel condições geográficas e outras. Por mais vigoroso que tenha sido, durante as últimas décadas, o nivelamento do mundo e das condições econômicas e de vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, do comércio e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, considerável (Lênin, [1917]/2012, p. 114).

Chama igualmente a atenção sua leitura do papel específico desempenhado pelos grandes capitalistas, unidos em torno do capital financeiro, na compreensão do quadro desigual da geografia mundial. Lênin afirma que por ocasião da expansão da lógica dos monopólios,

> quando um único centro dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores [...], então se torna evidente que nos encontramos diante de uma socialização da produção, e não diante de um simples "entrelaçamento" (Lênin, [1917]/2012, p. 170).

A força da ênfase na dimensão homogeneizadora do movimento de expansão capitalista - em uma tradução literal do termo adotado por Neil Smith[10] - se provou resiliente e por vezes dominante no pensamento marxista, em especial até meados do século XX. Assim, é possível identificá-lo, ainda que de maneira diversa, perpassando figuras tão díspares, como Joseph Stalin, em sua formulação etapista do "socialismo em um só país"[11], no qual a modernização burguesa necessariamente antecede a "maturidade" da revolução socialista, e

[9] "Like Marx and Luxemburg, then, Lenin equates the geography of imperialism with the survival of capitalism, but precisely because he sees the roots of geographical differentiation in capital itself, he does not immediately equate the progress of capital with the elimination of such differences" (tradução nossa).
[10] O autor emprega, com frequência, o termo "equalization" (Smith, 1984). Aqui, optamos pelo termo "homogeneização", qie compreendemos ser mais coerente com o vocabulário geográfico em língua portuguesa.
[11] Aqui compreendida sob a lente de Michel Lowy, que a considera uma elaboração inequivocamente original de Stalin, através da qual a defesa da necessidade da revolução burguesa o mundo subdesenvolvido "para justificar a subordinação da luta de classes mundial às exigências da 'construção do socialismo' na URSS" (Lowy, 2015, p. 95).

Herbert Marcuse, em linha com certa crítica frankfurtiana do "homem unidimensional", habitante de um espaço aplainado pelo desenvolvimento industrial da sociedade na modernidade burguesa[12]. Apesar de os exemplos não serem escassos, não se pode dizer que, através das lentes de inúmeros teóricos, não só tenha sido possível vislumbrar limites a essa perspectiva como também formular saídas mais complexas para o impasse.

Nesse sentido, Leon Trotsky se destaca como um dos pioneiros na formulação de explicações para o desenvolvimento capitalista como uma totalidade, capaz de apreender a dimensão diferenciadora do capital. Contrapondo-se às teses stalinistas, e tendo como objetivo armar teoricamente o processo de construção de uma revolução historicamente em curso, elabora sua *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*, que observa como o desenvolvimento do capitalismo se materializa em um movimento contraditório que enseja novas assimetrias espaciais. Há de se reconhecer que Trotsky expressa nessa teoria suas preocupações políticas e programáticas com os destinos da Revolução Russa de 1917, tendo sido formulada de maneira a embasar sua própria *Política da Revolução Permanente*. Todavia, ao afirmar que "o prognóstico do fato que a Rússia, historicamente atrasada, poderia conhecer uma revolução proletária mais cedo do que a Inglaterra avançada, funde-se inteiramente na lei do desenvolvimento desigual" (Trótsky, 1977, p. 165), introduz no marxismo um entendimento novo, de que o suposto "atraso" de certas regiões do globo é intrínseco ao modo de produção baseado no capital, e não signo de sua ausência, ao que complementa Michel Lowy, afirmando que, "Portanto, o amálgama de condições socioeconômicas atrasadas e avançadas torna-se a fundação estrutural da fusão ou combinação de tarefas democráticas com socialistas em um processo de revolução permanente" (Lowy, 2015, p. 114). No entanto, Trótsky parte de um entendimento distante daquele que se observou em boa parte do marxismo ao afirmar que

> com o surgimento do capitalismo como sistema mundial, a história mundial se torna uma totalidade concreta (e contraditória) e as condições do desenvolvimento socioeconômico passam por uma mudança qualitativa. [...]

[12] "Obviamente, quando cidades e rodovias e Parques Nacionais substituem vilas, vales e florestas; quando embarcações a motor correm nos lagos e aviões cortam os céus - então essas áreas perdem o seu caráter como uma realidade qualitativamente diferente, como áreas de contradição" (Marcuse, [1964]/1982, p. 77).

> As sociedades atrasadas são permitidas, ou antes, impelidas, a adotar algumas características avançadas, saltando etapas intermediárias (Lowy, 2015, p. 113).

Por mais que a Teoria do Desenvolvimento Desigual "trotskiana" tenha oferecido um caminho para se compreender, ainda que parcialmente e de maneira bastante preliminar, a complexidade das relações espaciais no capitalismo, apreendendo a dialética da homogeneização diferenciação, a aproximação entre os geógrafos e as teses marxistas ainda se revelava um duplo dilema. Por um lado, "a perspectiva marxista trouxe, de imediato, um problema teórico-metodológico de que a Geografia Regional não poderia se esquivar do fato de a região não se constituir uma categoria de análise marxista" (Lencioni, 1999, p. 168). Portanto, o distanciamento temático e a falta de preocupação com os objetos entre os dois domínios do saber, se provaram complexos. Por outro, a ênfase concedida por marxistas e até mesmo pelos próprios pais do materialismo dialético às dinâmicas de homogeneização, conduzidas pelo capital em seu desenvolvimento, resultou em forte marginalização de posições afeitas à Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado[13].

Tal imbróglio vai emergir, por exemplo, na tentativa pioneira de renovação da disciplina sob intervenção da Geografia Ativa no século XX, elaborada por autores como Pierre George, Bernard Kayser e Yves Lacoste, que buscaram politizar o trabalho dos geógrafos adotando teses marxistas. Analisando esse momento da história do pensamento geográfico e da categoria de região, Lencioni afirma que

> a região foi discutida pela perspectiva do desenvolvimento desigual e se colocou como objeto de intervenção da ação do homem. Os trabalhos desses autores expuseram claramente o quanto havia se destruído a base regional do território francês ante o desenvolvimento capitalista (Lencioni, 1999, p. 141).

Buscando demonstrar as inovações e os limites desse movimento, vale a pena mencionar a obra de Yves Lacoste que, especialmente em seu livro *A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra (1978), sintetiza bem os principais dilemas enfrentados. Em seu sexto capítulo, intitulado A colocação de um poderoso conceito-obstáculo: a região-personagem*, ressaltamos sua defesa célebre da dimensão político-estatal, tanto da obra de Vidal de La

[13] "Trotsky foi o primeiro, e por muitos anos o único marxista a questionar este dogma sacrossanto" (Lowy, 2015, p. 47).

Blache[14], em particular, quanto da Geografia, em geral, apontando seu escamoteamento histórico sob um véu de pretensa neutralidade científica e do levantamento desinteressado dos fatos. Denuncia assim o caráter legitimador das relações de poder e opressão de classe contidas nas premissas epistemológicas da disciplina, defendendo que "o processo científico está ligado a uma história e deve ser encarado, de um lado, nas suas relações com as ideologias, de outro, como prática ou como poder" (Lacoste, 1978, p. 23). Dessa forma, aponta a região de acepção vidaliana como um elemento central para a consolidação do papel ideológico dessa corrente, uma vez que sua demarcação espacial é obtida mediante uma valorização exagerada dos fenômenos aparentemente "permanentes", negligenciando as transformações fundamentais impostas pela industrialização e a urbanização. Assim, Lacoste defende a assimilação do caráter "diferencial" da espacialidade dos sujeitos, submetida inclusive ao processo de divisão social histórica do trabalho e ampliação da esfera da circulação.

> De fato, o desenvolvimento das trocas, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que para cada um o espaço (ou espaços) limitado do qual ele pode ter conhecimento concreto não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais (Lacoste, 1978, p. 43).

No entanto, por mais que se trate de um louvável ensejo crítico, fortuito em demonstrar a importância da Geografia, através do argumento da existência de uma "Geografia dos Estados maiores", ele ilustra em igual medida algumas das debilidades desse movimento renovador. Ainda que não seja de nosso interesse uma discriminação mais pormenorizada dessa questão, é possível notar uma restrição bastante significativa do escopo da crítica, preservando-a de ir às últimas consequências e conservando parte do aparato conceitual da Geografia Clássica. Evidentemente, há uma imensa contribuição para o apontamento de certas contradições, situando o objeto da Geografia fortuitamente no domínio da história e na arena da luta de classes, combatendo as tentativas de escamotear esse fato pelos "geografismos"[15] em sua defesa de que "[...] seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política" (Lacoste, 1978, p. 63). No entanto, na medida em que as diferentes áreas representam apenas formas particulares de combinação dos fenômenos

[14] Presente sobretudo na negligência intelectual para com a obra *La France de L'Est* (1917).

[15] [...] metáforas que transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos" (Lacoste, 1978, p. 63)

"naturais" e "sociais", relativamente perenes e harmônicos, tal como as eram para os "fundadores" da disciplina, deixa de reconhecer os mecanismos que, aliados ao desenvolvimento econômico e a sucessão técnica, ensejam permanentemente novas assimetrias e diferenciações, inserindo o espaço em uma posição adequada na totalidade do modo de produção capitalista. Dessa maneira, optam por uma dimensão "naturalizante" da região, que é, ao mesmo tempo, positivista. Dessa forma, há aqui acordo com Antonio Moraes quando ele afirma que "A Geografia de denúncia não realizou por inteiro a crítica da Geografia Tradicional, apesar de politizar o discurso geográfico" (Moraes, 2007, p. 125).

O Papel da Geografia Crítica

Dessa forma, um avanço extremamente significativo em torno da aproximação crítica entre o marxismo e a Geografia será conduzido, justamente, pelo movimento que se convencionou chamar Geografia Crítica, que reuniu geógrafos e geógrafas em torno da renovação ampla da disciplina, produzindo sínteses novas, ainda que no interior de uma diversidade grande, ainda que partindo frequentemente de um reconhecimento da dimensão social, historicamente determinada pelo modo de produção capitalista na produção de novas diferenciações espaciais. Como sintetiza Roberto Corrêa, "Tratava-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais" (Correa, 2000, p. 11). Para isso, os representantes da Geografia Crítica recorreram, com frequência, às teses da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, uma vez que "A lei do desenvolvimento desigual e combinado se traduz, assim, no processo de regionalização que diferencia não só países entre si como, em cada um deles, suas partes componentes, originando regiões desigualmente desenvolvidas mas articuladas" (Correa, 2000, p. 27).

Para além do já mencionado projeto intelectual de David Harvey, cujas elaborações centrais já apresentamos, e que representaram uma inflexão fulcral, a descrição dos mecanismos pelos quais o capital passa a produzir progressivamente suas diferenciações espaciais se verifica, em grande detalhe, no trabalho de seu discípulo, Neil Smith, que admite a forte influência da teoria do desenvolvimento desigual em seu livro *Desenvolvimento Desigual*

(1984). O autor parte do fato de que a moderna compreensão da própria "natureza" deve ser determinada historicamente, sendo a sua acepção moderna o resultado de um duplo movimento de cristalização "interior" e "exterior". Assim, simultaneamente, "A natureza interna dos seres humanos compreendia suas paixões grosseiras, enquanto a natureza externa era o ambiente social e físico em que os seres humanos viviam." (Smith, 1984, p. 12)[16]. Trata-se de um movimento que, longe de isolado, soma-se à crítica das premissas meramente naturalizantes das teorias precedentes. Histórica, a natureza é também social, produto da atividade humana, em franco diálogo como um aspecto central da teoria marxiana: a contradição entre a "primeira" e a "segunda natureza", reunidas no processo de produção[17] onde a humanidade regula seu metabolismo com o mundo material. Há aí, no entanto, um salto qualitativo. Com a emergência histórica da moderna produção de mercadorias, da correspondente generalização das trocas comerciais e da redução da materialidade do mundo à categoria de "valores de uso", o processo de produzir a natureza torna-se cada vez mais animado por abstrações oriundas da segunda natureza: o valor, como tempo de trabalho socialmente necessário, e sua expressão quantitativa, o valor de troca[18]. Assim, um "mesmo pedaço de matéria existe simultaneamente em ambas as naturezas; como mercadoria física sujeita às leis da gravidade e da física, ela existe na primeira natureza, mas como valor de troca sujeito às leis do mercado, ela viaja na segunda natureza." (Smith, 1984, p. 79)[19]. Essa é a raiz marxiana que estabelece a contradição entre as forças de homogeneização e diferenciação. Segundo ele, "Ao longo de sua obra, Marx trata a natureza como uma unidade diferenciada, mas em diferentes períodos a ênfase na unidade e na diferenciação varia" (Smith, 1984, p. 50)[20].

[16] The internal nature of human beings comprised their crude passions while external nature was the social and physical environment in which human beings lived" (tradução nossa).
[17] A "Produção do espaço" consiste em um conceito cuja autoria é amplamente reconhecida no sociólogo francês Henri Lefebvre, de quem Neil Smith toma de empréstimo reconhecendo seu débito intelectual.
[18] É de nossa opinião que Neil Smith, ao não defini-los na obra mencionada, emprega de maneira frequentemente ambígua e indiferenciada os conceitos de valor de troca e valor, distanciando-se da conceituação bastante precisa de Marx.
[19] "The same piece of matter exists simultaneously in both natures; as physical commodity subject to the laws of gravity and physics it exists in the first nature, but as exchange-value subject to the laws of the market, it travels in the second nature" (tradução nossa).
[20] "Throughout his work, Marx treats nature as a differentiated unity, but at different periods the emphasis upon unity and differentiation varies" (tradução nossa).

A natureza, produzida abstratamente no capitalismo e animada pelo que Smith compreende como o valor de troca em sua ampliação quantitativa, se desenvolve sob auspícios contraditórios. Por um lado, através da crescente proletarização e flexibilização da circulação monetária - ainda que ambas se deem sob diferentes formas históricas em diferentes contextos sociais e geográficos - produzem uma generalização da taxa de lucro - indicador da acumulação capitalista -, guiando a expansão e a mobilidade do capital. Por outro, a completa integração econômica do planeta, que nunca se realiza plenamente, exige a constante diferenciação social e territorial do trabalho, bem como a fixação espacialmente determinada de capitais em pontos e áreas particulares. Eis o mecanismo que, segundo o autor, subjaz ao desenvolvimento desigual. "Assim como a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma marxista do valor, a diferenciação dos espaços absolutos como escalas particulares de atividade social é uma necessidade interna do capital" (Smith, 1984, p. 181)[21]. Assim, emerge em conjunto com a natureza, o espaço como uma categoria própria, não circunscrita pela experiência cotidiana do indivíduo e da comunidade. "O desenvolvimento do conceito de espaço, separado de espaços e lugares particulares, coincidiu com um marco maior na história humana: as origens da filosofia, do pensamento conceitual que não é mais o efluxo direto da atividade prática imediata." (Smith, 1984, p. 97)[22]. Trata-se de uma abordagem importante e uma contribuição incontornável para a redefinição dos elementos centrais que constituem a Geografia, rompendo com o positivismo naturalizante da escola Clássica e apresentando um diálogo aberto - ainda que não "ortodoxo" ou "dogmático" - sobre o papel do espaço em Marx, que não apenas é produzido como se realiza contraditoriamente - integrando pela dialética a diferenciação em escala planetária.

> Os últimos cem anos de desenvolvimento capitalista envolveram a produção de espaço em um nível sem precedentes. Mas isso foi alcançado não por meio da expansão absoluta em um determinado espaço, mas pela diferenciação interna

[21] "Just as spatial integration is a necessity of the universalization of abstract labor, in the marxist form of value, so the differentiation of absolute spaces as particular scales of social activity is an inner necessity for capital" (tradução nossa).
[22] "The development of the concept of space, separate from particular spaces and places, coincided with a larger milestone in human history—the origins of philosophy, of conceptual thought which is no longer the direct efflux of immediate practical activity" (tradução nossa).

> do espaço global, ou seja, pela produção de espaços absolutos diferenciados dentro do contexto mais amplo do espaço relativo (Smith, 1984, p. 120)[23].

Neste ponto, há de se aprofundar um aspecto indispensável para a compreensão do pensamento geográfico construído pela Geografia Crítica, que é o papel desempenhado pela divisão espacial do trabalho. Há, evidentemente, uma ampla e elaborada bibliografia marxista que compreende a complexificação da divisão social das atividades como um dos maiores trunfos do modo de produção capitalista, aumentando simultaneamente a dominação e a produtividade do trabalho e ensejando o caminho para o futuro comunista. É o que demonstra Marx na análise contida no capítulo XII do primeiro volume de *O Capital*, intitulado *Divisão do Trabalho e Manufatura*, onde ele afirma que "Na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, condicionam-se reciprocamente a anarquia da divisão social do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho" (Marx, [1890]/1989, p. 408). No entanto, seria um equívoco, além de contrassenso, presumir que se trata de um fenômeno meramente político ou econômico, desprovido de existência concreta e espacial. É o que demonstra a geógrafa Doreen Massey, que ao investigar as transformações nos padrões de divisão espacial do trabalho no Reino Unido em meio ao ascenso e posterior declínio do modelo fordista, argumenta que

> A divisão disciplinar acadêmica do trabalho entre 'substância' e 'espaço' prejudicou ambos. A 'substância das leis' da economia e da sociologia tem sido espacialmente cega, enquanto a geografia tem sido periodicamente lançada em paroxismos de dúvida sobre se tinha um objeto real de estudo e, em caso afirmativo, qual era (Massey, 1984, p. 51) [24].

Dessa forma, fornece imensa contribuição ao pensamento geográfico crítico ao fornecer instrumentos para se pensar as relações historicamente determinadas pelo capitalismo que produzem a diferenciação espacial intimamente ligada à divisão espacial das atividades econômicas. Como ela própria diz

---

[23] "The last hundred years of capitalist development have involved the production of space at an unprecedented level. But it has been accomplished not through absolute expansion in a given space but through the internal differentiation of global space, that is through the production of differentiated absolute spaces within the larger context of relative space" (tradução nossa).

[24] "The academic disciplinary division of labour between 'substance' and 'space' has done harm to both. The 'substance of laws' of economics and sociology have been spatially blind, while geography has been periodically thrown into paroxysms of self-doubt about whether it had a real object of study, and if so, what it was" (tradução nossa).

> Tanto o que é chamado de 'relações inter-regionais' como as diferenças geográficas no tipo de emprego são, em grande parte, a expressão espacial das relações de produção e das divisões do trabalho dentro da sociedade (Massey, 1984, p. 39)[25].

Ainda que fundamentais, a renovação do pensamento geográfico, através da Geografia Crítica, não permaneceu circunscrito a círculos de afinidade intelectuais europeus ou norte-americanos. Em verdade, recebe contribuições incontornáveis por parte de intelectuais da periferia do sistema e tem no Brasil, país continental e subdesenvolvido, particularmente sensível ao tema regional, um aporte essencial. Nesse sentido, um primeiro nome da Geografia brasileira que poderíamos recuperar e que possui contribuições essenciais é o de Antônio Moraes, que ao discutir a espacialidade básica do capitalismo, já apontava uma contradição imanente entre, por um lado, a expansividade da lógica capitalista, "submetendo todos os lugares à sua lógica, destruindo ou incorporando (sempre modificando) os gêneros de vida que preexistem à sua entrada numa dada localidade" (Moraes, 2017, p. 34) e a introdução do capital propriamente dito, que "como uma relação social realizada através de objetos, é em sua essência seletivo, isto é, elege lugares para sua aplicação e concentração" (Moraes, 2017, p. 34). Dessa forma, estabelece um caminho fortemente influenciado pela teoria do desenvolvimento desigual para se pensar o espaço no modo de produção capitalista. Para isso, ressalta

> A formação da economia-mundo capitalista (usando Wallerstein) objetiva-se como uma hierarquização de lugares, que expressa em variadas escalas uma divisão espacial do trabalho, com áreas especializadas e com funções definidas dentro do sistema de fluxos. Num processo dinâmico onde as renovações do centro implicam em reavaliações e revalorizações dos espaços periféricos, gerando uma dialética entre o avanço das fronteiras territorial e das fronteiras de inovações tecnológicas (Moraes, 2017, p. 35).

No entanto, gostaríamos de destacar aqui sobretudo as elaborações de Milton Santos. Versando sobre a passagem do século XX para o XXI, em seu livro *A Natureza do Espaço* ([1996]/2014), onde retoma questões já amplamente discutidas em seus escritos anteriores, como em *Economia Espacial* ([1979]/2003) e *Pensando o Espaço do Homem* ([1982]/2012), parte da recuperação do espaço como o objeto próprio da disciplina geográfica, definindo-o em seu sentido ontológico como "um conjunto indissociável, solidário e também

[25] "Both what are called 'interregional relations' and geographical differences in type of employment are in large part the spatial expression of the relations of production and the divisions of labour within society" (tradução nossa).

contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (Santos, [1996]/2014, p. 63). Trata-se, segundo o autor, do Ser em ato, sua existência concreta. Entre esses sistemas situam-se as técnicas, que sempre acompanhadas das normas correspondentes, consistem nas formas "híbridas" indicativas da maneira como se dão as ações no espaço. Essa categoria, no entanto, deve ser compreendida como uma totalidade histórica, que corresponde ao próprio movimento das sociedades na transformação do seu modo de produção da vida[26], mediante sucessivas e interdependentes formas de divisão social e territorial do trabalho. Assim, se encontra em contradição permanente pois "toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se" (Santos, [1996]/2014, p. 119). Nesse processo de totalização, "Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada" (Santos, 1977, p. 87). Assim recupera de imediato a tensão das forças de diferenciação e equalização, advogando por uma metodologia que aborde a sociedade e o espaço em sua concretude espacial diferenciada, como parte da lógica própria de existência das relações capitalistas globais.

É a partir desse raciocínio que se pode compreender como, em um contexto de ampliação do capital em escala mundial, Santos resgata do léxico marxista a categoria de "formação econômica e social", ressaltando sua expressão espacial na fórmula da "formação socioespacial"[27], onde

> Modo de produção, formação social, espaço - essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social (Santos, 1977, p. 86).

Assim, diferente da Geografia Clássica, que considerava o território e sua diferenciação o produto de relações mais ou menos estáveis, fortemente naturalizadas, desdobra

[26] Em linha com a formulação marxiana presente n'A Ideologia Alemã, segundo a qual: "Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção e a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história" (MARX e ENGELS, [1932]/2007, p. 42).

[27] Incluindo, aí, sua dimensão natural, compreendida no interior do quadro da "segunda natureza", uma vez que "A localização num dado sítio e num dado momento das frações da totalidade social depende tanto das necessidades concretas de realizações da formação social quanto das características próprias do sítio" (Santos, 1994, p. 89).

conceitualmente o papel das determinações abstratas e históricas que resultam na sua produção. Ao mesmo tempo, afasta-se de leituras ligadas ao pensamento neoliberal que, na virada do, passaram a pregar o apagamento da dimensão espacial na teoria social, em nome da suposta tendência inexorável de equalização. Em seu texto *O Retorno do Território* afirma

> Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social (Santos, 1994, p. 255).

Além da região, o próprio território emerge como uma categoria central para a Geografia, tornando-se sinônimo de espaço geográfico e contemplando a dimensão de seu uso efetivo, pois "O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico" (Santos e Silveira, [2001]/2020, p. 20). O debate regional é então inserido incontornavelmente no domínio da história, tendo a forma com que se organizam as sociedades para produzi-las uma posição central para o debate geográfico. Resta, no entanto, melhor precisar de que maneira isso se processa no atual período, de maneira a possibilitar um encontro com a análise do objeto concretamente enunciado pela presente investigação.

A Grande Corporação como Objeto de Estudo Privilegiado

Após a recapitulação da aproximação entre a Geografia e o marxismo sob o prisma da diferenciação espacial, gostaríamos de salientar um ponto central que vem desempenhando um papel importante nas últimas décadas: o estudo das grandes corporações transnacionais como um objeto de estudo privilegiado desse diálogo. Não se trata, evidentemente, da revelação de um aspecto obscuro, nem tampouco de uma inovação epistemológica radical. Trata-se, sim, de um campo de estudo marcado por diversos programas de pesquisa[28] explicitamente comprometidos com a crítica, com a disciplina geográfica e com o materialismo histórico e dialético. No entanto, dado o volume de dados mobilizados naturalmente para o tratamento do objeto, a multiplicidade de abordagens e procedimentos metodológicos possíveis, acredita-

[28] Como demonstra o estudo de Arroyo, Laize e Venceslau (2023), a respeito dos programas de Geografia Econômica dos diferentes cursos superiores de Geografia no Brasil. Disponível em <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/208360>. Acesso em 22/11/2025.

se aqui ser da mais elevada relevância que não se tome de barato seu significado para o trabalho diário de inúmeros pesquisadores.

Fato é que, para muitos dos expoentes da Geografia de inspiração marxista, já está consolidado o entendimento de que, no atual período da história do modo de produção capitalista, marcado pela globalização, "A grande corporação passou a constituir, após a Segunda Guerra Mundial, o mais importante agente da reorganização espacial capitalista" (Correa, 1991, p. 137). Dessa forma, o estudo do espaço hoje inevitavelmente está condenado a colidir, a todo momento, com a presença e a ação dos grandes atores, que "são as empresas globais, que não têm preocupações éticas ou finalísticas" (Santos, [2000]/2018, p. 670). Ainda que não caiba aqui uma recuperação detalhada de todas as suas características qualitativamente distintas das apresentadas pelos atores hegemônicos do passado, ou que permitem conservar sua hegemonia no presente, vale ressaltar sua estreita associação com as novas técnicas que constituem o período e o meio técnico-científico e informacional, tal como descrito por Milton Santos, que mediante a circulação e o comando dos fluxos de ciência, dinheiro e informação, passam a comandar o conjuntos dos processos sociais. No entanto,

> Trata-se, não obstante de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utilizá-la, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos da velocidade (Santos, [2000]/2018, p. 83).

Como mencionamos anteriormente, tal preocupação já se manifesta na obra de Massey, que vê no estudo da divisão territorial do trabalho e na organização espacial das grandes firmas um mecanismo essencial para a apreensão das novas dinâmicas do capitalismo. Como demonstra a autora, trata-se de uma atuação corporativa altamente seletiva: ao mesmo tempo em que possui enorme capacidade de se beneficiar de um mundo geograficamente diferenciado (física e socialmente) é também responsável pela produção de novas configurações e hierarquias complexas e qualitativamente novas. Assim, vê-se claramente que o estudo da diferenciação espacial perpassa, necessariamente, a ação de seus principais atores. É o que argumenta ao dizer que

> É, de fato, hora de as particularidades regionais e locais serem reintegradas como foco central do pensamento geográfico. Não se trata de defender um retorno aos 'bons e tradicionais estudos regionais', mas de sugerir que o mesmo tema pode agora ser abordado dentro de uma estrutura analítica rigorosa, com alguma compreensão da relação entre o geral e o particular, e com uma apreciação de como cada área local se insere no esquema mais amplo da produção capitalista e das relações sociais. Há uma base para uma nova geografia regional (Massey, 1984, p. 120)[29].

Em certo sentido, é o que defende também Milton Santos ao refletir sobre a pertinência da categoria de região nos estertores do século XX, em que a própria noção de soberania se esgarça frente ao tensionamento das relações entre o território, a formação socioespacial e o mundo, subvertido pelas firmas globais, que se manifesta na ideia da "transnacionalização do território" (Santos, 1988)

> Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (Santos, [2000]/2018, p. 85).

A região, assim, submetida aos novos desígnios do capital, muda de conteúdo, mas não perde sua atualidade, que em verdade se vê redobrada.

> o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome (Santos, [1996]/2014, p. 246).

Por fim, se até agora o estudo da corporação capitalista se revela de maneira bastante consolidada como um ponto situado na franja entre a Geografia e o marxismo, para além dos autores já esmiuçados acima, talvez um dos esforços científicos mais importantes nesse sentido,

[29] "It is indeed time that regional and local particularities were reinstated as a central focus of geographical thinking. This is not to argue for a return to 'good old-fashioned regional studies' but to suggest that the same subject matter can now be approached within a rigorous analytical framework, with some understanding of the relation between the general and the particular, and with an appreciation of how each local area fits into the wider scheme of capitalist production and social relations. There is a basis for a new regional geography" (tradução nossa).

e que revela nosso argumento de maneira mais cristalina, seja o desempenhado por Roberto Corrêa, em seu texto Corporação e Espaço - uma nota (1991), analisando o caso concreto do grupo Souza Cruz, buscou estabelecer os elementos que definem as grandes corporações transnacionais, chegando a 5 características principais: sua ampla escala de operações, caráter multifuncional, funcionamento corporativo segmentado, múltiplas localizações e grande poder de pressão econômica e política. Dessa forma, "A grande corporação, em razão das características acima apontadas, contribui decisivamente para a manutenção, o desfazer e o recriar das desigualdades espaciais" (Corrêa, 1991, p. 139). Ainda, argumenta que as razões que explicam a emergência desse tipo de organização se encontram em uma análise que considere o movimento interno do capital, em especial, a necessidade de ampliação do quadro topológico, na forma de múltiplas localizações, contornando assim tanto as demandas dos trabalhadores organizados em algumas regiões como, simultaneamente, a pressão da concorrência inter-capitalista, manifesta na queda tendencial da taxa de lucro, encontrando sua solução circunstancial na internacionalização. Em síntese, "A grande corporação e a nova divisão internacional do trabalho derivam de um processo interno ao capitalismo. Resulta, de um lado, do conflito entre capital e trabalho e, de outro, da competição entre diferentes capitalistas" (Corrêa, 2010, p. 214).

As consequências, para Corrêa, da introdução desse novo padrão organizacional, se manifestam em dois conjuntos de fenômenos diretamente interconectados. Por um lado, a complexificação geográfica desses entes demanda, e dialeticamente promove, a intensificação dos fluxos mobilizados para o seu funcionamento, sejam eles ordens, força de trabalho, insumos, matérias-primas, fontes de energia e serviços dos mais variados tipos e níveis. Dessa forma, retoma a discussão das redes geográficas, entendendo-as como "O conjunto das localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos" (Corrêa, 2012, p. 200). Apesar de defender sua validade no estudo das sociedades humanas em geral, argumenta que haveriam arranjos reticulares específicos à sociedade capitalista e particulares ao período globalizado, marcado pelas grandes firmas que, no exercício de suas funções específicas, terminam por cindir o território em sua "dupla integração" havendo a coexistência necessária e tensa entre a integração territorial da produção e da gestão, onde

> A dupla integração territorial acaba constituindo elemento fundamental da gestão do território. De fato, a integração administrativa implica decisões e ordens que se traduzem em fluxos de capital, matérias-primas, produtos intermediários, força de trabalho e produtos finais (Corrêa, 2010, p. 226).

Por outro, essa dinâmica resulta em uma alteração profunda da forma com que se organiza o território mediante a complexificação da divisão social e territorial do trabalho intra e inter-firma, aumentando as localidades envolvidas nos diferentes processos produtivos e a especialização de suas funções, que eventualmente serão coordenadas sob uma mesma lógica corporativa. Segundo ele,

> Há, assim, uma divisão territorial do trabalho específica a uma dada corporação. Esta divisão, por sua vez, está inserida, em maior ou menor grau, na divisão territorial do trabalho de um dado país e global. [...] Traduz-se, no plano espacial, na gestão do território, entendida como o conjunto de práticas econômicas e políticas visando ao controle da organização espacial, aí incluindo-se a gênese e a dinâmica da mesma. Visam estas práticas a garantir a reprodução ampliada do capital personificado na corporação; contudo, participam elas do processo de reprodução geral da sociedade (Corrêa, 1991, p. 139).

Dessa forma, temos o que aqui se considera como um dos mais emblemáticos exemplos de que o estudo das grandes firmas transnacionais, no período atual, não só se encontra inserido em uma longa tradição de esforços de aproximação entre grandes e robustos campos do saber: o marxismo e a Geografia. Trata-se de algo que deve ser levado em consideração não apenas no tratamento específico desse objeto, mas como um exemplo da potencialidade desse diálogo.

Referências

ARROYO, Mónica; LIMA, Fernanda Laize Silva de; VENCESLAU, Igor. **Geografia Econômica e desenvolvimento: diferentes abordagens nos programas de cursos de graduação no Brasil**. In. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, p. e-208360, 2023. Acesso em: 22 nov. 2025.

BERDOULAY, Vincent. **A Escola Francesa de Geografia: Uma abordagem contextual**. – 1. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

CORREA, Roberto Lobato. **Corporação e Espaço - uma nota**. In. Revista Brasileira de Geografia. - Rio de Janeiro, 53 (1), 1991.

CORREA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. - 7.ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. - 4ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Regional e Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **Os Sentidos do Mundo: textos essenciais**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, [1982]/2013.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Ed. Cosmos, [1922]/1954.

LACOSTE, Yves. **A Geografia: Isso Serve, Em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LENIN, Vladmir I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo (ensaio popular)**. - 1a. ed. - São Paulo: Expressão popular, [1917]/2012.

LOWY. Michel. **A Política do Desenvolvimento Desigual e Combinado: A Teoria da Revolução Permanente**. 1. ed. - São Paulo: Sundermann, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, [1913]/1985.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional**. - 6a ed. - Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., [1964]/1982.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política**. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/UFRJ, [1939]/2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1 - O processo de produção do capital**. Volume 1. - 13. ed., - Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., [1890]/1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1a ed. -Petrópolis: Vozes, [1848]/1988.

MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour**. 1ª ed. – Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Londres: Macmillan Education LTD, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A Gênese da Geografia Moderna**. 1.ed - São Paulo: Hucitec : Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia, História e História da Geografia**. In: Terra Brasilis n.2 - Geografia e Pensamento Social Brasileiro, 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena história crítica** – 21a ed. – São Paulo: Annablume, [1994]/2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert. ISOLAMENTO, CAPITALISMO E PARTICIPAÇÃO. **Boletim Paulista de Geografia**, *[S. l.]*, n. 78, p. 33–44, 2017. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/828. Acesso em: 21 nov. 2025.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. - 1. ed. 3. reimpr. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 8 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1996]/2014.

SANTOS, Milton. **O Retorno do Território. Território: Globalização e Fragmentação**. - 4. ed., - São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. EDUSP, São Paulo, [1978]/2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. - 28a ed. - Rio de Janeiro: Record, [2000]/2018.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método**. In Boletim Paulista de Geografia, no 54, junho de 1977.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. - 20a ed. - Rio de Janeiro: Record, [2001]/2020.

SMITH, Neil. **Uneven Development: Nature, capital and the production of space**. 3ª ed. - Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1984.

TROTSKY, León. **A Revolução Permanente**. - 1a ed. - Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

Como citar este artigo:

REIS, André Anuatti. A diferenciação espacial no diálogo entre a Geografia e o Marxismo: a grande corporação como objeto privilegiado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 663–695, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/rn315d24

Recebido em 29 de novembro de 2025

Aceito em 26 de maio de 2026

Sobre o(a) autor(a): Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo e professor de Geografia ensino básico. Cursa atualmente o mestrado em Geografia Humana pela mesma universidade, sob orientação da Prof.ª. Dr.ª. Mónica Arroyo.

Financiamento: As reflexões apresentadas neste artigo têm sua origem na redação da qualificação do curso de mestrado, que foi realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no biênio 2024/2025, ao qual somos gratos.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

O cinema entre a Geografia e a Estética da Fome: tradutibilidade e internacionalismo na obra de Josué de Castro

Renata Rogowski Pozzo

Universidade do Estado de Santa Catarina *(Udesc)*
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
renata.pozzo@udesc.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

O cinema entre a Geografia e a Estética da Fome: tradutibilidade e internacionalismo na obra de Josué de Castro

Resumo

Entre as décadas de 1950 e 1960, uma rede internacional de figuras ligadas aos partidos comunistas nacionais, portanto, à filosofia da práxis, traduziu a problemática da fome através de diversas atividades intelectuais e práticas (ciência, literatura, artes). Sistematizador científico desta grande questão humanitária mediante os livros Geografia da Fome e Geopolítica da Fome, o geógrafo brasileiro Josué de Castro estabeleceu interlocução com os mestres do Neorrealismo italiano Cesare Zavattini e Roberto Rossellini para que seu escrito se tornasse um filme – projeto, este, que objetivamente não se realizou. Acreditamos, no entanto, que o empreendimento cinematográfico de Josué de Castro se realizou de forma mais ampla, sendo que a grande tradução cultural da Geografia da Fome deu-se através do Cinema Novo Brasileiro. Nosso argumento é que existe uma ligação entre a Geografia da Fome de Josué de Castro e a Estética da Fome de Glauber Rocha e, percorrendo esta ligação, encontramos a participação do Neorrealismo de Zavattini e Rossellini. No artigo, estas ligações e relações são investigadas a partir da comunicação epistolar entre estes sujeitos, com apoio do conceito de tradutibilidade do marxista Antônio Gramsci.

Palavras-chave: Geografia da Fome; Josué de Castro; Neorrealismo; Cinema Novo; tradutibilidade.

Cinema between Geography and the Aesthetics of Hunger: translatability and internationalism in the work of Josué de Castro

Abstract

Between the 1950s and 1960s, an international network of figures linked to national communist parties, and therefore to the philosophy of praxis, translated the problem of hunger through various intellectual and practical activities (science, literature, arts). A scientific systematizer of this major humanitarian issue through his books Geography of Hunger and Geopolitics of Hunger, the Brazilian geographer Josué de Castro established a dialogue with the masters of Italian Neorealism, Cesare Zavattini and Roberto Rossellini, so that his writing could become a film – a project that, objectively, did not come to fruition. We believe, therefore, that Castro's cinematic endeavor was realized in a broader sense, with the great cultural translation of Geography of Hunger occurring through Brazilian Cinema Novo. Our argument is that there is a link between Josué de Castro's Geography of Hunger and Glauber Rocha's Aesthetics of Hunger, and that by tracing this link, we find the participation of Zavattini and Rossellini's Neorealism. In the article, these connections and relationships are investigated through the epistolary communication between these individuals, drawing on the concept of translatability developed by the Marxist Antonio Gramsci.

Keywords: Geography of Hunger; Josué de Castro; Neorealism; Cinema Novo; translatability.

Introdução

Momento especial de nossa história, o período entre o pós II Guerra Mundial e a Crise do Petróleo da década de 1970, portanto, as décadas de 1950 e 1960, representou um expressivo avanço na construção de uma modernidade de base socialista em escala mundial, dando continuidade a um processo que remonta às Revoluções Russa e Chinesa. Nos países capitalistas centrais houve o desenvolvimento de Estados de Bem-Estar Social, com políticas que absorveram ideais socialistas, mesmo que de forma subordinada. Já nas periferias, vivemos revoluções socialistas e a ascensão de governos progressistas em países africanos, árabes e latino-americanos. Evento emblemático do período foi a Revolução Cubana de 1959. Considerando as relações entre essas formações nacionais e, ao mesmo tempo, entre estrutura e superestrutura, este momento é frutífero aos estudos em torno do conceito de tradutibilidade de Antônio Gramsci, que escreveu em seu Caderno 11 (1999, p. 185):

> A tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural "fundamentalmente" idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, do predomínio de uma atividade intelectual ou prática, etc. [...] É possível dizer, ao que parece, que só na filosofia da práxis a "tradução" é orgânica e profunda, enquanto de outros pontos de vista trata-se freqüentemente de um mero jogo de esquematismos genéricos.

Rocco Lacorte (2000, p. 63) posiciona a tradutibilidade como "a extensão da hegemonia política ao nível ´cultural´", ou, citando a famosa ideia de Gramsci, como a "elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens". De fato, conectando ideologicamente vários contextos nacionais, intelectuais e artistas formaram uma verdadeira rede de interlocução, que se manifestou através de contatos, correspondências e, evidentemente, obras. Não por acaso, manifestações artísticas importantes como o Neorrealismo, atualmente, vêm sendo abordadas a partir do ponto de vista transnacional[1].

Conforme analisa Camilla Sclocco (2023, p. 228):

> Esta visão do processo histórico como tendência ao cosmopolitismo e da construção política do sujeito como realizando-se em nível internacional segundo os modos de tradução nacional leva Gramsci a delinear uma forma original de progresso cultural. Atividade de tradução mútua

[1] Ver: Giovacchini, Saverio; Sklar, Robert. Global Neorealism: The Transnational History of a Film Style. University Press of Mississippi. 2013.

> entre diferentes povos e diferentes culturas nacionais que participam de uma mesma visão política, o progresso cultural é entendido como o trabalho de colaboração de todos os povos.

Assim, mesmo considerando que a construção do pensamento social é hierárquica e não é indiferente às relações desiguais entre centro e periferia, como discute e denuncia na contemporaneidade o pensamento decolonial, é tarefa política, dialeticamente, reconhecer como as periferias participaram da construção da história e do pensamento mundial, na esteira do que propõe Susan Buck-Morss no ensaio "Hegel e o Haiti"[2]. Trata-se de pensar o "universalismo no sentido democrático" e, para tanto, segundo Terry Eagleton (2005), Gramsci propõe o termo internacionalismo: "O universalismo pertence à alta cultura, o cosmopolistismo à cultura do capitalismo global, enquanto o internacionalismo é uma forma de resistência política àquele mundo" (Eagleton, 2005, p. 114).

Este é o pano de fundo da investigação que propormos neste ensaio, acerca do internacionalismo do pensamento de Josué de Castro (Figura 01), geógrafo brasileiro que elevou a problemática da fome a uma das grandes questões humanitárias do século XX e, especificamente, acerca da tradução desta problemática para as artes cinematográficas.

No documentário de Silvio Tendler intitulado "Josué de Castro - Cidadão do Mundo", de 1994, Darcy Ribeiro relata:

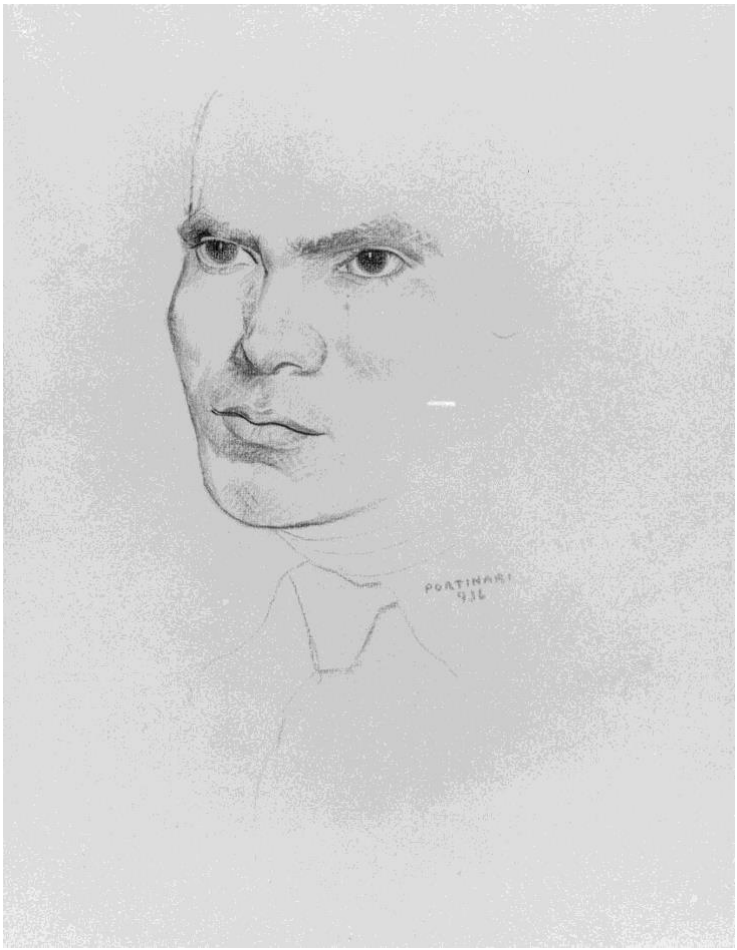
> Na década de 1950, 1960, a importância dele era tão grande que havia umas cinco personalidades importantes da humanidade, que tinham que estar reunidas quando a ONU fizesse alguma coisa, quando acontecesse alguma coisa que importasse ao gênero humano. Entre essas pessoas, três eram indispensáveis, John Boyd Orr, Bertrand Russel e Josué de Castro.

De fato, ao final da década de 1950, Josué de Castro já havia conquistado o reconhecimento internacional por ter sido presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e da ASCOFAM (Associação Mundial de Luta Contra a Fome), diretor do Instituto de Nutrologia da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), membro do Conselho Mundial pela Paz, docente universitário e Deputado Federal (Cassarini, 2017). Nascido na cidade de Recife, capital do estado nordestino de Pernambuco, e filho de retirantes da grande seca de 1877 (Davis; Ferretti, 2021), teve seu livro Geografia da Fome

[2] Ver: Buck-Morss, Susan. Hegel e o Haiti. São Paulo: N-1, 2017.

publicado no Brasil em 1948 - seguido de Geopolítica da Fome, de 1951 - e editado em diversos países, agregando prefácios e apresentações de personalidades importantes. Recebeu, ainda, três indicações para o Prêmio Nobel.

Figura 01: *Retrato de Josué de Castro* (Desenho em carvão sobre papel), por Cândido Portinari, 1936.



Fonte: PROJETO PORTINARI. *Retrato de Josué de Castro*. Disponível em: <https://www.portinari.org.br/acervo/obras/19217/retrato-de-josue-de-castro>. Acesso em: 13 out. 2025.

Obra relevante para a constituição da geografia brasileira foi "Geografia Humana", publicado na década de 1940. Aliás, Milton Santos conta como o contato com este livro despertou seu interesse pela Geografia, além de relatar que a bibliografia de Josué de Castro foi uma grande influência para o início de sua produção intelectual no campo, já que sua formação original foi em Direito.

> No ginásio [...] o professor Osvaldo Imbassahy me pôs em contato com um livro extremamente importante, mas pouco divulgado porque a Geografia tem uma velha tradição que é a de sabotar os trabalhos importantes escritos na área. [...]. Então, o Josué de Castro que escreveu esse livro importante era sabotado pela Geografia brasileira. Este livro discutia as principais teses filosóficas da Geografia e me foi posto diante dos olhos quando eu estava no 2º ou no 3º ano do ginásio - tratava das teorias como o possibilismo, o determinismo que eram ensinadas nos primeiros anos no ginásio. Então, esse livro me marcou". (Santos, 1989, p. 120).

A este episódio de sabotagem intelectual soma-se, agora, a denúncia do esquecimento. Assim como Darcy Ribeiro afirma que "Ninguém tem ideia hoje da importância de Josué" (Tendler, 1994), Archie Davies e Francisco Ferreti (2021, p. 1) colocam que "Famoso em vida pelo sucesso internacional dos seus livros e pela brilhante carreira política e diplomática, Castro foi posteriormente esquecido por muitos geógrafos, com notáveis exceções como Milton Santos e Manuel Correia de Andrade".

O presente escrito se propõe, então, a resgatar um dos muitos legados de Josué, aquele que, de fato, é mais difundido entre os estudiosos de cinema do que da geografia, e que trata das propostas de tradução cinematográfica da obra deste geógrafo que era, também, um cinéfilo[3].

Especialmente a partir da obra "Miraggio di un film. Carteggio De Castro-Rossellini-Zavattini", publicado por Maria Carla Cassarini em 2017, identificamos a existência de uma rede de figuras ligadas aos partidos comunistas nacionais, portanto, e, sobretudo, à filosofia da práxis, que traduziram a problemática da fome através de diversas atividades intelectuais e práticas (ciência, literatura, artes). Sistematizador científico desta grande questão humanitária mediante os livros Geografia da Fome e Geopolítica da Fome, o geógrafo brasileiro Josué de Castro estabeleceu interlocução com os mestres do Neorrealismo italiano Cesare Zavattini e Roberto Rossellini para que seu escrito se tornasse um filme, projeto que objetivamente não se realizou. Acreditamos, no entanto, que o empreendimento cinematográfico de Josué se realizou de forma mais ampla, sendo que a grande tradução cultural da Geografia da Fome deu-se através do Cinema Novo Brasileiro. Nosso argumento é que existe uma ligação entre a Geografia da Fome de Josué de Castro e a Estética da Fome de Glauber Rocha e que,

[3] Enquanto estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nos finais dos anos 1920, Josué mantem uma coluna chamada "Cartazes" em dois jornais pernambucanos, e funda o cineclube "Chaplin-club" (Lira, 2018).

percorrendo esta ligação, encontramos a participação do Neorrealismo de Zavattini e Rossellini. Neste artigo, estas ligações e relações serão investigadas com apoio do conceito de tradutibilidade de Antônio Gramsci, designando as relações dos saberes entre si e com as práticas. Em seu caderno 11, Gramsci (1999, p. 209) afirma que a filosofia, a política e a economia:

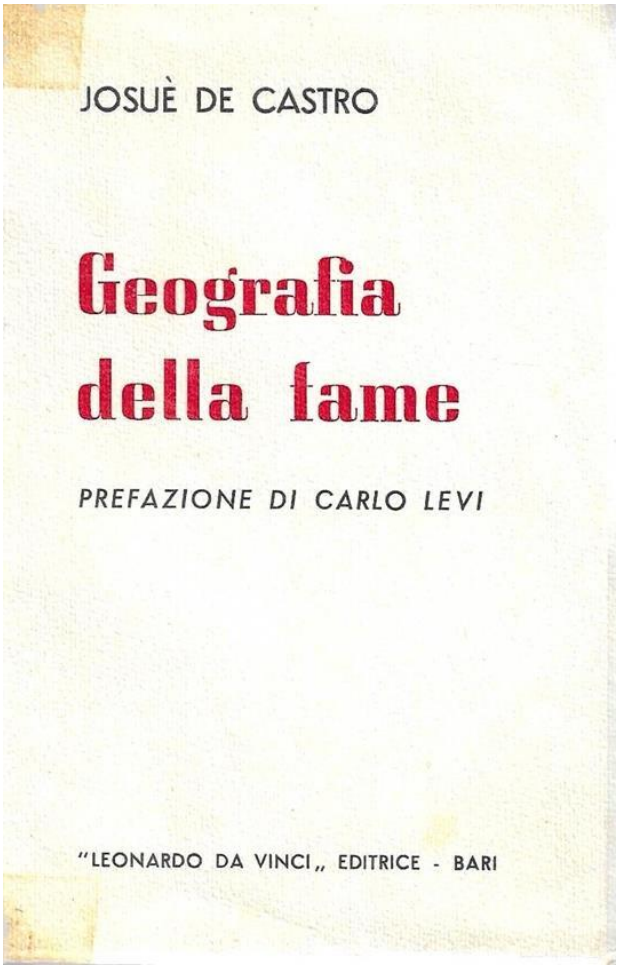
> [...] são os elementos constitutivos de uma mesma concepção do mundo, deve existir necessariamente, em seus princípios teóricos, convertibilidade de uma na outra, tradução recíproca na linguagem específica própria de cada elemento constitutivo: um está implícito no outro e todos, em conjunto, formam um círculo homogêneo.

Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, o artigo foi desenvolvido em quatro partes - Castro e Zavattini; Castro e Rossellini; Cultura: tradutibilidade e internacionalismo; Castro e Glauber – onde investigamos a interlocução entre essas figuras buscando a influência da Geografia da Fome no cinema desses autores, em termos de forma e conteúdo.

Castro e Zavattini

Josué de Castro se aproxima dos círculos intelectuais e culturais italianos e conquista prestígio especialmente quando se torna presidente do conselho executivo da FAO, sediada em Roma, a partir de 1951 (Lira, 2016). Na década de 1950 passa a integrar o grupo que contribui para a revista anti-fascista Il Ponte. É neste momento, em 1954, que sua obra Geografia da Fome recebe uma tradução para o italiano, "Geografia della fame" (Figura 2), e sai em uma edição da Leonardo da Vinci, de Bari, com prefácio de Carlo Levi, tradução de Donato Rasca e revisão técnica de Giuseppina Savalli. Levi foi um pintor, escritor e importante crítico do regime fascista de Benito Mussolini. Em função de seu ativismo político, esteve exilado no sul da Itália, e, ao findar a guerra, a partir de suas vivências com os camponeses daquela região, torna-se um dos impulsionadores do debate nacional sobre o atraso do mezzoogiorno (Lira, 2016). Foram publicadas notas sobre a edição nas revistas Rinascita, do Partido Comunista Italiano (PCI), e Il Contemporaneo, esta última colocando De Castro, como era conhecido no país, enquanto "um dos mais ilustres sociólogos contemporâneos" (Lira, 2016, p. 80).

Figura 02: *Capa da edição italiana de Geografia da Fome, de 1954.*



Fonte: LIBRERIA IBS. Disponível em: <https://www.ibs.it/geografia-della-fame-libri-vintage-vari/e/2570072083037>. Acesso em: 21 out. 2025.

Vivendo em Roma e inserindo-se nesse círculo de debates intelectuais foi que Josué de Castro conheceu Cesare Zavattini, roteirista do Neorrealismo italiano, com obras memoráveis como Sciuscià (1946), Ladri di biciclette (1948), Umberto D. (1951) e Miracolo a Milano (1952), dirigidas por Vittorio De Sica (Lira, 2016) - todos certamente conhecidos por Josué, que manteve um interesse constante pelas artes, mais especificamente o cinema, desde a sua juventude. Em 1955, Castro e Zavattini foram premiados pelo Conselho Mundial da Paz, em Helsinki (Cassarini, 2017), mas o encontro efetivo entre ambos se constrói já no contexto da ASCOFAM, criada em 1957, que dará a base institucional para a adequação do projeto mútuo de realizar um filme sobre o tema da fome no pós-guerra (Lira, 2016). Cassarini (2017) narra que foi em um jantar, no bairro romano de Trastevere, que Zavattini ficou fascinado com a ideia de realizar um grande filme sobre os resultados da pesquisa de Castro acerca das

consequências da subnutrição no mundo. Naquele ano de 1957, Zavattini havia circulado pelo México e também pela Cuba pré-revolucionária, onde foi convidado a colaborar com a organização do novo cinema cubano (Cassarini, 2017).

Iniciou-se, então, a discussão sobre o nome adequado para dirigir o projeto fílmico, e, num primeiro momento, o diretor elencado é Charlie Chaplin. Tal ideia foi objeto de debate de uma reunião realizada em Genebra com a diretoria da ASCOFAM, uma visita de Castro a Chaplin em sua residência, na Suíça, bem como telefonemas e correspondências entre ambos. Entretanto, ao retomar sua residência no Brasil, em dezembro de 1957, Castro escreve a Zavattini para informar que considera que Chaplin:

> [...] não está inclinado a realizar no momento este projeto, por vários motivos tanto de ordem pessoal como por compromissos já estabelecidos em face de outros planos de trabalho. De minha parte, cheguei à conclusão de que no momento atual da carreira cinematográfica de Chaplin, não o julgo em disponibilidade mental e capacidade de criação para realizar a obra que desejávamos tivesse o mundo conhecimento para revelar em sua realidade tangente o drama da fome universal"
>
> (CASTRO, Josué. [carta] 14 dez. 1957. Rio de Janeiro. [para] ZAVATTINI, Cesare. Roma. 2f. apud Lira, 2016, p. 84).

Na mesma carta, Castro, não obstante repasse a responsabilidade do projeto para Zavattini, também lhe oferece uma imagem do que poderia construir a narrativa da obra:

> O filme, embora sem caráter de um documentário e sim sob a forma de história, deve exprimir o drama universal da geografia da fome. [...] depois de tentar visualizar a sua realização, com uma só história que fosse simbólica e demonstrativa do que seja o fenômeno da fome no mundo inteiro, julgo que a tarefa se torna desta forma extremamente difícil e que seria talvez mais prático realizar o filme com 4 ou 5 histórias de fome, vividas em diferentes regiões do mundo, unindo essas histórias através de um truque especial que dê a compreender ao espectador mediano o sentido universal da tragédia e a sua unidade de expressão através de toda a terra. Assim, por exemplo, uma história do sul da Itália ou da Espanha, para a Europa, uma história da África, uma história da Índia, ou da China, e uma história da América Latina, poderiam exprimir de forma demonstrativa a tese que deve servir de rumo ao filme, sem, contudo, transparecer no seu contexto.
>
> (CASTRO, Josué. [carta] 14 dez. 1957. Rio de Janeiro. [para] ZAVATTINI, Cesare. Roma. 2f. *apud* Lira, 2016, p. 88).

A resposta de Zavattini chega logo no início de 1958, através de carta remetida em 3 de janeiro, argumentando sobre sua predileção pelo formato do documentário, da qual segue-se uma correspondência que evidencia as conexões entre a geografia, a fome e a estética e, é claro, o cinema como meio de ação política. Embora Castro e Zavattini pareçam concordar em

relação ao conteúdo do projeto, nota-se que a forma é intensamente debatida através de uma série de correspondências entre 1957 e 1958. Em 1958, Zavattini descreveu em entrevista seu projeto:

> Eu tinha tentado um filme neorrealista em que acreditava muito, era justamente aquele filme sobre a Geografia da Fome de De Castro que eu queria fazer, e gostaria de fazer novamente, junto com dez jovens diretores italianos. Então me pareceu que era um empreendimento que tinha dentro de si todas as características do neorrealismo: tanto do lado organizacional, essa forma já coletiva também materialmente, quanto pelo seu processo de formação, como deveríamos trabalhar para criar um estilo moral entre nós, e entre pessoas tão diferentes (primeiro a identificação do tema, depois a análise do tema, depois a forma de expressá-lo, sim, cada um com sua capacidade de penetração diante da realidade, mas sempre com uma premissa alcançada através do trabalho em equipe); tanto pela personagem do filme que identifica um grande tema; tanto porque tivemos que dar a volta ao mundo, para encontrar nesta enorme geografia os pontos estáveis de uma realidade que deveríamos ter sido capazes de mostrar para que nos abalasse, fazendo-nos compreender de forma sumária a realidade do mundo de hoje. Então foi lindo como tema geral, como temas particulares, foi lindo como organização; e por dentro o documentário poderia adquirir, através da força humana do conhecimento, momentos até criativos, não apenas momentos de registro, pedindo assim ao jovem que ali passou não apenas qualidades jornalísticas, mas também qualidades complexas de um homem, cuja eficácia já se tornou arte; na minha opinião, se não virou arte, não importa. Teria sido uma fase de todo um percurso rumo a determinados temas: talvez rumo a "novos contos de fadas". (*apud* Cassarini, 2017, p. 23-24 - tradução nossa).

Essa descrição de Zavattini revela a ideia de tradutibilidade de Gramsci colocada em prática, já que seu método de *film inchiesta* - filme de investigação - pressupõe a relação ciência-arte. Para Gramsci, ciência e arte são componentes da cultura, e seus agentes culturais são também intelectuais que se conectam no interior do partido (Bianchi, 2020).

A abordagem de um mesmo assunto a partir de diferentes pontos de vista, sob supervisão de Zavattini, e cuja edição do material final deveria ser realizada pela mesma pessoa, atribuiria organicidade ao projeto. Segundo Cassarini (2017), trata-se de um modelo cujos primeiros traços já são percebidos em L'amore in città (1953) e Siamo donne (1953), mas que essencialmente irá se realizar anos mais tarde em Le italiane e l'amore (1961) e I Misteri di Roma (1963).

Na carta enviada por Zavattini a Castro em 3 de janeiro de 1958, em que argumenta sobre a forma documental, ele expressa que: "Uma vez conhecida a geografia da fome sob todos os pontos de vista, será uma questão de estabelecer os grandes setores dentro dos quais cada um dos dez documentaristas terá que trabalhar" (*apud* Cassarini, 2017, p. 29 - tradução nossa). Esta carta foi remetida a Josué através de Giovanni Passeri que, como Zavattini, era amigo de

Jorge Amado, correspondente do jornal "Paratodos", que Amado dirigiu entre 1956 e 1958, e tradutor de "Gabriela Cravo e Canela" para o italiano. Na época, Passeri viajava com frequência ao Brasil para pesquisar sobre a imigração italiana no país. Seu livro "Il pane dei Carcamano" foi publicado em 1958 com prefácio de Amado e introdução de Josué (Cassarini, 2017).

Na mesma carta, Zavattini ressalta ainda o caráter moral do filme, que se revelaria um dos grandes interesses da produção do autor:

> O filme, seja como for feito, deve tender, na minha opinião, a estas duas coisas que são o mesmo propósito do seu livro: [primeiro,] mostrar o que está lá, segundo, através destes testes, restituir à consciência de cada um a capacidade reagir e, portanto, estudar os meios para corrigir e eliminar gradualmente esse fenômeno obscuro" (*apud* Cassarini, 2017, p. 28 - tradução nossa).

Castro responde a correspondência de Zavattini em 24 de janeiro de 1958. Inicialmente, defende a forma narrativa, ficcional, ao invés da documental, e aspira realizar um filme com 4 ou 5 histórias filmadas em diferentes partes do mundo "para dar ao problema um sentido de universalidade e tocar diferentes sensibilidades em diferentes latitudes" (*apud* Cassarini, 2017, p. 33 – tradução nossa). Depois, por questão de tempo e recursos, aceita a sugestão de realizar inicialmente um documentário, deixando a proposta ficcional para o futuro. Mesmo assim, insiste que se a narrativa não estiver inserida em uma trama, pelo menos deve estar em "uma ideologia, com a intenção de explicar de certa forma toda a densidade e extensão do drama da fome" (*apud* Cassarini, 2017, p. 34 – tradução nossa).

Esta correspondência inicial expressa como a realização de um filme por Cesare Zavattini a partir da Geografia da Fome de Josué de Castro prometia ser não apenas "uma grande provocação global, mas também [...] um trabalho de renovação da própria linguagem cinematográfica" (Cassarini, 2017, p. 186 – tradução nossa). Para além de eventuais discordâncias estéticas, as muitas burocracias, pouca disponibilidade financeira e a instabilidade política do momento, em especial no Brasil, não permitiram sua materialização absoluta.

Entretanto, em relação aos resultados estéticos, podemos ressaltar sua contribuição para o amadurecimento do gênero de filme de investigação, que se tornou um dos mais característicos e populares da televisão italiana até os anos 1970, e de grande importância na

programação da RAI (Radiotelevisione Italiana), herdeira do Neorrealismo e, em especial, dos "ideais éticos e estéticos de Cesare Zavattini" (Cassarini, 2017, p. 135 – tradução nossa).

Além disso, mesmo não podendo realizar tal empreendimento cinematográfico, Zavattini "reabsorveu os seus conteúdos e métodos em novas propostas dirigidas aos jovens, aos quais atribuiu a tarefa de construir uma sociedade livre de preconceitos e hesitações [...]" (Cassarini, 2017, p. 190 – tradução nossa). Esses conteúdos e métodos estiveram presentes em outro projeto de Zavattini, "Why", quando convidaria seus "jovens realizadores a investigar as pragas que afligem a sociedade atual e que ele via como carregadas de uma hipocrisia fundamental, escondida por trás dos discursos redundantes sobre a paz e a rejeição da guerra, quando ninguém teria renunciado a 'um único dos seus interesses que são um impedimento ao estabelecimento de uma verdadeira psicologia da paz'." (Cassarini, 2017, p. 191 – tradução nossa). Um "porquê" seria: "Porque milhões de pessoas morrem de fome no mundo?". Ainda de acordo com Cassarini (2017, p. 191 – tradução nossa), Why, assim como seu projeto para a Geografia da Fome, "teria que provocar movimentos de consciência, sugerir comportamentos, questionar individualmente um público internacional e contribuir para a mudança na 'moralidade geral da sociedade atual'.".

Castro e Rossellini

Talvez um dos capítulos mais conhecidos dessa história seja aquele em que entra em cena Roberto Rossellini. Fato mais difundido entre os estudiosos do cinema do que da geografia, foi a interlocução mantida entre Roberto Rossellini e Josué de Castro para a filmagem de um documentário baseado no livro Geografia da Fome. No ano de 1958, aquela que seria a primeira de três visitas do diretor de cinema italiano ao Brasil[4], coroa outro projeto que deveras não se concretizou.

Embora Josué fosse bastante conhecido, Renzo Rossellini, filho do diretor, conta em entrevista que foi aconselhado por Gilberto Freyre a apresentar a obra do geógrafo para seu pai,

[4] Rossellini esteve no Brasil ainda em 1965, para participar do Festival Internacional de Cinema do Rio de Janeiro, e em 1968 como representante da UNESCO em uma mesa redonda sobre pesquisa em cinema e televisão da América Latina, em São Paulo (Fabris, 2018).

na ocasião de uma visita que fez ao Brasil para encontrar familiares imigrantes. Imediatamente Rossellini teria pensado em realizar um filme semelhante ao que estava finalizando sobre a Índia[5]. Rossellini teria então conhecido a tradução italiana de Geografia da Fome, prefaciada por Carlo Levi, autor de "Cristo si fermato a Eboli" (1945), obra fundamental para o Neorrealismo, e que Rossellini tinha intenção de adaptar em filme no início da década de 1950 (Cassarini, 2017).

Adriano Aprà (*apud* Fabris, 2018) também aponta que Rossellini havia provavelmente lido a tradução italiana de Geografia da Fome (embora indique erroneamente o título de Geopolítica da Fome). Entretanto, Fabris (2018) também expõe a hipótese sobre o acesso às traduções francesas das obras, que aconteceram em 1949 (Geographie de la faim) e 1952 (Geopolitique de la faim – prefaciado por Max Sorre), pela Editions Ouvrières de Paris, que lhe teriam sido recomendadas por Sergio Amidei, outro importante roteirista neorrealista (Fabris, 2018).

Rossellini atravessa a interlocução entre Castro e Zavattini na carta de 24 de janeiro de 1958, enviada pelo geógrafo. A correspondência apresenta um poscrito em que Castro conta que, após ter concluído a carta, recebeu de Rossellini o seguinte telegrama: "DESEJANDO ESTUDAR A POSSIBILIDADE DE UMA REDUÇÃO CINEMATOGRÁFICA DE SEU LIVRO *FAME NEL MONDO*, GOSTARIA DE INDICAR SE VOCÊ GOSTARIA DE ME DAR SUA OPINIÃO E COMO PROCEDER. MUITA ATENÇÃO ROBERTO ROSSELLINI HOTEL RAPHAEL PARIS" (*apud* Cassarini, 2017, p. 38 - tradução nossa). No proscrito, Castro questiona, se Zavattini desejaria trabalhar em colaboração com Rossellini.

> P.S. Depois de ter escrito esta sua carta, recebi de Roberto Rossellini [um] telegrama. (...) Como vê, está o mesmo interessado na filmagem do livro. Não sei por que caminhos veio ele a tomar este interesse e não sei também como encara a sua participação nos nossos projetos. Diante disso, antes de responder o telegrama de Rossellini, estou tentando um telefonema para Roma a fim de ouvir à viva voz as suas impressões sobre o assunto. É que não sei quais são as suas relações atuais com o mesmo e se deseja trabalhar em sua cooperação. (...) Responderei ao telegrama de Rossellini dizendo-lhe que a proposta nos interessa e que seguirá carta a respeito. Nesta carta historiarei onde nos encontramos no nosso projeto e que ele poderia tomar contato consigo para discutir detalhes do assunto. Caso lhe seja favorável este plano de colaboração, de

[5] "Índia mãe terra" e "A Índia vista por Rossellini", são filmes de caráter documental feitos para a televisão e lançados em 1959 a partir de viagens realizadas por Rossellini ao país desde 1957.

> minha parte estarei inclinado a discutir com Rossellini a hipótese de confiar-lhe a direção do filme, desde que o script seja seu. Até onde posso ver a distância e sem conhecer os "dessous" do assunto, tenho a impressão de que com Rossellini e Zavattini, poderíamos talvez voltar a pensar imediatamente não mais no documentário, mas no grande filme com história sobre a fome mundial.
>
> (CASTRO, Josué. [carta] 24 jan. 1957. Rio de Janeiro. [para] ZAVATTINI, Cesare. Roma. 4f. *apud* Lira, 2016, p. 95).

Castro, então, além de contrariar o modelo de realização proposto por Zavattini, volta a insistir na desistência do formato documental. Em pronta resposta, Zavattini por fim abre espaço para colaboração de Rossellini com De Castro através de um telegrama enviado em 28 de janeiro de 1958 e depois em extensa carta de 2 de fevereiro de 1958, embora colocando-se à disposição para seguirem com seu projeto inicial.

> ROSSELLINI QUALIFICADO PARA LIDAR COM MAESTRIA COM A FOME GEOGRÁFICA | PARAR | POR FAVOR NÃO IMPONHA MINHA PARTICIPAÇÃO CONSIDERANDO COLABORADORES DE LIVRE ESCOLHA DO DIRETOR | PARE AGRADEÇO GENEROSAS PROVAS DE AMIZADE E ESTIMA CONFIRMANDO MINHA PRONTIDÃO PARA OFERECER MINHAS MODESTAS MAS APAIXONADAS FORÇAS PARA REALIZAR SEU GRANDE TEMA SEGUE CARTA - ZAVATTINI (*apud* Cassarini, 2017, p. 45 – tradução nossa)

De Castro, preferiu não dar uma resposta a Zavattini antes de conhecer as intencionalidades de Rossellini. Entretanto, o tempo ia passando e Rossellini não demonstrava intenções objetivas. Ambos, Zavattini e Rossellini, desconversavam sobre as possibilidades de colaboração. É preciso recordar que estes expoentes do neorrealismo tiveram raras colaborações diretas. Ao se aproximar o mês de maio de 1958, Josué de Castro estabelece uma conversa com o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, que ordena ao Itamaraty fazer um convite oficial a Rossellini vir ao país, sob o argumento de tratar de questões relativas à indústria cinematográfica nacional. Assim, em 9 de maio de 1958 Josué envia uma carta convidando Rossellini para uma visita ao Brasil "a fim de tratar pessoalmente com o cineasta as possibilidades de realizarem a adaptação de seu livro para o cinema" (Lira, 2016, p. 95).

Rossellini chegou ao Brasil em 18 de agosto de 1958, através do aeroporto do Galeão (Rio de Janeiro), e foi recepcionado por Josué de Castro (Cassarini, 2017). Depois de ser recebido oficialmente por Kubitschek e informalmente por Jorge Amado, segue para o Nordeste na companhia de Josué e Di Cavalcanti, que o cineasta desejava conhecer (Cassarini, 2017). Em Recife, onde conheceu Gilberto Freyre, discute a proposta do filme com Josué. De

Recife deslocou-se para o sertão, até Salgueiro. Percorreu algumas localidades do Vale do São Francisco realizando fotografias e filmagens em 16 mm. Passou também dois dias em Salvador, onde encontrou-se com o jovem jornalista Glauber Rocha, e seguiu para São Paulo, para finalmente retornar ao Rio de Janeiro e partir para Roma no dia 6 de setembro. (Cassarini, 2017). Na ocasião da viagem, Rossellini deu a seguinte declaração em entrevista, demonstrando os interesses políticos de seu cinema:

> Desejo realizar filmes em que haja uma revalorização do homem. Uma retomada de consciência. Nestes últimos tempos, o homem foi completamente esquecido, como ser humano. Dirão que tenho um plano utópico, ambicioso mesmo, mas pretendo fazer uma enorme indagação nos meus filmes documentários sobre a condição do homem no mundo moderno. Enquanto a ciência e a técnica alcançaram um desenvolvimento extraordinário[,] o homem foi totalmente abandonado. É preciso criar uma consciência em torno [d]a condição do homem no mundo, sem o limite das fronteiras, é evidente. [...] a magnífica obra de Josué de Castro será o primeiro capítulo de uma pesquisa sobre o gravíssimo problema da fome no mundo. [...]. Pretendo[,] como veem[,] realizar uma documentação sincera, humildíssimo [*sic*], um estudo sério e profundo de diferentes problemas sociais. O meu projeto é alcançar o mundo inteiro. Na América Latina começarei pelo Brasil, por ser a pátria do autor de *Geografia da fome*. Depois farei na África, Europa, Ásia, etc. (Rossellini, em entrevista ao Semanário, Rio de Janeiro, agosto de 1958. (*apud* Fabris, 2018, p. 71)

A mídia e outros setores conservadores teceram grandes críticas ao projeto, colocando que mais interessava ao Brasil ser mostrado no cinema como um país moderno (Fabris, 2023). Na matéria "Rossellini filmará também a grandeza do nordestino: não só a fome", publicada no periódico recifense Jornal do Comércio de 23 de agosto 1958, o diretor declarou "pretendo salientar o heroísmo do nordestino que, enfrentando um ambiente desfavorável, quase hostil, fez uma civilização e um centro de irradiação de cultura" (Lira, 2016, p. 112). Houve, também reflexões do jornalismo cultural e da crítica cinematográfica que observava a vinda de Rossellini como uma oportunidade de renovação do cinema brasileiro (Cassarini, 2017).

Mesmo após esta viagem, o projeto acabou não avançando em termos de uma concretização objetiva, entretanto, continuava a fazer parte das propostas de Rossellini. Já em 1959, ele diria em uma entrevista:

> Tenho um grande projeto para a América do Sul, especialmente para o Brasil e o México. Enviarei grupos de jovens para cada um dos dois países: eles farão um reconhecimento inicial. Eles incluirão um escritor, um fotógrafo, um engenheiro de som e um cineasta como líder de grupo. Eis como vou proceder: faço um índice para cada país e com meus colaboradores estudo os problemas que surgem: alimentação, agricultura, criação, idiomas, habitat, etc. como você pode ver, é o trabalho de um geógrafo e de um etnólogo, que não permanece um mero trabalho científico, mas dá a cada espectador a possibilidade de uma descoberta. A arte não será nada

> além do ponto de chegada desses trabalhos preliminares. Meu trabalho consistirá em fazer um trabalho que seja uma síntese poética para cada país. No fim das contas é neorrealismo, mas não gosto de fórmulas. O que mais importa é o conhecimento dos homens (*apud* Fabris, 2018, p. 71).

Sua proposta, tal como descrita nesta entrevista, traça um método de investigação e, ao mesmo tempo, uma forma de representação que guarda muitos paralelos com as intenções de Zavattini e denotam a tradutibilidade ciência-arte. Tais métodos e formas vieram a ser retomadas em seus trabalhos para a televisão realizados a parti de 1964, como destaca Cassarini (2017, p. 96-97 – tradução nossa):

> [...] um trabalho de grupo, coletivo, confiado em parte a outros, aos seus colaboradores que se tornaram, de certa forma, coautores, sobre os quais ele reservou o controle final, o ajuste final da seleção e apresentação do material coletado. Um trabalho muito diferente, mas complementar ao que ele fez em muitos anos de prática cinematográfica. E é neste contexto de interesses e propostas que pensa num filme baseado na Geografia da Fome de Josué de Castro, que, no entanto não poderá concretizar. [...]

O projeto de Castro e Rossellini, apesar de não se concretizar, deu origem ao roteiro "La straordinaria storia della nostra alimentazione" *(*1964), o qual foi aproveitado em "La lotta dell'uomo per la sua sopravvivenza" série para a televisão filmada por Rossellini entre 1967 e 1969 e levada ao ar no início dos anos 1970 (Fabris, 2018). Fabris (2018) destaca ainda que "La popolazione mondiale" (1974), foi um documentário fruto do projeto enciclopédico de Rossellini, e que possivelmente incluiu sequências filmadas no Brasil durante sua primeira viagem. Caminati (2012 *apud* Cassarini, 2017) também afirma que "A Question of People", série documental que Rossellini realizou em 1974 deriva deste projeto com Castro. Este foi realizado por conta da Unesco, um ano após a morte de Josué, e exibido durante a Conferência Mundial da População, realizada em Bucareste (Cassarini, 2017).

Geografia, cultura e política: tradutibilidade e internacionalismo

As reflexões até aqui, acerca das relações entre a Geografia de Josué de Castro e o Cinema de Zavattini e Rossellini, nos permitem visualizar a tradutibilidade ciência-arte que se estabelece a partir de uma rede de intelectuais envolvidos com esta grande temática mundial: a questão da fome. Estes intelectuais são provenientes de duas realidades, Brasil e Itália, que apresentam seus pontos de encontro e de distanciamento. Partindo da contribuição de

Antonio Gramsci, o ponto de encontro entre Brasil e Itália é a realidade do subdesenvolvimento, que no contexto Brasileiro se expressa em termos geopolíticos (colonialismo e imperialismo) e também regionais (a questão do nordeste) e, no contexto Italiano, se manifesta pela configuração do Mezzogiorno, ou, como trabalhado pelo pensador sardo, pela questão meridional.

Portanto, o que aproxima esses intelectuais é uma "visão de mundo meridional" (Bianchi, 2022, p. 10): "Há um pouco de Mezzogiorno em cada cultura subalterna" (Bianchi, 2022, p. 11). Mas não apenas isso: estes intelectuais têm algo em comum também no campo da política, pois é fato marcante suas afiliações partidárias ao comunismo e/ou suas concepções de mundo alinhadas à filosofia da práxis. Josué de Castro não era, propriamente, um marxista, porém compartilhava uma visão de mundo arraigada na crítica ao capitalismo e alguns de seus principais pilares, como o colonialismo e o imperialismo, e na defesa das reformas de base, em especial a agrária - posições que lhe custaram os direitos políticos, cassados em 1964, e o conduziram ao exílio. Em termos partidários, Josué era filiado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que a partir de 1950 aproxima-se do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Os dois partidos iriam atuar em aliança no governo João Goulart, oriundo do PTB, e integrar o Comando Geral do Trabalhadores (CGT), organização que atuou entre 1962 e 1964 com a proposição de coordenação do movimento sindical brasileiro.

São, portanto, esses conteúdos de ordem histórico-geográfica e política que nos ajudam a compreender as tão intensas trocas cultuais entre italianos e brasileiros nos campos das ciências e dar artes no período em estudo. Aliás, esta é a linha interpretativa, também, das análises sobre a difusão da obra de Antonio Gramsci na América Latina: "Desse ponto de vista, é possível afirmar que no Brasil existem as condições objetivas para a tradução do pensamento gramsciano" (Bianchi, 2022, p. 282).

Neste sentido, é interessante reconhecer como a filosofia da práxis transitou entre Itália e Brasil mediante a interlocução entre cineastas. Ao mesmo tempo, como os cineastas neorrealistas "atuaram como agentes culturais tradutores entre modelos cinematográficos soviéticos, italianos e cubanos em suas formas críticas, institucionais e artísticas" (Salazkina, 2012, p. 110 *apud* Marquezine, 2024, p. 55). Por isso, a análise do Neorrealismo ou dos

Cinemas Novos nacionais solicita abordagens internacionalistas, não se podendo ignorar a dimensão política deste movimento que se consolidou não apenas por intercâmbios estéticos mediante espectoralidades fílmicas, mas por encontros efetivos entre sujeitos. Muitos desses encontros, de fato, tiveram lugar em duas instituições importantes para a época, o Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematrográfica (Icaic, em Havana) e o Centro Sperimentale di Cinematrografia (CSC, em Roma). Tais institutos posicionavam a arte cinematográfica como um novo humanismo e vinculam estética com ética.

Assim como o Instituto Gerasimov de Cinema (IGC, de Moscou) teve um papel fundamental na educação cinematográfica italiana na década de 1930, no início dos anos 1950, o CSC recebeu cineastas argentinos, cubanos e brasileiros, como Alfredo Guevara, Paulo Cesar Saraceni e Gustavo Dahl (Marquezine, 2024). Nessa época, diga-se de passagem, o ambiente intelectual italiano estava fortemente marcado pelas ideias de Gramsci, fruto da publicação dos seus escritos nas chamadas edições temáticas[6] (Marquezine, 2024). Cesare Zavattini era um dos professores do CSC, que, além de dar aulas em Roma, fazia estadias em Havana e participava de produções na ilha. Segundo nos escreve Marquezine (2024, p. 56):

> [...] os latino-americanos na Itália do pós-guerra se depararam com um país que apresentava relevantes similaridades sociais e econômicas com às de suas terras natais. A realidade italiana, especialmente no sul, caracterizada por uma predominância de atividades agrárias e do turismo, além do grande número de trabalhadores que imigravam, era percebida pelos latino-americanos como uma condição de "subdesenvolvimento" comparável à encontrada nos países da América Latina. Essa realidade, habilmente captada pela cinematografia neorrealista, refletia as discussões intensas entre os comunistas italianos sobre a questão nacional fortemente impactada pelos escritos gramscianos sobre o mezzogiorno.

Entretanto, antes de passar à análise da tradutibilidade entre a Geografia e a Estética da Fome, algo a mais precisa ser dito. Ao final das narrativas sobre as relações entre Castro, Zavattini e Rossellini, buscamos destacar o fato de que o objeto fílmico planejado não tenha se concretizado não significou a não realização da ideia. Cassarini (2017) é enfática ao relatar como o diálogo mantido com Castro marcou a forma de fazer cinema dos dois italianos. Em paralelo, temos em mente que, quando Gramsci (1999) ressalta, no Caderno 11, que nenhuma tradução é perfeita, ele nos conduz ao distanciamento da ideia da tradução como simples

[6] Os 33 cadernos que reuniram os escritos carcerários de Gramsci foram publicados entre 1948 e 1951 como "edições temáticas", que reorganizaram os textos segundo temas. Na América Latina, essas edições foram traduzidas e publicadas inicialmente na Argentina.

apropriação. Ou seja, o conceito de tradutibilidade permite avançar para além da ideia de "influência" ou "assimilação" do Neorrealismo pelos Cinemas Novos nacionais, no sentido de uma interpretação sobre a construção internacionalista de uma cultura expressiva da filosofia da práxis, traçada, geograficamente, entre diversas nações e por intelectuais de diferentes setores. Assim, os sujeitos periféricos, tal como Josué de Castro, são reposicionados na história mundial.

Esta lógica histórica, não eventual, que aplicamos para interpretar o projeto cinematográfico da Geografia da Fome, é a mesma que precisa ser operada para compreensão do próprio movimento Neorrealista, que teve breve vida em sua "terra natal" mas esteve presente pelo mundo em cinematografias nacionais europeias, latinoamericanas e africanas (Augusto, 2008). Logicamente, trata-se da mesma compreensão necessária em relação à Revolução de Outubro, na linha do que argumenta Losurdo (2020) no texto "Revolução de outubro e democracia no mundo" afinal, o cinema enquanto elemento da cultura, traduz eventos mundiais do passado e do presente.

Castro e Glauber

> *De Aruanda a Vidas Secas, o Cinema Novo narrou, descreveu, poetizou, discursou, analisou, excitou os temas da fome: personagens comendo terra, personagens comendo raízes, personagens roubando para comer, personagens matando para comer, personagens fugindo para comer, personagens sujas, feias, descarnadas, morando em casas sujas, feias, escuras: foi esta galeria de famintos que identificou o Cinema Novo com o miserabilismo, hoje tão condenado pelo Governo do Estado da Guanabara, pela Comissão de Seleção para Festivais do Itamarati, pela crítica a serviço dos interesses oficiais, pelos produtores e pelo público – este último não suportando as imagens da própria miséria.*
>
> *[...]*
>
> *Os próprios estágios do miserabilismo em nosso cinema são internamente evolutivos. Assim, como observa Gustavo Dahl, vai desde o fenomenológico (Porto das Caixas), ao social (Vidas Secas), ao político (Deus e o Diabo), ao poético (Ganga Zumba), ao demagógico (Cinco Vezes Favela), ao experimental (Sol sobre a Lama), ao documental (Garrincha, Alegria do Povo), à comédia (Os Mendigos), experiências em vários sentidos, frustradas umas, realizadas outras, mas todas compondo, no final de três anos, um quadro histórico que, não por acaso, vai caracterizar o período Jânio-Jango: o período das grandes crises de consciência e de rebeldia, de agitação e revolução que culminou no golpe de abril. (Glauber Rocha, Eztetyka da Fome, 1965)*

No Brasil, narrativas da fome já haviam encontrado expressão através da literatura e do ensaio sobre a região nordeste em autores como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre. Imagens de retirantes também já haviam transportado retratos da fome através da série "Os retirantes", de Portinari. Josué de Castro, ao dedicar a obra Geografia da Fome a escritores e sociólogos brasileiros, indica justamente a formação de uma tradição nacional sobre a temática (Siega, 2010) que envolve a tradutibilidade entre ciência e arte. Glauber Rocha e o Cinema Novo inserem os cineastas nessa tradição, provocando algumas rupturas estéticas que aprofundam ainda mais o sentido de tradutibilidade que discutimos neste artigo. No manifesto "Eztetyka da Fome", de 1965, Glauber escreve que o miserabilismo foi antes escrito pela literatura de '30 e agora estava sendo fotografado pelo cinema de '60, porém, "se antes era escrito como denúncia social, hoje passou a ser discutido como problema político".

Entretanto, apesar da fome significar o Cinema Novo e do título escolhido para o primeiro manifesto de Glauber, não encontramos referência explícita à obra de Josué de Castro na produção glauberiana. Para Paula Siega (2010, p. 173) há uma referência, porém, implícita à obra de Castro na Eztetyka da Fome que "funde o horizonte da estética com o do seu núcleo originário (a geografia), apresentando a hipótese de que uma arte verdadeiramente revolucionária encontrasse nas geografias da fome, no Terceiro Mundo, o seu natural terreno de germinação". A "fome latina", a fome do colonizado, tal como apontado por Glauber em "Revolução do Cinema Novo", (livro de 1981), é o "nervo" da nossa sociedade, é nossa tragédia e nossa originalidade cultural.

É possível que uma das ligações fortes entre o Cinema Novo de Glauber Rocha e a Geografia da Fome de Josué de Castro tenha se estabelecido através do Neorrealismo e, mais precisamente, da figura de Rossellini - a começar pela circunstância em que Glauber e Rossellini se conheceram pessoalmente. Quando Rossellini visitou o país pela primeira vez, em 1958, Glauber tinha 19 anos, e viria a lançar seu primeiro curta, Pátio, um ano depois, em 1959. Atuando como repórter de um jornal local, Glauber entrevista o italiano em Salvador. Rossellini estava acompanhado do pintor Di Cavalcanti, e a narrativa desse encontro ficou registrada no documentário Di, lançado por Glauber de 1977, premiado em Cannes no ano seguinte (quando Rossellini era presidente do júri):

> [...] Roberto, com uma câmera de 16mm saindo pelas ruas da Bahia filmando rapidamente lá, um sarcófago e outros batuques das ruínas portuguesas barrocas da Bahia com uma rapidez impressionante. Nunca vi ninguém filmar tão rápido, **aliás ali eu saquei realmente o negócio de ideia na cabeça e câmera na mão**, quer dizer, o Rossellini realmente fazia com a câmera de 16 o que Di Cavalcanti faria com o pincel. [...]. (Narração de Glauber Rocha em DI, de 1977 – grifo nosso).

A admiração de Glauber por Rossellini ficou registrada em muitos de seus textos, nos quais ressalta a ligação entre estética e ética na obra do diretor. Segundo Fabris (2018, p. 76), já em "Revisão Crítica do cinema brasileiro" (publicado em 1963), Glauber "arrolou Roberto Rossellini entre os cineastas que realizaram um cinema-verdade, por essa capacidade, não de meramente registrar, mas de mergulhar no real em toda sua complexidade e capturá-lo com sua câmera".

Já em "O Século do Cinema" (de 1983), Glauber declara que Rossellini: "Subverte a estética da ilusão pela estética da matéria. Rossellini é o primeiro cineasta a descobrir a câmera como "instrumento de investigação e reflexão". Seu estilo de enquadramento, iluminação e seus tempos de montagem criaram, a partir de *Roma, cidade aberta* (1945), um novo método de fazer cinema" (*apud* Fabris, 2018, p. 77).

Porém, justamente no manifesto "Estetyka da Fome", preparado e lido em Gênova, em 1965, no congresso "Terceiro mundo e comunidade mundial", e que tinha, portanto, como primeiro interlocutor a comunidade cinematográfica italiana, Glauber expressa a recusa do Cinema Novo a uma mera afiliação às escolas europeias (Siega, 2010). "Não temos por isto maiores pontos de contato com o cinema mundial, a não ser com suas origens técnicas e artísticas" (Rocha, 1965).

Como podemos interpretar essa frase, que aparenta uma recusa da tradutibilidade trazida por nosso argumento? Podemos inferir que Glauber compreendia que a fome, para Rossellini, poderia figurar apenas enquanto temática, já para o cinema novo brasileiro, é constituinte em termos de conteúdo e forma, de estética: "A fome latina, por isto, não é somente um sintoma alarmante: é o nervo de sua própria sociedade. Aí reside a trágica originalidade do Cinema Novo diante do cinema mundial: nossa originalidade é nossa fome e nossa maior miséria é que esta fome, sendo sentida, não é compreendida" (Rocha, 1965).

Essa ideia se apresenta, no discurso de Glauber, como uma ruptura e mesmo uma crítica aos que antes escreveram sobre a fome:

> Sabemos nós – que fizemos estes filmes feios e tristes, estes filmes gritados e desesperados onde nem sempre a razão falou mais alto – que a fome não será curada pelos planejamentos de gabinete e que os remendos do tecnicolor não escondem, mais agravam seus tumores. Assim, somente uma cultura da fome, minando suas próprias estruturas, pode superar-se qualitativamente: e a mais nobre manifestação cultural da fome é a violência. [...] Os relatórios oficiais da fome pedem dinheiro aos países colonialistas com o fito de construir escolas sem criar professores, de construir casas sem dar trabalho, de ensinar o ofício sem ensinar o analfabeto. A diplomacia pede, os economistas pedem, a política pede: o Cinema Novo, no campo internacional, nada pediu: impôs-se pela violência de suas imagens em vinte e dois festivais internacionais.
> [...]
> O Cinema Novo é um projeto que se realiza na política da fome, e sofre, por isto mesmo, todas as fraquezas consequentes de sua existência. (Rocha, 1965).

Neste sentido, Glauber rompe com o projeto estético de Castro, pois a fome do colonizado só poderia ser manifesta através de uma cultura própria, a cultura do subdesenvolvimento, a qual estaria atrelada uma estética própria. Assim, Siega (2010, p. 169) visualiza que, na Eztetyka da Fome:

> [...] se o discurso de Josué de Castro não nos estranhava do universo do "outro", inscrevendo-nos no mesmo intervalo geográfico e cultural compartilhado por europeus e norte-americanos, o da "civilização ocidental", o discurso de Glauber Rocha, em vez, radicaliza a distinção entre "cultura latina" e "cultura civilizada", sintetizando de certa forma as posições de Castro e de Fanon: se o primeiro falava a um público ocidental considerando-se como parte deste Ocidente, e se o segundo colocava- se no campo dos excluídos pelo mesmo dirigindo-se a um público de "colonizados", Glauber situa-se, como Fanon, no bloco dos "colonizados" mas dirige o seu discurso, como Josué de Castro, a um público dito "ocidental".

Por conseguinte, Siega (2010, p. 164) argumenta que obras como "Deus e o diabo na terra do sol" substituem "a imagem exótica do nordeste pela ideia do cangaço como fenômeno revolucionário em campo estético e político". Esta é uma das distâncias entre a obra de Josué e de Glauber. Segundo Magalhães (1997 apud Costa, 2021, p. 67) "Josué de Castro não percebia a população enquanto agente capaz de mudar a estrutura econômico-social brasileira justamente devido à fome". Glauber, por sua vez, conforme Kiffer (2011), promove uma:

> [...] reviravolta estética da fome [e] subverte as noções de ideologia e alienação propondo uma verdadeira máquina de guerra onde a fome vai engendrar um circuito de força e potência deixando de ser um sintoma alarmante da sociedade para devir a essência da mesma. Reencontrar a força da fome seria, para essa estética, desfazer os laços de exploração em proveito não de UMA revolução senão que de revoluções permanentes da sociedade. Expulsar a vergonha dos corpos famintos em proveito de corpos insurrectos da fome é o projeto estético-político de Glauber. No entanto a força da fome traz em si a violência. Seria preciso portanto buscar decifrar o sentido dessa violência para o autor.

Portanto, a relação estabelecida com o internacionalismo a partir da Geografia da Fome de Castro e da Estética da Fome de Glauber são distintas. Siega, dentre outros fatos, atribui esta distância aos eventos relativos ao intervalo de tempo que separa os dois escritos (1946 – 1965), no qual houve a intensificação da guerra fria e da autorrepresentação dos EUA e da Europa como ocidente.

> Assim, se a postura crítica adotada pela Geografia da fome não nos estranhava da civilização ocidental, inscrevendo-nos no mesmo intervalo geográfico e cultural compartilhado por europeus e norte-americanos, Uma estética da fome, em vez disso, radicalizava a distinção colocada em prática pelo modelo neocolonialista. Por parte do intelectual brasileiro, agora, não se tratava mais do "homem civilizado" dos trópicos que falava aos seus pares no resto do ocidente, mas do orador que se excluía voluntariamente de um conceito de civilização (a ocidental) ao qual podia agregar-se somente em condição de inferioridade. (Siega, 2010, p. 96)

Entretanto, é interessante reconhecer como a temática da fome, mesmo quando filmada por lentes europeias, no processo incompleto de sua tradução para a obra de Rossellini, e mesmo para Zavattini, provocou inflexões em termos formais. Adriano Aprà, um dos grandes estudiosos da obra de Rossellini, aponta que o projeto de filmar a Geografia da Fome representaria o segundo passo de uma nova fase da produção do diretor, já posterior ao projeto Neorrealista (apud Fabris, 2018). Esta virada iniciou-se com uma viagem para a Índia, onde filmou "Índia, mãe terra" e "A Índia vista por Rossellini", filmes de caráter documental feitos para a televisão e lançados em 1959 "por ter visto neste meio uma forma de atingir e educar o público" (Fabris, 2018, p. 67). Sobre esse projeto,

> [...] Rossellini insistia que necessitava de um intermediário com verdadeira compreensão das vidas dos camponeses indianos além do conhecimento cinematográfico para completar o projeto. Rossellini também sabia e admitia que tudo que assistimos no filme, não importa o quanto objetivamente obtido, foi filtrado através de sua consciência ocidental. (Oliveira, 2016)

Aprà aponta ainda que "Índia, mãe terra" poderia ser considerado como uma tentativa de *cinema enciclopédico geográfico*, que teria continuidade com a filmagem de Geografia da Fome (Fabris, 2018). Neste contexto, segundo Fabris (2018) foi o "método enciclopédico" da obra de Josué que atraiu Rossellini, sendo este coerente com sua nova proposta fílmica, o método didático-informativo, denotando uma tradutibilidade entre método científico e forma cinematográfica.

Estando os diretores identificados com o cinema enquanto meio de transformação, a maneira como a fome foi abordada pelo cinema de ambos tem substanciais diferenças. Mas a

fome tensionou a forma para ambos. Para Zavattini e Rossellini, pediria o formato de documentário. Para Glauber, engendrava uma estética da violência.

Considerações finais

Continuando uma tradição iniciada por Lima Barreto, com O Cangaceiro, estes dois nordestinos brasileiros, Josué e Glauber, mediante uma dialética regional–universal, acreditavam que o cinema seria um meio ideal de levar problemáticas e imagens do nordeste brasileiro para o mundo. Com suas obras, puderam fazer o Brasil ser percebido através do Sertão, exaltando as contradições entre o tradicional e o moderno, que constituem nossa sociedade. Em seu empreendimento de combinar ciência e arte para a consciência universal de um fenômeno central do imperialismo, Castro posteriormente chegou a estabelecer interlocução com Buñuel para a filmagem de outra obra, "Homens e Caranguejos", de 1966.

Por outro lado, é preciso valorizar a realização do diretor Rodolfo Nanni, que em 1958 viajou ao nordeste para realizar o documentário de 6 minutos intitulado "O Drama das Secas", narrado pelo próprio geógrafo. O curta-metragem, menos ambicioso, mesmo assim contou com música de Vila Lobos, ilustrações de Candido Portinari. Cinquenta anos depois, o diretor refez o percurso pelos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba, resultando no documentário "O retorno".

Na década de 1950, Josué realizou outros documentários que ajudaram a difundir o problema da desnutrição e da pobreza em muitas regiões do planeta. Camilo Soares (2001 *apud* Cassarini, 2017 p. 146) observa a esse respeito:

> Dentre os curtas encontrados, um intitula-se "O drama da fome" e foi dirigido por Pio De Berti Gambini (jornalista italiano e futuro diretor da RAI-TV), outro, sem título, foi dirigido por Noël Ballif. Eles analisam aspectos do problema da fome em escala mundial, comparando as situações brasileira (Nordeste), africana (Marrocos), europeia (Itália e Espanha) e asiática (Índia).

Em toda sua vida, composta por múltiplas atuações científicas, políticas e artísticas, Josué de Castro, além de destacar a ciência enquanto componente cultural, demonstrando seu profundo diálogo com o campo cinematográfico, ao mesmo tempo, demonstrou o compromisso do cinema com a realidade e com o futuro.

Nesta análise sobre a tradutibilidade da fome entre a geografia e o cinema partindo dos projetos cinematográficos de Josué de Castro, não nos debruçamos tanto nos percalços dos planos que objetivamente não se realizaram em formato finalizado, mas buscamos evidenciar as relações sobre seus resultados ainda mais significativos, ou seja, a influência no método e nos trabalhos seguintes de Rossellini e Zavattini e no Cinema Novo, bem como a própria conexão e o protagonismo do geógrafo brasileiro neste circuito intelectual da esquerda internacional, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960. Neste sentido, como destaca Cassarini (2017, p. 203) a partir da leitura do Diário Cinematográfico de Zavattini, o projeto cinematográfico em torno da Geografia da Fome de Josué, dialeticamente, intensionava a transformação social e uma renovação da linguagem cinematográfica.

Percorrendo os caminhos da Geografia da Fome através do cinema, pudemos ressaltar os diálogos transnacionais (culturais, políticos e científicos) realizados nessas décadas, em que imagens do imperialismo foram compartilhadas e disputadas. No período das ditaduras latinoamericanas (1960-1990) esses diálogos permaneceram através dos exílios. O próprio Josué de Castro foi cassado pelo Regime Militar brasileiro em 1964, e obrigado a exilar-se em Paris.

O artigo buscou explorar as linhas de continuidade entre o projeto imaginado por Josué, Zavatini e Rossellini e a forma como o Cinema Novo assumiu a fome enquanto conteúdo e, principalmente, forma. Além disso, expôs as rupturas qualitativas promovidas pelo Cinema Novo em relação ao debate cultural internacional sobre a fome e, com ela, os temas do imperialismo e do subdesenvolvimento.

Referências

AUGUSTO, Isabel Regina. Neo-realismo e Cinema Novo: a influência do neo-realismo italiano na cinematografia brasileira dos anos 1960. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 31, n.2, p. 139-163, jul./dez. 2008.

BIANCHI, Alvaro. **Gramsci entre dois mundos**: política e tradução. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

CASSARINI, Maria Carla. **Miraggio di um film**. Carteggio De Castro – Rossellini – Zavattini. Livorno: Edizioni Erasmo, 2017.

COSTA, André Lucas. **Conexões e interações entre o Cinema Novo de Glauber Rocha e a Geografia da Fome de Josué de Castro e o Subdesenvolvimento Brasileiro.** Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia. Universidade Estadual de Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=548201>. Aceso em 01/05/2025.

DAVIES, Archie; FERRETTI, Federico. Josué Apolônio de Castro (1908- 1973). Geographers Biobibliographical Studies, n. 40, 2021.

EAGLETON, Terry. **Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

FABRIS, Mariarosaria. Rosseliini nos trópicos. In: Aguilera, Yanet; Berto, Vivian; Fachel, Rosangela. (Orgs) **Que História desejamos contar**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KIFFER, Ana. Meu corpo a vossa fome. **Revista Periferia**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/issue/view/269>. Acesso em 01/05/2025.

LACORTE, Rocco. Linguagem e tradutibilidade em Gramsci. **Novos Rumos**, Marília, v. 57, n. 2, p. 57-70, Jul.-Dez., 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/11387/6957>. Aceso em 01/05/2025.

LIRA, Augusto César Gomes de. **Da Fome à Estética:** Itinerário Cinematográfico da Ascofam e o Nordeste Do Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/22220/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Augusto%20C%C3%A9sar%20Gomes%20de%20Lira.pdf>. Acesso em: 09/10/2025.

LOSURDO, Domenico. **Colonialismo e luta anti-colonial**: desafios da revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARQUEZINE, Igor Matos. **Cultura e Revolução:** as ideias de Gramsci em Cuba (1959-1971). Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2024.

OLIVEIRA, Roberto Acioli de. Roberto Rossellini e a Televisão. **Cinema Italiano**, Ano 14, 31 agosto de 2016. Disponível em: <CINEMA ITALIANO: Roberto Rossellini e a Televisão>. Acesso em 10/12/2025.

ROCHA, Glauber. **Eztetyka da Fome**. 1965. Disponível em: < https://hambrecine.com/wp-content/uploads/2013/09/eztetyka-da-fome.pdf>. Acesso em: 05/01/2025.

ROCHA, Glauber. Di [audiovisual]. Glauber Rocha / Embrafilme, 1976. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A1gAcghf33M>. Acesso em: 09/10/2025.

SANTOS, Milton. Entrevista. **Geosul**, v. 4 n. 7 (1989). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12730> Acesso em: 09/10/2025.

SCLOCCO, Camilla. Ciência experimental e tradutibilidade. Objetividade e ideologia científica nos Cadernos do Cárcere. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, *[S. l.]*, v. 7, n. 11, p. 226–245, 2023. DOI: 10.36311/2526-1843.2022.v7n11.p226-245. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/14381>. Acesso em: 09/10/2025.

SIEGA, Paula Regina. Violência, Fome e Sonho: as Estéticas do Subdesenvolvimento no Discurso de Glauber Rocha. **A Cor das Letras**, UEFS, n. 11, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1504/pdf>. Aceso em 01/05/2025.

TENDLER, Silvio. **Josué de Castro - Cidadão do Mundo** [audiovisual]. Caliban: 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LFzNVo8KIKg&t=470s>. Acesso em: 09/10/2025.

Como citar este artigo:

POZZO, Renata Rogowski. O cinema entre a Geografia e a Estética da Fome: tradutibilidade e internacionalismo na obra de Josué de Castro. **Boletim Paulista de Geografia (BPG)**, São Paulo SP. v. 116, p. 696-723. 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/evykjf54

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 20 de setembro de 2026

Sobre a autora: Bacharel em Geografia pela UDESC (2007); mestre (2010) e doutora (2015) em Geografia pela UFSC. É professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC. Trabalha no campo da Geografia Humana em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, dando centralidade aos temas da Geografia Urbana e do Planejamento Urbano e Regional. Integra o Grupo de Pesquisa "Natureza e Sociedade: Autonomia e Relação" (CNPq-UDESC) e o Núcleo de Pesquisas Nino Gramsci (CNPq-UFSC). Participa do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LabPLAN-UDESC) e do Laboratório Trabalho e Mobilidades Sociais (LabTRAMS-UDESC).

Financiamento: Pesquisa apoiada pela Chamada Pública Fapesc nº 60/2024 - Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para Apoio aos Grupos de Pesquisa da UDESC (2025TR001583).

Editoração:

Igor Carlos Feitosa Alencar

Thell Rodrigues

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro

André Luis Amorim de Oliveira

Universidade de São Paulo (USP)
Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.
andre13tl@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Boletim Paulista de Geografia
AGB SÃO PAULO DESDE 1934
Dossiê Geografia e Marxismo

Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro

Resumo

Este ensaio discute a "presença-ausência" de Leon Trotsky na Geografia Crítica brasileira, entendida como a circulação de formulações próximas à Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (TDDC), acompanhada de reconhecimento genealógico e apropriação político-estratégica desiguais. Por meio de revisão bibliográfica e análise documental, examina as relações entre repressão stalinista, institucionalização de um marxismo oficial e circuitos brasileiros de difusão do marxismo. Analisa referências à filosofia soviética na renovação crítica e confronta apropriações da TDDC em Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto-Gonçalves, em diálogo com Marques (2022, 2025). Examina também escritos de Marcos Aurélio da Silva e Elias Jabbour, considerando o uso de Stálin como referência teórica, as avaliações favoráveis de sua atuação política e as aproximações argumentativas com o neostalinismo discutido por Maestri (2020). Identifica elaborações geográficas substantivas e diferenças no reconhecimento da autoria e na articulação com a problemática revolucionária de Trotsky. Conclui que a marginalização do trotskismo constitui uma condição histórica relevante dessa recepção, embora sua incidência sobre escolhas intelectuais específicas exija documentação adicional. A análise articula condições políticas de circulação e mediações disciplinares, preservando a autonomia das elaborações geográficas.

Palavras-chave: Trotsky; stalinismo; Geografia; marxismo; violência.

A specter haunts Critical Geography: Stalinist violence and the contradiction of Trotsky's "presence-absence" in Brazilian geographical thought

Abstract

This essay discusses the "presence-absence" of Leon Trotsky in Brazilian Critical Geography, understood as the circulation of formulations close to the Theory of Uneven and Combined Development (TUCD), accompanied by unequal genealogical recognition and political-strategic appropriation. Through a literature review and documentary analysis, it examines the relationships between Stalinist repression, the institutionalization of an official Marxism, and Brazilian circuits of Marxist dissemination. It analyzes references to Soviet philosophy in the critical renewal of Geography and confronts appropriations of the TUCD in the works of Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, and Carlos Walter Porto-Gonçalves, in dialogue with Marques (2022, 2025). It also examines writings by Marcos Aurélio da Silva and Elias Jabbour, considering the use of Stalin as a theoretical reference, favorable assessments of his political actions, and argumentative affinities with the neo-Stalinism discussed by Maestri (2020). It identifies substantive geographical elaborations and differences in the recognition of authorship and in the articulation with Trotsky's revolutionary problematic. It concludes that the marginalization of Trotskyism constitutes a relevant historical condition of this reception, although its impact on specific intellectual choices requires additional documentation. The analysis articulates political conditions of circulation and disciplinary mediations while preserving the autonomy of geographical elaborations.

Keywords: Trotsky; Stalinism; Geography; Marxism; violence.

Introdução

"[...] the ghostly presence that comes from absence [...]"
Tim Cresswell (2016)

O surgimento da Geografia Radical e a consolidação de diferentes vertentes da Geografia Crítica, entre o final dos anos 1960 e os anos 1970, articularam transformações disciplinares à radicalização política daquele período. As críticas à tradição descritiva e aos pressupostos positivistas da revolução quantitativa questionaram a pretensão de compreender as configurações espaciais independentemente das relações sociais e de suas determinações históricas (Peet, 1977; Barnes, 2009; Moraes, 2009). A criação da *Antipode*, em 1969, e a crítica de Lacoste às relações entre Geografia e poder expressaram esse movimento. A crítica da economia política ampliou a investigação das relações entre espaço, trabalho, propriedade, Estado e acumulação, em um campo que permaneceu teoricamente plural (Peet, 1977; Harvey, 1980; Lacoste, 2012).

No Brasil, a renovação crítica intensificou-se no final dos anos 1970, incorporando o marxismo e a análise da produção social do espaço (Moura et al., 2008; Batista; Salvi, 2002). Nesse processo, a recepção de Leon Trotsky e da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (TDDC) apresentou caminhos desiguais, seletivos e frequentemente indiretos, com diferenças no reconhecimento de sua origem teórica e na apropriação de sua dimensão político-estratégica (Marques, 2022). O ensaio investiga duas questões: como se constituíram as condições históricas, políticas e disciplinares dessa recepção? E quais padrões de apropriação da TDDC podem ser identificados nas obras selecionadas e no levantamento de Marques (2025), referente a 1997–2020?

O caráter geográfico do problema reside na circulação espacialmente desigual das obras e na articulação entre escalas mundiais, nacionais e locais. A Internacional Comunista, os partidos, as editoras e as instituições universitárias constituíram circuitos de difusão, seleção e legitimação das tradições marxistas. Partindo da reconstrução dos caminhos de recepção realizada por Marques (2022), este ensaio examina a repressão stalinista, a institucionalização

de um marxismo oficial e a desigualdade dos circuitos editoriais e formativos no Brasil, confrontando essas condições com as mediações próprias da produção geográfica.

A hipótese é que a perseguição a Trotsky e a marginalização do trotskismo restringiram a circulação de suas obras e ideias e, em interação com trajetórias institucionais e escolhas disciplinares, podem ter contribuído para uma recepção fragmentária. A "presença-ausência" designa a circulação de formulações próximas à TDDC, acompanhada de reconhecimento genealógico e apropriação político-estratégica desiguais. Essa relação constitui uma hipótese de condicionamento histórico: a documentação examinada sustenta a repressão e a desigualdade de circulação, mas não comprova sua incidência sobre cada escolha intelectual.

O ensaio examina também certos aspectos da tese de Jabbour (2010) e os escritos de Silva (2011), considerando sua participação na reinterpretação contemporânea de Stálin. Em diálogo com Maestri (2020), investiga como a valorização de realizações soviéticas, o tratamento da repressão e a representação das oposições marxistas podem contribuir para legitimar prioridades políticas no presente. Os efeitos desses escritos sobre seus leitores e sobre a recepção disciplinar de Trotsky permanecem uma questão de investigação.

A pesquisa combina revisão bibliográfica e análise documental. O corpus compreende obras de Trotsky e estudos sobre burocratização soviética, stalinismo e Internacional Comunista; documentos e pesquisas sobre a difusão do marxismo no Brasil; o levantamento de Marques e obras selecionadas de Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Carlos Walter Porto-Gonçalves; e os escritos contemporâneos anteriormente indicados. Distinguem-se referências explícitas, vínculos documentados e aproximações conceituais propostas pelo ensaio, pois a convergência entre formulações não demonstra, isoladamente, influência histórica.

A análise da filosofia soviética diferencia circulação bibliográfica, apropriação conceitual de categorias do materialismo dialético soviético (*diamat*), adesão doutrinária marxista-leninista e identificação político-estratégica com o stalinismo. Cada nível exige evidências próprias. As apropriações da TDDC são examinadas segundo três eixos: reconhecimento genealógico, densidade conceitual e articulação político-estratégica. O primeiro identifica fontes, mediações e omissões de autoria; o segundo verifica os mecanismos

de combinação de relações sociais e temporalidades heterogêneas sob a pressão do mercado mundial e do imperialismo; o terceiro considera suas consequências para classes, alianças, tarefas revolucionárias e escalas de ação.

Esses eixos permitem distinguir a redução dos mecanismos explicativos da TDDC, a omissão de sua genealogia e o deslocamento de sua problemática político-estratégica. Permitem também reconhecer que uma elaboração geográfica pode apresentar consistência e capacidade explicativa próprias sem reconstruir integralmente a teoria trotskista. Assim, as obras são avaliadas segundo seus objetos e suas mediações, preservando a autonomia da elaboração disciplinar.

A contrarrevolução burocrática e o stalinismo

Na União Soviética, a consolidação da contrarrevolução burocrática no plano político a partir da segunda metade da década de 1920 reorganizou instituições políticas, econômicas e culturais e projetou efeitos para além das fronteiras do país. A questão central consiste em compreender como mecanismos coercitivos associados às circunstâncias excepcionais da Revolução, da Guerra Civil, do colapso econômico e do isolamento internacional foram reorganizados e convertidos em instrumentos sistemáticos de reprodução da dominação burocrática.

Neste ensaio, contrarrevolução burocrática no plano político é empregada como categoria interpretativa derivada da tradição trotskista. Ela designa o processo pelo qual a burocracia expropriou politicamente o proletariado, destruiu os mecanismos remanescentes da democracia soviética e subordinou o partido e o Estado à reprodução de seu poder, sem que esse processo implicasse, naquele momento, a restauração da propriedade capitalista. O adjetivo “política” preserva a profundidade social da transformação e apenas delimita a diferença entre a monopolização burocrática do poder e uma contrarrevolução social fundada na recomposição imediata da propriedade privada dos meios de produção. Essa distinção, formulada por Trotsky mediante as categorias de Termidor soviético, bonapartismo e revolução política, foi posteriormente sistematizada por autores como Mandel, mas permanece controvertida diante das interpretações da União Soviética como capitalismo de Estado,

coletivismo burocrático ou novo modo de produção (Trotsky, 1935, 2020; Mandel, 1978, 1979; Van der Linden, 2007; Monteiro, 2017).

Com a consolidação do poder de Stálin, a violência tornou-se um mecanismo de reprodução da dominação burocrática. A mudança qualitativa consistiu na transformação de práticas coercitivas anteriores em um sistema de conservação do poder e supressão das oposições, entre o final dos anos 1920 e o Grande Terror de 1937–1938 (Almeida, 2021; Trotsky, 2020; Rogóvin, 2023, 2024).

O tratamento da violência stalinista no debate teórico tende a oscilar entre dois polos reducionistas. De um lado, observa-se a banalização ou a justificativa tácita dessa violência por adeptos de certas vertentes do "marxismo-leninismo" que defendem Stálin, seus métodos e sua tradição. Não raro, eles minimizam ou relativizam seus crimes e atribuem qualquer crítica ao "anticomunismo", identificando, assim, stalinismo e comunismo. De outro lado, parcela significativa do discurso anticomunista hegemônico opera por uma chave essencialista e descontextualizada, convertendo aquele processo histórico num atributo ontológico do marxismo em si, nos moldes da "tese da continuidade"[1]. Essa última operação, por sua vez, sustenta uma condenação moral abstrata, que serve fundamentalmente a propósitos antimarxistas mais amplos.

O isolamento internacional da Revolução, a devastação econômica, a escassez material, o enfraquecimento do proletariado após a Guerra Civil, o peso das estruturas herdadas da formação russa e o refluxo revolucionário europeu criaram condições favoráveis à autonomização do aparelho burocrático. Conflitos políticos, transformações institucionais e decisões tomadas no partido e no Estado mediaram essas determinações, produzindo continuidades e uma ruptura qualitativa na função da violência (Cohen, 1985; Lewin, 1986, 2006; Almeida, 2021).

Como escreveu Almeida (2021, p. 324): "O stalinismo não morreu com Stalin. Continuou existindo dentro e fora da URSS sob outras formas, menos agudas. Não morreu também pelo mundo afora". Também para Moraes (2013, p. 80) o stalinismo, "apesar de alguns abalos, continua vivo e permanece atuante e até desenvolto", seja na "prática de partidos

[1] Grosso modo, a "tese da continuidade", difundida pela sovietologia ocidental durante a Guerra Fria, interpreta o stalinismo como desenvolvimento necessário do bolchevismo, minimizando ou ignorando a ruptura qualitativa entre ambos. Críticas a essa abordagem encontram-se em Cohen (1985), Lewin (1986, 2006) e Monteiro (2015).

e organizações, que se julgam e são considerados por alguns de esquerda, seja na postura de outros grupos e pessoas com atividades em diferentes áreas".

O stalinismo resultou de um processo histórico de cristalização burocrática, e não de um desdobramento necessário da Revolução de Outubro. Bensaïd (1997) ressalta a ruptura qualitativa dos anos 1930; Almeida (2021), por sua vez, examina responsabilidades e práticas autoritárias anteriores sem equipará-las ao terror stalinista. No prefácio à obra de Almeida, Löwy (2021) reconhece medidas antidemocráticas do período revolucionário, mas contesta que o partido único fosse um princípio originário do bolchevismo. Em entrevista, Almeida concordou que esse princípio não foi formalizado, mas sustentou que mecanismos presentes desde os primeiros anos soviéticos integraram posteriormente o repertório de violência do stalinismo (Dias, 2021). A divergência exige distinguir continuidades históricas da transformação dessas práticas em um sistema de dominação burocrática.

Na interpretação de Trotsky[2], a burocratização soviética encontrou sua base material na escassez, na desigualdade social e no desenvolvimento insuficiente das forças produtivas. Partindo dessas indicações, Rogóvin (2023) interpreta o stalinismo como uma resposta violenta à insatisfação das massas e à atuação das oposições, especialmente a trotskista, que ameaçavam os privilégios da burocracia dirigente. A repressão buscava impedir que o descontentamento popular se articulasse à atividade dos oposicionistas e constituísse uma força capaz de confrontar o regime. Dessa forma, o autor evidencia o vínculo histórico entre a consolidação do stalinismo, o aprofundamento da desigualdade social e a defesa dos privilégios burocráticos, sustentados pelo controle do Estado e pelo acesso diferenciado ao produto social.

A burocracia soviética ocupava posição social contraditória: seus privilégios dependiam da propriedade estatal e da planificação herdadas da Revolução, embora estivessem destituídos do caráter de direitos privados juridicamente transmissíveis. Defendia essas formas de propriedade diante de ameaças externas e, simultaneamente, monopolizava o poder político e apropriava-se diferencialmente do produto social. Para Trotsky (2020), essa contradição continha uma tendência restauracionista possível, cuja realização dependeria de processos históricos posteriores (Monteiro, 2017; Lewin, 2006).

[2] Trotsky passou da defesa da reforma do regime soviético à proposição de uma revolução política que afastasse a burocracia do poder e restabelecesse a democracia soviética, preservando a propriedade estatal dos meios de produção e a planificação econômica (Anderson, 1983; Monteiro, 2017; Trotsky, 2020).

A Oposição de Esquerda[3] dirigida por Trotsky articulava a luta contra a burocratização à defesa da democracia soviética e do internacionalismo, bem como à crítica ao "socialismo em um só país" (Broué, 2014; Rogóvin, 2023). Sua derrota organizativa no XV Congresso, em 1927, foi seguida por prisões, deportações e clandestinidade. Trotsky foi expulso da URSS em 1929, e a perseguição aos bolcheviques-leninistas culminou, durante o Grande Terror, na eliminação física de antigos oposicionistas e de pessoas classificadas como "trotskistas" (Rogóvin, 2023, 2024).

Durante o Grande Terror de 1937–1938, a repressão alcançou grupos sociais, nacionais e profissionais classificados como suspeitos. Goldman (2021) demonstra que decisões centrais se combinaram com conflitos nas fábricas, nos sindicatos e nas organizações locais: problemas produtivos e disputas administrativas foram convertidos em acusações de sabotagem e oposição política. Essa dinâmica ampliou o alcance social da repressão, que atingiu também comunistas estrangeiros (Goldman, 2021; Chase, 2001; Firsov, 2003; Almeida, 2021; Rogóvin, 2024).

Esse processo projetou internacionalmente uma doutrina oficial e instituiu barreiras partidárias, editoriais e formativas à circulação das correntes dissidentes (Trotsky, 2020; Monteiro, 2017; Rogóvin, 2023). A subordinação progressiva da Internacional Comunista às necessidades do Estado soviético reduziu a autonomia estratégica das seções nacionais e transformou Moscou em centro de elaboração doutrinária e seleção política de uma rede transnacional hierarquizada (Almeida, 2021; Broué, 2007; Claudín, 2013), ampliando, assim, a escala da violência stalinista.

As escalas da violência stalinista

As estimativas de vítimas do stalinismo variam conforme as categorias examinadas, pois execuções, mortes em campos, deportações e mortalidade associada às fomes possuem causalidades e universos parcialmente distintos. O dado historicamente decisivo é que milhões de pessoas foram submetidas à expropriação política, ao trabalho compulsório, ao

[3] A Oposição de Esquerda surgiu em 1923, no Partido Comunista Russo (bolchevique), em torno de Trotsky e de outros militantes contrários à burocratização, à restrição da democracia interna e à orientação política e econômica da direção partidária (Rogóvin, 2023).

deslocamento territorial e ao encarceramento, enquanto numerosas vítimas morreram em decorrência das execuções, das condições dos campos, das deportações e das fomes[4].

A codificação do "trotskismo"[5] como desvio converteu divergências político-estratégicas em acusações de traição e conspiração. Associado aos amálgamas stalinistas, esse rótulo deslegitimou a crítica à burocratização e ao "socialismo em um só país", contribuindo para excluir correntes dissidentes do campo reconhecido como comunista (Almeida, 2021; Broué, 2007; Rogóvin, 2023).

A perseguição aos marxistas antistalinistas conferiu ao terror um conteúdo político específico, ao suprimir alternativas no interior do movimento revolucionário. Seu alcance, contudo, ultrapassou a oposição organizada e atingiu também camponeses, minorias nacionais e pessoas sem atuação oposicionista.

A repressão comprometeu a transmissão da experiência revolucionária ao eliminar militantes e restringir interpretações concorrentes do passado. Trotsky (1937) examinou a falsificação histórica e a construção da "lenda do trotskismo" como instrumentos de combate à oposição. Esse controle da memória articulou-se à subordinação da teoria às decisões políticas, criticada por Lukács (1991), e à difusão de categorias apresentadas como expressão autorizada do marxismo. Sua recepção, contudo, exige análise específica: o uso dessas categorias não demonstra, por si só, adesão política ao stalinismo.

No campo cultural e científico, critérios políticos passaram a condicionar o reconhecimento e a atuação profissional. O fechamento do teatro dirigido por Meyerhold foi seguido pela prisão e pelo fuzilamento do encenador, evidenciando que a repressão stalinista atingiu tanto sua atividade artística quanto sua vida. Na ciência, a consagração administrativa das concepções de Lysenko e a perseguição a Vavilov mostram como decisões estatais

[4] Na resenha de *Stalin: história crítica de uma lenda negra*, Silva (2011) afirma que pesquisas baseadas na abertura dos arquivos soviéticos teriam reduzido o número de "execuções" atribuídas a Stálin a menos de um décimo das estimativas anteriores. A afirmação, contudo, não explicita qual estimativa é tomada como referência, quais modalidades de morte estão incluídas nem a que período se refere. Sem essas delimitações, não é possível aferir a proporção alegada, e a referência genérica aos arquivos acaba conferindo aparência de precisão a uma comparação não demonstrada. Para uma avaliação crítica da recepção brasileira de Losurdo, sobretudo de seu livro sobre Stálin, ver Maestri (2020).

[5] Embora o termo "trotskismo" circulasse anteriormente, sua consolidação como rótulo político ocorreu na campanha de 1924, quando Stálin, Zinoviev e Kamenev o empregaram para opô-lo ao "leninismo" e deslegitimar Trotsky e a Oposição de Esquerda. Trotsky denunciou essa construção como uma "lenda do trotskismo"; posteriormente, seus partidários ressignificaram o termo positivamente para designar a tradição marxista vinculada à revolução permanente, ao internacionalismo e à luta contra a burocratização stalinista, institucionalizada internacionalmente com a IV Internacional em 1938 (Halfin, 2011; Alexander, 1991).

substituíram a controvérsia científica. Esse controle dependia do monopólio burocrático dos meios de publicação, financiamento e validação, e não de uma consequência necessária do marxismo (Gordin, 2022).

Com a ascensão de Stálin, a expressão "marxismo-leninismo" [6] adquiriu circulação institucional após a morte de Lenin e foi progressivamente convertida, ao longo das disputas dos anos 1920 e 1930, em denominação de uma doutrina oficial (Trotsky, 1937; Deutscher, 1955). Sua canonização alcançou um marco decisivo em 1938, com a publicação da *História do Partido Comunista da União Soviética (bolchevique): curso breve*, que incorporou a exposição de Stálin sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico (Brandenberger; Zelenov, 2019).

O "marxismo-leninismo", de corte stalinista, foi, assim, alçado a cânone doutrinário regulado institucionalmente, cuja legitimidade dependia crescentemente da conformidade com as sucessivas linhas políticas emanadas de Moscou. Concomitantemente, a disciplina revolucionária converteu-se em mecanismo de transmissão de orientações do Partido sob o comando de Stálin, cujas oscilações — da política do "terceiro período" às Frentes Populares — correspondiam cada vez mais às necessidades políticas e diplomáticas da burocracia soviética (Almeida, 2021; Broué, 2007; Claudín, 2013).

A stalinização da Internacional Comunista projetou a repressão para além da URSS, atingindo também quadros comunistas estrangeiros (Chase, 2001; Firsov, 2003). Centros de decisão soviéticos articularam-se a prisões, campos, exílios e organizações políticas transnacionais. A perseguição a Andreu Nin na Espanha e o assassinato de Trotsky no México ilustram a projeção internacional dessa violência, em circunstâncias distintas. Seu alcance geográfico incluía ainda partidos vinculados a um centro de legitimação doutrinária, cujas orientações eram recebidas em formações sociais diversas (Broué, 2007; Claudín, 2013; Studer, 2015).

Portanto, a violência stalinista articulou repressão material e coerção intelectual, dimensões relacionadas, mas analiticamente distintas. Essa distinção orienta o exame dos

[6] Na sistematização promovida sob Stálin, o marxismo-leninismo foi apresentado como continuidade de Marx e Engels por Lenin, articulando concepções do partido, da revolução e do socialismo na URSS ao materialismo dialético e histórico. Sua recepção exige distinguir essa definição oficial dos usos de seus textos fora da União Soviética (Stálin, 2018; Walker, 1989; Morgan, 2015).

circuitos brasileiros, nos quais a documentação registra disciplinamento partidário, seleção editorial e episódios de violência física no PCB, enquanto o campo universitário conservou autonomia relativa.

Circulação do marxismo soviético no Brasil: circuitos partidários, editoriais e formativos

No Brasil, as diretrizes da Internacional Comunista incidiram sobre a política do PCB entre 1929 e 1930. Uma carta dirigida aos partidos comunistas latino-americanos, em setembro de 1929, criticou a política de alianças. Em fevereiro de 1930, uma resolução sobre o país recomendou a depuração dos chamados "quadros de direita". Na sequência, dirigentes como Astrojildo Pereira e Octávio Brandão foram afastados da direção (Del Roio, 1990). Campos, Guaranha e Sousa (2021) documentam a hostilidade do PCB aos militantes da Oposição de Esquerda, expressa em expulsões, no isolamento dos dissidentes e em denúncias publicadas na imprensa partidária. Em outra frente, examinam a vigilância e as prisões conduzidas pela polícia política em São Paulo.

Assim, mesmo em meio às adversidades, entre as décadas de 1920 e 1950, o PCB constituiu um dos principais circuitos organizados — e provavelmente o mais estruturado — de recepção e difusão do marxismo no Brasil. Revistas, jornais partidários, escolas de quadros e editoras ligadas ao movimento comunista difundiram resoluções internacionais, manuais soviéticos e obras de Stálin, articulando formação teórica e disciplina partidária (Secco; Pericás, 2022; Tabak; Konder, 1949).

O XX Congresso do PCUS, em 1956, as dissidências posteriores e, no Brasil, a ditadura, o exílio e a redemocratização contribuíram para diversificar os circuitos intelectuais. Entre as décadas de 1960 e 1980, universidades e editoras ampliaram o acesso a marxismos heterodoxos e a interpretações críticas do stalinismo, sem que a influência soviética deixasse de operar. Mais tarde, a abertura de arquivos ampliou as possibilidades de pesquisa sobre as dissidências comunistas (Secco; Pericás, 2022; Napolitano, 2014; Ridenti, 2000).

O papel editorial é particularmente notável quando se compara a difusão do marxismo soviético com a publicação dos textos de Trotsky. Organizações e editoras vinculadas ao PCB distribuíam sistematicamente autores soviéticos e materiais de formação (Academia de

Ciências da URSS, 1961; Bahia, 1954; Juberte, 2023). Um exemplo é o *Manual de economia política*, da Academia de Ciências da URSS, publicado pela Editorial Vitória em 1961. Entre os principais textos marxistas-leninistas que circularam no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 estão *O materialismo dialético e o materialismo histórico*, de Stálin, publicado pela Global em 1978, e *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*, de Alexandre Cheptulin, lançada pela Alfa-Omega em 1982. Entre as publicações em português da editora Progresso, figura *Fundamentos da filosofia*, de V. G. Afanássiev, publicado em Moscovo em 1982 (Afanássiev, 1982). Também a editora Anita Garibaldi, ligada ao PC do B, publicou edições de textos de Stálin, como *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, em 1985[7].

Já a obra de Trotsky circulou por iniciativas menores e descontínuas. *A história da Revolução Russa* saiu pela Paz e Terra entre 1978 e 1980, a Ática publicou *Trotski: política,* em 1981, e a Global lançou diversos títulos, porém sem constituir uma coleção estável de obras escolhidas. O levantamento de Bianchi (2005) oferece elementos para examinar a desigualdade das condições editoriais de acesso, expondo a diferença de disponibilidade bibliográfica entre o comunismo oficial e o trotskismo no Brasil (Bianchi, 2005; Karepovs; Marques Neto; Löwy, 1995).

Nos itens seguintes, examinamos a circulação de uma linguagem filosófica vinculada ao *diamat* em segmentos da renovação crítica da Geografia no Brasil e discutimos a "presença-ausência" do pensamento de Trotsky na Geografia Crítica brasileira.

A filosofia soviética na renovação crítica da Geografia brasileira

Esta seção examina a circulação e os usos da filosofia soviética na renovação crítica da Geografia brasileira, seguindo a distinção metodológica entre referência bibliográfica, apropriação conceitual e identificação política.

Em *O "econômico" na obra "Geografia econômica" de Pierre George: elementos para uma discussão*, publicado no *Boletim Paulista de Geografia* em 1977, Oliveira mobiliza diretamente a *Filosofia marxista*, de V. G. Afanássiev, no interior de uma crítica construída a

[7] Ademais, jornais e revistas ligados ao PCB e ao PC do B, entre eles o *Voz da Unidade*, *A Classe Operária* e *Princípios*, integraram circuitos editoriais distintos.

partir do materialismo histórico e dialético[8] (Oliveira, 1977). Em *Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética*, recorre a Lenin, Fataliev e Sviderski para discutir a objetividade do espaço e do tempo e sua relação com a matéria em movimento (Oliveira, 1982). O uso de autores e categorias da filosofia soviética por Oliveira demonstra, assim, circulação e apropriação intelectual dessa tradição, o que não significa, evidentemente, que esse geógrafo aderisse politicamente ao stalinismo ou ao marxismo-leninismo oficial.

Em *Espaço/tempo em geografia*, Horieste Gomes (1983) mobiliza diretamente autores da filosofia soviética, entre eles Konstantinov e Cheptulin, e estrutura a discussão a partir do materialismo dialético. A caracterização de sua produção como marxista-leninista é formulada por Freitas (2014, p. 168, 289), que relaciona essa orientação à trajetória de Gomes no PCB e à mediação partidária de sua formação marxista. Freitas (2014, p. 174) sintetiza essa relação ao afirmar: "Horieste Gomes, fortemente vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, leva para a ciência que produz elementos desse modo de pensar". O autor acrescenta que, "a partir dessas concepções, ele atua nas instituições que participa [sic], dentre elas a AGB, nas diferentes escalas: nacional e local" (Freitas, 2014, p. 174). A caracterização marxista-leninista apresentada por Freitas constitui, portanto, uma interpretação historiográfica da obra e da trajetória de Gomes. A apropriação desse repertório filosófico, contudo, não significou adesão ao stalinismo: o próprio geógrafo formulou críticas explícitas a ele.

Em *Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia*, Gomes (2007, p. 136–137) reconhece que o endurecimento stalinista e as intervenções soviéticas, particularmente na Tchecoslováquia em 1968, aprofundaram as dissensões e o desencanto com a experiência socialista. Esse reconhecimento coincide, entretanto, com a defesa do materialismo dialético e histórico e com críticas a interpretações classificadas como revisionistas ou antimarxistas. Nos capítulos de fundamentação filosófica, o autor mobiliza Cheptulin, Konstantinov, Rosental e Iudin. A obra evidencia, assim, uma combinação entre ressalvas às práticas políticas soviéticas e a continuidade de referências filosóficas dessa tradição, sem que as passagens examinadas permitam afirmar uma ruptura sistemática com o marxismo-leninismo.

[8] As expressões "materialismo histórico" e "materialismo dialético" antecedem a codificação stalinista do marxismo. A primeira foi empregada por Engels para designar a concepção materialista da história; a segunda já circulava no debate marxista do fim do século XIX e também foi utilizada por Trotsky. O objeto da crítica, portanto, não é o uso desses termos em si, mas a maneira como a formulação oficial de 1938 organizou sua relação e foi posteriormente difundida como exposição autorizada da filosofia marxista.

Nelson Werneck Sodré também atuou como mediador intelectual no debate geográfico. Em *Introdução à geografia: geografia e ideologia*, Sodré (1976) articulou ideias geográficas, ideologia e realidade histórica. A obra foi objeto de uma nota crítica de Armando Corrêa da Silva (1976), que a considerou, apesar das ressalvas epistemológicas, o mais importante trabalho brasileiro então disponível sobre a história do pensamento geográfico e uma leitura indispensável aos iniciantes. Silva (1976) valorizou especialmente essa articulação proposta por Sodré entre ideias geográficas, ideologia e realidade histórica, embora criticasse a centralidade atribuída à oposição determinismo–possibilismo e a ausência de debates contemporâneos, como estruturalismo, quantificação e novas abordagens epistemológicas. Sodré (1968) também organizou *Fundamentos do materialismo dialético*, obra composta por textos de filósofos soviéticos como Afanássiev, Konstantinov, Rosental e Yakhot. Esse itinerário evidencia outra via de circulação do materialismo dialético no campo geográfico brasileiro (Silva, 1976; Schincariol, 2021).

Diferentemente dos casos anteriores, as referências mobilizadas por Ruy Moreira situam-se fora da filosofia soviética sistematizada pelo *diamat*. No ensaio *A Geografia serve para desvendar máscaras sociais*, originalmente formulado na década de 1970 no contexto da renovação crítica e posteriormente reunido em Moreira (2007), o autor mobiliza diretamente Marta Harnecker, Louis Althusser e Samir Amin na articulação entre modo de produção, formação econômico-social e formação espacial[9]. A presença desses autores entre as referências mobilizadas por Moreira (2007) exige examinar a função de suas categorias na argumentação geográfica. No texto analisado, interessa compreender como modo de produção, formação econômico-social e formação espacial são articulados e quais mediações históricas essa articulação explicita. A identificação dos autores citados, por si só, não permite atribuir ao geógrafo suas posições políticas nem demonstrar que ele incorporou integralmente suas interpretações da experiência soviética.

[9] A associação de formulações de Ruy Moreira a uma leitura stalinista do marxismo foi feita explicitamente por Vesentini (1992), no contexto de sua crítica ao emprego esquemático das categorias "modo de produção" e "formação econômico-social" na Geografia escolar. Essa avaliação constitui uma posição no debate teórico da época. Tal aproximação feita por ele não estabelece, por si só, a filiação política do autor.

Os casos examinados documentam a circulação da filosofia soviética e seus diferentes usos na renovação crítica da Geografia brasileira. Esse repertório integrou discussões sobre espaço, tempo e matéria, em articulação com outras matrizes do pensamento marxista.

A abertura política e a ampliação de acervos favoreceram, a partir dos anos 1980, pesquisas mais sistemáticas sobre a Oposição de Esquerda e o trotskismo. Nesse contexto, destacam-se os trabalhos de Coggiola (1984) e Campos (1986), a organização do Arquivo Edgard Leuenroth e do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, bem como a coletânea *Na contracorrente da história*, organizada por Abramo e Karepovs (1987), iniciativas que ampliaram as bases documentais desse campo (Lisboa, 2013). Nas obras e nos repertórios geográficos examinados neste ensaio, a interlocução explícita com Trotsky aparece de modo desigual, frequentemente mediada pela TDDC. Essa combinação de circulação conceitual e reconhecimento genealógico variável constitui um dos sentidos da "presença-ausência" investigada aqui.

Trotsky e a TDDC[10] na Geografia brasileira: fundamentos conceituais e político-estratégicos

A análise seguinte passa das condições históricas de circulação às formulações presentes nas obras geográficas. Seu foco recai sobre o reconhecimento da autoria, os mecanismos explicativos da TDDC e sua articulação político-estratégica.

Na introdução de *Uneven Development*, Smith (2008, p. 5–6) situa a trajetória do conceito de desenvolvimento desigual nas disputas entre Trotsky e Stálin acerca do internacionalismo e do "socialismo em um só país". Segundo sua interpretação, a centralidade adquirida pela problemática político-revolucionária deslocou o conteúdo econômico e geográfico do conceito, cuja circulação foi posteriormente restringida pela derrota de Trotsky. A formulação permaneceu no movimento trotskista, articulada à revolução permanente, às relações de classe e à dinâmica da revolução. Esse diagnóstico oferece elementos para examinar

[10] Neste ensaio, utiliza-se a expressão Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, corrente na bibliografia contemporânea, para designar o conjunto de formulações desenvolvido a partir daquilo que Trotsky apresentou como lei do desenvolvimento desigual e combinado.

as relações entre conflito político e circulação teórica, embora não demonstre os itinerários específicos da recepção de Trotsky pela Geografia brasileira.

A expansão mundial do capitalismo diferencia as formações sociais e produz trajetórias históricas incompatíveis com qualquer sequência universal de etapas. Em Trotsky, a desigualdade dos ritmos constitui o ponto de partida, enquanto a combinação designa a interpenetração de relações sociais, temporalidades, formas técnicas e estruturas políticas historicamente heterogêneas sob a pressão do mercado mundial e do imperialismo. O desenvolvimento retardatário produz, assim, sínteses específicas nas quais conquistas técnicas avançadas podem articular-se a estruturas agrárias concentradas, formas coercitivas de exploração e instituições políticas regressivas (Trotsky, 2017; Löwy, 1998).

A teoria da revolução permanente e a formulação do desenvolvimento desigual e combinado constituem elaborações historicamente articuladas, embora não tenham surgido como momentos sucessivos de uma dedução linear. A primeira extrai consequências político-estratégicas da configuração das classes e das tarefas revolucionárias nas formações de desenvolvimento retardatário; a segunda oferece uma formulação histórico-social dos processos pelos quais relações e temporalidades heterogêneas se combinam sob as determinações da economia mundial.

Em países de desenvolvimento burguês retardatário e, particularmente, em formações coloniais e semicoloniais, tarefas democráticas, agrárias e de emancipação nacional articulam-se à luta pelo poder porque a inserção subordinada na economia mundial e as relações entre burguesia, propriedade fundiária, campesinato e proletariado limitam a capacidade das classes proprietárias nacionais de realizá-las integralmente. A TDDC apreende a constituição desigual e combinada dessas formações, enquanto a teoria da revolução permanente articula consequências político-estratégicas relacionadas às classes, ao Estado e à dinâmica revolucionária (Trotsky, 2007, 2017; Löwy, 1998). Para a Geografia, essa articulação permite investigar a territorialização de determinações mundiais em formações socioespaciais particulares (Theis, 2009; Marques, 2022, 2025).

Para avaliar as apropriações geográficas da TDDC, é necessário verificar se a combinação é tratada como processo histórico ou apenas como coexistência espacial entre o "arcaico" e o "moderno". O critério decisivo é a explicitação dos mecanismos pelos quais elementos heterogêneos se articulam e se transformam reciprocamente, produzindo uma

configuração histórica nova, irredutível aos componentes considerados separadamente (Davidson, 2006). Esse critério permite distinguir uma apropriação substantiva da teoria de seu emprego como designação genérica da diversidade ou da desigualdade espacial.

A dimensão político-estratégica da TDDC não constitui um acréscimo exterior à explicação histórica. Ela decorre da identificação das classes, alianças, escalas e possibilidades de ação produzidas por cada combinação social concreta. Dunn (2006) enfatiza que a importância estratégica do conceito reside em relacionar processos situados em lugares e escalas diferentes, identificar bases prioritárias de intervenção e compreender como lutas inicialmente limitadas podem ultrapassar seus objetivos imediatos. A passagem das reivindicações democráticas ou parciais para tarefas socialistas não ocorre automaticamente: depende das relações de força, da organização política e da articulação entre lutas locais, nacionais e internacionais. A revolução permanente constitui, nessa perspectiva, a consequência estratégica de uma análise que recusa simultaneamente o etapismo e a oposição abstrata entre ação nacional e internacionalismo (Dunn, 2006).

O contraponto com Smith (2006, 2008) permite evitar a identificação entre TDDC e desenvolvimento geográfico desigual. Esse autor adverte que a conversão do desenvolvimento desigual numa lei universal, segundo a qual todas as sociedades sempre se desenvolveriam de maneira não uniforme, reduz seu poder explicativo. No capitalismo, a geografia desigual resulta de tendências simultâneas de diferenciação e equalização das condições de produção, articuladas aos movimentos de concentração, fixação, mobilidade, valorização e desvalorização do capital (Smith, 2006, 2008). Em Trotsky, por sua vez, a combinação explica como a pressão do mercado mundial reestrutura formações de desenvolvimento retardatário e modifica suas relações de classe e possibilidades revolucionárias. As duas perspectivas compartilham uma compreensão relacional e multiescalar do capitalismo, sem que, por isso, se tornem sinônimas. Em Smith, o objeto imediato é a produção capitalista do espaço; em Trotsky, a combinação histórico-social integra uma teoria da revolução nas formações "atrasadas". A aproximação é produtiva desde que preserve essa diferença de objeto, escala e consequência política (Theis, 2009).

A tradução da TDDC para outros campos pode alterar escala e objeto sem necessariamente eliminar seu núcleo relacional. Barker (2006) a mobiliza para interpretar diferenças produzidas na totalidade capitalista, enquanto Rosenberg (2006) enfatiza a

interação entre formações sociais na sociologia histórica internacional. Na Geografia, Herod (2006) acrescenta a ação dos trabalhadores na produção de escalas e paisagens.

A avaliação da presença da TDDC na Geografia Crítica brasileira exige distinguir três modalidades de recepção: o emprego nominal da expressão; sua tradução por categorias geográficas; e sua redução conceitual. A tradução disciplinar torna-se teoricamente produtiva quando reelabora o conceito diante de novos problemas e preserva as relações entre desigualdade, combinação, mercado mundial, imperialismo e classes sociais. O problema ocorre quando a TDDC se converte em descrição genérica da desigualdade espacial e perde o mecanismo histórico que explica a interpenetração de relações, temporalidades e formas sociais heterogêneas.

A renovação crítica da Geografia brasileira e os caminhos de recepção da TDDC

A recepção de Trotsky e da TDDC deve ser situada no processo mais amplo de reconfiguração do campo geográfico brasileiro. Embora a renovação tenha adquirido maior visibilidade no III Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza, em 1978, sua formação remonta aos debates e às publicações que, desde meados da década de 1970, questionavam a Geografia tradicional e a abordagem teorético-quantitativa.

O encontro de 1978 reuniu iniciativas anteriormente dispersas, mas esteve longe de produzir uma escola homogênea ou um programa teórico compartilhado. As denominações Geografia Nova, Libertadora, Marginal, da Renovação, Atuante, Radical e Crítica expressavam mais do que uma variação terminológica: designavam diferentes maneiras de conceber a relação entre conhecimento geográfico, método, prática política e transformação social (Moreira, 2000; Silva, 1984; França Filho, 2012). Por isso, a renovação deve ser compreendida como um campo de convergências e disputas, no qual a crítica à neutralidade científica e à descrição desprovida de historicidade coexistia com divergências relativas ao estatuto do espaço, à relação entre sociedade e natureza, às formas de incorporação do marxismo e ao vínculo entre produção acadêmica e militância política. A maior densidade dos debates marxistas entre 1976 e 1983, portanto, preservou a pluralidade de matrizes filosóficas, políticas e disciplinares que participavam da reorganização do campo (Pedrosa, 2015).

Os dados examinados a seguir pertencem a um período posterior ao núcleo inicial da renovação crítica. Os percentuais de Marques (2022, 2025) caracterizam esse conjunto de publicações e servem à comparação histórica com o período formativo.

Das 681 publicações identificadas por Marques (2022), 663 integram o recorte de 1997–2020 adotado na análise das referências à teoria e retomado em Marques (2025). Nesse conjunto, 504 textos mencionam ao menos um autor como fonte. É sobre esse subconjunto que incidem os percentuais de atribuição examinados a seguir. Quase 60% dos 504 textos não vinculam a teoria a Trotsky, enquanto 41,7% mencionam seu nome. Entre os que o mencionam, mais da metade não cita uma obra do autor pertinente à teoria. Aproximadamente um quinto do subconjunto cita diretamente escritos de Trotsky. Os dados permitem identificar padrões de atribuição e fundamentação bibliográfica nas publicações; isoladamente, não permitem reconstruir todas as leituras feitas por seus autores.

Os dados revelam um descompasso entre a circulação da expressão, a atribuição genealógica e a citação das obras originais. Marques (2022) emprega a noção de "caminhos de recepção" para designar modalidades distintas e multideterminadas de ingresso da TDDC no campo disciplinar. A densidade teórica de cada apropriação, entretanto, depende da confrontação qualitativa com as obras.

Essa discrepância também aparece na avaliação retrospectiva de Ruy Moreira. Em entrevista concedida a Marques em 2021, o geógrafo caracteriza a recepção da "combinação desigual" na Geografia brasileira como uma apropriação simplificada, afastada de sua vinculação com a teoria da revolução permanente e marcada pelo que denomina "dualismo reciclado" (Moreira, 2021 apud Marques, 2022, p. 294). O depoimento constitui uma avaliação crítica formulada por um participante da renovação geográfica e coloca em questão a distância entre a circulação da expressão e a apropriação de seus fundamentos. Sua abrangência, entretanto, precisa ser confrontada com as obras: a crítica de Moreira não elimina a possibilidade de traduções geográficas substantivas, nem permite classificar todas as apropriações como equivalentes. Por isso, a análise a seguir distingue reconhecimento genealógico, densidade conceitual e articulação político-estratégica.

Milton Santos e a formação socioespacial

A primeira confrontação envolve a categoria de formação socioespacial. Em *Sociedade e espaço*: *a formação social como teoria e como método*, Santos (1977) argumenta que uma formação econômica e social adquire existência concreta por meio de sua espacialização. O espaço constitui dimensão interna da reprodução social, na qual modos de produção, forças produtivas, técnicas, formas de trabalho e divisões territoriais se realizam historicamente. A formulação possui genealogia própria. Neste ensaio, propõe-se aproximá-la da TDDC como possibilidade de articulação analítica: a formação socioespacial permite investigar a materialização territorial de processos sociais, enquanto a TDDC enfatiza a produção de combinações históricas específicas sob as determinações do capitalismo mundial. Essa aproximação não pressupõe derivação intelectual nem identidade entre as formulações.

As referências posteriores de Milton Santos ao desenvolvimento desigual e combinado aprofundam essa aproximação. Em *Técnica, espaço, tempo*, o autor relaciona o aprofundamento do capital no espaço às "ilhas de arcaísmo" e aos aspectos regionais ou locais da divisão territorial do trabalho, concebidos como expressão de uma nova divisão do trabalho em escala mundial (Santos, 1998, p. 64). Em *A natureza do espaço*, a diversidade dos lugares resulta da realização diferenciada das determinações da totalidade, e o desenvolvimento desigual e combinado torna-se inteligível pelo processo de totalização (Santos, 1996). Em *Por uma Geografia Nova*, as diferenças internas do espaço urbano aparecem como manifestações locais, porém integrais, do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade (Santos, 2004).

A obra de Santos deve ser avaliada segundo seu próprio objeto; a dificuldade surge quando sua elaboração é tomada como substituta suficiente da TDDC. Sua compreensão do espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, articulada às relações entre totalidade e lugar, à divisão territorial do trabalho e à presença simultânea de técnicas e temporalidades distintas, apresenta elevada densidade geográfica. A diferença decisiva reside no mecanismo histórico: em Trotsky, a combinação resulta da interpenetração de relações sociais sob a pressão do mercado mundial e do imperialismo, com efeitos sobre a formação das classes e a dinâmica política. Em Santos, o desenvolvimento desigual e combinado funciona sobretudo como chave para compreender a realização diferencial da totalidade nos lugares.

Marques (2022, p. 287–289; 2023, p. 83–84) caracteriza essas ocorrências como menções pontuais e como uma recepção parcial da TDDC, na qual a circulação da expressão não corresponde à incorporação de seus fundamentos específicos. As passagens examinadas em Santos articulam desenvolvimento desigual e combinado, divisão territorial do trabalho e totalização, mas não explicitam sua vinculação à formulação de Trotsky.

Roberto Lobato Corrêa e a diferenciação regional

Em *Região e organização espacial*, Corrêa (2003) mobiliza a lei do desenvolvimento desigual e combinado, explicitamente atribuída a Trotsky, como fundamento para interpretar a diferenciação regional. O autor a relaciona à interpenetração dos contrários e à presença simultânea de fenômenos constituídos em diferentes tempos históricos. Sua explicação, entretanto, incorpora também a inserção das regiões na divisão nacional e internacional do trabalho, a associação de relações de produção distintas e os conflitos entre classes sociais, elites regionais e capitais externos. A região constitui, nessa perspectiva, uma realidade concreta produzida por múltiplas determinações históricas. Trata-se de uma apropriação geográfica que reconhece a autoria de Trotsky e articula a heterogeneidade espacial aos processos sociais responsáveis pela regionalização. O reconhecimento da autoria de Trotsky, entretanto, não se acompanha, nesse livro, da referência direta a seus escritos. Marques (2022, p. 286) relaciona essa característica à circulação da teoria por fontes secundárias, ressalvando o caráter introdutório da obra de Corrêa.

Ao apresentar a TDDC como modalidade da "interpenetração dos contrários" (Corrêa, 2003, p. 42), Corrêa abre a possibilidade de uma generalização trans-histórica do conceito. Essa tendência é parcialmente contida, contudo, quando o autor relaciona a combinação à divisão nacional e internacional do trabalho, à articulação espacial dos territórios e à coexistência de relações de produção distintas.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira e a reprodução de formas sociais não-capitalistas

Na Geografia Agrária de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o desenvolvimento desigual e combinado integra a análise da produção contraditória do território. Em *A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro*, o território é compreendido como produto da luta de classes, das relações sociais de produção e do desenvolvimento das forças produtivas. Sua construção envolve simultaneamente destruição, manutenção e transformação, constituindo uma unidade dialética da espacialidade social. Oliveira (1999, p. 74–75) relaciona esse movimento ao desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, articulado aos processos de valorização, produção e reprodução do capital. A diferenciação territorial expressa, portanto, as contradições pelas quais a reprodução capitalista transforma formações territoriais e produz configurações regionais específicas.

Essa interpretação é aprofundada em *Agricultura e indústria no Brasil*, texto originalmente publicado em 1981 e republicado em 2010. Oliveira parte da concepção de que o desenvolvimento do capitalismo deve ser compreendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, que envolve simultaneamente produção, circulação e realização da mais-valia (Oliveira, 2010). Nessa dinâmica, a reprodução ampliada também deve ser entendida como "reprodução de formas sociais não-capitalistas", ainda que sua lógica permaneça plenamente subordinada ao capital (Oliveira, 2010, p. 7). Assim, as desigualdades existentes no campo constituem, antes de simples sobrevivências destinadas ao desaparecimento, condições continuamente recriadas pelo próprio desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, a expansão do modo capitalista de produção redefine relações anteriores, subordina-as à sua reprodução e engendra relações não capitalistas contraditoriamente necessárias à acumulação (Oliveira, 2010).

Para fundamentar essa interpretação, Oliveira mobiliza explicitamente Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins. De Luxemburgo, retoma a tese de que a acumulação capitalista depende historicamente da existência de formas e meios sociais não capitalistas; de Martins, incorpora a compreensão de que diferentes momentos da formação econômico-social — produção capitalista, circulação de mercadorias e produção subordinada à circulação — permanecem articulados em um processo de alcance mundial (Oliveira, 2010). Com base

nessas formulações, sustenta que a expansão do capitalismo no campo ocorre fundamentalmente pela sujeição da renda da terra ao capital, seja pela apropriação direta da propriedade fundiária, seja pela subordinação da produção camponesa (Oliveira, 2010).

Essas referências, contudo, não esgotam os caminhos de elaboração de Oliveira. Marques (2022, p. 283) identifica uma apropriação própria do debate trotskista, associada à interpretação da produção capitalista de relações não capitalistas proveniente de Luxemburgo e desenvolvida por Martins. Cabe, portanto, distinguir as fontes mobilizadas em cada obra, evitando atribuir uma genealogia única ao conjunto de sua produção.

A contribuição de Oliveira reside, portanto, na recusa de interpretações dualistas e evolucionistas que opõem mecanicamente agricultura moderna e agricultura atrasada, capitalismo e campesinato ou trabalho assalariado e trabalho familiar. Na propriedade camponesa, a subordinação ao capital dispensa, em determinadas circunstâncias, tanto a expropriação dos meios de produção quanto a transformação imediata do produtor em trabalhador assalariado. O capital pode apropriar-se da renda da terra por meio da circulação mercantil, dos preços, do crédito bancário, dos juros e da atuação mediadora do Estado, mantendo formalmente a propriedade e o trabalho familiar do camponês (Oliveira, 2010). A heterogeneidade das relações de produção aparece, assim, como parte — em vez de exterioridade ou anomalia — do movimento contraditório de reprodução do capital.

Essa elaboração ultrapassa a simples identificação da coexistência entre relações sociais heterogêneas, pois explicita os mecanismos econômicos, políticos e territoriais responsáveis por sua articulação. Na introdução de *Agricultura e indústria no Brasil,* Oliveira define o texto como essencialmente político, situa sua produção no contexto da luta dos trabalhadores da cidade e do campo contra o capitalismo monopolista e relaciona a análise teórica à necessidade de transformação da ordem social (Oliveira, 2010). Permanece fora dessas obras uma discussão explícita da teoria da revolução permanente ou de suas formulações estratégicas específicas. Por isso, o eixo político-estratégico trotskista deve ser compreendido menos como ausência ou insuficiência do que como uma problemática distinta daquela diretamente desenvolvida por Oliveira.

Carlos Walter Porto-Gonçalves e a ampliação da problemática territorial

A trajetória de Carlos Walter Porto-Gonçalves torna ainda mais complexa a hipótese da "presença-ausência". Em entrevista concedida a Scarim (2023), o autor relatou que, após o contato inicial com traduções do marxismo soviético, vinculou-se, em 1974, à Liga Operária, organização trotskista posteriormente associada à formação da Convergência Socialista. Nesse caso, portanto, a relação com o trotskismo assumiu caráter tanto bibliográfico quanto político-formativo.

Em *A geografia está em crise. Viva a geografia!,* o autor já afirmava que cada lugar é singular porque o movimento realizado no espaço é desigual e combinado, sendo essa singularidade uma manifestação da divisão internacional e interna do trabalho e das determinações emanadas dos centros hegemônicos do capitalismo (Porto-Gonçalves, 1978). Mais adiante, relacionava explicitamente a realidade histórica desigual e combinada ao conceito de formação social, entendido como o modo concreto pelo qual diferentes modos de produção se combinam sob a hegemonia de um modo dominante. O lugar aparecia, então, como síntese de múltiplas determinações e como forma específica de materialização do universal (Porto-Gonçalves, 1978). Trata-se de uma apropriação conceitualmente densa, na qual desigualdade, combinação, formação social, divisão internacional do trabalho, lugar e totalidade aparecem articulados.

Em *De utopias e de topoi*, Porto-Gonçalves (2017) sustenta que formação social e desenvolvimento desigual e combinado ganham especial importância quando o capitalismo é observado desde sua periferia, plano concreto no qual o modo de produção deixa de operar como tipo ideal abstrato. Em comparação com o texto de 1978, no qual formação social, divisão internacional do trabalho e desenvolvimento desigual e combinado são articulados explicitamente, a análise de 2017 confere maior centralidade ao sistema-mundo moderno-colonial, à racialização, às territorialidades indígenas e camponesas, aos conflitos ambientais e aos lugares de enunciação. Essa ampliação dos sujeitos e problemas fortalece a crítica à espacialidade abstrata, embora as mediações entre classes, imperialismo, Estado e estratégia socialista se tornem menos explícitas na obra examinada.

Entre esses momentos, merece destaque o capítulo *Estrutura agrária e dominação no campo: notas para um debate*, publicado originalmente em 1982. Segundo Marques (2022, p.

295–296), Porto-Gonçalves explicita nesse texto a contribuição de Trotsky e articula desenvolvimento desigual e combinado, imperialismo, relações de produção e configuração das classes em escala nacional. Essa passagem permite identificar uma interlocução mais direta com os fundamentos da teoria, para além da presença da expressão em seus escritos.

Entre Stálin e o neostalinismo: apropriações políticas e teóricas na Geografia brasileira contemporânea

A categoria de neostalinismo constitui um campo de disputa interpretativa, sendo utilizada por alguns autores para caracterizar determinadas formas contemporâneas de revalorização de Stálin, enquanto outros rejeitam sua aplicação

Em Maestri (2020), o termo neostalinismo é empregado para caracterizar uma forma contemporânea de revalorização do legado de Stálin e de revisão de aspectos da experiência soviética, particularmente no contexto brasileiro. Para o autor, esse fenômeno não corresponde simplesmente à nostalgia do stalinismo histórico, mas à sua reelaboração em novas condições políticas e intelectuais. A crítica de Maestri dirige-se especialmente à recepção brasileira da obra de Domenico Losurdo, cuja interpretação de Stálin e do stalinismo é compreendida como parte de um movimento de revisão historiográfica e política. Nessa perspectiva, o neostalinismo assumiria uma função ideológica no interior de setores contemporâneos do movimento socialista e comunista, chegando a ser caracterizado por Maestri como uma "ideologia justificadora da contrarrevolução capitalista" (Maestri, 2020, p. 13).

Embora Maestri (2020) desenvolva sua análise em um registro crítico dirigido à obra de Losurdo, suas formulações permitem investigar como a reinterpretação favorável de Stálin se manifesta em escritos de determinados intelectuais vinculados à Geografia brasileira, sobretudo quando esses autores recorrem a interpretações revisionistas que relativizam aspectos do stalinismo e valorizam positivamente a atuação política de Stálin enquanto Trotsky recebe um tratamento no mínimo contestável. A questão envolve tanto o conteúdo das avaliações do passado soviético quanto sua função argumentativa: quais realizações são valorizadas, como a repressão é contextualizada e que lugar se atribui às oposições marxistas. Nessa perspectiva, a análise pode examinar quando a ênfase no fortalecimento estatal e no

desenvolvimento das forças produtivas passa a relativizar a responsabilidade política pelos meios empregados.

Na Geografia brasileira atual, Marcos Aurélio da Silva (2011) oferece um exemplo dessa atuação ao acolher, em sua resenha de *Stalin: história crítica de uma lenda negra*, de Domenico Losurdo, a revisão da imagem histórica de Stálin e reproduzir caracterizações negativas de Trotsky, associando-o ao extremismo econômico, ao universalismo abstrato e à tentativa de golpe em 1927[11]. Ao abordar a tragédia de Nazino, a resenha acompanha uma explicação centrada na deficiência de planejamento, relativizando a responsabilidade política pela violência.

Silva traduziu, em 2015, o texto de Losurdo "*Revolução de Outubro e democracia no mundo*". Na apresentação da tradução, o autor destaca a crescente circulação da obra de Losurdo no Brasil e inclui entre suas referências *Stalin: história crítica de uma lenda negra*. O texto traduzido sustenta uma reinterpretação da Revolução de Outubro a partir de sua contribuição para a superação de discriminações de gênero, classe e raça, deslocando a crítica da experiência soviética para as contradições históricas das democracias liberais e do imperialismo ocidental. Embora essa perspectiva permita problematizar a narrativa que identifica democracia e liberalismo como processos historicamente indissociáveis, ela também tende a produzir uma ênfase seletiva: a violência racial, colonial e imperialista do Ocidente é examinada em detalhe, enquanto as contradições internas da experiência soviética e os mecanismos de repressão associados à burocratização stalinista permanecem em segundo plano.

Na tese de Jabbour (2010), Stálin aparece tanto como referência teórica quanto como objeto de uma avaliação política favorável. O autor mobiliza sua formulação sobre a objetividade das leis econômicas e aprova expressamente sua definição do leninismo, qualificada como "muito acertada" (Jabbour, 2010, p. 123). Ao discutir os caminhos de desenvolvimento soviético e chinês, também contesta a "demonização" de Stálin e Mao fundada exclusivamente nas opções adotadas, enfatizando suas condições materiais (Jabbour, 2010, p. 63). Ao que parece, a figura de Stálin não é mobilizada apenas como fonte

[11] Maestri (2020) contesta a interpretação losurdiana das manifestações oposicionistas de 1927 como tentativa de golpe militar, questionando a sustentação documental dessa narrativa e o uso de Malaparte e Ruth Fischer. Sua crítica oferece um contraponto à caracterização reproduzida por Silva (2011).

bibliográfica, mas também como referência para legitimar determinadas opções políticas. Ao mencionar os "excessos" cometidos por Stálin e Mao, Jabbour (2010, p. 62) emprega uma categoria cuja abrangência permanece pouco delimitada. Novamente a argumentação sobre as condições materiais do desenvolvimento tende a relativizar ou minimizar a responsabilidade política pelos meios empregados.

Em outro momento, Jabbour (2010, p. 47), aproximando a leitura de Wallerstein da de Trotsky, afirma: "[...] em Wallerstein, assim como para Trotsky, vemos uma base teórica de negação da questão nacional". E, ademais, continua ele "como da não observância da evidência empírica de que há muito tempo o comércio internacional praticado pelos países socialistas, principalmente a China hoje" que, segundo Jabbour, "dá-se de forma planificada e não como no capitalismo, onde também nesse aspecto ainda reina a anarquia da produção" (Jabbour, 2010, p. 47).

A caracterização de Trotsky por Jabbour (2010) como referência de negação da questão nacional e de desconsideração do planejamento do comércio exterior não encontra respaldo nos textos do revolucionário russo. Em *A revolução permanente*, Trotsky incorpora a emancipação nacional às tarefas revolucionárias dos países coloniais e semicoloniais (Trotsky, 2007). Em seu artigo sobre a Ucrânia de 1939, defende explicitamente a constituição de uma república soviética independente e o direito à autodeterminação (Trotsky, 1939). Também em *A Internacional Comunista depois de Lenin* examina os planos soviéticos de exportação e importação, reconhecendo a importância do monopólio estatal do comércio exterior, embora sustente que esse instrumento regula a dependência do mercado mundial sem eliminá-la (Trotsky, 1928). Em *A revolução traída*, reafirma o papel desse monopólio entre as transformações econômicas decorrentes da Revolução de Outubro (Trotsky, 2020). A divergência reside, portanto, na avaliação dos limites da construção socialista em escala nacional. Ao apresentar essa posição como negação da questão nacional e desconhecimento do planejamento, a passagem de Jabbour obscurece distinções fundamentais da argumentação trotskista.

Esses exemplos indicam que a disputa pela memória de Stálin e do stalinismo permanece atual em escritos de intelectuais vinculados à Geografia brasileira e envolve também a representação de Trotsky e das alternativas marxistas combatidas pelo neostalinismo. Nas intervenções examinadas, a reavaliação favorável de Stálin aparece, em alguns casos,

acompanhada de caracterizações depreciativas ou simplificadoras de Trotsky, renovando controvérsias sobre sua contribuição teórica e política. A atualidade do tema reside, portanto, tanto na interpretação do passado soviético quanto na seleção e legitimação de referências marxistas no presente.

Considerações finais

A violência stalinista, a institucionalização internacional de um marxismo oficial e a estigmatização do trotskismo contribuíram para um ambiente histórico e geográfico de circulação profundamente desigual. Os circuitos vinculados ao stalinismo dispunham de recursos partidários, formativos e editoriais superiores aos das correntes dissidentes. A documentação examinada oferece evidências dessa desigualdade de circulação; sua incidência direta sobre escolhas intelectuais específicas da Geografia permanece uma hipótese dependente de fontes biográficas e institucionais. A tese do ensaio situa-se, portanto, na convergência entre condições históricas de circulação e mediações próprias do campo disciplinar, sem atribuir ao stalinismo causalidade exclusiva.

A comparação das obras revela caminhos distintos de elaboração geográfica e de interlocução com a TDDC. Milton Santos articula totalidade, lugar e formação socioespacial, oferecendo uma interpretação substantiva da realização territorial dos processos sociais. Roberto Lobato Corrêa combina a apresentação do desenvolvimento desigual e combinado como princípio dialético com mediações históricas da diferenciação regional, especialmente a divisão do trabalho e as relações de produção. Ariovaldo Umbelino de Oliveira explica a reprodução contraditória do território e das relações não capitalistas com fundamento explícito em Rosa Luxemburgo e José de Souza Martins. Porto-Gonçalves, cuja trajetória registra vínculo político com o trotskismo, articula inicialmente desenvolvimento desigual e combinado, formação social e divisão internacional do trabalho, deslocando posteriormente a ênfase para a colonialidade e as territorialidades. Esses resultados mostram que reconhecimento genealógico, densidade conceitual e articulação político-estratégica não avançam necessariamente juntos, exigindo uma avaliação específica de cada apropriação.

As intervenções contemporâneas examinadas mostram que a disputa pela memória de Stálin permanece presente em escritos de intelectuais vinculados à Geografia brasileira. A

valorização da interpretação revisionista de Losurdo e o tratamento da repressão permitem identificar aproximações argumentativas com o neostalinismo discutido por Maestri (2020).

A principal limitação deste estudo reside na documentação arquivística ainda insuficiente para reconstruir decisões de editoras, programas universitários, grupos de pesquisa e trajetórias individuais. Essa lacuna define uma agenda de investigação: confrontar sistematicamente apropriações geográficas com os textos originais de Trotsky; examinar currículos, bibliotecas, traduções e políticas editoriais; reconstruir redes de citação e formação; e recorrer a entrevistas, correspondências e arquivos partidários. Para as intervenções contemporâneas, cabe ainda investigar seus públicos, formas de circulação e modos de recepção, distinguindo a publicação de uma interpretação de sua efetiva incorporação à formação intelectual.

Recuperar a elaboração trotskista em sua densidade histórica exige distinguir desigualdade de combinação, demonstrar os mecanismos pelos quais determinações mundiais reestruturam formações particulares e reconstruir suas consequências para classes, alianças, escalas de ação e estratégia política. As traduções geográficas podem ampliar essa problemática ao investigar a produção capitalista do espaço, a diferenciação territorial e a agência espacial do trabalho, desde que não convertam a TDDC numa denominação genérica da heterogeneidade. Trata-se, portanto, de preservar seu núcleo histórico-relacional e político-estratégico sem negar a autonomia nem a capacidade de elaboração conceitual da Geografia.

Em seu testamento, escrito no exílio em Coyoacán, Trotsky relata que olhava pela janela e via "a larga faixa de verde sob o muro" e "o claro céu azul" (Trotsky, 1940). A imagem oferece uma última chave para este ensaio. Investigar sua "presença-ausência" na Geografia brasileira é reconstruir os caminhos pelos quais suas ideias atravessaram fronteiras, foram incorporadas a outras obras e, por vezes, perderam o reconhecimento de sua autoria e suas funções, sobretudo em decorrência da violência stalinista. Recuperar esses percursos significa também retomar as questões históricas e políticas que constituem sua elaboração teórica e podem contribuir para compreender as contradições do capitalismo, suas expressões geográficas e as possibilidades de sua superação.

Referências

ABRAMO, Fúlvio; KAREPOVS, Dainis (org.). **Na contracorrente da história:** documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. INSTITUTO DE ECONOMIA. **Manual de economia política**. Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/index.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

AFANÁSSIEV, V. G. **Fundamentos da filosofia.** Tradução de K. Asryants. Moscovo: Progresso, 1982.

ALEXANDER, Robert J. **International Trotskyism, 1929–1985**: a documented analysis of the movement. Durham: Duke University Press, 1991.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Do partido único ao stalinismo**. São Paulo: Alameda, 2021.

ANDERSON, Perry. Trotsky's interpretation of Stalinism. **New Left Review**, London, n. 139, p. 49-58, May/June 1983.

BAHIA, Sabino. Preparação, formação e educação dos quadros do Partido: intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. **Problemas: Revista Mensal de Cultura Política**, n. 64, dez. 1954/fev. 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/prep.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BARKER, Colin. Beyond Trotsky: extending combined and uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 72-87.

BARNES, Trevor J. "Not only ... but also": quantitative and critical geography. **The Professional Geographer**, v. 61, n. 3, p. 292-300, 2009. DOI: 10.1080/00330120902931937.

BATISTA, Edimar Eder; SALVI, Rosana Figueiredo. Mudanças paradigmáticas: a geografia crítica e o momento histórico de seu surgimento. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 329-338, 2002. DOI: 10.5433/2447-1747.2002v11n2p329. Disponível em: https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6735. Acesso em: 28 ago. 2026.

BENSAÏD, Daniel. Comunismo contra stalinismo: uma resposta ao Livro negro do comunismo. **Rouge,** Paris, n. 1755, suplemento Dossier, 1997. Tradução de Nina Basílio. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/bensaid/1997/mes/90.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BIANCHI, Álvaro. **Trotsky em português**: esboço bibliográfico. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. 102 p. (Textos Didáticos, n. 54).

BRANDENBERGER, David; ZELENOV, Mikhail V. (ed.). **Stalin's master narrative:** a critical edition of the History of the Communist Party of the Soviet Union (Bolsheviks), Short Course. New Haven: Yale University Press, 2019.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007.

BROUÉ, Pierre. **O partido bolchevique**. São Paulo: Sundermann, 2014.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GUARANHA, Manoel Francisco; SOUSA, Rafael Lopes de. Sistema repressivo e aparelhamento do Estado na década de 1930: o cerco policial aos trotskistas (São Paulo, 1928–1938). **Veredas: Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 4, n. 8, p. 194–232, 2021. Disponível em: https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/299. Acesso em: 25 set. 2026.

CAMPOS, José Roberto. **O que é trotskismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 40).

CHASE, William J. **Enemies within the gates?** The Comintern and the Stalinist repression, 1934-1939. Tradução de Vadim A. Staklo. New Haven: Yale University Press, 2001.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista:** categorias e leis da dialética. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista:** da Comintern ao Cominform. 2. ed. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COHEN, Stephen F. **Rethinking the Soviet experience:** politics and history since 1917. Oxford: Oxford University Press, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CRESSWELL, Tim. "Why was there this fence, a symbol of territory and separation, in this unlikely place?" – Tim Cresswell on Svalbard and poetry. **Penned in the Margins**, 10 mar. 2016. Disponível em: https://www.pennedinthemargins.co.uk/index.php/2016/03/why-was-there-this-fence-a-symbol-of-territory-and-separation-in-this-unlikely-place-tim-cresswell-on-svalbard-and-poetry/. Acesso em: 1 set. 2026.

DAVIDSON, Neil. From uneven to combined development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution:** results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 10-26.

DEL ROIO, M. **A classe operária na revolução burguesa**: a política de alianças do PCB (1928-1935). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEUTSCHER, Isaac. Mr E. H. Carr as historian of the Bolshevik regime. In: DEUTSCHER, Isaac. **Heretics and renegades and other essays**. London: Hamish Hamilton, 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/deutscher/1955/eh-carr.htm. Acesso em: 25 set. 2026.

DIAS, Renato. **Revolução, partido único e stalinismo.** Renato Dias, 30 jul. 2021. Disponível em: https://renatodias.online/movimento/2021/07/30/urss-um-estado-totalitario-e-policialesco/. Acesso em: 30 ago. 2026.

DUNN, Bill. Combined and uneven development as a strategic concept. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 166-179.

FIRSOV, Fridrikh I. Dimitrov, the Comintern and Stalinist repression. In: McLOUGHLIN, Barry; McDERMOTT, Kevin (org.). **Stalin's terror:** high politics and mass repression in the Soviet Union. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. p. 56-81. DOI: 10.1057/9780230523937_4.

FRANÇA FILHO, Astrogildo Luiz de. Considerações sobre a renovação crítica da geografia brasileira. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 5, n. 1, p. 11-27, 2012. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4982. Acesso em: 28 ago. 2026.

FREITAS, Weder David de. **Geografia, militância e marxismo**: a trajetória de Horieste Gomes e sua participação no Movimento de Renovação da Geografia Brasileira. 2014. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

GOLDMAN, Wendy Z. **Terror e democracia nos tempos de Stálin**: a dinâmica social da repressão. São Paulo: LavraPalavra, 2021.

GOMES, Horieste. Espaço/tempo em geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 105-134, jan./dez. 1983. Disponível em: https://repositorio.bc.ufg.br/items/928d80ac-82e5-45f4-a756-c6bcd6996b33. Acesso em: 28 ago. 2026.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em geografia**. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: UCG, 2007.

GORDIN, Michael D. Lysenkoism. **Encyclopedia of the History of Science**, Feb. 2022. DOI: 10.34758/d5bq-k368. Disponível em: https://ethos.lps.library.cmu.edu/article/id/560/. Acesso em: 28 ago. 2026.

HALFIN, Igal. **Intimate enemies**: demonizing the Bolshevik opposition, 1918–1928. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2011.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEROD, Andrew. Trotsky's omission: labour's role in combined and uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 152-165.

JABBOUR, Elias Marco Khalil. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JUBERTE, Vinícius de Oliveira. **A Editorial Vitória e as edições comunistas no Brasil:** da legalidade ao golpe (1944-1964). 2023. 399 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI:

10.11606/T.8.2023.tde-22082023-121502. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-22082023-121502/. Acesso em: 28 ago. 2026.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. v. 2, p. 229-254.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Papirus, 2012.

LEWIN, Moshe. **O século soviético**. São Paulo: Record, 2006.

LEWIN, Moshe. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). **História do marxismo:** o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v. 7, p. 203-240.

LISBOA, Roberto Borges. A historiografia do trotskismo no Brasil dos anos 1930: o que dizem os estudos sobre o projeto político da dissidência comunista. In: JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 14., 2013, Mendoza. **Anais [...]**. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013. p. 1-17. Disponível em: https://www.aacademica.org/000-010/169. Acesso em: 28 ago. 2026.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, v. 1, n. 1, p. 73-80, 1998.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. **Do partido único ao stalinismo.** São Paulo: Alameda, 2021, p. 11-14.

LUKÁCS, Georg. **The process of democratization**. Tradução de Susanne Bernhardt e Norman Levine. Albany: State University of New York Press, 1991.

LOSURDO, Domenico. Revolução de Outubro e democracia no mundo. Tradução de Marcos Aurélio da Silva. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis,** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 361-374, jan./jun. 2015. DOI: 10.5007/1807-1384.2015v12n1p361.

MAESTRI, Mário. **Domenico Losurdo:** Um Farsante na Terra dos Papagaios. Ensaios sobre o estalinismo e neo-estalinismo no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: FCM, 2020.

MANDEL, Ernest. On the nature of the Soviet State. **New Left Review,** London, n. 108, mar./abr. 1978. Disponível em: https://newleftreview.org/issues/i108/articles/ernest-mandel-on-the-nature-of-the-soviet-state. Acesso em: 1 set. 2026.

MANDEL, Ernest. Why the Soviet bureaucracy is not a new ruling class. **Monthly Review**, New York, v. 31, n. 3, 1979. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/mandel/1979/xx/sovbur.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

MARQUES, Leônidas de Santana. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado na Geografia no Brasil: fontes e lugares de produção. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 34, n. 1, p. 72-89,

jan./jun. 2023. DOI: 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i1.p.72-89. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/18878. Acesso em: 28 ago. 2026.

MARQUES, Leônidas de Santana. **Caminhos da recepção intelectual da teoria do desenvolvimento desigual e combinado pela Geografia no Brasil**. 2022. 390 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MARQUES, Leônidas de Santana. Desenvolvimento desigual e combinado na Geografia acadêmica no Brasil: uma análise da teoria em sua recepção e apropriação. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 48, 2025. DOI: 10.12957/geouerj.2025.90146. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/90146. Acesso em: 28 ago. 2026.

MONTEIRO, Marcio Lauria. As análises de Leon Trotsky sobre a União Soviética e o stalinismo. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 23, n. 2, p. 176-207, nov. 2017. Disponível em: https://www.verinotio.org/revistas.php?revista=23&v=2. Acesso em: 28 ago. 2026.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da "tese da continuidade". **História & Luta de Classes**, ano 10, n. 19, p. 23-29, mar. 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MORAES, Lincoln. As sete vidas do stalinismo. **Cronos:** R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 14, n. 1, p. 80–96, jan./jun., 2013.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia no Brasil no período 1978–1988. **GEOgraphia**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 27-49, 2000. DOI: 10.22409/GEOgraphia2000.v2i3.a13373.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2007.

MORGAN, W. John. Marxism–Leninism: the ideology of twentieth-century communism. In: WRIGHT, James D. (ed.). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2015. v. 14, p. 656–662. DOI: https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.93075-7.

MOURA, Rosa; OLIVEIRA, Deuseles de; LISBOA, Helena dos Santos; FONTOURA, Leandro Martins; GERALDI, Juliano. Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? **Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 13, n. 786, 5 jun. 2008. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/b3w-786.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 41-58, abr. 2014. DOI: 10.1590/S0103-40142014000100006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000100006. Acesso em: 28 ago. 2026.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-107.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 66-109.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O "econômico" na obra "Geografia econômica" de Pierre George: elementos para uma discussão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 41-52, 1977. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1090. Acesso em: 28 ago. 2026.

PEDROSA, Breno Viotto. A controvérsia da Geografia crítica no Brasil: parte II. **Geosul**, Florianópolis, v. 30, n. 59, p. 29–47, jan./jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.5007/2177-5230.2015v30n59p29. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/2177-5230.2015v30n59p29/30128. Acesso em: 30 ago. 2026.

PEET, Richard. The development of radical geography in the United States**. Progress in Human Geography**, v. 1, n. 2, p. 240-263, 1977. DOI: 10.1177/030913257700100203.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p. 5-30, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de topoi: espaço e poder em questão - perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 10-58, 2017. DOI: 10.5433/got.2017.v3.32464. Disponível em: https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.32464. Acesso em: 28 ago. 2026.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROGÓVIN, Vadim. **1937**. São Paulo: Sundermann, 2024.

ROGÓVIN, Vadim. **Havia alternativa ao stalinismo?** São Paulo: Sundermann, 2023.

ROSENBERG, Justin. Why is there no international historical sociology? **European Journal of International Relations**, London, v. 12, n. 3, p. 307-340, set. 2006. DOI: 10.1177/1354066106067345. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066106067345. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCARIM, Paulo Cesar. Entrevista com Carlos Walter Porto-Gonçalves. **Geografares**, Vitória, v. 3, n. 37, p. 7-50, 1 dez. 2023. DOI: 10.47456/geo.v3i37.42967. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/42967. Acesso em: 28 ago. 2026.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. A questão nacional e a revolução brasileira em Nelson Werneck Sodré: contextualização e evolução. **Ciências Sociais em Revista**, São Leopoldo, v. 57, n. 3, p. 347-357, 2021. DOI: 10.4013/csu.2021.57.3.08. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/16678. Acesso em: 28 ago. 2026.

SECCO, Lincoln; PERICÁS, Luiz Bernardo (org.). **História do PCB**. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.

SILVA, Armando Corrêa da. A renovação geográfica no Brasil – 1976/1983: as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 73–140, 1984.

SILVA, Armando Corrêa da. Geografia e ideologia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 52, p. 93-100, 1976. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/issue/view/96. Acesso em: 28 ago. 2026.

SILVA, Marcos Aurélio da. Para entender Stalin e o "stalinismo". **Fundação Maurício Grabois**, 29 jun. 2011. Disponível em: https://grabois.org.br/2011/06/29/para-entender-stalin-e-o-stalinismo/. Acesso em: 29 set. 2026.

SMITH, Neil. The geography of uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo (org.). **100 years of permanent revolution**: results and prospects. London: Pluto Press, 2006. p. 180-195.

SMITH, Neil. **Uneven development:** nature, capital, and the production of space. 3. ed. Athens: University of Georgia Press, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck (org.). **Fundamentos do materialismo dialético.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à geografia**: geografia e ideologia. Petrópolis: Vozes, 1976.

STÁLIN, J. **O materialismo dialético e o materialismo histórico.** São Paulo: Global, 1978.

STÁLIN, J. **Problemas econômicos do socialismo na URSS.** São Paulo: Anita Garibaldi, 1985.

STÁLIN, J. V. **Sobre os fundamentos do leninismo**. São Paulo: Edições Nova Cultura, 2018.

STUDER, Brigitte. **The transnational world of the Cominternians**. Tradução de Dafydd Rees Roberts. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015. DOI: 10.1057/9781137510297.

TABAK, Salomão; KONDER, Victor. A divulgação das obras de Stálin no Brasil. **Problemas: Revista Mensal de Cultura Política**, n. 23, dez. 1949. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/23/obras.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009. DOI: 10.5801/ncn.v12i2.324. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/324. Acesso em: 28 ago. 2026.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. São Paulo: Sundermann, 2020.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. São Paulo: Sundermann, 2017.

TROTSKY, Leon. Testamento. **Marxists Internet Archive,** 27 fev. 1940. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/02/27.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

TROTSKY, Leon. **The Stalin School of Falsification.** Tradução de Max Shachtman. New York: Pioneer Publishers, 1937. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1937/ssf/. Acesso em: 25 set. 2026.

TROTSKY, Leon. The workers' State, Thermidor and Bonapartism. **The New International,** New York, v. 2, n. 4, jul. 1935. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/02/ws-therm-bon.htm. Acesso em: 1 set. 2026.

TROTSKY, Leon. The dependence of the USSR on world economy. In: TROTSKY, Leon. **The Third International after Lenin.** [S. l.]: Marxists Internet Archive, [s. d.]. cap. 1, seção 7. Texto original de 1928. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1928/3rd/ti02.htm. Acesso em: 2 out. 2026.

TROTSKY, Leon. **The problem of the Ukraine.** [S. l.]: Marxists Internet Archive, [s. d.]. Texto datado de 22 abr. 1939. Disponível em: https://www.marxists.org/archive/trotsky/1939/04/ukraine.html. Acesso em: 2 out. 2026.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Western Marxism and the Soviet Union**: a survey of critical theories and debates since 1917. Leiden: Brill, 2007. Disponível em: https://www.historicalmaterialism.org/book-series/western-marxism-and-the-soviet-union/. Acesso em: 1 set. 2026.

VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

WALKER, Rachel. Marxism-Leninism as discourse: the politics of the empty signifier and the double bind. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 19, n. 2, p. 161-189, 1989. DOI: 10.1017/S0007123400005421.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA, André Luis Amorim de. Um espectro ronda a Geografia Crítica: a violência stalinista e a contradição da "presença-ausência" de Trotsky no pensamento geográfico brasileiro. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 116, p. 724–761, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/swrytq17

Recebido em 12 de outubro de 2025

Aceito em 25 de agosto de 2026

Sobre o autor: Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Geografia pela mesma instituição e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas nos campos da Geografia Humana, Agrária, Econômica e do Trabalho.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar

Boletim Paulista de Geografia

AGB SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

RESENHA

ADORNO, Theodor W. – Introdução à Dialética. Trad. Erick Lima. São Paulo: Ed. Unesp, 2022

Evandro Arruda de Martini

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória, Espírito Santo, Brasil.
eevandroevandro@gmail.com



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O livro *Introdução à dialética* é a transcrição de um curso de 20 aulas ministradas por Theodor Adorno em 1958 na Universidade de Frankfurt para um público que, além de estudantes de filosofia, incluía alunos de outros cursos de ciências humanas (Adorno, 2022 [a partir daqui citado como I.D.], p. 112). Tendo em vista o público, Adorno esforçou-se para tornar tão compreensíveis quanto possível seus diálogos com as obras de outros autores que pensaram a dialética, sobretudo Hegel e Marx. Nesta resenha, chamo atenção para dois aspectos do pensamento de Adorno que são relevantes em debates contemporâneos, inclusive na Geografia: (i) a dialética como combate à reificação do pensamento e ao "pensar administrativo", e (ii) o papel do pensamento crítico no combate a uma postura conformista e resignada.

Antes de entrar nesses temas específicos, interessa examinar a apresentação que Adorno faz dos "dois tipos essenciais de dialética que existem hoje" (I.D., p. 237), isto é, dois modos diferentes de se pensar a dialética. Na aula nº 9 são abordadas "a dialética idealista, tal como foi sustentada e minuciosamente construída sobretudo por Hegel [...]; e, de outro lado, a dialética materialista, a qual está, quanto à sua origem, essencialmente ligada ao nome de Marx." (I.D., p. 238).

Adorno entende que a dialética formulada por Hegel sem dúvida seria "o tipo idealista, pois nele se afirma realmente o primado do pensar sobre o ser" (ibid.). Em uma definição "um tanto superficial", a dialética hegeliana seria "realmente uma filosofia do espírito" (I.D., p. 239). Embora seja possível ler a obra de Hegel a partir de um "momento crítico" – e é isso que Adorno faria em seu livro *Três Estudos sobre Hegel* –, o ponto de vista do próprio Hegel privilegiou um "primado do momento afirmativo, reconfortante e, caso queiram, apologético." (I.D., p. 241). Como argumenta Adorno, a razão "sempre comete injustiça contra aquilo que não é idêntico a ela", motivo pelo qual seria necessário desenvolver um pensamento dialético que permita abordar "aquilo que é amputado pelo próprio pensamento", que "foi negligenciado no decurso do próprio processo europeu de progressivo esclarecimento e que foi subjugado pela dominação racional", em suma as "vítimas do processo de esclarecimento" (I.D., p. 149-152).

Na leitura de Adorno, Hegel aparece como representante de uma filosofia que se estabelece como apologética da ordem vigente e, por isso mesmo, reconfortante. Adorno estuda com atenção, nestas aulas, a *Fenomenologia do Espírito*, por entender que esse livro de Hegel "continua sendo o texto mais importante para a introdução à dialética enquanto método" (I.D., p. 98), mas ao mesmo tempo deixa claro que o pensamento dialético precisaria dar passos para além daqueles realizados por Hegel. Na seção final desta resenha, comento o quanto esse objetivo – que recusa qualquer tipo de conformismo, de aceitação resignada do caminho atual do desenvolvimento histórico – já se encontrava em germe nos debates entre Adorno e Benjamin nos anos 1930.

Frente a esse aspecto "reconfortante" do espírito na dialética de Hegel, a "dialética materialista" sustenta a necessidade de se "tornar de fato decisivo o momento da não identidade, da contradição, [...] no sentido de que não afirmemos, sobre o mundo tal como ele é, ou seja, sobre o objeto de conhecimento, uma identidade acabada entre pensar e ser." (I.D. p. 241).

Prossegue Adorno: no pensamento dialético proposto por Marx, o mundo "com o qual a humanidade teve até hoje que lidar é um mundo em si repleto de contradições", de modo que aquela identidade entre pensamento e coisa, "que o conceito especulativo em Hegel afirmava ter assegurado", seria um horizonte futuro, ainda não alcançado, "uma identidade que precisa ser produzida. Em outras palavras, trata-se de reconhecer que a produção de uma efetividade constituída de modo não contraditório é uma questão para a práxis humana, e não um problema simplesmente para a filosofia." (Ibid.).

A reconciliação, que em Hegel seria realizada pelo pensamento, em Marx é um anseio para o futuro, o que acentua a ausência de conciliação e harmonia no presente. Se, por um lado, essa dialética materialista não pode dispensar da práxis necessária para a construção de um mundo melhor, por outro lado não pode dispensar tampouco do pensamento, o que resulta em uma complexa relação que Adorno admite como formulada em termos ainda insuficientes.

> A relação entre teoria e prática na dialética materialista é extraordinariamente complexa e intrincada. Em todo caso, porém, a práxis aqui se faz valer com toda a seriedade, e se não estivéssemos dispostos a incluir o conceito de práxis – em outras palavras, de transformação do mundo pela ação – então o pensamento de que as relações materiais ou de que o meramente existente possam ser em si mesmos dialéticos não poderia sequer ser cogitado. Ainda que essa

> ideia não seja concebida por Marx como meramente contemplativa [...] trata-se certamente para ele de uma teoria. Eis aí uma estrutura complicada. Espero [no futuro] desdobrá-la de modo mais detalhado. (I.D., p. 244).

Nas suas obras tardias, Adorno abordaria novamente essa temática da práxis, mas o problema é complexo e as soluções mais simples seriam provavelmente as mais equivocadas.[1]

Contra a coisificação

Não é trivial resumir as formulações de Adorno sobre dialética. Mas um aspecto de fácil compreensão da problemática, bastante atual ainda hoje, é a comparação entre um tipo de conhecimento científico que opera por meio de definições fixas e dados em planilhas – que convêm à administração burocrática da vida – e o pensamento dialético que buscaria explicitar a violência contida nesse pensar administrativo. "A dialética", resume Adorno na última aula, "é a tentativa de escapar da prisão da lógica, do caráter coercitivo da lógica – no qual, na verdade, o caráter coercitivo da sociedade se reflete" (I.D., p. 509).

Ao explicitar tal paralelo entre o caráter violento tanto da lógica ocidental como da sociedade, Adorno está pondo em prática a "ideia do núcleo temporal da verdade, segundo a qual não existe uma verdade universal, repousando estática em si mesma, tampouco uma verdade acima da sociedade" (I.D., p. 134). Daí se desdobra a crítica ao pensamento coisificado ou reificado. O conceito de reificação é um dos elementos da teoria marxista mais importantes para Adorno: em uma breve recuperação, cabe recordar que, para Marx ([1894] 1988, p. 280), a crítica da economia política deve dissolver a "ossificação" dos elementos sociais da riqueza, "essa reificação das relações de produção" que constitui uma "religião da vida cotidiana", ou seja, uma secularização dos dogmas religiosos aplicados a aspectos das relações econômicas considerados inquestionáveis pelos economistas mais ingênuos. Marx executa, então, uma passagem da crítica da religião para a crítica da vida material permeada pelas relações

[1] Para uma discussão do tema da práxis em Adorno, cf. Amaro Fleck sobre a "tão citada 11ª tese de Marx sobre Feuerbach" que aponta a necessidade de se transformar o mundo e não somente interpretá-lo. Na ausência de possibilidade imediata de uma transformação, seria preciso voltar-se novamente para a interpretação. E não é irrelevante lembrar que, após escrever as Teses sobre Feuerbach, Marx passou "décadas no Museu Britânico para escrever uma obra teórica de Economia Política" (Fleck, 2017, p. 474).

capitalistas. As categorias fundamentais do capitalismo, como trabalho assalariado, lucro e juros, são entendidas como "naturais" enquanto outras seriam "artificiais":

> Os economistas têm procedimentos singulares. Para eles, só existem duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições do feudalismo são artificiais, as da burguesia são naturais. Eles assemelham-se, nisso, aos teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: a sua é emanação de Deus, as outras são invenções do homem. Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que [...] são leis eternas que devem sempre reger a sociedade. (Marx, [1847] 1985, p. 115, trad. modificada).

Nesse trecho citado, aparece a passagem da crítica ao dogma religioso para a crítica ao dogma econômico. Em ambos os casos, trata-se de formulações que se pretendem definitivas, conformes à natureza divina ou humana e, portanto, sem historicidade. No pensar dialético, pelo contrário,

> [aquilo] que aparece a todo pensar tradicional como absolutamente seguro e firme, a verdade que permanece igual a si mesma, **a-histórica**, fixada, aparece agora, em certa medida, como imagem histórica distorcida, isto é, como expressão de relações petrificadas que pretendem perpetuar a si mesmas, relações cuja natureza consiste justamente em se perpetuarem e que, no fundo, surgiram de uma relação viva com o sujeito. São relações que, conforme o termo decisivo para esta filosofia, estão **coisificadas** [*verdinglicht*]. (I.D., p. 87, grifo meu)

Cabe ressaltar que esse conceito foi traduzido por Erick Lima como "coisificação/coisificado", ao contrário de diversos autores e tradutores lusófonos que têm preferido "reificação". A escolha parece adequada por soar mais simples e direta do que a expressão "reificação", do latim "*res*" (coisa).

> Assim, aquilo que aparece [...] como garantia da verdade, o firme, o inalterável, aparece de antemão à filosofia dialética – e isso vale para ambas as variantes da dialética – como um fenômeno de endurecimento. [Pensar dialeticamente, então, faz parte] da **luta contra a coisificação do mundo**, contra a convencionalização do mundo, em virtude da qual o que foi congelado, o enrijecido, o surgido historicamente, aparece como se fosse algo existente em si mesmo e que seria válido para nós por todos os tempos. (I.D., p. 87, grifo meu).

Como vimos, Adorno considerava que entre pensamento e prática havia uma relação complexa e irredutível a uma palavra de ordem simplificada. Daí resulta a articulação também complexa entre a reflexão teórica e uma "luta" contra certas tendências históricas. Não por acaso, isso tudo se aproxima da história a contrapelo proposta por Walter Benjamin.

Contra o conformismo

Outro aspecto notável da reflexão de Adorno sobre a dialética é a posição firme contra a sensação "reconfortante de segurança" que corresponde às definições fixas (I.D., p. 466), segurança e conformismo em que o pensamento se torna "inflexível como uma coisa [...] de maneira que então sejamos capazes de etiquetá-lo facilmente com uma das visões de mundo [...] que estão hoje, em certa medida, disponíveis para escolha. E é isso que me parece ser o realmente assustador." (I.D. p. 443-444). Os adjetivos utilizados – *coisificado*, *assustador* – correspondem a uma estratégia retórica da ênfase e mesmo do exagero: sem o exagero, afirma ele, o pensamento não atravessa a fachada das "representações arraigadas", contentando-se em ser "reprodução daquilo que já se diz ou já se pensa" (I.D., p. 71).

Não é irrelevante para geógrafos(as) esse entendimento de que a escolha *a priori* de definições fixas a serem aplicadas ao longo de uma pesquisa combina mais com a "apologia daquilo que existe" (I.D., p. 440) do que com a crítica. Nos procedimentos de pesquisa onde não há "outra escolha a não ser decidir por uma ou outra opção previamente estabelecida" (I.D., p. 449), anula-se a tensão crítica em prol do "pensamento tabelador" característico da "era do mundo administrado" (I.D., p. 161).

A postura conformista do pesquisador que simplesmente coloca os dados em um modelo consagrado – seja um modelo numérico, computacional, seja uma "visão de mundo a ser repetida de maneira automática" (I.D., p. 245) – pode significar em termos práticos uma pesquisa menos cansativa: a adesão a um método fixo poupa certas dificuldades. Já a dialética seria um pensamento constantemente crítico a si próprio e cheio de dificuldades metodológicas, mas são as desconfianças colocadas por ela que permitem a possibilidade de se pensar algo diferente do mundo atual.

Para colocar a questão em termos mais próximos dos problemas que podemos encontrar – ou, pelo contrário, jogar para debaixo do tapete – em uma pesquisa acadêmica na Geografia, apresento um exemplo de conformismo com os dados e definições pré-existentes. Na apresentação de uma tese que discutia migrações em um determinado município, o pesquisador explicou que utilizou dados do IBGE e a definição de que as pessoas que viviam em município diferente de onde nasceram eram migrantes. Quando questionado sobre a

possibilidade de um indivíduo, ao longo da vida, migrar entre a zona rural e a urbana de um município, ou entre dois distritos bastante afastados em um mesmo município – e sabemos que no Brasil há municípios com área maior do que a de muitos países – o pesquisador respondeu simplesmente que esses casos não seriam migração dentro do seu método e, além disso, os dados censitários ignoravam esses casos. Em nenhum momento essas perguntas parecem ter sido feitas: se esses casos de migração intra-município eram frequentes, se haveria outro método para quantificá-los, por exemplo entrevistas com as pessoas que, aliás, talvez jamais tenham sido perguntadas se elas se consideravam migrantes ou não.

Nesse caso, voltando aos termos de Adorno, o "pensar meramente ordenador e classificador" se contrasta com um outro pensar, "aquele que se dimensiona pela experiência viva" (I.D., p. 346). Nesse difícil "processo de contínua reflexão sobre a coisa, o próprio pensamento é conduzido, ao fim e ao cabo, para além" da tendência ao pensamento "coisificado" (ibid.). Nenhuma dessas etapas é simples, uma vez que a coisificação do pensamento corresponde não apenas a um engano do observador, mas a uma tendência social, a um aspecto da divisão do trabalho intelectual. E frequentemente

> tudo se passa como se o processo de divisão do trabalho [...] fosse tomado equivocadamente como a determinação da própria coisa. Em suma, cria-se uma situação na qual passamos realmente a acreditar em que esses momentos, oriundos da divisão de trabalho em nosso conhecimento, significariam o mesmo que determinações da própria coisa a ser conhecida. (I.D., p. 355).

Tentar pensar em termos dialéticos, então, seria buscar evitar os tipos de metodologia "a ser repetida" (I.D., p. 245) e esforçar-se permanentemente para colocar em movimento um pensamento que a todo momento tenderia novamente a ser "coisificado, solidificado, enrijecido" (I.D., p. 171), por serem essas as condições da sociedade em que vivemos. É, também, evitar o conformismo, e aqui se trata de uma formulação característica de Walter Benjamin. Nas Teses de Benjamin sobre o conceito de História, bem como em outras obras dos últimos anos de vida do filósofo amigo de Adorno e falecido em 1940, uma das tarefas mais urgentes para o pensamento crítico seria evitar o conformismo que ameaça subjugá-lo

(Benjamin, [1940] 2005, p. 65)[2]. A *Correspondência* entre Adorno e Benjamin (2012)[3], também publicada pela Ed. Unesp, mostra os frutíferos diálogos entre esses dois autores, ao contrário da concepção do gênio isolado que pensa sozinho. Em certa medida, o legado de Benjamin também se faz presente nessas aulas sobre dialética ministradas por Adorno.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Introdução à Dialética**. Trad. Erick Lima. São Paulo: Ed. Unesp, 2022 [1958].

ADORNO, T. W. e BENJAMIN, Walter. **Correspondência: 1928-1940**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o Conceito de História [1940]. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

FLECK, Amaro. Resignação? Práxis e política na teoria crítica tardia de Theodor W. Adorno. **Kriterion**, Belo Horizonte, n° 138, 2017, p. 467-490.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985 [1847].

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro III, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1894].

[2] Em carta a Horkheimer de 12/6/1941 citada por M. Löwy, logo após ler as Teses de Benjamin, Adorno escreve: "nenhum outro trabalho de Benjamin é tão próximo de nossas intenções".

[3] Sobre a relação entre reificação, memória e progresso histórico, conferir a carta de Benjamin de 7/5/1940.

Como citar esta resenha:

MARTINI, Evandro Arruda de. Resenha: Adorno – Introdução à Dialética. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 116, p. 762–770, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/t78fbe39

Recebido em 07 de dezembro de 2025

Aceito em 18 de abril de 2026

Sobre o autor: Mestre em Geografia pela UFES, estuda a modernização do Espírito Santo nos séculos XIX a XXI enquanto dialética do esclarecimento. Também tem como temas de interesse: populações tradicionais; crise(s) do capitalismo contemporâneo.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar


agb
SÃO PAULO
DESDE 1934